



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1610

Sexta-feira - 07 de Novembro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Alto Bela Vista.....	3
Arroio Trinta.....	3
Barra Velha.....	30
Bela Vista do Toldo.....	31
Biguaçu.....	31
Blumenau.....	34
Brço do Trombudo.....	44
Brusque.....	75
Caçador.....	79
Camboriú.....	94
Campo Alegre.....	101
Campos Novos.....	120
Canoinhas.....	129
Capinzal.....	134
Catanduvas.....	134
Caxambu do Sul.....	135
Chapadão do Lageado.....	136
Concórdia.....	137
Cordilheira Alta.....	139
Coronel Martins.....	162
Correia Pinto.....	163
Curitibanos.....	164
Doutor Pedrinho.....	165
Ermo.....	165
Faxinal dos Guedes.....	166
Forquilha.....	166
Fraiburgo.....	167
Galvão.....	175
Garopaba.....	176
Garuva.....	177
Gaspar.....	183
Grão Pará.....	188
Guaramirim.....	189
Guarujá do Sul.....	190
Herval d'Oeste.....	216
Ibiam.....	224
Ilhota.....	228
Imarui.....	229
Imbituba.....	230
Indaial.....	233
Ipumirim.....	237
Irineópolis.....	238
Itá.....	242
Itaiópolis.....	243
Itapiranga.....	244
Itapoá.....	245

Jacinto Machado.....	247
Joaçaba.....	249
Lages.....	252
Lebon Regis.....	253
Lindóia do Sul.....	254
Luzerna.....	254
Macieira.....	257
Mafrá.....	257
Maravilha.....	259
Massaranduba.....	261
Meleiro.....	289
Modelo.....	290
Navegantes.....	291
Nova Trento.....	309
Novo Horizonte.....	313
Palhoça.....	352
Palmitos.....	376
Paulo Lopes.....	376
Penha.....	379
Petrolândia.....	380
Pinheiro Preto.....	380
Pomerode.....	384
Ponte Serrada.....	384
Porto Belo.....	385
Porto União.....	386
Pouso Redondo.....	389
Rio do Sul.....	393
Santa Rosa do Sul.....	407
Santa Terezinha do Progresso.....	407
Santiago do Sul.....	421
São Bento do Sul.....	431
São Joaquim.....	446
São José.....	447
São José do Cedro.....	450
São Lourenço do Oeste.....	460
São Miguel do Oeste.....	465
Schroeder.....	466
Serra Alta.....	482
Timbó.....	483
Três Barras.....	511
Treze Tílias.....	511
Vargem Bonita.....	539
Videira.....	541
Vitor Meireles.....	571
Xavantina.....	573
Xaxim.....	574

### Consórcios

CIGA.....	576
CIMCATARINA.....	576
CIMVI.....	576
CIS/AMFRI.....	577

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



## 08 DE NOVEMBRO

### Parabéns, Rancho Queimado, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



## Alto Bela Vista

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 1916. DE 03 NOVEMBRO DE 2014

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeado a Sr. CASSIANO MARTINAZZO, inscrito no CPF sob nº 017.741.189-98, portador da cédula de Identidade nº 1.877.847 - SSP/SC, para o cargo de COORDENADOR ADMINISTRATIVO E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA com as atribuições estabelecidas no art. 13, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 054, de 01 de novembro de 2013.

Parágrafo único A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista/SC, em 03 de novembro de 2014.

DÉCIO GRÄTNER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

## Arroio Trinta

### PREFEITURA

#### CONTRATO Nº 0064/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0064/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº0043/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2014, AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Contrato de compra e venda de produtos da Merenda Escolar, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Orlando Zardo snº, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e de outro lado à empresa MERCADO RZ LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 85.373.157/0001-15, com sede na Rua XV de Novembro, nº 357 no município de Videira - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada pela Sra SALETE VARISA PARIZOTTO, brasileira, casada, comerciante, inscrita no CPF sob Nº 518.025.209-10, e Carteira de Identidade nº 1.701.003, residente e domiciliada na Rua Joaquin Moreira dos Santos, 29, Bairro Floresta, no Município de Videira - SC, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0043/2014, Pregão Presencial Nº 0030/2014, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei n.º 8666/93 combinada com a Lei n.º 8883/94, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato é o fornecimento de Merenda Escolar para alunos DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, para os meses de novembro a dezembro de 2014, ou até que durar a quantidade licitada, conforme processo licitatório epigrafado, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo único - A Merenda Escolar deverá ser entregue pela contratada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Arroio Trinta - SC, sendo que, os produtos hortifrutigranjeiros, pão, leite e frios deverão ser entregues semanalmente, conforme data pré-estabelecida e os demais produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Município pagará mensalmente pelos produtos da Merenda Escolar, conforme for retirada pela Secretaria Municipal de Educação e conforme a liberação dos Recursos Federais, sendo o valor total de R\$2.721,20(DOIS MIL SETECENTOS E VINTE E UM REAIS E VINTE CENTAVOS) sendo que o valor da mesma, não será reajustado.

CLÁUSULA TERCEIRA - O pagamento será feito mensalmente, através de transferência bancária e mediante a apresentação da Nota Fiscal, até o cinco dias após a entrega da merenda.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo do presente contrato terá seu início em 1º de novembro de 2014 e terminará em 31 de dezembro de 2014, ou até que a Merenda Escolar for totalmente entregue, não podendo ser renovado.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2014.

124/2014

00002.00004.00012.00361.00012.2.000026.3.3.3.9.0.00.00.00.0.00

## Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotada pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei n.º 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei n.º. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei n.º. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte da Merenda Escolar, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação,

com renuncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 31 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHLCHER

Prefeito Municipal

Contratante

MERCADO RZ LTDA ME

CNPJ 85.373.157/0001-15

SALETE VARISA PARIZOTTO

Sócia Gerente

Contratada

Testemunhas:

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF - 000.077.349-21

ELÓI MARCELINO PARIZOTTO

CPF: 551.607.949-72

**CONTRATO Nº 0065/2014**

CONTRATO Nº 0065/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0043/2014, PREGÃO 0030/2014, AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Contrato de compra e venda de produtos da Merenda Escolar, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Orlando Zardo snº, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e de outro lado à empresa ANSILIERO & NESI FRUTARIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 85.373.157/0001-15, com sede na Rua XV de Novembro, nº357 no município de Videira - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada pela Senhora SILVANA NESI ANSILIERO, brasileira, casada, comerciante, inscrita no CPF sob Nº 005.938.229-51, e Carteira de Identidade nº 3.989.953-5, residente e domiciliada na Rua Vereador Egidio Cesca nº 118, Bairro Industrial, Município de Salto Veloso - SC, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0043/2014, Pregão nº 0030/2014, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei n.º 8.666/93 combinada com a Lei n.º 8883/94, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato é o fornecimento de Merenda Escolar (FRUTAS) para alunos DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, para os meses de novembro a dezembro de 2014, ou até que durar a quantidade licitada, conforme processo licitatório epigrafado, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo único - A Merenda Escolar deverá ser entregue na contratada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Arroio



Trinta - SC, sendo que, os produtos hortifrutigranjeiros, deverão ser entregues semanalmente, conforme data pré-estabelecida e os demais produtos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O Município pagará pelos produtos da Merenda Escolar, conforme a entrega dos mesmos, conforme liberação dos recursos federais, mediante apresentação da nota fiscal, sendo que não haverá reajuste. O valor global deste contrato é de R\$2.772,55(DOIS MIL SETECENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

**Parágrafo único** - A nota fiscal deverá ser apresentada conforme a entrega da merenda.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O pagamento será feito mensalmente, através de transferência bancária e mediante a apresentação da Nota Fiscal, até cinco dias após a entrega da merenda.

**CLÁUSULA QUARTA** - O prazo do presente contrato terá seu início em 1º de novembro de 2014 e terminará em 31 de dezembro de 2014, ou até que a Merenda Escolar for totalmente entregue, não podendo ser renovado.

**CLÁUSULA QUINTA** - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2014, seguintes:

124/2014

00002.00004.00012.00361.00012.2.000026.3.3.3.9.0.00.00.00.0.0.00

Aplicações Diretas

**CLÁUSULA SEXTA** - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotada pelo Contratante.

**Parágrafo único** - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei n.º 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

**CLÁUSULA OITAVA** - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei n.º. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei n.º. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

**CLÁUSULA NONA** - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte da Merenda Escolar, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Fica eleito o Foro de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 31 de outubro de 2014.  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CNPJ 82.826.462/0001-27  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal  
Contratante

ANSILIERO & NESI FRUTARIA LTDA - ME  
CNPJ 11.218.734/0001-68  
SILVANA NESI ANSILIERO  
Contratada

Testemunhas:  
EVERTON CAMPAGNIN  
CPF: 715.611.619-34

LÚCIA MARIA MANENTI  
CPF: 715.609.129-87

## **PORTARIA Nº 210**

PORTARIA Nº 210, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provisão Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal ABILIO ANTONIO

DA SILVA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, para a nova denominação de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, Nível XI, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 211**

PORTARIA Nº 211, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal ADRIANE BIAVA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para a nova denominação de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível IX, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 212**

PORTARIA Nº 212, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal ALINE REGINA

DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PSICOPEDAGOGO, para a nova denominação de PSICOPEDAGOGO, Nível XV, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 213**

PORTARIA Nº 213, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal ALTINO DE ALMEIDA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, para a nova denominação de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, Nível XI, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 214**

PORTARIA Nº 214, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal ANDREIA

GIACOMIN, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de NUTRICIONISTA, para a nova denominação de NUTRICIONISTA, Nível XV, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 215**

PORTARIA Nº 215, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal BERNARDETE SCOPEL, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL II, para a nova denominação de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 216**

PORTARIA Nº 216, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal CARLOS JOSÉ

NEOTTI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, para a nova denominação de MOTORISTA, Nível VIII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 217**

PORTARIA Nº 217, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal CESAR LUIZ ALTENHOFEN, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ASSISTENTE DE ESPORTES, para a nova denominação de ASSISTENTE DE ESPORTES, Nível EX-I, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 218**

PORTARIA Nº 218, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal CHEILA

APARECIDA BONASSA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de RECEPCIONISTA, para a nova denominação de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÕES, Nível V, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reequadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 219

PORTARIA Nº 219, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal CLAUDIO DA SO-LER, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, para a nova denominação de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, Nível VI, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reequadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 220

PORTARIA Nº 220, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal CLAUDIO

SPRICIGO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ASSISTENTE ARTISTICO CULTURAL, para a nova denominação de ASSISTENTE ARTISTICO CULTURAL, Nível EX-IV, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reequadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 221

PORTARIA Nº 221, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal CRISTIANO SERIGHELLI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL I, para a nova denominação de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, Nível III, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reequadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 222

PORTARIA Nº 222, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal DIEGO LUIZ



LAZARI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para a nova denominação de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível I, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reequadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 223**

PORTARIA Nº 223, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal DONATO NEOTTI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, para a nova denominação de MOTORISTA, Nível VIII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reequadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 224**

PORTARIA Nº 224, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal ERMINIA LAZZARI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR

OPERACIONAL II, para a nova denominação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reequadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 225**

PORTARIA Nº 225, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal EVERTON CAMPAGNIN, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ASSISTENTE EM CPD, para a nova denominação de ASSISTENTE EM CPD, Nível EX-IV, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reequadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 226**

PORTARIA Nº 226, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal FABIANA HOELTGEBAUM, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE

ADMINISTRATIVO II, para a nova denominação de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível IX, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reequadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 227**

PORTARIA Nº 227, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal FRANCIANE APARECIDA MORATELLI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, para a nova denominação de ASSISTENTE SOCIAL, Nível EX-III, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reequadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 228**

PORTARIA Nº 228, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal GERALDO PEDRO PERAZZOLI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de

MEDICO VETERINÁRIO, para a nova denominação de MEDICO VETERINÁRIO, Nível XVI, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reequadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 229**

PORTARIA Nº 229, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal GILBERTO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL I, para a nova denominação de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, Nível III, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reequadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 230**

PORTARIA Nº 230, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal GILSON FRIEBEL, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR

OPERACIONAL I, para a nova denominação de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, Nível III, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 231**

PORTARIA Nº 231, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal GIOVANI JUCIMAR NAVA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para a nova denominação de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível I, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 232**

PORTARIA Nº 232, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal IDE PAULO BOZA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, para a

nova denominação de MOTORISTA, Nível VIII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 233**

PORTARIA Nº 233, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal ITACIR ANTONIO TERCI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, para a nova denominação de MOTORISTA, Nível VIII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 234**

PORTARIA Nº 234, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal IVETE LOURDES ANCILIERO ZAMBONI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL II, para a nova denominação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, Letra "A", de acordo com

o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 235**

PORTARIA Nº 235, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal JEFERSON VERONA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL I, para a nova denominação de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, Nível III, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 236**

PORTARIA Nº 236, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal JOÃO MARCOS FERRONATO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de CONTROLADOR INTERNO, para a nova denominação de CONTROLADOR INTERNO, Nível XIV, Letra "A", de acordo com o disposto no

Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 237**

PORTARIA Nº 237, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal JULIANA CAMPOS, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para a nova denominação de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível I, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 238**

PORTARIA Nº 238, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal JULIANA NESI BIAVA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL II, para a nova denominação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, Letra "A", de acordo com o disposto no



Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 239**

PORTARIA Nº 239, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal JULIANO CIVIDINI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, para a nova denominação de MOTORISTA, Nível VIII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 240**

PORTARIA Nº 240, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal KLEDER ANTONIO NORDIO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, para a nova denominação de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, Nível XI, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar

nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 241**

PORTARIA Nº 241, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal LIDIO AGOSTINHO DALLAZEM, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, para a nova denominação de OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, Nível XIII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 242**

PORTARIA Nº 242, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal LORENI LURDES FREZZA CONSONI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL II, para a nova denominação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, Letra "A", de acordo com o

disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 243**

PORTARIA Nº 243, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal LOURDES POSATO RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL II, para a nova denominação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 244**

PORTARIA Nº 244, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal LUCIA MARIA MANENTI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES, para a nova denominação de AGENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES, Nível EX-I, Letra "A", de acordo

com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 245**

PORTARIA Nº 245, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal LUIZ ANTONIO CIVIDINI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL I, para a nova denominação de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS, Nível III, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 246**

PORTARIA Nº 246, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal LUIZ BELEGANTE, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, para a nova denominação de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, Nível VI, Letra "A", de acordo com o disposto

no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 247**

PORTARIA Nº 247, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

##### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal MARCIA BIAVA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para a nova denominação de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível I, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 248**

PORTARIA Nº 248, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

##### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal MARGARIDA DE BORTOLI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para a nova denominação de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível I, Letra "A", de

acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 249**

PORTARIA Nº 249, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

##### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal MARIELE MARLI PERICO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para a nova denominação de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível I, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 250**

PORTARIA Nº 250, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

##### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal MARIA IRACEMA DE OLIVEIRA SONEGO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL I, para a nova denominação de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, Nível III, Letra

"A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 251**

PORTARIA Nº 251, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal MARILIA BORGHA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de RECEPCIONISTA, para a nova denominação de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÕES, Nível V, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 252**

PORTARIA Nº 252, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal MICHEL JUNIOR SERIGHELLI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO TRIBUTÁRIO, para a nova denominação de TÉCNICO

TRIBUTÁRIO, Nível EX-IV, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 253**

PORTARIA Nº 253, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal MIGUEL ANTONIO MORAES, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, para a nova denominação de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, Nível XI, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 254**

PORTARIA Nº 254, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal NEIVALDO SERIGHELLI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, para a nova denominação de OPERADOR



DE MÁQUINAS PESADAS, Nível XI, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 255**

PORTARIA Nº 255, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal NESTOR MOZENNA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, para a nova denominação de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, Nível XI, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 256**

PORTARIA Nº 256, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal OLIVO VIERO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, para a nova denominação de MOTORISTA, Nível VIII, Letra "A", de acordo

com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 257**

PORTARIA Nº 257, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal RACHEL SIMONI MENEGUZZI MANENTI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para a nova denominação de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível I, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 258**

PORTARIA Nº 258, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal REOVALDO ANTONIO SECCO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, para a nova denominação de MOTORISTA, Nível VIII,

Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 259**

PORTARIA Nº 259, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal RONIVAN BRANDALISE, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de CONTADOR, para a nova denominação de CONTADOR, Nível XVII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 260**

PORTARIA Nº 260, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal ROSENEI TURMINA CABRAL, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL II, para a nova denominação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, Letra "A", de acordo com o disposto

no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 261**

PORTARIA Nº 261, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal SAIONARA ANGELINA CIVIDINI DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL II, para a nova denominação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 262**

PORTARIA Nº 262, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal SALUTE LEGNANI NESI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL II, para a nova denominação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, Letra "A", de acordo com o disposto

no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 263**

PORTARIA Nº 263, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal SALETE CZERNIAK, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para a nova denominação de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível I, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 264**

PORTARIA Nº 264, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal SANTO POSSATO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ADVOGADO, para a nova denominação de ADVOGADO, Nível XVIII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei

Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 265**

PORTARIA Nº 265, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal SIRLEI VANUSA PASSONI SPRICIGO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para a nova denominação de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível I, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 266**

PORTARIA Nº 266, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal SIRLEIA MARIA PASSONI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para a nova denominação de

AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível I, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente re-enquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 267**

PORTARIA Nº 267, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal SONIA LAZZARI TURMINA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL II, para a nova denominação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente re-enquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 268**

PORTARIA Nº 268, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal THAIS NOELLI ARIGONI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para a nova denominação de

AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível I, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente re-enquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 269**

PORTARIA Nº 269, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal VALÉRIA LUZIA LOCATELI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para a nova denominação de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível I, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente re-enquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 270**

PORTARIA Nº 270, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal VALDIR ANTONIO OTOO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, para a nova denominação de



OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, Nível VI, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 271**

PORTARIA Nº 271, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal VÂNIA CARLA KOZLOWSKI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para a nova denominação de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível I, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 272**

PORTARIA Nº 272, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal VINICIUS PAULO GOMES, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, para a nova denominação de TÉCNICO MODALIDADE ESPORTIVA, Nível XII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 273**

PORTARIA Nº 273, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal EVARISTO JOSE BIAVA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, para a nova denominação de MOTORISTA, Nível VIII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 274**

PORTARIA Nº 274, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

RESOLVE:

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal FERNANDO ANDRE MANENTI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de VIGILANTE SANITÁRIO, para a nova denominação de FISCAL

VIGILÂNCIA SANITÁRIA, Nível VIII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 275**

PORTARIA Nº 275, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal HELIO RENATO MARTINS FOGLIATTO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MÉDICO, para a nova denominação de MÉDICO CLÍNICO GERAL, Nível XX, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 276**

PORTARIA Nº 276, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal IVETE RIBEIRO DE FREITAS, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ODONTÓLOGO, para a nova denominação de ODONTÓLOGO, Nível XIV,

Letra "I", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 277**

PORTARIA Nº 277, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal JANETE SCHWANTZ, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, para a nova denominação de TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL, Nível VI, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 278**

PORTARIA Nº 278, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal JOSE DA SOLER, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, para a nova denominação de MOTORISTA, Nível VIII, Letra "A", de acordo

com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 279**

PORTARIA Nº 279, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal JULIANA DAMASCENO SOUZA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRO, para a nova denominação de ENFERMEIRO, Nível XVI, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 280**

PORTARIA Nº 280, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal JULIANA SERIGHIELLI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de BIOLOGO, para a nova denominação de BIOLOGO, Nível XV, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei

Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 281**

PORTARIA Nº 281, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal LINDOMAR ELIAS WILPERT, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, para a nova denominação de MOTORISTA, Nível VIII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 282**

PORTARIA Nº 282, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal MAGDA CRISTINA DONADELI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de FISIOTERAPEUTA, para a nova denominação de FISIOTERAPEUTA COM ESPECIALIZAÇÃO, Nível EX-II, Letra "A", de acordo com o

disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 283**

PORTARIA Nº 283, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal MARILENE SILVA DA SILVA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para a nova denominação de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Nível VII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 284**

PORTARIA Nº 284, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal MARINA ROTA DE ANDRADE, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ODONTOLOGO, para a nova denominação de ODONTOLOGO, Nível XIV, Letra "I", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus

parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 285**

PORTARIA Nº 285, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal MOACIR ARIATI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, para a nova denominação de MOTORISTA, Nível VIII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 286**

PORTARIA Nº 286, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal NORBERTO ALVES RIBEIRO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, para a nova denominação de MOTORISTA, Nível VIII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado



automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 287**

PORTARIA Nº 287, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal PERSEU LUIZ CASALETTI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ODONTOLOGO, para a nova denominação de ODONTOLOGO, Nível XIV, Letra "I", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 288**

PORTARIA Nº 288, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal RITA APARECIDA TASCA CANONICA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL II, para a nova denominação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº

1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 289**

PORTARIA Nº 289, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR o Servidor Municipal ROBERTO CORREA DE MELLO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de BIOQUIMICO, para a nova denominação de BIOQUIMICO, Nível EX-V, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 290**

PORTARIA Nº 290, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal SALETE MARIA BIAVA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL II, para a nova denominação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014,

sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 291**

PORTARIA Nº 291, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal SALETE SARTORI NESI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para a nova denominação de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Nível VII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 292**

PORTARIA Nº 292, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal SANDRA MARCERON, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para a nova denominação de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Nível VII, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo

considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 293**

PORTARIA Nº 292, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal SIBELE MUNARO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PSICOLOGO, para a nova denominação de PSICOLOGO, Nível X, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 294**

PORTARIA Nº 294, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal SIMONE BOLZON, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL II, para a nova denominação de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo,

com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 295**

PORTARIA Nº 295, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal SONIA FATIMA NESI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de RECEPCIONISTA, para a nova denominação de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÕES, Nível V, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 296**

PORTARIA Nº 296, de 05/11/2014.

Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Arroio Trinta - SC, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, denominada Plano de Cargos e Salários dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - REENQUADRAR a Servidora Municipal THAISE CRISTINA NESI SERIGHELLI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRO, para a nova denominação de ENFERMEIRO, Nível XVI, Letra "A", de acordo com o disposto no Art. 50 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1712/2014, sendo considerado automaticamente reenquadrado para o novo cargo, com os

vencimentos da nova Lei.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 297**

PORTARIA Nº 297, de 05/11/2014.

Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 1711/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Designar a funcionária CLAUDETE APARECIDA MARENTI MAGRO, ocupante do cargo efetivo de Professor I (Pós-Graduados), do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1711/2014, para responder pela Direção da Escola Municipal Jacy Falchetti.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições de Direção de Unidade Educacional, fica concedida uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 26% do Nível VIII da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 403,00 (quatrocentos e três reais), prevista na forma do disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 1711/2014.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 298**

PORTARIA Nº 298, de 05/11/2014.

Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 1711/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Designar a funcionária DANIELA CAON, ocupante do cargo efetivo de Professor I (Pós-Graduados), do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1711/2014, para responder pela Direção da Escola de Educação Infantil - PROFABI.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições de Direção de Unidade Educacional, fica concedida uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 26% do Nível VIII da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 403,00 (quatrocentos e três reais), prevista na forma do disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 1711/2014.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 299**

PORTARIA Nº 299, de 05/11/2014.

Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 1711/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

##### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Designar o funcionário GILSON FRIEBEL, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1711/2014, responsável pela Manutenção da Rede Coletora de Esgoto Sanitário do Município.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições de Coordenação do Saneamento Básico, fica concedido uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 26% do Nível VIII da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 403,00 (quatrocentos e três reais), prevista na forma do disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 1711/2014.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 300**

PORTARIA Nº 300, de 05/11/2014.

Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 1711/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

##### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Designar o funcionário JEFERSON VERONA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, do

Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1711/2014, responsável pela Retroescavadeira.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições de Execução de Atividades Especiais, fica concedido uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 25% do Nível VIII da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 387,50 (trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), prevista na forma do disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 1711/2014.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 301**

PORTARIA Nº 301, de 05/11/2014.

Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 1711/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

##### **RESOLVE:**

Artigo 1.º - Designar o funcionário NESTOR MOZENA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1711/2014, para responder pela Chefia da Equipe de Trabalho do Setor de Infra-Estrutura.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições de Execução de Atividades Especiais, fica concedido uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 25% do Nível VIII da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 387,50 (trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), prevista na forma do disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 1711/2014.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 302**

PORTARIA Nº 302, de 05/11/2014.

Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 1711/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Designar o funcionário VALDIR ANTONIO OTTO, ocupante do cargo efetivo de Operador de Trator Agrícola, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1711/2014, para responder pelo Rolo Compactador.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições de Coordenação de Projetos Especiais, fica concedido uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 20% do Nível VIII da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 310,00 (trezentos e dez reais), prevista na forma do disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 1711/2014.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 303**

PORTARIA Nº 303, de 05/11/2014.

Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 1711/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Designar o funcionário JOÃO MARCOS FERRONATO, ocupante do cargo efetivo de Controlador Interno, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1711/2014, para responder pela Junta Militar.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições de Secretário da Junta Militar, fica concedido uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 20% do Nível VIII da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 310,00 (trezentos e dez reais), prevista na forma do disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 1711/2014.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 304**

PORTARIA Nº 304, de 05/11/2014.

Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 1711/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Designar o funcionário CESAR LUIZ ALTENHOFEN, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Esportes, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1711/2014, como Articulador de Imprensa.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições de Articulador de Imprensa, fica concedido uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 20% do Nível VIII da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 310,00 (trezentos e dez reais), prevista na forma do disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 1711/2014.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 305**

PORTARIA Nº 305, de 05/11/2014.

Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 1711/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Designar a funcionária LUCIA MARIA MANENTI, ocupante do cargo efetivo de Agente de Compras e Licitações, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1711/2014, responder pelo setor de Compras e Licitações.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições de Coordenador de Compras e Licitações, fica concedido uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 20% do Nível VIII da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 310,00 (trezentos e dez reais), prevista na forma do disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 1711/2014.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 306**

PORTARIA Nº 306, de 05/11/2014.

Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 1711/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Designar o funcionário SANTO POSSATO, ocupante do cargo efetivo de Advogado, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1711/2014, responder pelo Gabinete do Prefeito.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições de Chefe de Gabinete do Prefeito, fica concedido uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 65% do Nível VIII da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 1.007,50 (um mil, sete reais e cinquenta centavos), prevista na forma do disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 1711/2014.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 307**

PORTARIA Nº 307, de 05/11/2014.

Concede Função Gratificada a Funcionário, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto §1º do artigo 159 da Lei Complementar nº 1713/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

**RESOLVE:**

Artigo 1.º - Concede Função Gratificada ao servidor RONIVAN BRANDALISE, ocupante do cargo efetivo de Contador, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, pela função de Pregoeiro.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições de PREGOEIRO nomeado através do Decreto nº 1609/2014 e em conformidade com o §1º do artigo 159 da Lei Complementar nº 1713/2014, fica concedido uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 40% do menor vencimento-base do Município da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais).

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

**Barra Velha****PREFEITURA****ERRATA TP 011/2014 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 091/2014

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 011/2014  
ERRATA 001/2014

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Frei Libório Schmitt, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. O Edital na íntegra e suas alterações encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 06 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

**CP 001/2014 FMS**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 032/2014 - FMS

Concorrência Publica para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2014 - FMS

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para construção de Unidades Básicas de Saúde para o Município de Barra Velha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 08/12/2014. Data/horário recebimento envelopes: 10/12/2014 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 10/12/2014 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 06 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

**Bela Vista do Toldo****PREFEITURA****HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 04/2014 - PREF**

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

DISPENSA Nº 004/2014 - PREF.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 17/10/2014  
CONTRATADO: INSTITUTO O BARRIGA VERDE  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

OBJETO: contratação de entidade para realização de concurso público para secretaria municipal de agricultura, meio ambiente e desenvolvimento rural; secretaria municipal de administração e fazenda; secretaria municipal de esporte, cultura e turismo; secretaria municipal de infraestrutura e serviços públicos; fundo municipal de assistência social; fundo municipal de saúde e secretaria municipal de educação e ainda emprego público para as fundo municipal de saúde e fundo municipal de assistência social.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 68.000,00 (Sessenta e oito mil reais)

DATA: 17/10/2014  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

**Biguaçu****PREFEITURA****PORTARIA Nº 2534/2014**

PORTARIA nº 2534/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 1990, de acordo com a Lei N º 53 de 04 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, DIONARA COSTA FARIAS, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 04/11/2014 a 03/03/2015.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 04/03/2015 a 02/04/2015.

Biguaçu, 06 de novembro de 2014  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2542/2014**

PORTARIA nº 2542 de 06 de novembro de 2014

Nomeia Gustavo Felipe de Amorim, para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Comunicação, na Secretaria Municipal de Governo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Gustavo Felipe de Amorim, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Comunicação, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Governo, a contar de 04/11/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/11/2014.

Biguaçu, 06 de novembro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2541/2014**

PORTARIA nº 2541 de 06 de novembro de 2014

Nomeia Márcio Gonçalves Ferreira, para exercer o cargo em comissão de Assistente de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Márcio Gonçalves Ferreira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assistente de Educação Infantil, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 05/11/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 05/11/2014.

Biguaçu, 06 de novembro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2540/2014**

PORTARIA nº 2540 de 06 de novembro de 2014

Nomeia João Djalma de Carvalho França, para exercer o cargo em comissão de Gerente Operacional, na Secretaria Municipal de Pesca e Maricultura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, João Djalma de Carvalho França, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente Operacional, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Pesca e Maricultura, a contar de 05/11/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/11/2014.

Biguaçu, 06 de novembro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2539/2014**

PORTARIA nº 2539 de 06 de novembro de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Lidiana Carolina de Souza, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Lidiana Carolina de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/10/2014.

Biguaçu, 06 de novembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2538/2014**

PORTARIA nº 2538 de 06 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSEIAS MORAIS INACIO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSEIAS MORAIS INACIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, e jornada de 40 horas semanais, no período de 25/10/2014 a 25/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/10/2014.

Biguaçu, 06 de novembro de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2537/2014**

PORTARIA nº 2537 de 06 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NELMA CRISTINA CHAIBEN D'ALVES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NELMA CRISTINA CHAIBEN D'ALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 04/11/2014 a 04/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/11/2014.

Biguaçu, 06 de novembro de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2536/2014**

PORTARIA nº 2536 de 06 de novembro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ARIANE SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ARIANE SILVA, para



desempenhar as funções do cargo não provido de PSICÓLOGO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 18/11/2014 a 18/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 18/11/2014.

Biguaçu, 06 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2535/2014**

PORTARIA nº 2535 de 06 de novembro de 2014

Designar o (a) Servidor (a) CELIA ALMEIDA DA SILVA, para ocupar 02 (duas) aulas excedentes de PROFESSOR III (GEOGRAFIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) CELIA ALMEIDA DA SILVA, para ocupar 02 (duas) aulas excedentes de PROFESSOR III (GEOGRAFIA), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 2423/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2014.

Biguaçu, 06 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2543/2014**

PORTARIA nº 2543 de 06 de novembro de 2014

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Afonso Pedro Borba, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, Cláudia Vanderleia Soethe, ocupante do cargo efetivo de Escrivão e Marivalde Ines Kons Hoffmann, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor Herculino Correia, conforme Memorando nº 365/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 06 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2290/2014**

PORTARIA nº 2290 de 29 de setembro de 2014

Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) Servidor (a) Neide Maria Camuzatto, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares do (a) servidor (a) Neide Maria Camuzatto, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito (a) na matrícula funcional nº 7665.

Art. 2º O período de concessão da licença sem vencimento é de 30/10/2014 a 30/10/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 30/10/2014.

Biguaçu, 29 de setembro de 2014.

João Luiz Luz

Secretário Municipal de Administração

#### **DECRETO Nº 183/2014**

DECRETO Nº 183 /2014 DE: 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora CHRISTINA PINTO GUILHERME SOMENSI, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1( Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 a servidora CHRISTINA PINTO GUILHERME SOMENSI, detentora da matrícula funcional nº 306, portadora do CPF nº 533.157.239-15, inscrita no RG nº 1.760.449-4, PIS/PASEP nº 1011875173-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I - 20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2( Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 7.153,29 (sete mil, cento e cinquenta e três reais e vinte e nove centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar Municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de 01/11/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inês Kons

Escrivãria

# Blumenau

## PREFEITURA

### LEI Nº 8.045/2014

LEI Nº 8.045, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

ASSEGURA AO CONSUMIDOR O DIREITO DE RECEBER, GRATUITAMENTE, OUTRO PRODUTO, NO CASO DE OFERTA OU COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTO COM PRAZO DE VALIDADE VENCIDO, EXPOSTO NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DETERMINA PROVIDÊNCIAS CONEXAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O consumidor que adquire, em estabelecimento comercial, produto com prazo de validade vencido tem direito de trocá-lo por outro idêntico ou similar, à sua escolha, em igual quantidade, sem que lhe seja repassado nenhum custo.

§1º Fica acrescido ao encargo determinado no caput, a título de penalidade pela oferta ou comercialização de produtos impróprios para consumo, a obrigação do estabelecimento comercial de indenizar o consumidor, entregando-lhe, gratuitamente, um outro produto idêntico ou similar.

§2º O consumidor poderá denunciar ao PROCON Municipal de Blumenau, a existência de mercadoria vencida, sem prejuízo do direito assegurado nesta Lei.

§3º Caso o fornecedor não possua produto idêntico ou similar dentro do prazo de validade, o consumidor poderá escolher qualquer produto de igual valor para substituí-lo, gratuitamente, ou de valor superior, cabendo ao consumidor, neste caso, pagar a diferença.

§4º O direito referido no caput somente pode ser exercido após a efetiva aquisição do produto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei:

I - consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final;

II - fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

Art. 3º O fornecedor afixará em local visível aviso contendo os direitos previstos nesta Lei.

Parágrafo único. Os avisos deverão estar dispostos em folha não inferior ao tamanho A4, impressos em letras com tamanho mínimo de 0,5 cm (meio centímetro) de altura por 0,5 cm (meio centímetro) de largura.

Art. 4º O descumprimento ao disposto nesta lei sujeita os infratores às sanções penais e administrativas dispostas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 5º Os fornecedores localizados no município de Blumenau

terão o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta Lei, para se adaptarem as exigências da mesma.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 04 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 10.473/2014

DECRETO Nº 10.473, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

30 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3001 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Atividade 30.01.08.243.0004.2164 - Man. Ações Def. dos Dir. da Cça/Adol.

Modalidade 4.4.90 (14) Aplicações Diretas  
R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 0300.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

30 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3001 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Atividade 30.01.08.243.0004.2164 - Man. Ações Def. dos Dir. da Cça/Adol.

Modalidade 3.3.90 (12) Aplicações Diretas  
R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 0300.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 31 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.472/2014**

DECRETO Nº10.472, DE 31 de OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, uma ÁREA DE TERRAS, LOCALIZADA NA RUA HERMANN BARTHEL, DE PROPRIEDADE DE WALDEMIR PEDRO CARDOSO E TANIA DALVA CARDOSO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública uma área de terras pertencente a Waldemir Pedro Cardoso e Tania Dalva Cardoso, situada nesta cidade, no bairro Velha Central, na Rua Hermann Barthel, contendo a área de 236,17m², fazendo frente em 6,00m com o lado par da Rua Hermann Barthel, fundos em 6,00m com terras pertencentes a Alvin Resner, estremando pelo esquerdo em 40,00m com terras pertencentes a Alvin Resner e pelo lado direito em 40,00m com terras remanescentes de Waldemir Pedro Cardoso e Tânia Dalva Cardoso, sem benfeitorias, área essa que faz parte do todo inscrito no cadastro técnico municipal sob nº3.4.11.0001.0578.0000, e matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis dessa Comarca sob nº16.513.

Parágrafo único. O imóvel descrito neste artigo será destinado à instituição de servidão administrativa, para implantação de tubulação de drenagem de águas pluviais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 31 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.142/2014**

PORTARIA Nº 18.142, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA SONIA BEATRIZ GUERREIRO PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ADJUNTO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSOR OSCAR UNBEHAUN E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011, e de conformidade com o Memorando nº 354, de 28/10/2014, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

**NOMEAR,**

a contar de 01 de outubro de 2014,  
SONIA BEATRIZ GUERREIRO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o exercício da função de Diretor Adjunto da EBM "Professor Oscar Unbehaun", concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 06 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.188/2014**

PORTARIA Nº 18.188, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

CONVERTE A RESCISÃO CONTRATUAL DA SERVIDORA L.F.P. EM DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA, POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 201, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 185, III, do mesmo diploma legal e considerando o Relatório Final e o Julgamento prolatado nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 015/2013,

**RESOLVE**

I - converter a rescisão do contrato da servidora L.F.P., matrícula n. 692920, admitida em caráter temporário à época dos fatos para a função de Educador, em "demissão por justa causa, por ato de improbidade administrativa", por infringência ao art. 190, IV da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, combinado com o art.11 e inciso I da Lei Federal n. 8.429, de 02/06/92.

II - rescindir o atual contrato da servidora L.F.P., matrícula n. 69634-2, admitida em caráter temporário para a função de Professor, com efeitos a contar da data de sua notificação, com fundamento no art. 197 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, combinado com o art. 7º, II, da Lei n. 7.564, de 09 de setembro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 31 de outubro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.193/2014**

PORTARIA Nº 18.193, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA SEMANAL DE TRABALHO, EM DEFINITIVO, DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR, DO QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com os artigos 26, 28 e 34, da Lei Complementar nº. 662, de 28 de novembro de 2007, e nos termos do Edital SEMED nº 011/2014, para redução de carga horária semanal de trabalho, resolve:

**AUTORIZAR,**

a contar de 02 de fevereiro de 2015, a redução da carga horária semanal de trabalho, em definitivo, com redução proporcional dos respectivos vencimentos, dos servidores públicos municipais abaixo, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, lotados na Secretaria Municipal de Educação:

MATRÍCULA	SERVIDOR	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		PERÍODO
			DE	PARA	
221490	JULIANO ELI	MATEMÁTICA	40h	30h	MAT/VES
223743	NAIR DA SILVA	MATEMÁTICA	40h	30h	MAT/VES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 03 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.194/2014**

PORTARIA Nº 18.194, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorandos SEDEAD nºs 860 e 864, datados de 03/11/2014, resolve:

**DISPENSAR**

os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotados na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, das seguintes funções gratificadas de confiança:

DJALMA JOSÉ DOS SANTOS, Administrador, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Vale Transporte, FGC-50%, designado pela Portaria nº 17.554, de 14/02/2014, a contar de 03 de novembro de 2014;

MARIGIÔ KARINA WILLEMANN MORITZ, Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Seleção de Pessoal, FGC-50%, designada pela Portaria nº 17.272, de 19/09/2014, a contar de 03 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 04 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.195/2014**

PORTARIA Nº 18.195, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA HOMERO GONÇALVES DA LUZ PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando GAB/SEDEAD nº 061/2014, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal HOMERO GONÇALVES DA LUZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, para o exercício, a contar de 01 de novembro de 2014, da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Controle Interno de Processos Licitatórios, símbolo FGC 40%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 04 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.196/2014**

PORTARIA Nº 18.196, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DESIGNA CIDNEI LUCIANO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 862, de 03/11/2014, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal CIDNEI LUCIANO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, para o exercício, a contar de 03 de novembro de 2014, da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Seleção de Pessoal, FGC-50%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 04 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.198/2014**

PORTARIA Nº 18.198, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MATIAS PASCHOAL GHIZONI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a' da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO ao servidor público municipal MATIAS PASCHOAL GHIZONI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 29 de outubro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 8180/10/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 04 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.199/2014**

PORTARIA Nº 18.199, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RUBENS IVAN EGER À SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA - PRESÍDIO REGIONAL DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a' da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de



março de 1990, e de acordo com o art. 21, combinado com o art. 22, VIII, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e o Decreto nº 7.882, de 28 de fevereiro de 2005, e alterações posteriores, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, o servidor público municipal RUBENS IVAN EGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - Presídio Regional de Blumenau, a contar de 20 de outubro de 2014, de acordo com o Processo Administrativo nº 2014/10/8073.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 04 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.200/2014**

PORTARIA Nº 18.200, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOICE MARIA BARBETA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º, da Lei nº 4.432/94, e alterações posteriores, e conforme Memorando SEDEAD nº 854/2014, resolve:

CONCEDER a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, à servidora pública municipal JOICE MARIA BARBETA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Coordenador Administrativo de Ambulatório Geral, a contar de 06 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 04 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.201/2014**

PORTARIA Nº 18.201, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TEREZINHA VISOSKI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º, da Lei nº 4.432/94, e alterações posteriores, e conforme Memorando SEDEAD nº 855/2014, resolve:

CONCEDER a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, à servidora pública municipal TEREZINHA VISOSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Técnico em Enfermagem da ESF, a contar de 01 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 04 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.202/2014**

PORTARIA Nº 18.202, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDISON MOBBS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º, da Lei nº 4.432/94, e alterações posteriores, e conforme Memorando SEDEAD nº 853/2014, resolve:

CONCEDER a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, ao servidor público municipal EDISON MOBBS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Membro de Equipe Técnica da Diretoria de Ações em Saúde, a contar de 14 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 04 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.203/2014**

PORTARIA Nº 18.203, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
EXONERA ALINE LURDES LANSER DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE SEGURANÇA ALIMENTAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, resolve:

EXONERAR

ALINE LURDES LANSER, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Segurança Alimentar, símbolo CC-4, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, nomeada pela Portaria nº 17.092, de 08 de julho de 2013, no dia 31 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 04 de novembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.204/2014**

PORTARIA Nº 18.204, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, resolve:

NOMEAR,

FELIPE LEITE, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Segurança Alimentar, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a contar de 07 de novembro de 2014;

MAYARA GABRIELE MARTINS, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor de Segurança Alimentar, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a contar de 03 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 04 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**EXTRATO Nº 313/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº 313/2014

Cancelamento de Extrato da Dispensa de Licitação nº. 117/2014

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau/SC, torna público que cancela o extrato nº 273/2014, publicado em 22/10/2014, que dispensou o procedimento licitatório com fundamento no Artigo 24, Inciso VIII, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DA FURB, COM EXCLUSIVIDADE E OUTRAS AVENÇAS PARA A FURB, pois tal processo não foi ratificado.

Blumenau, 31 de outubro de 2014.  
Marguit Keunecke  
Divisão de Administração de Materiais

**CÂMARA MUNICIPAL****RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2014.**

Reunião Ordinária do dia 04 de novembro de 2014.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Alexandre Caminha
Antônio João Veneza de Souza	Célio Dias
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Marcelo Lanzarin
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

**RESUMO DO EXPEDIENTE****CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS****RESPOSTAS**

Do Ministério das Cidades e da Oi Telefonica, em resposta a proposições dos Senhores Vereadores.

**OFÍCIOS DIVERSOS**

Da Diocese de Blumenau, comunicando a transferência do Bispo Dom José Negri.

Da Escola Básica Municipal "Pedro I", solicitando benefício com a verba de subvenção social do ano de 2015.

Da Caixa Econômica Federal, informando sobre contratos de repasse celebrados com o Município de Blumenau.

**OFÍCIOS DO EXECUTIVO**

OF. GAPREF Nº 853/2014, encaminhando balancetes referentes aos meses de setembro de 2014.

Ofício comunicando a Sanção de Lei:

OF. GAPREF Nº 873/2014 - Lei Complementar nº 941 (1.386), que "ALTERA DISPOSITIVO DO ARTIGO 320, DA LEI Nº 2.047, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1974".

Mensagem de Veto Total ao Projeto de Lei nº 6.671, que "DISPÕE SOBRE O VALOR DA INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS NOS CASOS QUE ESPECIFICA, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

Mensagem de Veto Total ao Projeto de Lei nº 6.697, que "ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 1º, DA LEI Nº 7.887, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013".

Mensagem nº 83/2014, que "SUBSTITUI ANEXOS DAS LEIS Nº 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017, E Nº 7.993 DE 04 DE JULHO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

Decreto nº 10.447, que "DECLARA 'PONTO FACULTATIVO' NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2015 E NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2015".

#### PROPOSITURAS RESPONDIDAS

DO VEREADOR ADRIANO PEREIRA: Requerimentos nºs 1167 e 1168 de 2014

DO VEREADOR VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA: Moção nº 139 de 2014

#### MATÉRIA DO LEGISLATIVO

#### PROJETOS

Projeto de Lei de autoria do Vereador Mário Hildebrandt, que "DENOMINA DE 'OSNI AMARO DE SOUZA', PRAÇA PÚBLICA A SER CONSTRUÍDA NA RUA TERESINA, NO BAIRRO BOM RETIRO".

Projeto de Lei de autoria do Vereador Alexandre Pereira Caminha, que "INSTITUI O 'DIA MUNICIPAL DO LEONISMO BLUMENAUENSE'".

#### EMENDA

Emenda nº 15, de autoria do Vereador Cezar João Cim, ao Projeto de Lei Complementar nº 1.390.

#### SUBEMENDA

Subemenda nº 01, de autoria do Vereador Mário Hildebrandt, à Emenda nº 04 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.390.

#### INDICAÇÕES

##### DO VEREADOR ADRIANO PEREIRA:

Nº 9219/2014 - verificar, com urgência, a possibilidade do atendimento das demandas apresentadas pela UBER - União Blumenauense de Esportes Radicais, conforme em anexo, para a realização do Campeonato Catarinense de Street Skate 2014.

Nº 9254/2014 - realizar manutenção preventiva e onde for necessário na ponte pênsil da Rua Germano Kruger, no Bairro Velha Grande.

Nº 9255/2014 - macadamizar e patrolar a Rua Osni Rosa, transversal da Rua Hermann Barthel, no Bairro Velha Central. Obs. 1: programar com os moradores pois os mesmos vão concretar a rua. Obs. 2: maiores informações com o Sr. Lico, pelo telefone 9628-5155, ou com o Sr. Nalcio, pelo telefone 9931-4232.

Nº 9256/2014 - verificar com urgência na esquina da Rua Frej Estanislau Schaette com a Rua Júlio Rudiger Sênior, no Bairro Água Verde, de quem é a responsabilidade de consertar uma caixa de visita que está aberta oferecendo risco aos pedestres. Obs.: notificar a quem cabe para solucionar o problema.

Nº 9291/2014 - verificar uma forma legal de pavimentar em parceria com os moradores à Rua Baurim, no Loteamento Morada do Sol (Irregular), no Bairro Fortaleza Alta. Obs.: os moradores já pagaram 100% da parte que cabia a eles, lajota e mão de obra em 2013, porém à rua não foi colocada no planejamento da Prefeitura Municipal de Blumenau para executar em parceria com os moradores.

##### DO VEREADOR ANTÔNIO JOÃO VENEZA DE SOUZA:

Nº 9237/2014 - consertar o calçamento na Rua Silvio Romero, em frente ao nº 376, junto a uma "boca de lobo" lá existente, no Bairro Fidélis. Obs.: maiores informações com o Sr. Edgar, pelo telefone 9955-3863.

Nº 9238/2014 - consertar o calçamento na Rua Henrique Mette, em frente ao nº 469, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: maiores informações com o Sr. Edgar, pelo telefone 9955-3863.

Nº 9239/2014 - verificar o hidrômetro de medição de água, na Rua Guimarães Rosa, nº 18, no Bairro Fidélis, pois o consumo não confere. Obs.: maiores informações com o Sr. Alexandre, pelo telefone 9952-1978.

Nº 9240/2014 - trocar o medidor de WH, na Rua Guimarães Rosa nº 223, no Bairro Fidélis, pois o consumo está abusivo. Obs.: maiores informações com o Sr. Lindomar, pelo telefone 9108-9685.

Nº 9241/2014 - trocar a tubulação na Rua Jordão, em toda a sua extensão, no Bairro Progresso, pois foi concluído apenas 300 metros do serviço. Obs.: maiores informações com a Sra. Marcia, pelo telefone 3329-1375 ou 9104-9893.

##### DO VEREADOR CEZAR JOÃO CIM:

Nº 9253/2014 - colocar placa nominativa na entrada da Rua Jacy da Silva, no Bairro Velha.

##### DO VEREADOR IVAN NAATZ:

Nº 9222/2014 - efetuar reparos ao longo da Rua Frederico Jansen, próximo ao mercado Jansen, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: maiores informações com Felipe, pelo telefone 3231-1507.

Nº 9223/2014 - colocar mais lixeiras no final da Rua Herundina dos Santos, no Bairro Glória. Justificativa: o caminhão do lixo passa poucas vezes por semana na rua, gerando acúmulo de lixo que causa mal cheiro. Obs.: maiores informações com Felipe, pelo telefone 3231-1507.

Nº 9224/2014 - efetuar repintura da faixa de pedestres na entrada da Rua Guilherme Poerner com a Johann Ohf, no Bairro Velha, em frente ao nº 3021, na rotatória do Leite Trevo. Obs.: maiores informações com Wilson, pelo telefone 3231-1507.

Nº 9225/2014 - efetuar repintura da faixa de pedestres da rotatória da Rua General Osório com a Água Branca, em frente ao nº 2897, no Bairro Velha. Obs.: maiores informações com Wilson, pelo telefone 3231-1507.

Nº 9226/2014 - efetuar limpeza e manutenção do calçamento da Rua Arthur Rabe e suas transversais, no Bairro Velha. Obs.: maiores informações com Wilson, pelo telefone 3231-1507.

Nº 9227/2014 - consertar um vazamento de água na Rua Liberdade, em frente ao nº 126, no Bairro Velha. Obs.: maiores informações com Felipe, pelo telefone 3231-1507.

Nº 9228/2014 - passar caminhão-pipa na Rua Ribeirão Schelters, no Bairro Testo Salto. Justificativa: em função da duplicação da BR 470, a poeira está prejudicando os moradores. Obs.: maiores informações com Felipe, pelo telefone 3231-1507.

Nº 9245/2014 - efetuar a manutenção na placa nominativa da Rua Cianorte, no Bairro Testo Salto. Justificativa: a placa que se encontra lá é muito antiga e o nome está praticamente apagado. Obs.: maiores informações com Débora, pelo telefone 3231-1507.

Nº 9246/2014 - efetuar reparos ao longo da Rua Oscar Pereira, no Bairro Garcia. Obs.: maiores informações com Rayssa, pelo telefone 3231-1507.

Nº 9247/2014 - realizar patrolamento e macadamização na Rua Constantin Seibt, no Bairro Água Verde. Justificativa: pois quando chove os carros atolam com frequência por causa da lama. Obs.: maiores informações com Débora, pelo telefone 3231-1507.

Nº 9248/2014 - disponibilizar caminhão-pipa na Rua Constantin Seibt, no Bairro Água Verde. Obs.: maiores informações com Débora, pelo telefone 3231-1507.

Nº 9249/2014 - efetuar limpeza e manutenção ao longo da Rua Coréia, no Bairro Velha Central. Obs.: maiores informações com Wilson, pelo telefone 3231-1507.

Nº 9250/2014 - efetuar o término do meio fio na Rua Guilherme Poerner, em frente ao número 514, no Bairro Água Verde. Obs.: maiores informações com Martinho, pelo telefone 3325-4683.

Nº 9257/2014 - efetuar reparos ao longo da Rua Coruripe, no Bairro Água Verde. Obs.: maiores informações com Rayssa, pelo telefone 3231-1507.

Nº 9258/2014 - efetuar reparos ao longo da Rua Carlos Krueger, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com Rayssa, pelo telefone 3231-1507.

Nº 9259/2014 - disponibilizar caminhão-pipa na Rua Carlos Krueger, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com Rayssa, pelo telefone 3231-1507.

Nº 9260/2014 - disponibilizar um guarda de trânsito na Rua Heinrich Hemmer, no Bairro Badenfurt, em frente ao Colégio Lauro Müller. Obs.: maiores informações com Rayssa, pelo telefone 3231-1507.

**DO VEREADOR JENS JUERGEN MANTAU:**

Nº 9252/2014 - realizar a pintura das faixas na pista de rolamento da Rua Euclides da Cunha, no Bairro da Velha. Obs.: maiores informações com o Sr. Jairo, pelo telefone 3330-6013.

**DO VEREADOR MARCOS DA ROSA:**

Nº 9221/2014 - realizar macadamização e patrolamento em toda extensão da Rua João Wippel, no Bairro Itoupava Central.

Nº 9266/2014 - implantar faixas elevadas na Rua Franz Volles, próximo aos nº 2121 e 2225, no Bairro Itoupava Central.

Nº 9267/2014 - consertar o passeio público que foi quebrado para a implantação da nova rede de esgoto, no início da Rua Guilherme Poerner, no Bairro Água Verde. Obs.: maiores informações com André, pelo telefone 8807-4983.

**DO VEREADOR MÁRIO HILDEBRANDT:**

Nº 9263/2014 - roçar e limpar a Rua Juventino Pamplona, em toda sua extensão, no Bairro Garcia.

Nº 9264/2014 - roçar e limpar a Rua Frohsinn, em toda sua extensão, no Bairro Garcia.

Nº 9265/2014 - roçar e limpar a Rua Eurico Mehl, em toda sua extensão, no Bairro Garcia.

**DO VEREADOR OLDEMAR BECKER:**

Nº 9220/2014 - realizar limpeza e roçada em toda a extensão da Rua Otto Anlauf Junior, no Bairro Salto do Norte. Justificativa: o mato está tomando a referida rua, dificultando a passagem das pessoas que transitam nela.

Nº 9230/2014 - realizar manutenção na "boca de lobo" quebrada na Rua Biguaçu, em frente ao número 349, no Bairro Água Verde, pois oferece risco aos moradores.

Nº 9231/2014 - realizar limpeza na Rua Biguaçu, no Bairro Água Verde, pois o barro está dificultando o acesso dos pedestres.

Nº 9232/2014 - realizar manutenção na "boca de lobo" entupida na Rua dos Pioneiros, em frente ao número 71, no Bairro Velha. Justificativa: a água da chuva não está tendo o escoamento devido. Obs.: maiores informações com Janete, pelo telefone 3330-4044.

Nº 9233/2014 - trocar a grelha da "boca de lobo" que está quebrada na Rua dos Pioneiros, em frente ao número 71, no Bairro Velha. Justificativa: os moradores reclamam, pois o buraco está oferecendo riscos. Obs.: maiores informações com Janete, pelo telefone 3330-4044.

Nº 9234/2014 - realizar manutenção na "boca de lobo" na Rua Artur Mantau, em frente ao número 724, no Bairro Salto Weissbach. Justificativa: os usuários do telefone público e os pedestres da região reclamam que a vazão da água é ruim devido ao nível da "boca de lobo", pois em dias de chuva fica muita água acumulada em frente ao telefone público, e sempre se molham quando passam os carros na via.

Nº 9235/2014 - realizar manutenção na tubulação quebrada na Rua Americana, em frente ao número 106, no Bairro Passo Manso. Justificativa: o desnível da rua está oferecendo riscos.

Nº 9236/2014 - realizar manutenção na "boca de lobo" na Rua Waldir Medeiros, em frente ao número 528, no Bairro Velha. Justificativa: a grelha está quebrada, e os moradores reclamam, pois o buraco está oferecendo riscos.

Nº 9242/2014 - limpar a calçada na Rua Josepha Micheluzzi, em frente ao número 110, Bairro Velha. Justificativa: os moradores reclamam da obstrução da passagem de pedestres.

Nº 9243/2014 - trocar a grelha quebrada da "boca de lobo" na Rua Josepha Micheluzzi, em frente ao número 87, Bairro Velha. Justificativa: os moradores reclamam, pois está oferecendo riscos aos pedestres.

Nº 9244/2014 - limpar a calçada e pontos específicos na Rua Artur Schreiber, Bairro Velha. Justificativa: os moradores reclamam, pois o mato e a sujeira estão obstruindo a passagem dos pedestres. Obs.: maiores informações com o Sr. Maro, pelo telefone 9652-0067 ou 3325-2545.

Nº 9251/2014 - patrolar e macadamizar a Rua Fermina Gonçalves da Silva, no Bairro Velha Grande. Justificativa: a comunidade está com dificuldades no tráfego de veículos e pedestres devido aos buracos e desníveis na rua.

Nº 9261/2014 - fazer desvio da tubulação da Rua Marcelo Benigno, em frente ao número 168, no Bairro do Progresso. Justificativa: o morador relata que a tubulação passa por dentro do terreno dele, e que está tendo problemas com isto. O piso da casa está cedendo, e requer que seja feito um estudo para que a tubulação passe por fora do seu terreno, sendo necessário poucos tubos para isto ser feito. Sendo realizado o mais rápido possível, evitara futuros problemas com tal residência. Obs.: maiores informações pelo telefone 3336-8228.

Nº 9262/2014 - reformar o calçamento da Rua Mathilde Benner, no final da rua, no Bairro Velha.

**DO VEREADOR ROBERTO TRIBESS:**

Nº 9268/2014 - patrolar a Rua Jacob Schaeffer, em toda sua extensão, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9269/2014 - roçar e fazer limpeza na Rua Jacob Schaeffer, em toda sua extensão, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: maiores



informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9270/2014 - consertar o asfalto na Rua Felipe Bauler, próximo ao nº 1340, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9271/2014 - patrolar a Rua Pedro Poli, em toda sua extensão, no Bairro Testa Salto. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9272/2014 - patrolar a Rua Clidia da Silva, em toda sua extensão, no Bairro Testa Salto. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9273/2014 - roçar e fazer limpeza na Rua Maria Nuss, em toda sua extensão, no Bairro Testa Salto. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9274/2014 - roçar e fazer limpeza na Rua Raymundo Nuss, em toda sua extensão, no Bairro Testa Salto. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9275/2014 - roçar e fazer limpeza na Rua Joao Nuss, em toda sua extensão, no Bairro Testa Salto. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9276/2014 - patrolar a Rua Adolfo Bauler, em toda sua extensão, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9277/2014 - roçar e fazer limpeza na Rua Mina Nova, em toda sua extensão, no Bairro Testa Salto. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9278/2014 - consertar o calçamento na Rua Curt Scheidemantel, próximo ao nº 80, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9279/2014 - roçar e fazer limpeza na Rua Oscar Holz, em toda sua extensão, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9280/2014 - consertar o calçamento na Rua Sete de Maio, próximo ao nº 176, no Bairro Itoupava Norte. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9281/2014 - consertar calçamento na Rua Sete de Maio, próximo ao nº 273, no Bairro Itoupava Norte. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9282/2014 - consertar o calçamento na Rua São Vicente, próximo ao nº 239, no Bairro Itoupava Norte. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9283/2014 - consertar o calçamento na Rua São Vicente, próximo ao nº 255, no Bairro Itoupava Norte. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9284/2014 - consertar o calçamento na Rua Arno Lueders, próximo ao nº 287, no Bairro Itoupava Norte. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9285/2014 - consertar o calçamento na Rua Nei Claudio Simas, próximo ao nº 143, no Bairro Itoupava Norte. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9286/2014 - consertar o calçamento na Rua Nei Claudio Simas, próximo ao nº 441, no Bairro Itoupava Norte. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9287/2014 - colocar grelha em "boca de lobo" na Rua Nei Claudio Simas, próximo ao nº 205, no Bairro Itoupava Norte. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9288/2014 - consertar o calçamento na Rua São Bernardo, próximo ao nº 504, no Bairro Itoupava Norte. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9289/2014 - consertar o calçamento na Rua São João, próximo ao nº 815, no Bairro Itoupava Norte. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9290/2014 - colocar grelha em "boca de lobo" na Rua Soldado Mario Luiz Bertolini, próximo ao nº 225, no Bairro Itoupava Norte. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

#### DO VEREADOR ZECA BOMBEIRO:

Nº 9229/2014 - colocar uma faixa de pedestres elevada e suas devidas sinalizações na Rua Johann Sachse, no Bairro Badenfurt, entre os números 534 e 561. Justificativa: trata-se de uma localidade onde os veículos transitam sempre em alta velocidade, pondo em risco moradores, e crianças que vão à escola.

Nº 9292/2014 - sinalizar, com placas de 50 km/h, toda a extensão da Rua Arnold Hemmer, no Bairro Badenfurt.

#### REQUERIMENTOS DE VOTOS DE PESAR

##### DO VEREADOR ANTÔNIO JOÃO VENEZA DE SOUZA:

Nº 1375/2014 - voto de pesar à família da Sra. Ivanilde Terezinha Reinaldo Pereira, pelo seu recente falecimento.

##### DO VEREADOR CEZAR JOÃO CIM:

Nº 1384/2014 - votos de pesar à família da Sra. Gertrudes Pogalski, pelo seu recente falecimento.

#### MATÉRIA DA ORDEM DO DIA

#### PROJETO

Em primeira discussão e votação o seguinte Projeto de Lei:

- Projeto de Lei nº 6.554, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "ALTERA A DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO CENTRO E REVOGA A LEI Nº 2.106, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1975".

#### REQUERIMENTOS

##### DO VEREADOR ADRIANO PEREIRA:

Nº 1382/2014 - providências junto ao Executivo Municipal, no sentido de que, na forma e dentro do prazo legal, com base na legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Quando serão feitos os investimentos e obras para dar segurança aos moradores do loteamento Santa Rita, no Bairro Fortaleza? Obs.: buscando consolidar e reurbanizar àquela comunidade, mantendo às famílias com segurança no local.

Nº 1383/2014 - providências junto ao Executivo Municipal, no sentido de que, na forma e dentro do prazo legal, com base na legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Quando será reconstruída a Rua Nelson Schramm? Obs.: enviaram respostas diversas conforme documento anexo e não resolveram o problema.

Nº 1385/2014 - providências junto ao Executivo Municipal, no sentido de que, na forma e dentro do prazo legal, com base na legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação:

- Quando de fato será iniciada a pavimentação da Rua Fernão Dias, pelo sistema de mutirão, através do Programa Pavimenta Ação? Obs.: os moradores não aguentam mais promessas e prorrogação de prazos, a comissão da rua é cobrada pelos moradores, nós vereadores também, por isso queremos uma resposta objetiva e concreta.

**DO VEREADOR CÉLIO DIAS:**

Nº 1391/2014 - providências junto ao Executivo Municipal, Secretaria Municipal da Fazenda - Sefaz, no sentido de que na forma e dentro do prazo legal, com base na legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informações: Quais são as empresas no município de Blumenau, que trabalham com marmoraria, granitos e pedras decorativas e possuem alvará de localização?

**DO VEREADOR IVAN NAATZ:**

Nº 1373/2014 - providências junto à CELESC, no sentido de que realize a manutenção de um poste de energia elétrica na Rua Arthur Haertel, Bairro Salto. Justificativa: o poste está prestes a cair, causando assim, a queda geral de energia na referida rua. Obs.: caso Vossa Senhoria necessite maiores informações, favor entrar em contato com o Sr. Felipe, pelo telefone 3231-1507.

Nº 1380/2014 - providências junto ao Executivo Municipal - Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, no sentido de que na forma e dentro do prazo legal, com base na legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Existem estudos ou projetos para a pavimentação das ruas: Arnaldo Jenichem e Mario Giese Bairro Itoupava Central? Caso a resposta seja negativa, considerar a possibilidade de enviar planejamento.

**DO VEREADOR MARCOS DA ROSA:**

Nº 1389/2014 - providências junto ao 10º Batalhão de Polícia Militar, no sentido de que solicite rondas policiais frequentes na Rua Das Missões, no período noturno, Bairro Ponta Aguda. Justificativa: por causa de usuários de drogas e traficantes de entorpecentes.

Nº 1390/2014 - Votos de congratulações à IGREJA EVANGÉLICA COMUNHÃO CRISTÃ, com sede na Rua Gustavo Lueders, nº 91, Bairro Itoupava Norte, pela passagem do seu 17º aniversário.

**DO VEREADOR VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA:**

Nº 1381/2014 - providências junto ao Executivo Municipal, bem como a Secretaria de Obras, no sentido de que na forma e dentro do prazo legal, com base na Legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Como estão os encaminhamentos referentes à pavimentação da Rua Baurim, conforme já questionado através do requerimento nº 338/2014?

**DO VEREADOR ZECA BOMBEIRO:**

Nº 1386/2014 - providências junto ao Executivo Municipal, no sentido de que responda ao seguinte pedido de informação: - Por que não foi desobstruída a tubulação da Rua São Valentin, que passa por baixo da Cerâmica Ziegler?

Nº 1387/2014 - providências junto ao Executivo Municipal, no sentido de que responda ao seguinte pedido de informação: - Por que não foi desobstruída a tubulação do dique da Rua Vereador Romário da Conceição Badia, no Bairro Itoupava Norte?

Nº 1388/2014 - providências junto ao DNIT, no sentido de que conserte telhado, banco e piso de ponto de ônibus, na Rodovia BR 470, KM 58, no Bairro Badenfurt, em frente à lombada eletrônica.

**MOÇÕES**

**DO VEREADOR ADRIANO PEREIRA:**

Nº 176/2014 - moção de louvor, com expedição de diploma e entrega em Plenário, em conformidade com o artigo 143 e parágrafos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, ao Sr. Oséias

Pereira, pelos seus mais de 15 anos de dedicação à música, levando alegria a todo o País e pelo trabalho social que realiza em prol de crianças carentes. Obs.: cota do vereador autor referente ao mês de outubro de 2014.

**DO VEREADOR MÁRIO HILDEBRANDT:**

Nº 178/2014 - moção de louvor, com expedição de diploma e entrega em Plenário, em conformidade com o artigo 143 e parágrafos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, à Rede Fronteira de Comunicação, pelos 30 anos de fundação e serviços prestados a Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Obs.: cota do vereador autor referente ao mês de novembro de 2014.

**DO VEREADOR VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA:**

Nº 175/2014 - moção de louvor, com expedição de diploma, em conformidade com artigo 143 e parágrafos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, às Direções da ACAPRENA, parabenizando, reconhecendo e agradecendo, em nome de nossa população, por mais de quatro décadas em defesa da Biodiversidade e de luta por uma cultura socioambiental, no Vale, em SC e no Brasil. Obs.: cota do Vereador Adriano Pereira referente ao mês de outubro de 2014.

**DOS VEREADORES MÁRIO HILDEBRANDT E IVAN NAATZ**

Nº 177/2014 - moção de louvor, com expedição de diploma e entrega em plenário, em conformidade com o artigo 143 e seus parágrafos do Regimento Interno, ao Bispo Dom José Negri, pelos relevantes serviços de cunho religioso prestados à comunidade blumenauense. Obs.: cota do vereador autor referente ao mês de novembro de 2014.

**ORDEM DO DIA**

Retirados da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 6.554 e o Requerimento nº 1373/2014.

Despachados à próxima sessão os Requerimentos nºs 1373 e 1380/2014.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1394, 1395, 1396, 1397, 1398 e 1399/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168 e 2169. Destino: comunique-se e publique-se.

**RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2014.**

Reunião Ordinária do dia 06 de novembro de 2014.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Alexandre Caminha
Antônio João Veneza de Souza	Célio Dias
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Marcelo Lanzarin
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

**ORDEM DO DIA**

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 04 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.390, ficando prejudicada a Emenda nº 04.

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 01, 02, 03, 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14 e 15 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.390. Destino: incorporadas ao projeto.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.390. Destino: à Comissão de Redação Final.

Retirado da Ordem do Dia os Requerimentos nºs 1373 e 1380/2014.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1414 e 1416/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada a Lei Ordinária nº 8.046 pelo Vice-Presidente.

Mensagem nº 84/2014 - encaminhando Projeto de Lei, em regime de urgência, que AUTORIZA A CONCESSÃO, NO EXERCÍCIO DE 2015, DE AUXÍLIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2170, 2171 e 2172. Destino: comunique-se e publique-se.

**RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2014.**

Reunião Extraordinária do dia 06 de novembro de 2014.  
Quinta-Feira - 19:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Alexandre Caminha
Antônio João Veneza de Souza	Célio Dias
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Marcelo Lanzarin
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

**ORDEM DO DIA**

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 1.390. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovada, em única discussão e votação, a Moção nº 179/2014. Destino: à Secretaria para providências.

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### Decreto 0126/2014

DECRETO Nº 0126/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

#### DECRETA:

Art. 1º Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e quatorze, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 3.700,00 (Três mil e setecentos reais), conforme segue:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS  
02 - DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 - Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais  
(235) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.0.0104.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.700,00

Art. 2º Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 3.700,00 (Três mil e setecentos reais), como segue:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS  
02 - DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 - Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais  
(239) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.0.0104.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.700,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 06 de novembro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

### Decreto 0127/2014

DECRETO Nº 0127/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
02 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL  
2.029 - Reequipamento do Ensino Infantil  
(289) - 4.4.90.00.00.00.00.00.3.0058 - Aplicações Diretas ..... R\$ 4.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL

2.107 - Reequipamento do Ensino Fundamental

(290) - 4.4.90.00.00.00.00.00.3.0058 - Aplicações Diretas ..... R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 11.000,00

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2013 do recurso 3.0058 - Salário Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 06 de novembro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

### Decreto 0128/2014

DECRETO Nº 0128/2014

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei 0727/2012, de 16.10.12, etc...

#### DECRETA:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social, de acordo com a Lei Municipal nº 0727/2012, de 16.10.12, terá a seguinte composição:

§1º - Os representantes de Entidades Governamentais:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

Titular: Denilson Joenck

Suplente: Denise Schussler Werter

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação;

Titular: Isolene Grahl

Suplente: Marinélze Silva

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer

Titular: Gilson Junior da Silva

Suplente: Iracema Cristina Hubes de Oliveira Stupp

§2º - Representantes da Sociedade Civil:

I - Representantes de Usuários da Assistência Social;

Titular: Aneri dos Santos Pinheiro

Suplente: Vivian Preilipper Fátima

II - Representantes de Entidades e Organizações de Assistência Social, de Atendimento à criança e de Adolescentes;

Titular: Jéssica da Silva Facundes

Suplente: Camila Hinckel

III) Representantes de Entidades e Organizações de Assistência Social, de atendimento a pessoa Idosa;

Titular: Marcia Lourenço Paterno

Suplente: João Bartsch

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.



Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 063/2012 de 24.10.2012 e Decreto nº 055/2014 de 27.05.2014

Braço do Trombudo, em 06 de novembro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

### **Decreto 0129/2014**

DECRETO Nº 0129/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.599,65 (Cinco mil e quinhentos e noventa e nove reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL

2.029 - Reequipamento do Ensino Infantil

(291) - 4.4.90.00.00.00.00.1.0062 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 4.799,65

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL

2.028 - Manutenção do Ensino Infantil

(292) - 4.4.90.00.00.00.00.1.0062 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 800,00

TOTAL R\$ 5.599,65

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2014 do recurso 1.0062 - FNDE - Brasil Carinhoso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 06 de novembro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36 2013 PMBT**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2013**

Página: 1/6

Número do Registro de Preços: 36/2013		Data do Registro: 07/11/2013		Válido até: 07/11/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de mudas para ornamentação de espaços Públicos e Proteção dos recursos hídricos para o Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Flor- Coreópsis/margarida amarela. (12121)	CX	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	9,5000	1
2	Flor - Funcionária Pública. (12122)	CX	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	7,6300	1
3	Grana esmeralda. (12123)	M2	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	8,2700	1
4	Clorofitos. (12124)	CX	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	7,6300	1
5	Moréla. (12125)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	5,7500	1
6	Flor Leopardo (12126)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	4,4000	1
7	Estrelitzia (12127)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	10,7500	1
8	Fenix (12128)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	15,5000	1
9	Ráfia - ponta (12129)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	7,5000	1
10	Tricolor (12130)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	12,3300	1
11	Manacá de jardim (12131)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	16,0000	1
12	Quaresmeira (12132)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	13,3300	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2013**

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 36/2013		Data do Registro: 07/11/2013		Válido até: 07/11/2014		Objeto da Compra: Aquisição de mudas para ornamentação de espaços Públicos e Proteção dos recursos hídricos para o Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
13	Cedro Rosa (12133)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	14,0000	1	
14	Canela Imbuia (12134)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	4,7500	1	
15	Ipê de Jardim (12135)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	7,5000	1	
16	Ipê Roxo/rosa (12136)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	8,6000	1	
17	Família Anacardiaceae (aroeira; copitúva) (12137)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	0,9700	1	
18	Família Annonaceae (araticum; pindabuna; cortiça) (12138)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	1,1000	1	
19	Família Apocynaceae (peroba; jasmim pipoca) (12139)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	0,9700	1	
20	Família Aquifoliaceae (erva mate; caúna) (12140)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	1,2500	1	
21	Araucariaceae (araucária) (12141)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	1,2500	1	
22	Arecaceae (palmito, coqueiro) (12142)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	1,2500	1	
23	Bignoniaceae ( caroba, ipê amarelo, ipê de várzea (12143)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	1,0300	1	
24	Celestraceae (espinheira Santa) (12144)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	0,8000	1	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2013**

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 36/2013		Data do Registro: 07/11/2013		Válido até: 07/11/2014		Objeto da Compra: Aquisição de mudas para ornamentação de espaços Públicos e Proteção dos recursos hídricos para o Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
25	Euphorbiaceae (tanheiro, pela cavalo) (12145)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	1,2300	1	
26	Fabaceae (pata de vaca; corticeira; ingá feijão, ingá macaco farinha seca; bracinga; guapuruvu) (12146)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	0,9700	1	
27	Lamiaceae (larumã) (12147)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	1,0300	1	
28	Lauraceae (canela-fogo; canela guaruva; canela branca; ; canela preta; sassafra; imbuia; (12148)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	1,1200	1	
29	Magnoliaceae (bagaçu) (12149)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	0,8300	1	
30	Meliaceae (canjerana, cedro) (12150)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	1,1200	1	
31	Moraceae ( Figueira, amora ) (12151)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	0,8300	1	
32	Myrtaceae (Goiaba da serra; guamirim; guabiroba; grumixama, cerejeira do mato, pitanga, jaboticabeira, araçá ) (12152)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	0,9700	1	
33	Rubiaceae (corujeiro, бага de macaco) (12153)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	0,9700	1	
34	Salicaceae ( Guaçatunga,, cafezeiro do mato) (12154)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	1,4000	1	
35	Sapindaceae ( chao-chao, camboatá vermelho, camboatá branco) (12155)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	0,9700	1	
36	Malvaceae ( açolia-cavalo) (12156)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	1,2300	1	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2013

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 36/2013		Data do Registro: 07/11/2013		Válido até: 07/11/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de mudas para ornamentação de espaços Públicos e Proteção dos recursos hídricos para o Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Urticaceae ( embauba) (12157)	UND	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	2.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2013

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 36/2013		Data do Registro: 07/11/2013		Válido até: 07/11/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de mudas para ornamentação de espaços Públicos e Proteção dos recursos hídricos para o Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	CAPILE (1258)	L	AGRO PLANTAS MONDINI LTDA (7254)	A.P. Mondini	0	1,2300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2013

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 36/2013		Data do Registro: 07/11/2013		Válido até: 07/11/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de mudas para ornamentação de espaços Públicos e Proteção dos recursos hídricos para o Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2013  
PROCESSO Nº 69/2013  
(7254) - AGRO PLANTAS MONDINI LTDA

Braço do Trombudo, 7 de Novembro de 2013.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7 2014PMBT**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2014**

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 7/2014		Data do Registro: 30/04/2014		Válido até: 30/04/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Gosto e Odo. (11900)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	14,5481	1
2	CLOROMINA (13276)		ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	14,0000	2
3	Contagem de coliformes totais (11901)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	92,8299	1
			ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	90,0000	2
		UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	15,7641	1
			ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	18,0000	2
4	Contagem de E. coli (11902)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	19,8983	1
			ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	18,0000	2
5	Contagem de bactéria heterotrófica (11903)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	27,5155	1
			ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	25,0000	2
6	Cianobactérias. (11904)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	134,4939	1
			ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	160,0000	2
7	Produtos secundários desinfecção. (11905)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	451,7554	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2014

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 7/2014      Data do Registro: 30/04/2014      Válido até: 30/04/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
8	Rádio 226 e rádio 228. (11906)		ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	438.0000	2		
		UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	441.4371	1		
9	TODOS parâmetros da Por. 2914 listados nos anexos VII e X (11910)		ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	420.0000	2		
		UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	2.334.6704	1		
10	Parâmetros da Resolução CONAMA 357 (11912)		ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	2.265.0000	2		
		UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	1.464.5811	1		
11	Parâmetros da Resolução CONAMA 396 (11913)		ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	1.500.0000	2		
		UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	1.567.7207	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2014

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 7/2014		Data do Registro: 30/04/2014		Válido até: 30/04/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	1.600,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2014

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 7/2014		Data do Registro: 30/04/2014		Válido até: 30/04/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando a contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2014

PROCESSO Nº 16/2014

- (9042) - FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP
- (9187) - ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP

Braço do Trombudo, 30 de Abril de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1 2014FMAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 30/04/2014      Válido até: 30/04/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros alimentícios de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande no saborde laranja ou chocolate, sendo macio e fresco. (829)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	13.1600
2	Bolacha tipo caseira, no sabor de polvilho ou côco, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (830)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	16.6600
3	Sanduche feito com pão pulmann, fresco, macio sem presença de sujidades, com patê de frango. (831)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	2.9300
4	Sanduche natural de mini pão francês. (maionese queijo, presunto, alicace e tomate). Feitos no dia da entrega e embalados individualmente. (832)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	1.6500
5	Cuca integral, macia, fresca, sem sujidades, nössabores (farofa, banana c/ farofa, maça c/ farofa, abacaxi c/ farofa, uvas passas c/ farofa). (833)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	15.5000
6	Rosca de polvilho, tamanho grande, redonda, fresca, sem presença de sujidade. Feito no dia da entrega. (834)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	3.9100
7	Pastel assado grande, recheado com carne de frango, massa sequinha, sem sujidade. Assados 1 hora antes da entrega. (835)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	2.7600
8	Bolo de cenoura, fresco, sem cobertura, sem presença de sujidades (836)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	12.8000
9	Bolo de boleira de banana, tipo waffer, fresco e sem presença de sujidades (837)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	1.7000
10	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidades, feitos no dia da entrega. (838)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	14.3300
11	Sanduche feito no pão pulmann, fresco, macio, sem presença de sujidades, complices (presunto, queijo, pepino, cenoura e maionese). (839)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	3.6800



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 30/04/2014      Válido até: 30/04/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros alimentícios de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
12	Sanduíche com pão francês, tamanho médio, fresco, feito no dia da entrega, com, maionese, presunto cozido e queijo. (840)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	2,0000	1		
13	Cuca caseira de banana c/ farofa ou abacaxi c/ farofa, macia, fresca e sem sujidades, com peso aproximado de 1 Kg. (841)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	8,6000	1		
14	Bolo recheado, com creme de laranja ou polpa de abacaxi, cremes de recheio e cobertura com nata, fresco e sem presença de sujidades (842)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	18,0000	1		
15	Mamão formosa, tamanho médio. (843)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	FORMOSA	0	3,1500	1		
16	Banana caturra. (844)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	CATURRA	0	1,6900	1		
17	Laranja pera. Tamanho médio. (845)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	PERA	0	2,4400	1		
18	Maçã gala ou fugi. Tamanho médio (846)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	GALA / FUGI	0	3,6600	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 1/2014      Data do Registro: 30/04/2014      Válido até: 30/04/2015

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros alimentícios de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Abacaxi pérola (doce). Tamanho médio. (847)	UND	NELSON KNAUL ME (6150)	PÉROLA	0	4,6500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 30/04/2014		Válido até: 30/04/2015	
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros alimentícios de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2014

PROCESSO Nº 2/2014

(6003) - PANIFICADORA KI SABOR  
(6150) - NELSON KNAUL ME

Braço do Trombudo, 30 de Abril de 2014.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29 2014 PMBT**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014**

Página: 1/15

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Paleta direita (7782)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	35,0000	1
2	Paleta esquerda (7783)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	35,0000	1
3	Eixo do disco esquerdo (14891)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	21,0000	1
4	Disco líder (7785)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	500,0000	1
5	Braço de ligação (7786)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	180,0000	1
6	Cubo da roda (7790)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	70,0000	1
7	Condutor do adubo (7791)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	15,0000	1
8	Caixa de distribuição de semente (7792)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	90,0000	1
9	Engrenagem dupla maior (7799)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	230,0000	1
10	Engrenagem dupla menor (7800)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	500,0000	1
11	Corrente RC 80R (7801)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	95,0000	1
12	Prato distribuidor do adubo (7802)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	90,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014**

Página: 2/15

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
13	Conjunto depósito de semente (7806)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	195,0000	1	
14	SUORTE DO DISCO DE CORTE (5092)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	180,0000	1	
15	Esteira dupla p/ calcário (7809)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	1.750,0000	1	
16	Carenagem direita (7810)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	50,0000	1	
17	Carenagem esquerda (7811)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	50,0000	1	
18	Peneira Cilíndrica c/ capa c/ flange (7812)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	1.100,0000	1	
19	Mancal oreilha 90mm (7813)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	100,0000	1	
20	Balancin (7814)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	40,0000	1	
21	Braçadeira do mancal (7815)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	15,0000	1	
22	Sapata direita (7816)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	150,0000	1	
23	Pino argola (7817)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	SGT	0	3,0000	1	
24	Bucha p/ subsolador (7818)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	0	8,0000	1	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Página: 3/15

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
25	Mola do disco (7819)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	0	48,0000	1	
26	Cubo do disco completo (7820)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	0	170,0000	1	
27	Cubo do disco s/rol/s/eixo (7821)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	0	110,0000	1	
28	Cubo carreta 5T rodado R.D. (14892)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TRITON	0	230,0000	1	
29	Cubo carreta 5t rd s/ rolamento (7823)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TRITON	0	360,0000	1	
30	Selo mecânico (7824)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	97,0000	1	
31	Cone c/ haste válvula de alívio (7825)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	65,0000	1	
32	Rotor prens.bomba lob.selo mec (14894)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	330,0000	1	
33	CRUZETA CC. 36 (2714)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEWCO	0	35,0000	1	
34	Cruzeta cc -103/1 (14893)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEWCO	0	38,0000	1	
35	Aro 6 furos rodado duplo (7829)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	ALZA	0	190,0000	1	
36	Correia c-144 (7830)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEWCO	0	78,0000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Página: 4/15

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
37	Correia c-138 (7831)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	70,0000	1	
38	Mangote p/ plant. junil 2090 (7832)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BEGEBOR	0	15,0000	1	
39	Disco de grade 20" recortado (7833)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	90,0000	1	
40	Disco de grade 18" recortado (7834)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	70,0000	1	
41	Haste roscada da mola (7835)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	ALZA	0	13,0000	1	
42	Ponta escarificador giro (7836)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	50,0000	1	
43	PARAFUSO COM PORCA 3/4x6.5 (8594)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	ALZA	0	10,0000	1	
44	Parafuso com Porca 1x2x2.1/2 (8595)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	ALZA	0	2,0000	1	
45	Disco reto 17" 5f (7839)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	95,0000	1	
46	Disco plano 17" ranhur. 6f (7840)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	100,0000	1	
47	Ponta arado (7345)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	150,0000	1	
48	Alveca de arado. (11420)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	265,0000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Página: 5/15

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Cabo de aço (7842)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	16,0000	1
50	Kit facas jf 92 z10 (7843)	KIT	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	1.060,0000	1
51	Contra faca H20F4 (7292)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	80,0000	1
52	Faca inferior da plataforma (7293)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	52,0000	1
53	Pino de segurança (7846)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	3,0000	1
54	Jogo de facas do recolhedor (7847)	JG	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	230,0000	1
55	Base e pedra afiador (7298)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	200,0000	1
56	Cabo de giro da bica (7294)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	180,0000	1
57	Mola do Cilindro Dental Móvel (8596)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	50,0000	1
58	Eixo polia cardan (7297)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	280,0000	1
59	Eixo do rotor c/ arruela de vedação (7289)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	220,0000	1
60	Engrenagem do cilindro liso (7851)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	110,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014**

Página: 6/15

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Engrenagem do comando (7852)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	20,0000	1
62	Mola da bica quebra jato (7853)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	12,0000	1
63	Mancal atrito completo (7854)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	100,0000	1
64	Carretel liso fundido (7855)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	40,0000	1
65	Correia c 75 (7856)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	30,0000	1
66	Correia c 63 (7857)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	25,0000	1
67	Peneira da bateteira TR 791 (7858)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TRITON	0	500,0000	1
68	Limpador dianteiro (7859)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TATU	0	42,0000	1
69	Limpador traseiro (7860)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TATU	0	42,0000	1
70	Garra avulsa giro. (11422)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	0	650,0000	1
71	Correia c-156 (7862)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	90,0000	1
72	Kit Facas jf c120 (6597)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	1.220,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014**

Página: 7/15

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Engate rápido 4" (7308)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	62,0000	1
74	Tubo Engate Rápido com ranhura (8598)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	70,0000	1
75	Anel Vedação 6mm.engate 4" (8599)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	4,0000	1
76	Mangueira 4 Sucção. (11424)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	ACREL	0	60,0000	1
77	Junta Universal. (8601)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	190,0000	1
78	Tubo Triangular Macho/Fêmea. (8602)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	170,0000	1
79	Tubo Triangular Macho. (8603)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	140,0000	1
80	Junta Agrícola CC505551 (8605)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	170,0000	1
81	Cardan completo 5000. (11425)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	430,0000	1
82	Cardan completo 2500. (11426)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	420,0000	1
83	Junta agrícola 5000. (11427)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	170,0000	1
84	Disco 18 liso. (11428)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	60,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Página: 8/15

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
85	Sapata Esquerda. (11429)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	150,0000	1	
86	Caçamba/concha do Carregador. (11430)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MATAO	0	1.180,0000	1	
87	Junta agrícola 2500. (11431)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	425,0000	1	
88	Aro 5.50x16 c 6 Furos especial. (11432)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	ALZA	0	190,0000	1	
89	Aro Carreta 5 Furos. (11433)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	ALZA	0	150,0000	1	
90	Correia C65. (11434)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	20,0000	1	
91	Correia C 60. (11435)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	30,0000	1	
92	Correia B152x5 JF92. (11436)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	550,0000	1	
93	Correia 5/5v 1550. (11437)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	1.160,0000	1	
94	Bica saída mecânica S3. (11440)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	670,0000	1	
95	Parafuso arado 1/2x3 3/4. (11441)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	ALZA	0	2,0000	1	
96	Polia Cardan 450 mm C/20. (11442)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	900,0000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Página: 9/15

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
97	Polia 5V 165 mm C120. (11443)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	500,0000	1	
98	Polia do Cardan 450 mm Z10 92 (11445)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	960,0000	1	
99	Terceiro ponto hidraulico (14895)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	PROFER	0	860,0000	1	
100	Faca picadeira ensilad. JM4100 (14896)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	22,0000	1	
101	Faca ceifadora ensilad. JM4100 (14897)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	39,0000	1	
102	Rebolo afiador JM4100 (14898)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	190,0000	1	
103	Pino segurança JM4100 (14899)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	2,0000	1	
104	Disco de embreagem JM4100 (14900)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	30,0000	1	
105	Kit de facas JF C-120 (14901)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	1.220,0000	1	
106	Engrenagem cilindro dentado (14902)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	130,0000	1	
107	Engrenagem dupla parafusada (14903)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	460,0000	1	
108	Bica de Saida Completa JF Tubo/bica Manual (14904)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	2.750,0000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Página: 10/15

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	Engrenagem Inter. da tampa JF (14905)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	105,0000	1
110	Engrenagem Intermediaria do braço JF (14906)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	100,0000	1
111	Cilindro móvel dentado JF (14907)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	350,0000	1
112	Vedação completa do cilindro JF (14908)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	53,0000	1
113	Engrenagem menor do Cilindro (14909)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	280,0000	1
114	Alinhador Direito (14910)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	295,0000	1
115	Alinhador Esquerdo (14911)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	295,0000	1
116	Protetor direito (14912)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	62,0000	1
117	Engrenagem Z14/Z18 eixo Semente (14913)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	37,0000	1
118	Vareta Mola da roda (14914)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	20,0000	1
119	Mola da Roda (14915)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	60,0000	1
120	Deposito Adubo/Semente (14917)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	275,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014**

Página: 11/15

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
121	Mola do Sulcador Interna (14918)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	40,0000	1	
122	Mola do Sulcador Externa (14919)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	43,0000	1	
123	Ponta do Sulcador Adubo (14920)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	40,0000	1	
124	Sulcador do Adubo (14921)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	105,0000	1	
125	Disco de Corte (14922)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	25,0000	1	
126	Disco de semente 13" (14925)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	45,0000	1	
127	Dixco de Semente 14" (14926)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	50,0000	1	
128	Cubo disco de corte Seed Line (14927)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	80,0000	1	
129	Cubo disco de Semente (14928)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	80,0000	1	
130	Condutor Helicoidal (14929)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	30,0000	1	
131	Vareta soldada (14930)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	45,0000	1	
132	Prato Distribuidor de sementes (14931)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	250,0000	1	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014**

Página: 12/15

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Anel dosador de semente (14932)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	68,0000	1
134	Pinhão (14933)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	20,0000	1
135	Coroa de 40 dentes (14934)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	60,0000	1
136	Vareta mola linha semente (14935)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	45,0000	1
137	Corrente 2040 (14936)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	27,0000	1
138	Emenda 2040 (14937)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	7,0000	1
139	Roleta esticador (14938)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	7,0000	1
140	Raspador disco de semenete Es. (14939)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	10,0000	1
141	Raspador disco de semenete DI. (14940)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	10,0000	1
142	Roda de Profundidade (14941)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	240,0000	1
143	Eixo soldado (14942)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	80,0000	1
144	Pino bloqueador(regulador roda Profundidade) (14943)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	12,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Página: 13/15

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	Rolamento 6205 RS (14944)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	25,0000	1
146	Retentor 47,2x30x6 (14945)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	10,0000	1
147	Rolamento 6204 RS (14946)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	25,0000	1
148	Retentor 47x32x10 (14947)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	10,0000	1
149	Rolamento 6206 RS (14948)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	25,0000	1
150	Defletor do cubo (14949)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	10,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Página: 14/15

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
151	Eixo do Disco Direito (14950)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	MAX	0	21,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Página: 15/15

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015	
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2014  
PROCESSO Nº 51/2014

(7379) - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS

Braço do Trombudo, 6 de Novembro de 2014.

# Brusque

## PREFEITURA

### LEI Nº 3784, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014 LEGISLATIVO

Lei Nº 3784, de 5 de novembro de 2014.

Determina a obrigatoriedade do Poder Público Municipal de conceder tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei, na forma do Parágrafo 8º do Art. 56 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º O Município de Brusque fica obrigado a conceder tratamento diferenciado e simplificado, em suas contratações públicas, para as microempresas e empresas de pequeno porte, com base na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.

Art. 2º O tratamento diferenciado e simplificado se dará no processo licitatório, da seguinte forma:

I - as contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinadas exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte;

II - em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

III - em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisíveis.

§ 1º Na hipótese de os licitantes optarem pela subcontratação (inciso II), os empenhos ou pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 2º Em cada ano civil o valor máximo que poderá ser licitado por meio do disposto neste artigo não poderá exceder 25% (vinte e cinco por cento) do valor total licitado naquele ano.

Art. 3º Não se aplicará o tratamento diferenciado e simplificado quando:

I - não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II - não houver, no mínimo, 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 24 e 25, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

Art. 4º As microempresas e as empresas de pequeno porte, através de consórcio entre si, terão tratamento diferenciado e simplificado

para participar das contratações públicas do Município de Brusque, de até 100% (cem por cento) do total licitado, nos termos do artigo 33, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Brusque, em 05 de novembro de 2014.

Guilherme Marchewsky

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba

Diretor Geral

### LEI COMPLEMENTAR Nº 224 DE 26 DE SETEMBRO DE 2014 LEGISLATIVO

PORTE VETADA PELO PREFEITO MUNICIPAL E MANTIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2014 QUE SE TRANSFORMOU NA LEI COMPLEMENTAR Nº 224 DE 26 DE SETEMBRO DE 2014, QUE "INSTITUI O CÓDIGO SANITÁRIO MUNICIPAL, ESTABELECE PENALIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal manteve e eu, Guilherme Marchewsky, Presidente, promulgo os seguintes parágrafos:

Art. 77. ....

§ 1º .....

§ 2º Nos casos previstos no presente artigo, a criação ou conservação de animais será proibida, interrompida, transferida ou interdita, responsabilizando-se o Município pela remoção dos animais, no caso, dando-lhes a devida destinação.

§ 3º .....

§ 4º O Município deverá providenciar a implantação de uma clínica veterinária pública, que terá por finalidade, prestar atendimento gratuito à animais domésticos nas seguintes situações:

I - animais abandonados ou sem dono;

II - animais resgatados em razão de maus tratos;

III - animais pertencentes a pessoas comprovadamente de baixa renda;

IV - animais adquiridos por adoção através das ONG's e protetores independentes de animais desde que devidamente cadastrados na Clínica Veterinária Municipal, conforme dispostos nos artigos seguintes; e,

V - animais resgatados que estejam em lares temporários vinculados às ONG's que tenham entre suas finalidades estatutárias a proteção animal e protetores independentes de animais desde que devidamente cadastrados na Clínica Veterinária Municipal.

Câmara Municipal de Brusque, em 05 de novembro de 2014.

Guilherme Marchewsky

Presidente

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Rogério Gamba

Diretor Geral

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014 LEGISLATIVO**

CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014

OBJETO: Aquisição de um Elevador, tipo elétrico, para transporte de pessoas, sem casa de máquinas, a ser instalado no Prédio da Câmara Municipal de Brusque, em conformidade com as especificações do Edital.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 14hs do dia 20 de novembro de 2014, na Recepção da Câmara Municipal, sito na Rua Eduardo von Buettner, 65, Centro - Brusque/SC. (Fone: 047-3351-2891).

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min, do mesmo dia (20/11/2014), na sala de Reuniões, no endereço supracitado.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital estará disponível na íntegra, na Internet no endereço [www.camarabrusque.sc.gov.br](http://www.camarabrusque.sc.gov.br), ou no endereço acima citado.

GUILHERME MARCHEWSKY

Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 8, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014 LEGISLATIVO**

Resolução Nº 8, de 5 de novembro de 2014.

Autoriza a participação de Servidoras no Curso de Webjornalismo.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Guilherme Marchewsky, Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação das Servidoras Ana Roberta Eccel Venturelli Costa e Talita Garcia no Curso de Webjornalismo, a ser realizado em Florianópolis, nos dias 11 e 12 de novembro de 2014.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotação orçamentária do Poder Legislativo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 2014.

Guilherme Marchewsky

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 9.399, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 9.399, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 6-A da Lei nº 3.671/13,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Jaqueline Puhler, contratada para exercer o cargo de Monitora, gratificação no percentual de 32% (trinta e dois por cento) sobre seu vencimento, a partir de 20/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/10/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.400, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.400, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Substitui membro representante de Entidade Não Governamental no Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, nomeado por meio da Portaria n.º 9.306/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro suplente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque - SINSEB no Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, nominado no art. 1º, item II, "a", da Portaria n.º 9.306/14, conforme segue:

II - Não Governamental

a) Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque - SINSEB:

(...)

Suplente: Django Deucher

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.



JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.403, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.403, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

Substitui membros representantes de Entidades Governamentais e Não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, nomeados por meio das Portarias n.ºs 8.577/14 e 8.806/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir os membros titulares e suplentes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, nominados nos itens I, "a", "b", "c", "d" e "e", II, "a", "c" e "f", da Portaria n.º 8.577/14, e Portaria n.º 8.806/14, conforme segue:

**I - Representantes Governamentais:**

a) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Ana Beatriz Baron Ludvig

(...)

b) Secretaria de Assistência Social e Habitação:

Titular: Mirella Zucco Müller

Suplente: Lilian Gisele Pereira do Nascimento

c) Fundação Municipal de Esportes e Fundação Cultural de Brusque:

Titular: Deivis da Silva

Suplente: Larissa Gelati

d) Secretaria de Trânsito e Mobilidade e Secretaria de Comunicação Social:

Titular: Cristina Isabel Batistotti Sapata

Suplente: Paulo Rodrigo Sestrem

e) Gabinete do Prefeito:

Titular: Patricia Pykocz Freitas

(...)

**II - Representantes Não Governamentais:**

a) Grupo Escoteiro de Brusque:

Titular: Evandro Marcon

Suplente: Schirlei Knihs Freitas

(...)

c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:

Titular: Silvana Kunel Pereira

Suplente: Valdete Battisti Archer

(...)

f) Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Subseção de Brusque:

Titular: Nilo Sergio Krieger

Suplente: Fabrizio Aires Bortolini

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.404, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.404, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 146/09 e o art. 87 da Lei Complementar nº 147/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Viviane da Silva Sartori para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Círculo Bom Samaritano, lotada na Secretaria de Educação, com gratificação de representação no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir de 10/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/10/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de outubro 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.405, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.405, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomeia para compor o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor de Brusque, representando a Secretaria de Trânsito e Mobilidade:

- Titular: Bernardino Lucio Albino

- Suplente: Breno Nunes Neves

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.406, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 9.406, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

Substitui membros representantes do Poder Público e da Sociedade Civil no Conselho Municipal da Juventude - COMJUV.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir os membros titulares e suplentes do Poder Público e da Sociedade Civil no Conselho Municipal da Juventude - COMJUV, conforme segue:

I - (...)

c) um representante da Secretaria de Saúde:

...

Suplente: Bruna Heil

d) um representante da Fundação Municipal de Esportes:

Titular: Marcela dos Santos

Suplente: Eduardo Gohr

e) um representante da Fundação Cultural de Brusque:

...

Suplente: Israel Luiz Pereira

f) um representante indicado pela Secretaria de Governo e Gestão Estratégica:

Titular: Priscilla dos Santos da Silva

Suplente: Jhonny Fernando do Nascimento Rodrigues

II - (...)

a) um representante de estudantes secundaristas do município de Brusque matriculado em escola pública ou particular:

...

Suplente: Ana Paula Ferrari (Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira)

...

f) um representante das entidades sindicais de trabalhadores:

Titular: Jean Carlo Dalmolin (Sindicato dos Mestres e Contramestres)

Suplente: Ednaldo Pedro Antônio (Sindicato dos Plásticos e Químicos)

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

# Caçador

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 24.221

PORTARIA Nº 24.221, de 15 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e da outras providências,

#### RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais, abaixo relacionadas, o pagamento de gratificação de produtividade a que fazem jus, especificando: código, nome, cargo, período e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período da Gratificação	Valor da Gratificação
11854	Ana Paula Petrovich	Agente Comunitária de Saúde	01/06/2014 a 30/06/2014	100,00
11950	Luci Hinkeldei	Agente Comunitária de Saúde	01/06/2014 a 30/06/2014	100,00
11945	Maria Salete Rech Menezes	Agente Comunitária de Saúde	01/06/2014 a 30/06/2014	100,00
12032	Miriam Germano de Goes	Agente Comunitária de Saúde	01/06/2014 a 30/06/2014	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de Julho de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 24.697

PORTARIA Nº 24.697, de 15 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
3277	Gizele Aparecida Mandelli	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 24.698

PORTARIA Nº 24.698, de 15 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, gratificação por produtividade, referente ao período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
13312	Ana Claudia Serra Carpes Biela	Fiscal de Postura	22	006	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 24.691

PORTARIA Nº 24.691, de 13 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, 08 (oito) dias consecutivos em razão de casamento, especificando:

código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação e data do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	A contar de:
7824	Maicon Sgarbossa	Enfermeiro	006	13/10/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 24.705

PORTARIA Nº 24.705, de 15 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto ao Gabinete do Prefeito, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
12735	Carlos Rogério Leme Navarro	40h
10488	Gilmar Antônio Gonçalves	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 24.709

PORTARIA nº 24.709, de 16 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, realizado no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
8337	Antônio Carlos Moraes da Conceição	31h
2494	Bruno dos Santos	20h

10300	Carlos Venâncio dos Santos	37h
10297	Claudio Sonego	47h
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	37h
2503	Dorival Gonçalves Soares	25h
10292	Edgar Aimi	42h
2496	Edilson João Massucato	22h
7991	Eduardo Bittencourt	25h
7984	Ezequiel Márcio Colaço	12h
8334	Eveline Semke de Moraes	47h
9200	Fabio de Lima Garcia	12h
8336	Fernando Antonio Sinhorin	34,5h
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	44h
1439	Isaac Alves de Mello	40h
2491	Jandir Antunes de Oliveira	22h
9201	José Augusto Moreira do Prado	40h
1145	José Luiz Carvalho	18h
1457	José Vilmar Miranda	12h
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	28h
8339	Luciara Garcez Coelho	15h
12602	Mauricio Bolduan	42h
3767	Nelson Carlin Navroski	24h
12603	Sandro Claudinei Kieski	20h
10296	Viviane Domingos Muller Vosgrau	36h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Alex Atolini Silva  
DIRETOR GERAL DITTESC.

### PORTARIA Nº 24.710

PORTARIA Nº 24.710, de 16 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, realizado no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	144h
10297	Claudio Sonogo	144h
10300	Carlos Venâncio dos Santos	144h
10292	Edgar Aimi	144h
9200	Fabio de Lima Garcia	144h
8336	Fernando Antonio Sinhorin	144h
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	41h
1444	José Scheffemacher Ribeiro	144h
1145	José Luiz Carvalho	144h
1457	José Vilmar Miranda	144h
12602	Maurício Bolduan	144h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Alex Atolini Silva  
DIRETOR GERAL DITTESC.

#### **PORTARIA Nº 24.714**

PORTARIA nº 24.714, de 17 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisitivo
12143	Alessandro Schneider de Almeida	Assessor de Comunicação Social	001	01/01/2013 a 31/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de Junho de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### **PORTARIA Nº 24.717**

PORTARIA Nº 24.717, de 20 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome da servidora, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
967	Leila Alves Speggiorin	Auxiliar de Enfermagem	006	18/10/2009 a 18/10/2014	20/10/2014 a 17/01/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.721**

PORTARIA Nº 24.721, de 20 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
1106	Venturino José Zardo	Odontólogo	006	03/10/2004 a 03/10/2009	22/10/2014 a 20/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.725**

PORTARIA Nº 24.725, de 21 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
7848	Neiva Vieceli	Assistente Social	008	1/3	01/10/2007 a 01/10/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
21 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.



**PORTARIA Nº 24.729**

PORTARIA Nº 24.729, de 22 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
881	José Volni Arruda Palhano	Motorista de Caminhão	003	1/3	14/10/1994 a 14/10/1999

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
22 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.736**

PORTARIA Nº 24.736, de 23 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
1836	Aldecir Barp	Motorista Caminhão	003	1/3	17/05/2007 a 17/05/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
23 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.746**

PORTARIA Nº 24.746, de 27 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal GERUSA BELO, lotada junto a Secretaria da Fazenda, no cargo de Auxiliar de Contabilidade, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, a contar de 27 de Outubro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.759**

PORTARIA Nº 24.759, de 29 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso IV, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, Licença Nojo, especificando: código, nome da servidora, cargo, dias de afastamento e assento do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias em Afastamento	Assento do Óbito
229	Sélia Fátima Pandini	Atendente de Enfermagem	05	21/10/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.767**

PORTARIA Nº 24.767, de 30 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
1033	Marcio Ernani Teles de Oliveira	Pintor Letrista	003	10/03/2002 a 10/03/2007	01/11/2014 a 30/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.775**

PORTARIA Nº 24.775, de 31 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
869	Lucio Ademar Pereira	Mecânico Soldador	003	05/10/1988 a 05/10/1993	03/11/2014 a 31/01/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.776**

PORTARIA Nº 24.776, de 31 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
597	Gilda Castilho	Técnico em Secretariado	023	05/10/1988 a 05/10/1993	10/11/2014 a 07/02/2015
597	Gilda Castilho	Técnico em Secretariado	023	05/10/1993 a 05/10/1998	08/02/2015 a 08/05/2015
597	Gilda Castilho	Técnico em Secretariado	023	05/10/2003 a 05/10/2008	09/05/2015 a 07/07/2015
597	Gilda Castilho	Técnico em Secretariado	023	05/10/2008 a 05/10/2013	08/07/2015 a 05/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.778**

PORTARIA nº 24.778, de 31 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados em diversas Secretarias Municipais, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome dos servidores e nível ascendido no período de 01/10/2014 a 31/10/2014, conforme segue:

Código	Nome	Nível Ascendido
10832	Ana Paula de Castilha Souza	Nível 0 – Nível I
711	Antônio de Oliveira	Nível IX – Nível X
13	Carolina Fruet de Lima	Nível 0 – Nível I
10292	Edgar Aimi	Nível I – Nível II
9492	Edinéia Aparecida Gallo	Nível I – Nível II
1278	Eurico Antônio de Oliveira	Nível VII – Nível IX
1307	Laura Henrique de Andrade	Nível VII – Nível VIII
3416	Valcyr Nedival Vasconcelos	Nível V – Nível VI

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 24.443**

PORTARIA nº 24.443, de 29 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER conversão em dinheiro de férias ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisitivo
2497	Vilmar Goes	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	002	01/01/2008 a 31/12/2008

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.444**

PORTARIA nº 24.444, de 29 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER conversão em dinheiro de férias ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, especificando: código, nome do servidor, cargo, secretaria de lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisitivo
1836	Aldecir Barp	Motorista de Caminhão	006	04/06/2006 a 31/01/2008 31/01/2008 a 30/01/2009

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**PORTARIA Nº 24.445**

PORTARIA Nº 24.445, de 29 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 178, inciso V, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais relacionados na Portaria nº 24.351, de 15 de Agosto de 2014, designados para comporem Junta Médica, o pagamento de gratificação no valor de R\$ 200,00, por perícia realizada, a que fazem jus.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de Agosto de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**PORTARIA Nº 24.699**

PORTARIA Nº 24.699, de 15 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e da outras providências,

**RESOLVE:**

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais, abaixo relacionadas, o pagamento de gratificação de produtividade a que fazem jus, especificando: código, nome, cargo, período e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período da Gratificação	Valor da Gratificação
11932	Aline Cristiane Telles de Lima	Agente Comunitária de Saúde	01/09/2014 a 30/09/2014	100,00
11854	Ana Paula Petrovich	Agente Comunitária de Saúde	01/09/2014 a 30/09/2014	100,00
11882	Ivone Aparecida Seberm	Agente Comunitária de Saúde	01/09/2014 a 30/09/2014	100,00
11858	Izaira Castanheira Mezomo	Agente Comunitária de Saúde	01/09/2014 a 30/09/2014	100,00
12032	Miriam Germano de Goes	Agente Comunitária de Saúde	01/09/2014 a 30/09/2014	100,00
11956	Neusa Tedesco Bressan	Agente Comunitária de Saúde	01/09/2014 a 30/09/2014	100,00
11958	Tatiane de Fátima Amaral Soares	Agente Comunitária de Saúde	01/09/2014 a 30/09/2014	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**PORTARIA Nº 24.702**

PORTARIA Nº 24.702, de 15 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Administração, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
12875	Adriele Belli Carlim Danese	40h
764	Darci Pires de Camargo	05h
10799	Divanilda de Fátima Maciel Santos	18h e 17min.
10942	Josiane Burger da Silva Criminácio	40h e 30min.
13444	Kallayana Zanchi Bello	43h e 10 min.
10774	Karin Hazeleponi dos Santos	39h
12009	Luana Lourenço Longhi	28h
6647	Mônica Senn	13h e 30min.
600	Sandro Dallazem	18h
2497	Vilmar Goes	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.731**

PORTARIA nº 24.731, de 22 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período

de 01/09/2014 a 30/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
1964	Adelar Geraldo Piran	60h
13369	Adilso da Silva	60h
7982	Adriana Bento Grobe	19h e 14 min.
10788	Aires Roberta da Rosa Brandalise	32h e 16 min.
1836	Aldecir Barp	60h
95	Alessandro Luis Ribeiro	60h
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	60h
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	31h e 30 min.
1453	Alvaro Santos de Castro	60h
11810	Ana Paula Simioni	18h e 30 min.
13453	Antonio Amarildo de Mello	60h
13368	Antonio Rogério Nhaia	60h
4953	Camilo Paganini	57h e 30 min.
10775	Cândice Valeida Goltz	22h e 14 min.
10940	Carla Andressa Vierzbicki	25h
11813	Cintia Aparecida Carvalho Araújo	10h
831	Clarice Abraão	40h
8413	Claudete Maria Bento Corrente	30h
13472	Daniela Susin	36h
364	Delma Letícia Dri Ficagna	40h
12794	Doraci de Jesus Soares	37h
2027	Edezio Recalcatti	60h
11217	Edinéia Aparecida da Silva Batista	17h
13451	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	40h
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	18h
7744	Elizandra Driedrich	19h e 42min.
830	Eloir do Carmo Antunes	14h e 30 min.
3745	Erenilda Americano	37h
3278	Frenezi de Oliveira	40h
13367	Gean Carlos Camargo	60h
10485	Hélio Luiz Wirschum	40h
7707	Ivanir Weber	40h
12454	Jair de Azeredo	60h
3361	Janete Lisboa Velasques	30h
11890	Jorge Jair de Moura Borges	40h
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	18h e 30 min.
10831	Katia Possamai	24h e 24 min.
645	Klayton Strey	60h
1307	Laura Henrique de Andrade	23h e 46 min.
7981	Laurita Aparecida Faustino Aimi	35h
12858	Leandro Medeiro	60h
967	Leila Alves Speggiorin	22h e 42 min.
11851	Leticia Maria Rostirolla	14h e 30 min.
12590	Loraine Borghetti Rotta	18h
10786	Lorete Aparecida Braun	20h
11032	Luiz Antônio Wanciw	40h
7824	Maicon Sgarbossa	60h
3852	Marcia de Araújo Mattia	12h e 36 min.
1214	Marcio Bassani	60h

12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	60h
9385	Maria Eva Martins	40h
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	40h
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	38h e 30 min.
8331	Mônica Michele Witiuk	48h e 30 min.
731	Odete Crivilatti	39h
11886	Paula Francielly Zitzkievicz	40h
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	12h
10102	Rosa Meri Coluzzi	40h
10764	Sandra Aparecida Correa	12h
1720	Sandro José Neres da Rocha	60h
3437	Sayonara Galina	40h
135	Sueli Terezinha Bueno	40h
10785	Vagner Gonçalves	40h
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	60h
749	Valdecir José Pereira da Silva	60h
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	40h
1535	Vilmar Miguel Dobner	60h
11814	Wania Aline Figura	13h e 30 min.
10790	Willian Cardoso Ribeiro	25h
10455	Willian Castilho Pinto	12h
12588	Willian Schroder	15h e 43 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

### PORTARIA Nº 24.732

PORTARIA nº 24.732, de 22 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, realizado no período de 01/09/2014 a 30/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
1964	Adelar Geraldo Piran	13h e 30min.
13369	Adilso da Silva	44h e 16min.
10788	Aires Roberta da Rosa Brandalise	07h
1836	Aldecir Barp	46h e 14min.
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	25h e 38min.
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	07h
1453	Alvaro Santos de Castro	29h e 35min.
11810	Ana Paula Simioni	07h



13368	Antonio Rogério Nhaia	31h e 25min.
11813	Cintia Aparecida Carvalho Araújo	01h
8413	Claudete Maria Bento Corrente	14h
831	Clarice Abraão	77h
364	Delma Letícia Dri Ficagna	07h
2027	Edézio Recalcatti	55h e 27min.
13319	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	07h e 37min.
13367	Gean Carlos Camargo	19h e 19min.
7707	Ivanir Weber	14h
12454	Jair de Azeredo	04h e 44min.
11890	Jorge Jair de Moura Borges	80h
645	Klayton Strey	22h e 48min.
12858	Leandro Medeiro	28h e 08min.
967	Leila Alves Speggorin	04h e 39min.
11032	Luiz Antônio Wanciw	77h
1214	Marcio Bassani	50h e 53min.
12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	41h e 28min.
9385	Maria Eva Martins	16h e 11min.
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	07h
8331	Mônica Michelle Witiuk	07h
731	Odete Crivelatti	07h
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	07h
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	07h
10764	Sandra Aparecida Correa	77h
1720	Sandro José Neres da Rocha	55h e 13min.
10785	Vagner Gonçalves	89h
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	15h e 41min.
749	Valdecir José Pereira da Silva	28h e 47min.
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	11h
1535	Vilmar Miguel Dobner	40h e 22min.
11814	Wania Aline Figura	04h e 30min.
10455	Willian Castilho de Pinto	07h
12588	Willian Schroder	02h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

## PORTARIA Nº 24.733

PORTARIA nº 24.733, de 22 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/09/2014 a 30/09/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
3421	Adriana Aparecida Pavloski	08h e 00 min.
11866	Alcides Moraes Lemos	01h e 25 min.
12025	Alessandra Granemann	07h e 40 min.
11810	Ana Paula Simioni	05h e 44 min.
11813	Cintia Aparecida Carvalho Araujo	03h e 52 min.
11937	Dirce Teresinha Mantovani	02h e 48 min.
12738	Edilaine Casaletti	02h e 35 min.
12021	Eliane Gouveia	23h e 18 min.
395	Elisabeth Mary Kinceler	13h e 20 min.
837	Fátima Aparecida de Castro Michielin	03h e 44 min.
4256	Flávia Morona Mafessoni	01h e 09 min.
12055	Franciele Carneiro	07h e 03 min.
4116	Graziella De Barba	04h e 02 min.
12589	Iara Aparecida Speggorin	01h e 05 min.
11002	Ivanir Lurdes Heckler Andrade	08 h e 00 min.
11858	Izaira Castanheira Mezomo	03h e 41 min.
11850	Larissa Strapasson Binder	01h e 06 min.
967	Leila Alves Speggorin	39h e 00 min.
11851	Letícia Maria Rostirolla	15h e 23 min.
5635	Luciano Caregnato	03h e 37 min.
1140	Luiz Fernando dos Santos	03h e 53 min.
3273	Maria Estela Cavichioli	67h e 46 min.
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	04h e 07 min.
11730	Mauro de Mello	08h e 33 min.
10461	Mirian Ficagna	04h e 37 min.
11876	Miriane Aparecida Galvão Kunzel	23h e 23 min.
1271	Neide Terezinha de Oliveira Broch	03h e 19 min.
7674	Patricia Kirschner	01h e 06 min.
10102	Rosa Meri Coluzzi	05h e 13 min.
3266	Roselaine Aparecida Roesener	02h e 51 min.
11942	Sarita de Oliveira Zanotto	03h e 13 min.
3272	Silmara Baseggio Radaeli	56h e 00 min.
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	19h e 35 min.
11972	Sinara Salete Ribeiro Coelho	03h e 51min.
11970	Tatiana Santos de Oliveira Lyra	08h e 00 min.
11347	Thiago Augusto Duarte	31h e 11 min.
3265	Valdiléia Aparecida Ferreira	05h e 27 min.
11859	Vanira Santos de Moraes	32h e 00 min.
12588	Willian Schroder	01h e 43 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 22 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

### PORTARIA Nº 24.751

PORTARIA Nº 24.751, de 27 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
13361	Acir dos Santos	40h
2507	Adão Ribeiro de Camargo	40h
1003	Antonio Medeiro de Oliveira	40h
2634	Argemiro Zotto	40h
08	Darci Alves	40h
1301	Edson Iaroch	40h
13295	Eloir José Veber	40h
13377	Ercilio Correia de Almeida	36h
1278	Eurico Antonio de Oliveira	40h
13300	Ivo Osmar Machado	40h
13305	Izaías Izac Zarur	40h
1833	Jair Ramos	40h
478	Joacir Antunes de Oliveira	40h
79	João Basílio Cordeiro	40h
888	José Osni Batista	40h
13284	José Ricardo Kuhn	40h
198	José Valdir Peretti	40h
1157	Julio Cezar Assis	40h
13357	Luiz Carlos de Queiroz	40h
13308	Marcelo Alves da Silva	40h
2522	Marcos Cordeiro	40h
3517	Mario da Silva Medeiros	40h
13283	Milton Tibes de Lima	40h
310	Moacir Pascoal de Lima	21h
13299	Nelson Borges Tibes	39h
1141	Nelson Hornburg	40h
13360	Nilton Goes Junior	40h
884	Paulo Norberto Combin	39h
10099	Paulo Voleinik	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Denise Chiarello Hartmann  
SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA.

### PORTARIA Nº 24.752

PORTARIA Nº 24.752, de 27 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
836	Adelmir Pontes Fernandes	35h
10947	Altamiro Figueiroa	58h
13296	Anderson Roberto Goes	40h
314	Antonio Valmiro Alves Weber	30h
2506	Celso Oliveira da Silva	40h
13282	Claudinei Alves Pereira	59h
576	Daniel Pires de Camargo	40h
563	Euclides Alves de Mello	40h
13306	Fabio José Cordeiro	40h
8552	Fernando Luiz da Silva Oliveira	40h
10047	Gilmar Alves	28h
8318	Giovani Lipka	56h
2492	Ilto Adão Ferreira	40h
1121	João Gonçalves	35h
1279	João José do Prado	40h
1347	João Maria Hornburg	60h
881	José Volni Arruda Palhano	40h
869	Lucio Ademar Pereira	20h
13302	Luiz Ademar Kraiowski	30h
13301	Milton Gomes Ribeiro	40h
13303	Nayara Priscila Camargo	40h
13294	Nelson Batista	40h
902	Pedro Cesar Locatelli	40h
13297	Rubens Jofre Goes	40h
13307	Rudinei Gregório	40h
1963	Silvio dos Santos Varela	40h
1448	Valdeci Salete Ribeiro	20h
1328	Valmir do Prado Geraldo	56h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Denise Chiarello Hartmann  
SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA.

#### **PORTARIA Nº 24.753**

PORTARIA Nº 24.753, de 27 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, o pagamento de ADICIONAL NOTURNO prestados no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
576	Daniel Pires de Camargo	144h
1347	João Maria Hornburg	144h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Denise Chiarello Hartmann  
SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA

#### **PORTARIA Nº 24.754**

PORTARIA Nº 24.754, de 27 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Caçador,

##### **RESOLVE:**

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, em razão de faltas injustificadas no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de faltas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de dias
1452	Evaldo Maurilio	01 dia

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Denise Chiarello Hartmann  
SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA

#### **DECRETO Nº 6.180/2014**

DECRETO Nº 6.180, de 24 de outubro de 2014.

Dispõe sobre os procedimentos para Concessão de Alvará de Licença para Construção.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e

CONSIDERANDO que a Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) dispõe sobre a prestação de serviços, a crédito ou não, sob qualquer modalidade na construção e/ou reforma e demolição de obras civis;

CONSIDERANDO que sobre tal atividade ocorre a incidência do imposto previsto no art. 156, III da Constituição Federal, estando o referido tributo previsto no item 7.02 da lista de serviços do Código Tributário Municipal;

CONSIDERANDO que o art. 34-D do Código Tributário Municipal, com a redação que lhe deu a Lei Complementar nº 162/2009, dispõe que o ISSQN incidente sobre a construção civil deverá ser recolhido no ato da concessão do alvará de licença de construção ou reforma, ou, parceladamente em até 12 (doze) vezes;

CONSIDERANDO o disposto no art. 34-F do Código Tributário Municipal, segundo o qual não poderá ser concedido o habite-se da obra, sem que o proprietário tenha quitado integralmente o valor do ISSQN; e

CONSIDERANDO que compete à Coordenadoria de Tributação e Fiscalização da Secretaria da Fazenda, a obrigação de verificar o cumprimento das obrigações tributárias acessórias e do recolhimento do imposto, antes da expedição do habite-se, consoante o disposto no art. 34-M do Código Tributário Municipal.

##### **DECRETA:**

Art. 1º A partir da data da publicação do presente Decreto, na entrada do pedido de concessão de alvará de licença para construção, o interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Matrícula atualizada do imóvel;

II - A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica);

III - Projeto de Construção aprovado pela Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Município de Caçador;

IV - Comprovante de recolhimento integral do ISSQN incidente sobre a construção civil, ou, caso o contribuinte tenha optado pelo recolhimento parcelado, na forma prevista no art. 34-D, do Código Tributário Municipal, caso em que deverá apresentar a primeira parcela quitada, para protocolo do pedido;

§ 1º - Tratando-se de construção para fins comerciais, industriais, residenciais multifamiliares ou de prestação de serviços, o projeto deverá estar aprovado pelo Corpo de Bombeiros.

§ 2º - Compete à Coordenadoria de Tributação e Fiscalização da Secretaria da Fazenda a verificação das inscrições dos profissionais responsáveis pela obra, não devendo tramitar o processo, sem comprovação de que o responsável esteja inscrito no Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC, na forma do art. 34-F do Código Tributário Municipal.

Art. 2º Os pedidos de concessão de alvará de licença para construção, reforma, ou ampliação, no que couber, observarão o seguinte trâmite:

I - Serão entregues no setor de Protocolo;

II - Seguirão ao Setor de Topografia, para verificação do alinhamento e número da edificação;

III - Coordenadoria de Fiscalização para verificação da existência de débitos;

Parágrafo único - Cumpridos os requisitos do artigo anterior, o pedido seguirá ao IPPUC para emissão do respectivo alvará de licença, o qual deverá ser assinado pelo presidente daquele órgão, ou a quem ele delegar esta função e pelo Secretário da Fazenda.

Art. 3º Tratando-se de habite-se, o pedido será instruído com os seguintes documentos:

I - Alvará de construção;

II - Alvará Sanitário;

III - A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica);

IV - Cópia do Projeto de Construção;

V - Guia de recolhimento da Taxa de habite-se;

VI - Comprovante de recolhimento do ISSQN incidente sobre a construção civil;

Art. 4º Os pedidos de habite-se, observarão o seguinte trâmite:

I - Serão entregues no setor de Protocolo;

II - Seguirão ao Setor de Topografia, para verificação da conclusão da obra;

III - Lançamento das informações sobre a edificação, no cadastro imobiliário;

IV - Verificação da existência de débitos relativos ao ISSQN, por parte da Coordenadoria de Tributação e Fiscalização e da regularidade do profissional responsável.

Parágrafo único - Cumpridos os requisitos do artigo anterior, o pedido seguirá ao IPPUC para emissão do respectivo habite-se, o qual deverá ser assinado pelo presidente daquele órgão, ou a quem ele delegar esta função, bem como também pelo Secretário da Fazenda.

Art. 5º Tratando-se de obras financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH, os setores responsáveis pelo trâmite dos pedidos de alvará de licença para construção e habite-se observarão o prazo máximo de permanência de 48 (quarenta e oito horas) em cada setor.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 23 de outubro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto -Prefeito Municipal

Gilberto Nicolao Haudsch  
Secretário da Fazenda

## **DECRETO Nº 6.190/2014**

DECRETO nº 6.190, de 03 de novembro de 2014.

Designa Comissão Especial de Julgamento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento do Processo de Licitação nº 106/2014 - Tomada de Preços nº 07/2014, cujo objeto é contratação de empresa para construção de muro de contenção na creche do Loteamento Santa Terezinha, Bairro Martello:

I - Emerson Schmidt;

II - Juliana Nurilles Garbozza;

III - Antônio Carlos Castilho;

IV - Rômulo Machado de Souza.

Art. 2º A Comissão reunir-se-á a partir das 14:05min. do dia 18 de novembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

## **DECRETO Nº 6.192/2014**

DECRETO nº 6.192, de 5 de novembro de 2014.

Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 6.092/14, para compor o Conselho Municipal dos Direitos de Mulher - COMDIM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro da entidade abaixo relacionada, nomeado pelo Decreto nº 6.092, de 25 de agosto de 2014, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, pelo nome subsequente, na forma que segue:

Secretaria de Desenvolvimento Regional -SDR

Titular: ...

Suplente: Sandra Spautz Granemann

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 5 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.



**PORTARIA Nº 24.795**

PORTARIA Nº 24.795, de 03 de Novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Equipe Saúde Bucal e das outras providências,

**RESOLVE:**

CONTRATAR, em razão de decisão judicial, nos autos do Mandado de Segurança nº 0001279-54.2014.8.24.0012, por tempo indeterminado, a cidadã abaixo relacionada, em virtude da classificação em Concurso Público, conforme Edital PM nº 01/2012 e Decreto nº 5.189, de 04 de Abril de 2012, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.957, de 02 de abril de 2014, especificando: nome, cargo, secretaria, carga horária e data de início, conforme segue:

Nome	Cargo	Secretaria	C. H.	A contar de:
Cristiane Ali- ne de Santi	Assistente Social	006	30	03/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de Novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

---

**IPASC**

---

**PORTARIA N.º 763, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA n.º 763, de 04 de novembro de 2014.

Concede férias à Servidora IVETE PEREIRA DE AGOSTINHO.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto no art. 93, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004,

**RESOLVEM:**

Art. 1.º. Conceder férias à Servidora IVETE PEREIRA DE AGOSTINHO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por vinte (20) dias, referentes ao período de aquisição de 01/11/2011 a 31/10/2012, com início de gozo a contar de desta data até o dia 23/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 04 de novembro de 2014.

Alcedir Ferlin  
DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini  
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**PORTARIA N.º 764, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA n.º 764, de 06 de novembro de 2014.

Contrata NELI DAS GRASSAS PEREIRA.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010,

**RESOLVEM:**

Art. 1.º Contratar por prazo determinado, NELI DAS GRASSAS PEREIRA, Matrícula 3342, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do IPASC, Referência 1, com a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, pelo período de 06 de novembro de 2014 a 21 de novembro de 2014, com as atribuições inerentes ao cargo do Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Anexo I da Lei Complementar nº 093, de 29/12/06, suas alterações e regimento interno do IPASC, em substituição à titular, Ivete Pereira de Agostinho, que se encontra em gozo de férias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 06 de novembro de 2014.

Alcedir Ferlin  
DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini  
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**PORTARIA N.º 765, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA n.º 765, de 07 de novembro de 2014.

Concede férias à Servidora ELIETE CATARINA D'AGOSTINI.

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto no art. 93, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004,

**RESOLVE :**

Art. 1.º. Conceder férias à Servidora ELIETE CATARINA D'AGOSTINI, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Secretariado, nomeada pelo Prefeito Municipal de Caçador, pela Portaria nº 22.256, de 09/01/2013, para exercer o cargo de Diretora Administrativa do IPASC, pelo período de quinze (15) dias, referentes ao período de aquisição de 02/01/2013 a 02/01/2014, com início de gozo a contar de 07/11/2014 a 21/11/2014

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 07 de novembro de 2014.

Alcedir Ferlin  
DIRETOR PRESIDENTE.

# Camboriú

## PREFEITURA

### RESUMO CONTRATO MÊS 10/2014

#### RESUMO DE CONTRATO

##### FUCAM

Contrato nº 002/2014  
Processo: Carta Convite Nº. 001/2014  
Contratado: MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA  
Data: 03/10/2014  
Prazo: 04 (quatro) meses  
Valor: R\$ 53.312,48 (cinquenta e três mil, trezentos e doze reais e quarenta e oito centavos)  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DE REDE ELÉTRICA NECESSÁRIA AO FORNECIMENTO DE ENERGIA À ÁREA DE AMPLIAÇÃO DO HORTO MUNICIPAL, CONFORME PROJETO BÁSICO ANEXO.

##### FME

Contrato nº 038/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 018/2014  
Contratado: SUL ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORT, CULTURAIS E TUR LTDA ME  
Data: 02/10/2014  
Prazo: 31/12/2014  
Valor: R\$ 45.900,00 (Quarenta e cinco mil e novecentos reais)  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA O JECAM - JOGOS ESCOLARES DE CAMBORIÚ, OS JOGOS ACONTECERÃO NO PERÍODO DE 15 DIAS DE 17 A 31 DE OUTUBRO NOS PERÍODOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Contrato nº 039/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 019/2014  
Contratado: NIETSCHÉ & NIETSCHÉ LTDA ME  
Data: 02/10/2014  
Prazo: 31/12/2014  
Valor: R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E DIVULGAÇÃO PARA ABERTURA, ENCERRAMENTO E COBERTURA DURANTE O EVENTO JOGOS ESCOLARES DE CAMBORIÚ, OS JOGOS ACONTECERÃO NO PERÍODO DE 15 DIAS DE 17 A 31 DE OUTUBRO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Contrato nº 040/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 020/2014  
Contratado: CATARINÃO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA  
Data: 02/10/2014  
Prazo: 31/12/2014  
Valor: R\$ 19.700,00 (Dezenove mil e setecentos reais)  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE 03 ONIBUS PARA O TRANSPORTE DOS ATLETAS DURANTE OS JOGOS ESCOLARES DE CAMBORIÚ, PELO PERÍODO DE 15 DIAS DE 17 A 31 DE OUTUBRO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Contrato nº 041/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 021/2014  
Contratado: PRO OUT PRODUTORA LTDA  
Data: 02/10/2014  
Prazo: 31/12/2014

Valor: R\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais)  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS E EDIÇÃO PARA ABERTURA, ENCERRAMENTO E COBERTURA DURANTE O EVENTO JOGOS ESCOLARES DE CAMBORIÚ, OS JOGOS ACONTECERÃO NO PERÍODO DE 15 DIAS DE 17 A 31 DE OUTUBRO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Contrato nº 042/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 024/2014  
Contratado: DISK MATERIAL COM. TRANSP. LTDA  
Data: 09/10/2014  
Prazo: 31/12/2014  
Valor: R\$ 134.470,58 (Cento e trinta e quatro mil quatrocentos e setenta reais e cinquenta e oito centavos)  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE A INFRAESTRUTURA - ATERRO COM TRANSPORTE DE ARGILA E COMPACTAÇÃO DO SOLO COM ROLO VIBRATÓRIO PARA OBRA ESCOLA URBANA SALAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO,

Contrato nº 043/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 023/2014  
Contratado: LUCIANE RIBEIRO ME  
Data: 10/10/2014  
Prazo: 31/12/2014  
Valor: R\$ 34.618,20 (Trinta e quatro mil seiscentos e dezoito reais e vinte centavos)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 044/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 023/2014  
Contratado: VALDELI CECILIO DOS SANTOS  
Data: 10/10/2014  
Prazo: 31/12/2014  
Valor: R\$ 11.319,20 (Onze mil trezentos e dezenove reais e vinte centavos)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 045/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 023/2014  
Contratado: SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA  
Data: 10/10/2014  
Prazo: 31/12/2014  
Valor: R\$ 282,20 (Duzentos e oitenta e dois reais e vinte centavos)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 046/2014  
Processo: Outras Modalidades Nº002/2014  
Locador: N.N.PEREIRA ALUGUEL DE IMOVEIS LTDA - ME  
Data: 13/10/2014  
Prazo: 12 (doze) meses  
Valor: R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).  
Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR O CENTRO INTEGRADO DE CAPACITAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR.

Contrato nº 047/2014  
Processo: Carta Convite Nº. 009/2014  
Locador: ATACADO SILCRIVE LTDA EPP  
Data: 17/10/2014  
Prazo: 31 de dezembro de 2014  
Valor: R\$ 4.910,97 (Quatro mil novecentos e dez reais e noventa



e sete centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA O PREPARO E CONSUMO DA ALIMENTAÇÃO DOS ORGANIZADORES DOS JOGOS ESCOLARES DE CAMBORIÚ (JECAM) 2014. NO PERÍODO QUE OCORRERÁ A 12ª EDIÇÃO.

Contrato nº 048/2014

Processo: Carta Convite Nº. 010/2014

Locador: ELETRO COELHO LTDA

Data: 30/10/2014

Prazo: 60 (sessenta) dias

Valor: R\$ 49.957,00 (Quarenta e nove mil novecentos e cinquenta e sete reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA INSTALAÇÃO DE CISTERNAS NAS UNIDADES ESCOLARES (ANDRÔNICO PEREIRA, CLOTILDE RAMOS CHAVES, IVONE TEREZINHA GARCIA E CEI NEIDE MERÍSIO). IDEALIZA-SE A INSTALAÇÃO POR CONTA DOS RESERVATÓRIOS EXISTENTES APONTAREM INSUFICIÊNCIA DE ABASTECIMENTO. CONFORME PROJETOS BÁSICOS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

FMAS

Contrato nº 024/2014

Processo: Carta Convite Nº. 010/2014

Contratado: GERSON CUNHA ME GLOBO MÁQUINAS DE COSTURA

Data: 1º/10/2014

Prazo: 31/12/2014

Valor: R\$ 6.100,00 (Seis mil e cem reais).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, PARA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, ATRAVÉS DA CASA DA COSTURA, PARA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Contrato nº 025/2014

Processo: Carta Convite Nº. 008/2014

Contratado: LINEAR INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP

Data: 03/10/2014

Prazo: 31/12/2014

Valor: R\$ 9.800,00 (Nove mil e oitocentos reais).

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA ATENDER OS PROJETOS, SERVIÇOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS E COORDENADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUAS UNIDADES.

Contrato nº 026/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 019/2014

Contratado: CATARINÃO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Data: 07/10/2014

Prazo: 31/12/2014

Valor: R\$ 25.190,00 (Vinte e cinco mil cento e noventa reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DOS INTEGRANTES DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE RAI DO SOL, NOS ENCONTROS DOS IDOSOS NO CENTRO MÚLTIPLO USO ALICE TESTONI GOMES, ITINERÁRIO, SAÍDA MONTE ALEGRE PASSANDO PELO TABULEIRO, SÃO FRANCISCO DE ASSIS E RIO PEQUENO, COM DESTINO AO BAIRRO AREAIS RETORNO MESMO ITINERÁRIO.

Contrato nº 027/2014

Processo: Carta Convite Nº 011/2014

Contratado: RAFAEL DA SILVA PAPELARIA ME

Data: 15/10/2014

Prazo: 31/12/2014

Valor: R\$ 17.363,50 (Dezessete mil trezentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARTUCHO DE TINTA E TONER, PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEMAIS UNIDADES VINCULADAS A ESTA PASTA.

Contrato nº 028/2014

Processo: Compra Direta nº 149/2014

Contratado: IMBRANET INTERNET E INFORMÁTICA LTDA ME

Data: 22/10/2014

Prazo: 10 (dez) meses

Valor: R\$ 1.899,00 (Hum mil oitocentos e noventa e nove reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TARIFA MENSAL DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA, COM VELOCIDADE DE 4MB, COM IP FIXO, POR UM PERÍODO DE 10 MESES, PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.

Contrato nº 029/2014

Processo: Compra Direta nº 152/2014

Contratado: IMBRANET INTERNET E INFORMÁTICA LTDA ME

Data: 22/10/2014

Prazo: 10 (dez) meses

Valor: R\$ 1.899,00 (Hum mil oitocentos e noventa e nove reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TARIFA MENSAL DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA, COM VELOCIDADE DE 2MB, COM IP FIXO, POR UM PERÍODO DE 10 MESES, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Contrato nº 030/2014

Processo: Compra Direta nº 151/2014

Contratado: IMBRANET INTERNET E INFORMÁTICA LTDA ME

Data: 22/10/2014

Prazo: 10 (dez) meses

Valor: R\$ 1.899,00 (Hum mil oitocentos e noventa e nove reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TARIFA MENSAL DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA, COM VELOCIDADE DE 4MB, COM IP FIXO, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, PARA O CENTRO MUNICIPAL DE APOIO À FAMÍLIA ADÃO DA ROSA, ONDE É DESENVOLVIDO O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

PMC

Contrato nº 090/2014

Processo: Carta Convite Nº. 034/2014

Contratado: MADEIREIRA GARDINI LTDA - ME

Data: 02/10/2014

Prazo: 31/12/2014

Valor: R\$ 78.504,90 (Setenta e oito mil quinhentos e quatro reais e noventa centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS, DESTINADAS À REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA ADOLFO KONDER, CENTRO DA CIDADE DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 091/2014

Processo: Tomada de Preço nº. 008/2014

Contratado: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Data: 03/10/2014

Prazo: 05 (cinco) meses

Valor: R\$ 46.166,10 (Quarenta e seis mil cento e sessenta reais e dez centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA MONTE FRADE MACAÉ, BAIRRO MONTE ALEGRE, CONFORME PROJETO BÁSICO EM ANEXO.

Contrato nº 092/2014

Processo: Carta Convite Nº.035/2014  
Contratado: MINAS ENGENHARIA LTDA -EPP  
Data: 03/10/2014  
Prazo: 04 (quatro) meses  
Valor: R\$ 145.642,58 (Cento e quarenta e cinco mil seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E READEQUAÇÃO DO PISO TÁTICO DA PRAÇA ADOLFO KONDER NO CENTRO DE CAMBORIÚ, CONFORME PROJETO BÁSICO ANEXO.

Contrato nº 093/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 082/2014  
Contratado: CORINGA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE EQUI. ELET.DE SEG. LTDA  
Data: 13/10/2014  
Prazo: 12/10/2015  
Valor: R\$ 192.000,00 (Cento e noventa e dois mil reais)  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, ATIVAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO DE SISTEMA DE SEGURANÇA POR CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO E SISTEMA DE ALARME NAS UNIDADES DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, CONFORME DESCRITIVO.

Contrato nº 094/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 083/2014  
Contratado: CORINGA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE EQUI. ELET.DE SEG. LTDA  
Data: 13/10/2014  
Prazo: 12/10/2015  
Valor: R\$ 201.989,94 (Duzentos e um mil novecentos e oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos)  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, ATIVAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO DE SISTEMA DE SEGURANÇA POR CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO E SISTEMA DE ALARME NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

Contrato nº 095/2014  
Processo: Tomada de preço nº. 009/2014  
Contratado: MINAS ENGENHARIA LTDA -EPP  
Data: 30/10/2014  
Prazo: 06 (seis) meses contados da data da assinatura da ordem de serviço  
Valor: R\$ 752.666,99 (Setecentos e cinquenta e dois mil seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e nove centavos)  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS, FAIXAS ELEVADAS, ROTATÓRIA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA AVENIDA SANTO AMARO, BAIRRO SÃO FRANCISCO DE ASSIS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, PLANILHAS, PLANTAS E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Contrato nº 096/2014  
Processo: Tomada de preço nº. 010/2014  
Contratado: AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA  
Data: 31/10/2014  
Prazo: 03 (três) meses contados da data da assinatura da ordem de serviço  
Valor: R\$ 41.160,00 (Quarenta e um mil cento e sessenta reais)  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE ACRÉSCIMO E REFORMA DA SALA DE ARQUIVO MORTO A SER CONSTRUÍDA NO ANEXO DA PREFEITURA, JUNTO A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.

FUNDESB

Contrato nº 023/2014  
Processo: Carta Convite Nº. 006/2014  
Contratado: N.B. FALCE & CIA. LTDA  
Data: 31/10/2014  
Prazo: 31/12/2014  
Valor: R\$ 11.700,00 (Onze mil e setecentos reais).  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE 2 BOMBAS DE ÁGUA PARA RECALQUE NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO (ETA), E ENVIO DE ÁGUA PARA NOSSO MUNICÍPIO, TORNANDO ASSIM O ABASTECIMENTO MAIS PRECISO E AUMENTANDO A QUALIDADE DO ABASTECIMENTO.

FMS

Contrato nº 086/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 031/2014  
Contratado: CIRURGICA BELA VISTA COM. DE PROD. HOSPIT.ME  
Data: 07/10/2014  
Prazo: 31/12/2014  
Valor: R\$ 83.229,02 (Oitenta e três mil duzentos e vinte e nove reais e dois centavos)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA EQUIPAR A UPA (UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO) NO BAIRRO TABOLEIRO E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 087/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 031/2014  
Contratado: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP  
Data: 07/10/2014  
Prazo: 31/12/2014  
Valor: R\$ 6.700,00 (Seis mil e setecentos reais)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA EQUIPAR A UPA (UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO) NO BAIRRO TABOLEIRO E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 088/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 031/2014  
Contratado: PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E LABORATOR  
Data: 07/10/2014  
Prazo: 31/12/2014  
Valor: R\$ 12.750,00 (Doze mil setecentos e cinquenta reais)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA EQUIPAR A UPA (UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO) NO BAIRRO TABOLEIRO E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 089/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 031/2014  
Contratado: CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER  
Data: 07/10/2014  
Prazo: 31/12/2014  
Valor: R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA EQUIPAR A UPA (UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO) NO BAIRRO TABOLEIRO E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 090/2014  
Processo: Pregão Presencial Nº 031/2014  
Contratado: SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME  
Data: 07/10/2014  
Prazo: 31/12/2014  
Valor: R\$ 2.210,00 (Dois mil duzentos e dez reais)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA

EQUIPAR A UPA (UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO) NO BAIRRO TABOLEIRO E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 091/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 034/2014

Contratado: TECNOAL COMERCIAL E DISTRIB. LTDA-EPP

Data: 30/10/2014

Prazo: 31/12/2014

Valor: R\$ 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA O EVENTO 1º DE DEZEMBRO - DIA MUNDIAL DE LUTA CONTRA AIDS.

#### ADITIVOS

##### FUMREBOM

Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 009/2014

Processo: Carta Convite Nº. 001/2014

Contratado: LINEAR INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP

Data: 02/10/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 1.456,00 (Hum mil quatrocentos e cinquenta e seis reais) tendo em vista a necessidade de mais dois armários para o arquivamento de fichas de ocorrências e documentos relativos a atendimentos na cidade, devido a grande demanda, conforme solicitação anexa.

##### FUNDESB

Décimo Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 017/2010

Processo: Concorrência Pública Nº. 001/2010

Contratado: SANECOM SANEAMENTO COMUM. VISUAL E REP. LTDA - ME

Data: 1º/10/2014

Objeto: DA SUPRESSÃO: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, as partes resolvem suprimir o valor restante de todos os itens deste contrato administrativo com o devido cancelamento dos empenhos, no valor total de R\$ 434.316,91 (Quatrocentos e trinta e quatro reais trezentos e dezesseis reais e noventa e um centavos), devido a não utilização do quantitativo de alguns itens e readequação no sistema dos itens que serão aditivados para o presente exercício financeiro, conforme solicitação da secretaria.

DO VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor de R\$ 434.991,17 (Quatrocentos e trinta e quatro mil novecentos e noventa e um reais e dezessete centavos), para todos os itens deste contrato administrativos, conforme solicitação da secretaria e tabela abaixo.

Segundo Termo Aditivo

Contrato nº 003/2014

Processo: Concorrência Pública Nº. 001/2014

Contratado: SANECOM SANEAMENTO COMUM. VISUAL E REP. LTDA - ME

Data: 1º/10/2014

Objeto: DA SUPRESSÃO: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, as partes resolvem suprimir o valor restante de todos os itens deste contrato administrativo com o devido cancelamento dos empenhos, no valor total de R\$ 958.914,11 (Novecentos e cinquenta e oito mil novecentos e catorze reais e onze centavos), devido a não utilização do quantitativo de alguns itens e readequação no sistema dos itens que serão aditivados para o presente exercício financeiro, conforme solicitação da secretaria.

DO VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor de R\$

880.205,87 (Oitocentos e oitenta mil duzentos e cinco reais e oitenta e sete centavos), para todos os itens deste contrato administrativos, conforme solicitação da secretaria e tabela abaixo.

Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 016/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 012/2014

Contratado: DISK MATERIAL COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA

Data: 24/10/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da municipalidade de continuidade dos serviços de limpeza de valas e colocação de tubos e redes pluviais de escoamento de água, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 73.600,00 (Setenta e três mil e seiscentos reais), conforme solicitação da secretaria de Saneamento Básico.

##### FMS

Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 011/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 005/2014

Contratado: METROMED COM. MAT. MED. HOSP. LTDA

Data: 07/10/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 900,00 (novecentos reais) tendo em vista a necessidade de mais seringas descartáveis para suprir a demanda do Programa de Diabetes da Secretaria de Saúde, conforme solicitação anexa.

Quinto Termo Aditivo

Contrato nº 049/2013

Processo: Chamada Pública nº001/2013

Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS CMB LTDA ME

Data: 09/10/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais) e o prazo contratual em 90 (noventa) dias, vigorando de 31 de outubro de 2014 até 28 de janeiro de 2015, tendo em vista que será realizado um novo chamamento público, conforme justificativa e solicitação da Secretaria em anexo.

Segundo Termo Aditivo

Contrato nº 001/2014

Processo: Tomada de Preço nº. 002/2013

Contratado: CONSTRUTORA SANTA FE LTDA

Data: 15/10/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade as partes resolvem aditar o prazo contratual por mais 120 dias, vigorando de 18 de outubro de 2014 até 14 de fevereiro de 2015, devido a realocação dos equipamentos e da quadra poliesportiva, solicitada por esta secretaria, não havendo assim tempo hábil para o término da obra no prazo contratual original, conforme solicitação anexa.

Sexto Termo Aditivo

Contrato nº 003/2010

Processo: Dispensa de Licitação nº. 003/2010

Locador: Sr JOÃO PAULO RIBEIRO DA SILVA

Data: 24/10/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual em 02 (dois) meses, vigorando de 26 de outubro de 2014 a 25 de dezembro de 2014, e o valor contratual no correspondente a R\$ 2.490,00 (Dois mil Quatrocentos e noventa reais) para que haja tempo hábil para a entrega da obra da sede própria e baseado no artigo 57, inciso II da lei federal 8.666/93 que permite prorrogação contratual de serviços executados de forma contínua.



**FME****Primeiro Termo Aditivo**

Contrato nº 021/2014

Processo: Tomada de Preço nº. 001/2014

Contratado: ARRUDA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

Data: 07/10/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 112.829,60 (Cento e doze mil oitocentos e vinte e nove reais e sessenta centavos), que se faz necessário, pois realizada análise do solo constatou-se que o mesmo não é compatível com o projeto de fundações padrão do FNDE, ou seja, não suportaria o tipo de fundação rasa projetada, assim com o resultado do laudo realizado, a fim de garantir estabilidade da obra será necessário realizar a fundação profunda do tipo estaca pré moldada, acrescentando materiais e serviços já que o mesmo não consta na planilha orçamentária, conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, laudo, planta e demais documentos necessários.

**Segundo Termo Aditivo**

Contrato nº 069/2013

Processo: Concorrência Pública nº. 001/2013

Contratado: AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Data: 21/10/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 86.861,66 (Oitenta e seis mil oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e seis centavos), tendo em vista que tais alterações/adequações tem sua origem de ordem técnica, pois constatou-se que as medidas dos projetos estão divergentes com a planilha orçamentária padrão do FNDE, conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Educação e empresa.

**Primeiro Termo Aditivo**

Contrato nº 027/2014

Processo: Concorrência Pública nº. 001/2014

Contratado: EXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA

Data: 24/10/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual/execução da obra por mais 90 dias, ou seja, até 17 de março de 2015, devido ao período de chuvas devidamente registrado no diário de obra, conforme solicitação apresentada pela Secretaria de Educação e empresa.

**Primeiro Termo Aditivo**

Contrato nº 018/2014

Processo: Tomada de Preço nº. 003/2014

Contratado: EXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA

Data: 24/10/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual/execução da obra por mais 90 dias, ou seja, até 27 de Fevereiro de 2015, devido ao período de chuvas devidamente registrado no diário de obra e alterações no projeto de fundações das salas de aula, conforme solicitação apresentada pela Secretaria de Educação e empresa.

**PMC****Primeiro Termo Aditivo**

Contrato nº 002/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 085/2013

Contratado: ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A - A NOTÍCIA

Data: 13/10/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o valor contratual no

correspondente a R\$ 8.970,00 (Oito mil novecentos e setenta reais), tendo em vista a grande demanda de publicação de atos oficiais em jornal de circulação diária e nível estadual.

**Primeiro Termo Aditivo**

Contrato nº 006/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 061/2013

Contratado: MULLER &amp; OLEGARIO TRANSP. DE CARGAS LTDA ME

Data: 22/10/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade de continuidade dos serviços prestados com a finalidade de recolhimento e transporte de entulhos em geral nas ruas e terrenos baldios em todo o município de Camboriú, devido ao aumento da demanda, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 16.250,00 (Dezesseis mil duzentos e cinquenta reais), conforme solicitação da secretaria de obras e serviços urbanos.

**Segundo Termo Aditivo**

Contrato nº 008/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 081/2013

Contratado: DISK MATERIAL COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA

Data: 24/10/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade de continuidade dos serviços prestados de hora caminhão combinado hidrojato/vácuo para desentupimento de tubulações e bocas de lobo para recuperação do sistema pluvial, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 121.800,00 (Cento e vinte e um mil e oitocentos reais), conforme solicitação da secretaria de Saneamento Básico.

**Segundo Termo Aditivo**

Contrato nº 007/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 063/2013

Contratado: ROGER MARCELO BETTONI - ME

Data: 24/10/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da municipalidade de continuidade dos serviços prestados destinados a molhar ruas não pavimentadas e transporte de água potável para garantir o fornecimento para os munícipes por ocasião de irregularidades durante manutenções do sistema de abastecimento de água, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais), conforme solicitação da secretaria de Saneamento Básico.

**RESCISÃO CONTRATUAL****Termo De Rescisão ao**

Contrato Nº 014/2014

Processo: Compra Direta nº 101/2014

Contratado: IMBRANET INTERNET E INFORMÁTICA LTDA ME

Data: 22/10/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TARIFA MENSAL DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA, COM VELOCIDADE DE 2MB, COM IP FIXO, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, PARA O CENTRO MUNICIPAL DE APOIO À FAMÍLIA ADÃO DA ROSA, ONDE É DESENVOLVIDO O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Distrato: As partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, e resolvem, de comum acordo e de livre e espontânea vontade, rescindi-lo nesta data, tendo em vista a necessidade de internet banda larga com maior velocidade, razão pela qual dão as partes mútua quitação, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

**Termo De Rescisão ao**

Contrato Nº 015/2014

Processo: Compra Direta nº 102/2014

Contratado: IMBRANET INTERNET E INFORMÁTICA LTDA ME

Data: 22/10/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TARIFA MENSAL DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA, COM VELOCIDADE DE 2MB, COM IP FIXO, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Distrato: As partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, e resolvem, de comum acordo e de livre e espontânea vontade, rescindi-lo nesta data, tendo em vista a necessidade de internet banda larga com maior velocidade, razão pela qual dão as partes mútua quitação, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

Termo De Rescisão ao

Contrato Nº 016/2014

Processo: Compra Direta nº 103/2014

Contratado: IMBRANET INTERNET E INFORMÁTICA LTDA ME

Data: 22/10/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TARIFA MENSAL DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA, COM VELOCIDADE DE 2MB, COM IP FIXO, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

Distrato: As partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, e resolvem, de comum acordo e de livre e espontânea vontade, rescindi-lo nesta data, tendo em vista a necessidade de internet banda larga com maior velocidade, razão pela qual dão as partes mútua quitação, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PR 35/14 - FMS**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 035/2014 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 007/2014 - FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, ATRAVÉS DA OFERTA DE MAIOR DESCONTO EM PERCENTUAL, SOBRE OS VALORES DA REVISTA ABC FARMA - ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 04/11/2015

1ª Publicação.

#### **PR 24/14 - FMAS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2014-FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS DE ENXOVAL PARA ATENDER NASCIMENTO DE MEMBROS DE FAMÍLIA EM VUNARABILIDADE NA FORMA DE AUXÍLIO NATALIDADE CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2621/201, ATENDENDO DEMANDA IDENTIFICADA E ATENDIDA PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COORDENADO PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 19 (Dezenove) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 06 de Novembro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 86/14 - PMC**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 086/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 049/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE ASSENTAMENTO DE TUBOS, GALERIAIS E CONFECÇÃO DE BOCAS DE LOBO SANFONADAS, CAIXA DE PASSAGEM E POÇO DE VISITA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 06/11/2015

1ª Publicação.

#### **PR 36/14 - FMS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2014-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E VALOR FIXADO PELO ESTADO DE SANTA CATARINA - DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA. RECURSO DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DA PORTARIA 2363/2012. DELIBERAÇÃO 243/CIB/14 E DELIBERAÇÃO 397/CIB/2014. OS COMPUTADORES SERÃO ADQUIRIDOS PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE

IMUNIZAÇÕES-SI - PNI E SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO (SINAN), NO ÂMBITO DAS UNIDADES DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 20 (Vinte) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 06 de Novembro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

#### **PR 004/14 - FUCAM**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2014-FUCAM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE IRRIGAÇÃO POR MICRO-ASPERAÇÃO COM MONTAGEM, MATERIAL E DESPESAS COM FUNCIONÁRIOS INCLUÍDOS, VISANDO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO HORTO MUNICIPAL, CONFORME CONVÊNIO Nº 07/2014/FRBL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 17:00 horas do dia 20 (Vinte) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 06 de Novembro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício



# Campo Alegre

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 666 DE 23 DE JANEIRO DE 1989**

DECRETO Nº 0666

NOMEIA DIRETOR ADMINISTRATIVO - JUAREZ THADEU CUNHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de janeiro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de janeiro de 1989.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 665 DE 21 DE JANEIRO DE 1989**

DECRETO Nº 0665

DECRETA LUTO OFICIAL POR TRÊS DIAS EM RESPEITO AO FALECIMENTO DO PREFEITO EUGÊNIO TABBERT OCORRIDO EM DATA DE 20 DE JANEIRO DE 1989.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de janeiro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de janeiro de 1989.

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária

**DECRETO Nº 664 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0664

NOMEIA O SERVIDOR VILMAR MEURER DA COSTA PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 663 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0663

EXONERA ESTAGIÁRIA - CÉLIA REGINA DRANCKA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 662 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0662

EXONERA ESTAGIÁRIA - CANDIDA INÊS ZOELLNER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 661 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0661

EXONERA ESTAGIÁRIA - MARIA SILVETE GODOY DOS SANTOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 660 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0660

EXONERA ESTAGIÁRIA - SILVANA ROSI PAULI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 659 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0659

EXONERA ESTAGIÁRIA - ALEXANDRA DE FÁTIMA FERREIRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 658 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0658

EXONERA ESTAGIÁRIA - TEREZINHA RODRIGUES DA LUZ DRE-VECK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 657 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0657

EXONERA ESTAGIÁRIA - ROSILENE DE LIMA DZIEDICZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 656 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0656

EXONERA ESTAGIÁRIA - ANA MARIA DETROZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 655 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0655

EXONERA ESTAGIÁRIAS - MARCIA ROSANE SCHOLZE E MARCIA RELMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 654 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0654

EXONERA ESTAGIÁRIA - ICLÉIA IGNÊS DUVOISIN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 653 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0653

EXONERA ESTAGIÁRIA - OLÍVIA MARTINS DE OLIVEIRA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 652 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0652

EXONERA ESTAGIÁRIO - JOÃO AURÉLIO SCHLOGL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 651 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0651  
EXONERA ESTAGIÁRIA - ADRIANA APARECIDA PYKOCZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 650 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0650  
EXONERA ESTAGIÁRIA - BEATRIZ DONIEZETI NAGEL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 649 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0649  
EXONERA ESTAGIÁRIA - SOLANGE REGINA DOS PASSOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 648 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0648  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de dezembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 647 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0647  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES  
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de dezembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 646 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0646  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de dezembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 645 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0645  
ALTERA VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICI-  
PAIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de dezembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 644 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 644 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1988  
EFETIVA PROFESSORES DO MAGISTÉRIO  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, na forma de suas atribuições legais; Decreta:

Art.1º) De acordo com as exigências do Estatuto do Magistério Público Municipal ficam efetivadas como Professoras das Escolas Municipais as seguintes servidoras abaixo relacionadas:

ALICE DO CARMO DRANCKA;  
ALVACELI TEREZINHA CAMARGO;  
JÚLIA MARIA MONEY LINZMYER;  
MARIA IVONE MUNHOZ;  
NAIR ALEXANDRE;  
NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO;  
SALETE GIESE;  
SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS;  
SIRLEY MARIA NEUMANN JOHANSON;  
SIRLEY TERESINHA BUENO FRANCO;  
SANDRA REGINA LEPECK;  
MERI ENGLER NEGHERBON;  
MAURENE TEREZA CUBAS.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 01 de dezembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 643 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0643  
ALTERA O VALOR DA "UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UPM" PARA P EXERCÍCIO DE 1989.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de dezembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 642 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0642  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de dezembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de dezembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 641 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0641  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de novembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e trinta dias do mês de novembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 640 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0640  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 639 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0639  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de novembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 637 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0637

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de novembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de novembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 636 DE 21 DE NOVEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0636

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de novembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de novembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 635 DE 21 DE NOVEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0635

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de novembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de novembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 634 DE 11 DE NOVEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0634

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de novembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de novembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 633 DE 11 DE NOVEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0633

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de novembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de novembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 632 DE 08 DE NOVEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0632

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de novembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de novembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 631 DE 08 DE NOVEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0631

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de novembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de novembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 630 DE 17 DE OUTUBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0630  
ABRE CRÉDITO POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de outubro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de outubro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 629 DE 14 DE OUTUBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0629  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de outubro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de outubro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 628 DE 30 DE SETEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0628  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de setembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de setembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 627 DE 26 DE SETEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0627  
ABRE CRÉDITO POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de setembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de setembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 626 DE 22 DE SETEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0626  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de setembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de setembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 625 DE 12 DE SETEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0625  
ABRE CRÉDITO POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de setembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de setembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 624 DE 09 DE SETEMBRO DE 1988**

DECRETO Nº 0624  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de setembro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal



Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de setembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 623 DE 30 DE AGOSTO DE 1988**

DECRETO Nº 0623  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de agosto de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de agosto de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 622 DE 24 DE AGOSTO DE 1988**

DECRETO Nº 0622  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de agosto de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 621 DE 24 DE AGOSTO DE 1988**

DECRETO Nº 0621  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de agosto de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 620 DE 09 DE AGOSTO DE 1988**

DECRETO Nº 0620  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de agosto de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de agosto de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 619 DE 09 DE AGOSTO DE 1988**

DECRETO Nº 0619  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de agosto de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de agosto de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 618 DE 04 DE AGOSTO DE 1988**

DECRETO Nº 0618  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 04 de agosto de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatro dias do mês de agosto de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 616 DE 18 DE JULHO DE 1988**

DECRETO Nº 0616  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de julho de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos

dezoito dias do mês de julho de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 617 DE 27 DE JULHO DE 1988**

DECRETO Nº 0617  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES  
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de julho de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e sete dias do mês de julho de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 615 DE 18 DE JULHO DE 1988**

DECRETO Nº 0615  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ANALISTA DE PROJETOS - HORÁ-  
CIO URESTA ORBES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de julho de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
dezoito dias do mês de julho de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 614 DE 18 DE JULHO DE 1988**

DECRETO Nº 0614  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de julho de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
dezoito dias do mês de julho de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 613 DE 27 DE JUNHO DE 1988**

DECRETO Nº 0613  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES  
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de junho de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e sete dias do mês de junho de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 612 DE 20 DE JUNHO DE 1988**

DECRETO Nº 0612  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DO  
ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de junho de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte dias do mês de junho de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 611 DE 20 DE JUNHO DE 1988**

DECRETO Nº 0611  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de junho de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte dias do mês de junho de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 610 DE 07 DE JUNHO DE 1988**

DECRETO Nº 0610  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES  
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de junho de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de junho de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 609 DE 30 DE MAIO DE 1988**

DECRETO Nº 0610

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de junho de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de junho de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 608 DE 12 DE MAIO DE 1988**

DECRETO Nº 0608

CRIA ESCOLA MUNICIPAL NA LOCALIDADE DE MATO BONITO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de maio de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de maio de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 607 DE 12 DE MAIO DE 1988**

DECRETO Nº 0607

CRIA ESCOLA MUNICIPAL E DÁ DENOMINAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de maio de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de maio de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 606 DE 28 DE ABRIL DE 1988**

DECRETO Nº 0606

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de abril de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de abril de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 605 DE 12 DE ABRIL DE 1988**

DECRETO Nº 0605

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de abril de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de abril de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 604 DE 08 DE ABRIL DE 1988**

DECRETO Nº 0604

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de abril de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de abril de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 603 DE 08 DE ABRIL DE 1988**

DECRETO Nº 0603

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de abril de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de abril de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 602 DE 30 DE MARÇO DE 1988**

DECRETO Nº 0602  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de março de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta dias do mês de março de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 601 DE 29 DE MARÇO DE 1988**

DECRETO Nº 0601  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES  
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de março de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de março de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 600 DE 29 DE MARÇO DE 1988**

DECRETO Nº 0600  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES  
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de março de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de março de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 599 DE 24 DE MARÇO DE 1988**

DECRETO Nº 0599  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de março de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de março de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 598 DE 15 DE MARÇO DE 1988**

DECRETO Nº 0598  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES  
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de março de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de março de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 597 DE 14 DE MARÇO DE 1988**

DECRETO Nº 0597  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de março de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de março de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 596 DE 10 DE MARÇO DE 1988**

DECRETO Nº 0596  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES  
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de março de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de março de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 595 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1988**

DECRETO Nº 0595  
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES  
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
três dias do mês de fevereiro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 594 DE 29 DE JANEIRO DE 1988**

DECRETO Nº 0594  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de janeiro de 1988.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
vinte e nove dias do mês de janeiro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 593 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0593  
DISPÕE SOBRE O PERÍMETRO URBANO NA LOCALIDADE DE BA-  
TEIAS DE BAIXO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
trinta e um dias do mês de dezembro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 592 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0592  
DISPÕE SOBRE O PERÍMETRO URBANO NA LOCALIDADE DE FRA-  
GOSOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
trinta e um dias do mês de dezembro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 591 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0591  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
trinta e um dias do mês de dezembro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 590 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0590  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
trinta e um dias do mês de dezembro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 589 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0588  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de dezembro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de dezembro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 588 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0588

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADUÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de dezembro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de dezembro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 587 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0587

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de dezembro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de dezembro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 586 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0586

ALTERA O HORÁRIO DO ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DAS AGÊNCIAS DE CAMPO ALEGRE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de dezembro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de dezembro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 585 DE 09 DE DEZEMBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0585

ALTERA O HORÁRIO DO COMÉRCIO EM VÉSPERA NATALINA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de dezembro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de dezembro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 584 DE 08 DE DEZEMBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0584

ALTERA O VALOR DA "UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UPM", PARA O EXERCÍCIO DE 1988.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de dezembro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de dezembro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 583 DE 08 DE DEZEMBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0583

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de dezembro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de dezembro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 582 DE 13 DE OUTUBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0582

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de outubro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de outubro de 1987.



SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 581 DE 13 DE OUTUBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0581  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE AR-  
RECADADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de outubro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
treze dias do mês de outubro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 580 DE 13 DE OUTUBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0580  
FIXA O VALOR DE 10% DO VALOR DA OTN PARA FIXAR O VALOR  
DOS IMÓVEIS DO PARQUE INDUSTRIAL E BAIRRO CAMPESTRE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de outubro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
treze dias do mês de outubro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 579 DE 13 DE OUTUBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0579  
FIXA O VALOR DE 10% DO VALOR DA OTN PARA FIXAR O VALOR  
DOS IMÓVEIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de outubro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
treze dias do mês de outubro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 578 DE 13 DE OUTUBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0578  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de outubro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
treze dias do mês de outubro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 577 DE 01 DE OUTUBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0577  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO DA  
JUNTA DO SERVIÇO MILITAR - VILMAR MEURER DA COSTA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de outubro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de outubro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 576 DE 01 DE OUTUBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0576  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO JULGADORA DE LICI-  
TAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de outubro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao  
primeiro dia do mês de outubro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 575 DE 14 DE SETEMBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0575  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO JULGADORA DE LICI-  
TAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de setembro de 1987.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos

quatorze dias do mês de setembro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 574 DE 11 DE SETEMBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0574

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de setembro de 1987.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
onze dias do mês de setembro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 573 DE 06 DE SETEMBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0573

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 06 de setembro de 1987.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
seis dias do mês de setembro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 572 DE 06 DE SETEMBRO DE 1987**

DECRETO Nº 0572

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO JULGADORA DE LICI-  
TAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 06 de setembro de 1987.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
seis dias do mês de setembro de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 571 DE 17 DE AGOSTO DE 1987**

DECRETO Nº 0571

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE DRIETOR DO DE-  
PARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM E OBRAS - VILMAR  
KLETEMBERG.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de agosto de 1987.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
dezessete dias do mês de agosto de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 570 DE 17 DE AGOSTO DE 1987**

DECRETO Nº 0570

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de agosto de 1987.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
dezessete dias do mês de agosto de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 569 DE 07 DE AGOSTO DE 1987**

DECRETO Nº 0569

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES  
DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de agosto de 1987.

EUGÊNIO JOÃO HERBST.

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
sete dias do mês de agosto de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**DECRETO Nº 568 DE 27 DE JULHO DE 1987**

DECRETO Nº 0568

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de julho de 1987.

EUGÊNIO JOÃO HERBST.

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de julho de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

### **DECRETO Nº 567 DE 14 DE JULHO DE 1987**

DECRETO Nº 0567

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de julho de 1987.  
EUGÊNIO JOÃO HERBST.  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de julho de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

### **DECRETO Nº 566 DE 02 DE JULHO DE 1987**

DECRETO Nº 0566

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de julho de 1987.  
EUGÊNIO JOÃO HERBST.  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1987.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

### **1ª ALTERAÇÃO - PREGÃO 05/2014 FMAS**

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2014 FMAS  
PREGÃO PRESENCIAL

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe. ALTERA-SE o item:

"8.1.3.2 - Certidão de Registro e Regularidade de Pessoa Jurídica emitido pelo CRA-SC, dentro do prazo de validade, que comprova que a empresa licitante está devidamente registrada no Conselho e se encontra habilitada para o exercício das suas atividades profissionais."

Passando a vigorar conforme segue:

"8.1.3.2 - Certidão de Registro e Regularidade de Pessoa Jurídica CRA do respectivo estado, sede da licitante, dentro do prazo de validade, que comprova que a empresa licitante está devidamente registrada no Conselho e se encontra habilitada para o exercício das suas atividades profissionais."

INCLUI-SE o subitem 4.14 no item 4. Condições Gerais, do Termo de Referência (Anexo I):

4.14 - A Contratada deverá apresentar a Regularidade com o CRA-SC, se exigível por este.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor, inclusive a data de abertura.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).  
Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Campo Alegre, 06 de novembro de 2014.  
Carolina da Costa Telma  
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

### **1ª ALTERAÇÃO - PREGÃO 108/2014**

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2014  
PREGÃO PRESENCIAL

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe. ALTERA-SE o item:

"8.1.3.2 - Certidão de Registro e Regularidade de Pessoa Jurídica emitido pelo CRA-SC, dentro do prazo de validade, que comprova que a empresa licitante está devidamente registrada no Conselho e se encontra habilitada para o exercício das suas atividades profissionais."

Passando a vigorar conforme segue:

"8.1.3.2 - Certidão de Registro e Regularidade de Pessoa Jurídica CRA do respectivo estado, sede da licitante, dentro do prazo de validade, que comprova que a empresa licitante está devidamente registrada no Conselho e se encontra habilitada para o exercício das suas atividades profissionais."

INCLUI-SE o subitem 4.14 no item 4. Condições Gerais, do Termo de Referência (Anexo I):

4.14 - A Contratada deverá apresentar a Regularidade com o CRA-SC, se exigível por este.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor, inclusive a data de abertura.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).  
Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Campo Alegre, 06 de novembro de 2014.  
Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

**ADITIVO CONTRATO 81/2014**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 81/2014

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 058PL/2014 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 55/2014 (originado do Processo Licitatório nº 55/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 55/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA VILMAR CONSTRUÇÕES LTDA A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 55/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 55/2014 fica prorrogado até o dia 23 de dezembro de 2014.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 82/2011 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 24 de outubro de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	VILMAR LINO DE LIMA Vilmar Construções Ltda CONTRATADA
---------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------

**ADITIVO CONTRATO 82/2014**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 82/2014

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 055PL/2014 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 57/2014 (originado do Processo Licitatório nº 57/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 57/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA A IMPACTO ENGENHARIA LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 57/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 57/2014 fica prorrogado por 90 (noventa) dias até o dia 26 de janeiro de 2015, contando a partir de 28 de outubro.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 57/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 24 de outubro de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	LAERCIO TELLES Impacto Engenharia Ltda CONTRATADA
---------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------

**ADITIVO CONTRATO 83/2014**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 83/2014

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 056PL/2014 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 58/2014 (originado da Dispensa de Licitação, inciso IV, nº 62/2014);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 58/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA A IMPACTO ENGENHARIA LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 58/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 58/2014 fica prorrogado por 60 (noventa) dias até o dia 27 de dezembro de 2014, contando a partir de 28 de outubro de 2014.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 58/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 24 de outubro de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	LAERCIO TELLES Impacto Engenharia Ltda CONTRATADA
---------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------

**ADITIVO CONTRATO 23/2014 FMS**

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 23/2014.

**TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

Considerando a solicitação do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 29/2013 (originado do Processo Licitatório nº. 26/2013, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 29/2013 com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEXTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA LN CONSTRUÇÕES LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 29/2013.

**Cláusula Primeira - Da Vigência**

O prazo de vigência do Contrato nº 29/2013 fica prorrogado 45 (quarenta e cinco) dias, até o dia 26 de novembro de 2014, contando a partir de 13 de outubro.

**Cláusula Segunda - Das Disposições Finais**

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do contrato 29/2013 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 10 de outubro de 2014.

Carolina da Costa Telma Gestora do Fundo Municipal de Saúde Contratante	Lourival Negreli LN CONSTRUÇÕES LTDA Contratada
-------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 96/2014 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos seis dias do mês de novembro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de troféus e medalhas para campeonatos municipais e eventos esportivos realizados pela Divisão de Esportes, deste município, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa K□SPORTS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ: 01.918.682/0001-89, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 96/2014, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 02

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNI- TÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02	02	un	TROFÉU Campeão do Campeonato Municipal de Futebol de Campo - DO - Troféu com 160 cm de altura, com base octogonal em polímero na cor preta com 26,5 cm de largura com taça fixa e estatueta da deusa da vitória metalizada na cor dourada. Quatro colunas em canos com frisos na cor dourada com suportes metalizados na cor dourada. Uma base de madeira octogonal na cor preta adornadas com quatro estatuetas fixas de águas metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourada com anel na cor prata. Taça fechada metalizada na cor dourada com 34,5 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada. E adesivos do Campeonato	381,00	762,00
03	02	Un	TROFÉU Vice-Campeão do Campeonato Municipal de Futebol de Campo -PR - Troféu com 140 cm de altura, com base octogonal em polímero na cor preta com 26,5 cm de largura com taça fixa e estatueta da deusa da vitória metalizada na cor dourada. Quatro colunas em canos com frisos na cor prata com suportes metalizados na cor dourada. Uma base de madeira octogonal na cor preta adornadas com quatro estatuetas fixas de águas metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourada com anel na cor prata. Taça fechada metalizada na cor prata com 34,5 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada. E adesivos do Campeonato	362,00	724,00



04	02	un	TROFÉU Terceira colocação do Campeonato Municipal de Futebol de Campo – BZ -Troféu com 120 cm de altura, com base octogonal em polímero na cor preta com 26,5 cm de largura com taça fixa e estatueta da deusa da vitória metalizada na cor dourada. Quatro colunas em canos com frisos na cor bronze com suportes metalizados na cor dourada. Uma base de madeira octogonal na cor preta adornadas com quatro estatuetas fixas de águia metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte metalizado na cor dourada com anel na cor prata. Taça fechada metalizada na cor bronze com 34,5 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada. E adesivos do Campeonato	357,00	714,00
05	02	un	TROFÉU Artilheiro do Campeonato Municipal de Futebol de Campo. Troféu Artilheiro - Troféu com 45 cm de altura, com base oval com 22 cm de largura em polímero na cor preta, com acabamento metalizado na cor dourada na tampa. Sobre esta base um suporte metalizado na cor dourada e uma Miniatura de Chuteira na parte superior. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada. E adesivos do Campeonato	58,00	116,00
06	02	un	TROFÉU Defesa menos vazada do Campeonato Municipal de Futebol de Campo - Troféu com 39 cm de altura, com base oval com 22 cm de largura em polímero na cor preta, com acabamento metalizado na cor dourada na tampa. Sobre esta base um suporte c e uma estatueta superior fixa de goleiro. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada. E adesivos do Campeonato.	58,00	116,00
07	10	un	TROFÉU artilheiro e defesa menos vazada para os Campeonatos de Futebol Suíço Livre e Suíço Veterano, Interbairros e Futsal -DO - Troféu com 38 cm de altura, com base octogonal com 13,2 cm de largura em polímero na cor preta. Na parte superior desta base dois suporte intercalado metalizado na cor dourada e sobre estes cones uma bola fixa de futebol. Plaqueta em latão para gravação. E adesivos do Campeonato.	63,00	630,00

08	02	un	TROFÉU Campeão Campeonato de Futebol Suíço Livre e Suíço Veterano – Troféu com altura de 140 cm, base octogonal com 26,50 cm de largura, na cor preta. Bola metalizada na cor dourada com anel metalizado na cor prata. Taça metalizada na cor dourada com 34,50 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. E adesivos do Campeonato.	245,00	490,00
09	02	un	TROFÉU Vice-campeão Campeonato de Futebol Suíço livre e Suíço Veterano – Troféu com altura de 120 cm, base octogonal com 26,50 cm de largura, na cor preta. Bola metalizada na cor dourada com anel metalizado na cor prata. Taça metalizada na cor dourada com 34,50 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. E adesivos do Campeonato.	225,00	450,00
10	02	un	TROFÉU para Terceiro colocado Campeonato de Futebol Suíço Livre e Suíço Veterano, – Troféu com altura de 110 cm, base octogonal com 26,50 cm de largura, na cor preta. Taça metalizada na cor dourada com 34,50 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças metalizadas na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta em latão para gravação.	195,00	390,00
11	05	un	TROFÉU Campeão Campeonato Interbairros, Inter torcidas Torneio da Ovelha e Futsal - Troféu com 120 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta metalizada na cor dourada e copa na cor prata tampa metalizada na cor dourada. Quatro estatuetas fixas de futebol metalizadas na cor dourada e estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada. E adesivo do Campeonato	290,00	1.450,00



12	05	un	TROFÉU Vice-campeão Campeonato Interbairros, Inter Torcidas Torneio da Ovelha e Futsal, - Troféu com 110 cm de altura, com base octogonal com 26.5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta metalizada na cor dourada e copa na cor prata tampa metalizada na cor dourada. Quatro estatuetas fixas de futebol metalizadas na cor dourada e estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada. E adesivo do Campeonato	285,00	1.425,00
13	05	un	TROFÉU Terceiro colocado Campeonato Interbairros, Inter Torcidas, Torneio da Ovelha e Futsal, - Troféu com 100 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta metalizada na cor dourada e copa na cor prata tampa metalizada na cor dourada. Quatro estatuetas fixas de futebol metalizadas na cor dourada e estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada, e adesivo do Campeonato	226,00	1.130,00
14	20	un	Troféu de Acrílico 1º, 2º e 3º lugar para Jogos do Paraíso da Serra, com 30cm de altura, com Base de Madeira e Adesivo do Campeonato.	34,15	683,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02				R\$ 9.080,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

K- SPORTS COMÉRCIO E INDÚSTRIA  
DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA  
Representante legal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 96/2014 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos seis dias do mês de novembro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de troféus e medalhas para campeonatos municipais e eventos esportivos realizados pela Divisão de Esportes, deste município, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa M.R.A CARTÕES E MEDALHAS LTDA - EPP, CNPJ: 02.399.982/0001-61, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 96/2014, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

### LOTE 01

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02	1200	UN	MEDALHAS para Campeonatos Municipal de Futebol de Campo, Futebol Suíço Livre, Suíço Veterano e Interbairros, Inter torcidas Torneio da Ovelha Jogos Escolares e Municipal de Futsal, em liga de antimônio metal zamac com banho metalizado na superfície nas cores dourado, prata e bronze, espessura 3,5 mm, tamanho médio 6,0 cm devido ser no formato do brasão da Prefeitura de Campo, coberta com resina de esmaltação nas cores branco, verde; fita de cetim na cor azul com 2,5 cm de largura e 90 cm de comprimento, no verso relevo texturizado com espaço para aplicação de plaqueta em polietser com impermeabilização com informações referente cada evento, as quantidades de ouro, prata e bronze bem como as informações que deverão ser colocados na plaqueta serão fornecidos posteriormente. E adesivos do Campeonato	2,75	3.300,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02				R\$ 3.300,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

M.R.A CARTÕES E MEDALHAS LTDA - EPP  
Representante legal

# Campos Novos

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1469/14

PORTARIA Nº 1469/14 de 26/09/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO À VALDECY GRANEMANN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Conceder aposentadoria por Tempo de serviço ao servidor VALDECY GRANEMANN, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Técnico em Apoio Administrativo, retroagindo seus efeitos a 19 de Setembro de 2014.

Registre-se, Comunique-se, Publique-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de Setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1482/14

PORTARIA Nº 1482/14 de 02/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LILIANE DA SILVA DE LIMA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando vaga excedente.

#### RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LILIANE DA SILVA DE LIMA, para exercer o cargo de Auxiliar de Obras, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014.

#### COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1483/14

PORTARIA Nº 1483/14 de 02/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA NILSA DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando vaga excedente.

#### RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARIA NILSA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014.

#### COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1490/14

PORTARIA Nº 1490/14 de 13/10/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ADRIANA SURDI CORONETTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ADRIANA SURDI CORONETTI do cargo de PROFESSORA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de Outubro de 2014.

#### COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 13 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1491/14

PORTARIA Nº 1491/14 de 13/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GENOIR RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que o funcionário efetivo RICARDO HENRIQUE BROGLIATO encontra-se afastado para tratamento de saúde,

#### RESOLVE:

Contratar em caráter temporário GENOIR RIBEIRO, para exercer o cargo de Motorista Socorrista - SAMU, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 06 de Outubro de 2014.

#### COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 13 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1492/14**

PORTARIA Nº 1492/14 de 13/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SCHEILE DA COSTA RIETTA ALMEIDA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, SCHEILE DA COSTA RIETTA ALMEIDA para exercer o cargo de Professor leigo, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de Outubro de 2014.

**COMUNIQUE - SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 13 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1493/14**

PORTARIA Nº 1493/14 de 13/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SINTHIA MARIA MECABO CORREA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, SINTHIA MARIA MECABO CORREA para exercer o cargo de Professor em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014.

**COMUNIQUE - SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 13 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1494/14**

PORTARIA Nº 1494/14 de 13/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LARA CRISTINA BIOLCHI,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária contratada Marinês Cechin Rotini, encontra-se em licença maternidade,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, LARA CRISTINA BIOLCHI para exercer o cargo de Professor leigo, atribuindo-lhe uma carga horária de 30 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014.

**COMUNIQUE - SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 13 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1495/14**

PORTARIA Nº 1495/14 de 13/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARCELA LUCIANA PEREIRA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, MARCELA LUCIANA PEREIRA para exercer o cargo de Professor em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014.

**COMUNIQUE - SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 13 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1496/14**

PORTARIA Nº 1496/14 de 13/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA DOS SANTOS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, MARIA DOS SANTOS para exercer o cargo de Professor leigo, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014.

**COMUNIQUE - SE.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 13 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1497/14**

PORTARIA Nº 1497/14 de 13/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KELINE MARIA DE MATOS VARELA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, KELINE MARIA DE MATTOS VARELA para exercer o cargo de Professor leigo, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 13 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1498/14**

PORTARIA Nº 1498/14 de 13/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TAILINI GREICI DO NASCIMENTO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, TAILINI GREICI DO NASCIMENTO para exercer o cargo de Professor leigo, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Outubro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 13 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1499/14**

PORTARIA Nº 1499/14 de 13/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANUSA FATIMA FACIN CAMASSOLA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária efetiva Eva Luciana de Oliveira encontra-se em licença maternidade,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, VANUSA FATIMA FACIN CAMASSOLA para exercer o cargo de Professor leigo, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua

publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 13 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1500/14**

PORTARIA Nº 1500/14 de 13/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PAMELA MORAIS RODRIGUES DE FREITAS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, PAMELA MORAIS RODRIGUES DE FREITAS para exercer o cargo de Professor leigo, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 13 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1501/14**

PORTARIA Nº 1501/14 de 13/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GUILHERME MORO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, considerando a necessidade e o interesse público na execução de obras e trabalhos braçais nos serviços de manutenção, considerando a inexistência de candidatos aprovados em concurso público,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário GUILHERME MORO para exercer o cargo de Auxiliar de Obras, junto a Secretaria de Obras, com os vencimentos previstos no Anexo I - Grupo I - Nível I da Lei nº 10/2011. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 10 de Outubro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 13 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 1502/14**

PORTARIA Nº 1502/14 de 13/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SABRINA ECCO ZIBETTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 3.476 de 05/01/2010,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário SABRINA ECCO ZIBETTI, para exercer o cargo de Psicólogo, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Outubro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 13 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1503/14**

PORTARIA Nº 1503/14 de 15/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARI LUCIA DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária efetiva Bernadete Jardim Ribeiro, encontra-se em licença para tratamento de saúde.

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário MARI LUCIA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços gerais, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 14 de outubro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 15 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1504/14**

PORTARIA Nº 1504/14 de 15/10/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARIA ZENIR ANTUNES TONINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARIA ZENIR ANTUNES TONINI do cargo de Auxiliar de Serviços gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 15 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1505/14**

PORTARIA Nº 1505/14 de 16/10/2014

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR VINICIUS LUIZ TOLEDO MACIEL MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido o servidor VINICIUS LUIZ TOLEDO MACIEL MACHADO do cargo de Professor. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1506/14**

PORTARIA Nº 1506/14 de 16/10/2014

NOMEIA AVELINO CARLOS FRANÇA FILHO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE EXECUTIVO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Nomear AVELINO CARLOS FRANÇA FILHO, para o cargo em comissão de GERENTE EXECUTIVO, junto ao Gabinete do Prefeito. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1507/14**

PORTARIA Nº 1507/14 de 16/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA ZENIR ANTUNES TONINI

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando vaga excedente.

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário MARIA ZENIR ANTUNES TONINI, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços gerais, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1508/14**

PORTARIA Nº 1508/14 de 16/10/2014

CONCEDE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA POR IDADE AO SERVIDOR FERMINO ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder aposentadoria compulsória por idade ao servidor FERMINO ANTUNES, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Operador de Máquinas, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1509/14**

PORTARIA Nº 1509/14 de 20/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOZIELE APARECIDA CARNEIRO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, JOZIELE APARECIDA CARNEIRO para exercer o cargo de Professor leigo, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1510/14**

PORTARIA Nº 1510/14 de 20/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANGELICA APARECIDA DA SILVA FRANÇA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, ANGELICA APARECIDA DA SILVA FRANÇA para exercer o cargo de Professor em Nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1511/14**

PORTARIA Nº 1511/14 de 20/10/2014

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 1317/14 DE 21/08/14.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorroga o prazo para apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 1317/14 de 21/08/14, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1512/14**

PORTARIA Nº 1512/14 de 20/10/2014

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 1320/14 DE 21/08/14.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar o prazo para apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 1320/14 de 21/08/14, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1513/14**

PORTARIA Nº 1513/14 de 20/10/2014

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 1321/14 DE 21/08/14.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,



**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar o prazo para apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 1321/14 de 21/08/14, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1514/14**

PORTARIA Nº 1514/14 de 20/10/2014

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 1322/14 DE 21/08/14.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar o prazo para apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 1322/14 de 21/08/14, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1515/14**

PORTARIA Nº 1515/14 de 20/10/2014

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 1323/14 DE 21/08/14.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar o prazo para apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 1323/14 de 21/08/14, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1516/14**

PORTARIA Nº 1516/14 de 20/10/2014

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 1324/14 DE 21/08/14.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar o prazo para apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 1324/14 de 21/08/14, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1517/14**

PORTARIA Nº 1517/14 de 20/10/2014

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 1325/14 DE 21/08/14.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar o prazo para apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 1325/14 de 21/08/14, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1518/14**

PORTARIA Nº 1518/14 de 20/10/2014

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 1326/14 DE 21/08/14.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar o prazo para apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos do Processo Administrativo instaurado pela

Portaria nº 1326/14 de 21/08/14, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

#### C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1519/14**

PORTARIA Nº 1519/14 de 20/10/2014

CONCEDE APOSENTADORIA ESPECIAL POR TEMPO DE SERVIÇO DE PROFESSOR À DENISE SIQUEIRA BRANDÃO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1568890300 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

#### RESOLVE:

Conceder aposentadoria Especial por Tempo de Serviço de Professor a servidora DENISE SIQUEIRA BRANDÃO, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Professor, retroagindo seus efeitos a 17 de Outubro de 2014.

Registre-se, Comunique-se, Publique-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 17 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1520/14**

PORTARIA Nº 1520/14 de 23/10/14

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR JEAN CARLO PETRY

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 02 - ao servidor JEAN CARLO PETRY, junto a Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014.

#### C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1521/14**

PORTARIA Nº 1521/14 DE 23/10/14.

RETIFICA PORTARIA Nº 1475/14 DE 01/10/14.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e Considerando que o ato administrativo foi efetivado erroneamente; Considerando que a Administração Pública pode rever e anular seus próprios atos a qualquer momento,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 1475/14 de 01/10/14, a qual nomeou o servidor JEAN CARLO PETRY para o cargo de COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS, junto a Secretaria de Obras, Transporte e Urbanismo.

Art. 2º - Nomear o servidor ADELMO PETRY para exercer o cargo de COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS, junto a Secretaria de Obras, Transporte e Urbanismo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014.

#### C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1522/14**

PORTARIA Nº 1522/14 de 23/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVETE DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando vaga excedente.

#### RESOLVE:

Contratar em caráter temporário IVETE DOS SANTOS, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços gerais, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

#### C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1523/14**

PORTARIA Nº 1523/14 de 23/10/2014

CONCEDE PENSÃO POR MORTE A PESSOA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica: Considerando o falecimento do Servidor Inativo JOAQUIM VARELA

CHAVES, conforme certidão de óbito nº 1083570155201440002 4295000622597 de 14 de Agosto de 2014, do Ofício de Registro Civil das pessoas Naturais da Comarca de Campos Novos e de conformidade com o Art. 54 § 5º da Lei Complementar 03/00 de 04/12/00.

Considerando que ficou comprovada a condição de filho e a invalidez do Sr. JOSÉ ARI VARELA, conforme parecer da junta médica do município,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder pensão por morte a JOSÉ ARI VARELA, filho do servidor aposentado JOAQUIM VARELA CHAVES, a partir do dia 01/10/2014 data do requerimento, tendo em vista que o mesmo foi efetuado mais de 30 dias da data do óbito.

Art. 2º - Os benefícios da pensão corresponderão a totalidade dos vencimentos do servidor falecido, enquanto perdurar sua invalidez.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1524/14**

PORTARIA Nº 1524/14 de 23/10/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) THAIS APARECIDA BECKER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) THAIS APARECIDA BECKER do cargo de PROFESSORA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1525/14**

PORTARIA Nº 1525/14 de 23/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NATALIA BITTENCOURT DA SILVA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária efetiva Ana Paula Ghiggi, encontra-se em licença maternidade,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, NATALIA BITTENCOURT DA SILVA para exercer o cargo de Professor em Nível II, atribuindo-lhe

uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1526/14**

PORTARIA Nº 1526/14 de 24/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO THAIS APARECIDA BECKER,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, THAIS APARECIDA BECKER para exercer o cargo de Professor em Nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1528/14**

PORTARIA Nº 1528/14 de 30/10/2014

CANCELA PAGAMENTO DE PENSÃO A BENEFICIÁRIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando que o beneficiário estudante já atingiu 25 anos de idade e que o Município não dispõe de Legislação que ampare legalmente,

RESOLVE:

Art. 1º- Cancelar o pagamento da pensão pago a TAISSON DIEGO DAMER.

Art. 2º - O cancelamento estabelecido no Artigo 2º III, conforme lei 862/76, ocorre em decorrência de ter atingido 25 anos de idade, conforme certidão de registro civil nº 5760 - livro A-49 - folha 88 do cartório Andrade Pereira - Município de Campos Novos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Outubro de 2014.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1529/14**

PORTARIA Nº 1529/14 de 30/10/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LARA FERNANDA CHIAMOLERA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LARA FERNANDA CHIAMOLERA do cargo de ARQUITETO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1530/14**

PORTARIA Nº 1530/14 de 30/10/2014

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA CAMILA BERRETTA SILVEIRA DE MARCO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido a servidora CAMILA BERRETTA SILVEIRA DE MARCO do cargo de MEDICO VETERINÁRIO. Retroagindo seus efeitos a 27 de Outubro de 2014. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1531/14**

PORTARIA Nº 1531/14 de 30/10/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CAROLINE FATIMA DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CAROLINE FATIMA DE SOUZA do cargo de ENFERMEIRO COMUNITÁRIO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 27 de Outubro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 30 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1532/14**

PORTARIA Nº 1532/14 de 31/10/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) EMELY DO AMARAL SCHMITZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) EMELY DO AMARAL SCHMITZ do cargo de PROFESSORA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1533/14**

PORTARIA Nº 1533/14 de 31/10/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAROLINE FATIMA DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 07 de 24/10/2007; considerando a vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário CAROLINE FATIMA DE SOUZA, para exercer o cargo de Enfermeiro Comunitário, junto ao Fundo Municipal de Saúde, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de Outubro de 2014.

**COMUNIQUE-SE.**

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 12/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/14

HOMOLOGAÇÃO: 06/11/14

CONTRATADO: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELEVISOR, ANTENA, APARELHO DE SOM, CAMERA FOTOGRAFICA, DISPENSER/SUPORTE PARA COPOS, FRAGMENTADORA DE PAPEIS, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, PROJETO MULTIMIDIA, BALANÇAS/PESAGEM, E KITS DE HIGIENE BUCAL DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA. VALOR DA DESPESA: R\$ 11.638,00 (onze mil seiscentos e trinta e oito reais)

DATA: 06/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/14

HOMOLOGAÇÃO: 06/11/14

CONTRATADO: TOKIKO MITSUMOTO EPP CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELEVISOR, ANTENA, APARELHO DE SOM, CAMERA FOTOGRAFICA, DISPENSER/SUPORTE PARA COPOS, FRAGMENTADORA DE PAPEIS, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, PROJETO MULTIMIDIA, BALANÇAS/PESAGEM, E KITS DE HIGIENE BUCAL DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA. VALOR DA DESPESA: R\$ 31.699,00 (trinta e um mil seiscentos e noventa e nove reais)

DATA: 06/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 122/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/14

HOMOLOGAÇÃO: 06/11/14

CONTRATADO: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 680 M<sup>2</sup> DE FORRO DE PVC, 1.700 M DE ARREIMATE PERFIL U, 10.000 PARAFUSOS PARA FORRO, PARA TROCA DOS FORROS E 100 TELHAS DE FIBROCIMENTO PARA CONCLUSÃO DA TROCA DOS TELHADOS NAS ESCOLAS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.000,00 (treze mil reais)

DATA: 06/11/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

E.e..

### **PORTARIA Nº 786/2014**

PORTARIA Nº. 786/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; Resolve:

#### RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Art. 1º da Portaria nº. 777/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica contratada para exercer a função de Médico Ginecologista, para atuar na Clínica da Mulher e da Criança, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a profissional CELIZE MARIA WEINERT, aprovada no processo seletivo nº. 001/SMS/2014, para contratação temporária e convocada através do Edital nº. 053/2014 de 30 de setembro de 2014, inicia suas atividades no dia 03/11/2014 até que o cargo seja preenchido por servidor efetivo devidamente aprovado em concurso público, conforme comunicação interna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº 787/2014**

PORTARIA Nº. 787/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

#### NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Orientador Educacional, 40 horas semanais, 15% de regência, período matutino e vespertino, junto à Secretaria Municipal de Educação, designado para a EBM Evaldo Dranka, o profissional ZENIZIO CAVALHEIRO, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrito sob nº. 2018, conforme convocação do dia 28/10/2014 da Secretaria Municipal de Educação, iniciando as suas atividades a partir de 04/11/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 788/2014**  
PORTARIA Nº. 788/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;  
CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

**ALTERAR TEMPORARIAMENTE**

Art. 1º - Fica alterado temporariamente o local de trabalho a partir de 03/11/2014 do profissional FRANCISCO TISCHLER FILHO, efetivo no cargo de Bioquímico, para atuar na Vigilância Sanitária, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna nº333/SMS/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 794/2014**  
PORTARIA Nº. 794/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;  
CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

**ALTERAR TEMPORARIAMENTE**

Art. 1º - Fica alterado temporariamente o local de trabalho a partir de 03/11/2014 do profissional ORLANDO OSNI KOWODZEICHACK, efetivo no cargo de Balseiro, para atuar na EBM Benedito Therezio de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme comunicação interna nº069/SMODU/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de novembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 795/2014**  
PORTARIA Nº. 795/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal nº 2.307/1990;  
CONSIDERANDO, a necessidade da prorrogação; Resolve:

**PRORROGAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional GISELLE KLUPPEL LIMA, contratada no cargo de Médico, a partir de 04/11/2014 até que o cargo seja preenchido por servidor efetivo devidamente aprovado em concurso público, conforme comunicação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2014.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 130/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 193/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 130/2014  
ALTERAÇÃO DE EDITAL

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou o edital de Pregão acima. Informações (047) 3621 7705. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 19/11/2014, ficando estipulado os seguintes horários:



às 10h00min (entrega) e 10h05min. (abertura). O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link governo/licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
N° FUNR. 03/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
FUNREBOMPM DE CANOINHAS  
PROCESSO N.º FUNR. 04/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º FUNR. 03/2014

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 21/11/2014, às 11h05min, Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE UM GUINDASTE HIDRAULICO ARTICULADO TRASEIRO TIPO CANIVETE PARA SER INSTALADO EM CAMINHÃO VOLVO 330 CV DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA. Recebimento de propostas até as 11h00min do dia 21/11/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito/ Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 122/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano:		181/2014		Processo Administrativo:		5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Total dos Itens Vencedores:		13.000,00							
Licitação .....		122/2014 - PR															
Modalidade.....		PREGÃO PRESENCIAL															
Objeto.....		AQUISIÇÃO DE 680 M² DE FORRO DE PVC, 1.700 M DE ARREIMATE PERFIL U, 10.000 PARAFUSOS PARA FORRO, PARA TROCA DOS FORROS E 100 TELHAS DE FIBROCIMENTO PARA CONCLUSÃO DA TROCA DOS TELHADOS NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.															
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação	
Item.....: 1		- 19742		- TELHA ONDULADA 2,44 X 1,10 X 5MM - Unidade: UN													
9921		JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		INBRALIT		100,000		0,0000		24,3779		2.437,79		Venceu		1 *****	
16318		MARCIO DOMINGOS DE COSTA - EPP		ETERNIT		100,000		0,0000		24,1066		2.410,66		Perdeu		2	
6077		DECORE - DECORAÇÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LT		ISDRALIT		100,000		0,0000		25,6838		2.568,38		Perdeu		3	
Item.....: 2		- 37012		- FORRO PVC 8 MM - Unidade: M2													
9921		JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		REAL PVC		680,000		0,0000		9,8800		6.718,40		Venceu		1 *****	
16318		MARCIO DOMINGOS DE COSTA - EPP		MEGAPLAST		680,000		0,0000		10,0379		6.825,77		Perdeu		2	
6077		DECORE - DECORAÇÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LT		POLIFORT		680,000		0,0000		10,7288		7.295,58		Perdeu		3	
Item.....: 3		- 28763		- ARREIMATE PERFIL/U - Unidade: M													
9921		JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		REAL PVC		1.700,000		0,0000		2,0309		3.452,53		Venceu		1 *****	
16318		MARCIO DOMINGOS DE COSTA - EPP		MEGAPLAST		1.700,000		0,0000		2,0153		3.426,01		Perdeu		2	
6077		DECORE - DECORAÇÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LT		POLIFORT		1.700,000		0,0000		2,1540		3.661,80		Perdeu		3	
Item.....: 4		- 26564		- PARAFUSO PARA FORRO PVC - Unidade: PCT													
9921		JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		ANCORA		100,000		0,0000		3,9128		391,28		Venceu		1 *****	
16318		MARCIO DOMINGOS DE COSTA - EPP		JOMARCA		100,000		0,0000		3,8756		387,56		Perdeu		2	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

13.000,00

Processo / Ano:	181/2014	Processo Administrativo:	5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Licitação.....:	122/2014 - PR		
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE 680 M² DE FORRO DE PVC, 1.700 M DE ARREIMATE PERFIL U, 10.000 PARAFUSOS PARA FORRO, PARA TROCA DOS FORROS E 100 TELHAS DE FIBROCIMENTO PARA CONCLUSÃO DA TROCA DOS TELHADOS NAS ESCOLAS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 4	-	26564	-	PARAFUSO PARA FORRO PVC - Unidade: PCT				
6077	DECORE - DECORAÇÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LT	CISER	100.000	0,0000	4,1424	414,24	Perdeu	3

Candoinhas,	Em	...../...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	.....	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	.....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	.....	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	.....	28.754/SC
VANESSA LANGER -	.....	CRC/SC 028524/O-0

**Capinzal****SIMAE****EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/40/2014****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº CAO/40/2014

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: LASKE &amp; FEYH S/S DE ADVOCACIA

CNPJ DO CONTRATADO: 00.532.330/0001-28

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS A SEREM EMPREGADOS NA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO QUADRO DE SERVIDORES DA AUTARQUIA (SIMAE).

VALOR: R\$ 6.500,00 (SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS).

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2014

VIGÊNCIA: 06/11/2014 A 05/01/2015

**PORTARIA Nº 40/2014/SIMAE-CAO**

PORTARIA Nº 040/2014/SIMAE-CAO, de 15 de outubro de 2014.

Designa Comissão para recebimento de obra.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

**RESOLVE:**

Designar os servidores Ademair de Giacometti, Cristina da Silva, Dionísio Alzir Rosset e Valdir Morosini, para comporem a Comissão de Recebimento da obra, objeto do Processo Licitatório nº CAO/0106/2014, referente ao Edital de Tomada de Preço nº CAO/01/2014.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor

**Catanduvas****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0085/2014 - TOMADA DE PREÇOS Nº 0016/2014****AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0085/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 0016/2014

Objeto: Contratação de empresa para Execução de Projeto de Praça, conforme planilha orçamentária em anexo, visando o desenvolvimento da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

Abertura das Propostas: 13h30min, do dia 24 de novembro de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 06 de novembro de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas - SC, 06 de novembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 155/2014

DECRETO 155/2014

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 001/2005 de 20/12/2005

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora SUSANA BRESSIANI, brasileira, solteira, inscrito no cpf. sob o nº 005.338.809-71, portadora da Cédula de Identidade nº 12C 3.570.108 e do Título Eleitoral nº 035544280973, para exercer o cargo de TESOUREIRA com lotação na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, a servidora ora nomeada fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 06 de Novembro de 2014

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

### DECRETO 156/2014

DECRETO 156/2014

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 001/2005 de 20/12/2005

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor CLEO JOARI DAHMER, brasileiro, solteiro, inscrito no cpf. sob o nº 036.567.329-30, portadora da Cédula de Identidade nº RG.4.559.487-2 e do Título Eleitoral nº 037768700906, para exercer o cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, com lotação na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 06 de Novembro de 2014

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

### ATA REGISTRO PREÇOS 08/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

#### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata Nº.: 08/2014

Detentoras.: SEGATTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME.  
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PARA REPAROS E REFORMAS EM ATENDIMENTO A TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Fornecedor: 134 - SEGATTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME.						
Item	Especificações	Qtde	UN	Marca	Preço Unitário	Valor Total Item
1	Serviços de Mão de Obra de Pedreiro	1.200	h		20,00	24.000,00
2	Serviços de Mão de obra de servente de pedreiro	1.200	h		12,00	14.400,00
3	Tijolo 6 furos	10.000	un	MORETO	0,52	5.200,00
4	Areia Média	100	m³		135,00	13.500,00
5	Brita nº 1	40	m³		76,00	3.040,00
6	Cimento 50 kg	200	sc	VOTO-RAM	29,00	5.800,00
7	Pó de brita	20	m³		95,00	1.900,00
8	Cal para pintura 8 kg	250	un	CREN	8,00	2.000,00

Vigência.....: Início : 06/11/2014 Término : 06/11/2015.  
Licitação.....: Pregão Presencial nº 38/2014.

CAXAMBU DO SUL, 06 de Novembro de 2014.

VILMAR FOPPA

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 157/2014

DECRETO Nº 157/2014

"RESCINDE TERMO DE PARCERIA FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A BENFAM / CEDESS - CIDADANIA, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SAÚDE".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município;

Considerando a não execução do Programa de Trabalho do exercício 2014, por parte da BENFAM/CEDESS;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica rescindido o Termo de Parceria firmado com a BENFAM / CEDESS - Cidadania, Educação, Desenvolvimento Social e Saúde, em 31/01/2009 aditado em 21/01/2013, nos termos da Cláusula Oitava, Item 8.1, alínea "a" do referido Termo.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul, SC, 06 de Novembro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se



**AVISO DE LICITAÇÃO 51/2014**

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 51/2014

Edital: Pregão Presencial Nº.: 402014

Tipo: Menor Preço / Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A TERCEIRA PARCELA DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ANO DE 2014..

Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 19 de novembro de 2014.

Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 19 de novembro de 2014.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:00hs às 13:00hs as pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site [www.caxambudosul.sc.gov.br](http://www.caxambudosul.sc.gov.br).

CAXAMBU DO SUL, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

VILMAR FOPPA

PREFEITO MUNICIPAL

**Chapadão do Lageado****PREFEITURA****EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 93/2014 - PM

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/2014 - PM

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: BANDA CURINGAS PROMOÇÕES E EVENTOS DE ESPETÁCULOS LTDA - ME

Vigência: até 31/12/2014.

Processo Licitatório nº 93/2014 - PM

Fundamento Legal: o art. 25, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

Objeto: Contratação de Show Musical com a Banda Curingas Promoções e Eventos de Espetáculos Ltda - ME, à animação da Festa em Comemoração ao IXX Aniversário de Emancipação Política Administrativa do Município de Chapadão do Lageado - SC, a ser realizada no dia 29 de novembro de 2014, das 21h00m às 01h00m, no Centro de Eventos do Município de Chapadão do Lageado/SC.

DATA DA ASSINATURA: 07 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

# Concórdia

## PREFEITURA

### EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO CONCORRENCIA Nº 11/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRENCIA Nº 11/2014 - PMC

Objeto: A Contratação de empresa do ramo de engenharia, para prestação dos serviços de varrição de vias, logradouros e praças públicas, do perímetro urbano do Município, de acordo com o memorial descritivo constante no anexo "D" do Edital.

### EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: A licitante RICARDO LUIS BONIN ME, sagrou-se vencedora com o menor preço unitário/km de R\$ 42,68 (quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos), e a licitante LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ficou na segunda colocação com o preço unitário/Km de R\$ 45,88 (quarenta e cinco reais e oitenta e oito centavos). Ressalta-se que o preço cotado pela licitante vencedora é inferior ao preço máximo estipulado no item 9.1 do Edital. Igualmente, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 05 novembro de 2014.

MAURO FRIGO

Presidente da C.P.L

### EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 10/2014 -FMEC

Contrato Nº : 10/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : DALLASIL FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS METALICAS LTDA

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014

Objeto : Contratação de empresa especializada na manutenção, fabricação e montagem de estruturas metálicas, para prestação de serviços no Centro de Eventos Concórdia, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo ?D? do Edital.

Vigência : Início: 04/07/2014 Término: 19/11/2014

Assinatura : 04/07/2014

Valor R\$ : 12.110,20 (Doze Mil, Cento e Dez Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 271 - 17.001.1453.344905107000000.01000001

### AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2014 - FMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 3/2014- FMC

Objeto: Aquisição e instalação de móveis, equipamentos e placas de sinalização novos, para a Biblioteca Publica Municipal Júlio da Costa Neves, com recursos oriundos do Convênio PRONAC nº 145465 e conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital. Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 24/11/2014 no endereço Eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Abertura: dia 24/11/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 06 de Novembro de 2014.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Superintendente da FMC

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO 2611/2014

Institui a Poesia do Poder Legislativo Concordeense intitulada A Vereança; dá outras providências.

O PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do artigo 24 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com deliberação do Plenário, promulga o seguinte Decreto.

Art. 1º Fica instituída a Poesia do Poder Legislativo Concordeense intitulada A Vereança, de autoria de Ângelo Luiz Comassetto:

Comecemos pelo termo  
Que vem da língua latina  
"Verear" era o verbo  
E é dali que se origina  
O vocábulo "Vereador":  
Aquele que cuida, verifica e vigia  
Exercendo a cidadania  
Representando o eleitor.

Na democracia direta  
Seria a população em conjunto  
Milhares na praça repleta  
P'rá discutir um assunto.  
Imaginem a dificuldade  
P'rá se obter um referendo  
E é aí que eu entendo  
O que é a representatividade.

Portanto, a Vereança  
É feito uma incumbência  
Que as pessoas em confiança  
Entregam p'rá competência  
De alguns que as representem  
E com toda a dignidade

Tomem pela comunidade  
As decisões convenientes.

E cada qual procura atender  
Segmentos da população  
Que o levaram a exercer  
Essa distinta atribuição.  
Assim, cobra informações,  
Notifica a autoridade  
De qualquer anormalidade  
E faz suas sugestões.

E o Vereador consciente  
Empenha-se no Legislativo  
Propondo lei abrangente.  
Que sirva p'rá o coletivo.  
Não atender apenas um  
Mas agir de modo maduro  
Visando presente e futuro,  
Privilegiando o bem comum.

Acompanha o Executivo  
Vê se cumpre o Orçamento  
E se tem gasto excessivo  
Propõe o alinhamento.  
Está sempre de plantão  
E reclama providências  
Se descobre negligências  
Com os direitos do cidadão.

Há um ditado bem certo  
Que eu lembro nesta ocasião  
O nariz do Vereador tá mais perto  
Do dedo do cidadão.  
É o Vereador que procura  
Ouvir da comunidade  
Qual é a prioridade  
P'rá cobrar da Prefeitura.

Mas há um fato consumado  
Que a proximidade ocasiona  
É que o Vereador é culpado  
De tudo que não funciona.  
Há uma cobrança visível  
Pois ocorre que o Prefeito  
Embora também eleito  
Fica menos acessível.

Estrada, escola, ponte  
Asfalto, transporte, praça  
Pedidos chegam de monte  
E a verba sempre escassa.  
E para criar despesas  
Existe uma limitação  
Às vezes atende, outras, não,  
O que não deve ser surpresa.

Internamente se dedica  
No estudo das Comissões  
Lê, discute, verifica  
Para tomar decisões.  
Legislação, Finanças, Economia,  
Educação, Saúde, Agricultura  
O Patrimônio e a Cultura  
Obras, Transporte e Moradia.

São temas em que o Vereador  
Todo esforço emprega  
P'rá honrar a incumbência

Que o eleitor lhe delega.  
E a Câmara é um colegiado  
Várias opiniões congrega  
E respeitar cada colega  
É um gesto até sagrado.

Pois cada um representa  
As correntes de opinião  
E deste modo argumenta  
Colocando a sua razão.  
Permite assim a democracia  
Que o debate se estabeleça  
E que por fim prevaleça  
O que é melhor p'rá maioria.

Mas tem um longo caminho  
Para emplacar um projeto.  
Pesquisar e escrever  
Fazer um estudo completo.  
Protocolar na Secretaria  
E apresentar o argumento  
Submetendo ao julgamento  
Da Comissão que avalia.

Só depois vai ao Plenário  
Que promove a discussão.  
Todo um rito necessário  
P'rá chegar na votação.  
Vai à frente, se aprovado,  
E chega às mãos do Prefeito  
Que, se não botar defeito,  
Sanciona, ou considera vetado.

Depois tudo recomeça  
Com alguma ideia nova  
Uma nova indicação  
Para ver se o grupo aprova.  
Um outro projeto de novo  
Em saudável teimosia:  
Trâmites da democracia  
Pelo interesse do povo.

E o Vereador segue a linha  
Do que propõe seu partido  
Mas é esperança minha  
Que certamente está imbuído  
Da mais pura intenção  
De empregar esforço real  
Para o progresso integral  
De toda a população.

Pois essa outorga sagrada  
Que vem do voto do eleitor  
Que escolhe os representantes  
Da cidade e do interior  
Pressupõe empenho e ação  
Dedicação de verdade  
Que honre com honestidade  
O período da delegação.

Neste tanto que falei  
Eu fiz um breve relato  
Disse um pouco do que sei  
A respeito do mandato.  
E reconheço nesta andança  
Que há muito mais nesse tema  
E não cabe num poema  
Tudo que é a Vereança.

A tarefa não é pequena  
É preciso esforço largo  
P'rá que os quatro anos do cargo  
Tenham, sim, valido a pena.  
Que a sua atividade  
Favoreça a transformação  
Para uma real evolução  
De toda a sociedade.

Art. 2º O autor cede, sem ônus, para o Poder Legislativo de Concórdia os direitos autorais da poesia.

§ 1º A poesia poderá ser utilizada mediante representação, recitação ou declamação, em eventos e reuniões do Legislativo Municipal.

§ 2º Poderá a poesia ser publicada, reproduzida e editada pelo Legislativo Municipal, em seus periódicos, cartilhas e em outros meios de divulgação institucional.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 6 de novembro de 2014.  
Rogério Luciano Pacheco  
Presidente

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

#### DECRETO N. 493/2014

DECRETO Nº 493, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. LUCIMAR LOURDES BOFF PEDERSSETTI, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, de acordo com o laudo médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 31 de outubro de 2014.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS MÊS 10/2014****Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 01/10/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		12.702,38
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	10.187,03
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	7.593,45
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	7.593,45
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.593,58
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.400,53
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	700,27
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	492,78
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.034,06
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.034,06
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.034,06
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-518,71
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-518,71

**Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 02/10/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		34.343,04
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	32.800,75
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	13.328,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	7.098,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	4.000,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	2.230,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	19.472,75
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	12.232,82
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	7.239,93
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.542,29
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.542,29
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.542,29



**Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 03/10/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		12.085,99
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	10.362,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	6.600,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00	PMAQ (RAB - PMAQ - SM)	6.600,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	3.762,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	3.762,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.723,99
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.723,99
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.723,99

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**Betha Sistemas  
Exercício de 2014  
Data do Recebimento: 06/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		705,26
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	705,26
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	705,26
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	705,26

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 07/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		669,37
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	669,37
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	669,37
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	669,37

**Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 08/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.751,81
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	876,57
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	876,57
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	876,57
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	875,24
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	875,24
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	875,24

**Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 09/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.073,73
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.073,73
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.073,73
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.073,73

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 10/10/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		195.809,30
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	227.305,69
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	218.922,86
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	215.239,03
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	215.239,03
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	116.229,07
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	58.114,54
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	40.895,42
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	3.683,83
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.989,27
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	994,63
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	699,93
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	8.382,83
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	8.382,83
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	12.288,17
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	12.288,17
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	12.288,17
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-43.784,56
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-43.784,56
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-43.047,80
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-43.047,80
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-736,76



**Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 13/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>8.631,48</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	3.771,19
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	3.771,19
4.1.7.2.1.35.05.00.00	Transfe. FNDE apoio as Creches	3.771,19
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.860,29
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.860,29
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.860,29

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 14/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		21.251,86
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	21.251,86
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	21.251,86
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	21.251,86

**Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 15/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		35.442,13
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	3.473,89
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	3.473,89
4.1.7.2.1.33.17.00.00	Transferencia do FNS BLMAC	3.473,89
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	31.968,24
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	31.968,24
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	31.968,24

**Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 16/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		687,50
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	687,50
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As. Social - FNAS	687,50
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas  
Exercício de 2014  
Data do Recebimento: 17/10/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
---------	---------------------

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas  
Exercício de 2014  
Data do Recebimento: 20/10/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
---------	---------------------



**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 21/10/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>51.818,07</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	56.103,76
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	56.103,76
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	55.976,80
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	55.976,80
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	30.227,47
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	15.113,74
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	10.635,59
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	126,96
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	68,56
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	34,28
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	24,12
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	6.935,05
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.935,05
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.935,05
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-11.220,74
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-11.220,74
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-11.195,35
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-11.195,35
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-25,39

**Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 22/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		4.638,23
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.638,23
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.638,23
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.638,23

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 23/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		11.913,37
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	11.913,37
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	11.913,37
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	11.913,37

**Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 24/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		10.968,76
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	7.590,71
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	7.590,71
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	7.590,71
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.378,05
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.378,05
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.378,05

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**Betha Sistemas  
Exercício de 2014  
Data do Recebimento: 28/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>4.875,44</b>
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.875,44
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.875,44
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.875,44

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**Betha Sistemas  
Exercício de 2014  
Data do Recebimento: 29/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.657,53
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.657,53
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.657,53
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.657,53



**Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 30/10/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		136.934,46
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	100.316,94
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	100.316,94
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	100.288,01
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	100.288,01
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	54.155,53
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	27.077,76
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	19.054,72
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	28,93
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	15,62
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	7,81
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	5,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	6.686,22
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.686,22
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.686,22
4.2.4.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	49.994,68
4.2.4.2.2.99.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	49.994,68
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-20.063,38
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-20.063,38
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-20.057,60
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-20.057,60
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-5,78

**Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**Betha Sistemas  
Exercício de 2014  
Data do Recebimento: 31/10/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		825,09
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	-0,01
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	-0,01
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	-0,01
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	-0,01
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	825,10
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	825,10
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	825,10

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/ 2014. PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/ 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS

O município de CORONEL MARTINS, SC, com sede na Rua Porto Alegre, nº 47, CEP 89.837-000, inscrito no CNPJ sob nº 95.993.093/0001-09, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 14:00 horas do dia 25 de NOVEMBRO de 2014, tendo como local o CÂMARA DE VEREADORES, localizada na Rua Clevelândia, nº 86, Centro, Coronel Martins, SC. O leilão será conduzido pelos Leiloeiros PÚBLICOS Oficiais SR. ULISSES DONIZETE RAMOS, matrícula AARC/309 e SR. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC/162 JUCESS, para venda à vista de bens móveis inservíveis: LOTE 01: 01 FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, ano 2005, modelo 2006, Placas MCO 2344, Álcool/Gasolina, cor branca. LANCE INICIAL R\$ 5.700,00. LOTE 02: 01 VW/PARATI 1.6, ano/modelo 2006, Placas MGA 5102, Álcool/Gasolina, cor prata. LANCE INICIAL R\$ 8.700,00. LOTE 03: 01 GM/VECTRA SEDAN ELEGANCE, ano/modelo 2011, Placas MIY 8056, Álcool/Gasolina, cor branca. LANCE INICIAL R\$ 22.000,00. LOTE 04: 01 GM/CELTA 4P SPIRIT, ano 2009, modelo 2010, Placas MFX 4987, Álcool/Gasolina, cor branca. LANCE INICIAL R\$ 7.100,00. LOTE 05: 01 FORD/FIESTA STREET, ano 2004, modelo 2005, Placas MDI 3708, Gasolina, cor vermelha. LANCE INICIAL R\$ 6.800,00. LOTE 06: 01 MICROONIBUS I/M. BENZ/ 311 CDI SPRINT M, ano/modelo 2004, Placas ALV 2894, Diesel, cor branca, 16 Lugares. LANCE INICIAL R\$ 20.000,00. LOTE 07: 01 CAMINHÃO BASCULANTE FORD/F 12.000 L, ano/modelo 1997, Placas LYX 5306, Diesel, cor branca. LANCE INICIAL R\$ 15.000,00. LOTE 08: 01 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90 4 x 4, ano 2006. LANCE INICIAL R\$ 27.000,00. LOTE 09: 01 TRATOR DE PNEUS FORD 5630, ano 1993. LANCE INICIAL R\$ 18.000,00. LOTE 10: 02 ENSILADEIRAS NOGUEIRA PECUS 9004, desmontadas. LANCE INICIAL R\$ 200,00. LOTE 11: 01 DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO BERTANHA, 01 Ensiladeira, 01 Concha e 01 Grade. LANCE INICIAL R\$ 150,00. LOTE 12: 01 SUBSOLADOR JAM. LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 13: 01 CONCHA TRASEIRA PARA TRATOR. LANCE INICIAL R\$ 200,00. LOTE 14: MATERIAIS DIVERSOS e ELETROPORTÁTEIS. LANCE INICIAL R\$ 90,00. LOTE 15: LOTE DE CADEIRAS E CARTEIRAS ESCOLARES. LANCE INICIAL R\$ 70,00. LOTE 16: SUCATA DE INFORMÁTICA. LANCE INICIAL R\$ 90,00. LOTE 17: SUCATAS HOSPITALARES. LANCE INICIAL R\$ 80,00. LOTE 18: 03 MÁQUINAS DE COSTURA, sendo: 01 RETA LANÇADEIRA, 01 FACILITA PLUS SINGER E 01 DE COSTURA RETA TRANSPORTES MODELO LANNAX. LANCE INICIAL R\$ 350,00. LOTE 19: 05 SUCATAS DE RESFRIADORES DE LEITE. LANCE INICIAL R\$ 50,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.MAXLEILOES.COM.BR, ou ainda pelos telefones Fone (49) 3459 0011 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

CORONEL MARTINS (SC), 06 de novembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº. 245 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 245 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e art. 7º, I, da Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0064	17.000,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) do Excesso de Arrecadação da Atenção Básica na fonte 01.0064.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 28 de outubro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

**Correia Pinto****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 01/2014 FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2014  
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ARTESANATO, CAMA, BANHO, VESTUÁRIO, TECIDOS E ARMARINHOS, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ABI - COMERCIO DE CONFECÇÃO LTDA ME  
CNPJ: 05.438.785/0001-00  
Instrumento: 0782  
Valor total: 61.291,99

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa BAGATOLI COMERCIO DE MÓVEIS LTDA ME  
CNPJ: 09.053.748/0001-27  
Instrumento: 0783  
Valor total: 13.397,50

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa BOZZANO E BOZZANO LTDA ME  
CNPJ: 88.197.330/0001-60  
Instrumento: 0784  
Valor total: 20.503,50

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa IVANI M GASPARETTO SOSTER - AVIAMENTOS - EPP  
CNPJ: 64.165.590/0001-95  
Instrumento: 0785  
Valor total: 30.801,05

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME  
CNPJ: 13.965.228/0001-68  
Instrumento: 0786  
Valor total: 6.527,65

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa LEANDRO DA SILVA ALVAREZ ME  
CNPJ: 18.856.789/0001-42  
Instrumento: 0787  
Valor total: 33.681,02

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME  
CNPJ: 15.275.465/0001-22  
Instrumento: 0788  
Valor total: 10.920,00

Vigência da ata: 31/10/2014 a 31/12/2014

Correia Pinto/SC 07 de novembro de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 02/2014 FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 02/2014  
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: REFORMA, REVITALIZAÇÃO E MELHORIAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, CONFORME DESCRITIVO NOS ANEXOS DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa J. C RODRIGUES DE FREITAS  
CNPJ: 14.035.035/0001-70  
Instrumento: 0780  
Valor total: 81.235,08

Vigência da ata: 29/10/2014 a 29/12/2014

Correia Pinto/SC 07 de novembro de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 62/2014 PMCP - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 62/2014  
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0776/2014 PMCP e 0778/2014 FMAS  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCERTINA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ALDOIR GOBETTI DE OLIVEIRA - ME  
CNPJ: 15.428.171/0001-93

ITEM	Quantidade	Características	Preço Unitário	Preço Total
1	500	Concertina para proteção material de mão de obra para a instalação	65,60	32.800,00

Valor Total: 32.800,00

Vigência: 20/10/2014 a 31/12/2014

Correia Pinto/SC 07 de novembro de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

# Curitibanos

## PREFEITURA

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2014

#### REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 70/2014

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA USO DOS ALUNOS DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME ANEXO I e II DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 21/11/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC. A partir das 16:00 horas do dia 21/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 06 de Novembro de 2014.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 264/2014

#### REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 264/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DO GAVETÁRIO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 21/11/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 21/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor

de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 06 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

**Doutor Pedrinho****PREFEITURA****EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 45/2014**

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Concorrência Pública nº. 045/2014

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, tipo "Menor Preço Global", objetivando a contratação de empresa para execução de serviços de engenharia, incluindo fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, para obras do SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, contemplando SERVIÇOS PRELIMINARES, REDE COLETORA DE ESGOTOS SANITÁRIOS, LIGAÇÕES DOMICILIARES E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE DOUTOR PEDRINHO - SC, tudo conforme projetos, memorial descritivo e orçamento, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório, atendendo a Lei Federal nº. 8.666/93 Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 15/12/2014. Hora: 08h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 15/12/2014, Hora: 09h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: [compras@doutorpedrinho.sc.gov.br](mailto:compras@doutorpedrinho.sc.gov.br) e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 06 de Novembro de 2014.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

**Ermo****PREFEITURA****DECRETO N.º 085, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO N.º 085, de 30 de outubro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 333/13, de 26/11/2013 (Lei Orçamentária Anual);

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

**09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.71.00.00.00.00.0002 (6) - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 50.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 002 (recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 30 de outubro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2014 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2014**

EXTRATO DO CONTRATO nº 38/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMESC OBJETO: Prestação de serviços médicos especializados e exames não prestados no município, para atendimento a pessoas carentes do município de Ermo e assessoria e manutenção de programas na área de saúde.

VALOR ESTIMADO: O valor total previsto na cláusula segunda do contrato de origem fica aditado em R\$ 62.295,00 ( sessenta e dois mil, duzentos e noventa e cinco reais), passando para R\$ 311.475,00 ( trezentos e onze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).

DATA DA ASSINATURA: 30/10/2014.



**Faxinal dos Guedes****PREFEITURA****EXTRATO DE EDITAL\_AQUISIÇÃO VEÍCULO  
01FURGÃO EDUCAÇÃO**

Estado de Santa Catarina  
Município de Faxinal dos Guedes  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0049/2014  
Processo licitatório nº: 0091/2014  
Objeto: Aquisição de um veículo tipo furgão para a secretaria de educação de Faxinal dos Guedes.  
Data do Recebimento: 20/11/2014 às 09h00 min.  
Data da abertura: 20/11/2014 às 09h15 min.  
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.  
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de novembro de 2014.  
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**Forquilha****PREFEITURA****EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 207/ 2014.**

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 207/ 2014.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

O município de FORQUILHINHA, SC, com sede na Av. 25 de Julho, nº 3400, Centro, na cidade de Forquilha, inscrito no CNPJ sob nº CNPJ: 81.531.162/0001-58, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 09:00 horas do dia 28 de NO- VEMBRO de 2014, tendo como local o CÂMARA DE VEREADORES, localizado na Rua Sigisfredo Back, nº 355 (Paço Municipal 26 de Abril), Centro, Forquilha, SC. O leilão será conduzido pela Lei- loeira PÚBLICA Oficial SRA. TAISA RAQUEL PEREIRA CARVALHO, matrícula AARC/287, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 I/NISSAN SENTRA 20S FLEX, ano 2010, modelo 2011, Placas MJF 4011, Álcool/Gasolina, cor preta. LANCE INICIAL R\$ 20.000,00. LOTE 02: 01 FIAT/UNO MIL- LE FIRE FLEX, ano/modelo 2006, Placas MCE 3856, Álcool/Gaso- lina, cor branca. LANCE INICIAL R\$ 6.500,00. LOTE 03: 01 FIAT/ PALIO FIRE, ano/modelo 2004, Placas DMW 5048, Gasolina, cor prata. LANCE INICIAL R\$ 6.100,00. LOTE 04: 01 VW/PARATI 1.6 TRACKFIELD, ano 2007, modelo 2008, Placas MFP 0549, Álcool/ Gasolina, cor prata. LANCE INICIAL R\$ 10.500,00. LOTE 05: 01 ÔNIBUS M. BENZ/OF 1318, ano/modelo 1997, Placas IGN 9800, Diesel, cor amarela, 45 Lugares. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00. LOTE 06: 01 CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ/L 1113, ano/modelo 1979, Placas LZT 2255, Diesel, cor branca. LANCE INICIAL R\$ 10.200,00. LOTE 07: 01 CAMINHÃO CARROC. ABER- TA M. BENZ/L 1113, ano/modelo 1978, Placas MAA 8548, Diesel, cor branca. LANCE INICIAL R\$ 9.200,00. LOTE 08: 01 POCLAIN PC FIAT ALLIS FH 200, ano 1994. LANCE INICIAL R\$ 55.000,00. LOTE 09: 01 PÁ CARREGADEIRA TRATOR DE RODAS M.A. CLARK MICHIGAN 55, ano/modelo 1981, Placas LXM 2118, cor amarela, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 20.000,00. LOTE 10: 01 COMPACTA- DOR DE LIXO LIBRELATO. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 11: 02 ESTEIRAS (LAGARTAS). LANCE INICIAL R\$ 800,00. LOTE 12: 01 SUCATAS DE FERRO VELHO. LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 13: 01 EIXO DIANTEIRO e 01 EIXO TRASEIRO do ÔNIBUS 1313. LANCE INICIAL R\$ 200,00. LOTE 14: 01 PÉ DE CARNEIRO LINCK CA 15. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 15: 01 CORTADOR DE ASFALTO BRANCO 4T. LANCE INICIAL R\$ 500,00. LOTE 16: 01 TERRENO URBANO + CASA DE ALVENARIA, situado na Avenida 25 de Julho, Bairro Vila Lourdes, lote nº 01, com área de 302,68 m². Registrado no C.R.I. de Forquilha sob nº 924. LANCE INI- CIAL R\$ 154.025,20. LOTE 17: 01 TERRENO URBANO, situado na Rua 54, hoje, Rua Adélia Arns Steiner, correspondente a área de utilidade pública 01 do Loteamento Dal Toé, com área de 317,44 m². Registrado no C.R.I. de Forquilha sob nº 7.430. LANCE INI- CIAL R\$ 70.541,52. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.FABRIKADELEILOS. COM.BR ou ainda pelos telefones Fone (48) 3463 8100 Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações poste- riores. Leia atentamente o edital.

FORQUILHINHA (SC), 06 de novembro de 2014.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
PREFEITO MUNICIPAL

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2014 - PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 25/2014**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 157/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 25/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 07/08/2015.

2ª Publicação.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2014 - PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 24/2014**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 147/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 24/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, para atendimento a Secretaria de Ação Social e a Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 24/07/2015.

2ª Publicação.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 226/PMF/2014**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 226/PMF/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADA - TAÍSA RAQUEL PEREIRA CARVALHO

OBJETO - O CONTRATANTE, neste ato, coloca à disposição do CONTRATADO para leilão, a ser realizado no dia 28.11.2014, às 09:00 horas, na cidade de Forquilha/SC.

AUTORIZAÇÃO PARA VENDA - A prestação do serviço de venda de móveis e imóveis por leilão pelo CONTRATADO será precedida de Autorização de Venda, formalizada pelo CONTRATANTE.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Chamamento Nº 186/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 05 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Fraiburgo****PREFEITURA****AT14FMS25**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14FMS25

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada.: IVONEI GONÇALVES TURISMO ME

Valor ..... : 134.400,00 (cento e trinta e quatro mil e quatrocentos reais)

Vigência ..... : Início: 31/10/2014 Término: 31/03/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2014

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS ENCAMINHADAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE, PARA ATENDIMENTO MÉDICO E REALIZAÇÃO DE EXAMES DIVERSOS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO DURANTE O PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2014 A MARÇO DE 2015.

Fraiburgo, 6 de Novembro de 2014

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0142\_2014-PMF**

Aviso de Pregão Presencial Nº 0142/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos de informática para uso na Secretaria de Ação Social e na nova sede do Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, em construção na Av. Paraná no Bairro Bela Vista. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 20.11.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 06 de novembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

**CT14FMS13**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14FMS13

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada.: CARBONI VEICULOS LTDA

Valor ..... : 13.300,00 (treze mil trezentos reais)

Vigência ..... : Início: 22/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2014

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA RE-TIFICA DO MOTOR DA AMBULÂNCIA FIAT DUCATO, 2009/2010, PLACAS MIA-1713, FROTA Nº 236, COM FORNECIMENTO DAS PEÇAS NECESSÁRIAS E DA MÃO DE OBRA.

Fraiburgo, 6 de Novembro de 2014

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

**CT14SF20****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT14SF20  
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada....: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.  
Valor ..... : 3.690,00 (três mil seiscentos e noventa reais)  
Vigência ..... : Início: 13/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES (ETE), LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA, PARA TRATAMENTO CONJUNTO DE RESÍDUOS DE TANQUES SÉPTICOS.

Fraiburgo, 6 de Novembro de 2014  
ELOI REGALIN  
Presidente

**CT14SF21****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT14SF21  
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada....: CHAPECO INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA  
Valor ..... : 39.000,00 (trinta e nove mil reais)  
Vigência ..... : Início: 13/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES (ETE), LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA, PARA TRATAMENTO CONJUNTO DE RESÍDUOS DE TANQUES SÉPTICOS.

Fraiburgo, 6 de Novembro de 2014  
ELOI REGALIN  
Presidente

**CT14SF22****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT14SF22  
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada....: NARDI COMÉRCIO DE PEÇAS INDUSTRIAIS LTDA  
Valor ..... : 25.999,98 (vinte e cinco mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES (ETE), LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA, PARA TRATAMENTO CONJUNTO DE RESÍDUOS DE TANQUES SÉPTICOS.

Fraiburgo, 6 de Novembro de 2014  
ELOI REGALIN  
Presidente

**CT14SF23****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT14SF23  
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada....: ARCO ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : 7.242,00 (sete mil duzentos e quarenta e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 13/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES (ETE), LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA, PARA TRATAMENTO CONJUNTO DE RESÍDUOS DE TANQUES SÉPTICOS.

Fraiburgo, 6 de Novembro de 2014  
ELOI REGALIN  
Presidente

**CT14SF24****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT14SF24  
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada....: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA  
Valor ..... : 24.557,01 (vinte e quatro mil quinhentos e cinquenta e sete reais e um centavo)  
Vigência ..... : Início: 15/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014  
Objeto ..... : TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO E TUBULAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO DE EFLUENTES E OXIGÊNIO PARA UM BIOFILTRO AERADO SUBMERSO, A SER EXECUTADO JUNTO A UNIDADE DE SANEAMENTO AMBIENTAL DA SANEFRAI, NO FINAL DA AV. CAÇADOR, NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA, NESTA CIDADE.

Fraiburgo, 6 de Novembro de 2014  
ELOI REGALIN  
Presidente

**CT14SF25****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT14SF25  
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada....: DALMASS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA  
Valor ..... : 10.900,00 (dez mil e novecentos reais)  
Vigência ..... : Início: 17/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2014  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA A REFORMA DO MOTOR DA BOB CAT S130 DA MINI CARREGADEIRA SFR0222 - FROTA 222.

Fraiburgo, 6 de Novembro de 2014  
ELOI REGALIN  
Presidente

**CT14SF26****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT14SF26

Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada...: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Valor ..... : 3.409,80 (três mil quatrocentos e nove reais e oitenta centavos)

Vigência ..... : Início: 28/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES (ETE), PARA TRATAMENTO CONJUNTO DE RESÍDUOS DE TANQUES SÉPTICOS COLETADOS PELO CAMINHÃO LIMPA FOSSA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA.

Fraiburgo, 6 de Novembro de 2014

ELOI REGALIN

Presidente

**PORTARIA Nº 20142014**

PORTARIA N.º 2.014, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0027 de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de NORACI DA MAIA VANZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 904.808.059-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 20152014**

PORTARIA N.º 2.015, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JULIANA HASS TEODORO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.831.869-75, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período

de 21 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 20162014**

PORTARIA N.º 2.016, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0017 de 06 de março de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTIANE DUARTE MANFIOLETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 044.315.349-38, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 29 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 20172014**

PORTARIA Nº 2.017, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0035, de 30 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0170/2014 da Secretaria de Ação Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 065.363.859-00, na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 12 horas semanais, no período de 10 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 20182014**

PORTARIA Nº 2.018, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01275/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PATRICIA APARECIDA VACARI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 100.936.469-33, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de novembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**REC.FEDERAIS 23.10.2014****NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
04/11/2014	FNDE	PNAE FUNDAMENTAL	950,00
04/11/2014	FNDE	PNAEJA	954,00
04/11/2014	FNDE	PNAP	10.630,00
04/11/2014	FNDE	PNAE FUNDAMENTAL	26.386,00
04/11/2014	FNDE	PNAC	17.320,00
04/11/2014	FNDE	PNATE MEDIO	4.424,41
04/11/2014	FNDE	PNATE FUND.	15.961,49
04/11/2014	FNDE	PNATE INFANTIL	714,07

Secretaria de Finanças

**TA14SF12****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA14SF12 - Contrato Nº: CT14SF26  
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO  
Contratada...: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor ..... : 702,00 (setecentos e dois reais)

Vigência ..... : Início: 28/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2014

Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 1 DO LOTE 1.

Fraiburgo, 6 de Novembro de 2014

ELOI REGALIN  
Presidente



**DECRETO Nº 0290-2014**

**DECRETO Nº 0290, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.**

**HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA  
CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0038, DE 02 DE  
OUTUBRO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica homologada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0038 de 02 de outubro de 2014, conforme listas anexas.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0038 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Artes - Teatro Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Artes - Teatro

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	3	LUCENIR APARECIDA DA SILVA SANTOS CAMPOS	7	0	5	0	NÃO	07/06/1968



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0038 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Educação Física - Dança	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO				
Código:	2	Área de Atuação:	Geral				
Disciplina:	Educação Física - Dança						
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato			Soma de Pontos		
1	1	GLADIMIR PADILHA			13		

Critérios de Desempate					
1º	2º	3º	4º	5º	
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	
4	3	6	NÃO	12/09/1972	



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0038 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Educação Física - Danç Quadro: II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO

Código: 4 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Educação Física - Dança

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	4	JORGE LUÍZ RIVA	17	0	4	2	NÃO	23/10/1990
2	6	VIVIANE CAREGNATO	12	0	5	0	NÃO	09/02/1989
3	5	GERSON DOS SANTOS	8	0	2	0	NÃO	08/04/1988
4	2	DANIEL LIMA DE ALBUQUERQUE	2	0	1	0	NÃO	13/03/1996

# Galvão

## PREFEITURA

### DECRETOS 2014 - 210 A 214

DECRETO Nº 210/2014

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 330/2001 e 679/2010, resolve e, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, os senhores conforme segue:

**- REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:**

TITULAR - Alessandra Paula Querino Bernardo;

SUPLENTE - Sandra Maria Turmina.

**- REPRESENTANTE DE ENTIDADES DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO E DISCENTES:**

TITULAR - Adriana Fátima Grotto Boff;

SUPLENTE - Caroline Fatini Bez Batti;

TITULAR - Eliane Tramontin Sávio Garbin;

SUPLENTE - Sayonara Dalla Cort Bitner.

**- REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS:**

TITULAR - Rosane Bitner Ribeiro;

SUPLENTE - Iliane Peruzzo Pontel;

TITULAR - Daiane Paris;

SUPLENTE - Marta Borella de Campos.

**- REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:**

TITULAR - Adair Luza;

SUPLENTE - Idacir Antônio Baldissera;

TITULAR - Genésio Angelo Busanello;

SUPLENTE - Cleber Junior Lanzarin.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de outubro de 2014.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 211/2014

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 567/2007 de 03/04/2007 e 680/2010 de 15/09/2010, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação - Conselho do FUNDEB, do Município de Galvão-SC, os (as) senhores (as) conforme segue:

I - Representante do Poder Executivo Municipal, Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente:

TITULAR - Sandra Maria Turmina;

SUPLENTE - Daiane Nunes Daquetti;

TITULAR - Edijane Borella de Almeida;

SUPLENTE - Zeli Pacheco.

II - Representante dos Professores da Educação Básica Pública:

TITULAR - Luciana Raquel Didoné;

SUPLENTE - Cleonice Spinello dos Santos.

III - Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

TITULAR - Alvani Pietá;

SUPLENTE - Sayonara Dalla Cort Bitner.

IV - Representante dos servidores Técnicos Administrativos das Escolas Básicas Públicas:

TITULAR - Nadir Lucia Toso Marinello;

SUPLENTE - Janice Miglioretto de Marchi.

V - Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

TITULAR - Francineide Barroso da Cruz;

SUPLENTE - Odete Maria Cesário da Silva;

TITULAR - Elizabethe Gema Gheler;

SUPLENTE - Silvane Adail Valêncio.

VI - Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública e Entidade de Estudante Secundarista:

TITULAR - Nadir Argenta Batistella;

SUPLENTE - Maria Lourdes Cazarin Prates;

TITULAR - Franciele Aparecida de Oliveira Duarte;

SUPLENTE - Gelson Daquetti.

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação:

TITULAR - Ariane Velho dos Santos Potter;

SUPLENTE - Geneci Pacheco Francisco.

VIII - Representante do Conselho Tutelar:

TITULAR - Paulino Querino dos Santos;

SUPLENTE - João Carlos Busanello.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de outubro de 2014.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 212/2014

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais 519/2005 e 520/2005;

Considerando a não lavratura do Decreto de exoneração do servidor quando da saída de seu cargo junto ao Município de Galvão-SC, na data de 31/10/2008, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica o senhor Manoel Cordeiro, ocupante do cargo em comissão de assistente, nomeado através do Decreto Municipal nº 106/2008 de 03/07/2008, exonerado de seu cargo junto ao Município de Galvão-SC, com efeito, retroativo ao dia 31 de outubro de 2008.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de outubro de 2014.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 213/2014**

**DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE AGENTE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica o servidor Marciano Amarildo Carlos André Moreira, ocupante do cargo efetivo de motorista de ônibus, nomeado por concurso público através do Decreto Municipal nº 169/2014 de 28/08/2014, designado para desempenhar as funções de Agente da Vigilância Sanitária deste Município de Galvão, a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de novembro de 2014.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 214/2014**

**DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE AGENTE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica o servidor Sidinei Mariano da Costa, ocupante do cargo efetivo de motorista de ônibus, nomeado por concurso público através do Decreto Municipal nº 170/2014 de 28/08/2014, designado para desempenhar as funções de Agente da Vigilância Sanitária deste Município de Galvão, a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de novembro de 2014.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

# Garopaba

## PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO PE090/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 090/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, para fornecimento em parcela única, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, pretendendo a Contratação de empresa especializada para aquisição de conjuntos de aparelhos de ginástica para academias ao ar livre. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h00min do dia 19/11/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 19/11/2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 05 de novembro de 2014.

Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

# Garuva

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO EDITAL 14/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RELAÇÃO DE INSCRITOS PARA TESTE SELETIVO ACT - EDITAL 014 /2014

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DISCIPLINA	HABI- LITA- DO	NÃO HABI- LITA- DO	DISCIPLINA	HABI- LITA- DO	NÃO HABI- LITA- DO
001	LEONARDO MEDEIROS	ANOS INICIAIS	X		EDUC. ESPECIAL – 2º PROF.	X	
002	ELIZETE CARVALHO MACIEL	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
003	GISELY VIEIRA DA CUNHA	RDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
004	LEILIMERI DOS SANTOS MACIEL	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
005	FERNANDA DA VEIGA MAIA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
006	ROSANA NUNES DE ALMEIDA LEITE	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.		X
007	ELAINE C. ZIETZ	CIÊNCIAS	X		ÉTICA E CIDADANIA	X	
008	LIDIANE PADILHA GONÇALVES	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
009	JOSILENE P. A. DO NASCIMENTO	ANOS INICIAIS		X	-----	---	---
010	ELIANA APARECIDA PADILHA SILVESTRE	ARTES		X	-----	---	---
011	MARGARETE BUENO SCHUVAIZERSKI	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
012	DAIANE DE MELO	ANOS INICIAIS		X	-----	---	---
013	JOSÉ ALCIR DE ARAÚJO	ÉTICA E CIDADANIA		X	-----	---	---
014	JULIANA DE VARGAS DE ARAÚJO	MATEMÁTICA		X	-----	---	---
015	JÉSSICA BUENO DA ROSA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
016	ANDREIA MARTINHAK	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
017	CLODOMIR SOUZA	CIÊNCIAS		X	-----	---	---
018	FRANCIELE NASCIMENTO L. ROCHA	CIÊNCIAS	X		-----	---	---
019	SATIRA MARIA DO V. ZAVODINI	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.	X	
020	BÁRBARA ROMANZINI DA SILVA POLSIN	EDUCAÇÃO FÍSICA	X		-----	---	---
021	KÁTIA CRISTINA S. SCHMIDT	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
022	RICARDO CAMPOS DA COSTA	ARTES	X		-----	---	---
023	SOLANGE DA GRAÇA NOGUEIRA	ANOS INICIAIS	X		EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.	X	
024	ZELAINE KUCHLIK	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
025	REGINA MARIA LEGNAGHI	LIBRAS		X	EDUC. ESPECIAL – 2º PROF.		X
026	CRISTIANE DA S. MIRANDA	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
027	MARÍLIA LUCIA MENDES	CIÊNCIAS	X		ÉTICA E CIDADANIA	X	
028	CLENIANE DEODORO LEITE AMARAL	ORIENTAÇÃO	X		SUPERVISÃO	X	
029	VANUSA MARQUES WIELGOSZ	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
030	SILVANA NAGEL WASEN	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ARTES		X
031	HENDRYL ALSENO WASEN	HISTÓRIA		X	ÉTICA E CIDADANIA		X
032	PATRICIA APARECIDA DOS SANTOS	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
033	REGIANE SARAMENTO DOS SANTOS	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
034	NEIVA APARECIDA C. BRAMMER	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
035	MARQUEDIANE BRUSAMARELLO	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
036	SILMARA Z. ZOCCHETTO	ANOS INICIAIS		X	EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.		X
037	SUELEN PAOLA CASAGRANDE	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
038	VIVIANE GERCKER LEANDRO	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
039	IVONE DARUCESKI	EDUCAÇÃO IN FANTIL		X	ANOS INICIAIS		X



040	ANGELA A. WIESNER	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
041	ELAINE SPANIOL	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	-----	---	---
042	MARIA ANGELITA PEREIRA ALVES	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	-----	---	---
043	JOSIANE SARAMENTO	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
044	JOSIANE GONÇALVES MAES FREITAS	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
045	JENNIFFER Z. TEIXEIRA	CIÊNCIAS	X		ÉTICA E CIDADANIA	X	
046	JULIO CESAR ALVES	LÍNGUA PORTUGUE- SA	X		-----	---	---
047	MARILDA MARTINS BUDAL	ANOS INICIAIS	X		-----	---	---
048	JULIANE CRISTINE DOS SANTOS	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	-----	---	---
049	MARIA ROSIANE SANTOS	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
050	ROSANGELA P. DOS SANTOS	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.		X
051	MARILEIA SILVA DE ANDRADE	NUTRICIONISTA	X		-----	---	---
052	SIRLEI DA APARECIDA CARDOSO ALEIXO	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
053	MARILENE GOMES FERREIRA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
054	MARISA M. C. CECCATTO	ANOS INICIAIS	X		-----	---	---
055	ANA LUCIA NOGUEIRA DE ANDRADE	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
056	MARA CRISTINA SILVA	ANOS INICIAIS	X		ORIENTAÇÃO	X	
057	RAFAEL BERNARDO SILVEIRA	GEOGRAFIA	X		-----	---	---
058	SILVANA FÁTIMA ESSER	ANOS INICIAIS		X	EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.		X
059	JULIANE F. UMLAUF	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
060	ELIANE B.FARIA FERRAZZA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.		X
061	MARCIA F. FRANCO FERMIANO	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
062	ANDREIA PEREIRA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
063	SILVIA C. DOS SANTOS	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
064	SONIA MARA FLORIANO DA C. GA- VEGNO	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
065	SILVANA FÁTIMA DE LIMA	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		EDUC.ESPECIAL- 2º PROF.	X	
066	TANIA MARA Z. DE ANDRADE	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
067	MARIA APARECIDA CARDOSO	ORIENTAÇÃO	X		EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.	X	
068	ROSANE KOMINKIEWICZ	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
069	MARCIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
070	OLGA SILVA FRANCO	ÉTICA E CIDADANIA	X		ORIENTAÇÃO	X	
071	MIRZA CONCEIÇÃO SANTOS MAR- QUES	LIBRAS	X		EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.	X	
072	ROSENETE LANGE GONÇALVES	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
073	MÁRCIA APARECIDA MEZZOMO	ORIENTAÇÃO	X		SUPERVISÃO	X	
074	ANA COSCODE MOYA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
075	ROSANGELA BEATRIZ BOEGERSHAU- SEN	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
076	ANDERSON GONÇALVES LEITE	ANOS INICIAIS		X	EDUCAÇÃO INFANTIL		X
077	VICTORIA WILL	CIÊNCIAS		X	-----	---	---
078	KARINE C. DA SILVA MOURA	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		-----	---	---
079	SANDRA MARA DA SILVA	ANOS INICIAIS		X	ÉTICA E CIDADANIA		X
080	SANDRA ELISA S. DE OLIVEIRA	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		SUPERVISÃO	X	
081	REGINA SARAMENTO	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
082	MARIA REGINA DA SILVA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
083	MARIA CRISTINA SOARES	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		-----	---	---
084	RAFAELA PAMELA FERREIRA	HISTÓRIA	X		-----	---	---
085	FERNANDA MENDES MOTA	HISTÓRIA	X		ÉTICA E CIDADANIA	X	
086	CRISTIANO DAMIÃO	EDUCAÇÃO FÍSICA	X		EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.	X	
087	FRANCIELE LEITE CARNEIRO	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
088	SHEYLA FERNANDES DA SILVA LIMA	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
089	SOLANGE FERNANDES DA SILVA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X

090	JENIFFER CRISTINA FERREIRA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
091	ELAINE CRISTINE BRÜSKE DA SILVA COSTA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
092	ANA JOSELIA DALFACOURT RIBAS	ANOS INICIAIS	X		EDUC. ESPECIAL – 2º PROF.	X	
093	JOSIANE EDNA PEREIRA	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.	X	
094	SIMONE COSTA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
095	LILIAN THALITA DIERSCHNABEL	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
096	JULIANA NAGEL	ARTES		X	EDUCAÇÃO INFANTIL		X
097	MIRELI DA SILVEIRA SALVADOR	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
098	KENIA APARECIDA DOS SANTOS	LÍNGUA PORTUGUESA	X		-----	---	---
099	FLAVIA FAVARETTO	NUTRICIONISTA	X		-----	---	---
100	ADRIANA MACHADO ROCHADEL	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.		X
101	GABRIELA MARCANTE	EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.		X	LIBRAS		X
102	PAULO JOSÉ MACIEL SANTOS	MATEMÁTICA		X	ÉTICA E CIDADANIA		X
103	GUIOMAR LEITE	MATEMÁTICA	X		ÉTICA E CIDADANIA	X	
104	ODETTE CRISTINA DA SILVA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
105	JUCELENE MAES	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
106	CLAUDIA REGINA MARQUES MOREIRA	ANOS INICIAIS		X	ÉTICA E CIDADANIA		X
107	THAIS FUSIK SOARES DA SILVA	ANOS INICIAIS		X	ÉTICA E CIDADANIA		X
108	KELLY M. M. THOMAZINE	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
109	DANIELA BOTELHO DA SILVA	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
110	ALIANDRA DA CUNHA NUNES	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
111	GISELLE SANTOS LOPES	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
112	PRISCILLA BETANIA STONOGA	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
113	LUCIANA CRISTINA BLOCKI DE OLIVEIRA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
114	CRISLEI GRACIELI DE BONFIM	EDUCAÇÃO FÍSICA	X		-----	---	---
115	ALYNE CRISTHINE DE AVELAR	CIÊNCIAS	X		ÉTICA E CIDADANIA	X	
116	LEONI A. V. STONOGA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
117	KETELY PERSIKE	HISTÓRIA	X		-----	---	---
118	JOSÉ ALVARO PEREIRA ZAGO	LÍNGUA PORTUGUESA	X		ÉTICA E CIDADANIA	X	
119	ILISANE WINHAR PEREIRA ZAGO	LÍNGUA PORTUGUESA	X		INGLÊS	X	
120	RITA DE CASSIA DE MATOS	ANOS INICIAIS	X		SUPERVISÃO	X	
121	TEREZINHA N. ORLOSVKI	HISTÓRIA	X		ANOS INICIAIS		X
122	JANAYNA DA SILVA RODRIGUES	EDUCAÇÃO FÍSICA		X	-----	---	---
123	ANDRÉIA APARECIDA B. MIRANDA	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ORIENTAÇÃO	X	
124	PATRICIA SILVA GERKER	HISTÓRIA	X		ÉTICA E CIDADANIA	X	
125	ESTEFANI FRANCO POLSIN	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
126	CLAUDINEIA BOERGERSHAUSEN	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ORIENTAÇÃO	X	
127	LUCILENE DE FATIMA MACHADO	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	EDUC.ESPECIAL- 2º PROF.		X
128	MICHELE MELCHIOR PEREIRA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
129	CLEUSA DOMINGUES	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
130	CASSIANE DIAS	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
131	SARA AQUINO DOS SANTOS	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	EDUC.ESPECIAL-2º PROF.		X
132	MARINILDA DA SILVA MARIAN	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ÉTICA E CIDADANIA	X	
133	DAIANI JARECKI FERREIRA	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
134	VANESSA CAROLINE CERVELLO	NUTRICIONISTA	X		-----	---	---
135	MARI ESTELLA JARECKI	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
136	LUCIANA WACHHOLZ ZIMERMAMM	HISTÓRIA	X		-----	---	---
137	KAUANE KAROLINE NASS	ANOS INICIAIS		X	EDUC.ESPECIAL- 2º PROF.		X
139	THAYNA DAYANE RAZINI	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X

139	JESSICA EVARISTO	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
140	PRISCILA MUNCH	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
141	LUANE V. MACHADO	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
142	JESSICA REGINA CARDOSO DA VEIGA	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		-----	---	---
143	MARINALDA DUARTE	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		-----	---	---
144	TASMÂNIA BÁRBARA DA ROCHA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
145	LUCIA FOLMER	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	-----	---	---
146	PATRICIA PERPÉTUA GUEDES	ANOS INICIAIS	X		ARTES	X	
147	MARIA RITA DA SILVA	CIÊNCIAS		X	ÉTICA E CIDADANIA		X
148	VERONICA JAGIELSKI VALIATTI	ANOS INICIAIS	X		-----	---	---
149	MARIA LUIZA L. XAVIER	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
150	SANDRA CRISTINA ROTHBARTH	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
151	FRANCIELY APARECIDA PEREIRA DA LUZ	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
152	ALCINÉIA LEITZKE	NUTRICIONISTA	X		-----	---	---
153	ALINE STREY DE AMORIM	LÍNGUA PORTUGUESA		X	INGLÊS		X
154	DIRCÉLIA APARECIDA BUENO	ANOS INICIAIS		X	ÉTICA E CIDADANIA		X
155	MARCIA LAURENTINA DE NOVAES PISKE	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ÉTICA E CIDADANIA		X
156	TANIA SIMONE JAGIELSKI ULLMANN	ANOS INICIAIS	X		SUPERVISÃO	X	
157	HELOY TOMAZ SANTOS PEREIRA	MATEMÁTICA	X		-----	---	---
158	EVERTON TETU ALVES	EDUCAÇÃO FÍSICA		X	EDUCAÇÃO INFANTIL		X
159	JOELMA STONOGA XAVIER	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
160	ELIANE STONOGA FERREIRA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	-----	---	---
161	JOELMA CRISTINA G. DIERSCHNABEL	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
162	CLAÚDIA LUCI S. MACHADO	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
163	JANAINA ALESSANDRA KUHNEN	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
164	ROSENILDA DO CARMO RODRIGUES	LÍNGUA PORTUGUESA	X		-----	---	---
165	JOICE ALVES DE SOUZA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
166	DOROTEIA NAGEL CARNEIRO	ANOS INICIAIS	X		ORIENTAÇÃO	X	
167	VIVIANE PINHEIRO DE ANDRADE	ARTES	X		-----	---	---
168	LEILA SCHNEIDER	NUTRICIONISTA	X		-----	---	---
169	MONICA DENCKER C. DIAS	CIÊNCIAS		X	-----	---	---
170	DENISE DA SILVA GANSKE MAIA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
171	JOSEANNY DE N. PINHEIRO	LÍNGUA PORTUGUESA	X		ANOS INICIAIS	X	
172	MARIA LOURDES JAGIELSKI	ANOS INICIAIS	X		-----	---	---
173	JULIANA CORDEIRO DA SILVA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
174	MARCOS ALFREDO CORREA	HISTÓRIA	X		ÉTICA E CIDADANIA	X	
175	CÉLIA MARTINS DO NASCIMENTO	EDUCAÇÃO FÍSICA	X		-----	---	---
176	ÉRICA CRISTIANE DA SILVA DOS SANTOS	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
177	MARIA GLOTILDE GERCKER	ANOS INICIAIS	X		ORIENTAÇÃO	X	
178	CLEVERTON ARTUR VIEIRA	MATEMÁTICA	X		-----	---	---
179	ROSELY MANICALDI	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
180	MAYARA TEREZA SOUZA BRAZ	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
181	MAYSA TEMOTEO KRUGER	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
182	LIGIA CLAUDIA TEMOTEO KRUGER	LIBRAS	X				
183	MARIANE L. C. PEREIRA SIMMERMAN	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
184	BEATRIZ DE OLIVEIRA LIMA DE ARAUJO	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
185	ALESSANDRA SERAFIM DA SILVA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
186	CINTIA SOUZA DA GRAÇA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
187	AMANDA ALEXANDRE	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X

188	RENATA M. DOS SANTOS	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
189	NELMA REGINA DE OLIVEIRA	MATEMÁTICA	X		-----	---	---
190	LETICIA SARAMENTO DE OLIVEIRA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
191	LUCIANO FELIPPI	EDUCAÇÃO FÍSICA	X		-----	---	---
192	DENISE APARECIDA CECATTO	EDUCAÇÃO FÍSICA	X		-----	---	---
193	HELENA IGNOWSKI	CIÊNCIAS	X		-----	---	---
194	ADRIANA GOMES DA SILVA	ANOS INICIAIS	X		EDUC. ESPECIAL – 2º PROF.	X	
195	ISTELLA BRENDA HEIN HUBNER	EDUCAÇÃO FÍSICA		X	-----	---	---
196	SUZANE JANING	NUTRICIONISTA	X		-----	---	---
197	FABIANA DE SOUZA LEANDRO	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.		X
198	CATIA R. PAKUSZEWSKI	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
199	RUTE LEMOS	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
200	NAYARA TAINA PETERS LEIER	LÍNGUA PORTUGUE- SA		X	INGLÊS		X
201	ALTAIR DE SOUZA	MATEMÁTICA	X		SUPERVISÃO	X	
202	LUCILENE MARQUES DA SILVA	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
203	TANIA MARIA C. NETZEL	HISTÓRIA	X		ÉTICA E CIDADANIA	X	
204	LARISSA MEDEIROS	ANOS INICIAIS		X	EDUC. ESPECIAL -2º PROF.		X
205	LELIANA MACHADO ALVES SOUZA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
206	HIULE DANIELLE DE LIZ NETO	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	-----	---	---
207	IVANISE MIRANDA DE SOUZA	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
208	CLAUDIA MIRANDA DE OLIVEIRA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
209	ANDRESSA B. MIRANDA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
210	ROSANE RAMOS DORNEL	CIÊNCIAS	X		-----	---	---
211	LUCIA AMORIM	ANOS INICIAIS	X		ÉTICA E CIDADANIA	X	
212	LIDIANA ALVES DOS SANTOS	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
213	CARLA CRISTINA HARDT	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
214	FERNANDO MUNIZ J. VICENTE	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ORIENTAÇÃO	X	
215	RENATA BONTORIN CHAVES	LÍNGUA PORTUGUE- SA	X		INGLÊS	X	
216	EULINO SILVA SOUSA	HISTÓRIA	X		-----	---	---
217	ANDRESSA DAMBRÓS	MATEMÁTICA	X		-----	---	---
218	JULIANA RODRIGUEZ VILLAR	LÍNGUA PORTUGUE- SA	X		SUPERVISÃO	X	
219	FRANCIANE SCHROEDER	LÍNGUA PORTUGUE- SA	X		-----	---	---
220	FABIANE O. DA SILVA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
221	ANA PAULA FERRETTI DE OLIVEIRA	NUTRICIONISTA		X	-----	---	---
222	ANAILEI AMARAL DE AZEVEDO	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
223	CARLA FACCIN	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
224	BRUNA CAROLINI SOUZA BRAZ	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
225	SONIA M. DOS SANTOS CLEMENTE	ANOS INICIAIS	X		ORIENTAÇÃO	X	
226	JESSICA DE OLIVEIRA LOZINSKI	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
227	LÚCIA BALTIRIA MAÇANEIRO	ORIENTAÇÃO	X		-----	---	---
228	MORGANA VON DEN BYLAARDT	NUTRICIONISTA		X	-----	---	---
229	TAISE LIPINSKI KUAPIS	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.		X
230	THAIS REGINA SCHMIDT	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
231	ALINE ROZA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
232	ATHALUANA A. C. MAIA NABAS	LÍNGUA PORTUGUE- SA	X		INGLÊS	X	
233	CADIJA CARINE MARQUES SILVA	NUTRICIONISTA	X		-----	---	---
234	PATRICIA CAROLINE CHAMLET	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.		X
235	TATIANE DE MIRANDA	LÍNGUA PORTUGUE- SA		X	INGLÊS		X
236	JOYCE DELANE DE MELO	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X

237	ÉDINA APARECIDA ZIMMER	LINGUA PORTUGUE-SA		X	EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.		X
238	FERNANDA CRISTINA CISZ ARCENO	ANOS INICIAIS		X	EDUC.ESPECIAL - 2º PROF.		X
239	VANIA DA VEIGA MIRANDA	ANOS INICIAIS	X		ORIENTAÇÃO	X	
240	ANA CRISTINA UES	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
241	SHEILA SOARES ROSA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	ANOS INICIAIS		X
242	FABIANA HELENA PRADO DA SILVA	SUPERVISÃO	X		-----	---	---
243	REGINA G. VAGELESKI	NUTRICIONISTA	X				
244	KAROLINE B. MIRANDA	EDUCAÇÃO INFANTIL		X	EDUC.ESPECIAL – 2º PROF.		X
245	DÁTILA CRISTINA MONDINI	MATEMÁTICA		X	-----	---	---
246	RAFAEL TIAGO SIMÃO DE ANDRADE	ANOS INICIAIS		X	-----	---	---
247	CÉLIA REGINA PEDROSO	NUTRICIONISTA	X				
248	PRISCILA LEMOS GASPAR	EDUCAÇÃO INFANTIL	X		ANOS INICIAIS	X	
249	ANDRÉA MATOS	GEOGRAFIA	X		-----	---	---
250	TAMIRES DUARTE SOUZA KUHN	NUTRICIONISTA	X		-----	---	---

GARUVA , 06 de Novembro de 2014.

Adriane B. M. Galando  
Presidente da Comissão

### PORTARIA Nº 447/2014

PORTARIA Nº 447, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre Autorização de Uso do Ginásio Municipal de Esportes Silvio de Miranda, para realização do Evento 1º Congresso Ligados em Oração Garuva - SC."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
CONSIDERANDO o § 3º do artigo 115 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a autorização de uso de bem público para atividades ou usos específicos e transitórios;  
CONSIDERANDO o requerimento protocolado pelo representante da Igreja Evangélica Ministério de Intercessão à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo;  
CONSIDERANDO o posicionamento favorável do Responsável pela Pasta da Cultura, Esporte e Turismo, quanto à procedência do pedido;

#### RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR O USO das dependências do Ginásio Municipal de Esportes Silvio de Miranda para a realização do Evento 1º Congresso Ligados em Oração Garuva - SC, promovido pela Igreja Evangélica Ministério de Intercessão, a ser realizado nos dias 05, 06 e 07 de dezembro de 2014.

Art. 2º - A autorização do uso em questão limita-se ao uso do espaço público e não exime os responsáveis pelo evento da obtenção de eventuais Alvarás de Autorização junto às autoridades competentes necessários à realização do mesmo, não gerando por consequência qualquer responsabilidade ao Município.

Art. 3º- A autorização ora concedida fica condicionada a assinatura pelo representante legal da Instituição, de termo de compromisso e declaração de responsabilidade pelos prejuízos que possam ocorrer ao Município em função do uso do bem.

Art. 4º - Essa portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

#### TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA USO DE BEM PÚBLICO

Nos termos do disposto no artigo 3º da Portaria nº 447 de 03 de novembro de 2014, e no § 3º, do artigo 115 da Lei Orgânica do Município, eu, Sildo F. Ladwing, Pastor da Igreja Evangélica Ministério de Intercessão, declaro que vistoriei e recebi as dependências do Ginásio de Esportes Silvio de Miranda, para realização do 1º Congresso Ligados em Oração Garuva - SC a ser promovido pela instituição supracitada, a ser realizado no dias 05, 06 e 07 de dezembro de 2014, em perfeitas condições de uso, comprometendo-me em zelar por sua conservação, responsabilizando-me por prejuízos que possam ocorrer ao Município em função do uso do bem, devendo devolver nas condições em que se encontra no ato do recebimento.

Garuva, 03 de novembro de 2014.  
Sildo F. Ladwing  
Igreja Evangélica Ministério de Intercessão  
(Fone - 42-9974-6458)

# Gaspar

## PREFEITURA

### TOMADA DE PREÇOS Nº 222/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços Nº 222/2014

OBJETO: reforma do telhado da Escola Vitório Anacleto Cardoso. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 26/11/2014. ABERTURA: dia 26/11/2014 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 05 de novembro de 2014.

MARLENE ALMEIDA

Secretária Municipal de Educação

### TOMADA DE PREÇOS Nº 223/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços Nº 223/2014

OBJETO: reforma do telhado do CDI Mercedes Melato Beduschi. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 28/11/2014. ABERTURA: dia 28/11/2014 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 05 de novembro de 2014.

MARLENE ALMEIDA

Secretária Municipal de Educação

### TOMADA DE PREÇOS Nº 224/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços Nº 224/2014

OBJETO: construção da Escola Olímpio Moretto. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 04/12/2014. ABERTURA: dia 04/12/2014 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 05 de novembro de 2014.

MARLENE ALMEIDA

Secretária Municipal de Educação

### EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-92/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-92/2014

Início da vigência: 06/10/2014 Vencimento: 06/10/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de manutenção preventiva, para elevadores. Contratado: ELEVA-CON ELEVADORES LTDA. (02.797.782/0001-67). Valor total: R\$ 4.200,00.

Gaspar/SC, 06 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-95/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-95/2014

Início da vigência: 25/09/2014. Vencido: 20/09/2015. Pregão nº: 193/2014. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR - Fundo Mun. da Saúde - Fundação Mun. Esportes. Objeto: Contrata a prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada, diurna e noturna, a serem executados nas dependências da sede da Policlínica, do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e do Centro de Esportes e Artes Unificado. Contratado: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (83.719.963/0001-77). Valor total: R\$ 372.653,16 (Trezentos e setenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e três reais com dezesseis centavos).

Gaspar/SC, 25 de setembro de 2014.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Sec. Mun. de Saúde

RENATO ZIMMERMANN

Diretor Presidente - FME

### EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-96/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-96/2014

Início da vigência: 01/19/2014 Vencimento: 30/09/2015. Tomada de preços nº.: 199/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: construção de galpão com estrutura pré-moldada ou pré-fabricada para arquivo inativo. Contratado: BELGA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. (81.537.672/0001-32). Valor total: R\$ 128.769,16.

Gaspar/SC, 11 de Setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-97/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-97/2014

Início da vigência: 15/10/2014. Vencido: 14/10/2016. Pregão nº: 185/2014. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR. Objeto: contrata a implantação e transmissão de rede de dados, conectividade à internet e interligação de rede corporativa de computadores. Contratado: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA (02.255.187/0001-08). Valor total: R\$ 282.000,00 (duzentos e oitenta e dois mil reais).

Gaspar/SC, 15 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-98/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-98/2014

Início da vigência: 10/2014. Vencido: 10/2015. Pregão nº: 176/2014. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR. Objeto: Contrata a prestação de serviços para transporte escolar. Contratado: ACD TRANSPORTES LTDA ME (05.036.700/0001-50). Valor total: R\$ 70.269,53 (Setenta mil, duzentos e sessenta e nove reais, com cinquenta e três centavos).

Gaspar/SC, Outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito



**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-99/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-99/2014

Início da vigência: 10/2014. Vencto: 10/2015. Pregão nº: 176/2014. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR. Objeto: Contrata a prestação de serviços para transporte escolar. Contratado: ALVAIR MARCOS LANZARINI (CPF nº 669.959.819-87). Valor total: R\$ 35.802,65 (Trinta e cinco mil, oitocentos e dois reais, com sessenta e cinco centavos).

Gaspar/SC, Outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-100/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-100/2014

Início da vigência: 20/10/2014. Vencto: 19/12/2015. Pregão nº: 208/2014. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: Contrata a prestação de serviços para transporte escolar. Contratado: TECNOPONTO ELETROD. E ELETRÔNICOS LTDA ME (00.897.750/0001-08). Valor total: R\$ R\$ 11.300,00 (Onze mil e trezentos reais).

Gaspar/SC, 20 de outubro de 2014.

MÁRCIA A. CANSIAN

Sec. Mun. Saúde.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-101/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-101/2014

Início da vigência: 20/10/2014. Vencto: 18/01/2015. Pregão nº: 205/2014. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR. Objeto: aquisição resgate, salvamento, e ferramentas - SAPA. Contratado: SOS-SUL RESGATE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA (03.928.511/0001-66). Valor total: R\$ 34.360,00 (Trinta e quatro mil, trezentos e sessenta reais).

Gaspar/SC, 20 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-102/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-102/2014

Início da vigência: 20/10/2014. Vencto: 18/01/2015. Pregão nº: 205/2014. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR. Objeto: aquisição resgate, salvamento, e ferramentas - SAPA. Contratado: RP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA ME (20.604.417/0001-70). Valor total: R\$ 6.380,00 (Seis mil, trezentos e oitenta reais).

Gaspar/SC, 20 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-103/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-103/2014

Início da vigência: 20/10/2014. Vencto: 18/01/2015. Pregão nº: 205/2014. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR. Objeto: aquisição resgate, salvamento, e ferramentas - SAPA. Contratado: SERMEDICALL ARP EQUIP. HOSPITALARES LTDA EPP (93.726.446/0001-89). Valor total: R\$ 10.534,00 (Dez mil, quinhentos e trinta e quatro reais).

Gaspar/SC, 20 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-104/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-104/2014

Início da vigência: 21/10/2014. Vencto: 19/04/2015. Pregão nº: 191/2014. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR. Objeto: aquisição de veículo tipo furgão e serviços de transformação do veículo em ambulância com fornecimento de materiais. Contratado: TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA (08.389.661/0001-62). Valor total: R\$ 186.500,00 (Cento e oitenta e seis mil e quinhentos reais).

Gaspar/SC, 21 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-105/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-105/2014

Início da vigência: 29/10/2014. Vencto: 27/04/2015. Pregão nº: 213/2014. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR. Objeto: aquisição, instalação, desinstalação, manutenção e reparos de decoração natalina. Contratado: LUZ & FORMA COMÉRCIO E DECORAÇÕES LTDA - ME (02.742.361/0002-10). Valor total: R\$ 65.200,00 (Sessenta e cinco mil e duzentos reais).

Gaspar/SC, 29 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-106/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-106/2014

Início da vigência: 30/10/2014. Vencto: 25/10/2015. Pregão nº: 212/2014. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR - Fundo Mun. da Saúde - Fundo Mun. Assist. Social. Objeto: Aquisição de aparelhos condicionadores de ar, instalados, com fornecimento de peças, mão de obra, materiais e equipamentos, de plena responsabilidade da contratada. Contratado: AKON LTDA. ME (13.228.073/0001-87). Valor total: R\$ 51.838,00 (Cinquenta e um mil, oitocentos e trinta e oito reais).

Gaspar/SC, 30 de outubro de 2014.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Sec. Mun. de Saúde

MARISTELA CIZESCKI

Sec. Mun. de Desenv. Social

**EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-107/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-107/2014

Início da vigência: 04/11/2014, Vencto: 02/02/2015. Pregão nº: 206/2014. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR. Objeto: Contrata o fornecimento de balas mastigáveis. Contratado: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA (80.413.479/0001-27). Valor total: R\$ 5.950,00 (Cinco mil, novecentos e cinquenta Reais).

Gaspar/SC, 04 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-55/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-55/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/06/2014. VENCTO.: 07/12/2014. Pregão Presencial nº 50/2014. OBJETO: Aquisição de eletroeletrônicos e eletrodomésticos para o Município de Gaspar. Aditivo de acréscimo do item 17 (Câmera Fotográfica Digital (Semi Profissional)). CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: CEK INFORMÁTICA LTDA. (00.949.640/0001-42). VALOR TOTAL: R\$ 1.538,00 (um mil, quinhentos e trinta e oito reais).

Gaspar/SC, 03 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-89/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-89/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/10/2014. VENCTO.: 19/10/2015. Dispensa nº 159/2013. OBJETO: Prorrogação do contrato de locação de bem imóvel destinado às instalações do 4º Pelotão de Bombeiros Militar de Gaspar, pelo período de 12 (doze) meses. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: LINC PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. (75.278.085/0001-73). VALOR TOTAL: R\$ 74.548,80 (setenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos).

Gaspar/SC, 14 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-96/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-96/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 26/10/2014. VENCTO.: 26/10/2015. Dispensa nº 223/2013. OBJETO: Prorrogação do contrato de locação de bem imóvel situado no bairro Figueira, para a concessão de aluguel social à família moradora do Jardim Primavera, pelo período de 12 (doze) meses. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: ERNESTO DOS SANTOS (415.411.549-91). VALOR TOTAL: R\$ 6.212,40 (seis mil, duzentos e doze reais e quarenta centavos).

Gaspar/SC, 09 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-97/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-97/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/11/2014. VENCTO.: 01/11/2015. Dispensa nº 226/2013. OBJETO: Prorrogação do contrato de locação de bem imóvel situado no bairro Figueira, para a concessão de aluguel social à família moradora do Jardim Primavera, pelo período de 12 (doze) meses. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: ERNESTO DOS SANTOS (415.411.549-91). VALOR TOTAL: R\$ 6.212,40 (seis mil, duzentos e doze reais e quarenta centavos).

Gaspar/SC, 30 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO Nº SAF-17/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO Nº SAF-17/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/10/2014. VENCTO.: 27/11/2014. Tomada de preços nº.: 245/2013. OBJETO: prorrogação do prazo do contrato para execução e implantação do polo da academia de saúde no bairro Bela Vista. CONTRATADA: ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA (03.087.273/0001-03). Sem acréscimo de valor

Gaspar/SC, 24 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO Nº SAF-34/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO Nº SAF-34/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/04/2015. VENCTO.: 19/05/2015. Concorrência nº.: 34/2014. OBJETO: prorrogação do contrato para pavimentação em lajotas sextavadas de concreto da Rua Francisco Spengler. CONTRATADA: SONA CONSTRUTORA LTDA. (18.205.110/0001-55). Sem alteração de valor.

Gaspar/SC, 29 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-71/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-71/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/10/2014. VENCTO.: 25/12/2014. Tomada de preços nº.: 110/2014. OBJETO: prorrogação do prazo de execução do contrato para reforma do CDI Tia Maria Elisa. CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA (08.628.996/0001-96). Sem acréscimo de valor.

Gaspar/SC, 24 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO ADITIVO Nº 4 DO CONTRATO Nº SAF-85/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 4 DO CONTRATO Nº SAF-85/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 23/10/2014. VENCTO.: 29/12/2014. Tomada de Preços nº.: 154/2012. OBJETO: acréscimo no valor do contrato de serviços técnicos para elaboração de estudo de concepção do sistema de esgotamento sanitário do município e Projeto Técnico do sistema de esgotamento sanitário do Centro e bairros Sete de Setembro e Santa Terezinha. CONTRATADA: HABITARK ENGENHARIA LTDA. (05.269.823/0001-30). Valor: R\$ 27.634,85.

Gaspar/SC, 23 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-85/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-85/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/10/2014. VENCTO.: 28/12/2014. Tomada de preços nº.: 121/2014. OBJETO: prorrogação do prazo de execução do contrato para reforma da cerca e portões do CDI Francisco Mastella. CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA (08.628.996/0001-96). Sem acréscimo de valor.

Gaspar/SC, 27 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO ADITIVO 4 DO CONTRATO Nº SAF-124/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO 4 DO CONTRATO Nº SAF-124/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 21/10/2014. VENCTO.: 04/12/2014. Tomada de Preços nº.: 204/2013. OBJETO: acréscimo e prorrogação do contrato para ampliação e reforma do CDI Sônia Gioconda Beduschi Buzzi. CONTRATADA: ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA. (03.087.273/0001-03). Valor: R\$ 16.426,34.

Gaspar/SC, 21 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-100/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-100/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 31/10/2014. VENCTO.: 28/02/2015. Pregão nº.: 179/2013. OBJETO: Prorrogação do contrato para a aquisição de mobiliário e equipamentos para equipar a PEC (Praça dos Esportes e da Cultura). CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA (79.912.788/0001-62).

Gaspar/SC, 27 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº SAF-101/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº SAF-101/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 31/10/2014. VENCTO.: 28/02/2015. Pregão nº.: 179/2013. OBJETO: Aditivo de prorrogação da vigência do contrato de aquisição de mobiliário e equipamentos para equipar a PEC (Praça dos Esportes e da Cultura) e alteração de valor do item 51 do Lote 49, passando referido item ao valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: MAGALI GARCIA SANTOS - ME (03.097.981/0001-25).

Gaspar/SC, 08 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-63/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-63/2014

Vigência: Vigência: 01/06/2014 Vencto.: 30/11/2014 Inexigibilidade nº.: 125/2014. Objeto: Constitui objeto deste Termo a alteração da "Cláusula Décima", incluindo o inciso IV ao item 10.3 e alterando o valor do item. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR. Contratado: HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO (84.045.830/0001-25). Valor: R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais).

Gaspar/SC, 04 de novembro de 2014.

Márcia Adriana Cansian

Gestora do FMS

---

**SAMAE - GASPAR**

---

**PORTARIA N. 71 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 71 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DO SERVIDOR OSNI TOSI

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarada a partir do dia 04 de novembro de 2014, a vacância do cargo de provimento efetivo de Leiturista, do servidor OSNI TOSI, portador do CPF nº. 400.220.649-15 e da CI nº. 3/R 1480.448, pertencente ao quadro do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE, em decorrência de seu falecimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 05 de novembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

**PORTARIA 74 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA N. 74 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL TÉCNICO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR CRISTIANO POLEZA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado, a partir do dia 02 de novembro de 2014, o servidor CRISTIANO POLEZA, portador do CPF nº. 017.453.899-54 e da CI nº. 3.566.186 do cargo em comissão de Direto Geral Técnico do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 64, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 05 de novembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor-Presidente

**PORTARIA N. 75 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA N. 75 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

NOMEIA CHEFE DE SERVIÇOS EXTERNOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR CRISTIANO POLEZA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeado, a partir do dia 03 de novembro de 2014, o servidor CRISTIANO POLEZA, portador do CPF nº 017.453.899-54 e da CI nº. 3.566.186-0 para o cargo de Chefe de Serviços Externos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 44, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 05 de novembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor-Presidente

**PORTARIA N. 76 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA N. 76 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

NOMEIA DIRETOR GERAL TÉCNICO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR MARCELO POFFO

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeado, a partir do dia 03 de novembro de 2014, o servidor MARCELO POFFO, portador do CPF nº 935.479.609-59 e da CI nº. 3/R 3.279.627 para o cargo de Diretor Geral Técnico do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 64, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 05 de novembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor-Presidente



# Grão Pará

## PREFEITURA

### CONTRATO N 92-2014 BF CONSTRUÇÕES PASSEIO VILA ESPERANÇA POSTO

CONTRATO N. 92/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, estabelecida na Rua Henrique Lage, 508, Centro, Município de Lauro Müller, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 05.956.617/0001-07, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CHRISTIAN FERNANDES, brasileiro, casado, Sócio Administrador, CNPF n. 016.717.059-71, Carteira de Identidade n. SI 049478-2, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PASSEIO, NA RUA TEODORO FAUST, COM 88,27 M², SITUADO ENTRE A RUA JOINVILLE E A RUA VEREADOR GUILHERME SCHLICKMANN, NO CENTRO DE GRÃO-PARÁ.

#### CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 67/2014, Edital de Dispensa de Licitação n. 30/2014-DL, de 04 de novembro de 2014, no valor total de R\$ 10.554,52 (dez mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

#### CLÁUSULA III - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados em, no máximo, 01 (um) mês, após assinatura deste Contrato.

#### CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor global descrito no caput da Cláusula II será efetuado em uma única parcela, após prestação dos serviços e apresentação das notas fiscais, obedecida à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

#### CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir de 04 de novembro de 2014 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante obriga-se a:

- I. Efetuar o pagamento referente à contratação;
- II. Não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso da contratada;

#### CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada obriga-se a:

- I. Realizar os serviços dentro do prazo máximo estabelecido neste Contrato;
- II. Refazer os serviços que, porventura, não ficarem de acordo

com os objetivos da contratante e sejam considerados por esta como de má qualidade, atestada em Parecer Técnico da Engenharia Civil do Município;

III. Fornecer todos os materiais necessários à execução do objeto deste Contrato.

#### CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos por dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob n.:

04.03.1.002.4.4.90.51.98.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 21).

#### CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º - Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º - O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente pela contratante, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia da contratante à contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à contratada qualquer espécie de indenização.

#### CLÁUSULA X - DO PROCESSO DE LICITAÇÃO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 67/2014, Edital de Dispensa de Licitação n. 30/2014-DL, de 04 de novembro de 2014.

#### CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a contratante rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;
  - b) Advertência escrita;
  - c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.
- Parágrafo Único. A contratada não estará sujeita às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

#### CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará/ SC, 04 de novembro de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

CHRISTIAN FERNANDES  
Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

# Guaramirim

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 430/2014

PORTARIA Nº 430/2014

NOMEIA membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº 006/2014, da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados como membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº. 006/2014, da Prefeitura Municipal de Guaramirim:

- Cheila Patrícia Rohweder - Presidente;
- Adriana Rampon Stanguerlin de Andrade;
- Antonio Alexandre de Azevedo;
- Ariane Cristina Soares;
- Lorena Domingues.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº. 431/2014

PORTARIA Nº 431/2014

PRORROGA Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da Portaria nº. 372/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a não conclusão do processo administrativo disciplinar instaurado pela Portaria nº. 372/2014;

Considerando a necessidade de abrir diligência para apurar o número de faltas injustificadas supostamente praticadas pela servidora;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da Portaria nº. 372/2014, pelo prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

## AVISO DE LICITAÇÃO Nº114/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 114/2014

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LÂMINAS, PARAFUSOS COM PORCAS E ARRUELAS DE PRESSÃO

Entrega dos Envelopes: 20/11/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 20/11/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 06/11/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL



Guarujá do Sul

PREFEITURA

RREO 5 BIMESTRE

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>2.158.949,08</b>	<b>17,24</b>	<b>12.243.018,33</b>	<b>97,78</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.420.404,00</b>	<b>12.420.404,00</b>	<b>2.151.000,31</b>	<b>17,32</b>	<b>11.026.682,77</b>	<b>88,78</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	743.500,00	743.500,00	200.292,91	26,94	1.008.130,76	135,59
IMPOSTOS	686.500,00	686.500,00	173.057,35	25,21	895.582,07	130,46
TAXAS	57.000,00	57.000,00	27.235,56	47,78	112.548,69	197,45
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	145.000,00	145.000,00	28.122,27	19,39	126.347,83	87,14
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	145.000,00	145.000,00	28.122,27	19,39	126.347,83	87,14
RECEITA PATRIMONIAL	47.800,00	47.800,00	17.446,17	36,50	85.595,25	179,07
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	32.800,00	32.800,00	17.446,17	53,19	85.595,25	260,96
RECEITA DE SERVIÇOS	200.000,00	200.000,00	41.109,36	20,55	225.862,20	112,93
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.165.404,00	11.165.404,00	1.856.085,60	16,62	9.454.752,72	84,68
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.069.404,00	11.069.404,00	1.833.566,89	16,56	9.390.858,95	84,84
Transf. de Conv.	96.000,00	96.000,00	22.498,71	23,44	63.893,77	66,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.700,00	118.700,00	7.964,00	6,71	125.994,01	106,14
Multas e Juros de Mora	44.700,00	44.700,00	4.059,52	9,08	20.688,37	46,28
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	59.338,52	078,88
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	48.500,00	48.500,00	3.904,48	8,05	32.186,46	66,36
RECEITAS DIVERSAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	13.780,66	68,90
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>7.948,77</b>	<b>7,95</b>	<b>1.216.335,56</b>	<b>216,34</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	137.210,48	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	137.210,48	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	267.450,00	267,45
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	267.450,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	7.948,77	0,00	811.675,08	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	156.999,95	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	0,00	0,00	7.948,77	0,00	654.675,13	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>2.158.949,08</b>	<b>17,24</b>	<b>12.243.018,33</b>	<b>97,78</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual						
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>2.158.949,08</b>	<b>17,24</b>	<b>12.243.018,33</b>	<b>97,78</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.520.404,00	12.520.404,00	2.158.949,08	17,24	12.243.018,33	97,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	478.979,84	—	—	354.651,13	—
Superávit Financeiro	—	478.979,84	—	—	354.651,13	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>5.432.495,90</b>	<b>17.952.899,90</b>	<b>2.118.929,74</b>	<b>12.995.477,30</b>	<b>2.248.133,17</b>	<b>10.642.267,18</b>	<b>59,28</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>10.973.404,00</b>	<b>1.916.077,53</b>	<b>12.889.481,53</b>	<b>1.541.138,59</b>	<b>10.973.705,97</b>	<b>1.931.731,69</b>	<b>9.627.242,46</b>	<b>74,69</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.337.350,00	737.516,82	6.074.866,82	942.798,25	4.956.869,93	953.453,74	4.942.304,23	81,36
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	65.000,00	11.000,00	76.000,00	11.000,00	76.000,00	17.094,93	66.219,81	87,13
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.571.054,00	1.167.560,71	6.738.614,71	587.340,34	5.940.836,04	961.183,02	4.618.718,42	68,54
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.537.000,00</b>	<b>3.516.418,37</b>	<b>5.053.418,37</b>	<b>577.791,15</b>	<b>2.021.771,33</b>	<b>316.401,48</b>	<b>1.015.024,72</b>	<b>20,09</b>
INVESTIMENTOS	1.276.000,00	3.473.729,29	4.749.729,29	577.791,15	1.718.082,25	260.928,50	758.993,60	15,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	261.000,00	42.689,08	303.689,08	0,00	303.689,08	55.472,98	256.031,12	84,31
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>5.432.495,90</b>	<b>17.952.899,90</b>	<b>2.118.929,74</b>	<b>12.995.477,30</b>	<b>2.248.133,17</b>	<b>10.642.267,18</b>	<b>59,28</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>5.432.495,90</b>	<b>17.952.899,90</b>	<b>2.118.929,74</b>	<b>12.995.477,30</b>	<b>2.248.133,17</b>	<b>10.642.267,18</b>	<b>7.310.632,72</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.600.751,15</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>12.520.404,00</b>	<b>5.432.495,90</b>	<b>17.952.899,90</b>	<b>2.118.929,74</b>	<b>12.995.477,30</b>	<b>2.248.133,17</b>	<b>12.243.018,33</b>	<b>7.310.632,72</b>

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 06/11/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	100.000,00	267.450,00	-167.450,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	267.450,00	-267.450,00
<b>TOTAL</b>	100.000,00	267.450,00	-167.450,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	139.076,00	133.976,00	0,00	5.100,00
Investimentos	139.076,00	133.976,00	0,00	5.100,00
<b>TOTAL</b>	139.076,00	133.976,00	0,00	5.100,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	21.852,51	133.474,00	155.326,51

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 06/11/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 14/1/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	756.700,00	756.700,00	923.774,68	122,08	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	241.500,00	241.500,00	198.068,26	82,02	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	120.000,00	120.000,00	152.731,28	127,28	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	210.000,00	210.000,00	440.783,75	209,90	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	115.000,00	115.000,00	103.998,78	90,43	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.200,00	3.200,00	579,77	18,12	
Dívida Ativa dos Impostos	33.500,00	33.500,00	16.650,74	49,70	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	33.500,00	33.500,00	10.962,10	32,72	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.385.000,00	10.385.000,00	8.268.222,16	79,62	
Cota-Parte FPM	6.420.000,00	6.420.000,00	4.621.872,40	71,99	
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	2.675,12	89,17	
Cota-Parte IPVA	400.000,00	400.000,00	382.084,61	95,52	
Cota-Parte ICMS	3.500.000,00	3.500.000,00	3.200.446,02	91,44	
Cota-Parte IPI-Exportação	45.000,00	45.000,00	48.758,39	108,35	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	17.000,00	17.000,00	12.385,62	72,86	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	17.000,00	17.000,00	12.385,62	72,86	
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>11.141.700,00</b>	<b>11.141.700,00</b>	<b>9.191.996,84</b>		<b>82,50</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	2.293.100,00	3.215.048,43	2.567.968,80	79,87	2.299.043,85
Pessoal e Encargos Sociais	1.121.000,00	1.543.000,00	1.154.802,47	74,84	1.152.180,29
Outras Despesas Correntes	1.172.100,00	1.672.048,43	1.413.166,33	84,52	1.146.863,56
DESPESAS DE CAPITAL	187.500,00	395.993,98	210.667,10	53,20	157.347,10
Investimentos	187.500,00	395.993,98	210.667,10	53,20	157.347,10

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	187.500,00	395.993,98	210.667,10	53,20	157.347,10	39,73
Investimentos	187.500,00	395.993,98	210.667,10	53,20	157.347,10	39,73
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.480.600,00	3.611.042,41	2.778.635,90	76,95	2.456.390,95	68,02
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	742.100,00	1.100.315,40	753.148,86	27,10	633.175,93	25,78
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	727.100,00	1.085.315,40	744.206,48	26,78	628.533,85	25,59
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	15.000,00	15.000,00	8.942,38	0,32	4.642,08	0,19
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	742.100,00	1.100.315,40	753.148,86	27,10	633.175,93	25,78
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	1.738.500,00	2.510.727,01	2.025.487,04	49,84	1.823.215,02	42,24
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100⁶]						
444.415,49						

Continua 2/4



Município de GUARUJÁ DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA									
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE			
		0,00	2.370,00	2.631,87	-2.631,87	0,00			
TOTAL		0,00	2.370,00	2.631,87	-2.631,87	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º									
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS							
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		2.370,00	0,00			2.370,00			
TOTAL (VIII)		2.370,00	0,00			2.370,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28									
		LIMITE NÃO CUMPRIDO							
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
		-	-			-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)									
Atenção Básica Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica Alimentação e Nutrição Outras Subfunções		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
				2.312.600,00	3.562.385,73	2.806.442,23	97,89	2.492.016,69	97,93
				40.000,00	40.340,00	24.817,32	0,87	20.517,02	0,81
				16.500,00	33.876,00	25.541,90	0,89	22.367,00	0,88
		1.500,00	62.766,68	10.160,45	0,35	9.816,24	0,39		
		110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL		2.480.600,00	3.699.368,41	2.866.961,90	100,00	2.544.716,95	100,00		

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

GUARUJA DO SUL, 06/11/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 06/11/2014

\_\_\_\_\_  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	12.520.404,00
Previsão Atualizada		—	12.520.404,00
Receitas Realizadas		2.158.949,08	12.243.018,33
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	354.650,81
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	12.520.404,00
Créditos Adicionais		—	5.432.495,90
Dotação Atualizada		—	17.952.899,90
Despesas Empenhadas		2.118.929,74	12.995.477,30
Despesas Liquidadas		2.248.132,85	10.642.266,86
Superavit Orçamentário		—	1.600.751,47
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		2.118.929,74	12.995.477,30
Despesas Liquidadas		2.248.132,85	10.642.266,86
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			13.505.311,99
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-578.015,47
Resultado Primário		0,00	1.432.746,67
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.059.189,37	8.075,60	1.050.693,77
EXECUTIVO	1.059.189,37	8.075,60	1.050.693,77
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	84.505,54	1.058,40	83.447,14
EXECUTIVO	84.505,54	1.058,40	83.447,14
TOTAL:	1.143.694,91	9.134,00	1.134.140,91
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.596.552,11	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.279.621,16	60%
Liquidadas		1.306.567,48	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		137.210,48	-137.210,48
Despesa de Capital Líquida		1.015.024,72	4.038.393,65

Continua 1/2

Município de GUARUJA DO SUL - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			267.450,00	-167.450,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			133.976,00	5.100,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.823.215,02	15,00	19,83
Liquidadas		1.823.215,02		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GUARUJA DO SUL , 06/11/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )			R\$ 1,00					
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.520.404,00	17.952.899,90	2.118.929,74	12.995.477,30	2.248.133,17	10.642.267,18	100,00	7.310.632,72
Legislativa	510.000,00	510.000,00	79.997,67	414.707,47	76.724,69	406.941,99	3,82	103.058,01
Ação Legislativa	510.000,00	510.000,00	79.997,67	414.707,47	76.724,69	406.941,99	3,82	79,79
Administração	1.263.250,00	1.556.420,54	196.489,33	1.404.789,71	229.482,67	1.198.209,92	11,26	76,98
Administração Geral	955.750,00	1.132.438,54	137.299,20	996.446,77	160.944,47	809.136,67	7,60	71,45
Administração Financeira	260.000,00	371.482,00	57.353,28	365.676,08	66.021,55	347.426,09	3,26	93,52
Controle Interno	47.500,00	52.500,00	1.836,85	42.666,86	2.516,65	41.647,16	0,39	79,33
Segurança Pública	73.100,00	161.332,90	4.750,14	108.633,52	2.553,00	101.756,16	0,96	63,07
Policimento	63.100,00	151.332,90	4.750,14	108.398,52	2.553,00	101.521,16	0,95	67,08
Defesa Civil	10.000,00	10.000,00	0,00	235,00	0,00	235,00	0,00	2,35
Assistência Social	686.000,00	911.100,16	132.950,29	743.750,64	158.503,67	639.088,19	6,01	70,14
Assistência ao Idoso	135.000,00	85.000,00	20.160,92	79.422,57	3.212,19	57.930,94	0,54	27.069,06
Assistência ao Portador de Deficiência	35.000,00	42.181,84	7.181,84	42.181,84	7.363,64	31.136,38	0,29	73,81
Assistência à Criança e ao Adolescente	57.000,00	20.000,00	1.878,48	11.258,65	3.238,70	10.394,68	0,10	51,97
Assistência Comunitária	459.000,00	763.918,32	103.729,05	610.887,58	144.689,14	539.626,19	5,07	70,64
Saúde	2.370.600,00	3.699.368,41	462.710,25	2.866.961,90	641.680,62	2.544.717,27	23,91	68,79
Atenção Básica	2.312.600,00	3.562.385,73	452.037,52	2.806.441,91	628.986,70	2.492.016,69	23,42	69,95
Vigilância Sanitária	40.000,00	40.340,00	3.103,98	24.817,32	4.177,61	20.517,02	0,19	50,86
Vigilância Epidemiológica	16.500,00	33.876,00	6.447,00	25.541,90	7.738,77	22.367,00	0,21	66,03
Alimentação e Nutrição	1.500,00	62.766,68	1.121,75	10.160,77	777,54	9.816,56	0,09	15,64
Educação	4.089.750,00	4.531.310,62	908.265,28	3.774.410,73	645.061,99	2.804.436,91	26,35	61,89
Administração Geral	191.500,00	186.500,00	31.709,34	174.548,65	33.409,32	167.521,84	1,57	89,82
Alimentação e Nutrição	98.200,00	138.381,68	-0,01	121.274,09	40.689,57	112.108,95	1,05	81,01
Ensino Fundamental	3.150.500,00	3.933.378,94	871.872,60	3.337.396,52	542.540,71	2.394.644,67	22,50	60,88
Educação Infantil	639.550,00	273.050,00	4.683,35	141.191,47	28.422,39	130.161,45	1,22	47,67
Educação de Jovens e Adultos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	36.000,00	51.105,90	7.022,95	47.849,81	10.449,81	32.425,81	0,30	63,45
Difusão Cultural	36.000,00	51.105,90	7.022,95	47.849,81	10.449,81	32.425,81	0,30	63,45
Urbanismo	533.000,00	2.101.852,64	2.250,50	430.458,28	59.855,40	315.776,12	2,97	15,02
Infra-Estrutura Urbana	150.000,00	1.663.852,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Urbanismo	12.520.404,00	17.952.899,90	2.118.929,74	12.995.477,30	2.248.133,17	10.642.267,18	100,00	59,28
Serviços Urbanos	533.000,00	2.101.852,64	2.250,50	430.458,28	59.855,40	315.776,12	2,97	15,02
Habitação	383.000,00	438.000,00	2.250,50	430.458,28	59.855,40	315.776,12	2,97	72,10
Habitação Urbana	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	125.000,00	89.980,00	39.183,73	56.644,73	1.320,00	18.781,00	0,18	20,87
Saneamento Básico Rural	15.000,00	89.980,00	39.183,73	56.644,73	1.320,00	18.781,00	0,18	20,87
Saneamento Básico Urbano	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	811.000,00	1.283.994,02	56.982,25	1.019.591,52	110.976,22	849.357,23	7,98	66,15
Extensão Rural	801.000,00	1.273.994,02	56.982,25	1.019.471,52	110.976,22	849.237,23	7,98	66,66
Promoção da Produção Agropecuária	10.000,00	10.000,00	0,00	120,00	0,00	120,00	0,00	1,20
Indústria	151.000,00	411.000,00	530,00	118.907,80	3.117,97	117.972,78	1,11	28,70
Promoção Industrial	151.000,00	411.000,00	530,00	118.907,80	3.117,97	117.972,78	1,11	28,70
Comunicações	75.000,00	186.080,00	859,15	60.085,15	12.833,47	41.279,85	0,39	22,18
Telecomunicações	75.000,00	186.080,00	859,15	60.085,15	12.833,47	41.279,85	0,39	22,18
Transporte	978.204,00	1.566.895,90	111.226,44	1.170.700,45	162.655,14	1.038.757,37	9,76	66,29
Transporte Rodoviário	978.204,00	1.566.895,90	111.226,44	1.170.700,45	162.655,14	1.038.757,37	9,76	66,29
Desporto e Lazer	267.500,00	361.269,73	69.711,76	261.796,51	39.645,65	99.412,73	0,93	27,52
Desporto Comunitário	247.500,00	361.269,73	69.711,76	261.796,51	39.645,65	99.412,73	0,93	27,52
Lazer	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	461.000,00	521.189,08	46.000,00	516.189,08	93.272,87	433.353,85	4,07	83,15
Serviço da Dívida Interna	326.000,00	379.689,08	11.000,00	379.689,08	72.557,91	322.250,93	3,03	84,87
Outros Encargos Especiais	135.000,00	141.500,00	35.000,00	136.500,00	20.704,96	111.102,92	1,04	78,52

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.520.404,00	17.952.899,90	2.118.929,74	12.995.477,30	2.248.133,17	10.642.267,18	100,00	59,28
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	12.520.404,00	17.952.899,90	2.118.929,74	12.995.477,30	2.248.133,17	10.642.267,18	100,00	59,28

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 06/11/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO      DEISI CEMIN FRANCO  
Prefeito Municipal      Contador CRC 028174/O-0

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO														PREVISÃO ATUALIZADA 2014
EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014			
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.236.849,72</b>	<b>1.579.205,74</b>	<b>1.386.049,17</b>	<b>1.351.430,17</b>	<b>1.121.986,26</b>	<b>1.288.994,50</b>	<b>1.346.657,64</b>	<b>1.197.941,42</b>	<b>1.312.446,16</b>	<b>1.213.914,93</b>	<b>1.212.907,83</b>	<b>1.247.995,05</b>	<b>15.496.390,61</b>	<b>14.497.200,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	90.677,83	151.107,75	108.690,31	41.095,32	66.268,14	94.336,34	77.701,10	81.673,15	249.244,97	89.026,52	106.530,13	93.762,78	1.246.916,34	745.500,00
I.P.T.U.	14.252,80	13.409,54	377,19	0,00	0,00	0,00	0,00	4.474,52	136.872,06	19.710,49	18.864,12	17.746,86	225.730,60	241.500,00
I.R.R.F.	3.304,88	28.167,79	13.366,72	11.841,62	11.984,23	12.146,90	11.710,09	8.862,65	8.331,41	8.799,64	8.166,95	8.779,57	135.471,45	115.000,00
I.S.S.	39.239,34	67.566,34	81.336,91	23.842,56	34.616,70	56.544,28	35.959,08	42.245,62	33.331,82	40.281,97	57.286,97	35.325,84	547.589,43	210.000,00
I.T.B.I.	16.524,07	10.173,73	5.817,60	3.640,00	17.009,29	23.136,04	29.066,95	21.869,38	14.251,00	11.884,98	13.210,00	13.643,04	179.429,08	120.000,00
Outras Receitas Tributárias	17.356,74	31.790,35	7.671,89	1.771,14	2.657,92	2.506,12	964,98	4.930,98	56.456,66	8.349,44	8.971,09	18.264,47	161.695,78	57.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	11.940,30	11.458,72	12.374,30	11.741,92	12.652,18	12.740,59	12.017,25	12.134,62	11.896,99	12.667,71	12.494,29	15.627,98	146.746,85	145.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	6.455,26	5.528,73	6.099,35	7.031,20	7.708,49	8.286,78	9.371,86	9.994,47	9.786,33	10.265,60	9.247,62	8.198,55	97.579,24	47.800,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	18.044,77	12.882,17	22.659,66	22.834,46	17.414,01	24.476,25	22.061,37	10.825,92	41.938,29	22.752,88	22.380,71	18.728,65	256.789,14	200.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.102.069,55	1.394.802,14	1.218.109,21	1.263.910,54	1.010.980,22	1.145.079,51	1.216.667,55	1.018.182,15	992.354,80	1.077.122,95	1.058.302,87	1.107.665,30	13.605.266,79	13.242.200,00
Cota-Parte do FPM	490.576,88	505.993,66	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,98	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	5.618.441,94	6.420.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	323.492,69	322.489,39	331.261,05	314.773,15	317.685,99	311.145,66	317.164,11	319.789,93	297.562,41	311.798,04	334.245,52	345.000,16	3.846.348,91	3.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	21.080,27	9.835,85	21.146,63	24.089,09	28.900,90	35.622,15	41.502,94	41.018,77	53.293,89	46.251,85	46.455,89	43.802,50	413.000,73	400.000,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,60	35,34	0,00	0,00	0,00	0,00	621,75	2.017,43	2.675,12	3.000,00
Outras Transferências Correntes	112.526,48	402.590,43	106.415,91	129.823,41	140.908,54	218.702,10	121.571,20	72.914,31	128.549,25	117.090,85	127.627,39	182.006,83	1.860.725,70	1.357.200,00
Transferências da LC 61/1989	4.973,70	5.315,61	5.207,61	4.409,07	4.308,24	4.692,80	5.104,19	4.861,49	4.994,25	5.147,97	4.844,51	5.188,06	59.047,90	45.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.321,43	1.321,43	1.376,18	1.376,18	0,00	1.376,18	1.376,18	1.376,18	1.376,18	1.376,18	1.376,18	1.376,18	15.028,48	17.000,00
Transferências do FUNDEB	148.099,10	147.334,76	157.870,27	154.246,74	142.382,66	143.459,18	156.859,63	148.441,48	137.452,19	147.032,01	150.048,69	156.771,30	1.769.998,01	1.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.662,01	3.426,23	18.216,34	4.816,73	6.963,22	4.073,03	8.828,51	65.926,11	7.226,80	2.079,27	3.952,21	4.011,79	137.082,25	118.700,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>168.286,62</b>	<b>169.137,62</b>	<b>190.764,39</b>	<b>195.967,85</b>	<b>145.537,65</b>	<b>156.953,42</b>	<b>187.651,13</b>	<b>159.365,08</b>	<b>145.270,46</b>	<b>162.599,83</b>	<b>156.125,12</b>	<b>153.777,45</b>	<b>1.991.068,62</b>	<b>2.076.796,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	168.286,62	169.137,62	190.764,39	195.967,85	145.537,65	156.953,42	187.651,13	159.365,08	145.270,46	162.599,83	156.125,12	153.777,45	1.991.068,62	2.076.796,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.068.561,10</b>	<b>1.410.068,12</b>	<b>1.195.284,78</b>	<b>1.155.462,32</b>	<b>976.448,61</b>	<b>1.132.411,08</b>	<b>1.159.006,51</b>	<b>1.038.576,34</b>	<b>1.167.177,72</b>	<b>1.051.315,10</b>	<b>1.056.782,71</b>	<b>1.094.217,60</b>	<b>13.505.311,99</b>	<b>12.420.404,00</b>
FONTE:														
GUARUJÁ DO SUL, 06/11/2014														

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito MunicipalDEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 0281740-0

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)			R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)				
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 06/11/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0



Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.082.475,95	1.749.902,16	1.660.491,42
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.166.455,69	1.833.351,67	1.736.847,37
Demais Haveres Financeiros	525,80	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	84.505,54	83.449,51	76.355,95
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.082.475,95	-1.749.902,16	-1.660.491,42
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.082.475,95</b>	<b>-1.749.902,16</b>	<b>-1.660.491,42</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>89.410,74</b>	<b>-578.015,47</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 06/11/2014

\_\_\_\_\_  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>12.387.604,00</b>	<b>2.133.554,14</b>	<b>10.941.087,52</b>	<b>9.539.604,65</b>
Receita Tributária	743.500,00	200.292,91	1.008.130,76	695.794,69
I.P.T.U.	241.500,00	36.633,98	198.068,26	177.636,27
I.S.S.	210.000,00	92.624,81	440.783,75	217.844,64
I.T.B.I.	120.000,00	26.853,04	152.731,28	103.827,75
I.R.R.F.	115.000,00	16.945,52	103.998,78	103.689,38
Outras Receitas Tributárias	57.000,00	27.235,56	112.548,69	92.796,65
Receita de Contribuição	145.000,00	28.122,27	126.347,83	115.239,42
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	145.000,00	28.122,27	126.347,83	115.239,42
Receita Patrimonial Líquida	15.000,00	0,00	0,00	1.315,00
Receita Patrimonial	47.800,00	17.446,17	85.595,25	47.749,15
(-) Aplicações Financeiras	32.800,00	17.446,17	85.595,25	46.434,15
Transferências Correntes	11.165.404,00	1.856.065,60	9.454.752,72	8.473.970,65
F.P.M.	5.136.000,00	611.669,46	3.697.498,16	3.422.601,31
I.C.M.S.	2.800.000,00	543.396,73	2.560.357,70	2.215.899,14
Convênios	96.000,00	22.498,71	63.893,77	108.287,91
Outras Transferências Correntes	3.133.404,00	678.500,70	3.133.003,09	2.727.182,29
Demais Receitas Correntes	318.700,00	49.073,36	351.856,21	253.284,89
Dívida Ativa	48.500,00	3.904,48	32.186,46	31.319,81
Diversas Receitas Correntes	270.200,00	45.168,88	319.669,75	221.965,08
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>100.000,00</b>	<b>7.948,77</b>	<b>1.216.335,56</b>	<b>484.717,99</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	137.210,48	208.369,14
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	100.000,00	0,00	267.450,00	17.118,85
Transferências de Capital	0,00	7.948,77	811.675,08	259.230,00
Convênios	0,00	7.948,77	654.675,13	259.230,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	156.999,95	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>7.948,77</b>	<b>811.675,08</b>	<b>259.230,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>12.387.604,00</b>	<b>2.141.502,91</b>	<b>11.752.762,60</b>	<b>9.798.834,65</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>12.889.481,53</b>	<b>1.931.731,37</b>	<b>9.627.242,14</b>	<b>8.761.049,08</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.074.866,82	953.453,42	4.942.303,91	4.751.536,69
Juros e Encargos da Dívida (IX)	76.000,00	17.094,93	66.219,81	81.992,42
Outras Despesas Correntes	6.738.614,71	961.183,02	4.618.718,42	3.927.519,97
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>12.813.481,53</b>	<b>1.914.636,44</b>	<b>9.561.022,33</b>	<b>8.679.056,66</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>5.053.418,37</b>	<b>316.401,48</b>	<b>1.015.024,72</b>	<b>748.407,49</b>
Investimentos	4.749.729,29	260.928,50	758.993,60	643.415,79
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	303.689,08	55.472,98	256.031,12	104.991,70
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>4.749.729,29</b>	<b>260.928,50</b>	<b>758.993,60</b>	<b>643.415,79</b>

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>10.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>17.573.210,82</b>	<b>2.175.564,94</b>	<b>10.320.015,93</b>	<b>9.322.472,45</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-5.185.606,82</b>	<b>-34.062,03</b>	<b>1.432.746,67</b>	<b>476.362,20</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	354.650,81	0,00
Superávit Financeiro	-	-	354.650,81	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>0,00</b>

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 06/11/2014

\_\_\_\_\_  
 JOSÉ CARLOS FOIATTO  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 DEISI CEMIN FRANCO  
 Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	84.505,54	83.447,14	1.055,40	0,00	19.723,77	1.039.465,60	1.050.693,77	1.050.693,77	8.075,60	420,00
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	84.505,54	83.447,14	1.055,40	0,00	19.723,77	1.039.465,60	1.050.693,77	1.050.693,77	8.075,60	420,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EMF	0,00	5.419,31	5.419,31	0,00	0,00	0,00	945,00	945,00	945,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.	0,00	17.452,13	17.452,13	0,00	0,00	5.001,87	2.631,87	2.631,87	2.631,87	2.370,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	5.136,84	5.136,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	753,12	753,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	5.741,85	4.683,45	1.055,40	0,00	458.500,00	458.500,00	458.500,00	458.500,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.678,14	133.678,14	133.678,14	133.678,14	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	5.617,43	5.617,43	0,00	0,00	2.069,50	2.069,50	2.069,50	2.069,50	491,71	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	37.991,75	37.991,75	0,00	0,00	55.701,99	51.250,58	51.250,58	51.250,58	4.451,41	-0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	0,00	6.393,11	6.393,11	0,00	0,00	19.723,77	383.077,39	401.618,68	401.618,68	762,48	420,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	84.505,54	83.447,14	1.055,40	0,00	19.723,77	1.039.465,60	1.050.693,77	1.050.693,77	8.075,60	420,00

FONTE:

GUARUJA DO SUL - 06/11/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	756.700,00	756.700,00	177.586,43	923.774,68	122,08
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	304.500,00	304.500,00	40.889,44	224.528,21	73,74
1.1.1- IPTU	241.500,00	241.500,00	36.633,98	198.068,26	82,02
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.000,00	3.000,00	263,35	476,34	15,88
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	2.040,98	16.102,65	53,68
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	1.951,13	9.880,96	32,94
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	120.000,00	120.000,00	26.853,04	152.731,28	127,28
1.2.1- ITBI	120.000,00	120.000,00	26.853,04	152.731,28	127,28
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	217.200,00	217.200,00	92.898,43	442.516,41	203,74
1.3.1- ISS	210.000,00	210.000,00	92.624,81	440.783,75	209,90
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	200,00	200,00	13,62	103,43	51,72
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.500,00	3.500,00	37,76	548,09	15,66
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.500,00	3.500,00	222,24	1.081,14	30,89
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	115.000,00	115.000,00	16.945,52	103.998,78	90,43
1.4.1- IRRF	115.000,00	115.000,00	16.945,52	103.998,78	90,43
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	10.385.000,00	10.385.000,00	1.549.514,96	8.268.222,16	79,62
2.1- Cota-Parte FPM	6.420.000,00	6.420.000,00	764.586,78	4.621.872,40	71,99
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.420.000,00	6.420.000,00	764.586,78	4.621.872,40	71,99
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.500.000,00	3.500.000,00	679.245,68	3.200.446,02	91,44
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	17.000,00	17.000,00	2.752,36	12.385,62	72,86
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	45.000,00	45.000,00	10.032,57	48.758,39	108,35
2.5- Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	2.639,18	2.675,12	89,17
2.6- Cota-Parte IPVA	400.000,00	400.000,00	90.258,39	382.084,61	95,52
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>11.141.700,00</b>	<b>11.141.700,00</b>	<b>1.727.101,39</b>	<b>9.191.996,84</b>	<b>82,50</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	160.000,00	160.000,00	31.396,42	157.412,04	98,38
5.1- Transferências do Salário-Educação	160.000,00	160.000,00	29.822,15	152.975,97	95,61
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	1.574,27	4.436,07	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	122.000,00	122.000,00	34.679,24	358.780,66	294,08
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>282.000,00</b>	<b>282.000,00</b>	<b>66.075,66</b>	<b>516.192,70</b>	<b>183,05</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.076.796,00	2.076.796,00	309.902,57	1.653.642,38	79,62
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.284.000,00	1.284.000,00	152.917,32	924.374,24	71,99
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	700.000,00	700.000,00	135.848,95	640.088,32	91,44
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.196,00	3.196,00	550,46	2.477,07	77,51
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	9.000,00	9.000,00	2.006,51	9.751,64	108,35
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	600,00	600,00	527,82	535,00	89,17
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	80.000,00	80.000,00	18.051,51	76.416,11	95,52
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.504.000,00	1.504.000,00	308.953,06	1.504.015,43	100,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.500.000,00	1.500.000,00	306.819,99	1.494.564,15	99,64
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.000,00	4.000,00	2.133,07	9.451,28	236,28
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>-576.796,00</b>	<b>-576.796,00</b>	<b>-3.082,58</b>	<b>-159.078,23</b>	<b>27,58</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	901.500,00	1.378.446,32	269.565,27	1.306.567,48	94,79
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	901.500,00	1.378.446,32	269.565,27	1.306.567,48	94,79
14- OUTRAS DESPESAS	602.500,00	354.500,00	16.282,66	96.353,38	27,18
14.1- Com Educação Infantil	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	582.500,00	334.500,00	16.282,66	96.353,38	28,81
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.504.000,00	1.732.946,32	285.847,93	1.402.920,86	80,96
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					26.946,32
17.1 - FUNDEB 60%					26.946,32
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					26.946,32
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.375.974,54
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					85,08
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					6,41
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					8,51
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					26.946,32
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.785.425,00	2.785.425,00	431.775,35	2.297.999,21	82,50
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	639.550,00	273.050,00	28.422,39	130.161,45	47,67
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.107.500,00	3.035.879,21	488.406,40	2.343.710,03	77,20
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.484.000,00	1.712.946,32	285.847,93	1.402.920,86	81,90
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.623.500,00	1.322.932,89	202.558,47	940.789,17	71,11
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.747.050,00	3.308.929,21	516.828,79	2.473.871,48	74,76
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-159.078,23
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					9.451,28
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					26.946,32
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-122.680,63
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.596.552,11
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,25

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	161.200,00	161.200,00	10.526,90	99.257,42	61,57
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	111.000,00	920.499,73	77.016,73	119.199,06	12,95
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	272.200,00	1.081.699,73	87.543,63	218.456,48	20,20
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.019.250,00	4.390.628,94	604.372,42	2.692.327,96	61,32



MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		55.604,76	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.494.564,15	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.387.192,68	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.371.009,88	0,00
49.2 Restos a Pagar		16.182,80	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		9.451,28	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		172.427,51	0,00

GUARUJA DO SUL, 06/11/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO	DEISI CEMIN FRANCO
Prefeito Municipal	Contador CRC 028174/O-0

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 26.946,32, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)				
	0,00	137.210,48		-137.210,48
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.053.418,37	1.015.024,72	0,00	4.038.393,65
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.053.418,37	1.015.024,72	0,00	4.038.393,65
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)				
	-5.053.418,37	-877.814,24		-4.175.604,13

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 06/11/2014

\_\_\_\_\_  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019A/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019A/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 23 de OUTUBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e três dias do mês de outubro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento anticoncepcionais para uso das ESF's e demais programas da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.520.829/0001-40 em decorrência do Processo Licitatório nº064/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 45.930,00 (Quarenta e cinco mil novecentos e trinta reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 28 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Gleison Sachet Sócio Administrador CPF: 650.526.920-72 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019B/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019B/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 23 de OUTUBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e três dias do mês de outubro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval

d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento anticoncepcionais para uso das ESF's e demais programas da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.652.030/00001-70 em decorrência do Processo Licitatório nº064/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 17.360,00 (Dezessete mil trezentos e sessenta reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 28 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Edivar Szymanski Sócio Administrador CPF: 670.481.290-34 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019C/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019C/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 23 de OUTUBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e três dias do mês de outubro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento anticoncepcionais para uso das ESF's e demais programas da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa AL-TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.802.002/0001-02 em decorrência do Processo Licitatório nº064/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15,

parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 15.158,00 (Quinze mil cento e cinquenta e oito reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 28 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Anacleto Ferrari Sócio Administrador CPF: 523.140.819-00 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019D/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019D/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 23 de OUTUBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e três dias do mês de outubro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento anticoncepcionais para uso das ESF's e demais programas da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa A G KIENEN & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 82.225.947/0001-65 em decorrência do Processo Licitatório nº 064/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 56.500,00 (Cinquenta e seis mil e quinhentos reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 28 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Ademir Geraldo Kienen Sócio Administrador CPF: 329.374.669-15 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019E/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019E/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 23 de OUTUBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e três dias do mês de outubro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento anticoncepcionais para uso das ESF's e demais programas da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 65.817.900/0001-71 em decorrência do Processo Licitatório nº 064/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 28 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Eros Carraro Sócio Administrador CPF: 253.912.708-80 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019F/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019F/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 23 de OUTUBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e três dias do mês de outubro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento anticoncepcionais para uso das ESF's e demais programas da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses, conforme anexo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 12.889.035/0001-02 em decorrência do Processo Licitatório

nº064/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 16.860,00(Dezesseis mil oitocentos e sessenta reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 28 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Jhonatan Boni Sócio Administrador CPF: 016.789.820-59 Pela Empresa
Testemunhas: Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2014

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de OUTUBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Emulsão Asfáltica tipo RM-1C, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos do município pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.382.022/0001-26, em decorrência do Processo Licitatório nº078/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	Emulsão Asfáltica Tipo RM – 1C	COMPASA	Ton	100	1.580,00	158.000,00

Valor Total da Ata R\$ 158.000,00(Cento e cinquenta e oito mil), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 29 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Eduardo Domingos Barbosa Procurador CPF: 550.760.681-15 Pela Empresa
Testemunhas: Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2014

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de OUTUBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de passagens de ônibus intermunicipais, para doação à municípios, conforme benefícios aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, e para pacientes que necessitem de deslocamento a outras localidades para tratamento de saúde, encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa REUNIDAS TURISMO S.A, inscrita no CNPJ nº 04.176.082/0001-80, em decorrência do Processo Licitatório nº079/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.



Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	PASSAGEM DE ONIBUS DE CHAPECO A JOAÇABA	REUNIDAS	UN	200	45,85	9.170,00
2	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CHAPECO	REUNIDAS	UN	200	42,42	8.484,00
3	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CONCORDIA	REUNIDAS	UN	50	24,23	1.211,50
4	PASSAGEM DE ONIBUS DE CONCORDIA A JOAÇABA	REUNIDAS	UN	50	25,55	1.277,50
5	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A FLORIANOPOLIS	REUNIDAS	UN	200	116,13	23.226,00
6	PASSAGEM DE ONIBUS DE FLORIANOPOLIS A JOAÇABA	REUNIDAS	UN	200	117,23	23.446,00
7	PASSAGEM DE ONIBUS DE LAGES A JOAÇABA	REUNIDAS	UN	50	57,01	2.850,50
8	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A LAGES	REUNIDAS	UN	50	54,81	2.740,50
9	PASSAGEM DE ONIBUS DE BLUMENAU A JOAÇABA	REUNIDAS	UN	20	86,53	1.730,60
10	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A BLUMENAU	REUNIDAS	UN	20	83,93	1.678,60
11	PASSAGEM DE ONIBUS DE CURITIBA A JOAÇABA	REUNIDAS	UN	100	74,73	7.473,00
12	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CURITIBA	REUNIDAS	UN	100	71,57	7.157,00
13	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOINVILLE A JOAÇABA	REUNIDAS	UN	100	106,73	10.673,00
14	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A JOINVILLE	REUNIDAS	UN	100	105,03	10.503,00

15	PASSAGEM DE ONIBUS DE CAÇADOR A JOAÇABA	REUNIDAS	UN	10	29,47	294,70
16	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CAÇADOR	REUNIDAS	UN	10	29,75	297,50
17	PASSAGEM DE ONIBUS DE SAO PAULO A JOAÇABA	REUNIDAS	UN	50	141,14	7.057,00
18	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A SAO PAULO	REUNIDAS	UN	50	137,39	6.869,50
19	PASSAGEM DE ONIBUS DE ERECHIM A JOAÇABA	REUNIDAS	UN	35	25,55	894,25
20	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A ERECHIM	REUNIDAS	UN	35	24,48	856,80
21	PASSAGEM DE ONIBUS DE VIDEIRA A JOAÇABA	REUNIDAS	UN	60	17,97	1.078,20
22	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A VIDEIRA	REUNIDAS	UN	60	18,34	1.100,40
23	PASSAGEM DE ONIBUS DE CATANDUVAS A JOAÇABA	REUNIDAS	UN	20	17,87	357,40
24	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CATANDUVAS	REUNIDAS	UN	20	18,27	365,40
25	PASSAGEM DE ONIBUS DE ERVAL VELHO A JOAÇABA	REUNIDAS	UN	10	5,99	59,90

26	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A ERVAL VELHO	REUNIDAS	UN	10	6,50	65,00
27	PASSAGEM DE ONIBUS DE IBICARE A JOAÇABA	REUNIDAS	UN	20	6,15	123,00



28	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A IBICARE	REUNIDAS	UN	20	6,95	139,00
29	PASSAGEM DE ONIBUS DE XANXERE A JOAÇABA	REUNIDAS	UN	70	33,39	2.337,30
30	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A XANXERE	REUNIDAS	UN	70	33,65	2.355,50
31	PASSAGEM DE ONIBUS DE ITAJAI A JOAÇABA	REUNIDAS	UN	20	99,22	1.984,40
32	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A ITAJAI	REUNIDAS	UN	20	95,84	1.916,80
33	PASSAGEM DE ONIBUS DE CURITIBANOS À JOAÇABA;	REUNIDAS	UN	40	31,91	1.276,40
34	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA À CURITIBANOS;	REUNIDAS	UN	40	32,19	1.287,60
35	PASSAGEM DE ÔNIBUS DE JOAÇABA À JARAGUA DO SUL	REUNIDAS	UN	20	97,40	1.948,00
36	PASSAGEM DE ÔNIBUS DE JARAGUÁ DO SUL À JOAÇABA	REUNIDAS	UN	20	99,10	1.982,00

Valor Total da Ata R\$ 146.267,25(Cento e quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 29 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Rui Caramori Diretor Financeiro CPF: 170.895.909-25 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2014

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 30 de OUTUBRO de 2015, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos trinta dias do mês de outubro de 2014, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual prestação de serviços de hora máquina de Motoniveladora com operador, a ser utilizada na recuperação, alargamento e cascalhamento nas estradas do Município de Herval d'Oeste -SC, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa LOCOMAQ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 10.527.352/0001-53, em decorrência do Processo Licitatório nº080/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2014, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
01	Prestação de serviço com Motoniveladora com operador, com potência mínima de 170hp, lamina com deslocamento lateral, escarificador traseiro, articulada e peso operacional de 15.500kg, ano de fabricação 2.012 ou superior	LOCO-MAQ	Horas	1.500	180,00	270.000,00

Valor Total da Ata R\$ 270.000,00(Duzentos e setenta mil reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, 31 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Raul de Miranda Procurador CPF: 425.682.349-20 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

### DISPENSA Nº 021/2014

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2014

#### OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Locação de gerador de energia 75 kva, pelo período de 03 meses, para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarelo - UPA 24hs.

#### CONTRATADO

MOTORMAC RENTAL - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS S/A

VALOR

R\$ 14.910,00

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 24, inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 15 de outubro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1212/2014

PORTARIA Nº 1212/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ELVIRA SCHLINDWEIN BELLON (Matr. 1109), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "D", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 03 de novembro de 2014 a 14 de novembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2014.

Everton Parisenti

Prefeito em Exercício

### PORTARIA Nº 1213/2014

PORTARIA Nº 1213/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 088/2014, da Servidora CHARLENE RAMPAZZO (Matr. 1008), ocupante do Cargo em Provisão Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de fevereiro de 2012 e 02 de fevereiro de 2013, para serem gozadas a partir de 06 de novembro de 2014 a 25 de novembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Novembro de 2014.

Everton Parisenti

Prefeito em Exercício

### DECRETO Nº 3.356/2014.

Decreto nº 3356/2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

NO VALOR DE R\$ 55.400,00 (Cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais)

Nelson Guindani, PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 3.072 de 06 de novembro de 2.014.

Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.014:

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL				
0602.123610012-2027			Manutenção e Ampliação do Sistema de Transporte Escolar		
33900000	0158	209	Outras Despesas Correntes	R\$	55.400,00

Art. 2º - Ficam anuladas as seguintes contas do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º deste decreto

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
0601.123650011-1007			Aquisição de Brinquedos para parque Infantil e Manutenção dos Já Existentes		
33900000	0158	43	Outras Despesas Correntes	R\$	14.000,00
0601.123650011-1008			Aquisição de material permanente para novas salas de aula		
33900000	0158	46	Outras Despesas Correntes	R\$	9.000,00

0601.123650011-2021			Qualificação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da educação infantil		
33900000	0158	53	Outras Despesas Correntes	R\$	9.000,00
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
0602.123610012-1011			Aquisição de Veículos para Atividades diversas da Secretaria		
33900000	0158	71	Outras Despesas Correntes	R\$	19.000,00
0602.123610012-2028			Qualificação e Aperfeiçoamento dos Profissionais do Ensino Fundamental		
33900000	0158	84	Outras Despesas Correntes	R\$	400,00
0602.123610012-2029			Aquisição de Material para distribuição gratuita		
33900000	0158	88	Outras Despesas Correntes	R\$	4.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 06 de novembro de 2014.  
**EVERTON PARISENTI**  
 Prefeito MUNICIPAL em Exercício

## DECRETO Nº 3.357/2014.

Decreto nº 3357/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais)

Everton Parisenti, PREFEITO MUNICIPAL em exercício de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal 3.073 de 06 de novembro de 2014;  
 Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.014:

1000	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
1001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
1001.103020047-2082			Manutenção e Implementação da Unidade de Pronto Atendimento		
33900000	102	044	Outras Despesas Correntes	R\$	200.000,00
1001.3010045-2079			Manutenção, encargos e Atividades do Fundo de Saúde		
31900000	0102	038	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	550.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a seguinte conta do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º desta lei

0400	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS				
0402	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTROLE INTERNO				
0402.288430007-0001			Serviços da Dívida Fundada Interna		
46900000	0100	029	Amortização da Dívida Fundada Interna	R\$	250.000,00

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
0601.123060011-2019			Alimentação escolar para Educação Infantil		
33900000	0100	039	Outras Despesas Correntes	R\$	100.000,00

0800	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
0801	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS				
0801.267820022-2052			Manutenção das ações desenvolvidas pela Secretaria		
31900000	0100	150	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	50.000,00
33900000	0100	151	Outras Despesas Correntes	R\$	350.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 06 de novembro de 2014.

EVERTON PARISENTI

Prefeito MUNICIPAL em exercício

### LEI Nº 3.072/2014.

Lei nº 3072/2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

NO VALOR DE R\$ 55.400,00 (Cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais)

Nelson Guindani , PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;  
Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.014:

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
0602	DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL				
0602.123610012-2027			Manutenção e Ampliação do Sistema de Transporte Escolar		
33900000	0158	209	Outras Despesas Correntes	R\$	55.400,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a seguinte conta do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º desta lei

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
0601.123650011-1007			Aquisição de Brinquedos para parque Infantil e Manutenção dos Já Existentes		
33900000	0158	43	Outras Despesas Correntes	R\$	14.000,00
0601.123650011-1008			Aquisição de material permanente para novas salas de aula		
33900000	0158	46	Outras Despesas Correntes	R\$	9.000,00

0601.123650011-2021			Qualificação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da educação infantil		
33900000	0158	53	Outras Despesas Correntes	R\$	9.000,00
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
0602.123610012-1011			Aquisição de Veículos para Atividades diversas da Secretaria		
33900000	0158	71	Outras Despesas Correntes	R\$	19.000,00
0602.123610012-2028			Qualificação e Aperfeiçoamento dos Profissionais do Ensino Fundamental		

33900000	0158	84	Outras Despesas Correntes	R\$	400,00
0602.123610012-2029			Aquisição de Material para distribuição gratuita		
33900000	0158	88	Outras Despesas Correntes	R\$	4.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 06 de novembro de 2014.

EVERTON PARISENTI

Prefeito MUNICIPAL em Exercício

### LEI Nº 3.073/2014.

Lei nº 3073/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais)

Evertton Parisenti , PREFEITO MUNICIPAL em exercício de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;  
Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.014:

1000	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
1001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
1001.103020047-2082			Manutenção e Implementação da Unidade de Pronto Atendimento		
33900000	102	044	Outras Despesas Correntes	R\$	200.000,00
1001.3010045-2079			Manutenção, encargos e Atividades do Fundo de Saúde		
31900000	0102	038	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	550.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a seguinte conta do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º desta lei

0400	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS				
0402	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTROLE INTERNO				
0402.288430007-0001			Serviços da Dívida Fundada Interna		
46900000	0100	029	Amortização da Dívida Fundada Interna	R\$	250.000,00

0600	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
0601	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
0601.123060011-2019			Alimentação escolar para Educação Infantil		

33900000	0100	039	Outras Despesas Correntes	R\$	100.000,00
----------	------	-----	---------------------------	-----	------------

0800	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
0801	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS				
0801.267820022-2052			Manutenção das ações desenvolvidas pela Secretaria		
31900000	0100	150	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	50.000,00
33900000	0100	151	Outras Despesas Correntes	R\$	350.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 06 de novembro de 2014.

EVERTON PARISENTI

Prefeito MUNICIPAL em exercício

## Ibiam

### PREFEITURA

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 038/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº038 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

"ALTERA PERCENTUAL SOBRE VALOR DA UFM- UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO, PARA A COBRANÇA DE LICENÇA PELO EXERCÍCIO DE COMERCIO EVENTUAL OU AMBULANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de IBIAM - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

ART. 1º A taxa de licença pelo exercício de Comercio Eventual ou Ambulante por um dia, prevista no anexo IV da Lei Complementar Nº 001/98- Código Tributário do Município de 30 de dezembro de 1998 corresponderá a 100% (cem por cento) do valor da unidade fiscal municipal.

ART. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar considera-se comércio eventual ou ambulante, aquele executado por pessoa física ou jurídica, com residência ou sede social fora do território do Município de Ibiam.

ART. 3º Revogadas disposições em contrario, esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,

31 DE OUTUBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

#### LEI Nº 555/2014

LEI DA LDO Nº555 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO - Prefeito do Município de IBIAM - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2015, em conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, com a Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais; e

VII - das disposições gerais.



**CAPÍTULO I****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

**CAPÍTULO II****DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias do STN, e a despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, podendo ser indicado o seu desdobramento por Elemento e/ou Sub-Elemento, segundo cada Unidade Orçamentária;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, e Portarias conjuntas do STN.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);

- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);

- Fundo Municipal da Criança e da Adolescência (centralizado);

- Fundo Municipal de Habitação (centralizado).

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2011 a 2013, fixada para 2014 e projetada para 2015 a 2017;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2013 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2015 a 2017;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2011 a 2013;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2015;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2011 a 2013, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

**CAPÍTULO III****DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2015 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2015, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos



dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; IV - redução dos investimentos programados; V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções; VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2015 a 10% (Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2015.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2015, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2015, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do

Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em 2015, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2015, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo X desta Lei e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio

de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2015, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2014, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2015.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

a) - Demonstrativo I - Metas anuais;

b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;

d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;

f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;

g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;

j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,  
31 DE OUTUBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

**DECRETO Nº 2712/2014**

DECRETO Nº 2712, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

"APROVA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições contidas no Artigo 88, Incisos VII - XIII da Lei Orgânica;

Considerando os termos da Resolução 012/CMAS/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social.

**DECRETA:**

Art. 1.º Fica aprovada a Resolução Nº 012/CMAS/2014 do Conselho Municipal dos da Assistência Social.

Art. 2.º Integram este Decreto, independente de transcrição, a Minuta da Resolução mencionada no Artigo 1º, cópia da Ata nº 99, de 30/10/2014.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,  
31 DE OUTUBRO DE 2014.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Administração e da Fazenda

**Ilhota****PREFEITURA****ERRATA 3 CC 002 - 2014 PMI**

ERRATA 3 CONCORRÊNCIA 002/2014 - PMI

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ilhota torna Pública ERRATA 3 da CC 002/2014 PMI. Em consequência fica PRORROGADO a data de abertura do presente edital prevista para o dia 18.11.2014, para o dia 10.12.2014 às 09:30h.

Onde se lê:

CAPÍTULO II

DAS ESPECIFICAÇÕES ESTRUTURAIS

**DAS ESPECIFICAÇÕES RELATIVAS AO PÁTIO**

[...]

d) Instalação administrativa adequada ao serviços, informatizada e com recepção 24 horas por dia, com a finalidade de atender os agentes fiscalizadores de trânsito e o público em geral;

[...]

i) Sistema informatizado com acesso via internet para emissão dos relatórios de acompanhamento.

[...]

**DAS ESPECIFICAÇÕES RELATIVAS AOS GUINCHOS**

[...]

d) apresentar identificação por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação amarelo-âmbar intermitente;

[...]

**CAPÍTULO III****DO REGULAMENTO OPERACIONAL****DO HORÁRIO DOS SERVIÇOS**

[...]

Art. 24 - A liberação de veículos, deverá ser assegurado pela CONCESSIONÁRIA, no mínimo de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 08:00h às 18:00h e em regime de "Plantão" 24 horas, desde que o usuário apresente a Liberação do Veículo Assinada e seja solicitado pelo MUNICÍPIO a liberação fora do horário, de acordo com a necessidade do caso.

**DOS PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS NA REMOÇÃO**

[...]

Art. 27 - A partir do momento em que efetuar a retenção, remoção ou apreensão, a CONCESSIONÁRIA será civilmente responsável até a entrega do mesmo para o proprietário ou representante legal, respondendo pelos prejuízos e danos causados ao veículo e pela comprovada falta de equipamentos e/ou acessórios, nos termos da Cláusula Oitava do Termo de Concessão, assegurado direito de regresso contra o autor do dano ou responsável pelo fato.

[...]

**DA LIBERAÇÃO**

Art. 37 - O procedimento de liberação dos veículos será realizado no próprio local do depósito, no período de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 08:00h às 18:00h, e em benefício do Público conforme disposto no Art. 24.

[...]

Art. 39 - No ato da entrega do veículo será devolvido ao proprietário ou a seu representante legal habilitado, mediante recibo, o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo recolhido no ato da autuação e remoção.

Leia-se:

CAPÍTULO II

DAS ESPECIFICAÇÕES ESTRUTURAIS

**DAS ESPECIFICAÇÕES RELATIVAS AO PÁTIO**

[...]

d) Instalação administrativa adequada aos serviços, informatizada e com recepção 24 horas por dia, com a finalidade de atender os agentes fiscalizadores de trânsito, sendo que o público em geral deverá ser atendido em horário comercial e bancário;

[...]

i) Sistema informatizado com acesso via internet para emissão dos relatórios de acompanhamento, com IP fixo.

[...]

**DAS ESPECIFICAÇÕES RELATIVAS AOS GUINCHOS**

[...]

d) apresentar identificação por dispositivos regulamentares e iluminação amarelo-âmbar intermitente;

### CAPÍTULO III

#### DO REGULAMENTO OPERACIONAL

#### DO HORÁRIO DOS SERVIÇOS

[...]

Art. 24 - A liberação de veículos, deverá ser assegurado pela CONCESSIONÁRIA, de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 08:00h às 17:00h e em regime de "Plantão" 24 horas, desde que o usuário apresente a Liberação do Veículo Assinada e seja solicitado exclusivamente pelos órgãos de Segurança Pública descritos no Art. 1º deste regulamento, ou pelo Diretor de Trânsito Municipal, ou por Ordem Judicial a liberação fora do horário, de acordo com a necessidade do caso.

[...]

#### DOS PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS NA REMOÇÃO

[...]

Art. 27 - A partir do momento em que efetuar a retenção, remoção ou apreensão, a CONCESSIONÁRIA será civilmente responsável até a entrega do mesmo para o proprietário, respondendo pelos prejuízos e danos causados ao veículo e pela comprovada falta de equipamentos e/ou acessórios, nos termos da Cláusula Oitava do Termo de Concessão, assegurado direito de regresso contra o autor do dano ou responsável pelo fato.

[...]

#### DA LIBERAÇÃO

[...]

Art. 37 - O procedimento de liberação dos veículos será realizado no próprio local do depósito, no período de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 08:00h às 17:00h, e em benefício do Público conforme disposto no Art. 24.

[...]

Art. 39 - No ato da entrega do veículo será devolvido ao proprietário, mediante recibo, o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo recolhido no ato da autuação e remoção.

Fica Acrescido no Art. 38:

[...]

e) Os reparos nos veículos apreendidos deverão ser realizados no pátio da CONCESSIONÁRIA. Caso não seja possível ou não haja condições, o guincho da CONCESSIONÁRIA, com prévia autorização dos órgãos referidos no artigo 1º e 3º deste Regulamento levará em local indicado pelo proprietário afim de que possa ser realizado o devido reparo. Em ato contínuo deverá retornar sob o guincho ao pátio da CONCESSIONÁRIA para posteriormente ser liberado.

f) As despesas da locomoção do item anterior ficarão a cargo do proprietário do veículo, devendo a CONCESSIONÁRIA registrar todos os trâmites realizados.

Ilhota/SC 06 de novembro de 2014

Valmor Bertelli Júnior

Presidente da Comissão

## Imarui

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 107, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 107, DE 10 DE JULHO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento VIGENTE, exercício 2014, na importância de R\$38.000,00 (trinta e oito mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. 2.0100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00	29	1.000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	42.000,00
Total Suplementação			42.000,00	

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito suplementar disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. 2.0100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	26	1.000	Material de Consumo	42.000,00
Total Suplementação			42.000,00	

Art. 3º Fica autorizado proceder aos ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 05 de novembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal



# Imbituba

## PREFEITURA

### PORTARIA PMI/DGP Nº 489/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 489, de 03 de novembro de 2014.  
Dispõe sobre a exoneração de Coordenador de Emissão de Carteira de Trabalho, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ROMÁRIO DA ROSA, brasileiro, assistente administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 823.262.829-49, do cargo de Coordenador de Emissão de Carteira de Trabalho junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, nomeado através da PORTARIA PMI/DGP Nº 634, de 23 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de outubro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 03 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### PORTARIA PMI/DGP Nº 490/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 490, de 03 de novembro de 2014.  
Dispõe sobre a nomeação de Gerente de Emissão de Carteira de Trabalho, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROMÁRIO DA ROSA, brasileiro, assistente administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 823.262.829-49, para exercer o cargo de Gerente de Emissão de Carteira de Trabalho junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O nomeado perceberá gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, III da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de novembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 03 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### PORTARIA PMI/DGP Nº 491/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 491, de 03 de novembro de 2014.  
Dispõe sobre a Demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

#### RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, a abaixo relacionada, admitida em 14 de novembro de 2012, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011 e PORTARIA DGP/SEAGP N.º 328, de 10 de dezembro de 2012, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Kátia Silene Custódio Antônio	Servente Merendeira 40h	952.306.539-49	14/11/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 03 de novembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Gestão de Pessoas  
(Interino)

### PORTARIA PMI/DGP Nº 492/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 492, de 03 de novembro de 2014.  
Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

#### RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, a abaixo relacionada, admitida em 02 de outubro de 2014, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013 e PORTARIA PMI/DGP Nº 465, de 14 de outubro de 2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Pedra da Rosa	Professora I - 20h	041.719.739-02	31/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 03 de novembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Gestão de Pessoas

(Interino)

### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA Nº 30/2014 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 140/2014

INEXIGIBILIDADE Nº 30/2014

Objeto: contratação de empresa especializada com fornecimento de materiais e mão de obra para construção abrigo para taxistas, localizado na Rua Irineu Bornhausen - centro - Imbituba/SC.

Valor Total: R\$ 8.440,45

Fundamento: Artigo 25, inciso I da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 07 de novembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretario Municipal

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2014**

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2014

O Presidente da Câmara Municipal de Imbituba, Vereador Luís Antônio Dutra, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, juntamente com o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Transportes, Obras, Urbanismo, Agricultura, Pesca e Fiscalização, Vereador Rui Geraldo Rodrigues, COMUNICAM aos interessados que farão realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA visando colher subsídios e informações adicionais junto à sociedade civil para as discussões sobre o Projeto de Lei nº 4.618/2014 que Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Imbituba para o Exercício de 2015.

A audiência ocorrerá no dia 10 de novembro de 2014, segunda-feira, às 18h00min, nas dependências da 30ª Subseção da OAB - Imbituba

Imbituba/SC, 06 de novembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Rui Geraldo Rodrigues

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

### **ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 047/14**

Ato da Presidência nº 047/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 38ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 10 de novembro de 2014 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da OAB - 30ª Subseção de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
150	PLC nº 322/2014	05/11/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Altera o Plano Regulador e do Uso do Solo configurado no Mapa 11 da Lei Complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba – PDDSI, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª



152	PLC nº 323/2014	06/11/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Institui o Programa de Recuperação Fiscal do município de Imbituba - Refis Municipal, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
151	PL nº 4.630/2014	05/11/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4624/2014	23/10/14	Legislativo Municipal	Anderson Teixeira	Declara de Utilidade Pública a Associação Sonhar e Acreditar – ASA.	Ordinário	Única	1ª/2ª
149	PL nº 4.628/2014	04/11/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre repasse financeiro à Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, para realização de despesas com a decoração - Natal 2014 e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.629/2014	05/11/14	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Desafeta Bens móveis do Patrimônio Público da Câmara Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	MOÇÃO nº 012/2014	06/11/14	Legislativo Municipal	Rogberto de Farias Pires	Moção de Congratulação à Professora Marli Garcia por sua dedicação às artes e a cultura no município de Imbituba	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 06 de novembro de 2014

Luís Antônio Dutra Presidente	Renato Carlos de Figueiredo Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	Rogberto de Farias Pires Segundo-Secretário

# Indaial

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 28/2014 - PAVIMENTAÇÃO - SISTEMA MUTIRÃO DA RUA SANTO EXPEDITO

Indaial, 03 de novembro de 2014.

Edital nº 28/2014

O Prefeito de Indaial, Sérgio Almir dos Santos, torna público de acordo com o estabelecido na Lei Complementar 79/2007 de 18 de dezembro de 2007, Lei Municipal 4580/2011, Lei nº 4841 de 29 de agosto de 2013 e Decreto Municipal 2472/2012, orçamento contendo custos da pavimentação com lajota tijolão de concreto - Sistema Mutirão- da Rua Santo Expedito, Bairro João Paulo II, totalizando 1.282,60m² de pavimentação e 298,40 metros lineares de testadas com meio fio de concreto, importando a obra em R\$ 91.703,88 (noventa e um mil, setecentos e três reais e oitenta e oito centavos), iniciando no embocamento com a Rua Santa Paulina em ambos os lados e terminando na Área Verde 04 de propriedade do Município de Indaial no lado direito e lote 51 de propriedade de Dalila Maria Gonzaga no lado esquerdo.

#### MEMORIAL DESCRITIVO

##### 1. MATERIAL

- 1.1 - Fornecimento de lajota tijolão de concreto;
- 1.2 - Fornecimento de meio-fio de concreto;
- 1.3 - Brita para colchão de assentamento de lajotas;
- 1.4 - Tijolos maciços para reparo de caixas coletoras;
- 1.5 - Cimento.

##### 2. MÃO DE OBRA

- 2.1 - Colocação de lajotas com preparação do colchão para assentamento e rejunte das sarjetas;
- 2.2 - Colocação de meio-fio com rejunte das fugas;
- 2.3 - Reparação de caixas coletoras;
- 2.4 - Preparo da cancha para colocação de lajotas;
- 2.5 - Rolo compactador;
- 2.6 - Carregadeira.
- 2.7 - Caminhão para retirada de barro excedente;

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL R\$
<b>1. MATERIAL</b>				
1.1 – Fornecimento de lajota tijolão de concreto	m²	1.282,60	38,50	49.380,01
1.2 – Fornecimento de meio-fio de concreto	m	298,40	17,00	5.072,80
1.3 – Colchão com pó de brita	m³	254,00	55,50	14.097,00
1.4 – Tijolo comum para reparação de caixa coletora	unid.	300,00	0,50	150,00
1.5 – Cimento para rejunte	saco	8,00	20,20	161,67
1.6 – Cimento para reparação de caixa coletora	saco	4,00	19,00	76,00
<b>TOTAL ITEM 01 =</b>			<b>R\$</b>	<b>68.937,48</b>
<b>2. MÃO-DE-OBRA</b>				
2.1 – Execução de pavimentação com preparo de colchão com pó de brita	m²	1.282,60	12,00	15.391,20
2.2 – Colocação de meio fio com rejunte de fugas	m	298,40	3,00	895,20
2.3 – Reparação de caixa coletora	unid.	4,00	80,00	320,00
2.4 – Máquina para preparação de cancha	h	16,00	240,00	3.840,00
2.5 – Rolo compactador	h	5,00	80,00	400,00
2.6 – Transporte de material excedente	h	8,00	80,00	640,00
2.7 – Carregadeira	h	16,00	80,00	1.280,00
<b>TOTAL ITEM 02 =</b>			<b>R\$</b>	<b>22.766,40</b>
<b>TOTAL GERAL ITEM 01 E 02 =</b>			<b>R\$</b>	<b>91.703,88</b>
<b>3. CUSTOS DA OBRA</b>				
3.1 Participações dos moradores				76.854,63

3.2 – Participações do Poder Público				
3.2.1 – Testadas, virador e embocamentos				8.143,25
3.2.2 – Infraestrutura e melhorias				6.706,00
TOTAL ITEM 03	=	R\$		91.703,88
DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS				
		TESTADA	ÁREA	
PROPRIETÁRIOS		(m)	(m²)	TOTAL
		ÍTEM 01	ÍTEM 02	R\$
Lado Direito				
Município de Indaial - embocamento		6,25	12,50	828,37
Lindolfo Schlikmann		19,42	77,68	5.147,85
Raquel S. Pereira e Isaias Pereira		12,00	48,00	3.180,96
Ademir Pinheiro		12,00	48,00	3.180,96
Leomar Rocha		12,00	48,00	3.180,96
Gilnei de Toledo Biasi		12,00	48,00	3.180,96
Aloisio Moser		12,00	48,00	3.180,96
Willys Santiago da Silva		12,00	48,00	3.180,96
Thiago F. Macedo		12,00	48,00	3.180,96
Gildo Osmar Maran e Marlene Deda Maran		12,00	48,00	3.180,96
Jean Carlos Garcia		12,00	48,00	3.180,96
Ronaldo Frederico		12,71	50,84	3.369,16
Município de Indaial – Área Verde 04		8,47	33,88	2.245,22
Lado Esquerdo				
Município de Indaial - embocamento		6,25	12,50	828,38
Isabel Mendes Rodrigues		13,20	52,80	4.850,96
Sérgio Vilmar Cardoso		12,00	48,00	3.180,96
Viviane da Silva		12,00	48,00	3.180,96
Celio Roberto Moratelli		12,00	48,00	3.180,96
Sedenir Yonck		12,00	48,00	3.180,96
Aloisio Moser e Paulo Moser		12,00	48,00	3.180,96
Anderson Ricardo Holdorf		12,00	48,00	3.180,96
Daiane dos Santos Villain		12,00	48,00	3.180,96
Joacir da Silva		12,00	48,00	3.180,96
Claudir de Lima Dias		15,00	60,00	3.976,20
Elsa Daí Yonck		13,00	52,00	3.446,04
Dalila Maria Gonzaga		12,00	48,00	3.180,96
Município de Indaial – virador		16,00	64,00	4.241,28
TOTAL				84.997,88

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados, supra mencionados, que não aderiram ao sistema mutirão para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar quaisquer elementos dos custos apresentados.

1.Vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação para pagamento total ou 1ª parcela.

2.Em 12 (doze) parcelas, conforme artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013, incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, conforme Art. 407 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) e artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013..

3.O não pagamento implicará:

3.1 - MULTA: conforme Art. 458 e 459 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal)

3.2 - JUROS: conforme Art. 62 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.

3.3 - CORREÇÃO MONETÁRIA: conforme Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
PREFEITO

**EDITAL Nº 29/2014 - PAVIMENTAÇÃO - SISTEMA MUTIRÃO DA RUA RIO DO SUL - ETAPA I.**

Indaial, 04 de novembro de 2014.

Edital nº 29/2014

O Prefeito de Indaial, Sérgio Almir dos Santos, torna público de acordo com o estabelecido na Lei 4.580 de 20 de Dezembro de 2011, Lei 4841 de 29 de agosto de 2013 e Decretos nº 2475/12 e 1128/14, orçamento contendo custos da pavimentação com lajota tijolão de concreto - Sistema Mutirão da Rua Rio do Sul - Etapa I, Bairro Rio Morto, totalizando 3.276,49 m<sup>2</sup> de pavimentação de lajota, e 723,44 metros lineares de testadas com meio-fio de concreto (361,72 metros de extensão), importando a obra em R\$ 241.065,34 (duzentos e quarenta e um mil, sessenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), iniciando na propriedade de Adenir Benvenutti pelo lado direito e de João Alfredo de Novaes pelo lado esquerdo, terminando na propriedade de Cristiano Carlos Macaes pelo lado direito e, parcialmente, na propriedade de Valdelino Kuhnen pelo lado esquerdo.

**MEMORIAL DESCRITIVO****1. MATERIAL**

- 1.1 - Fornecimento de lajota tijolão de concreto;
- 1.2 - Fornecimento de meio-fio de concreto;
- 1.3 - Areia para colchão de assentamento de lajota tijolão de concreto;
- 1.4 - Tijolos maciços para confecção de caixas coletoras;
- 1.5 - Grelha para caixa coletora;
- 1.6 - Tubos de concreto diâmetro de 30 cm;
- 1.7 - Cimento;
- 1.8 - Tábuas de madeira para assentamento de tubos.

**2. MÃO-DE-OBRA**

- 2.1 - Colocação de lajota tijolão de concreto com preparação do colchão para assentamento e rejunte das sarjetas;
- 2.2 - Colocação de meio-fio com rejunte das fugas;
- 2.3 - Colocação de tubos pluviais e sanitário;
- 2.4 - Confecção de caixas coletoras;
- 2.5 - Abertura de vala para colocação de Tubos;
- 2.6 - Preparo da cancha para colocação de lajota tijolão de concreto;
- 2.7 - Transporte de material excedente;
- 2.8 - Transporte de material para apiloamento de vala;
- 2.9 - Carregadeira.

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL R\$
<b>1. MATERIAL</b>				
1.1 – Fornecimento de lajota tijolão de concreto	m <sup>2</sup>	3.276,49	32,14	105.306,38
1.2 – Fornecimento de meio-fio de concreto	m	711,44	16,30	11.596,47
1.3 – Colchão com areia	m <sup>3</sup>	645,40	50,20	32.399,11
1.4 – Tijolo comum para confecção de caixa coletora	unid.	2.800,00	0,50	1.600,00
1.5 – Grelha para Caixa Coletora	peça	28,00	48,00	1.344,00
1.7 – Tubos de concreto diâmetro de 30 cm	m	30,00	19,00	570,00
1.9 – Cimento para confecção de caixa coletora	sc	8,00	19,87	158,96
1.9 - Tabua madeira (3m x 0,25 x 0,075)	Peça	10,00	3,00	30,00
<b>TOTAL ITEM 01 =</b>		<b>R\$</b>		<b>153.004,92</b>
<b>2. MÃO-DE-OBRA</b>				
2.1 – Execução de pavimentação com preparo de colchão de areia	m <sup>2</sup>	1.760,40	18,85	61.761,84
2.2 – Colocação de meio fio com rejunte de fugas	m	711,44	8,53	6.068,58
2.3 – Execução de caixa coletora	unid.	28,00	80,00	2.240,00
2.5 – Colocação de tubos diâmetro de 30 cm	m	30,00	15,00	450,00
2.7 – Máquina p/ abertura de vala p/ colocação de tubos	h	5,00	80,00	400,00
2.8 – Máquina para preparação de cancha	h	36,00	240,00	8.640,00
2.9 – Transporte de material para apiloamento de vala	h	5,00	80,00	400,00
2.10 – Transporte de material excedente	h	36,00	80,00	2.880,00
2.11 – Carregadeira	h	36,00	80,00	2.880,00
2.12 - Retroescavadeira	h	36,00	65,00	2.340,00
<b>TOTAL ITEM 02 =</b>		<b>R\$</b>		<b>88.060,42</b>
<b>TOTAL GERAL ITEM 01 E 02 =</b>		<b>R\$</b>		<b>241.065,34</b>

3. CUSTOS DA OBRA				
3.1 Participações dos moradores				212.162,13
3.2 – Participações do Poder Público				
3.2.1 – Testada e embocamentos				4.970,25
3.2.2 – Infraestrutura e melhorias				23.932,96
TOTAL ITEM 03	=	R\$		241.065,34
DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS				
		TESTADA	ÁREA	
PROPRIETÁRIOS		(m)	(m²)	TOTAL
		ÍTEM 01	ÍTEM 02	R\$
Lado Direito				
Adenir Benvenutti		144,00	32,00	9.542,88
Ailton Mendes de Godói		67,50	15,00	4.473,23
Wilmar Schaade		83,25	18,50	5.516,98
Camila Martins da Silva		67,50	15,00	4.473,23
Francislei Locks		67,50	15,00	4.473,23
Condomínio Edifício Majestic		67,50	15,00	4.473,23
Rui Guinther Muller		67,50	15,00	4.473,23
Laudi Madalena		67,95	15,10	4.503,05
Daniel dos Santos		68,40	15,20	4.532,87
Daniel dos Santos		83,25	18,50	5.516,98
Ademar Cristofolini		67,50	15,00	4.473,23
Eliete Aparecida dos Santos		67,50	15,00	4.473,23
Alan dos Santos		67,95	15,10	4.503,05
Alfonso Santos Rogério		70,20	15,60	4.652,15
Hamilton Oliveira		68,40	15,20	4.532,87
Cristiano Carlos Macaes		135,00	30,00	8.946,45
Cristiano Carlos Macaes		135,00	30,00	8.946,45
Vanusa Rodrigues de Freitas		95,85	21,30	6.351,98
Município de Indaial – embocamento Rua Porto Belo			21,00	1.391,67
Município de Indaial – testada Rua Porto Belo		81,99	18,22	3.578,58
Cristiano Carlos Macaes		81,99	18,22	5.433,48
Lado Esquerdo				
João Alfredo de Novaes		63,45	14,10	4.204,83
Ivonei Mathiussi		66,15	14,70	4.383,76
Angelo Feliciano		70,20	15,60	4.652,15
Daniela Kubiak /Osmar Kubiak		67,50	15,00	4.473,23
Ana da Silva Leal		76,50	17,00	5.069,65
Inácio Marcelino		67,95	15,10	4.503,05
Inácio Marcelino		67,95	15,10	4.503,05
Mariluce Rodrigues de Freitas		73,35	16,30	4.860,90
Espólio de Sálvio Paulino da Veiga		378,00	84,00	25.050,06
Cristiano Giovanella Pinto		484,88	107,75	32.132,67
Valdelino Kuhn (parcial)		211,82	47,07	14.036,98

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados, supra mencionados, que não aderiram ao sistema mutirão para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar quaisquer elementos dos custos apresentados.

1.Vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação para pagamento total ou 1ª parcela.

2.Em 12 (doze) parcelas, conforme artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013, incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, conforme Art. 407 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) e artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013..

3.0 não pagamento implicará:

3.1 - MULTA: conforme Art. 458 e 459 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal)

3.2 - JUROS: conforme Art. 62 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.

3.3 - CORREÇÃO MONETÁRIA: conforme Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
PREFEITO

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 241/2014**

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Fundo Municipal de Saúde de Indaial.

Licitatório nº 241/2014.

Pregão Presencial nº 012/2014-19208

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de reagentes e fitas para laboratório municipal.

Entrega dos envelopes: 20/11/2014 as 14:15h.

Abertura das propostas: 20/11/2014 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 242/2014**

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 242/2014.

Pregão Presencial nº 090/2014-10430

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de mordentes e cabos de aço para manutenção de pontes e pontilhões.

Entrega dos envelopes: 21/11/2014 as 09:15h.

Abertura das propostas: 21/11/2014 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

## **Ipumirim**

### **PREFEITURA**

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 72/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2014/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 72/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: Contratação de entidade para Capacitar os servidores Municipais de Ipumirim com relação às medidas socioeducativas e o ato infracional, a se realizar nos dias 24 e 25 de novembro de 2014, com carga horário de 10hs/a. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 06/11/2014

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL



# Irineópolis

## PREFEITURA

### PORTARIA N º 490/2014

PORTARIA N. º 490/2014.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe a Lei Complementar n º 056/2012 de 10/02/2012, e no Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar n º 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR SILVIA FRANCO DE LIMA, nascida em 05/07/1989, portadora do CPF n º 074.824.979-60, RG. n º 5.064.455-6, SSP/SC, para no período de 03/11/2014 a 02/12/2014, exercer as atividades de Monitora de Creche (44h/sem), conforme Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal da Educação, Edital n º 004/2014, homologado em 01/09/2014 e Contrato de Trabalho Temporário nº 066/2014/SME, para atuar na Creche do CEI Nossa Senhora Aparecida, em vaga remanescente, após convocados todos os candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,  
03 de Novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### PORTARIA N º 491/2014

PORTARIA N. º 491/2014.

“CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - Conceder Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 10/11/2014 à 08/02/2015, ao servidor efetivo IVO BRANCO DE OLIVEIRA.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10/11/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,  
05 de Novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### PORTARIA N º 492/2014

PORTARIA N º 492/2014.

“DISPENSA A PEDIDO SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - Dispensar a pedido em data de 03/11/2014, a servidora ROSIANE RUTCHENSKI, das atividades de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), para as quais foi contratada em data de 02/01/2014, através da Portaria n º 009/2014.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/11/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,  
05 de Novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 61/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 61/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº. 12/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Soletécnica Equipamentos Hidraulicos - Eireli - EPP.

Irineópolis, 31 de outubro de 2014.  
Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 62/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 62/2014

CHAMADA PUBLICA Nº. 02/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: COMSOL - Cooperativa de Organização Produção e Com. Solid.

Irineópolis, 30 de outubro de 2014.  
Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 67/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 67/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Famma Comércio de Veículos Ltda.

Irineópolis, 30 de outubro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 23/2014 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 23/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Papelaria São Bento Ltda.; Luis Kaminski ME; Máxima Papelaria Ltda..

Irineópolis, 06 de novembro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 24/2014 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 24/2014

INEXIGIBILIDADE Nº. 05/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Laboratório de Análises Clínicas Gianne Ltda.

Irineópolis, 05 de novembro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 1.823/2014**

LEI MUNICIPAL Nº 1.823/2014.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIALEINDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

**TÍTULO I**

DA POLÍTICA DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIALEINDUSTRIAL.

Art. 1º. O Município de Irineópolis, nos limites dos recursos disponíveis e, em consonância com as diretrizes do Governo Municipal,

poderá conceder incentivos destinados à instalação de novas indústrias, à transferência, ampliação ou criação de filiais das existentes e ao fomento das atividades industriais.

Art. 2º. A política de incentivo ao desenvolvimento econômico, social e industrial do Município, mediante a prévia demonstração de interesse público, nos termos desta Lei, possibilita o incentivo às empresas industriais e/ou comerciais, de prestação de serviços e agroindustriais que empreguem em suas atividades meio, processos industriais em geral, levando em conta a função social decorrente da criação de empregos e renda e a importância para a economia do Município.

**TÍTULO II**

DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIALEINDUSTRIAL

**CAPÍTULO I**

DOS INCENTIVOS ÀS INDÚSTRIAS

**SEÇÃO I**

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º. Para fins de instalação ou ampliação de indústrias, considerando a função social e expressão econômica do empreendimento, os incentivos industriais poderão consistir em:

I. Concessão de direito real de uso ou doação com encargo de imóveis para a instalação ou ampliação das indústrias e empreendimentos definidos no artigo 2º;

II. Execução de serviços de infraestrutura, como terraplanagem, transporte de terras e materiais de construção e outros similares;

III. Doação de pedra britada (bica corrida);

IV. Isenção de tributos municipais;

V. Colaboração, mediante convênios, com órgãos ou instituições federais e estaduais e entidades privadas de pesquisa, assessoramento técnico e empresarial;

VI. Colaboração na capacitação de trabalhadores, mediante convênio com as empresas interessadas e entes públicos ou privados de aprendizagem industrial e formação técnica;

VII. Colaboração, quando comprovadamente necessária, nos serviços de obras de engenharia na execução de projetos, utilizando-se de profissional pertencente ou não ao Quadro de Pessoal do Município;

VIII. Outros auxílios e subvenções, na forma de lei específica.

Parágrafo único. Para a execução da política de incentivos, conforme disposto na presente Lei fica, o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o direito real de uso ou realizar doação com encargos de imóveis para a implantação de indústrias dentro das Áreas Industriais existentes ou a serem implantadas, na forma definida em Lei, ou ainda em áreas apropriadas à implantação de indústrias fora dessas áreas, obedecida a Legislação vigente.

**SEÇÃO II**

DOS REQUISITOS E CONDIÇÕES

Art. 4º. Os benefícios previstos nesta Lei serão concedidos com observância dos seguintes princípios e condições:

I. No caso de concessão de direito real de uso ou doação de imóvel, sempre com cláusula de resolução ou reversão, a empresa deverá se instalar na forma do projeto aprovado, no prazo de 02 (dois) anos e não poderá cessar suas atividades, transcorridos "menos" de 10 (dez) anos, contados do início de seu funcionamento;

II. A execução de serviços de infraestrutura, como terraplanagem, transporte de terras e materiais de construção e outros similares, será não onerosa;

III. O fornecimento, cessão, permissão de uso ou doação de bens

e equipamentos somente ocorrerão quando destinados à instalação e funcionamento da indústria;

IV. A isenção fiscal poderá ser concedida relativamente aos seguintes tributos:

- a) Imposto sobre a Transmissão inter-vivos a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis - ITBI, apenas para fins de aquisição do imóvel onde se localizará o parque industrial;
- b) Imposto sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana - IPTU, apenas para o imóvel onde se localizará o parque fabril, desde o início das obras até o prazo máximo de 05 (cinco) anos, após o início das atividades industriais;
- c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, quando da construção ou reforma necessária a instalação das unidades industriais, desde que previamente solicitada pelo empreendedor/proprietário da indústria;
- d) Taxas relativas à aprovação do projeto, licença de localização e vistoria;
- e) Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, no momento da concessão da licença;
- f) Taxa de Vigilância Sanitária, no momento da concessão da licença.

§ 1º Na hipótese de concessão de direito real de uso ou de doação, a resolução ou reversão dar-se-ão sem direito a qualquer indenização pelas benfeitorias construídas, cujo valor será considerado como remuneração pelo uso do imóvel.

§ 2º Os incentivos fiscais terão sua duração determinada com base na criação de empregos diretos, em função dos quais a empresa poderá gozar da isenção dos tributos, na forma disposta por esta lei:

- a) por 05 (cinco) anos se contar com mais de 10 (dez) e até 15 (quinze) empregados;
- b) por 07 (sete) anos, se contar com mais de 15 (quinze) e até 25 (vinte e cinco) empregados;
- c) por 10 (dez) anos, se contar com mais de 25 (vinte e cinco) e até 50 (cinquenta) empregados;
- d) por 15 (quinze) anos, se contar com mais de 50 (cinquenta) empregados.

§ 3º As empresas deverão comprovar anualmente, o número de empregados a seu serviço, ao Poder Executivo Municipal, através da apresentação da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, cabendo a este, efetuar a fiscalização do cumprimento do disposto no parágrafo anterior, adequando, se for o caso, a isenção à quantidade de empregados absorvidos, verificada no ano anterior e, em sendo o caso, efetuará o lançamento e cobrança dos tributos.

Art. 5º. Os incentivos serão concedidos e levados a efeito em instrumento formal de contrato, à vista de requerimento das empresas, instruído dos seguintes documentos:

- I. Cópia do ato ou contrato de constituição da empresa e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado;
- II. Prova dos registros ou inscrições no cadastro fiscal do Ministério da Fazenda, Secretaria da Fazenda Estadual e do Município de sua sede;
- III. Prova de regularidade, em se tratando de empresa já em atividade, quanto:
  - a) aos tributos e contribuições federais;
  - b) aos tributos estaduais;
  - c) aos tributos do Município de sua sede;
  - d) à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
  - e) à inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

IV. Projeto circunstanciado do investimento industrial que pretenda realizar, compreendendo a construção do prédio e seu cronograma, instalações, produção estimada;

V. Projeção de faturamento mínimo, estimativa do ICMS a ser gerado, projeção do número de empregos diretos (e indiretos) a ser gerado, prazo para o início de funcionamento da atividade industrial e estudo da viabilidade econômica do empreendimento;

VI. Projeto de preservação do meio ambiente e compromisso formal de recuperação dos danos que vierem a ser causados pela indústria, conforme o caso;

VII. Certidões negativas judiciais, emitidas pelas Justiças Estadual e Federal, inclusive de falência, e extrajudiciais de protesto de títulos da Comarca a que pertence o Município em que a empresa interessada tiver a sua sede;

VIII. Certidão negativa de débitos municipal relativa ao imóvel e/ou ao empreendedor/proprietário.

Parágrafo único. O requerimento de que trata o caput deverá ser acompanhado, ainda, de memorial contendo os seguintes elementos:

- I. Valor inicial de investimento;
- II. Área necessária para sua instalação;
- III. Absorção inicial de mão-de-obra e sua projeção futura;
- IV. Efetivo aproveitamento de matéria-prima existente no Município;
- V. Viabilidade de funcionamento regular;
- VI. Produção inicial estimada;
- VII. Objetivos;
- VIII. Atestados de idoneidade financeira, fornecidos por instituições bancárias;
- IX. Outros informes que venham a ser solicitados pela Administração Municipal.

Art. 6º. O Poder Executivo, após as manifestações dos órgãos técnicos do Município, decidirá sobre o pedido e elaborará Carta de Intenção, consubstanciando os compromissos da empresa e os benefícios possíveis de serem concedidos pelo Município, encaminhando para parecer técnico do Comitê Executivo Municipal, o qual conterá indicação da dotação orçamentaria para atender as despesas, acompanhado da minuta do contrato a ser celebrado, para autorizar a concessão dos incentivos definidos.

Parágrafo único. O Comitê Executivo Municipal de que trata o caput, será composto pelo Secretário Municipal da Administração, Secretário Municipal da Fazenda, Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico, um Representante da Câmara Municipal de Vereadores e o Prefeito Municipal.

Art. 7º. Definidos os incentivos em bens imóveis, materiais e serviços a serem fornecidos, o Município qualificará o custo total, incluídos salários e encargos sociais, horas-máquina e demais encargos incidentes, comunicando o montante à empresa beneficiada para o conhecimento.

Art. 8º. A entrega de materiais ou a prestação de serviços será precedida da assinatura do contrato e de escritura pública a ser registrada no Cartório de Títulos e Documentos, contendo cláusula expressa de indenização, ao Município, do valor total do incentivo concedido, acrescido de juros de 1%(um por cento) ao mês e correção monetária no caso de fechamento do estabelecimento industrial beneficiado ou de redução ou não alcance das metas especificadas na Carta de Intenções, no prazo de 05 (cinco) anos contados da data da obtenção de auxílio.

Parágrafo único. No caso de concessão de direito real de uso de imóvel, a respectiva escritura será celebrada com cláusula de reversão caso ocorram as hipóteses referidas neste artigo, conforme previsto no art. 17, § 4º, da Lei n.º 8.666/93.

Art. 9º. O Município deverá assegurar-se no ato de concessão de qualquer dos benefícios previstos nesta Lei, do efetivo cumprimento, pelas empresas beneficiadas, dos encargos assumidos, com cláusula expressa de revogação dos benefícios no caso de desvio da finalidade inicial e do projeto apresentado, assegurado o ressarcimento dos investimentos efetuados pelo Município, na forma do art. 7º.

Art. 10. Somente se concederá os benefícios de que trata o §1º do art. 3º às pessoas jurídicas legalmente constituídas, as quais deverão cumprir, sob pena de reversão e rescisão imediata da concessão ou doação, os encargos a seguir relacionados nos seguintes prazos:

I. 30 (trinta) dias para transcrever a escritura pública de concessão de direito real de uso ou doação junto ao registro de imóveis;

II. 60 (sessenta) dias para iniciar a construção de sua sede industrial na área cedida ou subsidiada;

III. 24 (vinte e quatro) meses para concluir a obra referida no inciso anterior;

IV. 90 (noventa) dias, após a conclusão das obras, para iniciar suas atividades;

V. Depois de iniciadas as atividades, promover a geração de no mínimo 05 (cinco) empregos diretos, cuja mão-de-obra deverá ser, preferencialmente, oriunda do próprio Município de Irineópolis;

VI. Desenvolver suas atividades, obtendo por sua conta e risco todas as autorizações e licenças necessárias, bem como, respeitando a legislação pertinente, em especial a trabalhista, fiscal, previdenciária e ambiental;

VII. Realizar a correta manutenção geral do imóvel durante todo o período de vigência da concessão ou doação.

§ 1º Os prazos referidos neste artigo contar-se-ão da data da publicação da Lei específica de concessão de direito real de uso ou doação com encargo à empresa beneficiada.

§ 2º O beneficiário não poderá ainda, a qualquer tempo, sob pena de reversão imediata da concessão de direito real de uso ou doação:

I. Desviar a finalidade ou transferir a terceiros os direitos referentes à concessão de direito real de uso ou doação;

II. Hipotecar, penhorar, vender, permutar ou ceder a terceiros total ou parcialmente os direitos referentes à concessão de direito real de uso ou doação;

III. Paralisar, por mais de 120 (cento e vinte) dias ininterruptos, as atividades sem motivos justificados e devidamente comprovados;

IV. Reduzir a oferta de empregos em 2/3 (dois terços) dos empregados existentes, sem motivo justificado;

V. Deixar de cumprir seus objetivos e finalidades estatutários e contratuais, sem motivos justificados;

VI. Violar, dolosamente, suas obrigações tributárias, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e ambientais;

VII. Alterar o projeto original, sem autorização do Município;

VIII. Deixar de apresentar anualmente os relatórios anuais solicitados;

IX. Deixar de iniciar a construção das instalações de sua sede industrial em 60 (sessenta) dias após a publicação da Lei de concessão de direito real de uso ou doação do imóvel.

§ 3º A retomada por descumprimento dos prazos estabelecidos nos artigos anteriores e demais requisitos constantes desta Lei, far-se-á independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem direito a qualquer indenização pelas benfeitorias eventualmente construídas.

### CAPÍTULO III DOS INCENTIVOS AOS SETORES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

Art. 11. Aos empreendimentos comerciais, imobiliários e de

prestação de serviços que se instalarem no Município, e venham gerar valores adicionais no ICMS e arrecadação do ISSQN, poderão ser concedidos os incentivos previstos nos incisos II a VIII do art. 3º, aplicando-se lhes as demais normas pertinentes desta Lei.

Parágrafo único. Serão beneficiados pelos incentivos da presente Lei, os empreendedores, mencionados no caput, que a ela se enquadrem, e que resolvam estabelecer-se em áreas próprias ou em imóveis locados de terceiros.

### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os incentivos concedidos, sob qualquer de suas formas, serão sempre avaliados ou estimados em moeda corrente nacional, e serão limitados ao número de empregos ofertados em ordem direta, sendo que quanto maior número de empregos, maior concessão de benefícios.

Art. 13. Os incentivos fiscais previstos no art. 4º, inciso IV, somente poderão ser concedidos após cumpridas as exigências do art. 14 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. No caso de serem concedidos incentivos fiscais, como a isenção de tributos municipais, os respectivos valores serão anualmente mensurados para fins de controle do limite estabelecido neste artigo, e, uma vez atingido o valor máximo, os benefícios fiscais cessarão a partir do exercício seguinte ao em que for atingido o limite.

Art. 14. Nenhum estabelecimento incentivado nos termos desta lei poderá ser implantado e entrar em funcionamento sem o devido licenciamento ambiental, quando necessário.

Art. 15. São ainda considerados incentivos concedidos pelo Município:

I - Cursos de formação e especialização de mão-de-obra para a indústria, comércio, agropecuária e/ou prestação de serviços do Município, diretamente ou mediante convênios;

II - Acompanhamento perante os estabelecimentos oficiais de crédito e os órgãos públicos federais e/ou estaduais e outros visando um auxílio no que se refere ao trâmite de questões burocráticas.

Art. 16. A fiscalização para controle das condições estabelecidas nesta Lei será realizada periodicamente pelo Município, que promoverá visitas de inspeção e solicitará do beneficiário a apresentação de relatórios detalhados.

Parágrafo único. A violação das condições e requisitos estabelecidos nesta Lei deverá ser apurada por processo administrativo.

Art. 17. Manterá o Município, contatos com Grupos Industriais e Econômicos, informando das vantagens concebidas para a instalação de indústrias, bem como fará intensa divulgação das disposições do programa instituído por esta Lei.

Art. 18. Fica o Município autorizado a participar, em parceria com a iniciativa privada, de projetos ou empreendimentos de interesse do Município, mediante autorização legislativa, em cada caso.

Art. 19. Fica o Município autorizado a firmar convênios de cooperação ou assessoria técnica com outros órgãos para a assistência às empresas do Município, bem como autorizado a firmar convênios com entidades públicas e privadas de apoio empresarial e ao emprego, visando a melhoria ou complementação deste Programa.

Parágrafo único. Os convênios de que trata este artigo serão homologados pela Câmara Municipal.

Art. 20. Somente se concederá os incentivos e benefícios de que



trata esta Lei às pessoas jurídicas legalmente constituídas.

Art. 21. O Setor competente da Administração Municipal fará os lançamentos necessários ao controle do patrimônio municipal.

Art. 22. Esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto específico do Poder Executivo.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC),  
06 de Novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 071/2014

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contratada - Laudair Moreira

Objeto - Locação de um imóvel com área de 173,15 m², sito à Avenida 22 de Julho, nº 1633, inscrição imobiliária nº 1.1.0.38.0343.0.015.

Valor - R\$ 1.448,00 (um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais).

Vigência - 01/11/2014 a 31/12/2014.

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

# Itá

## PREFEITURA

### **ADENDO 01 PL 059/2014, PP 037/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº057/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014

ADENDO Nº 01

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal em Exercício de Itá - SC torna público há alteração no item 6.1, alíneas "j" e "m" do edital do presente processo licitatório. Em consequência das alterações do Edital, as propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 20 de novembro de 2014 e abertas nesta mesma data. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital. O edital e o Adendo nº 01 encontram-se disponíveis no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC 06 de Novembro de 2014.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal em Exercício

### **AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2014

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal em Exercício de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 19 de novembro de 2014, para aquisição de figuras para ornamentação natalina 2014. As propostas serão recebidas até as 14h00min do dia 19 de novembro de 2014 e abertas as 14h00min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá-SC, 06 de novembro de 2014.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal em Exercício

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - PR Nº 28/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014 - ARP Nº 12/2014 - OBJETO: contratação de empresa para prestar serviços de mão de obra na colocação de lajotas, meio-fios, tubos de concreto e confecção de bocas de lobo, na Rua Coronel Antônio Correa, com extensão de 1.680m<sup>2</sup>, sem fornecimento de materiais. Contrato nº 85/2014. CONTRATADA: R. K. Artefatos de Cimento Ltda. ME. Valor Unitário: 13,00 o m<sup>2</sup>. Valor Total: R\$ 21.840,00. Prazo: 31/12/2014.

Itaiópolis, 30 de outubro de 2014.  
Gervásio Uhlmann  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO - IL Nº 3/2014

Processo Licitatório nº 74/2014 - Inexigibilidade de Licitação nº 3/2014. Objeto: contratação de Arquiteto para análise e finalização dos projetos referente ao Convênio Nº 752411/2010, firmado por ocasião do Plano de Ação para as Cidades Históricas. Contrato nº 82/2014. Contratada: Rubiane Cherobin Martins. VALOR TOTAL: R\$ 7.500,00. PRAZO: 31/12/2014.

Itaiópolis, 1º/10/2014.  
Gervásio Uhlmann P  
refeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO - PR Nº 2/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2014 - OBJETO: aquisição de 32.000 litros de óleo diesel S10. Contrato nº 84/2014. Contratada: Safra Diesel Ltda. VALOR: R\$ 2,293 o litro, totalizando R\$ 73.376,00. Prazo: 31/12/2014.

Itaiópolis, 30 de outubro de 2014.  
Gervásio Uhlmann  
Prefeito Municipal.

### 1º TERMO ADITVO - ARP Nº 2/2014

Primeiro Termo Aditivo a ARP nº 2/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2014 - OBJETO: fica acrescida a quantidade de 20.000 litros de óleo diesel S10. Fornecedora: Safra Diesel Ltda. VALOR: R\$ 2,293 o litro.

Itaiópolis, 30 de outubro de 2014.  
Gervásio Uhlmann  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO - PR Nº 31/2014 - ARP Nº 14/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014 - ARP Nº 14/2014 - OBJETO: aquisição de material (lajotas) para pavimentação da Rua Coronel Antônio Correa, com extensão de 1.680m<sup>2</sup>. Contrato nº 87/2014. CONTRATADA: Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda. EPP. Valor Total: R\$ 48.720,00. Prazo: 31/12/2014.

Itaiópolis, 30 de outubro de 2014.  
Gervásio Uhlmann  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO - PR Nº 25/2014 - ARP Nº 11/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014 - ARP Nº 11/2014 - OBJETO: aquisição de 172m<sup>3</sup> de areia média para pavimentação da Rua Coronel Antônio Correa, com extensão de 1.680m<sup>2</sup>. Contrato nº 86/2014. CONTRATADA: Comércio de Areia Accordi Ltda. ME. Valor Total: R\$ 5.676,00. Prazo: 31/12/2014.

Itaiópolis, 30 de outubro de 2014.  
Gervásio Uhlmann  
Prefeito Municipal.

### 1º TERMO ADITIVO ARP Nº 10/2014 - PR Nº 24/2014

Primeiro Termo Aditivo a ARP nº 10/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014 - OBJETO: fica acrescida a quantidade de 500 unidades de tubos de concreto diâmetro 0,40 x 1,00 mt - sem armação. Fornecedora: Artefatos de Cimento Alto Paraguaçu Ltda. ME. Valor Unitário: R\$ 22,80.

Itaiópolis, 30 de outubro de 2014.  
Gervásio Uhlmann  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO - PE Nº 58/2014

Processo Licitatório nº 72/2014 - Pregão Eletrônico nº 58/2014. Objeto: aquisição de uma retroescavadeira nova, ano e modelo 2014. Recurso oriundo do Contrato de Repasse nº 784.869/2013 - Processo nº 1005.174-83/2013. Contrato nº 88/2014. Contratada: Copar Máquinas e Equipamentos Ltda. EPP. Valor: R\$ 183.999,00. Prazo de Entrega: até 60 dias. Garantia: 12 meses sem limites de horas.

Itaiópolis, 05 de novembro de 2014.  
Gervásio Uhlmann  
Prefeito Municipal



**TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2010 - PR Nº 1/2010**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2010 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2010

Nº ADITIVO: 11º

Nº CONTRATO: 22/2010

CONTRATADA: Comércio e Transportes Adamek Ltda. ME

Objeto: aumento de Km da linha nº 35 de: 3 Km matutino e 3 Km vespertino (ida e volta) - fevereiro a dezembro/2014 e 15 Km matutino e 15 Km vespertino (ida e volta) - setembro a dezembro/2014. Pagamento da diferença de quilometragem da linha nº 35 no valor total de R\$ 2.878,44, período de fevereiro a outubro/2014 e R\$ 3.554,70, período de setembro a outubro/2014.

Itaiópolis, 31 de outubro de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****LICITAÇÃO Nº 17/2014**

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO

Processo Licitatório nº 17/2014, Pregão Presencial nº 08/2014;

Objeto: Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de lixo hospitalar. Entrega dos Envelopes; Até às 08:45 horas do dia 21 de novembro de 2014; Abertura dos Envelopes: as 09:00 horas do dia 21 de novembro de 2014, na Secretaria Municipal de Saúde; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:00 à 17:00 horas, Fone 047 3652 1163.

Itaiópolis, 06 de novembro de 2014.

Liandra Terezinha Koppe

Administradora Hospitalar.

**LICITAÇÃO Nº 39/2014**

Processo Licitatório nº 39/2014, Pregão Presencial nº 23/2014;

Objeto: Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de lixo hospitalar. Entrega dos Envelopes; Até às 14:00 horas do dia 21 de novembro de 2014; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 21 de novembro de 2014, na Secretaria Municipal de Saúde; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:00 à 17:00 horas, Fone 047 3652 1163.

Itaiópolis, 06 de novembro de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

**Itapiranga****PREFEITURA****PORTARIA 039/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA**

PORTARIA Nº 039/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Fernanda Roberta Casagrande, matrícula nº 15065/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preço nº 257/2014, firmado pelo Município de Itapiranga em virtude do Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 149/2014, que tem por objeto a aquisição de materiais para análise de água destinados para as hidráulicas municipais.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 05 de novembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**PORTARIA 040/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA**

PORTARIA Nº 040/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Alberto Lengert, matrícula nº 14460/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preço nº 258/2014, firmado pelo Município de Itapiranga em virtude do Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 150/2014, aquisição de peças diversas, para conserto e manutenção da retroescavadeira JCB 4CX, a disposição da secretaria da agricultura, desta municipalidade.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 05 de novembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**PORTARIA 041/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA**  
PORTARIA Nº 041/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.  
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar as servidoras Dienifer Strack, matrícula nº 15042/01 e Solange Ternus, matrícula nº 14453/01 para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Atas de Registro de Preço nº 259/2014 e 260/2014, firmado pelo Município de Itapiranga em virtude do Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 151/2014, para aquisição de impressos gráficos destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 05 de novembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

## Itapoá

### PREFEITURA

**TERMO ADITIVO Nº59/2014 AO CONTRATO Nº47/2014**

TERMO ADITIVO N.º59/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 47/2014. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º 187, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Municipal de Saúde, Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, inscrita no CNPF/MF nº: 758.746.019-53 e portador do CI.RG. nº 289553-07, e pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPF/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, neste Município de Itapoá/SC, e do outro lado LUCIE KRUGER DE MOURA, brasileira, viúva, portadora do CI.RG Nº 1.178.968/SSP-PR, e inscrita no CNPF/MF sob nº 001.373.959-06, residente e domiciliada á Rua Fernando Magalhães, nº 348, na localidade de Barra do Saí, nesta cidade de Itapoá/SC, doravante denominado CONTRATADA (LOCADOR), que em caráter consensual, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2014 - PROCESSO Nº 66/2014, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 47/2014, em 04 (quatro) meses contados a partir do dia 20/11/2014, a 20/03/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

Altera cláusula quarta "Do Preço", aditando o respectivo contrato em um valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) correspondendo a 04 (quatro) parcelas de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º47/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º47/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 06 de novembro de 2014.

LOCATÁRIO	LOCADORA
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	LUCIE KRUGER DE MOURA
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	
CRISTIAN ANGELO GRASSI	
SECRETÁRIO DE SAÚDE	

TESTEMUNHAS:	
NOME:	NOME:
CPF:	CPF:

**EXTRATO EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº12/2014-  
GAVETAS CEMITERIO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 24/11/2014 às 09:30hs, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09:h00 receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º201, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº12 /2014 - Processo nº 137/2014, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de 84 gavetas com ossário, no Cemitério Municipal da Jaca, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e para retirada da complementação do edital que ocorrerá na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrada uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h às 14h.

Itapoá, 06 de novembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

PREFEITO MUNICIPAL

**SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO  
Nº 002/2014 DO EDITAL Nº 010/2014 - TÉCNICO  
EM RADIOLOGIA**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2014

EDITAL DE CREDENCIAMENTO - EDITAL Nº 010/2014

TÉCNICO DE RADIOLOGIA

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata ALVARO SANTOS PACHECO para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet site do TRE);
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Duas foto recente;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Registro no CRTR/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet);
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de

- acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece);
  16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
  17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
  18. Tipagem sanguínea;
  19. Laudo médico;
  20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Itapoá-SC, 06 de novembro de 2014.

Cristian Angelo Grassi

Secretário da Saúde

**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:  
LISTA DE INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO Nº  
047/2014**

Itapoá, 06 de novembro de 2014.

Lista de Inscrições do Processo Seletivo nº 047/2014

Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Itapoá - SC

**OPERADOR DE MÁQUINAS:**

- |                             |            |
|-----------------------------|------------|
| 1 - Juliano Asquidamini     | Deferido   |
| 2 - Carlos Lopes dos Santos | Deferido   |
| 3 - José Valdecir Carmelo   | Indeferido |

Euclides Sanches

Diretor de Serviços Públicos

# Jacinto Machado

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 9, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova o Regulamento do 1º Concurso de Redação - 55 Anos de Instalação da Câmara Municipal de Jacinto Machado.

O Presidente da Câmara Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o caput do art. 39 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Fica aprovado, como parte integrante desta Resolução, o Regulamento do 1º Concurso de Redação - 55 Anos de Instalação da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Câmara de Vereadores, consignadas no Orçamento do Município.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado, 3 de novembro de 2014;  
55º da Instalação da Câmara de Vereadores  
Vereador JOCI GOMES (PT)  
Presidente

Registre-se e publique-se:

Vereador JOSÉ TALAU (PP)  
Primeiro Secretário

REGULAMENTO DO 1º CONCURSO DE REDAÇÃO  
55 Anos de Instalação da Câmara de Vereadores

Tema: "SE EU FOSSE VEREADOR..."

#### I - DOS OBJETIVOS DO CONCURSO

Art. 1º O concurso de redação promovido pela Câmara de Vereadores de Jacinto Machado é direcionado aos estudantes do ensino fundamental, com idade entre 12 (doze) e 16 (dezesesseis) anos, regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino da rede pública municipal e estadual, situadas no âmbito do Município de Jacinto Machado, objetivando o fomento da escrita e oportunizando aos estudantes o interesse pelos assuntos relacionado ao Poder Legislativo Municipal, as funções dos Vereadores, permitindo compreender o papel desempenhado pela Câmara Municipal dentro do contexto social em que vive o estudante, contribuir para a formação da sua cidadania e o entendimento dos aspectos políticos da sociedade brasileira, bem como estimular um relacionamento permanente dos jovens cidadãos jacintomachadenses com a Câmara de Vereadores, por meio do incentivo à reflexão e ao debate desses assuntos nos ambientes educacionais.

#### II - DA MODALIDADE E PUBLICO ALVO

Art. 2º O concurso de redação instituído pela Câmara de Vereadores de Jacinto Machado, do gênero "texto dissertativo", se destina aos estudantes do ensino fundamental e regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino da rede pública municipal e estadual, cujo texto deverá ser apresentado de forma a contemplar a introdução, o desenvolvimento e a conclusão.

Art. 3º O concurso de redação, realizado no ambiente de sala de

aula, será voltado para os estudantes do ensino fundamental, com idade entre 12 (doze) e 16 (dezesesseis) anos, matriculados nos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal e estadual.

Parágrafo único. Cada estudante poderá concorrer com uma única redação, que deverá ser inédita e original, onde qualquer situação de plágio remeterá a desclassificação.

Art. 4º Os estudantes do ensino fundamental da rede pública municipal e estadual, participantes do concurso de redação, serão premiados da seguinte forma:

ANO / SÉRIE	PREMIAÇÃO
5º Ano do Ensino Fundamental 6º Ano do Ensino Fundamental 7º Ano do Ensino Fundamental 8º Ano do Ensino Fundamental	Serão escolhidas até três redações em cada escola, conforme número de inscritos, sendo premiados os classificados em 1º, 2º e 3º lugar, escolhido dentre os estudantes participantes do concurso.

Parágrafo único: Ainda serão premiados os professores orientadores responsáveis pela aplicação da atividade, cujo nome constar na ficha de inscrição do estudante finalista.

#### III - DA INSCRIÇÃO E REALIZAÇÃO DA REDAÇÃO

Art. 5º Os professores e estudantes interessados em participar do concurso de redação poderão acessar o site da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado, no endereço eletrônico [www.jacintomachado.sc.leg.br/concursoderedacao](http://www.jacintomachado.sc.leg.br/concursoderedacao), onde encontrarão o material de divulgação, o regulamento do concurso e outras informações disponibilizadas pela presidência da Câmara.

Parágrafo único. As inscrições serão gratuitas e estarão abertas no período de 11 a 14 de novembro de 2014.

Art. 6º Os professores deverão trabalhar o tema proposto para o concurso de redação, com base no folder distribuído pela Câmara de Vereadores, incentivando o debate em sala de aula ou extra-classe, bem como supervisionar a elaboração da redação, realizada no ambiente de sala de aula, em formulário próprio fornecido pela própria Câmara.

Art. 7º São pré-requisitos para o estudante interessado em concorrer:

I - proceder sua inscrição mediante preenchimento da ficha de participação no concurso;

II - elaborar a redação no formulário padrão, disponibilizado pela Câmara de Vereadores, usando caneta esferográfica azul ou preta;

III - ser identificado apenas pelo número de inscrição, constante da ficha de participação, da qual deverão constar os dados pessoais do estudante e do professor responsável pela disseminação do concurso;

IV - tratar especificamente do tema proposto, qual seja: "Se eu fosse Vereador...";

V - ser realizado individualmente, sendo trabalho inédito e original.

Parágrafo único. No formulário disponibilizado pela Câmara de Vereadores o estudante deverá transcrever a redação, que deverá ter no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas, razão pela qual, as redações que não obedecer ao limite mínimo e máximo de linhas, serão desclassificadas.

Art. 8º Ao se inscrever no concurso, o estudante participante autoriza, com aquiescência do seu responsável e/ou do professor orientador, que a Câmara de Vereadores possa publicar e reproduzir os trabalhos, respeitando-se a propriedade intelectual do autor da redação, bem como autoriza o uso de imagem dos autores em



publicações e materiais institucionais produzidos pela Secretaria Geral da Câmara.

Art. 9º O concurso de redação será realizado no ambiente de sala de aula no período de 17 a 27 de novembro de 2014, sob supervisão do professor orientador.

Art. 10. Cada escola participante do concurso de redação será responsável pelo envio dos formulários com as redações preenchidas pelos estudantes, em envelope lacrado, a Secretaria Geral da Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os trabalhos entregues pelas escolas participantes após as 17h do dia 28 de novembro de 2014 serão desclassificados.

#### IV - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 11. Os trabalhos apresentados serão examinados por uma Comissão Julgadora objetivando a seleção das melhores redações, sendo composta por 11 (onze) professores de língua portuguesa ou literatura, que atuam em estabelecimentos de ensino da rede pública municipal e estadual, convidados pela Mesa Diretora da Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os serviços dos membros da Comissão Julgadora, designados por ato do Presidente da Câmara, serão considerados como serviços de relevante interesse público, fazendo jus à concessão de menção honrosa e brindes.

Art. 12. A Comissão Julgadora do concurso de redação deverá escolher, dentre os trabalhos produzidos pelos estudantes no ambiente de sala de aula, as 3 (três) melhores redações de cada escola, independentemente do ano e/ou série do participante.

Art. 13. As redações serão avaliadas pelos membros da Comissão Julgadora que atribuirão notas de 1 (um) a 10 (dez), a qual levará em conta os quesitos abaixo:

- I - clareza no desenvolvimento do assunto proposto;
- II - pertinência ao tema e adequação à proposta apresentada;
- III - originalidade e criatividade no desenvolvimento das idéias;
- IV - correção ortográfica e gramatical do texto.

Art. 14. Em caso de se verificar o registro de nota de avaliação idêntica para 2 (dois) ou mais estudantes, serão usados como critério de desempate:

- I - a escolha do estudante que pertencer à escola que não obteve ainda nenhum classificado entre os finalistas;
- II - o estudante que nasceu primeiro (dia/mês/ano);
- III - por sorteio.

Art. 15. Será desclassificada pela Comissão Julgadora a redação que:

- I - desrespeitar a ficha padrão;
- II - apresentar rasura no texto;
- III - estiver redigida por qualquer outro meio diferente do manuscrito;
- IV - desrespeitar critérios ortográficos e gramaticais.
- V - ser elaborada em desconformidade com as disposições deste regulamento.

#### V - DA PREMIAÇÃO DO CONCURSO

Art. 16 O estudante, escolhido o primeiro colocado receberá como prêmio:

- I - um tablet de 7" (modelo a ser definido);
- II - certificado de reconhecimento da Câmara de Vereadores.

Art. 17. O estudante, escolhido o segundo colocado receberá

como prêmio:

- I - um smartphone (modelo a ser definido);
- II - certificado de reconhecimento da Câmara de Vereadores.

Art. 18. O estudante, escolhido o terceiro colocado receberá como prêmio:

- I - uma câmera digital (modelo a ser definido);
- II - certificado de reconhecimento da Câmara de Vereadores.

Art. 19. O professor orientador responsável, cujo nome esteja na ficha de inscrição do estudante selecionado em primeiro lugar no concurso receberá como prêmio:

- I - um tablet de 7" (modelo a ser definido);
- II - certificado de reconhecimento da Câmara de Vereadores.

Art. 20. O professor orientador responsável, cujo nome esteja na ficha inscrição dos estudantes selecionados em 2º e 3º lugar receberá menção honrosa e brinde.

Parágrafo único. Cada professor poderá ser agraciado apenas uma vez, mesmo quando responsável por mais de um estudante premiado.

Art. 21. Os demais estudantes escolhidos como finalistas do concurso receberão menção honrosa da Câmara de Vereadores.

Art. 22. É assegurado a todos os estudantes participantes do concurso de redação, independente da sua classificação, o direito de concorrer ao sorteio de 2 (dois) smartphone e 2 (duas) câmeras digitais (modelo a ser definido).

Art. 23. O resultado com os finalistas escolhidos será divulgado até o dia 17 de dezembro de 2014 na sede da Câmara de Vereadores.

Art. 24. A entrega dos prêmios ocorrerá até o dia 22 de dezembro de 2014, em cerimônia a ser definida pela Secretaria Geral da Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. A entrega da premiação ocorrerá em sessão solene realizada na sede do Poder Legislativo Municipal ou em outro local, considerado adequado para a cerimônia, escolhido pelo presidente da Câmara.

Art. 25. Os estudantes classificados, a direção das escolas participantes e os professores orientadores receberão comunicação da Câmara de Vereadores com informações detalhadas sobre a cerimônia de premiação.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. A participação no concurso implica no conhecimento e na aceitação pelo estudante e professor orientador de todas as disposições deste regulamento.

Art. 27. As decisões da Comissão Julgadora serão irrecorríveis, soberanas e finais, desta forma, não serão aceitos recursos após a divulgação do resultado final.

Art. 28. No prazo de 3 (três) meses após a data de divulgação do resultado, os trabalhos serão doados para reciclagem, com exceção dos trabalhos vencedores.

Art. 29. Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, em conjunto com a Comissão Julgadora de que dispõe o caput do art. 11 deste Regulamento.

Jacinto Machado (SC), 3 de novembro de 2014.  
Vereador JOCI GOMES (PT)  
Presidente

Registre-se e publique-se:

Vereador JOSÉ TALAÚ (PP)  
Primeiro Secretário

## Joaçaba

### PREFEITURA

#### EXTRATO CONTRATO 206/2014/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 206/2014/PMJ  
PL 73/2014/PMJ - PP 53/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA

OBJETO: Prestação pela CONTRATADA de serviços de atendente em 02 (dois) postos de trabalho com carga horária de 30 (trinta) horas semanais (de segunda à sexta feira, das 13 às 19 horas), junto ao prédio sede da Prefeitura de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 43.080,00 (quarenta e três mil e oitenta reais), considerando o valor mensal de R\$ 3.590,00 (três mil e quinhentos e noventa reais), consignado conforme a proposta apresentada no Processo de Licitação.

VIGÊNCIA: 105 (cento e cinco) dias, com início contado a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.030 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

55 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas

2.025 - MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO

34 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas

2.035 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

140 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas.

FISCAL DO CONTRATO: Celso Felipe Bordin.

DATA DE ASSINATURA: 05/11/2014.

CELSO FELIPE BORDIN

Secretaria Gestão Administrativa

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

#### CONTRATO 924/2012 TA 04

CONTRATO Nº 924/2012/PMJ - TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, e a Empresa ELISEU KOPP & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 93.315.190/0001-17 com sede à Rua Marechal Deodoro, nº 130 - sala 902, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (RS), doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. GILMAR VILI BRINGMANN, portador da C.I. nº 1018926863 e CPF nº 484.844.580-91, residente e domiciliado na cidade de Vera Cruz - RS, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 924/2012/PMJ, firmado em 27/04/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 18/2012/PMJ - Edital CC nº 2/2012/PMJ, homologado em 24/04/2012, cujo objeto é a disponibilização pela CONTRATADA de EQUIPAMENTOS DE FISCALIZAÇÃO e a prestação de serviços de MONITORAMENTO ELETRÔNICO DO TRÂNSITO no Município de Joaçaba, conforme detalhamento do Projeto Básico Executivo, Estudos Técnicos e segundo as condições previstas no Edital CC nº 2/2012/PMJ e em seus anexos, onde se adita a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:



**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.**

O valor mensal do contrato fica acrescido em R\$1.371,30 (mil trezentos e setenta e um reais e trinta centavos), correspondentes a 5,882% do valor inicialmente contratado, em conformidade com disposto no inciso I, "a" e "b" e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Tal acréscimo deve-se à instalação de mais uma lombada eletrônica no Acesso Adolfo Ziguelli, próximo à Rua Guilherme Ziguelli (na entrada do Acesso a partir do centro do Município).

Os efeitos financeiros do presente Aditivo passarão a contar quando da entrada em funcionamento do referido equipamento.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 06 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
CONTRATANTE

ELISEU KOPP & CIA LTDA  
GILMAR VILI BRINGMANN  
CONTRATADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**RETIFICAÇÃO EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PP 53/2014/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC

Errata ao Termo de Homologação do PP 53/2014/PMJ - PL 73/2014 - publicado no DOM em 05/11/2014, cujo objeto é a "contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de vigilância desarmada e de serviços de atendente, a serem prestados junto ao prédio sede da Prefeitura de Joaçaba, bem como, de serviços de vigilância desarmada a serem prestados junto ao prédio do Terminal Rodoviário Horivil Zago".

1) Onde se lê:

"Joaçaba, 05 de novembro de 2014

Venilton Rogério Teles";

Leia-se:

"Joaçaba, 05 de novembro de 2014

Celso Felipe Bordin - Secretário de Gestão Administrativa".

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, SC, 06/11/2014

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 53/2014/PMJ - PL 73/2014/PMJ**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 53/2014 - PR</b>  Processo Administrativo: 73/2014 Processo de Licitação: 73/2014 Data do Processo: 25/09/2014
	Folha: 1/4

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 73/2014  
b ) Licitação Nr.: 53/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 05/11/2014  
e ) Data da Adjudicação: 05/11/2014 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de vigilância desarmada e de serviços de atendente, a serem prestados junto ao prédio sede da Prefeitura de Joaçaba, bem como, de serviços de vigilância desarmada a serem prestados junto ao prédio do Terminal Rodoviário Horívil Zago.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Quantidade	Desc. (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	-----------	----------------	---------------

**AP SERVIÇOS DE LIMPEZA ASSEIO CONSERVAÇÃO LTDA-ME (9926)**

3 SERVIÇOS DE ATENDENTE EM 02 (DOIS) POSTOS DE TRABALHO, JUNTO AO PRÉDIO SEDE DA PREFEITURA, COM CARGA HORÁRIA DE 30 (TRINTA) HORAS SEMANAIS CADA UM, DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA DAS 13 ÀS 19 HORAS.	MÊS	12	-	3.590,00	43.080,00
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	----	---	----------	-----------

**ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO:**

- a. Assumir diariamente o posto de serviço, devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;  
b. Atender ao público, prestar informações e encaminhar ao setor pretendido;  
c. Fiscalizar e acompanhar a entrada e saída de funcionários e visitantes;  
d. Comunicar ao encarregado, todas as irregularidades encontradas no serviço;  
e. Manter-se atento a possíveis variações do serviço;  
f. Impedir o ajuntamento de pessoas na área sob sua responsabilidade;  
g. Restringir o acesso de vendedores, cobradores, pedintes, angariadores de doativos, etc.;  
h. Ficar atento a todo o movimento próximo ao posto, podendo assim tomar qualquer providência imediata das além de suas atribuições;  
i. Não guardar sob qualquer hipótese, qualquer objeto estranho ao serviço, bens de servidores ou de terceiros, excluindo-se a guarda de bens pertencentes ao Município, desde que devidamente autorizado;  
j. Vedar a entrada de pessoas não autorizadas e verificar as autorizações para ingresso nos referidos locais;  
k. Zelar pelas condições de ordem e asseio nas áreas sob sua responsabilidade;  
l. Investigar quaisquer condições anormais que tenha observado;  
m. Encarregar-se da entrega aos setores competentes de correspondência ou carga que lhe for confiada;  
n. Executar tarefas afins.

**Total do Fornecedor: 43.080,00**

Joaçaba, 5 de Novembro de 2014.

\_\_\_\_\_  
Celso Felipe Bordin - Secretário Gestão Administra

# Lages

## PREFEITURA

### RERRATIFICAÇÃO PP 24-2014 SEMASA RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014 SEMASA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE MOTOBOMBA E INVERSOR DE FREQUÊNCIA PARA A ADEQUAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA CIDADE DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II - Termo de Referência do Edital em comento:

- No lote 01, item 1.1 do Edital, leia-se: Motobomba centrífuga horizontal monobloco, (ferro fundido), Ponto operacional; (Q= 15m<sup>3</sup> x ATM = 23 MCA), □ da sucção e do recalque 1.1/2" e recalque de 1.1/4" bocais roscados norma BSP, rotor radial fechado de ferro fundido □ 135mm, vedação do eixo através de selo mecânico de BUNA, acoplado diretamente à motor elétrico trifásico, Alto Rendimento Plus-W22, 3CV, II polos, 3.500 RPM, 220/380/440/760 Volts, 60 Hz, IP-55, para bombeamento de água limpa, temperatura ambiente.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 06 de novembro de 2014.

Vilson Rodrigues da Silva  
Secretário da SEMASA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2014 1º TERMO ADITIVO

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 069/2014 PML- 1º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 04.584.756/0001-86, estabelecida na Rua Humberto de Campos, 1186 - Bairro Sagrado Coração de Jesus - CEP 88508-190 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI e Uniformes para atender as necessidades da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Serviços Públicos, e da Festa Nacional do Pinhão.

De acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com aval da Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico Favorável, ADITA-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 14.007,93 (quatorze mil, sete reais e três centavos).

A demais cláusula permanece inalterada.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 18 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 187/2014 FMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 187/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ n.º 83.157.032/0001-22, com sede a Estrada da Boa Esperança, 1918 - Bairro Fundo Canoas, CEP: 89163-920 - Rio do Sul/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 1.467,23 (hum mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte e três centavos),

Lages, 08 de Agosto de 2014.

Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 096/2014

DECRETO Nº 096/2014, de 04 de novembro de 2014.

"CONVOCA A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

Art. 1º - Convoca a I Conferência Municipal da Pessoa Idosa, a se realizar no mês de dezembro, em Lebon Régis - Santa Catarina, nas dependências do Auditório Municipal.

Art. 2º - A I Conferência Municipal da Pessoa Idosa e será presidida e coordenada pela Secretária Municipal de Assistência Social e, na ausência ou impedimento, pelo servidor por ela for indicado tendo ainda a participação direta do Conselho Municipal do Idoso e desenvolverá seus trabalhos de acordo com o tema: "Protagonismo e Empreendedorismo da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as idades."

Art. 3º - O regimento interno da I Conferência Municipal do Idoso será aprovado pelos delegados da Conferência em horário determinado para este fim a constar da programação do evento, o qual deverá ter ampla divulgação.

Art. 4º - As despesas decorrentes da realização da I Conferência Municipal do Idoso correrão por conta dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.  
Registre-se e Publique-se

Lebon Régis, 04 de novembro de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 419/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA No. 0419/2014 de 05 de Novembro 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979 e conforme determinam os artigos nº 20 e 32 da Lei Complementar municipal nº 76 de 12/01/2012.  
RESOLVE:

ART. 1 - REINTEGRAR, a servidora, SOELI ALVES DOS SANTOS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do Hospital a partir de 05/11/2014.

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 05 de Novembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2014 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item. Objeto: aquisição de materiais permanentes abaixo relacionados visa um melhor aparelhamento dos departamentos sob domínio da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, trazendo maior funcionalidade a esses setores, através de recursos oriundos do estado, conforme especificações contidas no Termo de Referência do Anexo I, que faz parte integrante do presente Edital, juntamente com os demais anexos. Recebimento da documentação e das propostas até 08h30min do dia 20 de novembro de 2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 08h40min do dia 20/11/2014. Obtenção do Edital: pelo site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) ou (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 06 de novembro de 2014.

Rosane Regina de Souza

Gestora.

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### EXRATO PREGÃO 59/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de gêneros alimentícios, para a composição da cesta natalina para os funcionários públicos municipais, no dia 20 de novembro de 2014, as 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 06 de novembro de 2014.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

## Luzerna

### PREFEITURA

#### RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL CONTRATO PML Nº 023.14 PL Nº 013.14 CC Nº 01.14

RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO PML Nº 0023.2014.

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 0013.2014.

CARTA CONVITE PML Nº 0001.2014

RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PML Nº 0023.2014, ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 0013.2014, CARTA CONVITE PML Nº 0001.2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LUZERNA E ERODI NUNES VIEIRA SOBRINHO MEI, ATENDENDO AO TEOR DO OFÍCIO-RECOMENDAÇÃO Nº 0759/2014/02PJ/JOA, EXARADO PELA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOAÇABA.

Presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC (89609-00), representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e doutro ERODI NUNES VIEIRA SOBRINHO - MEI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.074.920-0001-21, com sede na Avenida Casetano Natal Branco, nº 5.555, Sala 02, Centro, no Município de Luzerna/SC (89609-000), neste ato representada por seu Micro empreendedor individual, o Sr. ERODI NUNES VIEIRA SOBRINHO, brasileiro, maior, casado, empresário, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 4.289.236, inscrito no CPF sob o nº 037.464.149-89, residente e domiciliado na Rua Limeira, nº 261, Bairro Vila Alemanha, na cidade de Luzerna/SC (89609-000), doravante denominado CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo no art. 79, II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente distrato ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

#### 1.CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RESCISÃO:

O presente Termo tem por objeto a rescisão consensual do contrato referido no preâmbulo, em atendimento ao teor do Ofício-Recomendação nº 0759/2014/02PJ/JOA, exarado pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba, sob a lavra do Excelentíssimo Senhor Doutor Promotor de Justiça Jorge Eduardo Hoffmann.

#### 2.CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

2.1.É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente distrato, com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, sexta-feira, 7 de novembro de 2014

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE

ERODI NUNES VIEIRA SOBRINHO

ERODI NUNES VIEIRA SOBRINHO - MEI CONTRATADA

## TESTEMUNHAS:

## 1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF: \_\_\_\_\_

## 2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:



**RECEITAS FEDERAIS DO DIA 05.11.2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 05/11/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>3.127,46</b>
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.127,46
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.127,46
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.876,48
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.250,98

Luzerna, 06/11/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

**Macieira****PREFEITURA****AVISO DE DISPENSA\_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2014 F.M. DE SAÚDE**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA Nº 0003/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2014

O Secretário Municipal de Saúde de Macieira, através do Fundo Municipal de Saúde torna pública a Dispensa de Licitação nº 0003/2014 para a aquisição de 02 (dois) microcomputadores destinados às salas de vacina do Município de Macieira, conforme especificação técnica da Deliberação nº 397/CIB/14, através de repasse de recursos do Fundo Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina, através da empresa LÍDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA- EPP, pelo valor total de R\$ 5.590,00 (cinco mil quinhentos e noventa reais), sendo o valor de R\$ 2.795,00 (dois mil setecentos e noventa e cinco reais) cada microcomputador completo, em conformidade com o artigo 24, II da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 0017/2014

Vigência do Contrato: 12 meses.

Entrega: Em até 10 (dez) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.

Macieira, 05 de novembro de 2014.

ALMIR JOSÉ ROSSI ARCONTI

Secretário Municipal de Saúde.

**Mafra****PREFEITURA****CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 05.690.638/0001-15

DURALINE INFORMÁTICA LTDA- ME

Nota Fiscal nº. 3192 R\$ 4.100,00

Nota Fiscal nº. 3191 R\$ 2.050,00

Valor Total: R\$ 6.150,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de computadores para as Secretarias Municipais. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 07 de novembro de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 01.461.076/0001-87

GOOD E GARCIA LTDA

Nota Fiscal nº. 4087 R\$ 1.080,00

Valor Total: R\$ 1.080,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de água mineral para a 44ª Corrida Rústica do Município, através da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 07 de novembro de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

## CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 04.025.139/0001-40

ARTE REAL HOTELARIA E AGÊNCIA DE TURISMO LTDA

Nota Fiscal nº. 940 R\$ 2.534,92

Nota Fiscal nº. 939 R\$ 4.242,64

Valor: R\$ 6.777,56

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelos serviços de reserva, emissão e venda de passagens aéreas para viagens realizadas com o propósito de atender interesses do Município, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 07 de novembro de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

## CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 08.055.125/0001-20

NEIMANN E SILVA LTDA.

Nota Fiscal nº. 5419 R\$ 2.680,28

Nota Fiscal nº. 5513 R\$ 2.517,55

Nota Fiscal nº. 5421 R\$ 233,62

Nota Fiscal nº. 5560 R\$ 3.172,72

Valor Total: R\$ 8.604,17

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de combustível as Secretarias do Município, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 07 de novembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

**CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

## CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber:

CNPJ: 80.858.053/0001-87

VIAÇÃO SANTA CLARA LTDA

Nota Fiscal nº. 3655 R\$ 8.604,29

Valor total: R\$ 8.604,29

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo serviço de transporte coletivo para funcionários efetivos da Prefeitura Municipal, com o fornecimento de vale transporte, não podendo, desta forma, sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 07 de novembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 33/2014**

PORTARIA Nº 33/2014

6 de novembro de 2014

EXONERA ASSESSOR LEGISLATIVO

VER. HEBERT GILSO WERKA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e artigo 72 da Resolução nº 6 de 4.4.2007, resolve:

Art. 1º EXONERAR THIAGO MARTINS NETO, do cargo comissionado de Assessor Legislativo, nomeado pela Portaria nº 30 de 6.10.2014, a partir do dia 7.11.2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 6 de novembro de 2014.

VER. HEBERT GILSO WERKA

Presidente

# Maravilha

## PREFEITURA

### LEI Nº 3.804/2014

LEI Nº 3.804, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre cessão de uso de bem público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder, por meio de Cessão de Uso, bem público municipal, sendo: Automóvel Fiat Siena Essence 1.6, ano de fabricação 2014, modelo 2015, chassi 9BD197163F3188765, placa MML 9516, de propriedade do Município de Maravilha.

Art. 2º A cessão de uso do bem de que trata o artigo 1º será concedida ao Corpo de Bombeiros do Município de Maravilha, com sede na Rua Hercílio Luz, nº 475, Bairro Progresso, nesta cidade, para uso exclusivo de sua atividade.

Art. 3º Será firmado entre as partes Termo de Cessão de Uso estabelecendo as condições de utilização do automóvel e prazo de duração.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 4 de novembro de 2014.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### DECRETO Nº 142/2014

DECRETO Nº 142, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprova Baixa de Área de Arruamento e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a Baixa de Área de Arruamento do imóvel: Lote "B", Parte do Lote Urbano nº (36) da Quadra nº (17), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de (625,00 m²), sem edificações, localizado no lado ímpar da Avenida Padre Antônio, de propriedade de SAFIRA INCORPORADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.044.962/0001-45, com sede na Avenida Maravilha, nº 456, Apto 302, Bloco B, Edifício Jordana, nesta Cidade, registrado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha sob o nº 14.839, conforme mapa, memorial descritivo e ART assinado pelo Engenheiro Civil Rudimar Begrow, REG. CREA-SC 18.993-3.

BAIXA DE ÁREA DE ARRUAMENTO: ÁREA DESTINADA AO ALARGAMENTO DA AVENIDA PADRE ANTÔNIO

PARTE DO LOTE "B", Parte do Lote Urbano nº (36) da Quadra nº (17), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de (25,00 m²), sem edificações, confrontando:- ao Norte: com a Avenida Padre Antônio, na extensão de 12,50 metros;- ao Sul: com Parte do mesmo Lote "B", Parte do Lote Urbano nº (36), de Safira Incorporadora Ltda., M. 14.839, na extensão de 12,50 metros;- ao Leste: com a Avenida Padre Antônio, na extensão de 2,00 metros;- ao Oeste: com Parte do Lote "A", Parte do Lote Urbano nº (36), de Paulo Antonio Canzi, M. 14.838, na extensão de 2,00 metros.

REMANESCENTE:

PARTE DO LOTE "B", Parte do Lote Urbano nº (36) da Quadra nº (17), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de (600,00 m²), sem edificações, confrontando:- ao Norte: com a Avenida Padre Antônio, na extensão de 12,50 metros;- ao Sul: com a Rua Portugal e com Parte do Lote Urbano nº (1), da Quadra nº (1), do Loteamento Nosso Sonho, do Município de Maravilha, M. 18.340, na extensão de 12,50 metros;- ao Leste: com Parte do Lote Urbano nº (35), de Safira Incorporadora Ltda., M. 18.999, na extensão de 48,00 metros;- ao Oeste: com Parte do Lote "A", Parte do Lote Urbano nº (36), de Paulo Antonio Canzi, M. 14.838, na extensão de 48,00 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 3 de novembro de 2014.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI  
Sec. Planej. Adm e Fazenda

### DECRETO Nº 143/2014

DECRETO Nº 143, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014.

Altera o Decreto nº 048, de 12 de junho de 2013 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto alterado o artigo 2º do Decreto nº 048, de 12 de junho de 2013, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão, os seguintes servidores públicos municipais estáveis:

- I - Eliane Fátima Strapazzon Beduschi - Presidente;
- II - Márcia Campana;
- III - Karina Vendrame;
- IV - Valmir Sartori;
- V - Jair Ademir Fulber - Representante do Sindicato.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 5 de novembro de 2014.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI  
Sec. Planej. Adm e Fazenda

### **DECRETO Nº 144/2014**

DECRETO Nº 144, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.802, de 29 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 350.600,00 (trezentos e cinquenta mil e seiscentos reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.02 - Departamento da Educação Geral

12 - Educação

12.306 - Alimentação e Nutrição

12.306.0007 - Educação para a Cidadania

12.306.0007.2.016 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 350.600,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

08.00 - SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

08.01 - Depto. da Indústria e Comércio

22 - Indústria

22.661 - Promoção Industrial

22.661.0015 - Apoio a Indústria e ao Comércio

22.661.0015.1.107 - INSTALAÇÃO DE INCUBADORAS INDUSTRIAIS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 195.600,00

23 - Comércio e Serviços

23.691 - Promoção Comercial

23.691.0015 - Apoio a Indústria e ao Comércio

23.691.0015.2.052 - REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.50.00 - Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos

R\$ 155.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 5 de novembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **DECRETO Nº 145/2014**

DECRETO Nº 145, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.803, de 29 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

06.01 - Departamento de Urbanismo

15 - Urbanismo

15.451 - Infraestrutura Urbana

15.451.0011 - Serviços Urbanos

15.451.0011.1.007 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 85.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

08.00 - SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

08.01 - Depto. do Turismo

23 - Comércio e Serviços

23.695 - Turismo

23.695.0016 - Desenvolvimento do Turismo Municipal

23.695.0016.1.143 - CONSTRUÇÃO DE ÁREA COBERTA

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

R\$ 85.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 5 de novembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Massaranduba

## PREFEITURA

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 75/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 35/2013

Aos 05 dias do mês de novembro de 2014, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 75/2013- Pregão Presencial Nº. 35/2013 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para fornecimento de óleo lubrificante, graxa e fluido de freio, para manutenção da frota veicular da Saúde, Educação, Urbano, Rodoviário e Agricultura do Município de Massaranduba (SC), ao longo de 12 (doze) meses, para atender a demanda da Prefeitura de Massaranduba.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ALTERÇÃO QUANTITATIVA

1.1. Fornecimento de óleo lubrificante, graxa e fluido de freio, para manutenção da frota veicular da Saúde, Educação, Urbano, Rodoviário e Agricultura do Município de Massaranduba (SC), ao longo de 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

1.2. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade conjecturada não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações e quantitativos aditados.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade Licitada	Quantidade Aditivada (25%)	R\$ Unit.	R\$ Total
01	Siga Bem	Tambor óleo SAE40	unid	Petrobrás	5	1	1.225,00	1.225,00
Total do Fornecedor: R\$ 1.225,00								
Total Geral dos Itens: R\$ 7.729,35								

1.3. O valor estimado para o citado aditivo será de R\$ 1.225,00 (Hum mil, duzentos e vinte e cinco reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 75/2013 - Pregão Presencial Nº. 35/2013, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

2.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

2.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC	05	de	novembro	de	2014
-------------------	----	----	----------	----	------

MÁRIO FERNANDO REINKE	SUZANE E. F. REINKE
Prefeito Municipal	Gestora dos Fundos Municipais

SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
FABIO BRANDT
Contratada



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2014**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2014

Processo Licitatório Nº. 42 / 2014

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 21 / 2014

Aos cinco dias do mês de Julho de 2014, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 42/2014- Pregão Presencial Nº. 21/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de diversos materiais de limpeza e higienização das: Escolas, Pré-Escolares, Centros de Educação Infantil, Centro Esportivo, Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde e Ass. Social, para atender a demanda da Prefeitura de Massaranduba.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ALTERÇÃO QUANTITATIVA**

1.1. Aquisição de diversos materiais de limpeza e higienização das: Escolas, Pré-Escolares, Centros de Educação Infantil, Centro Esportivo, Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde e Ass. Social.

1.2. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estimada não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações e quantitativos aditados.

ITEM	EMPRESA	PRODUTO	UNID	MARCA	QDE. LICITADA	QDE. ADITIVA-DA (25%)	VALOR UN.	VALOR TOTAL
00043	MAXIMA PAPELARIA EIRELI	PILHA; TIPO ALCALINA; NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO PALITO (AAA); EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES.	PCTE.	ELGIN	60	15	2,6000	39,00
00044	MAXIMA PAPELARIA EIRELI	PILHA; TIPO ALCALINA; NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO PEQUENA (AA); EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES.	PCTE.	ELGIN	60	15	2,6000	39,00

1.3. O valor estimado para o citado aditivo será de R\$ 78,00 (setenta e oito reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

2.1. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 86/2013 - Pregão Presencial Nº. 41/2013, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

2.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

2.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC,	05	de	novembro	de	2014
--------------------	----	----	----------	----	------

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

MAXIMA PAPELARIA EIRELI

JENIFFER MUELLER

Contratada

**PROCESSO LICITATORIO 38/2014 - FMS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 38/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2014

TIPO: MENOR PREÇO - POR ITEM

**1 - PREÂMBULO:**

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 346/2014, de 10 de Fevereiro de 2014, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com adjudicação por item, visando a aquisição de móveis sob medida para o Hospital Municipal.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Documentação de Habilitação e os Documentos necessários para o Credenciamento deverão ser entregues até a data e horário abaixo, a saber:

DATA DE ABERTURA:	19 de novembro de 2014.
LOCAL:	Prefeitura de Massaranduba - SC. Setor de Licitações Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES:	13:30h
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DO PROCESSO:	14:00h

**2 - OBJETO:**

2.1. Constitui objeto desta licitação, a seleção de propostas, visando a aquisição de móveis sob medida para o Hospital Municipal conforme especificações e quantidades estipulados no ANEXO II, deste edital.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital publicado em resumo no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Massaranduba e no site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba - SC, 06 de novembro de 2014

MARIO FERNANDO REINKE	SUZANE F. REINKE
Prefeito	Gestora do Fundo Mun. Saúde

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2014-FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2014

Processo licitatório nº. 38/2014

Pregão Presencial Nº. 28/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 04 de Novembro de 2014, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2998, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. SUZANE ELISA F. REINKE e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 28/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA OS POSTOS DE SAÚDE, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, neste ato representado por JOSE CARLOS MALKOWSKI	00.802.002/0001-02
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, neste ato representado por RAFAEL GUSTAVO KOHLER	03.033.589/0001-12
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, neste ato representado por MARCOS ANTONIO LOBO	03.505.263/0001-40
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES L, neste ato representado por ADALBERTO LUIZ REESE	02.223.342/0001-04
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, neste ato representado por ROBSON LEMOS DE OLIVEIRA	05.531.725/0001-20
ALIANCA HOSPITALAR LTDA, neste ato representado por FELIPE POLINI	03.501.603/0001-65
VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, neste ato representado por CLEVERSON LUIS WUICIK	00.088.317/0001-21
COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, neste ato representado por CLEITON MICHELS	03.800.317/0001-09
COLOPLAST DO BRASIL LTDA, neste ato representado por SERGIO CASAGRANDE	02.794.555/0001-88
BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, neste ato representado por DIEGO GILI	13.365.644/0001-25

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.0. CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA OS POSTOS DE SAÚDE, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qde	Valor Unit.	Valor Total
00006	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ALCOOL 70% 1000ML	FRASCOS	DA ILHA	690,00000	3,4400	2.373,60
00007	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ALCOOL GEL 70%. Gel anti-séptico para mãos e braços com glicerina contendo 1 litro.	FRASCOS	CINORD SUDESTE	78,00000	6,7400	525,72
00016	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ANESTESICO SEM VASOCOSN-TRICTOR - ANESTÉSICO SEM VASOCONSTRICTOR (CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA SEM VASOCONSTRICTOR) - FRASCO DE 20 ML DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA SEM VASOCONSTRICTOR 2%. SOLUÇÃO ESTÉRIL INJETÁVEL.	UNID	HIPOLABOR	80,00000	14,5000	1.160,00
00017	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ANESTESICO COM VASOCOSN-TRICTOR - ANESTÉSICO COM VASOCONSTRICTOR (CLORIDRATO DE EPINEFRINA) - FRASCO DE 20 ML DE CLORIDRATO DE EPINEFRINA. SOLUÇÃO ESTÉRIL INJETÁVEL.	UNID	HYPOFARMA	80,00000	14,5000	1.160,00
00019	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CLORIDRATO DE LIDOCAINA GEL - GELEIA ESTÉRIL 20 MG/G. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 01 BISNAGA DE 30G	BISNAGA	NEO QUIMICA	18,00000	14,5000	261,00
00021	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	COLAGENASE + CLORANFENICOL 0,6 U/G + 0,01G/G - COLAGENASE + CLORANFENICOL 0,6 U/G + 0,01G/G. USO TÓPICO ADULTO E PEDIÁTRICO. APRESENTAÇÃO: POMADA EM EMBALAGEM DE 30G. VALIDADE DE NO MÍNIMO 1 ANO APÓS DATA DA ENTREGA.	BISNAGA	CRISTALIA	100,00000	17,9000	1.790,00
00022	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	COLAGENASE MONO 1,2U/G - POMADA DERMATOLÓGICA 1,2U/G. USO TÓPICO ADULTO E PEDIÁTRICO. APRESENTAÇÃO: POMADA EM EMBALAGEM DE 30G. VALIDADE DE NO MÍNIMO 1 ANO APÓS A DATA DA ENTREGA.	BISNAGA	CRISTALIA	560,00000	17,9000	10.024,00
00029	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CURATIVO PARA A PELE DO TIPO BAND DAID - FILME PLÁSTICO, ADESIVO TERMOPLÁSTICO, FIBRAS SINTÉTICAS, POLÍMERO ACRÍLICO E POLIETILENO. TAM. 1,9CM X7,6 CM. APRESENTAÇÃO: CAIXAS COM 40 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRE APROVADA CREMER E JOHNSON & JOHNSON	CAIXA	JOHNSON	30,00000	7,5000	225,00
00039	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	FIXADOR CITOLOGICO - FIXADOR CITOLÓGICO. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 100ML EM SPRAY.	UNID	ADLIN	10,00000	4,3100	43,10

00040	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	FORMOL 10% LÍQUIDO - FORMOL 10%. APRESENTAÇÃO: FRASCO CONTENDO 1LITRO.	FRASCOS	RICIE-WIRATH-MIYUKI	2,00000	34,2500	68,50
00062	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	LUVA GINECOLOGICA PLÁSTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL EME.V.A - LUVA GINECOLÓGICA PLÁSTICA DESCARTÁVEL EM E.V.A. (ETILENO ACETATO DE VINILA), COM ESPESSURA DE 0,03 MÍCRONS, INDIVIDUAL, ESTÉRIL, AMBIDES-TRA, TRANSPARENTE; TAMANHO ÚNICO; APRESENTAÇÃO: PACOTECOM 100 UNIDADES. - APRESENTAR AMOSTRA	PACOTE	LUPLAST	7,00000	5,4700	38,29
00076	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	POMADA OFTÁLMICA ESTÉRIL - ACETATO DE RETINOL + ASSOCIAÇÃO. 3,5 G.	BISNAGA	EPITEZAN	14,00000	10,9500	153,30
00078	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	PROTETOR OFTÁLMICO - ADULTO - PROTETOR OFTÁLMICOTAMANHO ADULTO, HIPOALERGÊNICO, DE ALTA RESISTÊNCIA. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES.	CAIXA	CRAL	12,00000	17,5400	210,48
00088	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SOLUÇÃO ANESTÉSICA OFTALMOLÓGICA ESTÉRIL - CLORIDRATO DE TETRACAÍNA 1% CLORIDRATO DE FENILEFRINA 0,1%. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 10ML.	FRASCOS	ALCON	12,00000	8,1300	97,56
00089	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SOLUÇÃO ORAL (GOTAS) - BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML. USO ADULTO E INFANTIL. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 20ML.	FRASCOS	HIPOLABOR	10,00000	2,6500	26,50
00090	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO - BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25MG/ML. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 20ML.	FRASCOS	HIPOLABOR	18,00000	5,8900	106,02
00093	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SONDA FOLEY - Nº 10 - SONDA VESICAL DE DEMORA -FOLEY Nº10, DE DUAS VIAS, COM BALÃO INFLÁVEL. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA	LAMEDID-SOLIDOR-PROC	2,00000	18,6100	37,22
00094	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SONDA FOLEY - Nº 12 - SONDA VESICAL DE DEMORA -FOLEY Nº12, DE DUAS VIAS, COM BALÃO INFLÁVEL. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	LAMEDID-SOLIDOR-PROC	2,00000	18,6000	37,20
00095	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SONDA FOLEY - Nº 14 - SONDA VESICAL DE DEMORA -FOLEY Nº14, DE DUAS VIAS, COM BALÃO INFLÁVEL. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	LAMEDID-SOLIDOR-PROC	5,00000	18,6000	93,00
00096	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SONDA FOLEY - Nº 16 - SONDA VESICAL DE DEMORA -FOLEY Nº16, DE DUAS VIAS, COM BALÃO INFLÁVEL. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	LAMEDID-SOLIDOR-PROC	6,00000	18,6000	111,60

00097	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SONDA FOLEY - Nº 18 - Sonda Vesical de Demora -FOLEY Nº18, de duas vias, com balão inflável. Embalado individualmente. Apresentação: CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	LAMEDID-SOLIDOR-PROC	4,00000	18,6000	74,40
00098	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SONDA FOLEY - Nº 20 - Sonda Vesical de Demora -FOLEY Nº20, de duas vias, com balão inflável. Embalado individualmente. Apresentação: CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	LAMEDID-SOLIDOR-PROC	5,00000	18,6000	93,00
00104	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SORO FISIOLÓGICO ESTÉRIL 0,9% - SOLUÇÃO FISIOLÓGICA A 0,9%, em unidades de 125 mL. Sistema fechado para uso parenteral. Embalagem maleável, resistente a impactos. Apresentação: CAIXA COM 50 UNIDADES.	CAIXA	SEGMENTA-EUROFARMA	200,00000	110,8800	22.176,00
00105	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SORO FISIOLÓGICO ESTÉRIL 0,9% - SOLUÇÃO FISIOLÓGICA A 0,9%, em unidades de 250 mL. Sistema fechado para uso parenteral. Embalagem maleável, resistente a impactos. Apresentação: CAIXA COM 30 UNIDADES.	CAIXA	SEGMENTA-EUROFARMA	60,00000	71,5800	4.294,80
00106	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SORO FISIOLÓGICO ESTÉRIL 0,9% - SOLUÇÃO FISIOLÓGICA A 0,9%, em unidades de 500 mL. Sistema fechado para uso parenteral. Embalagem maleável, resistente a impactos. Apresentação: CAIXA COM 20 UNIDADES.	CAIXA	SEGMENTA-EUROFARMA	75,00000	54,7400	4.105,50
00107	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SULFADIAZINA DE PRATA - SULFADIAZINA DE PRATA. Creme de concentração a 1%. Apresentação: BISNAGA COM 30 G. USO TÓPICO ADULTO E PEDIÁTRICO. Validade de no mínimo 1 anos após a data da entrega.	BISNAGA	PRATI DONADUZZI	340,00000	17,5000	5.950,00
00108	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	TUBETE PARA COLETA DE SANGUE - TUBO À VÁCUO 13X75MM COM EDTA K3, ASPIRAÇÃO 4ML.	UNID	NÃO COTAMOS	70,00000	0,3800	26,60
00109	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	TUBETE PARA COLETA DE SANGUE - TUBO À VÁCUO 13X100MM COM GEL SEPARADOR, ASPIRAÇÃO 6ML.	UNID	NÃO COTAMOS	260,00000	0,6300	163,80

Total do Fornecedor: 55.426,19

00030	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	CURATIVO PARA A PELE DO TIPO BAND DAID - CURATIVO-ABSORVENTE ADESIVO HIPOALERGICO. TAM. 2,2 CM X2,2 -(QUADRADO OU REDONDO). Apresentação: CAIXA COM 500 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRE APROVADA CREMER E JOHNSON & JOHNSON	CAIXA	CIEX/10332829011	8,00000	10,5500	84,40
-------	---------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	------------------	---------	---------	-------

00046	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	IRRIGADOR PARA SORO - IRRIGADOR PLÁSTICO PARA SORO	UNID	BIOSANI/80286000027	1.000,00000	0,8500	850,00
00052	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 6,0 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 6,0. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	UNID	MAXITEX/80748910002	30,00000	0,7000	21,00
00053	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 6,5 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 6,5. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	UNID	MAXITEX/80748910002	182,00000	0,6800	123,76
00054	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 7,0 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 7,0. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	UNID	MAXITEX/80748910002	70,00000	0,7000	49,00
00055	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 7,5 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 7,5. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	UNID	MAXITEX/80748910002	70,00000	0,7000	49,00
00056	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 8,0 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 8,0. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	UNID	MAXITEX/80748910002	35,00000	0,7000	24,50
00057	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 8,5 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 8,5. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	UNID	MAXITEX/80748910002	35,00000	0,7000	24,50



00058	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO - LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEXNÃO ESTÉRIL. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO EXTRAP. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA EMBRAMAC, DESCARPAX, SEMPERMED, NUGARD.	CAIXA	NUGARD/80748910006	150,00000	11,6900	1.753,50
00059	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO - LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEXNÃO ESTÉRIL. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO PEQUENA. APRESENTAR AMOSTRA - APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. MARCA PRÉ APROVADA EMBRAMAC, DESCARPAX, SEMPERMED, NUGARD.	CAIXA	NUGARD/80748910006	800,00000	11,5900	9.272,00
00060	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO - LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEXNÃO ESTÉRIL. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO MEDIO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTARAMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA EMBRAMAC, DESCARPAX, SEMPERMED, NUGARD.	CAIXA	NUGARD/80748910006	500,00000	11,7900	5.895,00
00061	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO - LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEXNÃO ESTÉRIL. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO GRANDE. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA EMBRAMAC, DESCARPAX, SEMPERMED, NUGARD.	CAIXA	NUGARD/80748910006	60,00000	11,7900	707,40
00063	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	MASCARA CIRURGICA DE PROTEÇÃO - MATERIAL 100% POLI-PROPILENO; HIPOALERGÊNICA; HIDROREPELENTE; NÃO INFLAMÁVEL; CLIPE NASAL REVESTIDO E DE FÁCIL AJUSTE;ELÁSTICO (PARA FIXAR ATRÁS DAS AURÍCULAS).APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES.- APRESENTAR AMOSTRA	CAIXA	OLIMED/80273450010	50,00000	3,3900	169,50

00066	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	MICROPORE - FITA HIPOALERGÊNICA INDICADA PRINCIPALMENTE PARA PELES SENSÍVEIS E FRÁGEIS. POROSA, COM DORSO DE NÃO TECIDO DE RAYON E VISCOSE PERMITE APELE RESPIRAR LIVREMENTE. TAMANHO 50X10. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA CREMER E MISSNER	UNID	MISSNER/80003309002	300,00000	2,2900	687,00
00067	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	MICROPORE - FITA HIPOALERGÊNICA INDICADA PRINCIPALMENTE PARA PELES SENSÍVEIS E FRÁGEIS. POROSA, COM DORSO DE NÃO TECIDO DE RAYON E VISCOSE PERMITE APELE RESPIRAR LIVREMENTE. TAMANHO 25MMX10M. APRESENTAR AMOSTRA	UNID	MISSNER/80003309002	350,00000	1,1400	399,00
00083	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DE 10 ML - SERINGA DE PLÁSTICO, EMBOLO COM PONTA EMBORRACHADA. MARCADORES DE UNIDADES VISÍVEIS. EMBALAGEM INDIVIDUAL SEM AGULHA. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. MARCA PRÉ APROVADA BD, EMBRAMAC, DESCARPAX.	CAIXA	SR/80026180029	20,00000	16,6000	332,00
00084	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DE 20 ML - SERINGA DE PLÁSTICO, EMBOLO COM PONTA EMBORRACHADA. MARCADORES DE UNIDADES VISÍVEIS. EMBALAGEM INDIVIDUAL. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES. MARCA PRÉ APROVADA BD, EMBRAMAC, DESCARPAX.	CAIXA	SR/80026180029	95,00000	13,0000	1.235,00
00085	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DE 3 ML - SERINGA DE PLÁSTICO, EMBOLO COM PONTA EMBORRACHADA. MARCADORES DE UNIDADES VISÍVEIS. EMBALAGEM INDIVIDUAL. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. MARCA PRÉ APROVADA BD, EMBRAMAC, DESCARPAX.	CAIXA	SR/80026180029	50,00000	7,7900	389,50
00087	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA PARA INSULINA - SERINGA COM AGULHA ACOPLADA. DIMENSÕES 12,7MMX0,33MM ESCALA DE ATÉ 100 UNIDADES. GRADUADA DE 2 EM 2 UNIDADE ONDE CADA TRAÇO REPRESENTA 2 UNIDADES. ATÓXICO, APIROGÊNICO.. A ESTERILIDADE DESTA SERINGA É GARANTIDA ATÉ QUE OS PROTETORES DAS EXTREMIDADES SEJAM REMOVIDOS OU DANIFICADOS. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. MARCAPRÉ APROVADA BD.	CAIXA	SR/80026180015	100,00000	25,0000	2.500,00

Total do Fornecedor: 24.566,06

00001	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ABAIXADOR DE LÍNGUA (ESPÁTULA DE MADEIRA), DESCARTAVEL,FORMATO CONVENCIONAL LISO, SUPERFÍCIE E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, ESPESSURA E LARGURA UNIFORME EM TODA A SUA EXTENSÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 14 CM DE COMPRIMENTO;1,4 CM DE LARGURA; 0,5 MMDE ESPESSURA. EMBALADO EM PACOTE COM 100 PEÇAS.	PACOTE	ESTILO	95,00000	2,1200	201,40
00013	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ATADURA - ATADURA 10X1,80M - 13 FIOS - ATADURA EMTECIDO 100% ALGODÃO OU MISTA, LAVADO.(ISENTOS DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO). DE TECIDO NEUTRO, MACIO, COM GRANDE ELASTICIDADE NOSENTIDO LONGITUDINAL, INODORO E INSÍPIDO COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, NÃO PERMITINDO QUE DESFIEM. PRODUTO NÃO ESTÉRIL.APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA CREMER E NEVE	UNID	NEVE	3.800,00000	0,4200	1.596,00
00014	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ATADURA - ATADURA 6X1,80M - 13 FIOS - ATADURA EM TECIDO 100% ALGODÃO OU MISTA, LAVADO.(ISENTOS DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO). DETECIDO NEUTRO, MACIO, COM GRANDE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, INODORO E INSÍPIDO COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, NÃO PERMITINDO QUE DESFIEM. PRODUTO NÃO ESTÉRIL.APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA CREMER E NEVE.	UNID	NEVE	3.800,00000	0,2500	950,00
00015	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ATADURA - ATADURA 4X1,80M - 13 FIOS - ATADURA EM TECIDO 100% ALGODÃO OU MISTA, LAVADO.(ISENTOS DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO). DETECIDO NEUTRO, MACIO, COM GRANDE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, INODORO E INSÍPIDO COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, NÃO PERMITINDO QUE DESFIEM. PRODUTO NÃO ESTÉRIL. APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA CREMER E NEVE.	UNID	NEVE	1.700,00000	0,1900	323,00
00020	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CLOREXIDINA 2 % - CLOREXIDINA DEGERMANTE 2%-SOLUÇÃO ANTISSEPTICA INDICADA PARA REDUÇÃO DA FLORA MICROBIANA DE USO EXTERNO, DILUÍDA A 2%. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM FRASCO COM 1000ML.	FRASCOS	RICIE	13,00000	9,5000	123,50

00028	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	COTONETE - HASTES FLEXÍVEIS COM PONTA EM ALGODÃO HIDRÓFILO. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 75 UNIDADES.	Embalage	SOFT COTTON	17,00000	0,7400	12,58
00043	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%. COM DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 01LITRO.	FRASCOS	RICIE	30,00000	2,4000	72,00
00044	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	INDICADOR BIOLÓGICO - INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPOR, DO TIPO AUTOCONTIDO, COM TEMPO DE RESPOSTA FINAL NEGATIVA EM 48 HORAS, PARA O MONITORAMENTO BIOLÓGICO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADOSOB PRESSÃO. COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 (CEM MIL) ESPOROS SECOS E PADRONIZADOS DE GEOPHILLUS STEAROTHERMOPHILLUS (ATCC 7953 COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ASSEGURADA). A TIRA CONTENDO ESPOROS ESTÁ ACONDICIONADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA	UNID	CRISTOFOLI	300,00000	6,5800	1.974,00
00051	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LÂMINA DE VIDRO LAPIDADA FOSCA - LÂMINA DE VIDRO LAPIDADA FOSCA - ESPESSURA 1,0A1,2MM - 26 MMX76MM. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	Embalage	CRAL	2,00000	2,5000	5,00
00068	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ÓLEO CICATRIZANTE - ÓLEO CICATRIZANTE PARA FERIDAS ABERTAS COMPOSTO POR: ÁCIDO LINOLÉICO, ÁCIDO CAPRÍLICO E ÁCIDO CAPRÍCO, VITAMINAS A E E E LECITINADE SOJA. COMPOSTOS DE HIDROGÊNIO, CARBONO E OXIGÊNIO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 200 ML.	FRASCOS	CURATEC	350,00000	7,4100	2.593,50
00102	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SONDA URETRAIS - 14 - SONDAS DESCARTÁVEIS SILICONADA, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADO A OXÍDEO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 10 UNIDADES.	PACOTE	MEDSONDA	30,00000	4,1900	125,70
00110	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	VASELINA LÍQUIDA - VASELINA LÍQUIDA. APRESENTAÇÃO: FRASCOS CONTENDO 01 LITRO.	FRASCOS	RICIE	7,00000	13,9600	97,72
Total do Fornecedor: 8.074,40							
00004	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES L	AGULHA 25X7, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES.	CAIXA	descarpack	54,00000	4,3900	237,06
00005	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES L	AGULHA 40X12, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES.	CAIXA	descarpack	29,00000	4,9700	144,13

00008	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	ALGODAO HIDROFILO 500 G: Algodão hidrófilo hospitalar con- tendo 500g.	ROLO	nathalya	19,00000	7,2600	137,94
00018	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	BOLSA COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO - BOLSA CO- LETORA DE URINA EM SISTEMA FECHADO COM CAPACIDADE PARA 2000 ML. VÁLVULA ANTI- REFLUXO VERTICAL. FRENTE TRANSPARENTE COM ESCALA DE VOLUME IMPRESSA DE FORMA LEGÍVEL; PARTE DE TRÁS LEI- TOSA, FACILITANDO LEITURA E VISUALIZAÇÃO DO ASPECTO DA URINA; SUPORTE DE FIXAÇÃO COM HASTE RÍGIDA (TIPO CABIDE) E ALÇA (CORDÃO) COM 40 CM; TUBO EXTENSOR DE PVC COM 110CM TRANSPARENTE, ATÓXICO, FLEXÍVEL, ISENTO DE DOBRAS, COM PINÇA CORTA- FLUXO; PONTO PARA COLETA DE URINA	UNID	starmed	200,00000	1,9800	396,00
00032	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	ELETRODO AUTO ADESIVO - ELE- TRODOS PARA MONITORAÇÃO CARDÍACA. DOTADO DE PRÉ-GEL E AUTO ADESIVO, HIPOALERGÊ- NICO. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 30 UNIDADES.	PACOTE	vitalcor	40,00000	5,5000	220,00
00033	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	EQUIPO MACROGOTAS - APLICA- DOR PARA SOLUÇÕES PAREN- TERAIS, DOTADO DE ROLDANA DE PLÁSTICO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 250 UNIDADES.	CAIXA	eqflex	10,00000	195,0000	1.950,00
00034	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	ESPARADRAPO - ROLO DE ESPA- RADRAPO DE DIMENSÕES 50X10. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UNID	missner - OF 5 X 4,5	50,00000	2,7500	137,50
00038	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	FITA HOSPITALAR - FITA ADE- SIVA, DE COLORAÇÃO BRANCA. APRESENTAÇÃO: ROLO DE DIMENSÕES 16 MMX50M. APRE- SENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA CREMER E MISSNER	ROLO	eurocel	380,00000	1,7000	646,00
00064	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	MASCARA TRIPLA PROTEÇÃO - MÁSCARA CONFECCIONA- DA EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT);CAMADA EXTERNA 100% POLIPROPILENO, 20GR/ M2;CAMADA INTERNA EM POLIPROPILENOE POLIETILENO, 30GR/M2;CAMADA INTERMEDI- ÁRIA COM FILTRO BACTERIO- LÓGICO 100% POLIPROPILENO. HIPOALERGÊNICA QUE PERMITE RESPIRAÇÃO FACILITADA; CLIP NASAL DE FÁCIL ADAPTAÇÃO AO CONTORNO DO ROSTO; FABRI- CADO MEDIANTE SISTEMA DE COSTURA ULTRASSÔNICA, ATÓ- XICA, NÃO ESTÉRIL. APRESENTA- ÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES.- APRESENTAR AMOSTRA	CAIXA	innova	135,00000	3,6000	486,00

00065	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	MASCARA N 95 - MÁSCARA RES- PIRADORA PFF2 OU N95, ÉUM RESPIRADOR SEMIFACIAL FIL- TRANTE. RECOMENDADO PARA POEIRAS, FUMOS E NÉVOAS CLASSE PFF2. POSSUI UMFILTRO ESPECIAL QUE IMPEDE A PASSA- GEM DE MICRO-ORGANISMOS, TIPO DOBRÁVEL, TAMANHO ÚNICO, CLIP NASALMETÁLICO. APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE.APRESENTAR AMOSTRA	UNID	ksn	50,00000	1,8600	93,00
00069	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	PAPEL GRAU CIRÚRGICO - BOBINAS LISAS, PRODUZIDAS EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, PERMEÁVEL AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEL A MICRO- ORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADO DE INDICADO- RES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ES- TERILIZAÇÃO. TAMANHO 120MM X 100M.	BOBINAS	vitalpack	230,00000	27,0000	6.210,00
00070	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	PAPEL GRAU CIRÚRGICO - BOBINAS LISAS, PRODUZIDAS EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, PERMEÁVEL AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEL A MICRO- ORGANISMO, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADO DE INDICADO- RES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 10X 100M.	BOBINAS	vitalpack	130,00000	24,0000	3.120,00
00073	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	PAPEL GRAU CIRÚRGICO - BOBINAS LISAS, PRODUZIDAS EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, PERMEÁVEL AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEL A MICROORGANIS- MOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICRO- BIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADO DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILI- ZAÇÃO. TAMANHO 15X 100M.	BOBINAS	vitalpack	100,00000	33,5000	3.350,00
00080	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	SACO PARA LIXO HOSPITALAR INFECTANTE - 50 LITROS.SACO BRANCO LEITOSO. APRESEN- TAÇÃO: PACOTES COM 100 UNIDADES.	PACOTE	nekplast	60,00000	17,0000	1.020,00
00081	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	SACO PARA LIXO HOSPITALAR INFECTANTE - 100 LITROS. SACO BRANCO LEITOSO. APRESEN- TAÇÃO: PACOTES COM 100 UNIDADES.	PACOTE	nekplast	85,00000	25,8000	2.193,00



00082	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	SERINGA DE 1 ML - SERINGA DE PLÁSTICO, EMBOLO COMPONTA EMBORRACHADA. MARCADO-RES DE UNIDADES VISÍVEIS. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM AGULHA 13X4,5. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. APRESEN- TAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDA- DES. MARCA PRÉ APROVADA BD, EMBRAMAC, DESCARPAX	CAIXA	descarpax	9,00000	12,5000	112,50
00086	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	SERINGA DE 5 ML - SERINGA DE PLÁSTICO, COM AGULHA 25X7,0, EMBOLO COM PONTA EMBOR- RACHADA. MARCADORES DE UNIDADES VISÍVEIS. EMBALA- GEM INDIVIDUAL COM AGULHA. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: CAI- XA COM 100 UNIDADES. MARCA PRÉ APROVADA BD, EMBRAMAC, DESCARPAX.	CAIXA	descarpax	20,00000	10,6000	212,00
00091	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	SONDA - ASPIRAÇÃO ENDO- TRAQUEAL - TAM 12 - SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL DE MATERIAL SILICONIZADO. ESTE- RILIZADO A OXIDO DE ETILENO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	medsonda	300,00000	3,9500	1.185,00
00092	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	SONDA - ASPIRAÇÃO ENDO- TRAQUEAL - TAM 14 - SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL DE MATERIAL SILICONIZADO. ESTE- RILIZADO A OXIDO DE ETILENO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	medsonda	500,00000	4,1000	2.050,00
00099	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	SONDA URETRAIS - 08 - SONDAS DESCARTÁVEIS SILICONADA, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADO A OXIDO DE ETI- LENO. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 10 UNIDADES.	PACOTE	medsonda	2,00000	3,8000	7,60
00100	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	SONDA URETRAIS - 10 - SONDAS DESCARTÁVEIS SILICONADA, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADO A OXIDO DE ETI- LENO. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 10 UNIDADES.	PACOTE	medsonda	360,00000	3,7000	1.332,00
00101	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	SONDA URETRAIS - 12 - SONDAS DESCARTÁVEIS SILICONADA, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADO A OXIDO DE ETI- LENO. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 10 UNIDADES.	PACOTE	medsonda	30,00000	3,8000	114,00

00103	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	SONDA ENTERAL Nº 12 - SON- DA ENTERAL EM POLIURETANO RADIOPACO, ESTÉRIL, BIO COM- PATÍVEL, FLEXÍVEL, COM PONTA DISTAL PLÁSTICA TRANSPAREN- TE REVESTINDO CILINDROS DE AÇO INOXIDÁVEL QUE GARA- TAM O LASTRO PARA PASSAGEM AO INTESTINO ALTO. POSSUI MARCAS EM TODA A SUA EXTEN- SÃO, CONECTOR PROXIMAL COM DUPLA ENTRADA UNIVERSAL EM Y PERMITINDO ACESSO SEPARA- DO PARA A NUTRIÇÃO OU ME- DICAÇÃO. APRESENTA FIO GUIA EM AÇO INOX PRÉ-LUBRIFICADO COM RESISTÊNCIA E FLEXIBILI- DADE ADEQUADA AO MANUSEIO E DE FÁCIL INTRODUÇÃO E	UNID	eqflex	5,00000	7,7900	38,95
00111	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	PAPEL CREPADO - PAPEL CRE- PADO BRANCO, 90X90, EMBA- LAGEM DESCARTÁVEL EM PAPEL CREPADO 100% DE CELULOSE, COR VERDE, GRAMATURA MÍNI- MA 56 G/M2, UTILIZADO PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE A VAPOR, MEDINDO 90X90 CM. COM BARREIRA MICROBIANA ATRAVÉS DE POROSIDADE, HIDRO-REPELENTE, MALEÁVEL, RESISTENTE A RUPTURA, APRE- SENTAÇÃO: PACOTE COM 250 FOLHAS.	PACOTE	polarfix	2,00000	260,0000	520,00
00117	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALA- RES L	HIDROCOLÓIDE - CURATIVO HIDROCOLÓIDE. PLACA GROSSA, 20 X 20CM PARA MÉDIA EXSUDA- ÇÃO. ESTÉRIL, USO ÚNICO, COM BARREIRA PROTETORA CONTRA BACTÉRIAS E AGENTES EXTER- NOS, PERMEÁVEL AO VAPOR. TODO MATERIAL DEVE SER FLEXÍVEL, PROPICIAR ADESIVI- DADE, ABSORÇÃO E MANUSEIO SEGURO, SER ISENTO DE AGEN- TES TÓXICOS E IRRITANTES DÉR- MICOS. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 05 UNIDADES. PRAZO DE VALIDADE COM NO MÍNIMO DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAR AMOS- TRA - MARCA PRE APROVADA COLOPLAST E CONVATEC	CAIXA	vitalderm	300,00000	61,0000	18.300,00
Total do Fornecedor: 44.212,68							
00026	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	COMPRESSA CIRÚRGICA - CAM- PO OPERATÓRIO 45X50 CM (27 GR), COM 4 CAMADAS. APRESEN- TAÇÃO: PACOTE COM 50UNIDA- DES. APRESENTAR AMOSTRA	PACOTE	AMERICA	110,00000	46,1000	5.071,00

00027	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	COMPRESSA DE GAZE NÃO ES- TÉRIL - COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5CM 13 FIOS NÃO ESTERIL. COMPRESSAS DE GAZE HIDRÓFI- LA CONFECCIONADAS EM TECI- DO TIPO TELA COM FIOS 100% ALGODÃO. AS COMPRESSAS TEM OITO CAMADAS E CINCO DOBRAS, COM DIMENSÃO DE 7,5 X 7,5 CM QUANDO FECHADAS E 15 X 30 CM QUANDO ABERTAS. SÃO BRANQUEADAS, ISENTAS DE IMPUREZAS, AMIDO, ALVEJANTE ÓPTICO, DEXTRINA, CORRETI- VOS COLORANTES, PH DE 5 A 8. POSSUI DOBRAS PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO PARA EVITAR O DESPRENDIMENTO DE FIOS. APRESENTAÇÃO:	PACOTE	NEVE	1.000,00000	18,0000	18.000,00
00041	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL - FRASCO PARA DIETA ENTERAL, TRANSPARENTE, CA- PACIDADE 300ML, GRADUA DO- NOS DOIS LADOS A CADA 50ML CRESCENTE E DECRESCENTE), ATÓXICO, POSSUI ETIQUETA ADESIVA PARA IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO PACIENTE, DE USO ÚNICO, EMBALADO INDIVI- DUALMENTE EM SACO PLÁSTICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICA- ÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDA DE, NR. DO LOTE, REGISTRO NO MS, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E FARMACÊUTICO RESPONSÁ- VEL. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 300 ML.	UNID	BIOBASE	500,00000	0,6600	330,00
00047	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	KIT PAPANICOLAU - ESPÉCULO TAMANHO P, 1 PAR DE LUVA EVA, ESPÁTULA DE AYRES, ESCOVA E LÂMINA DE VIDRO ESTÉRIL GRAU CIRÚRGICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM ENVELOPE DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FILME DE POLIÉSTER. APRE- SENTAÇÃO TÉCNICA: ESTÉRIL. PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO: ÓXIDO DE ETILENO. O KIT PAPA- NICOLAU TEM COMO FINALIDA- DE AUXILIAR NOS PROCEDIMEN- TOS GINECOLÓGICOS E COLETA DE MATERIAL PARA CITOLOGIA ONCÓTICA, CLAMYDIA, BACTE- RIOSCOPIAS E SECREÇÕES EM GERAL.	KIT	ADLIN	1.500,00000	1,5000	2.250,00

00048	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	KIT PAPANICOLAU - ESPÉCULO TAMANHO M, 1 PAR DE LUVA EVA, ESPÁTULA DE AYRES, ESCO- VA E LÂMINA DE VIDRO ESTÉRIL GRAU CIRÚRGICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM ENVELOPE DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FILME DE POLIÉSTER. APRE- SENTAÇÃO TÉCNICA: ESTÉRIL. PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO: ÓXIDO DE ETILENO. O KIT PAPA- NICOLAU TEM COMO FINALIDA- DE AUXILIAR NOS PROCEDIMEN- TOS GINECOLÓGICOS E COLETA DE MATERIAL PARA CITOLOGIA ONCÓTICA, CLAMYDIA, BACTE- RIOSCOPIAS E SECREÇÕES EM GERAL. APRESENTAR AMOSTRA	KIT	ADLIN	2.000,00000	1,6800	3.360,00
00049	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	KIT PAPANICOLAU - ESPÉCULO TAMANHO G, 1 PAR DE LUVA EVA, ESPÁTULA DE AYRES, ESCO- VA E LÂMINA DE VIDRO ESTÉRIL GRAU CIRÚRGICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM ENVELOPE DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FILME DE POLIÉSTER. APRE- SENTAÇÃO TÉCNICA: ESTÉRIL. PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO: ÓXIDO DE ETILENO.O KIT PAPA- NICOLAOU TEM COMO FINALIDA- DE AUXILIAR NOS PROCEDIMEN- TOS GINECOLÓGICOS E COLETA DE MATERIAL PARA CITOLOGIA ONCÓTICA, CLAMYDIA, BACTE- RIOSCOPIAS E SECREÇÕES EM GERAL.	UNID	ADLIN	500,00000	1,8400	920,00
00050	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	LAMINA DE BISTURI - LAMINA DE BISTURI ESTERELIZA Nº11. CONFECCIONADA EM AÇO CAR- BONO, ESTERELIZADA POR EX- POSIÇÃO A RAIOS GAMA, GRAN- DE RESISTENCIA A CORROSÃO E PERDA DE AFIAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL ALUMINIZADO, MANTEM-SE ESTEREIS PRESERVANDO A INTEGRIDADE ASSEPTICA DO PRODUTO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRE APROVADA: SOLIDOR.	CAIXA	MADBLADE	6,00000	15,5000	93,00
Total do Fornecedor: 30.024,00							
00002	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	ÁGUA DEIONIZADA - ÁGUA DEIONIZADA PARA AUTOCLAVE. APRESENTAÇÃO: GALÃO DE 5 LITROS.	GALAO	CAITHEC	910,00000	5,0600	4.604,60
00009	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	ALMOTOLIAS - ALMOTOLIAS PARA GUARDA DE LÍQUIDOS, DOTADO DE TAMPA COM ROSCA, ALONGADA E COM TAMPA. NA COR TRANSPARENTE. APRESEN- TAÇÃO: EMBALAGEM DE 500ML. - APRESENTAR AMOSTRA	UNID	JP	48,00000	1,5000	72,00

00010	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	ATADURA - ATADURA 20X1,80M - 13 FIOS - ATADURA EMTECIDO 100% ALGODÃO OU MISTA, LAVADO.(ISENTOS DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO). DE TECIDO NEUTRO, MACIO, COM GRANDE ELASTICIDADE NOSENTIDO LONGITUDINAL, INODORO E INSÍPIDO COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, NÃO PERMITINDO QUE DESFIEM. PRODUTO NÃO ESTÉRIL. APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA CREMER E NEVE	UNID	POLAR	5.300,00000	0,8700	4.611,00
00011	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	ATADURA - ATADURA 15X1,80M - 13 FIOS - ATADURA EMTECIDO 100% ALGODÃO OU MISTA, LAVADO.(ISENTOS DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO RESÍDUO DE AMIDO). DE TECIDO NEUTRO, MACIO, COM GRANDE ELASTICIDADE SENTIDO LONGITUDINAL, INODORO E INSÍPIDO COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, NÃO PERMITINDO QUE DESFIEM. PRODUTO NÃO ESTÉRIL. APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA CREMER E NEVE	UNID	POLAR	5.600,00000	0,6500	3.640,00
00012	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	ATADURA - ATADURA 12X1,80M - 13 FIOS - ATADURA EMTECIDO 100% ALGODÃO OU MISTA , LAVADO.(ISENTOS DEIMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO). DE TECIDO NEUTRO, MACIO, COM GRANDE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL , INODORO E INSÍPIDO COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, NÃO PERMITINDO QUE DESFIEM. PRODUTO NÃO ESTÉRIL.APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA CREMER E NEVE.	UNID	POLAR	6.900,00000	0,5100	3.519,00
00023	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	COLETOR PARA MATERIAL PERFUROCORTEANTE - LOCAL PARA DESCARTE DE AGULHAS, LÂMINAS E OUTROS MATERIAIS CONTAMINADOS PERFURANTES E CORTANTES DESCARTÁVEIS;TOTAL PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÃO E VAZAMENTO DE FLUIDOS; MAIOR PROTEÇÃO PARA PROFISSIONAIS E PESSOAL DE LIMPEZA. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: COR EXTERNA: AMARELA, COM DIZERES EM PRETO. CAPACIDADE INTERNA: 03 LITROS. APRESENTAÇÃO: CAIXAS CONTENDO 10 UNIDADES.	CAIXA	EMBALAIRE	17,00000	11,0000	187,00

00024	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	COLETOR PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE - LOCAL PARA DESCARTE DE AGULHAS, LÂMINAS E OUTROS MATERIAIS CONTAMINADOS PERFURANTES E CORTANTES DESCARTÁVEIS;TOTAL PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÃO E VAZAMENTO DE FLUIDOS; MAIOR PROTEÇÃO PARA PROFISSIONAIS E PESSOAL DE IMPEZA. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:- COR EXTERNA: COM DIZERES EM PRETO; CAPACIDADE INTERNA: 07 LITROS. APRESENTAÇÃO: CAIXAS CONTENDO 10 UNIDADES.	CAIXA	EMBALAIRE	17,00000	17,0000	289,00
00025	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	COLETOR PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE - LOCAL PARA DESCARTE DE AGULHAS, LÂMINAS E OUTROS MATERIAIS CONTAMINADOS PERFURANTES E CORTANTES DESCARTÁVEIS;TOTAL PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÃO E VAZAMENTO DE FLUIDOS; MAIOR PROTEÇÃO PARA PROFISSIONAIS E PESSOAL DE LIMPEZA. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: COR EXTERNA: AMARELA, COM DIZERES EM PRETO; CAPACIDADE INTERNA: 13 LITROS. APRESENTAÇÃO: CAIXAS CONTENDO 10 UNIDADES.	CAIXA	EMBALAIRE	12,00000	22,0000	264,00
00035	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	FIO DE NYLON 3-0 - FIO DE NYLON 3-0 MONOFILAMENTO- PRETO - ESTÉRIL NÃO ABSORVÍVEL-CLASSE II, 45CM, MT1/2 CIRCULAR. TRG 3,0CM. CUTICULAR, CAIXAS COM 24UNIDADES	CAIXA	PROCARE	3,00000	17,5000	52,50
00036	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	FIO DE NYLON 4-0 - FIO DE NYLON 4-0 MONOFILAMENTO- PRETO - ESTÉRIL NÃO ABSORVÍVEL-CLASSE II, 45CM, MT1/2 CIRCULAR. TRG 3,0CM. CUTICULAR, CAIXAS COM 24UNIDADES	CAIXA	PROCARE	3,00000	17,5000	52,50
00042	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	GEL CONDUTOR - GEL CONDUTOR UTILIZADO PARA ULTRASONOGRAFIA, ELETROCARDIOGRAMA E SONAR. INCOLOR. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 01 LITRO.	FRASCOS	CAITHEC	7,00000	3,1000	21,70
00071	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	PAPEL GRAU CIRÚRGICO - BOBINAS LISAS, PRODUZIDAS EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, PERMEÁVEL AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEL A MICRORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADO DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 06X 100M	BOBINAS	VEDAMAX	75,00000	12,0000	900,00



00072	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	PAPEL GRAU CIRÚRGICO - BOBINAS LISAS, PRODUZIDAS EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, PERMEÁVEL AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEL A MICRORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADO DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 05X 100M.	BOBINAS	VEDAMAX	75,00000	12,0000	900,00
00074	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	PAPEL GRAU CIRÚRGICO - BOBINAS LISAS, PRODUZIDAS EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, PERMEÁVEL AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEL A MICRORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADO DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 20X 100M	BOBINAS	VEDAMAX	95,00000	43,0000	4.085,00
00075	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	PAPEL TOALHA - PAPEL TOALHA 100% CELULOSE 23/20/1000. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 100 FOLHAS. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA FLEXPOL, SAÚDE. NECESSITA DE AMOSTRA	PACOTE	FLEXPOL	2.300,00000	11,1500	25.645,00
00077	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	POMADA SAFGEL - GEL HIDRATANTE E ABSORVENTE PARA FERIDAS, NÃO ESTÉRIL, COMPOSTO DE ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA NUM EXCIPIENTE AQUOSO, TRANSPARENTE E VISCOSO. APRESENTAÇÃO: POMADA EM EMBALAGEM DE 85G.	Embalage	ALLY GEL	290,00000	27,0000	7.830,00
00120	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	HIDROGEL - CURATIVO DE HIDROGEL HIDRATANTE E ABSORVENTE VISCOSO E LEVEMENTE ADERENTE, COMPOSTO POR CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, PROPILENOGLICOL, HIDANTOINA, SORBATO DE POTÁSSIO, TRIETANOLAMINA, ACIDOBÓRICO, COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO. APRESENTAÇÃO: POMADA, BISNAGA DE 85G. PRAZO DE VALIDADE COM NO MÍNIMO DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA SAFGEL	CAIXA	ALLYGEL	400,00000	26,0000	10.400,00

Total do Fornecedor: 67.073,30

00112	VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ALGINATO DE CÁLCIO - COBERTURA FORMADA POR FIBRAS DE ALGINATO CÁLCIO INSOLÚVEL EM ÁGUA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, QUE QUANDO APLICADO EM FERIDAS, PROMOVEM TROCA IÔNICA ENTRE O CÁLCIO DA COBERTURA E O SÓDIO PRESENTE NO FLUIDO DA FERIDA, FORMANDO UM GEL SOLÚVEL DE ALGINATO DE CÁLCIO/SÓDIO GARANTINDO, PROPRIEDADES HEMOSTÁTICAS. POSSUI TECNOLOGIA DE ABSORÇÃO VERTICAL PODENDO ESTAR SOBRE PELE ÍNTEGRA. INDICADO PARA FERIDAS SANGRANTES, COM GRANDE QUANTIDADE DE EXSUDATO, PLANAS OU CAVITÁRIAS.	CAIXA	LM FARMA	100,00000	266,0000	26.600,00
00116	VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ESPUMA DE POLIURETANO ESTÉRIL - ESPUMA DE POLIURETANO ESTÉRIL COM MEMBRANA DE PERMEABILIDADE SELETIVA. POSSUI AÇÃO ANTIMICROBIANA IMPREGNADO COM PRATA LIGADA QUIMICAMENTE A UM CARREADOR QUE, EM CONTATO COM OS ÍONS DE SÓDIO DO EXSUDATO DA FERIDA LIBERA CONTINUAMENTE PRATA IÔNICA. POSSUI SISTEMA TRANCA FLUÍDO QUE GARANTE ABSORÇÃO DE GRANDE QUANTIDADE DE EXSUDATO E IMPEDE MACERAÇÃO DE PELE PERI LESÃO PODENDO PERMANECER NA FERIDA POR ATÉ 7 DIAS. PLACA SEM ADESIVO NECESSITAM DE COBERTURAS SECUNDÁRIA	CAIXA	LM FARMA	600,00000	343,0000	205.800,00
00118	VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	HIDROCOLÓIDE - CURATIVO HIDROCOLÓIDE. PLACA FINA, 10 X 10CM PARA MÉDIA EXSUDAÇÃO ESTÉRIL, USO ÚNICO, COM BARREIRA PROTETORA CONTRA BACTÉRIAS E AGENTES EXTERNOS, PERMEÁVEL AO VAPOR. TODO MATERIAL DEVER SER FLEXÍVEL, PROPICIAR ADESIVIDADE, ABSORÇÃO E MANUSEIO SEGURO, SER ISENTO DE AGENTES TÓXICOS E IRRITANTES DÉRMICOS. PRAZO DE VALIDADE COM NO MÍNIMO DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 05 UNIDADES. TAMANHO: 10X10. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRE APROVADA COLOPLAST E CONV	CAIXA	LM FARMA	150,00000	55,0000	8.250,00
Total do Fornecedor: 240.650,00							

00003	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	AGULHA DESCARTÁVEL 13 X 0,45, HIPODERMICA. CANHÃO COLORIDO PARA FACILITAR A IDENTIFICAÇÃO VISUAL DODA AGULHA; PROTETOR PLÁSTICO QUE GARANTE A TOTAL PROTEÇÃO DA AGULHA PARA UM MELHOR ACOPLAMENTO À SERINGA. AGULHA DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA UNITARIAMENTE, ACONDICIONADAS EM CAIXAS COM 100 UNIDADES. ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO-ATÓXICA E APIROGENICA.	CAIXA	Medgoldman	17,00000	4,0000	68,00
00031	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	DETERGENTE MULTIENZIMÁTICO - DETERGENTE MULTIENZIMÁTICO POTENTE LIMPADOR QUE ASSOCIA A EFICIÊNCIA DE 5 ENZIMAS REDIZENDO 98% DA MATÉRIA ORGÂNICA. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ÁLCOOL ALCOXILADO E XILENO SULFONADO DE SÓDIO, ENZIMAS PROTEASE, PEPTIDASE, AMILASE, LÍPASE E CELULASE, ESTABILIZANTES, CONSERVANTE E ÁGUA. APRESENTAÇÃO: GALÃO CONTENDO 5 LITROS. COM NO MÍNIMO 12 MESES DE VALIDADE A PARIR DA DATA DE ENTREGA.	GALAO	3M	6,00000	329,9000	1.979,40
00045	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	INDICADOR QUÍMICO - INDICADOR QUÍMICO MULTIPARAM.P/ VAPOR INTERNO - INDICADOR QUÍMICO INTERNO, DO TIPO MULTIPARAMÉTRICO (CLASSE IV), QUE EFETUA A MONITORIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO NO INTERIOR DAS EMBALAGENS (CONTROLE DE PACOTE). CHECA TEMPERATURA, TEMPO E QUANTIDADE DE VAPOR, CERTIFICANDO QUE O AGENTE ESTERILIZADOR PENETROU NESSES PACOTES ATINGINDO OS PARÂMETROS NECESSÁRIOS PARA EFETIVA ESTERILIZAÇÃO. FITA DE PAPEL COBERTO COM SUBSTÂNCIA QUÍMICA QUE MUDA DE COLORAÇÃO	CAIXA	1250 / 3M	40,00000	92,0000	3.680,00
00079	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	PROTETOR OFTÁLMICO - INFANTIL - PROTETOR OFTÁLMICO TAMANHO INFANTIL. HIPOALERGÊNICO, DE ALTA RESISTÊNCIA. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES.	CAIXA	Cx c/ 20 Unds / 3M	12,00000	11,1600	133,92
Total do Fornecedor: 5.861,32							
00113	COLOPLAST DO BRASIL LTDA	DISPOSITIVO PATA INCONTINÊNCIA FECAL - DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA FECAL, É UM DISPOSITIVO (DO TAMANHO DE UM SUPOSITÓRIO) QUE, QUANDO INSERIDO NO RETO, EXPANDE E ADAPTA-SE AO FORMATO DA PAREDE INTESTINAL, PROMOVENDO UMA BARREIRA EFETIVA PARA AS FEZES, TAMANHO 45MM. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 20 UNIDADES.	CAIXA	DINAMARCA/HUNGRIA	25,00000	284,0000	7.100,00

00114	COLOPLAST DO BRASIL LTDA	CATETER MASCULINO ADULTO - CATETER MASCULINO EXTERNO NÃO-LÁTEX PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA, PROPORCIONANDO SEGURANÇA, CONFORTO E CONFIABILIDADE AO USUÁRIO. APRESENTAÇÃO: POSSUI 02 PEÇAS: UMA TIRA ADESIVA DE DUPLA-FACE QUE MANTÉM A SEGURANÇA E NÃO AGRIDE A PELE DO USUÁRIO E 01 CATETER. CAIXA COM 30UNIDADES.	CAIXA	DINAMARCA/HUNGRIA	15,00000	140,0000	2.100,00
00115	COLOPLAST DO BRASIL LTDA	ESPUMA DE POLIURETANO ESTÉRIL - ESPUMA DE POLIURETANO ESTÉRIL COM MEMBRANA DE PERMEABILIDADE SELETIVA. POSSUI AÇÃO ANTIMICROBIANA IMPREGNADO COM PRATA LIGADA QUIMICAMENTE A UM CARREADOR QUE, EM CONTATO COM OS ÍONS DE SÓDIO DO EXSUDATO DA FERIDA LIBERA CONTINUAMENTE PRATA IÔNICA. POSSUI SISTEMA TRANCA FLUÍDO QUE GARANTE ABSORÇÃO DE GRANDE QUANTIDADE DE EXSUDATO E IMPEDE MACERAÇÃO DE PELE PERI LESÃO PODENDO PERMANECER NA FERIDA POR ATÉ 7 DIAS. PLACA SEM ADESIVO NECESSITAM DE COBERTURAS SECUNDÁRIA	CAIXA	DINAMARCA/HUNGRIA	400,00000	210,0000	84.000,00
00119	COLOPLAST DO BRASIL LTDA	HIDROGEL - HIDROGEL ESTÉRIL, COMPOSTO POR ÁGUA PURIFICADA, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E ALGINATO DE CÁLCIO, TRANSPARENTE E AMORFO, INDICADO PARA PROPORCIONAR UMIDADE NO LEITO DA FERIDA, PROVOCAR DEBRIDAMENTO AUTOLÍTICO SELETIVO DO TECIDO NECROSADO E AÇÃO HEMOSTÁTICA. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM CONTENTO, 15G ÚTEIS DE USO ÚNICO. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA PURILON GEL.	BISNAGA	DINAMARCA/HUNGRIA	200,00000	26,0000	5.200,00
00121	COLOPLAST DO BRASIL LTDA	CURATIVO DE ESPUMA ANTIBACTERIANO COM PRATA - CAVIDADE - CURATIVO DE ESPUMA ANTIBACTERIANO COM PRATA - CAVIDADE. TAMANHO 5X8CM. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA BIATAN AG - COLOPLAST. APRESENTAÇÃO: UNIDADE	CAIXA	DINAMARCA/HUNGRIA	400,00000	150,0000	60.000,00

00122	COLOPLAST DO BRASIL LTDA	CATETER LUBRIFICADO PARA CATETERISMO INTERMITENTE.- CATETER DE POLIURETANO ESTÉRIL, HIDROFÍLICO LUBRIFICADO PRONTO PARA USO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ESTÉRIL, ASSÉPTICA, REDUZINDO O RISCO DE INFECÇÃO. EMBALAGEM COM POSSUINDO ADESIVO PARA FIXAÇÃO EM SUPERFÍCIES LISAS E UM ANEL DE ABERTURA, PARA USUÁRIOS COM POUCA DESTREZA MANUAL. LUBRIFICADO POR POLIVINILPIRRULIDONA E CLORETO DE SÓDIO DE MANEIRAU-NIFORME GARANTINDO BAIXA FRICÇÃO COM A URETRA. POSSUI ORIFÍCIOS RADIAIS DE DRENAGEM EM 90°REDUZINDO	UNID	DINAMARCA/HUNGRIA	2.000,00000	6,5500	13.100,00
00123	COLOPLAST DO BRASIL LTDA	CATETER LUBRIFICADO PARA CATETERISMO INTERMITENTE.- CATETER DE POLIURETANO ESTÉRIL, HIDROFÍLICO LUBRIFICADO PRONTO PARA USO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ESTÉRIL, ASSÉPTICA, REDUZINDO O RISCO DE INFECÇÃO. EMBALAGEM COM POSSUINDO ADESIVO PARA FIXAÇÃO EM SUPERFÍCIES LISAS E UM ANEL DE ABERTURA, PARA USUÁRIOS COM POUCA DESTREZA MANUAL. LUBRIFICADO POR POLIVINILPIRRULIDONA E CLORETO DE SÓDIO DE MANEIRAU-NIFORME GARANTINDO BAIXA FRICÇÃO COM A URETRA. POSSUI ORIFÍCIOS RADIAIS DE DRENAGEM EM 90°REDUZINDO	UNID	DINAMARCA/HUNGRIA	2.000,00000	6,5500	13.100,00
00124	COLOPLAST DO BRASIL LTDA	CATETER LUBRIFICADO PARA CATETERISMO INTERMITENTE.- CATETER DE POLIURETANO ESTÉRIL, HIDROFÍLICO LUBRIFICADO PRONTO PARA USO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ESTÉRIL, ASSÉPTICA, REDUZINDO O RISCO DE INFECÇÃO. EMBALAGEM COM POSSUINDO ADESIVO PARA FIXAÇÃO EM SUPERFÍCIES LISAS E UM ANEL DE ABERTURA, PARA USUÁRIOS COM POUCA DESTREZA MANUAL. LUBRIFICADO POR POLIVINILPIRRULIDONA E CLORETO DE SÓDIO DE MANEIRAU-NIFORME GARANTINDO BAIXA FRICÇÃO COM A URETRA. POSSUI ORIFÍCIOS RADIAIS DE DRENAGEM EM 90°REDUZINDO	UNID	DINAMARCA/HUNGRIA	1.800,00000	6,5500	11.790,00

00125	COLOPLAST DO BRASIL LTDA	COBERTURA DE ESPUMA DE POLIURETANO TRIDIMENSIONAL, MACIA, ESTÉRIL DE POLIURETANO, NÃO ADESIVO, CONTENDO IBUPROFENO COMO COMPONENTE ATIVO, DISPERSADO DE FORMA HOMOGÊNEA. MEMBRANA DE PERMEABILIDADE SELETIVA. ALTA ABSORÇÃO, GARANTINDO MÍNIMO RISCO DE VAZAMENTO OU MACERAÇÃO. PROMOVE MEIO AMBIENTE ÚMIDO IDEAL PARA CICATRIZAÇÃO E ALÍVIO DE DOR LOCAL. TAMANHO 15X15CM. CAIXA COM 5 UNIDADES	CAIXA	DINAMARCA/HUNGRIA	600,00000	81,0000	48.600,00
Total do Fornecedor: 244.990,00							
00037	BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	FITA AUTOCLAVE - FITA PARA AUTOCLAVE COM INDICADOR QUÍMICO TERMOSENSÍVEL A ALTAS TEMPERATURAS. PRÓPRIO PARA USO EM AUTOCLAVES. TAMANHO 16MMX50M. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA MISNER.	UNID	EUROCEL	120,00000	2,6400	316,80
Total do Fornecedor: 316,80							
Total Geral dos Itens: 721.194,75							

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 721.194,75 (SETECENTOS E VINTE E HUM MIL E CENTO E NOVENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.0. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Saúde Municipal, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 28/2014 - Pregão Presencial Nº.

3.2. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 28/2014 - Pregão Presencial Nº. e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.0. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

- Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação	Descrição
06	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
002	GERENCIA DE ASSISTENCIA MEDICA
2101	MANUTENCAO DO SERVICO DE ATENDIMENTO A POPULACAO.
33903036000000	MATERIAL HOSPITALAR
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
06	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
002	GERENCIA DE ASSISTENCIA MEDICA
2101	MANUTENCAO DO SERVICO DE ATENDIMENTO A POPULACAO.
33903036000000	MATERIAL HOSPITALAR
16401	Piso de Atenção Básica - PAB



**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.**

5.0. O prazo de entrega será de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.1. Local de entrega: Unidade Sanitária Centro, situada na Rua 11 de Novembro, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.0. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério do Fundo Municipal.

6.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Fundo Municipal pelo infrator:

6.1.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos

causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

**CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

**CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO**

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Saúde Municipal, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.3 O Fundo Municipal não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 28/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 04 de novembro de 2014.

SUZANE ELISA F. REINKE

Gestora dos Fundos Municipais

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

ALIANCA HOSPITALAR LTDA

FELIPE POLINI

Contratada

STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES L

ADALBERTO LUIZ REESE

Contratada

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

JOSE CARLOS MALKOWSKI

Contratada

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

ROBSON LEMOS DE OLIVEIRA

Contratada

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

RAFAEL GUSTAVO KOHLER

Contratada

BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

DIEGO GILI

Contratada

COLOPLAST DO BRASIL LTDA

SERGIO CASAGRANDE

Contratada

COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CLEITON MICHELS

Contratada

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

MARCOS ANTONIO LOBO

Contratada

VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CLEVERSON LUIS WUICK

Contratada

**CÂMARA MUNICIPAL****BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO 2014****CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

Balanco Financeiro para Publicação  
Período de Referência: Outubro / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	0,00	0,00	<b>ORÇAMENTÁRIA</b>	88.847,85	913.000,49
Receitas Orçamentárias	0,00	0,00	Despesas Correntes	88.412,95	907.800,79
Receitas Correntes	0,00	0,00	Pessoal e Encargos Sociais	78.220,48	771.013,99
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	Outras Despesas Correntes	10.192,47	136.786,80
Receita Patrimonial	0,00	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Despesas de Capital	434,70	5.289,70
Receita Industrial	0,00	0,00	Investimentos	434,70	5.289,70
Receita de Serviços	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	0,00
(-) Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00			
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	130.000,00	1.300.000,00	<b>INTERFERÊNCIAS PASSIVAS</b>	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	130.000,00	1.300.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
<b>EXTRA ORÇAMENTÁRIAS</b>	13.256,96	151.170,93	<b>EXTRAORÇAMENTÁRIA</b>	12.618,09	123.681,51
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	16.291,87	143.442,72	Depósitos	12.618,09	123.681,51
Consignações	0,00	0,00	Consignações	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	16.291,87	143.442,72	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	12.618,09	123.681,51
Restos a Pagar	(3.034,91)	7.728,21	Restos a Pagar	0,00	0,00
Obrigações a Pagar	(3.034,91)	7.728,21	Obrigações a Pagar	0,00	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acrescimos Patrimoniais	0,00	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00	0,00
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	372.607,71	0,00	<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	414.308,93	414.308,93
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	372.607,71	0,00	Bancos Conta Movimento	414.308,93	414.308,93
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	0,00	Investimentos do RPPS	0,00	0,00
(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00	(-) Provisão para perdas de Investimentos do RPPS	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>515.864,67</b>	<b>1.451.170,93</b>	<b>TOTAL</b>	<b>515.864,67</b>	<b>1.451.170,93</b>

Notas:

MAURO BRAMORSKI  
Presidente da Câmara

ALMIR TREVISANI  
Diretor ADM

Dionísio Kemczynski  
Contador

# Meleiro

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL N.º 079/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 079/2014

A Prefeitura Municipal de Meleiro torna público para conhecimento dos interessados, conforme consta em ata, que no referido Pregão Presencial n.º. 079/2014, não houve comparecimento de licitantes interessados, sendo então o processo encerrado e considerado deserto.

Meleiro/SC, 06 de novembro de 2014.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N.º 082/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇO N.º 082/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 25/11/2014, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas da TOMADA DE PREÇO N.º 082/2014, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECEBIMENTO DA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS URBANOS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO DE MELEIRO. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado.

Meleiro/SC, 06 de novembro de 2014.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATUAL N.º 123/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 123/2014  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: RAC - SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA ME  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA DESTINAÇÃO FINAL (DEPÓSITO) DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS URBANOS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO, EM ATERRO SANITÁRIO, DEVIDAMENTE LICENCIADO, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.  
Valor: R\$ 16.875,00  
Vigência: Início: 29/10/2014 Término: 31/12/2014.  
Data da assinatura: 29 de outubro de 2014.

### EXTRATO CONTRATUAL N.º 124/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 124/2014  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: ARALUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS EIRELI EPP.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.  
Valor: R\$ 49.839,69  
Vigência: Início: 29/10/2014 Término: 31/12/2014.  
Data da assinatura: 29 de outubro de 2014.

### PORTARIA N.º 437/2014

PORTARIA n.º 437/2014  
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

#### CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora DANIELA BENEDET PASINI, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme atestado médico, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 06/11/2014.  
Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Novembro de 2014.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2014

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato n. 048/2014

Contratada: Lotário Antonio Paulus

Termo de Cessão de Uso.

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato numero 048/2014, objetivando a cessão gratuita de uso e gozo de área de propriedade do Cedente para o Cessionário Município de Modelo, consistente na área de aproximadamente 300 m², ou seja 05 metros de largura por 60 metros de comprimento, cuja área não está cercada, para cessão de passagem, abertura de estrada, localizada na Linha Cesco, fazendo parte da Chácara rural nº 07, da Seção Jundiá.

Modelo (SC), 06 de novembro de 2014

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 160/2014

PORTARIA Nº 0160/2014 de 03.11.2014

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TATIANE LINDEMANN DA SILVA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.132/2014 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

#### RESOLVE:

Art.1º - Fica atribuído à Servidora Pública Municipal TATIANE LINDEMANN DA SILVA, nomeada pelo Decreto nº 139/2014, o exercício das funções do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, na Sede do Conselho Tutelar do Município de Modelo/SC, nos horários estabelecidos no Anexo I, e nos demais setores de conformidade com o disposto no Anexo II, integrantes desta Portaria.

Art. 2º - A Servidora desempenhará suas atribuições de conformidade com as atribuições do cargo, das solicitações e encaminhamentos dos responsáveis dos respectivos setores, em cumprimento da jornada de trabalho de 40 horas semanais, com lotação no Departamento Municipal de Assistência Social, sendo apropriadas as despesas, observada a jornada de cada setor.

Parágrafo Único: O controle de frequência do Conselho Tutelar, Setor de Cultura e Aquartelamento da Polícia Militar será através de ficha ponto manual, e no CRAS e Escola Municipal através de relógio ponto digital.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 03 de novembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

CHEFE DE SETOR

#### ANEXO I - Horário do Conselho Tutelar

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
MAT		07:30 - 09:30 Conselho Tutelar		07:30 - 09:30 Conselho Tutelar	
VESP					

Ciente e de acordo:

CARINE BRUNETO

Presidente do Conselho Tutelar

#### ANEXO II - Horários demais Setores

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
MAT	07:30 - 11:30 Aquartelamento Polícia Militar	07:30 - 09:30 Conselho Tutelar  09:30 - 11:30 Setor de Cultura	07:30 - 11:30 Cras/Social	07:30 - 09:30 Conselho Tutelar  09:30 - 11:30 Aquartelamento Polícia Militar	07:30 - 11:30 Cras/Social
VESP	13:00 - 17:00 Cras/Social	14:30 - 18:30 Escola Municipal	14:30 - 18:30 Escola Municipal	14:30 - 18:30 Escola Municipal	14:30 - 18:30 Escola Municipal

Composição da jornada:

Conselho Tutelar: 04 h/s

Setor de Cultura: 02 h/s

Aquartelamento da Polícia Militar: 06 h/s

CRAS/Social: 12 h/s

Escola Municipal: 16 h/s

Total: 40 h/s

### DECRETO Nº 274/2014

Decreto nº 274/2014 de 09/10/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1102/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1102/2014, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.



ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DOIS PARQUES INFANTIS, COM ESTRUTURA PRINCIPAL EM COLUNAS DE ALUMÍNIO COLORIDO (PLAYGROUND), NO MUNICÍPIO DE MODELO, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA ME	64.300,00
SULBRINQUEDOS INDUSTRI E COMERCIO LTDA ME	19.500,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 09 de outubro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN  
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

## Navegantes

### PREFEITURA

#### **ERRATA PORTARIAS DE NOMEAÇÕES 694/2013, 1291 E 1667/2014**

PORTARIA Nº. 694 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2013.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

#### RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2012 a SRA. JOYCE KARINA BALERA, para exercer a função de Professor de Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de Ciências, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. Neusa Maria Rebello Vieira, período matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 18/02/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 18 de fevereiro de 2013.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 05 DE FEVEREIRO DE 2013.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de fevereiro de 2013.

Fernando Sedrez Silva

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 05 de fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 1291 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

#### RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2012 a SRA. JOYCE KARINA BALERA, para exercer a função de Professor de Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de Ciências, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, Lotada na E.M. Profª. Rosa Maria Xavier de Araujo, período matutino, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 10/02/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 10 de fevereiro de 2014.



REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 26 de fevereiro de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.  
Navegantes, 26 de fevereiro de 2014.

"PORTARIA Nº. 1667 DE 24 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2012 a SRª. CELIA DZIN OLEGARIO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Profª. Maria dos Navegantes Ramos, no período Matutino regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 20/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 20 de março de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,  
24 DE MARÇO DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2014.

## DECRETO 715 INSTITUI REGRAS PATRIMÔNIO

DECRETO N º 715 DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

INSTITUI REGRAS, CRITÉRIOS TÉCNICOS E PROCEDIMENTOS PARA O RECONHECIMENTO, A MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS BENS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

DECRETA:

"CAPÍTULO I"

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os órgãos, entidades, Departamentos e Divisões do Poder Executivo Municipal, inclusive os fundos, fundações e autarquias, deverão desenvolver ações no sentido de promover o adequado reconhecimento, mensuração e evidência dos bens que compõem o ativo imobilizado em atendimento às Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, observando-se o disposto neste decreto.

Art. 2º Considera-se Patrimônio Público para fins deste decreto o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador e represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Art. 3º Para fins deste decreto, entende-se por:

I - avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidência dos atos e dos fatos administrativos;

II - mensuração: a constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas;

III - reavaliação: adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil;

IV - redução ao valor recuperável (impairment): ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil;

V - valor da reavaliação ou valor da redução do ativo a valor recuperável: diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado ou de consenso, com base em laudo técnico;

VI - custo de aquisição, produção ou construção: soma do preço de compra, produção ou construção de bem com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocá-lo em condição de uso;

VII - valor de mercado ou valor justo (fair value): valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado;

VIII - valor líquido contábil: o valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

IX - amortização: redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

X - depreciação: redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

XI - exaustão: redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis;

XII - valor depreciável, amortizável e exaurível: valor original de um ativo deduzido do seu valor residual;

XIII - valor residual: montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil,

deduzidos os gastos esperados para sua alienação;  
XIV - vida útil: o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo;  
XV - laudo técnico: documento hábil, conforme padrão definido pela Diretoria de Gestão de Bens Patrimoniais, com as informações necessárias a adequada mensuração, avaliação e evidência dos bens.

Art. 4º. Os bens públicos que compõem o domínio do Município são:

I - os de uso comum do povo, incluindo os rios e lagoas municipais, as estradas, ruas, praças e as áreas de marinhas que lhe sejam entregues pela União;

II - os de uso especial, entendidos como sendo todos aqueles móveis e imóveis que, de alguma forma, estão afetados ou destinados a serviço ou estabelecimento da administração municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, entendidos como sendo aqueles bens que não estão afetados nem destinados ao serviço público podendo ser inclusive alienados.

Art. 5º Serão considerados bens do Ativo Não Circulante, do grupo Imobilizado, os bens tangíveis ou corpóreos que são mantidos para uso nas atividades do ente público, para aluguel ou para fins administrativos, adquiridos pelo Poder Executivo Municipal, que ainda atendam os seguintes requisitos:

I - ser capaz de gerar benefícios econômicos futuros para o Município;

II - possuir vida útil igual ou superior a 2 (dois) anos;

III - possuir custo de aquisição, valor recuperável ou valor reavaliado, igual ou superior R\$ 300,00 (trezentos reais);

§ 1º Itens mobiliários, como armários, modulados, cadeiras e similares serão tratados como bens incorporáveis ao patrimônio público, independente de valor, não se aplicando o limite mínimo disposto no inciso III deste artigo para estes bens.

§ 2º Coleções de Livros de biblioteca, cadeiras e carteiras escolares mesmo quando identificados isoladamente por valores inferiores àquele definido no inciso III do art. 5º deste decreto, deverão ter sua incorporação efetivada ao imobilizado, em lotes, desde que o valor do conjunto (lote) justifique tal medida seja superior à R\$ 300,00.

§ 3º Partes sobressalentes, assessórios e equipamentos a serem inseridos em um outro bem (principal) se qualificam como ativo imobilizado, desde que este agreguem valor ao bem.

§ 4º Para os casos de reformas de bens imóveis, quando a despesa ocasionar a ampliação relevante do potencial de geração de benefícios econômicos futuros do imóvel, tal despesa deverá ser considerada como obras e instalações, portanto, despesas com investimento. Para os demais casos, as reformas deverão ser tratadas como despesas correntes com a manutenção de bens imóveis.

§ 5º Serão também incorporadas aos imóveis as instalações que ocasionarem a ampliação relevante do potencial de geração de benefícios econômicos futuros do imóvel, tais como: elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, móveis sob medida, divisórias, entre outros.

Art. 6º Os bens do grupo imobilizado deverão ser registrados e incorporados ao patrimônio público do Município, em conformidade com as classificações orçamentárias e patrimoniais, constantes do anexo I deste decreto.

## CAPÍTULO II

### DA AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Art. 7º Os bens móveis e imóveis serão avaliados com base no custo de aquisição, produção ou construção, incluindo gastos complementares, tratando-se de reconhecimento.

Parágrafo Único: Tratando-se de ativos imobilizados ou intangíveis

obtidos a título gratuito, estes serão avaliados com base no valor resultante da avaliação obtida com base nos critérios estabelecidos nos Anexos III e IV deste decreto ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

Art. 8º Independentemente do disposto no artigo anterior, os bens do ativo deverão ser reavaliados ou reduzidos ao valor recuperável, na forma e critérios estabelecidos neste decreto.

§ 1º A reavaliação de bens móveis poderá ser realizada por lotes, quando se referir a conjunto de bens similares, postos em operação com diferença de no máximo 30 (trinta) dias, com vida útil idêntica e utilizados em condições semelhantes.

§ 2º Os bens do ativo imobilizado do Município deverão ser reavaliados, no mínimo, uma vez a cada quatro anos, conforme cronograma a ser definido pela Diretoria de Gestão de Bens Patrimoniais da Secretaria de Administração do Município, com vistas a manter o Patrimônio Municipal avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, obtido de acordo com os parâmetros estabelecidos no Anexo III deste Decreto, multiplicado pela taxa correspondente ao estado físico dos bens, conforme percentuais estabelecidos no Anexo IV deste Decreto.

§ 3º A reavaliação ocorrerá em prazo distinto do previsto no parágrafo anterior, excepcionalmente, nos casos de alienação, doação ou movimentação externa e para os bens recebidos por doação, adjudicação ou transferência, casos em que a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio do Município.

Art. 9º Compete ao Chefe do Poder Executivo, a nomeação das comissões encarregadas do procedimento de reavaliação e de redução ao valor recuperável, sendo ao todo 4 (quatro) comissões, conforme segue:

I - Comissão de Avaliação de Bens Imóveis do Município;

II - Comissão de Avaliação de Bens Móveis da Secretaria de Educação;

III - Comissão de Avaliação de Bens Móveis da Secretaria de Saúde;

IV - Comissão de Avaliação de Bens Móveis Geral.

§ 1º Cada comissão será composta por 3 servidores sendo, no mínimo, dois servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

§ 2º As comissões a que se refere o caput elaborarão o laudo técnico do bem, que deve conter, ao menos, as seguintes informações:

I - descrição detalhada de cada bem avaliado e da correspondente documentação, incluindo, no caso de bens imóveis, o número do processo específico do imóvel, o código do cadastro do imóvel no Sistema de Gestão Patrimonial; o número do registro no Cartório de Registro de Imóveis; e quando houver o número da inscrição imobiliária do bem imóvel no Cadastro Imobiliário Municipal, tratando-se de imóvel urbano, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, tratando-se de imóvel rural;

II - critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação técnica, inclusive elementos de comparação adotados;

III - vida útil remanescente do bem;

IV - o valor residual, se houver; e

V - data de avaliação.

Art. 10 Emitido o laudo técnico do bem, caberá à Diretoria de Gestão de Bens Patrimoniais do Município efetuar os registros de atualização do valor no cadastro do imóvel no Sistema de Gestão Patrimonial, bem como gerir, organizar e arquivar os documentos constantes dos processos de reavaliação.

Art. 11 A Diretoria de Gestão de Bens Patrimoniais disciplinará os procedimentos previstos no caput do art. 1º deste Decreto no que se refere aos bens móveis, estipulando cronograma de atividades.

## Seção I DOS CRITÉRIOS DE REAVALIAÇÃO DE BENS

Art. 12 A reavaliação e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens móveis adquiridos e/ou reavaliados em exercícios anteriores por meio de parecer técnico e/ou Laudo de Vistoria, com base nos seguintes parâmetros e índices:

- I - valor de referência de mercado, ou de reposição;
- II - estado físico do bem, de acordo com o disposto no Anexo IV deste Decreto;
- III - capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;
- IV - obsolescência tecnológica, em anos; e,
- V - desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não-operacionais.

Parágrafo Único: Em caráter excepcional, por meio de fundamentação escrita, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados para bens singulares, que possuam características de uso peculiares.

Art. 13 Fica facultado o uso dos procedimentos de reavaliação para os bens que, por ocasião da vistoria, atenderem a pelo menos um dos requisitos a seguir:

- I - capacidade de vida útil inferior a 2 anos;
- II - com valor de mercado estimado inferior a R\$ 300,00; ou,
- III - inservíveis por ocasião de excedência, obsolescência ou irrecuperabilidade.

Parágrafo Único: Os bens que ao final de sua vida útil estimada não forem baixados deverão ser reavaliados, conforme art. 8º deste Decreto.

Art. 14 A reavaliação dos bens imóveis urbanos terá como referência a Planta Genérica de Valores do Imposto da Propriedade Territorial Urbano - IPTU, utilizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Renda.

Parágrafo Único: em caráter excepcional, os órgãos e entidades da administração municipal poderão contratar serviços especializados para realização dos procedimentos a que se refere o caput, devendo este procedimento ser formalmente justificado e motivado

## CAPÍTULO III DA DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Art. 15 O valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado anualmente, deve ser reconhecido nas contas de resultado do exercício.

§ 1º Deverá ser adotado para cálculo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão o método das quotas constantes, fixando-se os percentuais conforme a vida útil estimada dos bens, podendo utilizar-se como referência a tabela de referência de vida útil e depreciação de bens Anexo II deste Decreto.

§ 2º A depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo começa quando o item estiver em condições de uso.

§ 3º A depreciação e a amortização não cessam quando o ativo torna-se obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.

§ 4º A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

§ 5º Para fins do cálculo da depreciação, da amortização e da exaustão de bens imóveis deve-se excluir o valor do terreno em que estão instalados.

Art. 16 Não estão sujeitos ao regime de depreciação, amortização ou exaustão:

- I - bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;
- II - bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;
- III - terrenos rurais e urbanos.

Art. 17 Para os casos de inaplicabilidade da tabela de referência de vida útil e depreciação de bens Anexo II deste Decreto, a vida útil deverá ser definida com base em parâmetros e índices admitidos em norma ou laudo técnico específico.

Parágrafo Único: Os seguintes fatores devem ser considerados ao se estimar a vida útil de um ativo:

- I - capacidade de geração de benefícios futuros;
- II - o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;
- III - a obsolescência tecnológica; e
- IV - os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.

Art. 18 Poderá ser adotado o procedimento de depreciação acelerada, conforme o caso, quando as circunstâncias de utilização do bem o justificar.

Art. 19 Nos casos de bens reavaliados, a depreciação, a amortização ou a exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o novo valor, considerada a vida útil indicada no correspondente laudo.

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 Para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2012, será considerado, para efeitos de reconhecimento, mensuração e avaliação dos bens, o trabalho realizado por empresa terceiriza conforme contrato 180/2012 inventário e avaliação/reavaliação dos bens móveis e imóveis que compõem o Patrimônio Municipal, sendo que este trabalho dará subsídios para os lançamentos contábeis de ajustes de saldos das contas patrimoniais.

Art. 21 Os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão se iniciarão ao final do exercício de 2014, por meio de registro de competência anual referente aos exercícios de 2013 e 2014 e continuarão, a partir do exercício de 2015, sendo executados mensalmente.

Art. 22 As classificações de que trata o artigo 5º, de natureza do bem (Anexo I) e tipo de bens (anexo II) deste Decreto passarão a ser utilizadas a partir da data de corte de 10/11/2014.

Art. 22 Os ativos de infraestrutura, como ruas, avenidas, rodovias, praças, parques e similares serão tratados em regulamento específico.

Art. 23 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2014

## ANEXO I

Tabela de Classificação da Natureza do Bem, Elemento de Despesa e Conta Patrimonial

Item	Natureza do Bem	Elemento	Conta patrimonial	Descrição para fins de enquadramento
500	Acessórios para automóveis	4.4.90.52.57	Acessórios para automóveis	Acessórios para automóveis que possam ser desincorporados, sem prejuízo dos mesmos, para aplicação em outro veículo, tais como: ar condicionado, capota, rádio/tocafita e afins.
501	Aparelhos de medição e orientação	4.4.90.52.04	Aparelhos de medição e orientação	Aparelhos de medição ou contagem, como: amperímetro, aparelhos de medição meteorológica, balança em geral, bússola, calibrador de pneus, cronômetro, hidrômetro, magnetômetro, manômetro, medidor de gás, mira-falante, níveis topográficos, osciloscópio, paquímetro, pirômetro, planímetro, psicômetro, relógio medidor de luz, sonar, sonda, taquímetro, telêmetro, teodolito, turbímetro e afins.
502	Aparelhos e equipamentos de comunicação	4.4.90.52.06	Aparelhos e equipamentos de comunicação	Antena parabólica, aparelho de telefonia, bloqueador telefônico, central telefônica, detector de chamadas telefônicas, fax-símile, fonógrafo, interfone, PABX, rádio receptor, rádio telegrafia, rádio telex, rádio transmissor, secretária eletrônica, tele speaker e afins.

503	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	4.4.90.52.10	Aparelhos e equip. para esportes e diversões	Instrumentos, aparelhos e utensílios a qualquer modalidade de esportes e diversões de qualquer natureza, como: arco, baliza, barco de regata, barra, bastão bicicleta ergométrica, carneiro de madeira, carrossel, cavalo, dardo, deslizador, disco, halteres, martelo, peso, placar, remo, vara de salto e afins.
504	Aparelhos e utensílios domésticos	4.4.90.52.12	Aparelhos e utensílios domésticos	Aparelhos de copa e cozinha, aspirador de pó, batedeira, botijão de gás, cafeteira elétrica, chuveiro ou ducha elétrica, circulador de ar, condicionador de ar (móvel), conjunto de chá/café/jantar, escada portátil, encaixadeira, exaustor, faqueiro, filtro de água, fogão, forno de micro-ondas, geladeira, grill, liquidificador, máquina de secar pratos, secador de prato, tábua de passar roupas, torneira elétrica, torradeira elétrica, umidificador de ar e afins.

505	Aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar	4.4.90.52.08	Apar., Equip. e Utens. Med., Odont., Labor. e Hosp.	Afastador, alargador, aparelho de esterilização, aparelho de raio x, aparelho de transfusão de sangue, aparelho infravermelho, aparelho para inalação aparelho de ultravioleta, balança pediátrica, berço aquecido, biombo, boticão, cadeira de dentista, cadeira de rodas, câmara de infravermelho, câmara de oxigênio, câmara de radioterapia, carro-maca, centrifugador, destilador, eletro-analisador, eletrocardiográfico, estetoscópio, estufa, maca, medidor de pressão arterial (esfigmomanômetro), megatoscópio, mesa para exames clínicos, microscópio, tenda de oxigênio, termo cautério e afins.
-----	------------------------------------------------------------------------------------	--------------	-----------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

506	Coleções e materiais bibliográficos	4.4.90.52.18	Coleções e materiais bibliográficos	Coleções bibliográficas de obras científicas, românticas, contos e documentários históricos, mapotecas, dicionários para uso em bibliotecas, enciclopédias, periódicos encadernados para uso em bibliotecas, palestras, tais como: álbum de caráter educativo, coleções e materiais bibliográficos informatizados, dicionários, enciclopédia, ficha bibliográfica, jornal e revista (que constitua documentário), livro, mapa, material folclórico, partitura musical, publicações e documentos especializados destinados a bibliotecas, repertório legislativo e afins.
507	Discotecas e filmotecas	4.4.90.52.19	Discotecas e filmotecas	Discos, CD e coleções de fitas gravadas com músicas e fitas cinematográficas de caráter educativo, científico e informativo, tais como: disco educativo, fita de áudio e vídeo com aula de caráter educativo, microfilme e afins.
508	Embarcações	4.4.90.52.20	Embarcações	Embarcações fluviais, lacustres ou marítimas tais como: canoa, lancha, navio, rebocador, traineira e afins.



509	Equipamentos de manobra e patrulhamento	4.4.90.52.22	Equipamentos de manobra e patrulhamento	Materiais permanentes utilizados em manobras militares e paramilitares, bem assim, aqueles utilizados em qualquer patrulhamento ostensivo, tais como: barraca, bloqueios, cama de campanha, farol de comunicação – mesa de campanha, paraquedas, pistola de sinalização, sirene de campanha e afins.
510	Equipamentos de mergulho e salvamento	4.4.90.52.58	Equipamentos de mergulho e salvamento	Equipamentos destinados as atividades de mergulho e salvamento marítimo. Escafandro, jet-ski, tanque de oxigênio e afins.
511	Equipamentos de processamentos de dados	4.4.90.52.35	Equipamentos de processamentos de dados	Máquinas, aparelhos e equipamentos utilizados em processamento de dados de qualquer natureza, exceto quando for aquisição de peças destinadas à reposição diretamente ao equipamento, tais como: caneta óptica, computador completo, monitor, controladora de linhas, data show, fitas e discos magnéticos, impressora, kit multimídia, leitora, micro e minicomputadores, mesa digitalizadora, modem, monitor de vídeo, placas, processador, scanner, teclado para micro, urna eletrônica e afins.

512	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	4.4.90.52.24	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	Materiais permanentes utilizados na proteção e segurança de pessoas ou bens públicos, como também qualquer outro utilizado para socorro diverso, ou sobrevivência em qualquer ecossistema, tais como: alarme, algema, arma para vigilante, barraca para uso não militar, boia salva-vida, cabine para guarda (guarita), cofre, extintor de incêndio, para-raios, sinalizador de garagem, porta giratória, circuito interno de televisão e afins.
513	Equipamentos e aparelhos para laboratório de solo	4.4.90.52.41	Equipamentos e aparelhos para laboratório de solo	Equipamentos destinados a medição de terras, rodovias, estradas e congêneres.
514	Equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos	4.4.90.52.39	Equipamentos hidráulicos e elétricos	Equipamentos destinados a instalação, conservação e manutenção de sistemas hidráulicos e elétricos, tais como: bomba d'água, bomba de desentupimento, bomba de irrigação, bomba de lubrificação, bomba de sucção e elevação de água e de gasolina, carneiro hidráulico, desidratadora, máquina de tratamento de água, máquina de tratamento de esgoto, máquina de tratamento de lixo, moinho, roda d'água e afins.



515	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	4.4.90.52.33	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	Equipamentos de filmagem, gravação e reprodução de sons e imagens, bem como os acessórios de durabilidade superior a dois anos, tais como: amplificador de som, caixa acústica, data show, eletrola, equalizador de som, filmadora, flash eletrônico, fone de ouvido, gravadora e som, máquina fotográfica, filmadora, microfone, objetiva, projetor, rádio, rebobinadora, retroprojetor, sintonizador de som, tanques para revelação de filmes, tape-deck, televisor, tela para projeção, toca-discos, videocassete e afins.
516	Equipamentos, peças e acessórios marítimos	4.4.90.52.60	Equipamentos, peças e acessórios marítimos	Equipamentos, peças e acessórios marítimos, tais como: instrumentos de navegação, instrumentos de medição do tempo, instrumentos óticos, instrumentos geográficos e astronômicos, instrumentos e aparelhos meteorológicos e afins.
517	Instrumentos musicais e artísticos	4.4.90.52.26	Instrumentos musicais e artísticos	Instrumentos musicais em geral, de corda, sopro ou percussão, como também outros instrumentos utilizados pelos artistas em geral: clarinete, guitarra, pistão, saxofone, trombone, xilofone e afins.

518	Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários	4.4.90.52.40	Maq.equip.uten-silios agri/agrop.e rodoviários	Máquinas, tratores e equipamentos utilizados na agricultura, na construção e conservação de estradas, tais como: arado, carregadora, ceifadeira, compactador, conjunto de irrigação, conjunto moto-bomba para irrigação, cultivador, desintegrador, escavadeira, forno e estufa de secagem ou amadurecimento, máquinas de beneficiamento, micro trator – misturador de ração, moinho agrícola, moto niveladora, motosserra, pasteurizados, picador de forragens, plaina terraceadora, plantadeira, pulverizador de tração animal ou mecânica, rolo compressor, roçadeira, semeadeira, silo para depósito de cimento, sulcador, trator de roda e esteira e afins.
519	Máquinas e equipamentos de natureza industrial	4.4.90.52.28	Máquinas e equipamentos de natureza industrial	Máquina, aparelho ou equipamento empregado na fabricação de produtos ou no condicionamento de afins, tais como: balcão frigorífico, betoneira, exaustor industrial, forno e torradeira industrial, geladeira industrial, máquina de fabricação de laticínios, máquina de fabricação de tecidos e afins.

520	Máquinas e equipamentos energéticos	4.4.90.52.30	Máquinas e equipamentos energéticos	Máquinas, aparelhos e equipamentos não incorporáveis e instalações, destinados à geração de energia de qualquer espécie, tais como: alternador energético, carregador de bateria, chave automática, estabilizador, gerador, haste de contato, nobreak, poste de iluminação, retificador, transformador de voltagem, trilho, truck-tunga, turbina (hidrelétrica) e afins.
521	Máquinas e equipamentos gráficos	4.4.90.52.32	Máquinas e equipamentos gráficos	Máquinas, aparelhos e equipamentos utilizados em reprografia ou artes gráficas, tais como: aparelho para encadernação, copiadora, cortadeira elétrica, costuradora de papel, duplicadora, grampeadeira, gravadora de extenso, guilhotina, linotipo, máquina de off-set, operadora de ilhoses, picotadeira, tele impressora e receptadora de páginas e afins.

522	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	4.4.90.52.38	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	Máquinas, ferramentas e utensílios utilizados em oficinas mecânicas, marcenaria, carpintaria e serralheria, tais como: analisador de motores, arcos de serra, bomba para esgotamento de tambores, compressor de ar, conjunto de oxigênio, conjunto de solda, conjunto para lubrificação, desbastadeira, desempenadeira, elevador hidráulico, esmerilhadora, extrator de precisão, forja, fundidora para confecção de broca, laminadora, lavadora de carro, lixadeira, macaco mecânico e hidráulico, mandril, marcador de velocidade, martelo mecânico, níveis de aço ou madeira, pistola metalizadora, polidora, prensa, rebiteadora, recipiente de ferro para combustíveis, saca-pino, serra de bancada, serra mecânica, talhas, tanques para água, taracha, testadora, torno mecânico, vulcanizadora e afins.
-----	-----------------------------------------------	--------------	-----------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

523	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	4.4.90.52.36	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	Máquinas, aparelhos e utensílios utilizados em escritório e destinados ao auxílio do trabalho administrativo, tais como: aparelho rotulador, apontador fixo (de mesa), caixa registradora, carimbo digitalizador de metal, compasso, estojo para desenho, globo terrestre, grampeador (exceto de mesa), máquina autenticadora, máquina de calcular, máquina de contabilidade, máquina de escrever, máquina franqueadora, normógrafo, pantógrafo, quebra-luz (luminária de mesa), régua de precisão, régua T, relógio protocolador e afins.
-----	--------------------------------------------------	--------------	--------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

524	Mobiliário em geral	4.4.90.52.42	Mobiliário em geral	Móveis destinados ao uso ou decoração interior de ambiente como: abajur, aparelho de apoiar os braços, armário, arquivo de aço ou madeira, balcão (tipo atendimento), banco, banqueta, base para mastro, cadeira, cama, carrinho, fichário, carteira e banco escolar, charter negro, cinzeiro com pedestal, criado-mudo, cristaleira, escrivaninha, espelho moldurado, estante de madeira ou aço, estofado, flip-sharter, guardalouça, guarda-roupa, mapoteca, mesa, penteadeira, poltrona, porta-chapéus, prancheta para desenho, quadro de chaves, quadro imantado, quadro para editais e aviso, relógio de mesa/parede/ponto, roupeiro, sofá, suporte para tv e vídeo, suporte para bandeira (mastro), vitrine e afins.
525	Obras de arte e peças para museu	4.4.90.52.44	Obras de arte e peças para exposição	Objetos de valor artístico e histórico destinados a decoração ou exposição em museus, tais como: alfaia em louça, documentos e objetos históricos, esculturas, gravuras, molduras, peças em marfim e cerâmica, pedestais especiais e similares, pinacotecas completas, pinturas em tela, porcelana, tapeçaria, trilhos para exposição de quadros e afins.

526	Peças não incorporáveis a imóveis	4.4.90.52.51	Peças não incorporáveis a imóveis	Materiais empregados em imóveis e que possam ser removidos ou recuperados, tais como: biombos, carpetes (primeira instalação), cortinas, divisórias removíveis, estrados, persianas, tapetes, grades e afins.
527	Veículos de tração mecânica	4.4.90.52.52	Veículos de tração mecânica	Veículos de tração mecânica, tais como: ambulância, automóvel, basculante, caçamba, caminhão, carro-forte, furgão, lambreta, microônibus, motocicleta, ônibus, rabeção, veículo coletor de lixo e afins.
528	Veículos diversos	4.4.90.52.48	Veículos diversos	Veículos não classificados em subitens específicos, tais como: bicicleta, carrinho de mão, carroça, charrete, empilhadeira e afins.
529	Edifícios	4.4.90.61.01	Edifícios	Edificações de propriedade do poder público, como: prédios públicos em geral, escolas, creches, postos de saúde, secretarias etc.
530	Glebas e Fazendas	4.4.90.61.02	Glebas e Fazendas	Imóveis ou terrenos utilizados basicamente para a prática da agricultura e da pecuária.
531	Terrenos	4.4.90.61.03	Terrenos	Terrenos de quaisquer espécie, de propriedade do poder público municipal.

535	Obras em andamento	4.4.90.61.91	Obras em andamento	Obras que estão em execução, como: edificações em geral, ruas, praças etc.. Quanto finalizada a obra, esta deve ser alocada em outra conta patrimonial adequada.
536	Instalações	4.4.90.61.92	Instalações	Instalações incorporáveis aos imóveis, como: instalações centrais de ar condicionado, grades, móveis sob medida, bicicletários, etc.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

#### ANEXO II DO DECRETO 715 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

Tabela de Referência de tipo de bem, vida útil, valor residual e taxa de depreciação

Tipo de Bem (Detalhamento)	Vida útil Estimada (Anos)	Valor Residual (% sobre o valor do bem)	Taxa de Depreciação Anual	Taxa de Depreciação Mensal
'Amperímetro'	5	10%	20,00%	1,67%
'Aparelho de Medição Meteorológica'	5	10%	20,00%	1,67%
'Balanças em Geral'	5	10%	20,00%	1,67%
'Bússola'	5	10%	20,00%	1,67%
'Calibrador de Pneus'	5	10%	20,00%	1,67%
'Cronômetro'	5	10%	20,00%	1,67%
'Hidrômetro'	5	10%	20,00%	1,67%
'Magnetômetro'	5	10%	20,00%	1,67%
'Manômetro'	5	10%	20,00%	1,67%
'Medidor de gás'	5	10%	20,00%	1,67%
'Osciloscópio'	5	10%	20,00%	1,67%
'Paquímetro'	5	10%	20,00%	1,67%
'Pirômetro'	5	10%	20,00%	1,67%
'Plânimetro'	5	10%	20,00%	1,67%
'Psicômetro'	5	10%	20,00%	1,67%
'Sonar'	5	10%	20,00%	1,67%
'Sonda'	5	10%	20,00%	1,67%
'Taquímetro'	5	10%	20,00%	1,67%
'Telêmetro'	5	10%	20,00%	1,67%
'Teodolito'	5	10%	20,00%	1,67%
'Turbímetro'	5	10%	20,00%	1,67%
'Antena parabólica'	5	10%	20,00%	1,67%
'Aparelho de telefonia'	5	10%	20,00%	1,67%
'Bloqueador telefônico'	5	10%	20,00%	1,67%
'Central telefônica'	10	10%	10,00%	0,83%

'Detector de chamadas telefônicas'	5	10%	20,00%	1,67%
'Fac-símile'	5	10%	20,00%	1,67%
'Fonógrafo'	5	10%	20,00%	1,67%
'Interfone'	5	10%	20,00%	1,67%
'PABX'	5	10%	20,00%	1,67%
'Rádio receptor'	5	10%	20,00%	1,67%
'Rádio telegrafia'	5	10%	20,00%	1,67%
'Rádio telex'	5	10%	20,00%	1,67%
'Rádio transmissor'	5	10%	20,00%	1,67%
'Secretária eletrônica'	5	10%	20,00%	1,67%
'Telespeaker'	5	10%	20,00%	1,67%
'Afastador'	5	10%	20,00%	1,67%
'Alargador'	5	10%	20,00%	1,67%
'Aparelho de esterilização'	10	10%	10,00%	0,83%
'Aparelho de Raio X'	10	10%	10,00%	0,83%
'Aparelho de transfusão de sangue'	10	10%	10,00%	0,83%
'Aparelho infravermelho'	5	10%	20,00%	1,67%
'Aparelho para inalação'	5	10%	20,00%	1,67%
'Aparelho de ultravioleta'	5	10%	20,00%	1,67%
'Balança pediátrica'	5	10%	20,00%	1,67%
'Berço aquecido'	10	10%	10,00%	0,83%
'Biombo'	5	10%	20,00%	1,67%
'Boticão'	5	10%	20,00%	1,67%
'Cadeira de dentista'	10	10%	10,00%	0,83%
'Cadeira de rodas'	5	10%	20,00%	1,67%
'Câmara de infravermelho'	10	10%	10,00%	0,83%
'Câmara de oxigênio'	10	10%	10,00%	0,83%
'Câmara de radioterapia'	10	10%	10,00%	0,83%
'Carro-maca'	5	10%	20,00%	1,67%
'Centrifugador'	10	10%	10,00%	0,83%
'Destilador'	10	10%	10,00%	0,83%
'Eletro-analisador'	10	10%	10,00%	0,83%
'Eletrocardiográfico'	10	10%	10,00%	0,83%
'Estetoscópio'	10	10%	10,00%	0,83%
'Estufa'	10	10%	10,00%	0,83%
'Maca'	5	10%	20,00%	1,67%
'Medidor de pressão arterial (esfigmomanômetro)'	5	10%	20,00%	1,67%
'Megatoscópio'	5	10%	20,00%	1,67%
'Mesa para exames clínicos'	10	10%	10,00%	0,83%
'Microscópio'	10	10%	10,00%	0,83%
'Tenda de oxigênio'	5	10%	20,00%	1,67%
'Termocautério'	5	10%	20,00%	1,67%
'Arco'	5	10%	20,00%	1,67%
'Baliza'	5	10%	20,00%	1,67%
'Barco de regata'	10	10%	10,00%	0,83%
'Barra'	5	10%	20,00%	1,67%

'Bastão'	5	10%	20,00%	1,67%
'Bicicleta ergométrica'	10	10%	10,00%	0,83%
'Carneiro de madeira'	5	10%	20,00%	1,67%
'Carrossel'	5	10%	20,00%	1,67%
'Cavalo'	5	10%	20,00%	1,67%
'Dardo'	5	10%	20,00%	1,67%
'Deslizador'	5	10%	20,00%	1,67%
'Disco'	5	10%	20,00%	1,67%
'Halteres'	5	10%	20,00%	1,67%
'Martelo'	5	10%	20,00%	1,67%
'Peso'	5	10%	20,00%	1,67%
'Placar'	5	10%	20,00%	1,67%
'Remo'	5	10%	20,00%	1,67%
'Vara de salto'	5	10%	20,00%	1,67%
'Aparelhos de copa e cozinha'	5	10%	20,00%	1,67%
'Aspirador de pó'	5	10%	20,00%	1,67%
'Batedeira'	5	10%	20,00%	1,67%
'Botijão de gás'	5	10%	20,00%	1,67%
'Cafeteira elétrica'	5	10%	20,00%	1,67%
'Chuveiro ou ducha elétrica'	5	10%	20,00%	1,67%
'Circulador de ar'	5	10%	20,00%	1,67%
'Condicionador de ar (móvel)'	10	10%	10,00%	0,83%
'Conjunto de chá/café/jantar'	5	10%	20,00%	1,67%
'Escada portátil'	5	10%	20,00%	1,67%
'Enceradeira'	5	10%	20,00%	1,67%
'Exaustor'	5	10%	20,00%	1,67%
'Faqueiro'	5	10%	20,00%	1,67%
'Filtro de água'	5	10%	20,00%	1,67%
'Fogão'	10	10%	10,00%	0,83%
'Forno de micro-ondas'	10	10%	10,00%	0,83%
'Geladeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Grill'	5	10%	20,00%	1,67%
'Liquidificador'	5	10%	20,00%	1,67%
'Máquina de lavar louca'	10	10%	10,00%	0,83%
'Máquina de moer café'	10	10%	10,00%	0,83%
'Máquina de secar pratos'	10	10%	10,00%	0,83%
'Secador de prato'	10	10%	10,00%	0,83%
'Tábua de passar roupas'	5	10%	20,00%	1,67%
'Torneira elétrica'	5	10%	20,00%	1,67%
'Torradeira elétrica'	5	10%	20,00%	1,67%
'Umidificador de ar'	5	10%	20,00%	1,67%
'Álbum de caráter educativo'	5	10%	20,00%	1,67%
'Coleções e materiais bibliográficos informatizados'	5	10%	20,00%	1,67%
'Dicionários'	5	10%	20,00%	1,67%
'Enciclopédia'	5	10%	20,00%	1,67%

'Ficha bibliográfica'	5	10%	20,00%	1,67%
'Jornal e revista (que constitua documento)'	3	10%	33,33%	2,78%
'Livro'	3	10%	33,33%	2,78%
'Mapa'	3	10%	33,33%	2,78%
'Material folclórico'	5	10%	20,00%	1,67%
Publicações e documentos especializados para bibliotecas	5	10%	20,00%	1,67%
'Disco educativo'	3	10%	33,33%	2,78%
'Fita de áudio e vídeo com aula de caráter educativo'	5	10%	20,00%	1,67%
'Microfilme'	5	10%	20,00%	1,67%
'Canoa'	10	10%	10,00%	0,83%
'Lancha'	10	10%	10,00%	0,83%
'Traineira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Barraca'	10	10%	10,00%	0,83%
Bloqueios'	5	10%	20,00%	1,67%
'Cama de campanha'	5	10%	20,00%	1,67%
'Farol de comunicação - mesa de campanha'	5	10%	20,00%	1,67%
'Paraquedas'	10	10%	10,00%	0,83%
'Pistola de sinalização'	5	10%	20,00%	1,67%
'Sirene de campanha'	5	10%	20,00%	1,67%
'Alarme'	5	10%	20,00%	1,67%
'Algema'	5	10%	20,00%	1,67%
'Barraca para uso não militar'	5	10%	20,00%	1,67%
'Boia salva-vidas'	5	10%	20,00%	1,67%
'Cabine para guarda (guarita)'	10	10%	10,00%	0,83%
'Cofre'	10	10%	10,00%	0,83%
'Extintor de incêndio'	10	10%	10,00%	0,83%
'Para-raios'	10	10%	10,00%	0,83%
'Sinalizador de garagem'	10	10%	10,00%	0,83%
'Porta giratória'	10	10%	10,00%	0,83%
'Circuito interno de televisão'	10	10%	10,00%	0,83%
'Acordeão'	10	10%	10,00%	0,83%
'Afinadores'	10	10%	10,00%	0,83%
'Afoxé'	10	10%	10,00%	0,83%
'Agogô'	10	10%	10,00%	0,83%
'Alaúde'	10	10%	10,00%	0,83%
'Atabaque'	10	10%	10,00%	0,83%
'Baixo'	10	10%	10,00%	0,83%
'Baixo elétrico'	10	10%	10,00%	0,83%
'Balalaica'	10	10%	10,00%	0,83%
'Bancos de pé'	10	10%	10,00%	0,83%
'Bandolim'	10	10%	10,00%	0,83%
'Bandoneon'	10	10%	10,00%	0,83%
'Banjo'	10	10%	10,00%	0,83%
'Batá'	10	10%	10,00%	0,83%

'Bateria (pratos)'	10	10%	10,00%	0,83%
'Bateria (tambores)'	10	10%	10,00%	0,83%
'Berimbau'	10	10%	10,00%	0,83%
'Berrante'	10	10%	10,00%	0,83%
'Bloco sonoro'	10	10%	10,00%	0,83%
'Bombardino'	10	10%	10,00%	0,83%
'Bumbo (um tipo de tambor)'	10	10%	10,00%	0,83%
'Caixa'	10	10%	10,00%	0,83%
'Caneca'	10	10%	10,00%	0,83%
'Captador'	10	10%	10,00%	0,83%
'Carrilhão'	10	10%	10,00%	0,83%
'Castanhola'	10	10%	10,00%	0,83%
'Cavaquinho'	10	10%	10,00%	0,83%
'Caxixi'	10	10%	10,00%	0,83%
'Chimbal'	10	10%	10,00%	0,83%
'Cistre'	10	10%	10,00%	0,83%
'Cítara'	10	10%	10,00%	0,83%
'Clarineta (ou clarinete)'	10	10%	10,00%	0,83%
'Contrabaixo'	10	10%	10,00%	0,83%
'Cuíca'	10	10%	10,00%	0,83%
'Diapásão'	10	10%	10,00%	0,83%
'Djembê'	10	10%	10,00%	0,83%
'Estoijos'	10	10%	10,00%	0,83%
'Flauta baixa'	10	10%	10,00%	0,83%
'Flauta doce'	10	10%	10,00%	0,83%
'Flauta transversal (Flauta)'	10	10%	10,00%	0,83%
'Gaita'	10	10%	10,00%	0,83%
'Gaita-de-fole'	10	10%	10,00%	0,83%
'Guitarra'	10	10%	10,00%	0,83%
'Guitarra acústica'	10	10%	10,00%	0,83%
'Guitarra eléctrica'	10	10%	10,00%	0,83%
'Guitarra semiacústica'	10	10%	10,00%	0,83%
'Guitolão'	10	10%	10,00%	0,83%
'Harpa'	10	10%	10,00%	0,83%
'Oboé'	10	10%	10,00%	0,83%
'Órgão'	10	10%	10,00%	0,83%
'Órgão eletrônico'	10	10%	10,00%	0,83%
'Pandeiro (pele)'	5	10%	20,00%	1,67%
'Pandeiro (soalhas)'	5	10%	20,00%	1,67%
'Pandeirola'	5	10%	20,00%	1,67%
'Piano'	10	10%	10,00%	0,83%
'Piano de madeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Piano digital'	10	10%	10,00%	0,83%
'Pratos'	5	10%	20,00%	1,67%
'Rabeca'	5	10%	20,00%	1,67%
'Reco-reco'	5	10%	20,00%	1,67%
'Repinique'	5	10%	20,00%	1,67%
'Saltério'	5	10%	20,00%	1,67%
'Sampler'	5	10%	20,00%	1,67%
'Sanfona'	10	10%	10,00%	0,83%



'Sangen'	10	10%	10,00%	0,83%
'Saxofone (soprano, alto, baixo, tenor)'	10	10%	10,00%	0,83%
'Sino'	10	10%	10,00%	0,83%
'Sinos tubulares'	10	10%	10,00%	0,83%
'Sintetizador'	10	10%	10,00%	0,83%
'Surdo'	10	10%	10,00%	0,83%
'Tambor'	10	10%	10,00%	0,83%
'Tamborim'	10	10%	10,00%	0,83%
'Tantã'	10	10%	10,00%	0,83%
'Teclado'	10	10%	10,00%	0,83%
'Tom-tom'	10	10%	10,00%	0,83%
'Triângulo(ferrinhos)'	10	10%	10,00%	0,83%
'Trombone (Trombone de vara, alto, baixo)'	10	10%	10,00%	0,83%
'Trompa'	10	10%	10,00%	0,83%
'Trompete (de pisto, de chave)'	10	10%	10,00%	0,83%
'Tuba (ou Bombardon)'	10	10%	10,00%	0,83%
'Viola'	10	10%	10,00%	0,83%
'Viola caipira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Violino'	10	10%	10,00%	0,83%
'Violoncelo'	10	10%	10,00%	0,83%
'Xilofone'	10	10%	10,00%	0,83%
'Zabumba'	10	10%	10,00%	0,83%
'Balcão frigorífico'	10	10%	10,00%	0,83%
'Betoneira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Exaustor industrial'	10	10%	10,00%	0,83%
'Forno e torradeira industrial'	10	10%	10,00%	0,83%
'Geladeira industrial'	10	10%	10,00%	0,83%
'Máquina de fabricação de laticínios'	10	10%	10,00%	0,83%
'Máquina de fabricação de tecidos'	10	10%	10,00%	0,83%
'Motores - Natureza Industrial'	10	10%	10,00%	0,83%
'Outras Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial'	10	10%	10,00%	0,83%
'Iternador energético'	10	10%	10,00%	0,83%
'Carregador de bateria'	10	10%	10,00%	0,83%
'Chave automática'	10	10%	10,00%	0,83%
'Estabilizador'	10	10%	10,00%	0,83%
'Gerador'	10	10%	10,00%	0,83%
'Haste de contato'	10	10%	10,00%	0,83%
'No-break'	10	10%	10,00%	0,83%
'Poste de iluminação'	5	10%	20,00%	1,67%
'Retificador'	5	10%	20,00%	1,67%
'Transformador de voltagem'	5	10%	20,00%	1,67%
'Trilho'	5	10%	20,00%	1,67%
'Copiadora'	10	10%	10,00%	0,83%
'Turbina (hidrelétrica)'	10	10%	10,00%	0,83%

'Outras Máquinas e Equipamentos Energéticos'	10	10%	10,00%	0,83%
'Aparelho para encadernação'	10	10%	10,00%	0,83%
'Cortadeira elétrica'	10	10%	10,00%	0,83%
'Costuradora de papel'	10	10%	10,00%	0,83%
'Duplicadora'	10	10%	10,00%	0,83%
'Grampeadeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Gravadora de extenso'	10	10%	10,00%	0,83%
'Guilhotina'	10	10%	10,00%	0,83%
'Máquina de OFF-Set'	10	10%	10,00%	0,83%
'Picotadeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Teleimpressora'	10	10%	10,00%	0,83%
'Receptadora de páginas'	10	10%	10,00%	0,83%
'Outras Máquinas e Equipamentos Gráficos'	10	10%	10,00%	0,83%
'Amplificador de som'	10	10%	10,00%	0,83%
'Caixa acústica'	10	10%	10,00%	0,83%
'Data show'	10	10%	10,00%	0,83%
'Equalizador de som'	10	10%	10,00%	0,83%
'Filmadora'	10	10%	10,00%	0,83%
'Flash eletrônico'	5	10%	20,00%	1,67%
'Fone de ouvido'	5	10%	20,00%	1,67%
'Gravador de som'	5	10%	20,00%	1,67%
'Máquina fotográfica'	5	10%	20,00%	1,67%
'Microfilmadora'	5	10%	20,00%	1,67%
'Microfone'	5	10%	20,00%	1,67%
'Projetor'	5	10%	20,00%	1,67%
'Rádio'	5	10%	20,00%	1,67%
'Rebobinadora'	5	10%	20,00%	1,67%
'Retro-projetor'	5	10%	20,00%	1,67%
'Sintonizador de som'	5	10%	20,00%	1,67%
'Tanques para revelação de filmes'	10	10%	10,00%	0,83%
'Tape-deck'	5	10%	20,00%	1,67%
'Televisor'	10	10%	10,00%	0,83%
'Tela para projeção'	5	10%	20,00%	1,67%
'Toca-discos'	5	10%	20,00%	1,67%
'Vídeo-cassete'	5	10%	20,00%	1,67%
'Aparelho de DVD'	5	10%	20,00%	1,67%
'Aparador de Grama'	5	10%	20,00%	1,67%
'Aparelho de Ar Condicionado'	10	10%	10,00%	0,83%
'Bebedouro'	10	10%	10,00%	0,83%
'Carrinho de Feira'	5	10%	20,00%	1,67%
'Container'	10	10%	10,00%	0,83%
'Furadeira'	5	10%	20,00%	1,67%
'Maleta Executiva'	5	10%	20,00%	1,67%
'Ventilador de Coluna'	10	10%	10,00%	0,83%
'Ventilador de Mesa'	10	10%	10,00%	0,83%

'Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas'	10	10%	10,00%	0,83%
'Caneta Óptica'	4	10%	25,00%	2,08%
'Computador'	4	10%	25,00%	2,08%
'Controladora de Linhas'	4	10%	25,00%	2,08%
'Data show'	4	10%	25,00%	2,08%
'Fitas e Discos Magnéticos'	4	10%	25,00%	2,08%
'Impressora'	4	10%	25,00%	2,08%
'Kit Multimídia'	4	10%	25,00%	2,08%
'Leitora'	4	10%	25,00%	2,08%
'Minicomputadores'	4	10%	25,00%	2,08%
'Mesa Digitalizadora'	4	10%	25,00%	2,08%
'Modem'	4	10%	25,00%	2,08%
'Monitor de Vídeo'	4	10%	25,00%	2,08%
'Placas'	4	10%	25,00%	2,08%
'Processador'	4	10%	25,00%	2,08%
'Scanner'	4	10%	25,00%	2,08%
'Teclado para micro'	4	10%	25,00%	2,08%
'Aparelho rotulador'	5	10%	20,00%	1,67%
'Apontador fixo (de mesa)'	5	10%	20,00%	1,67%
'Caixa registradora'	5	10%	20,00%	1,67%
'Carimbo digitador de metal'	5	10%	20,00%	1,67%
'Compasso'	5	10%	20,00%	1,67%
'Estojo para desenho'	5	10%	20,00%	1,67%
'Globo terrestre'	5	10%	20,00%	1,67%
'Grampeador (exceto de mesa)'	5	10%	20,00%	1,67%
'Máquina autenticadora'	5	10%	20,00%	1,67%
'Máquina de calcular'	5	10%	20,00%	1,67%
'Máquina de contabilidade'	5	10%	20,00%	1,67%
'Máquina de escrever'	5	10%	20,00%	1,67%
'Máquina franqueadora'	5	10%	20,00%	1,67%
'Normógrafo'	5	10%	20,00%	1,67%
'Pantógrafo'	5	10%	20,00%	1,67%
'Quebra-luz (luminária de mesa)'	5	10%	20,00%	1,67%
'Régua de precisão'	5	10%	20,00%	1,67%
'Régua T'	5	10%	20,00%	1,67%
'Relógio protocolador'	5	10%	20,00%	1,67%
'Outras Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório'	5	10%	20,00%	1,67%
'Analisador de motores'	5	10%	20,00%	1,67%
'Arcos de serra'	5	10%	20,00%	1,67%
'Bomba para esgotamento de tambores'	10	10%	10,00%	0,83%
'Compressor de ar'	10	10%	10,00%	0,83%
'Conjunto de oxigênio'	10	10%	10,00%	0,83%

'Conjunto de solda'	5	10%	20,00%	1,67%
'Conjunto para lubrificação'	5	10%	20,00%	1,67%
'Desbastadeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Desempenadeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Elevador hidráulico'	10	10%	10,00%	0,83%
'Esmerilhadeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Extrator de precisão'	10	10%	10,00%	0,83%
'Forja'	10	10%	10,00%	0,83%
'Fundidora para confecção de broca'	10	10%	10,00%	0,83%
'Laminadora'	10	10%	10,00%	0,83%
'Lavadora de carro'	10	10%	10,00%	0,83%
'Lixadeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Macaco mecânico'	10	10%	10,00%	0,83%
'Macaco hidráulico'	10	10%	10,00%	0,83%
'Mandril'	10	10%	10,00%	0,83%
'Marcador de velocidade'	5	10%	20,00%	1,67%
'Martelo mecânico'	5	10%	20,00%	1,67%
'Níveis de aço'	5	10%	20,00%	1,67%
'Níveis de madeira'	5	10%	20,00%	1,67%
'Pistola metalizadora'	5	10%	20,00%	1,67%
'Polidora'	5	10%	20,00%	1,67%
'Prensa'	10	10%	10,00%	0,83%
'Rebitadora'	5	10%	20,00%	1,67%
'Recipientes de ferro para combustíveis'	5	10%	20,00%	1,67%
'Saca-pino'	5	10%	20,00%	1,67%
'Serra de bancada'	5	10%	20,00%	1,67%
'Serra mecânica'	5	10%	20,00%	1,67%
'Talhas'	5	10%	20,00%	1,67%
'Tanques pra água'	5	10%	20,00%	1,67%
'Tarracha'	5	10%	20,00%	1,67%
'Testadora'	5	10%	20,00%	1,67%
'Torno mecânico'	10	10%	10,00%	0,83%
'Vulcanizadora'	10	10%	10,00%	0,83%
'Outras Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina'	5	10%	20,00%	1,67%
'Bomba d' água'	10	10%	10,00%	0,83%
'Bomba de desentupimento'	10	10%	10,00%	0,83%
'Bomba de irrigação'	10	10%	10,00%	0,83%
'Bomba de lubrificação'	10	10%	10,00%	0,83%
'Bomba de sucção'	10	10%	10,00%	0,83%
'Bomba de elevação de água e gasolina'	10	10%	10,00%	0,83%
'Carneiro hidráulico'	10	10%	10,00%	0,83%
'Desidratadora'	10	10%	10,00%	0,83%
'Máquina de tratamento de água'	10	10%	10,00%	0,83%
'Máquina de tratamento de esgoto'	10	10%	10,00%	0,83%
'Máquina de tratamento de lixo'	10	10%	10,00%	0,83%

'Moinho'	10	10%	10,00%	0,83%
'Roda d' água'	10	10%	10,00%	0,83%
'Arado'	10	10%	10,00%	0,83%
'Carregadora'	10	10%	10,00%	0,83%
'Ceifadeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Compactador'	10	10%	10,00%	0,83%
'Conjunto de irrigação'	10	10%	10,00%	0,83%
'Conjunto moto-bomba para irrigação'	10	10%	10,00%	0,83%
'Cultivador'	10	10%	10,00%	0,83%
'Desintegrador'	10	10%	10,00%	0,83%
'Escavadeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Forno de secagem'	10	10%	10,00%	0,83%
'Estufa de secagem ou amadurecimento'	10	10%	10,00%	0,83%
'Máquinas de beneficiamento'	10	10%	10,00%	0,83%
'Microtrator'	10	10%	10,00%	0,83%
'Misturador de ração'	10	10%	10,00%	0,83%
'Moinho agrícola'	10	10%	10,00%	0,83%
'Motoniveladora'	10	10%	10,00%	0,83%
'Motosserra'	10	10%	10,00%	0,83%
'Pasteurizador'	10	10%	10,00%	0,83%
'Picador de forragens'	10	10%	10,00%	0,83%
'Plaina terraceadora'	10	10%	10,00%	0,83%
'Plantadeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Pulverizador de tração animal'	10	10%	10,00%	0,83%
'Pulverizador de tração mecânica'	10	10%	10,00%	0,83%
'Rolo compressor'	10	10%	10,00%	0,83%
'Roçadeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Semeadeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Silo para depósito de cimento'	10	10%	10,00%	0,83%
'Sulcador'	10	10%	10,00%	0,83%
'Trator de roda'	10	10%	10,00%	0,83%
'Trator esteira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Outras máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários'	10	10%	10,00%	0,83%
'Abajur'	5	10%	20,00%	1,67%
'Aparelho para apoiar os braços'	5	10%	20,00%	1,67%
'Armário'	10	10%	10,00%	0,83%
'Arquivo de Aço'	10	10%	10,00%	0,83%
'Arquivo de Madeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Balcão (tipo atendimento)'	10	10%	10,00%	0,83%
'Banco'	10	10%	10,00%	0,83%
'Banqueta'	10	10%	10,00%	0,83%
'Base para mastro'	10	10%	10,00%	0,83%
'Cadeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Cama'	10	10%	10,00%	0,83%
'Carrinho fichário'	5	10%	20,00%	1,67%
'Carteira Escolar'	5	10%	20,00%	1,67%

'Banco Escolar'	5	10%	20,00%	1,67%
'Charter negro'	5	10%	20,00%	1,67%
'Cinzeiro com pedestal'	5	10%	20,00%	1,67%
'Criado mudo'	10	10%	10,00%	0,83%
'Cristaleira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Escrivaninha'	10	10%	10,00%	0,83%
'Espelho moldurado'	5	10%	20,00%	1,67%
'Estante de madeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Estante de aço'	10	10%	10,00%	0,83%
'Estofado'	10	10%	10,00%	0,83%
'Flipsharter'	10	10%	10,00%	0,83%
'Guarda-louça'	10	10%	10,00%	0,83%
'Guarda roupa'	10	10%	10,00%	0,83%
'Mapoteca'	10	10%	10,00%	0,83%
'Mesa'	10	10%	10,00%	0,83%
'Penteadeira'	10	10%	10,00%	0,83%
'Poltrona'	10	10%	10,00%	0,83%
'Porta-chapéus'	5	10%	20,00%	1,67%
'Prancheta para desenho'	5	10%	20,00%	1,67%
'Quadro de chaves'	5	10%	20,00%	1,67%
'Quadro imantado'	5	10%	20,00%	1,67%
'Quadro para editais e avisos'	5	10%	20,00%	1,67%
'Relógio de mesa'	5	10%	20,00%	1,67%
'Relógio de parede'	5	10%	20,00%	1,67%
'Relógio ponto'	10	10%	10,00%	0,83%
'Roupeiro'	10	10%	10,00%	0,83%
'Sofá'	10	10%	10,00%	0,83%
'Suporte para TV'	10	10%	10,00%	0,83%
'Suporte para Vídeo'	10	10%	10,00%	0,83%
'Suporte para bandeira (mastro)'	10	10%	10,00%	0,83%
'Vitrine'	10	10%	10,00%	0,83%
'Alfaias em louça'	10	10%	10,00%	0,83%
'Esculturas'	10	10%	10,00%	0,83%
'Gravuras'	10	10%	10,00%	0,83%
'Molduras'	10	10%	10,00%	0,83%
'Peças em marfim'	5	10%	20,00%	1,67%
'Peças em cerâmica'	5	10%	20,00%	1,67%
'Pedestais especiais e similares'	5	10%	20,00%	1,67%
'Pinacotecas completas'	5	10%	20,00%	1,67%
'Pinturas em tela'	5	10%	20,00%	1,67%
'Porcelana'	5	10%	20,00%	1,67%
'Tapeçaria'	5	10%	20,00%	1,67%
'Trilhos para exposição de quadros'	5	10%	20,00%	1,67%
'Selas'	5	10%	20,00%	1,67%
'Bicicleta'	10	10%	10,00%	0,83%
'Carrinho de mão'	5	10%	20,00%	1,67%
'Carroça'	10	10%	10,00%	0,83%
'Charrete'	10	10%	10,00%	0,83%
'Empilhadeira'	10	10%	10,00%	0,83%

'Prancha'	10	10%	10,00%	0,83%
'Reboque'	10	10%	10,00%	0,83%
'Biombos'	10	10%	10,00%	0,83%
'Carpetes (primeira instalação)'	5	10%	20,00%	1,67%
'Cortinas'	5	10%	20,00%	1,67%
'Divisórias removíveis'	5	10%	20,00%	1,67%
'Estrados'	5	10%	20,00%	1,67%
'Persianas'	5	10%	20,00%	1,67%
'Tapetes'	5	10%	20,00%	1,67%
'Grades'	5	10%	20,00%	1,67%
'Outras peças não incorporáveis a imóveis afins'	5	10%	20,00%	1,67%
'Ambulância'	4	10%	25,00%	2,08%
'Veículos de Passeio e Utilitários'	5	10%	20,00%	1,67%
'Basculante'	5	10%	20,00%	1,67%
'Caçamba'	5	10%	20,00%	1,67%
'Caminhão'	5	10%	20,00%	1,67%
'Carro-forte'	5	10%	20,00%	1,67%
Consultório volante'	5	10%	20,00%	1,67%
'Furgão'	5	10%	20,00%	1,67%
'Micro-ônibus'	5	10%	20,00%	1,67%
'Motocicleta'	4	10%	25,00%	2,08%
'Ônibus'	5	10%	20,00%	1,67%
'Radar'	10	10%	10,00%	0,83%
'Rádios'	10	10%	10,00%	0,83%
'Ar condicionado'	10	10%	10,00%	0,83%
'Capota'	10	10%	10,00%	0,83%
'Rádio toca-fitas'	10	10%	10,00%	0,83%
'Escafandro'	10	10%	10,00%	0,83%
'Jet-Ski'	5	10%	20,00%	1,67%
'Tanque de oxigênio'	5	10%	20,00%	1,67%
'Instrumentos de navegação'	5	10%	20,00%	1,67%
'Instrumentos de medição do tempo'	5	10%	20,00%	1,67%
'Instrumentos óticos'	5	10%	20,00%	1,67%
'Instrumentos geográficos'	5	10%	20,00%	1,67%
'Instrumentos astronômicos'	5	10%	20,00%	1,67%
'Instrumentos e Aparelhos meteorológicos'	5	10%	20,00%	1,67%
'Equipamentos e Sistema de Proteção e Vigilância'	5	10%	20,00%	1,67%
'Equipam., sobressalentes de máquinas, motor esquadra'	5	10%	20,00%	1,67%
'Lotes Urbanos'	25	10%	4,00%	0,33%
'Glebas Urbanas'	25	10%	4,00%	0,33%
'Fazendas'	25	10%	4,00%	0,33%
'Unidades Habitacionais'	25	10%	4,00%	0,33%
'Praças'	25	10%	4,00%	0,33%

'Terrenos - Cemitérios'	25	10%	4,00%	0,33%
'Estacionamentos e Garagens'	25	10%	4,00%	0,33%
'Edifícios'	25	10%	4,00%	0,33%
'Armazéns/Galpões'	25	10%	4,00%	0,33%
'Edifícios de Aeroportos e Estações'	25	10%	4,00%	0,33%
'Faróis'	25	10%	4,00%	0,33%
'Museus'	25	10%	4,00%	0,33%
'Laboratórios e Observatórios'	25	10%	4,00%	0,33%
'Hospitais'	25	10%	4,00%	0,33%
'Hotéis'	25	10%	4,00%	0,33%
'Complexos de Fábricas e Usinas'	25	10%	4,00%	0,33%
'Lojas'	15	10%	6,67%	0,56%
'Salas'	15	10%	6,67%	0,56%
'Apartamentos'	15	10%	6,67%	0,56%
'Casas'	25	10%	4,00%	0,33%
'Ruas'	25	10%	4,00%	0,33%
'Pontes'	25	10%	4,00%	0,33%
'Viadutos'	25	10%	4,00%	0,33%
'Sistema de Abastecimento de Água'	25	10%	4,00%	0,33%
'Rede de Iluminação Pública'	25	10%	4,00%	0,33%
'Terrenos - Aterros Sanitários'	25	10%	4,00%	0,33%
'Drenagem Pluvial'	25	10%	4,00%	0,33%
'Sistema de Esgoto'	25	10%	4,00%	0,33%
'Abatedouros'	25	10%	4,00%	0,33%
'Creches'	25	10%	4,00%	0,33%
'Escolas'	25	10%	4,00%	0,33%
'Posto de Saúde'	25	10%	4,00%	0,33%
'Poços Artesianos'	25	10%	4,00%	0,33%
'Sinalização de Trânsito'	10	10%	10,00%	0,83%
'Abrigos para Passageiros de Ônibus'	10	10%	10,00%	0,83%
'Outros Bens Dominicais - Outros Terrenos'	25	10%	4,00%	0,33%
'Outros Bens Dominicais - Outras Edificações'	25	10%	4,00%	0,33%
'Outros Bens de Uso Especial - Outros Terrenos'	25	10%	4,00%	0,33%
'Outros Bens de Uso Especial - Outras Edificações'	25	10%	4,00%	0,33%
'Softwares'	5	10%	20,00%	1,67%
'Marcas, Direitos e Patentes'	10	10%	10,00%	0,83%
'Estradas'	25	10%	4,00%	0,33%
'Outros Bens de Uso Comum do Povo - Outros Terrenos'	25	10%	4,00%	0,33%



'Outros Bens de Uso Comum do Povo - Outras Edificações'	25	10%	4,00%	0,33%
'Parques'	25	10%	4,00%	0,33%
'Glebas Rurais'	25	10%	4,00%	0,33%
'Lotes Rurais'	25	10%	4,00%	0,33%
'Lotes Industriais'	25	10%	4,00%	0,33%
'Lavadora de Roupas'	10	10%	10,00%	0,83%
'Conjunto infantil com mesa e bancos'	10	10%	10,00%	0,83%
'Lousa Digital'	10	10%	10,00%	0,83%
'Freezer horizontal'	10	10%	10,00%	0,83%
'Ventilador de parede'	10	10%	10,00%	0,83%
'Forno elétrico'	10	10%	10,00%	0,83%
'Roteador Wireless'	5	10%	20,00%	1,67%
'Switch'	5	10%	20,00%	1,67%
'Ultrabook'	5	10%	20,00%	1,67%
'Quadro escolar verde'	5	10%	20,00%	1,67%
'Conjunto escolar adulto'	5	10%	20,00%	1,67%
'Conjunto escolar infantil'	5	10%	20,00%	1,67%
'Cadeira fixa'	5	10%	20,00%	1,67%
'Berço'	5	10%	20,00%	1,67%
'Balcão com pia'	5	10%	20,00%	1,67%
'Colchão'	5	10%	20,00%	1,67%
'Micro System'	5	10%	20,00%	1,67%
'Extrator de suco'	5	10%	20,00%	1,67%
'Conjunto adulto com mesa e bancos'	5	10%	20,00%	1,67%
'Gangorra'	5	10%	20,00%	1,67%
'Carro coletor de lixo'	5	10%	20,00%	1,67%
'Conjunto de lixeira coleta seletiva'	5	10%	20,00%	1,67%
'Tatame'	5	10%	20,00%	1,67%
'Escorregador'	5	10%	20,00%	1,67%
'Conjunto mesa e cadeira professor'	5	10%	20,00%	1,67%
'Conjunto infantil mesa e cadeiras'	5	10%	20,00%	1,67%
'Lixeira'	5	10%	20,00%	1,67%
'Espremedor de frutas'	5	10%	20,00%	1,67%
'Secadora de roupas'	5	10%	20,00%	1,67%
'Secador de cabelos'	5	10%	20,00%	1,67%
'Esterilizador de mamadeira'	5	10%	20,00%	1,67%
'Túnel lúdico'	5	10%	20,00%	1,67%
'Banheira'	5	10%	20,00%	1,67%
'Ventilador de teto'	5	10%	20,00%	1,67%
'Ferro elétrico'	5	10%	20,00%	1,67%
'Purificador de água'	5	10%	20,00%	1,67%
'Coifa'	5	10%	20,00%	1,67%
'Mixer de alimentos'	5	10%	20,00%	1,67%
'Mocho'	5	10%	20,00%	1,67%
'Fotopolimerizador'	5	10%	20,00%	1,67%

'Negatoscópio'	5	10%	20,00%	1,67%
'Otoscópio'	5	10%	20,00%	1,67%
'Longarina'	5	10%	20,00%	1,67%
'Oftalmoscópio'	5	10%	20,00%	1,67%
'Suporte para soro'	5	10%	20,00%	1,67%
'Notebook'	5	10%	20,00%	1,67%
'Sanduicheira'	5	10%	20,00%	1,67%
'Simulador de Cavalegada'	5	10%	20,00%	1,67%
'Estação de trabalho'	10	10%	10,00%	0,83%
'Aparelhos esportivos e para fitness, ginástica e musculação'	5	10%	20,00%	1,67%
'Ciranda para manicure'	5	10%	20,00%	1,67%
'Máquina de cortar cabelo'	5	10%	20,00%	1,67%
'Resfriador para panificação'	10	10%	10,00%	0,83%
'Gaveteiro'	5	10%	20,00%	1,67%
'Cavelete'	5	10%	20,00%	1,67%
'Kit de higienização'	5	10%	20,00%	1,67%
'Mesa de som'	5	10%	20,00%	1,67%

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### ANEXO III DO DECRETO 715 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

Critérios para a reavaliação de bens do Ativo Imobilizado

Para fins de cumprimento deste Decreto, adotar-se-ão os seguintes critérios:

##### 1) Veículo Automotor:

Para a reavaliação de veículos automotores o valor de referência de mercado será obtido por meio da Tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), o qual será confrontado com as condições gerais do veículo, conforme Anexo IV deste Decreto, através de Laudo de Vistoria emitido individualmente.

##### 2) Para os bens imóveis:

A Reavaliação necessitará de Laudo Técnico, que poderá ser elaborado por profissional qualificado, avaliando-se as condições gerais do imóvel, conforme os índices estabelecidas na tabela constante do anexo IV deste Decreto.

##### 3) Para os bens intangíveis:

A Reavaliação necessitará de Laudo Técnico, emitido por profissional devidamente habilitado.

##### 4) Para os demais bens do imobilizado:

Para os demais bens do ativo imobilizado a reavaliação será realizada por meio de Laudo de Vistoria, sendo que o valor de referência de mercado será obtido através de cotações de mercado, inclusive obtidas por meio eletrônico, avaliando-se as condições

gerais do bem, conforme os índices estabelecidos na tabela constante do anexo IV deste Decreto.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ANEXO IV DO DECRETO 715 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

Tabela de Referência para Avaliação do Estado Físico de Bens do Imobilizado

Estado de Conservação	Percentual
Ótimo	100%
Bom	90%
Regular	70%
Ruim	30%
Péssimo	20%

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### **PROCESSO Nº 120/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório Nº 120/2014 - Pregão Presencial Nº 073/2014  
Objeto: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para pavimentação, colocação de meio fio, reforma de bocas de lobo e serviços de compactação na Rua ESTANISLAU DALRI, bairro Vigolo, sendo 1.905 m² de Lajotas e 803 ml de meio fio, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão; Valor estimado: R\$ 36.774,00.

Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes: 25/11/2014 até às 09:00 horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3213 - e-mail: [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br).

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

#### **PROCESSO Nº 121/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório Nº 121/2014 - Pregão Presencial Nº 074/2014  
Objeto: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para pavimentação e colocação de meio fio na Transversal da Rua Independência (próximo colégio Trinta Réis), bairro Trinta Réis, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão.

Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes: 25/11/2014 até às 10:40 horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3213 - e-mail: [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br).

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

#### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2014 – SRP 041**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 115/2014 - Pregão Presencial nº 068/2014 - SRP 041

Objeto: O presente Pregão tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição parcelada de material impresso, para uso da Prefeitura Municipal de Nova Trento, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 20/11/2014 até as 9:30 horas. Abertura: 20/11/2014 as 9:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 - site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br); [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2014

Objeto: O objeto da presente licitação é a aquisição parcelada de gêneros alimentícios, utensílios e Gás de Cozinha para o Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição - HIC, localizado na Rua Floriano Peixoto nº 151, para o ano de 2015, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste PREGÃO.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 20/11/2014 até as 14:30 horas. Abertura: 20/11/2014 - 14:30 horas.

Outras Informações: Fone(s): 48.32673211 - 48.32673213 ou através do e-mail: [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br) - Site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2014 – SRP 042**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 118/2014 - Pregão Presencial nº 071/2014 - SRP 042

Objeto: Registro de Preços para a aquisição parcelada de filme, fixador e revelador para Raio X, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e quantidades definidas no Anexo I, parte integrante deste edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 21/11/2014 até as 14:30 horas. Abertura: 21/11/2014 as 14:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 - site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br); [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2014 – SRP 043**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 119/2014 - Pregão Presencial nº 072/2014 - SRP 043

Objeto: O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para a aquisição parcelada de Material de Limpeza para o Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição - HIC, localizado na Rua Floriano Peixoto nº 151, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste PREGÃO.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 24/11/2014 até as 9:30 horas. Abertura: 24/11/2014 as 9:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 - site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br); [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 122/2014 - Pregão Presencial nº 075/2014  
Objeto: Aquisição parcelada de Material de Limpeza, Gêneros Alimentícios e Gás de Cozinha, para a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, para o ano de 2015, conforme especificações constantes do anexo I, que fica fazendo parte integrante deste Pregão.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 21/11/2014 até as 09:30 horas. Abertura: 21/11/2014 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 - site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br); [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito**DECRETO Nº 203/2014**

Decreto nº 203, de 31 de outubro de 2014

OUTORGA DIREITOS À SERVIDOR PÚBLICO QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990,

Considerando o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90;

Considerando a necessidade de atribuir poderes, que não são de sua competência exclusiva; RESOLVE:

Art. 1º Delegar ao servidor público municipal, Maxiliano de Oliveira, matrícula 5553, nomeado no Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pela Portaria nº 07, de 07 de janeiro de 2013 e designado Gestor do Fundo Municipal de Saúde, através da Portaria nº 20, de 07 de janeiro de 2013, plenos poderes, para aprovar e assinar em conjunto com o Prefeito Municipal, todos os atos administrativos, referentes a situação funcional dos servidores em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
em 31 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Prefeitura e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário M. Administração e Finanças

**LEI Nº 2.555/2014**

Lei nº 2.555/2014

Concede subvenção à Associação de Pais e Amigos do Esporte Neotrentino e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, Sr. Gian Francesco Voltolini, usando das atribuições que lhe confere a Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção até o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO ESPORTE NEOTRENTINO, com sede a Rua dos Imigrantes, s/nº, Centro, na cidade de Nova Trento/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.991.606/0001-97, para custear despesas com alimentação, transporte e hospedagem desta Associação, de acordo com o Plano de Aplicação anexo, para a participação da equipe de voleibol feminino no campeonato denominado "Taça Paraná", que acontece entre os dias 28 de outubro a 02 de novembro de 2014.

Art. 2º - Fica a Associação contemplada pelo Município com a subvenção, obrigada a prestar contas da aplicação deste recurso, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento, na forma estabelecida pelas normas de controle interno, sob pena de instauração de tomada de contas especial.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de recursos consignados dentro do orçamento fiscal vigente, desta Prefeitura.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
em 30 de outubro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura a presente Lei e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário M. Administração e Finanças

**CONVÊNIO Nº 009/2014**

CONVÊNIO Nº 009/2014

Convênio que entre si celebram, de um lado o Município de Nova Trento a Associação de Pais e Amigos do Esporte Neotrentino de Nova Trento.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTINO, CNPJ nº 82.925.025/0001-60, com sede na Praça Del Comune, Rua Santo Inácio, 126, Centro, representado neste ato pelo Senhor Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, portador do RG nº 3.573.471/SSP/SC e do CPF 032.953.809-88, doravante denominado simplesmente "Município" e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO ESPORTE NEOTRENTINO, CNPJ nº 04.991.606/0001-97, estabelecida à Rua dos Imigrantes, s/nº, centro, Nova Trento, CEP 88.270-000, representada neste ato pelo seu Presidente, Senhor Sérgio Tomasoni, CPF nº 576.338.009-68, RG nº 1.604.052/SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Joaquim Battisti Archer, centro, na cidade de Nova Trento, doravante denominada simplesmente "beneficiária", considerando o trabalho de interesse público que vem sendo realizado e a necessidade de apoio, resolvem celebrar o presente convênio de

cooperação financeira com autorização dada pela Lei Municipal nº 2.555, de 30 de outubro de 2014.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Transferir recursos financeiros à Beneficiária a título de subvenção social destinado ao atendimento de despesas de manutenção da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO ESPORTE NEOTRENTINO, objetivando custear despesas com alimentação, transporte e hospedagem desta associação, entre os dias 28 de outubro a 02 de novembro de 2014, na participação do evento esportivo denominado Taça Paraná, de acordo com o Plano de Trabalho, em anexo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA**

2.1. Aplicar os recursos recebidos, conforme o Plano de Aplicação apresentado.

2.2. Depositar o recurso recebido da Prefeitura em conta bancária específica;

2.3. Movimentar os recursos recebidos através de conta bancária específica indicada por ordem bancária ou transferência eletrônica. A movimentação opor cheques nominais cruzados e individualizados por credor. Será admitida apenas quando não for possível na modalidade acima, devendo essa circunstância ser justificada na prestação de contas;

2.4. Prestar contas do valor recebido, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento do valor, mediante apresentação de balancete, acompanhado de cópia de todos os documentos que comprovam as despesas realizadas, inclusive de documentos bancários, cópia de cheque, cópia do extrato bancário, se for o caso, sob pena de devolução dos recursos;

2.5. Prestar esclarecimentos ao Município sobre eventuais restrições apontadas nas prestações de contas e encaminhar documentos complementares eventualmente solicitados;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

3.1. Transferir o valor da subvenção de acordo com o estabelecido no Art. 2º da Lei Municipal nº 2.555, de 30 de outubro de 2014.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONVÊNIO**

4.1. O valor do presente convênio é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e será transferido à Beneficiária em uma única parcela, de acordo com a disponibilidade financeira do município, conforme prevê a lei.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1. A despesa deste convênio correrá por conta de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual de 2014.

**CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

6.1. Este convênio tem vigência até 31/12/2014.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO INADIMPLEMENTO**

7.1. O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento é motivo para denúncia e rescisão deste convênio, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial.

7.2. Ocorrendo inadimplemento relativamente ao objeto e ausência da prestação de contas, por ato unilateral da Beneficiária, será

rescindido o convênio na forma estabelecida pelas normas de controle interno, sob pena de suspensão do recurso, ficando esta obrigada a restituir os valores recebidos, atualizados monetariamente a acréscidos dos juros legais.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

8.1. Este convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de quaisquer das partes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada parte pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do acordo.

#### CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

9.1. Constituem comprovantes regulares da despesa para fins de prestação de contas e quando couberem, os documentos fiscais originais e em primeiras vias, preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, com as seguintes indicações mínimas:

1. Data de emissão, o nome, o endereço e o CNPJ da Unidade Gestora concedente;
2. Descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, admitido, quando o documento não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, que o responsável complemente as informações caracterizadoras da despesa e demonstre sua vinculação com o objeto do termo de convênio;
3. Os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação;
4. Número da placa quando os documentos fiscais se referirem a despesas com combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos;
5. Descrição precisa e específica dos serviços prestado, valor pago, numérico e por extenso, discriminação das deduções, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emittente, em caso de recibo, admitido este apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal;
6. Atestado de recebimento dos bens ou serviços, firmado pelo responsável;
7. As folhas de pagamento devem conter o nome, cargo, número de matrícula e CPF do empregado, valor e descrição de cada parcela da remuneração, descontos, valor líquido a pagar, período de competência, comprovação do depósito bancário em favor do credor e assinatura dos responsáveis;
8. Comprovante de recolhimento do INSS, FGTS e IRRF, quando for o caso;
9. Os comprovantes de despesa com publicidade deverão estar acompanhados dos seguintes documentos:
  - a) Memorial descritivo da campanha de publicidade quando relativa a criação ou produção;
  - b) Cópia da autorização de divulgação e/ou contrato de publicidade;
  - c) Exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;
  - d) Cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva;
  - e) Cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados.
- 9.2. A prestação de contas deve ser apresentada ao Diretor de Controle Interno para análise e emissão de parecer, devendo conter os seguintes documentos:

1. Balancete de prestação de contas assinado pelo representante

legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

2. Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
3. Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
4. Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
5. Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com movimentação completa do período;
6. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento de despesas;
7. Guia de recolhimento do saldo não aplicado, inclusive do rendimento de aplicação, se for o caso;
8. Declaração do responsável nos documentos comprobatórios de despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
9. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
10. Quando for o caso, relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhada dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas de escolha;
11. Quando os recursos forem destinados a realização de obras e serviços de engenharia, a prestação de contas deverá estar acompanhada dos seguintes documentos complementares:

- a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável;
- b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- c) Declaração do responsável com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- d) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme estabelecido na Legislação Federal;

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista, para dirimir eventuais dúvidas oriundas do presente convênio.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em duas vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo.

Nova Trento, em 30 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini PREFEITO MUNICIPAL	Sérgio Tomasoni PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO ESPORTE NEO- TRENTINO
---------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------

Valdemir Luiz Quaiatto  
SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Clarisse Cadorin Marchiori TESTEMUNHA CPF nº 298.715.739-87	Juliano Gulini TESTEMUNHA CPF nº 040.187.199-14
-------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### **RESULTADO DO PL FMS Nº 015/2014-PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 010/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 010/2014

O Fundo Municipal de Saúde, do município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial FMS nº 010/2014, cujo objeto é a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital. Que na data de sua realização: Dia 06/11/2014 às 08:00 hs, que teve como empresas participantes a saber: DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137), DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381), MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597), DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787). A empresa S&R Distribuidora Ltda foi desclassificada para etapa de lances por não se enquadrar no item 4.5 do edital. A empresa DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA foi vencedora dos itens 5,7,9,12,14,19,20,21,25,35,37,38,41,42,43,49,50,55,56,59,60 e 62, com valor total de R\$ 13.187,22 (Treze mil, cento e oitenta sete reais e vinte dois centavos), a empresa DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA, foi vencedora dos itens 10,13,15,16,18,24,27,31,33,34,40,45 e 54, com valor total de R\$ 6.511,70 (Seis mil, quinhentos e onze reais e setenta centavos), a empresa MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME, foi vencedora dos itens 1,3,6,8,11,26,29,30,44,47,48 e 53, com valor total de R\$ 3.419,42 (Três mil, quatrocentos e dezenove reais e quarenta dois centavos), a empresa DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME, foi vencedora dos itens 2,4,17,23,46,51 e 52, com valor total de R\$ 4.803,90 (Quatro mil, oitocentos e três reais e noventa centavos), totalizando o valor da licitação em R\$ 27.922,24 (Vinte e sete mil, novecentos e vinte dois reais e vinte quatro centavos). Os itens 22 e 36 foram FRACASSADOS e os itens 28, 32, 39, 57, 58 e 61 foram DESERTOS. Concluídos os procedimentos legais, considerando que: As propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital, foi encerrada as etapas do Pregão e vencedoras as empresas acima identificadas.

Novo Horizonte/SC, em 06 de Novembro de 2.014.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 067/2014-CV Nº 017/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2014  
CONVITE Nº 017/2014  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 06/11/2014  
CONTRATADO: CONSTRUIR CONCURSOS E ASSESSORIAS LTDA ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas para contratação de empresa especializada para realização de Concurso Público para provimentos de cargos efetivos e Processo Seletivo de títulos e prova para contratação em caráter temporário para cargos do Poder Executivo Municipal de Novo Horizonte/SC.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 33.200,00 (trinta e três mil e duzentos reais)

DATA: 06/11/14 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 090/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 090/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: CONSTRUIR CONCURSOS E ASSESSORIAS LTDA ME  
Valor ..... : 33.200,00 (trinta e três mil e duzentos reais)  
Vigência ..... : Início: 06/11/2014 Término: 05/11/2015  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 17/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (39)  
Objeto ..... : O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para realização de Concurso Público e Processo Seletivo para contratação temporária para preenchimento de vagas do quadro efetivo e contratação temporária para suprir afastamentos/licenças ou eventuais necessidades do Poder Público do município de Novo Horizonte/SC , compreendendo GERENCIAMENTO; PLANEJAMENTO; ELABORAÇÃO DOS EDITAIS; ELABORAÇÃO DOS EXTRATOS PARA PUBLICAÇÕES LEGAIS NECESSÁRIAS, RETIFICAÇÕES, QUANDO NECESSÁRIAS; COMPILAÇÃO DE TODA A MATÉRIA E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONCURSO e PROCESSO SELETIVO; ELABORAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS E PRÁTICAS; APLICAÇÃO DAS PROVAS AOS CANDIDATOS INSCRITOS; AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO PARA OS CARGOS TEMPORÁRIOS DO MAGISTÉRIO; ANÁLISE E RESPOSTAS AOS EVENTUAIS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES; CORREÇÃO DAS PROVAS; FORNECIMENTO DOS RESULTADOS, enfim, realização do concurso público e Processo Seletivo em todas as suas fases até o resultado final.

Novo Horizonte/SC, 6 de Novembro de 2014



**ANEXOS LRF NOVO HORIZONTE 5 BIM.14**

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	5,00	0,00	5,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,00	0,00	1,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4,00	0,00	4,00
<b>TOTAL</b>	<b>5,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	4,00	0,00	0,00	4,00
Investimentos	4,00	0,00	0,00	4,00
<b>TOTAL</b>	<b>4,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/10/2014

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

ERROR: undefined  
OFFENDING COMMAND: G2UBegin

STACK:

/Font  
/TT63t00

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

---

DAI

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO
------------------	---------

ERROR: undefined  
OFFENDING COMMAND: G2UBegin

STACK:

/Font  
/TT61t00



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.034.170,56	1.422.070,83	1.142.533,57	1.543.461,34	1.123.521,24	1.344.252,00	1.455.595,57	990.975,10	1.092.462,50	1.563.379,37	1.161.931,89	1.097.346,00	14.977.701,97	12.705.005,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	25.490,40	24.126,02	24.090,43	98.551,17	38.253,18	93.801,04	31.482,59	28.386,65	81.387,19	155.517,01	189.706,96	146.424,77	940.223,41	318.000,00
I.P.T.U.	290,86	1.114,92	0,00	0,00	0,00	23.772,38	2.178,21	1.170,41	84,46	144,18	3.623,99	210,09	33.346,50	22.000,00
I.R.R.F.	15.012,91	15.695,34	16.335,40	10.080,69	10.702,39	10.162,92	12.248,92	12.428,88	12.134,35	11.983,56	12.538,01	12.399,98	132.000,00	132.000,00
I.S.S.	3.257,84	4.443,75	1.712,12	74.664,14	16.059,33	44.465,11	6.167,03	7.691,14	61.077,12	137.514,64	154.463,58	117.990,57	629.506,37	25.000,00
I.T.B.I.	5.147,00	300,00	6.042,91	3.000,00	6.200,00	12.168,38	9.810,56	6.259,22	6.941,76	8.437,13	4.741,21	11.303,99	85.383,16	100.000,00
Outras Receitas Tributárias	1.787,79	2.612,01	0,00	10.816,34	5.291,46	3.231,25	1.087,87	837,00	372,50	437,50	14.340,17	4.520,14	46.334,03	39.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.710,54	38.177,40	20.459,18	20.308,20	20.233,59	20.523,92	21.704,99	21.719,16	21.571,94	21.598,79	21.854,06	21.883,19	270.754,96	274.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	6.084,89	62.719,47	3.863,43	307.517,34	207.651,64	220.919,46	341.032,99	37.988,34	108.851,22	400.913,73	20.095,38	16.114,79	1.733.752,48	616.002,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	150,00	780,00	150,00	300,00	420,00	90,00	60,00	150,00	450,00	60,00	240,00	300,00	3.150,00	4.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	21,00	38,00	21,00	21,00	117,00	38,00	21,00	38,00	21,00	21,00	17,00	59,00	433,00	1.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	6.269,30	22.685,61	544,16	1.147,82	3.032,87	3.648,97	5.561,88	14.585,53	22.720,09	26.404,76	44.916,77	28.535,44	180.063,20	105.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	973.239,59	1.251.973,41	1.088.797,61	1.112.320,49	851.977,44	1.003.942,65	1.053.512,12	885.905,26	855.299,17	959.603,18	881.730,18	882.110,99	11.789.712,09	11.356.003,00
Cota-Parte do FPM	482.790,19	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	5.854.753,99	6.200.000,00
Cota-Parte do ICMS	299.453,06	298.451,02	295.794,77	280.608,74	283.205,46	277.384,34	282.767,57	285.990,64	285.274,92	277.985,90	297.977,72	307.565,41	3.541.539,55	3.250.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	5.192,45	3.086,19	8.872,77	15.054,85	12.823,32	18.767,69	16.515,15	14.269,08	23.775,58	17.200,92	14.037,42	12.197,20	161.793,62	165.000,00
Cota-Parte do ITR	116,02	130,73	0,00	68,44	0,00	18,48	0,00	90,78	0,00	158,00	2.969,20	3.953,48	7.505,13	6.000,00
Outras Transferências Correntes	82.182,02	116.840,63	93.506,65	88.558,50	94.245,27	190.396,01	86.122,79	66.262,79	113.238,23	126.383,86	82.752,26	91.848,42	1.232.342,43	787.003,00
Transferências da LC 61/1989	4.650,61	4.970,49	4.689,48	3.970,22	3.879,43	4.225,87	4.595,32	4.377,75	4.497,33	4.635,73	4.362,48	4.671,84	53.527,55	50.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.223,23	1.223,23	1.226,82	1.226,82	0,00	1.226,82	1.226,82	1.226,82	1.226,82	1.226,82	1.226,82	1.226,82	13.487,84	18.000,00
Transferências do FUNDEB	87.632,01	87.179,72	89.873,76	87.708,46	80.962,23	81.574,34	89.194,17	78.156,66	83.605,90	85.321,34	89.143,98	1.024.761,98	880.000,00	880.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.199,04	21.570,92	4.807,76	3.265,32	1.835,52	1.587,96	2.210,00	2.802,16	2.181,89	2.260,90	3.371,54	1.909,82	48.622,83	34.000,00
DEDUÇÕES (II)	179.408,76	199.414,80	199.893,61	205.924,65	154.071,28	165.125,24	195.816,34	167.109,27	152.766,88	169.977,82	162.908,66	160.144,58	2.112.561,89	2.121.800,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	591,32	1.182,64	591,32	624,19	624,19	624,19	624,19	624,19	624,19	624,19	624,19	624,19	7.982,99	8.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	18.575,38	35.461,28	18.219,43	18.069,91	18.069,30	18.167,40	19.553,31	19.518,26	19.362,43	19.431,12	19.553,34	19.258,87	243.322,03	246.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	160.242,06	162.770,88	181.082,86	187.210,55	135.353,79	146.333,65	175.638,84	146.866,82	132.780,26	149.922,51	142.731,13	140.223,52	1.861.256,87	1.887.800,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	854.761,80	1.222.656,03	942.639,96	1.337.536,69	969.449,96	1.179.126,76	1.259.779,23	823.865,83	939.695,62	1.399.401,55	999.023,23	837.203,42	12.866.140,08	10.586.205,00
R\$ 1,00														

NOVO HORIZONTE, 31/10/2014

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DE MACEDO  
SECRETÁRIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALEMAR P. GOBI

TÉC.CONTÁBIL.CRC/SC 17891-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	854.000,00	854.000,00	62.466,11	1.796.822,63	329.711,60
RECEITAS CORRENTES	854.000,00	854.000,00	62.466,11	1.796.822,63	329.711,60
Receita de Contribuições dos Segurados	246.000,00	246.000,00	38.850,21	189.285,37	179.714,62
Pessoal Civil	246.000,00	246.000,00	38.850,21	189.285,37	179.714,62
Ativo	245.000,00	245.000,00	38.850,21	189.285,37	179.714,62
Inativo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	8.000,00	8.000,00	1.248,38	6.209,03	5.878,69
Outras Receitas de Contribuições	600.000,00	600.000,00	22.367,52	1.601.328,23	144.118,29
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	600.000,00	600.000,00	22.367,52	1.601.328,23	144.118,29
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	330.000,00	330.000,00	52.977,65	258.116,76	244.201,12
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>1.184.000,00</b>	<b>1.184.000,00</b>	<b>115.443,76</b>	<b>2.054.939,39</b>	<b>573.912,72</b>
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
ADMINISTRAÇÃO	280.000,00	294.489,20	60.112,34	215.703,27	169.974,68
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	34.456,74
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	34.456,74
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	280.000,00	294.489,20	60.112,34	215.703,27	135.517,94
					Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Pessoal Civil	0,00	0,00	49.056,28	176.049,17	135.517,94
Aposentadorias	0,00	0,00	13.712,18	58.436,02	52.053,94
Pensões	0,00	0,00	4.054,90	19.668,94	18.760,60
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	31.289,20	97.944,21	64.703,40
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	280.000,00	294.489,20	11.056,06	39.654,10	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	280.000,00	294.489,20	11.056,06	39.654,10	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>280.000,00</b>	<b>294.489,20</b>	<b>60.112,34</b>	<b>215.703,27</b>	<b>169.974,68</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>904.000,00</b>	<b>889.510,80</b>	<b>55.331,42</b>	<b>1.839.236,12</b>	<b>403.938,04</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					904.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS			SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
				2014	2013
Caixa			0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento			10.167.239,45	10.194.788,82	8.604.153,30
Investimentos			0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	330.000,00	330.000,00	52.977,65	258.116,76
RECEITAS CORRENTES (VII)	330.000,00	330.000,00	52.977,65	258.116,76
Receita de Contribuições Patronais	330.000,00	330.000,00	52.977,65	258.116,76
Pessoal Civil	330.000,00	330.000,00	52.977,65	258.116,76
Ativo	330.000,00	330.000,00	52.977,65	258.116,76
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>330.000,00</b>	<b>330.000,00</b>	<b>52.977,65</b>	<b>258.116,76</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

NOVO HORIZONTE, 31/10/2014

ELI MARIOTT PREFEITO MUNICIPAL	MARCIO DE MACEDO SECRETARIO SAF	PRICILA CRESTANI CONTROLADORA INTERNA	VALDEMAR P. GOBI TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0
-----------------------------------	------------------------------------	------------------------------------------	-------------------------------------------------

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	247.776,82	695.666,73	671.000,07
DEDUÇÕES (II)	1.131.651,97	1.546.808,99	1.273.622,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.131.651,97	1.682.578,91	1.912.943,19
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	135.769,92	639.321,19
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-883.875,15	-851.142,26	-602.621,93
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	560.000,00	560.000,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-883.875,15</b>	<b>-1.411.142,26</b>	<b>-1.162.621,93</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>248.520,33</b>	<b>-278.746,78</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-34.024,02</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	8.361.633,19	10.139.457,40	10.194.788,82
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.361.633,19	10.139.507,40	10.194.788,82
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	50,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-8.361.633,19	-10.139.457,40	-10.194.788,82
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-8.361.633,19</b>	<b>-10.139.457,40</b>	<b>-10.194.788,82</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>10.557.203,00</b>	<b>1.993.092,72</b>	<b>9.576.505,09</b>	<b>8.112.817,19</b>
Receita Tributária	318.000,00	336.131,73	890.600,99	271.148,59
I.P.T.U.	22.000,00	3.834,08	31.940,72	23.737,71
I.S.S.	25.000,00	272.454,15	621.804,78	20.071,41
I.T.B.I.	100.000,00	16.045,20	74.906,16	78.160,70
I.R.R.F.	132.000,00	24.937,99	121.015,10	110.899,88
Outras Receitas Tributárias	39.000,00	18.860,31	40.934,23	38.278,89
Receita de Contribuição	604.000,00	96.724,90	469.983,78	444.196,88
Receitas Previdenciárias	584.000,00	93.076,24	453.611,16	429.794,43
Outras Contribuições	20.000,00	3.648,66	16.372,62	14.402,45
Receita Patrimonial Líquida	3.000,00	0,00	120,00	1.643,70
Receita Patrimonial	616.002,00	36.210,17	1.664.948,32	153.846,88
(-) Aplicações Financeiras	613.002,00	36.210,17	1.664.828,32	152.203,18
Transferências Correntes	9.488.203,00	1.480.886,52	8.036.255,16	7.331.543,63
F.P.M.	5.000.000,00	611.669,46	3.697.498,16	3.533.857,70
I.C.M.S.	2.630.000,00	484.434,71	2.282.909,27	2.106.569,38
Convênios	2,00	27.659,10	110.636,40	143.049,30
Outras Transferências Correntes	1.858.201,00	357.123,25	1.945.211,33	1.548.067,25
Demais Receitas Correntes	144.000,00	79.349,57	179.545,16	64.284,39
Dívida Ativa	24.000,00	1.977,74	14.499,52	10.399,32
Diversas Receitas Correntes	120.000,00	77.371,83	165.045,64	53.885,07
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>25,00</b>	<b>316.678,42</b>	<b>1.821.289,50</b>	<b>268.722,78</b>
Operações de Crédito (III)	2,00	0,00	560.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	5,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	316.678,42	1.261.289,50	268.722,78
Convênios	18,00	316.678,42	1.261.289,50	268.722,78
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>18,00</b>	<b>316.678,42</b>	<b>1.261.289,50</b>	<b>268.722,78</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>10.557.221,00</b>	<b>2.309.771,14</b>	<b>10.837.794,59</b>	<b>8.381.539,97</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>10.913.339,92</b>	<b>1.810.803,09</b>	<b>8.133.014,01</b>	<b>6.994.614,70</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.167.051,25	814.292,95	3.949.981,61	3.712.668,44
Juros e Encargos da Dívida (IX)	25.000,00	2.599,50	18.278,38	42.632,68
Outras Despesas Correntes	5.721.288,67	993.910,64	4.164.754,02	3.239.313,58
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>10.888.339,92</b>	<b>1.808.203,59</b>	<b>8.114.735,63</b>	<b>6.951.982,02</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>4.106.535,96</b>	<b>752.837,19</b>	<b>2.515.033,97</b>	<b>371.261,71</b>
Investimentos	3.944.535,96	728.170,53	2.378.257,22	241.057,24
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	162.000,00	24.666,66	136.776,75	130.204,47
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>3.944.535,96</b>	<b>728.170,53</b>	<b>2.378.257,22</b>	<b>241.057,24</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>909.000,00</b>	-	-	-

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>909.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>15.741.875,88</b>	<b>2.536.374,12</b>	<b>10.492.992,85</b>	<b>7.193.039,26</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-5.184.654,88</b>	<b>-226.602,98</b>	<b>344.801,74</b>	<b>1.188.500,71</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	766.484,87	0,00
Superávit Financeiro	-	-	766.484,87	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-943.009,00</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>10.557.203,00</b>	<b>1.993.092,72</b>	<b>9.576.505,09</b>	<b>8.112.817,19</b>
Receita Tributária	318.000,00	336.131,73	890.600,99	271.148,59
I.P.T.U.	22.000,00	3.834,08	31.940,72	23.737,71
I.S.S.	25.000,00	272.454,15	621.804,78	20.071,41
I.T.B.I.	100.000,00	16.045,20	74.906,16	78.160,70
I.R.R.F.	132.000,00	24.937,99	121.015,10	110.899,88
Outras Receitas Tributárias	39.000,00	18.860,31	40.934,23	38.278,89
Receita de Contribuição	604.000,00	96.724,90	469.983,78	444.196,88
Receitas Previdenciárias	584.000,00	93.076,24	453.611,16	429.794,43
Outras Contribuições	20.000,00	3.648,66	16.372,62	14.402,45
Receita Patrimonial Líquida	3.000,00	0,00	120,00	1.643,70
Receita Patrimonial	616.002,00	36.210,17	1.664.948,32	153.846,88
(-) Aplicações Financeiras	613.002,00	36.210,17	1.664.828,32	152.203,18
Transferências Correntes	9.488.203,00	1.480.886,52	8.036.255,16	7.331.543,63
F.P.M.	5.000.000,00	611.669,46	3.697.498,16	3.533.857,70
I.C.M.S.	2.630.000,00	484.434,71	2.282.909,27	2.106.569,38
Convênios	2,00	27.659,10	110.636,40	143.049,30
Outras Transferências Correntes	1.858.201,00	357.123,25	1.945.211,33	1.548.067,25
Demais Receitas Correntes	144.000,00	79.349,57	179.545,16	64.284,39
Dívida Ativa	24.000,00	1.977,74	14.499,52	10.399,32
Diversas Receitas Correntes	120.000,00	77.371,83	165.045,64	53.885,07
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>25,00</b>	<b>316.678,42</b>	<b>1.821.289,50</b>	<b>268.722,78</b>
Operações de Crédito (III)	2,00	0,00	560.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	5,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	316.678,42	1.261.289,50	268.722,78
Convênios	18,00	316.678,42	1.261.289,50	268.722,78
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>18,00</b>	<b>316.678,42</b>	<b>1.261.289,50</b>	<b>268.722,78</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>10.557.221,00</b>	<b>2.309.771,14</b>	<b>10.837.794,59</b>	<b>8.381.539,97</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>10.913.339,92</b>	<b>1.810.803,09</b>	<b>8.133.014,01</b>	<b>6.994.614,70</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.167.051,25	814.292,95	3.949.981,61	3.712.668,44
Juros e Encargos da Dívida (IX)	25.000,00	2.599,50	18.278,38	42.632,68
Outras Despesas Correntes	5.721.288,67	993.910,64	4.164.754,02	3.239.313,58
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>10.888.339,92</b>	<b>1.808.203,59</b>	<b>8.114.735,63</b>	<b>6.951.982,02</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>4.106.535,96</b>	<b>752.837,19</b>	<b>2.515.033,97</b>	<b>371.261,71</b>
Investimentos	3.944.535,96	728.170,53	2.378.257,22	241.057,24
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	162.000,00	24.666,66	136.776,75	130.204,47
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>3.944.535,96</b>	<b>728.170,53</b>	<b>2.378.257,22</b>	<b>241.057,24</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>909.000,00</b>	-	-	-

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>909.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>15.741.875,88</b>	<b>2.536.374,12</b>	<b>10.492.992,85</b>	<b>7.193.039,26</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-5.184.654,88</b>	<b>-226.602,98</b>	<b>344.801,74</b>	<b>1.188.500,71</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	766.484,87	0,00
Superávit Financeiro	-	-	766.484,87	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-943.009,00</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>10.557.203,00</b>	<b>1.993.092,72</b>	<b>9.576.505,09</b>	<b>8.112.817,19</b>
Receita Tributária	318.000,00	336.131,73	890.600,99	271.148,59
I.P.T.U.	22.000,00	3.834,08	31.940,72	23.737,71
I.S.S.	25.000,00	272.454,15	621.804,78	20.071,41
I.T.B.I.	100.000,00	16.045,20	74.906,16	78.160,70
I.R.R.F.	132.000,00	24.937,99	121.015,10	110.899,88
Outras Receitas Tributárias	39.000,00	18.860,31	40.934,23	38.278,89
Receita de Contribuição	604.000,00	96.724,90	469.983,78	444.196,88
Receitas Previdenciárias	584.000,00	93.076,24	453.611,16	429.794,43
Outras Contribuições	20.000,00	3.648,66	16.372,62	14.402,45
Receita Patrimonial Líquida	3.000,00	0,00	120,00	1.643,70
Receita Patrimonial	616.002,00	36.210,17	1.664.948,32	153.846,88
(-) Aplicações Financeiras	613.002,00	36.210,17	1.664.828,32	152.203,18
Transferências Correntes	9.488.203,00	1.480.886,52	8.036.255,16	7.331.543,63
F.P.M.	5.000.000,00	611.669,46	3.697.498,16	3.533.857,70
I.C.M.S.	2.630.000,00	484.434,71	2.282.909,27	2.106.569,38
Convênios	2,00	27.659,10	110.636,40	143.049,30
Outras Transferências Correntes	1.858.201,00	357.123,25	1.945.211,33	1.548.067,25
Demais Receitas Correntes	144.000,00	79.349,57	179.545,16	64.284,39
Dívida Ativa	24.000,00	1.977,74	14.499,52	10.399,32
Diversas Receitas Correntes	120.000,00	77.371,83	165.045,64	53.885,07
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>25,00</b>	<b>316.678,42</b>	<b>1.821.289,50</b>	<b>268.722,78</b>
Operações de Crédito (III)	2,00	0,00	560.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	5,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	316.678,42	1.261.289,50	268.722,78
Convênios	18,00	316.678,42	1.261.289,50	268.722,78
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>18,00</b>	<b>316.678,42</b>	<b>1.261.289,50</b>	<b>268.722,78</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>10.557.221,00</b>	<b>2.309.771,14</b>	<b>10.837.794,59</b>	<b>8.381.539,97</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>10.913.339,92</b>	<b>1.810.803,09</b>	<b>8.133.014,01</b>	<b>6.994.614,70</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.167.051,25	814.292,95	3.949.981,61	3.712.668,44
Juros e Encargos da Dívida (IX)	25.000,00	2.599,50	18.278,38	42.632,68
Outras Despesas Correntes	5.721.288,67	993.910,64	4.164.754,02	3.239.313,58
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>10.888.339,92</b>	<b>1.808.203,59</b>	<b>8.114.735,63</b>	<b>6.951.982,02</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>4.106.535,96</b>	<b>752.837,19</b>	<b>2.515.033,97</b>	<b>371.261,71</b>
Investimentos	3.944.535,96	728.170,53	2.378.257,22	241.057,24
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	162.000,00	24.666,66	136.776,75	130.204,47
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>3.944.535,96</b>	<b>728.170,53</b>	<b>2.378.257,22</b>	<b>241.057,24</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>909.000,00</b>	-	-	-

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>909.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>15.741.875,88</b>	<b>2.536.374,12</b>	<b>10.492.992,85</b>	<b>7.193.039,26</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-5.184.654,88</b>	<b>-226.602,98</b>	<b>344.801,74</b>	<b>1.188.500,71</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	766.484,87	0,00
Superávit Financeiro	-	-	766.484,87	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-943.009,00</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>10.557.203,00</b>	<b>1.993.092,72</b>	<b>9.576.505,09</b>	<b>8.112.817,19</b>
Receita Tributária	318.000,00	336.131,73	890.600,99	271.148,59
I.P.T.U.	22.000,00	3.834,08	31.940,72	23.737,71
I.S.S.	25.000,00	272.454,15	621.804,78	20.071,41
I.T.B.I.	100.000,00	16.045,20	74.906,16	78.160,70
I.R.R.F.	132.000,00	24.937,99	121.015,10	110.899,88
Outras Receitas Tributárias	39.000,00	18.860,31	40.934,23	38.278,89
Receita de Contribuição	604.000,00	96.724,90	469.983,78	444.196,88
Receitas Previdenciárias	584.000,00	93.076,24	453.611,16	429.794,43
Outras Contribuições	20.000,00	3.648,66	16.372,62	14.402,45
Receita Patrimonial Líquida	3.000,00	0,00	120,00	1.643,70
Receita Patrimonial	616.002,00	36.210,17	1.664.948,32	153.846,88
(-) Aplicações Financeiras	613.002,00	36.210,17	1.664.828,32	152.203,18
Transferências Correntes	9.488.203,00	1.480.886,52	8.036.255,16	7.331.543,63
F.P.M.	5.000.000,00	611.669,46	3.697.498,16	3.533.857,70
I.C.M.S.	2.630.000,00	484.434,71	2.282.909,27	2.106.569,38
Convênios	2,00	27.659,10	110.636,40	143.049,30
Outras Transferências Correntes	1.858.201,00	357.123,25	1.945.211,33	1.548.067,25
Demais Receitas Correntes	144.000,00	79.349,57	179.545,16	64.284,39
Dívida Ativa	24.000,00	1.977,74	14.499,52	10.399,32
Diversas Receitas Correntes	120.000,00	77.371,83	165.045,64	53.885,07
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>25,00</b>	<b>316.678,42</b>	<b>1.821.289,50</b>	<b>268.722,78</b>
Operações de Crédito (III)	2,00	0,00	560.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	5,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	316.678,42	1.261.289,50	268.722,78
Convênios	18,00	316.678,42	1.261.289,50	268.722,78
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>18,00</b>	<b>316.678,42</b>	<b>1.261.289,50</b>	<b>268.722,78</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>10.557.221,00</b>	<b>2.309.771,14</b>	<b>10.837.794,59</b>	<b>8.381.539,97</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>10.913.339,92</b>	<b>1.810.803,09</b>	<b>8.133.014,01</b>	<b>6.994.614,70</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.167.051,25	814.292,95	3.949.981,61	3.712.668,44
Juros e Encargos da Dívida (IX)	25.000,00	2.599,50	18.278,38	42.632,68
Outras Despesas Correntes	5.721.288,67	993.910,64	4.164.754,02	3.239.313,58
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>10.888.339,92</b>	<b>1.808.203,59</b>	<b>8.114.735,63</b>	<b>6.951.982,02</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>4.106.535,96</b>	<b>752.837,19</b>	<b>2.515.033,97</b>	<b>371.261,71</b>
Investimentos	3.944.535,96	728.170,53	2.378.257,22	241.057,24
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	162.000,00	24.666,66	136.776,75	130.204,47
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>3.944.535,96</b>	<b>728.170,53</b>	<b>2.378.257,22</b>	<b>241.057,24</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>909.000,00</b>	-	-	-

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>909.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>15.741.875,88</b>	<b>2.536.374,12</b>	<b>10.492.992,85</b>	<b>7.193.039,26</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-5.184.654,88</b>	<b>-226.602,98</b>	<b>344.801,74</b>	<b>1.188.500,71</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	766.484,87	0,00
Superávit Financeiro	-	-	766.484,87	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-943.009,00</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA SECRET. AGRICULT. TRANSP. OBRAS E M. AMBIEN SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL LEGISLATIVO CAMARA DE VEREADORES CAMARA DE VEREADORES CAMARA DE VEREADORES RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	29.093,46	479.754,82	433.368,78	433.368,78	73.638,87	1.840,63
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	407.864,09	336.470,89	336.470,89	71.393,20	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.950,00	72.556,80	72.556,80	71.393,20	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	262.739,09	262.739,09	262.739,09	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.093,46	71.890,73	96.897,89	96.897,89	2.245,67	1.840,63
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.944,99	1.104,36	1.104,36	0,00	1.840,63
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.093,46	0,00	29.093,46	29.093,46	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.945,74	66.700,07	66.700,07	2.245,67	0,00
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.093,46	479.754,82	433.368,78	433.368,78	73.638,87	1.840,63

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/10/2014

ELI MARIOTT PREFEITO MUNICIPAL	MARCIO DE MACEDO SECRETARIO SAF	PRICILA CRESTANI CONTROLADORA INTERNA
VALEMAR P. GOBI TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0		

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	284.000,00	284.000,00	317.461,27	850.620,47	299,51
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	26.000,00	26.000,00	4.023,93	32.880,21	126,46
1.1.1- IPTU	22.000,00	22.000,00	3.834,08	31.940,72	145,19
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.000,00	4.000,00	189,85	939,49	23,49
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	16.045,20	74.906,16	74,91
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	16.045,20	74.906,16	74,91
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	26.000,00	26.000,00	272.454,15	621.819,00	2.391,61
1.3.1- ISS	25.000,00	25.000,00	272.454,15	621.804,78	2.487,22
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	14,22	1,42
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	132.000,00	132.000,00	24.937,99	121.015,10	91,68
1.4.1- IRRF	132.000,00	132.000,00	24.937,99	121.015,10	91,68
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	9.689.000,00	9.689.000,00	1.414.775,17	7.691.229,06	79,38
2.1- Cota-Parte FPM	6.200.000,00	6.200.000,00	764.586,78	4.621.872,40	74,55
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.200.000,00	6.200.000,00	764.586,78	4.621.872,40	74,55
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.250.000,00	3.250.000,00	605.543,13	2.853.635,47	87,80
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	18.000,00	18.000,00	2.453,64	11.041,38	61,34
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	9.034,32	43.906,45	87,81
2.5- Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	6.922,68	7.258,38	120,97
2.6- Cota-Parte IPVA	165.000,00	165.000,00	26.234,62	153.514,98	93,04
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>9.973.000,00</b>	<b>9.973.000,00</b>	<b>1.732.236,44</b>	<b>8.541.849,53</b>	<b>85,65</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	170.000,00	170.000,00	32.006,45	142.270,10	83,69
5.1- Transferências do Salário-Educação	95.000,00	95.000,00	18.453,17	94.833,62	99,82
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNAE	75.000,00	75.000,00	13.553,28	47.436,48	63,25
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	2,00	2,00	27.659,10	110.636,40	5.531.820,00
6.1- Transferências de Convênios	2,00	2,00	27.659,10	110.636,40	5.531.820,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	25.002,00	25.002,00	4.376,00	17.504,00	70,01
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>195.004,00</b>	<b>195.004,00</b>	<b>64.041,55</b>	<b>270.410,50</b>	<b>138,67</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	1.867.800,00	1.867.800,00	282.954,65	1.538.243,93	82,36
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.200.000,00	1.200.000,00	152.917,32	924.374,24	77,03
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	620.000,00	620.000,00	121.108,42	570.726,20	92,05
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.600,00	3.600,00	490,72	2.208,24	61,34
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	10.000,00	10.000,00	1.806,86	8.781,30	87,81
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.200,00	1.200,00	1.384,52	1.451,64	120,97
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	33.000,00	33.000,00	5.246,81	30.702,31	93,04
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	882.000,00	882.000,00	175.335,50	853.920,92	96,82
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	880.000,00	880.000,00	174.465,32	849.950,25	96,59
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.000,00	2.000,00	870,18	3.970,67	198,53
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>-987.800,00</b>	<b>-987.800,00</b>	<b>-108.489,33</b>	<b>-688.293,68</b>	<b>69,68</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	704.000,00	798.500,00	145.862,90	613.642,15	76,85
13.1- Com Educação Infantil	0,00	80.000,00	13.690,88	48.258,14	60,32
13.2- Com Ensino Fundamental	704.000,00	718.500,00	132.172,02	565.384,01	78,69
14- OUTRAS DESPESAS	178.000,00	213.500,00	39.041,92	192.591,93	90,21
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	178.000,00	213.500,00	39.041,92	192.591,93	90,21
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	882.000,00	1.012.000,00	184.904,82	806.234,08	79,67
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					806.234,08
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					71,86
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					22,55
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					5,58
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					18.089,90
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					18.089,90
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.493.250,00	2.493.250,00	433.059,11	2.135.462,38	85,65
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	127.000,00	207.000,00	16.368,68	81.371,16	39,31
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	127.000,00	207.000,00	16.368,68	81.371,16	39,31
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	80.000,00	13.690,88	48.258,14	60,32
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	127.000,00	127.000,00	2.677,80	33.113,02	26,07
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.752.000,00	2.139.089,90	316.270,61	1.571.888,77	73,48
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	882.000,00	932.000,00	171.213,94	757.975,94	81,33
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	870.000,00	1.207.089,90	145.056,67	813.912,83	67,43
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.879.000,00	2.346.089,90	332.639,29	1.653.259,93	70,47
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-688.293,68
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					3.970,67
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					18.089,90
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-666.233,11
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.319.493,04
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					27,15

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	95.000,00	95.000,00	18.453,17	94.833,62	99,82
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	205.001,00	1.005.174,65	115.641,94	293.365,54	29,19
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	300.001,00	1.100.174,65	134.095,11	388.199,16	35,29
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.179.001,00	3.446.264,55	466.734,40	2.041.459,09	59,24

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		18.089,90	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		849.950,25	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		824.699,75	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		824.699,75	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.970,67	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		47.311,07	0,00

NOVO HORIZONTE, 31/10/2014

ELI MARIOTT	MARCIO DE MACEDO	PRICILA CRESTANI	VALDEMAR P. GOBI
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIO SAF	CONTROLADORA INTERNA	TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 18.089,90, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2,00	560.000,00		-559.998,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.106.535,96	2.515.033,97	0,00	1.591.501,99
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.106.535,96	2.515.033,97	0,00	1.591.501,99
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.106.533,96	-1.955.033,97		-2.151.499,99

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 1/11

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 06/11/2014      Válido até: 06/11/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	AAS 100MG TAMPONADO	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	EMS	0	0,1300
2	ACETATO DE DEXTROALFATOFEOL (10MG) + ACIDO ASCORBICO (45MG) + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (1.3MG) + SULFATO DE MANGANES (2.3MG) + LUTEINA (10MG) + OXIDO DE ZINCO (7MG) + CIANOCOBALAMINA (2.4MCG) +RIBOFLAVINA (1.3MG) + MONONITRATO DE TIAMINA (1.2MG) +ACIDO FOLICO (240MCG) + OMEGA 3 (0.3G) + NIACINA (16MG) + SELENIO (34MCG) + VITAMINA A (600MCG) + COBRE (900MCG) + ACIDO DOCOSAHEXAENOICO (DHA) (0.1G) + ACIDO EICOSAPENTAENOICO (EPA) (0.1G) +ZEAXANTINA (2MG) (VITALUX PLUS OMEGA 3)	CO	DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787)	NOVARTIS	0	3,0500
3	BISSULFATO DE CLOPIDROGEL 75MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	EMS	0	0,4900
4	BORATO DE 8-HIDROXIQUINOLONA+TROLAMINA 0.4/140MG/ML	FR	DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787)	ALCON	0	9,0800
5	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA SÓDICA 4+50MG/ML INJETAVEL 5ML	AM	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Farmace	0	1,5800
6	CARBIDOPA+LEVODOPA 25/250MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	HYPOFARMA	0	1,8000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 2/11

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 06/11/2014      Válido até: 06/11/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Teuto	0	0,3700
7	CEFALEXINA 500MG	CO	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Teuto	0	0,2000
8	CETOCONAZOL 200MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	GEOLAB	0	0,0900
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	0,1100
9	CETOCONAZOL 20MG/G SHAMPOO 100ML	FR	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	4,3900
10	CILOSTAZOL 100MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	EUROFARMA	0	0,4300
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Eurofarma	0	0,4400
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	EUROFARMA	0	0,6900
11	CIPROFIBRATO 10MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	NEOQUIMICA	0	0,4200
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	NEOQUIMICA	0	0,5700
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Neo Química	0	0,7000
12	CLORIDRATO DE LIDOCAINA GELEIA 20MG/G(2%) 30 GRAMAS	BI	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Pharlab	0	1,5800
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PHARLAB	0	2,0700

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 3/11

Número do Registro de Preços: 4/2014			Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	CLORIDRATO DE TIAMINA (VITAMINA B1) 100MG+CLORIDRATO DE PIRIDOXINA(VITAMINA B6) 100MG+CIANOCOBALAMINA (VITAMINA B12) 100MCG INJETAVEL 3ML	AM	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	MERCK	0	2,4000	1
14	COLETOR DE URINA ADULTO 2 LITROS NÃO FIXADO AO CORPO PACOTE COM 100 UNIDADES (SACO DE POLIETILENO COM FIO DE NAYLON ACOPLADO)	PCT	DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Maxicor	0	34,3200	1
15	DEXAMETASONA+NEOMICINA COLIRIO 1+3,5MG/ML FRASCO 5ML	FR	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	ACHE	0	8,6000	1
16	ESTRADIOL GEL 0.5MG SACHE 0.5 GRAMA	UN	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	SCHERING	0	0.8000	1
			DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Schering	0	0.8100	2
17	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,625MG/G CREME VAGINAL 25G	TU	DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787)	WYETH	0	28,8400	1
			DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Wyeth	0	29,6300	2
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	WYETH	0	30,0000	3
18	FEXOFENADINA 120MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	NOVA QUIMICA	0	1,3000	1
			DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787)	EUROFARMA	0	2,4300	2
19	LEVOTIROXINA SODICA 88 MCG	CO	DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Merck	0	0,1900	1
			DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787)	MERCK	0	0,1900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 4/11

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 06/11/2014      Válido até: 06/11/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	MERCK	0	0,2200
20	LEVOTIROXINA SÓDICA 112 MCG	CO	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Merck	0	0,2500
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	MERCK	0	0,2700
21	LORATADINA 1MG/ML FRASCO 100ML	FR	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Prati	0	2,4400
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	MARIOL	0	2,4900
23	MESILATO DE CODERGOCRINA 1MG	CO	DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787)	NOVARTIS	0	1,2200
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	NOVARTIS	0	1,2500
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Novartis	0	1,2600
24	MESILATO DE DIDROERGOTAMINA+DIPIRONA SODICA+CAFEINA 1+350+100MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	CAZI	0	0,3500
25	PALMITATO DE RETINOL (VITAMINA A)10.000 UI+COLECALCIFEROL (VITAMINA D) 800 UI+RIBOFLAVINA 5-FOSFATO SÓDICA EQUIVALENTE A 5 MG DE RIBOFLAVINA (VITAMINA B2)+ ÁCIDO ASCÓRBICO (VITAMINA C) 500 MG+NICOTINAMIDA (NIACINAMIDA)100 MG+CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (VITAMINA B6) 15 MG+DEXPANTENOL (PANTENOL) 25 MG+ACETATO DE TOCOFEROL (VITAMINA E) 50 MG+VEÍCULO ESTÉRIL Q.S.P.10 ML	AM	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Sanval	0	3,9600
26	PARACETAMOL 200MG/ML FRASCO 15ML	FR	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	MARIOL	0	0,4900

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 06/11/2014      Válido até: 06/11/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			DAMED+DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Farmace	0	0,5900
27	PASSIFLORA INCARNATA+CRATAEGUS OXYACANTHA+SALIX ALBA 100+30+100MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	ASPEN	0	1,0000
			DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787)	ASPEN	0	1,0300
			DAMED+DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Aspen	0	1,0600
29	SULFATO DE TERBUTALINA 0,5MG/ML AMPOLA 1ML	AM	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	HIPOLABOR	0	2,0700
30	VARFARINA SODICA 5MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	TEUTO	0	0,1400
31	XINAFOATO DE SALMETEROL+PROPIONATO DE FLUTICASONA 50/500MCG 60 DOSES	FR	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	GLAXO	0	115,0000
			DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787)	GLAXO	0	131,1000
			DAMED+DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Glaxo	0	134,7200
33	CARBAMAZEPINA 20MG/ML SUSPENSÃO 100ML	FR	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	MEDLEY	0	5,0000
34	CLORIDRATO DE AMANTADINA 100MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	MOMENTA	0	0,6200
			DAMED+DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Eurofarma	0	0,6300



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 6/11

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 06/11/2014      Válido até: 06/11/2015									
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
35	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2MG	CO	DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Cristalia	0	0,2500	1		
37	DIVALPROATO DE SODIO ER 500 MG	CO	DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Abbott	0	2,0600	1		
	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)		ABBOTT		0	2,1000	2		
38	MIRTAPAZINA 15MG SOL.TAB	CO	DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Supera	0	2,9600	1		
40	SULPIRIDA+BROMAZEPAM 25/1MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	SANOFI	0	1,0000	1		
41	VALPROATO DE SÓDIO 300MG	CO	DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Abbott	0	0,7400	1		
42	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO CR 500MG	CO	DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Torrent	0	1,1700	1		
	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)		TORRENT		0	1,3000	2		
43	ZIPRASIDONA 40MG	CO	DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Pfizer	0	9,2300	1		
	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)		PFIZER		0	9,7000	2		
44	ATENOLOL +CLORTALIDONA 100/25MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	EMS	0	0,1400	1		
	DAMEDH-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)		Eurofarma		0	0,2400	2		
	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)		EUROFARMA		0	0,2600	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 7/11

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 06/11/2014      Válido até: 06/11/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
45	BESILATO DE ANLODIPINO+CLORIDRATO DE BENAZEPRIL 5+10 MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	BIOLAB	0	1,8700
			DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787)	BIOLAB	0	1,9500
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	BIOLAB	0	2,0700
46	BESILATO DE ANLODIPINO+CLORIDRATO DE BENAZEPRIL 5+20MG	CO	DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787)	BIOLAB	0	2,0400
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	BIOLAB	0	2,0500
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	BIOLAB	0	2,2800
47	BESILATO DE ANLODIPINO+CLORIDRATO DE BENAZEPRIL 2,5+10MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	BIOLAB	0	1,2400
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	BIOLAB	0	1,2500
			DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787)	BIOLAB	0	1,2800
48	CAPTOPRIL 50MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	PRATI	0	0,0400
49	CLORIDRATO DE METFORMINA XR 500MG	CO	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Merck	0	0,3200
			DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787)	MERCK	0	0,3300
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	MERCK	0	0,4000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 8/11

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 06/11/2014      Válido até: 06/11/2015						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
50	LISINAPRIL 20MG	CO	DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Eurofarma	0	0,2100
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	EMS	0	0,2500
51	NIFEDIPINO OROS 30MG	CO	DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787)	BAYER	0	3,9800
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Bayer	0	4,0900
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	BAYER	0	4,1000
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	BAYER	0	4,1400
52	OLMESARTANA MEDOXOMILA+HIDROCLOROTIAZIDA 20/12.5MG	CO	DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787)	EUROFARMA	0	0,6700
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Eurofarma	0	0,6800
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	SANKYO	0	1,5000
53	SUCCINATO DE METOPROLOL 100MG	CO	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME (1597)	ASTRA	0	1,8900
			DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787)	ZENECA	0	1,9000
			DAMED-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Astra	0	1,9400
			DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	ASTRAZENECA	0	2,0500

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 9/11

Número do Registro de Preços: 4/2014      Data do Registro: 06/11/2014      Válido até: 06/11/2015						
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
54	TELMISARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 80+12,5MG	CO	DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381)	SANKYO	0	3,6000
			DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1787)	BOEHRINGER	0	3,7500
			DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Boehringer	0	3,8600
55	DETERGENTE ENZIMATICO 1 LITRO	FR	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Keldrin	0	14,8600
56	ESPÁTULA DE AYRE	UN	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Theoto	0	0,0500
59	SERINGA PARA INSULINA COM AGULHA COMPRIMENTO 6MM CALIBRE 0.25MM (31G) CAPACIDADE 50UNIDADES	UN	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	BD	0	2,4000
60	SERINGA PARA INSULINA COM AGULHA COMPRIMENTO 6MM CALIBRE 0.25MM (31G) CAPACIDADE 30UNIDADES	UN	DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	BD	0	2,4400

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 10/11

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme específico							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	TUBO ENDOTRAQUEAL COM MANGUITO ADULTO	UN	DAMED+DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137)	Soldor	0	4.8600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 11/11

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especific							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2014  
PROCESSO Nº 15/2014

- (137) - DAMEDIDAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA
- (1381) - DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA
- (1597) - MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME
- (1787) - DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME

Novo Horizonte, 6 de Novembro de 2014.



# Palhoça

## PREFEITURA

### EXTRATO TERMO ADITIVO N. 248/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 248/2014 - (DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 192/2009 - PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 172/2009)

PARTES: O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Devido ao reajuste estabelecido no item 15 - Do Reajuste de Preços, sub item 15.1, do edital convocatório, fica reajustado no percentual de 7,96% o saldo remanescente ao contrato de execução de obras nº 192/2009, tendo como base o INCC (Índice Nacional da Construção Civil), referente ao período de abril/2013 a abril/2014, perfazendo o valor R\$ 18.321,85 (dezoito mil, trezentos e vinte e um reais e oitenta e cinco centavos).

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente do presente termo aditivo, correrá por conta da Secretariat de Habitação, através da rubrica orçamentária: "22" 4.4.90.51.91.

DATA: 07/10/2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

FÁBIO FLÁVIO MARTINS  
Secretário Municipal de Habitação

JOSÉ TADEU DA CUNHA  
Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça  
CREA/SC 5847

### EXTRATO TERMO ADITIVO N. 249/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 249/2014 - (SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 148/2014 - REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 134/2014)

PARTES: O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, AUTARQUIA SAMAE E A EMPRESA CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO.

OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 164.274,84 (cento e sessenta e quatro mil, duzentos e setenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), referente ao serviço de mão de obra, no percentual de 6.52% do valor atualizado do contrato nº 148/2014, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento da Autarquia SAMAE, através do elemento de despesa: "645 -3.3.390.39.79.000000

DATA: 07/10/2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

SERGIO MATIOLA  
Presidente do SAMAE

DENISE DUARTE MORO  
Engenheira Sanitarista e Ambiental  
– SAMAE de Palhoça  
CREA/SC 0999838

### EXTRATO TERMO ADITIVO N. 250/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 250/2014 - (SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 162/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS N. 067/2014)

PARTES: O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, AUTARQUIA SAMAE E A EMPRESA EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula Segunda do Contrato de Prestação de Serviços nº 162/2014.

O presente termo aditivo terá sua vigência a partir de 21/10/2014.

DATA: 07/10/2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

SERGIO MATIOLA  
Presidente da Autarquia SAMAE

ALEXSANDER DA SILVA  
Engenheiro Civil da Prefeitura de Palhoça  
CREA/SC 090082-36

### EXTRATO TERMO ADITIVO N. 251/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 251/2014 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 084/2014 - REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS N. 051/2014)

PARTES: O MUNICÍPIO DE PALHOÇA MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras nº 084/2014, retroagindo os efeitos a 18/08/2014.

- Fica acrescido o valor de R\$ 323.381,96 (trezentos e vinte e três mil, trezentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos), sendo R\$ 100.958,30 (vinte e três mil, duzentos e vinte e nove reais e trinta e oito centavos), referentes ao emprego dos materiais, e R\$ 222.423,66 (duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e seis centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 24,22% do valor atualizado do contrato nº 084/2014, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento da Secretaria de

Planejamento e Infraestrutura, através do elemento de despesa: "363 -4.4.90.51.91.00.00.00.

DATA: 07/10/2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

MARCELO FETT ALVES  
Secretário de Planejamento e Infraestrutura

JOSÉ TADEU DA CUNHA  
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça  
CREA/SC 5847-2

#### **EXTRATO TERMO ADITIVO N. 253/2014**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 253/2014 - (DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 132/2012 - PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 052/2012)

PARTES: O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 132/2012.

O presente termo aditivo terá sua vigência a partir de 20/10/2014.

DATA: 14/10/2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

MARCELO FETT ALVES  
Secretário Municipal de Infraestrutura

JOSÉ TADEU DA CUNHA  
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça  
CREA/SC 5847

#### **EXTRATO TERMO ADITIVO N. 254/2014**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 254/2014 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 167/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS N. 077/2014)

PARTES: O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA E A EMPRESA VINICIUS GOEDERT ME.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 167/2014.

DATA: 14/10/2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário Municipal da Saúde

MARIO CILO VIEIRA ZAMBELLI  
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça  
CREA/SC 025866-8

#### **EXTRATO TERMO ADITIVO N. 256/2014**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 256/2014 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 016/2014 - REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 013/2014).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E O SENHOR THIMOTHEO POETA FILHO.

OBJETO: Conforme Termo de Audiência referente ao Autos nº 082.02.001141-7, Ação de Separação Litigiosa transformada em Consensual, fica alterada a qualificação das partes Locador, estabelecida no contrato de locação nº 016/2014, passando a fazer parte como Locador a Senhora Hany Jaqueline da Silva, além do Sr. Thimótheo Poeta Filho, o qual já era parte do presente contrato.

Fica estabelecido que o presente contrato tem como objeto a locação de 01 (um) imóvel em alvenaria, com área edificada de 300 (trezentos) m2, contendo 06 (seis) salas comerciais, localizado na Rua Wilmar Probst, nº 43, Centro - neste Município, inscrito no Cartório de Registro de Imóveis do município de Palhoça, matrículas nºs 10.597 e 11.925.

Fica estabelecido na Cláusula Sexta (Pagamento) do contrato em epígrafe, que o pagamento do aluguel será efetuado através de depósito bancário na conta corrente nº21953-9, Ag. 6243, Banco Itaú, em favor do Sr. Thimothéo Poeta Filho, bem como através de depósito bancário na conta n. 42.183-1, Ag. 730, Banco Itaú, em favor da Sra. Hany Jaqueline da Silva, no dia 10 (dez) de cada mês, com o respectivo desconto dos valores relativos ao Imposto de renda (conforme decreto nº 3000/99) (se o pagamento for pago à preposto, fazer constar a sua qualificação completa.

DATA:15/10/2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária Municipal de Educação

**EXTRATO TERMO ADITIVO N. 264/2014**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 264/2014 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 222/2014 - REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS N. 149/2014)

PARTES: O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME LTDA.

OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 83.684,47 (oitenta e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), sendo R\$ 50.919,24 (cinquenta mil, novecentos e dezenove reais e vinte e quatro centavos), referentes ao emprego dos materiais, e R\$ 32.765,22 (trinta e dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e dois centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 38,69%, do valor global atualizado do contrato nº 222/2014, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensas das ao presente instrumento.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento da Secretaria de Educação, através do elemento de despesa: "288" - 4.4.90.51.91.00.00.00.

DATA: 24/10/2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

JOSÉ VIRGILIO DA SILVA JUNIOR  
Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

RODOLPHO PAGANI MARTINS  
Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça  
CREA/SC 0870075

**EXTRATO TERMO ADITIVO N. 266/2014**

EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO LOCAÇÃO Nº 194/2014 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 194/2014 - REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 165/2014).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A SENHORA JANETE MAFIOLETTI DE OLIVEIRA.

OBJETO: Fica alterada a redação constante na CLÁUSULA SEGUNDA - UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL, do Contrato de Locação nº 194/2014, conforme segue:

A presente locação destina-se restritivamente ao uso do imóvel para funcionamento da Centro Especializado para Pessoa em Situação de Rua - 7 Centro POP, restando proibido ao Locatário, sublocá-lo ou usá-lo de forma diferente do previsto, salvo autorização expressa do Locador

DATA: 28 /10/2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

ADRIANO MATTOS  
Secretário Municipal de Assistência Social

**LEI Nº 4.125, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 4.125, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

UTILIDADE PÚBLICA. Associação Esportiva Recreativa e Cultural Trail os Biriteiros.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Esportiva Recreativa e Cultural Trail os Biriteiros, pessoa jurídica de inscrita no CNPJ nº 12.076.479/0001-29, localizada na Rua Treze de Maio, 138, Bejarú, Palhoça/SC, CEP 88.133-650.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 03 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº194/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

194/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 194/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto aquisição de ar condicionado, Televisores, Microcomputadores, equipamentos eletrônicos e mobiliários em geral, para a FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

ITEM 14 - ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 195.829,00 (cento e noventa e cinco mil e oitocentos e vinte e nove reais).

ITENS 1,7,8,9 e 13 - M.J.G TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 15.316,00 (quinze mil trezentos e dezesseis reais).

ITENS 6 e 19 - CSN IND. E COM. DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 9.828,90 (nove mil oitocentos e vinte e oito reais e noventa centavos).

ITENS 5,18 e 21 - ZOOM TECNOLOGIA LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 22.688,00 (vinte e dois mil seiscentos e oitenta e oito reais).

ITEM 4 - CELIA REGINA W. SANI ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais).

ITEM 11 - AKON LTDA ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 11.286,00 (onze mil duzentos e oitenta e seis reais).

ITEM 17 - DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA EPP foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 115.520,00 (cento e quinze mil quinhentos e vinte reais.).

ITENS 2,15 e 22 - COMP1 INFORMÁTICA LTDA EPP foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 15.730,00 (quinze mil setecentos e trinta reais).

ITENS 10 e 16 - SCHEYLLA DE MENDONÇA ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 4.569,00 (quatro mil quinhentos e sessenta e nove reais).

ITEM 12 - MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA foi vencedora, totalizando a importância de R\$55.330,00 (cinquenta e cinco mil trezentos e trinta reais).

ITENS 3 e 20 - LUIS CEZAR REIS EPP foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).

Palhoça, 06 de Novembro de 2014.

### **PREGÃO PRESENCIAL N. 212/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 212/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 19 de novembro de 2014, às 08:30h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Livros para a Faculdade Municipal de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 06 de novembro de 2014.  
PREGOEIRA.

### **EXTRATO TERMO ADITIVO N. 233/2014**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 233/2014 - (SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 095/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Tomada de Preços nº 044/2014)

PARTES: O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA

OBJETO: Fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras nº 095/2014, retroagindo os efeitos a 29/08/2014.

DATA: 02/10/2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

MARCELO FETT ALVES  
Secretário de Planejamento e Infraestrutura

MARIO CILO VIEIRA ZAMBELLI  
Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça  
CREA/SC 025866-8

### **LEI Nº 4.126, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 4.126, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Aririú da Formiga.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Aririú da Formiga, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 79.524.625/0001-02, com sede na Rua Aurélia Maria Maia, 578, CEP 88134-770, bairro Aririú da Formiga, Palhoça/SC, no valor de

R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$15.000,00 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA

Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 04 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 4.127, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 4.127, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONVÊNIO. CERENE - Centro de Recuperação Nova Esperança.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o CERENE - Centro de Recuperação Nova Esperança, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 79.372.108/0002-46, com sede na Rua Verde Vale, 600, CEP 88138-247, bairro Praia de Fora, Palhoça/SC, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$15.000,00 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA

Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 04 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal



**LEI Nº 4.128, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 4.128, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Alto Aririú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Alto Aririú, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 76.276.591/0001-96, com sede na Rua Cesar René Wagner, S/N, CEP 88135-720, bairro Alto Aririú, Palhoça/SC, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$ 15.000,00 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA

Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 04 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.129, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 4.129, de 04 de novembro de 2014.

CONVÊNIO. CADI-Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o CADI - Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 08.251.520/0001-89, com sede na Rua das Palmeiras, S/N, CEP 88130-350, bairro Frei Damião, Palhoça/SC, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$15.000,00 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA

Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 04 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.130, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 4.130, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONVÊNIO. Fundação Fé e Alegria do Brasil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Fundação Fé e Alegria do Brasil, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 46.250.411/0008-02, com sede na Rua Américo Vespúcio, 350, CEP 88134-420, bairro - Barra do Aririú, Palhoça/SC, no valor de R\$ 14.950,80 (catorze mil novecentos e cinquenta reais e oitenta centavos).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$ 14.950,80 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA

Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 04 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.131, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 4.131, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONVÊNIO. APAE- Associação de Pais e Amigos Excepcionais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a APAE- Associação de Pais e Amigos Excepcionais, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 75.398.966/0001-28, com sede na Rua Manoel Cantalicio Vidal, S/N, CEP 88131-110, bairro Centro Palhoça, Palhoça/SC, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$ 15.000,00 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA

Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 04 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.132, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 4.132, de 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONVÊNIO. Associação Pró-Brejarú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO PRÓ-BREJARU, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 07.104.903/0001-61, com sede na Rua Pascoal Mazili, nº 10, Bairro Brejaru/ Palhoça/SC, CEP 88.133-600, no valor de R\$ 13.453,50 (treze mil trezentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$13.453,50 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA  
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 04 de novembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.133, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 4.133, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONVÊNIO. AEBAS- Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a AEBAS- Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 83.932.608.0004-24 com sede na Rua Ricardo Schlemper, S/N, CEP 88133-652, bairro Frei Damião, Palhoça/SC, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$ 15.000,00 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA  
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 04 de novembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO LOCAÇÃO N. 050/2013**

EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO LOCAÇÃO Nº 050/2013 - (SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 050/2013 - REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 128/2013).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA, O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SENHOR SAUL DA SILVA MATTOS

OBJETO: Fica reajustado no percentual de 6,0574%, o valor mencionado na Cláusula Quinta, do contrato de locação n.º 050/2013, correspondente a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) referente ao período de 16/07/2013 a 16/07/2014, conforme estabelecido no Parágrafo Primeiro da referida cláusula. Devido ao reajuste mencionado na cláusula anterior, o valor mensal da locação passa a ser de R\$ 6.363,44 (seis mil, trezentos e sessenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão por conta de recursos próprios, vinculados ao orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, pelo elemento: "564" - 2.036.3.3.90.36.15.

DATA: 06/11/2014.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Gestão

ADRIANO DA SILVA MATTOS

Secretário Municipal de Assistência Social

**CONVÊNIO Nº 033, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014**

CONVÊNIO Nº 033, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social/CMDCA/FIA e AEBAS - Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CMDCA/FIA, neste ato representado por seu gestor, Adriano Silva Mattos e através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente -CMDCA /FIA inscrito no CNPJ - 18.246.064/0001-32, neste ato representado por seu Coordenador Geral, e de outro lado a AEBAS- Associação Evangelica Beneficente de Assistência Social, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 83.932.608.0004-24 com sede na Rua Ricardo Schlemper, S/N, CEP 88133-652, bairro Frei Damião, Palhoça/SC, representado neste ato pelo seu Presidente Sra. ABGAIL MACIEL inscrito no CPF/MF sob o nº 501.632.729-72, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.133, de 04 de novembro de e Decreto Legislativo nº 338/2014, Lei Municipal nº 3.994, de 18 de março de 2014 - FIA. Dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do CMDCA/FIA na manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto PEQUENOS OLHARES, GRANDES CAMINHOS, visando oferecer uso da tecnologia, especialmente do tablet e do sistema andróide, em atividade de releitura da realidade nas atividades voltadas para a



compreensão da transformação social. Este convênio trata-se do repasse de recurso do Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA, Art. 4º Constituição patrimônio e receitas do Fundo: a) recursos financeiros específicos consignados na lei orçamentária anual do Município e os adicionais que a referida lei estabelecer no transcorrer de cada exercício (...), a ser utilizada para o financiamento ou co-financiamento de programas de defesa de direitos e de atendimento de crianças e adolescentes, executados por entidades sem fins lucrativos no Município de Palhoça, conforme o Plano de Ação e Aplicação CMDCA/ 2014 (Anexo I).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA, repassará a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), tendo como objetivo exclusivo a execução do objeto deste Convênio, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$ 15.000,00 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA  
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

II - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

III - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FIA à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FIA

O MUNICÍPIO/FIA obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FUNDO INFANCIA ADOLESCENCIA (FIA) os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FIA de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/CMDCA, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FIA, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebimento destes;

VIII - Manter conta corrente específica, sob o título Entidade/Municipal/FIA;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO/FIA, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FIA, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos do MUNICIPIO/FIA CMDCA, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

XVI - Deverá produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto.

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

#### CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICIPIO e/ou FUNDO/FIA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS

A Conveniada obriga-se a:

I - A conveniada ficará obrigada a apresentar as Prestações de Contas no PRAZO de 30 (trinta) dias, contados do recebimento dos recursos, bem como deverá a referida Cláusula determinar também a apresentação de cópias de contratos de Trabalho, quando se tratar de serviços executados por terceiros, como também deverá apresentar os documentos que seguem abaixo:

- a) Processo de concessão de recursos;
- b) Ofício do responsável pela Prestação de Contas;
- c) Cópia do Plano de Aplicação do Projeto;
- d) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- e) Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

f) Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

g) Declaração do Responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

h) Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e Tesoureiro;

i) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicas, etc.) preenchidos com clareza e sem rasuras;

j) Documentos fotocopiados não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas às incidências de tributos federais, estaduais e municipais;

k) Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a compensação dos cheques);

l) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

m) Fotocópias dos cheques nominais aos credores;

n) Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;

o) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registro fotográficos, matérias jornalística e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução

p) Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou foi serviço prestado, conforme modelo abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e aceito.

Em dia/mês/ano, e assinatura.

Nome:

Cargo:

Matrícula

II - O pagamento ocorrerá conforme a cláusula terceira, devendo a prestação de contas seguir de acordo com o que segue:

III - Encaminhar a Prefeitura Municipal de Palhoça a prestação de contas da primeira parcela, no prazo de trinta dias (30) dias, após o recebimento da mesma, comprovando através de relatório o cumprimento da primeira fase.

IV - O pagamento da segunda parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da primeira parcela. Após o recebimento da segunda parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

V - O pagamento da terceira parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da segunda parcela. Após o recebimento da terceira parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a

apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

VI - A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

VII - A Entidade deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, o cadastro dos usuários do projeto, os prontuários, as guias de encaminhamentos, as fichas e relatórios individualizados dos usuários, bem como os registros contábeis relativos ao exercício de concessão, com a identificação do programa e deste convênio, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Resolução do CMDCA,

III - Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que seguem a abaixo:

a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,  
b) Estatuto Social da Entidade,

c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMDCA,

d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMP,

e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade.

#### CLAÚSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FIA, independente de procedimentos judiciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto,

nos termos dos §§ 1º e 2º da Cláusula Terceira.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, em 05 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeitura Municipal

ADRIANO DA SILVA MATOS - Secretário

Secretaria de Assistência Social

SIRLENE DE FARIAS - Secretária Executiva

CMDCA /FIA

ABGAIL MACIEL - Presidente

AEBAS- Associação Evangelica Beneficiente de Assistencia Social

#### TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

#### CONVÊNIO Nº 034, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

CONVÊNIO Nº 034, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social/CMDCA/FIA e o Fundação Fé e Alegria do Brasil

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CMDCA/FIA, neste ato representado por seu gestor, Adriano Silva Mattos e através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA /FIA inscrito no CNPJ - 18.246.064/0001-32, neste ato representado por seu Coordenador Geral, e de outro lado o Fundação Fé e Alegria do Brasil, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 46.250.411/0008-02, com sede na Rua Américo Vespúcio, 350, CEP 88134-420, bairro - Barra do Aririu, Palhoça/SC, representado neste ato pelo seu Presidente Sr. ÁLVARO A. NEGROMONTE PEREIRA, inscrito no CPF/MF sob o nº 652.844.614-87, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.130, de 04 de novembro de Decreto Legislativo nº 339/2014, Lei municipal nº 3.994, de 18 de março de 2014 - FIA. Dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do CMDCA/FIA na manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto PROGRAMA EDUCAÇÃO POPULAR COMUNITÁRIA, visando desenvolver ações sociais no Centro Social de Educação e Cultura Jardim

Laranjeiras para que crianças e adolescente que se encontram em situação vulnerabilidade social dos bairros Barra do Aririu e Rio Grande superem riscos sociais e pessoais a que estão expostos, tornem-se cidadãos críticos e autônomos capazes de intervir e contribuir positivamente na família e em suas comunidades.. Este convênio trata-se do repasse de recurso do Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA, Art. 4º Constituirão patrimônio e receitas do Fundo: a) recursos financeiros específicos consignados na lei orçamentária anual do Município e os adicionais que a referida lei estabelecer no transcorrer de cada exercício (...), a ser utilizada para o financiamento ou co-financiamento de programas de defesa de direitos e de atendimento de crianças e adolescentes, executados por entidades sem fins lucrativos no Município de Palhoça, conforme o Plano de Ação e Aplicação CMDCA/ 2014 (Anexo I).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA, repassará a importância de R\$ 14.950,80 (catorze mil novecentos e cinquenta reais e oitenta centavos), tendo como objetivo exclusivo a execução do objeto deste Convênio, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$ 14.950,80 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA  
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

II - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

III - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FIA à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a

Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FIA

O MUNICÍPIO/FIA obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FUNDO INFANCIA ADOLESCENCIA (FIA) os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FIA de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/CMDCA, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FIA, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebido destes;

VIII - Manter conta corrente específica, sob o título Entidade/Municipal/FIA;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO/FIA, os saldos financeiros



remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FIA, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos do MUNICIPIO/FIA CMDCA, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

XVI - Deverá produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto.

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

#### CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICIPIO e/ou FUNDO/FIA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS

A Conveniada obriga-se a:

I - A conveniada ficará obrigada a apresentar as Prestações de Contas no PRAZO de 30 (trinta) dias, contados do recebimento dos recursos, bem como deverá a referida Cláusula determinar também a apresentação de cópias de contratos de Trabalho, quando se tratar de serviços executados por terceiros, como também deverá apresentar os documentos que seguem abaixo:

- a) Processo de concessão de recursos;
- b) Ofício do responsável pela Prestação de Contas;
- c) Cópia do Plano de Aplicação do Projeto;
- d) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos

recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

e) Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

f) Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

g) Declaração do Responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

h) Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e Tesoureiro;

i) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicas, etc.) preenchidos com clareza e sem rasuras;

j) Documentos fotocopiados não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas às incidências de tributos federais, estaduais e municipais;

k) Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a compensação dos cheques);

l) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

m) Fotocópias dos cheques nominais aos credores;

n) Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;

o) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registro fotográficos, matérias jornalística e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução

p) Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou foi serviço prestado, conforme modelo abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e aceito.

Em dia/mês/ano, e assinatura.

Nome:

Cargo:

Matrícula

II - O pagamento ocorrerá conforme a cláusula terceira, devendo a prestação de contas seguir de acordo com o que segue:

III - Encaminhar a Prefeitura Municipal de Palhoça a prestação de contas da primeira parcela, no prazo de trinta dias (30) dias, após o recebimento da mesma, comprovando através de relatório o cumprimento da primeira fase.

IV - O pagamento da segunda parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da primeira parcela. Após o recebimento da segunda parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a

apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

V - O pagamento da terceira parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da segunda parcela. Após o recebimento da terceira parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

VI - A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

VII - A Entidade deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, o cadastro dos usuários do projeto, os prontuários, as guias de encaminhamentos, as fichas e relatórios individualizados dos usuários, bem como os registros contábeis relativos ao exercício de concessão, com a identificação do programa e deste convênio, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Resolução do CMDCA,

III - Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que se-  
guem a abaixo:

a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,

b) Estatuto Social da Entidade,

c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMDCA,

d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMP,

e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade .

#### CLAÚSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FIA, independente de procedimentos judiciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos §§ 1º e 2º da Cláusula Terceira.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, em 05 de novembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeitura Municipal

ADRIANO DA SILVA MATOS - Secretário  
Secretaria de Assistência Social

SIRLENE DE FARIAS - Secretária Executiva  
CMDCA /FIA

ÁLVARO A. NEGROMONTE PEREIRA - Presidente  
Fundação Fé e Alegria do Brasil

#### TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

#### CONVÊNIO Nº 035, DE 05 NOVEMBRO DE 2014

CONVÊNIO Nº 035, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social/CMDCA/FIA e o Associação Pró-Brejaru

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CMDCA/FIA, neste ato representado por seu gestor, Adriano Silva Mattos e através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente -CMDCA /FIA inscrito no CNPJ - 18.246.064/0001-32, neste ato representado por seu Coordenador Geral, e de outro lado a Associação Pró-Brejaru, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 07.104.903/0001-61, com sede na Rua Pascoal Mazzili,10, CEP 88133-600, bairro Brejaru, Palhoça/SC, representado neste ato pelo seu Presidente Sra. Arlene J da Luz Plácido, inscrito no CPF/MF sob o nº 502.021.709-34, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.132, de 04 de novembro de 2014 e Decreto Legislativo nº 340/2014, Lei municipal nº 3.994, de 18 de março de 2014 - FIA. Dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do CMDCA/FIA na manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto UM OLHAR DE ADOLESCENTE, visando conhecer de forma mais apurada o território em que habitam os adolescentes, identificando suas potencialidades e fragilidades na busca da superação social e verificada. Este convênio trata-se do repasse de recurso do Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA, Art. 4º Constituirão patrimônio e receitas do Fundo: a) recursos financeiros específicos consignados na lei orçamentária anual do Município e os adicionais que a referida lei estabelecer no transcorrer de cada exercício (...), a ser utilizada para o financiamento ou co-financiamento de programas de defesa de direitos e de atendimento de crianças e adolescentes, executados por entidades sem fins lucrativos no Município de Palhoça, conforme o Plano de Ação e Aplicação CMDCA/2014 (Anexo I).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA, repassará a importância de R\$ 13.453,50 (treze mil trezentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos), tendo como objetivo exclusivo a execução do objeto deste Convênio, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$13.453,50 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA  
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

II - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

III - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FIA à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases

programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FIA

O MUNICÍPIO/FIA obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FUNDO INFANCIA ADOLESCENCIA (FIA) os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FIA de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/CMDCA, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FIA, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebido destes;

VIII - Manter conta corrente específica, sob o título Entidade/Municipal/FIA;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO/FIA, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FIA, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO/FIA CMDCA, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

XVI - Deverá produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto.

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

#### CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/ou FUNDO/FIA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS

A Conveniada obriga-se a:

I - A conveniada ficará obrigada a apresentar as Prestações de Contas no PRAZO de 30 (trinta) dias, contados do recebimento dos recursos, bem como deverá a referida Cláusula determinar também a apresentação de cópias de contratos de Trabalho, quando se tratar de serviços executados por terceiros, como também deverá apresentar os documentos que seguem abaixo:

- a) Processo de concessão de recursos;
- b) Ofício do responsável pela Prestação de Contas;
- c) Cópia do Plano de Aplicação do Projeto;

d) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

e) Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

f) Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

g) Declaração do Responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

h) Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e Tesoureiro;

i) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicas, etc.) preenchidos com clareza e sem rasuras;

j) Documentos fotocopiados não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas às incidências de tributos federais, estaduais e municipais;

k) Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a compensação dos cheques);

l) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

m) Fotocópias dos cheques nominais aos credores;

n) Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;

o) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registro fotográficos, matérias jornalística e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução

p) Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou foi serviço prestado, conforme modelo abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e aceito.

Em dia/mês/ano, e assinatura.

Nome:

Cargo:

Matrícula

II - O pagamento ocorrerá conforme a cláusula terceira, devendo a prestação de contas seguir de acordo com o que segue:

III - Encaminhar a Prefeitura Municipal de Palhoça a prestação de contas da primeira parcela, no prazo de trinta dias (30) dias, após o recebimento da mesma, comprovando através de relatório o cumprimento da primeira fase.

IV - O pagamento da segunda parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da primeira parcela. Após o recebimento

da segunda parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

V - O pagamento da terceira parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da segunda parcela. Após o recebimento da terceira parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

VI - A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

VII - A Entidade deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, o cadastro dos usuários do projeto, os prontuários, as guias de encaminhamentos, as fichas e relatórios individualizados dos usuários, bem como os registros contábeis relativos ao exercício de concessão, com a identificação do programa e deste convênio, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Resolução do CMDCA,

III - Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que seguem a abaixo:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,
- b) Estatuto Social da Entidade,
- c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMDCA,
- d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMP,
- e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade.

#### CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FIA, independente de procedimentos judiciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e

tem seu término em 31 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos §§ 1º e 2º da Cláusula Terceira.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, em 04 de novembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeitura Municipal

ADRIANO DA SILVA MATOS - Secretário  
Secretaria de Assistência Social

SIRLENE DE FARIAS - Secretária Executiva  
CMDCA /FIA

Associação Pró- Brejaru

#### TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

#### CONVÊNIO Nº 036, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

CONVÊNIO Nº 036, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social/CMDCA/FIA e o APAE- Associação de Pais e Amigos Excepcionais

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CMDCA/FIA, neste ato representado por seu gestor, Adriano Silva Mattos e através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente -CMDCA /FIA inscrito no CNPJ - 18.246.064/0001-32, neste ato representado por seu Coordenador Geral, e de outro lado a APAE- Associação de Pais e Amigos Excepcionais, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 75.398.966/0001-28, com sede na Rua Manoel Cantalicio Vidal, S/N, CEP 88131-110, bairro Centro, Palhoça/SC, representado neste ato pelo seu Presidente Sra. LEONITA MARIA DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF sob o nº 950.869.949-24, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.131, de 04 de novembro de 2014 e Decreto Legislativo nº 341/2014, Lei nº 3.994, de 18 de março de 2014 - FIA. Dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do CMDCA/FIA na manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO visando proporcionar atendimento especializado à pessoas com deficiência intelectual moderada, grave, profunda e/ou múltipla, com equipamentos específicos em um ambiente com as tecnologias assistidas necessárias para o desenvolvimento integral desta pessoa. Este convênio trata-se do repasse de recurso do Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA, Art. 4º Constituirão patrimônio e receitas do Fundo: a) recursos financeiros específicos consignados na lei orçamentária anual do Município e os adicionais que a referida lei estabelecer no transcorrer de cada exercício (...), a ser utilizada para o financiamento ou co-financiamento de programas de defesa de direitos e de atendimento de crianças e adolescentes, executados por entidades sem fins lucrativos no Município de Palhoça, conforme o Plano de Ação e Aplicação CMDCA/ 2014 (Anexo I).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO**

Para execução do presente Convênio o FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA, repassará a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), tendo como objetivo exclusivo a execução do objeto deste Convênio, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$ 15.000,00 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA  
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

II - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

III - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FIA à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FIA**

O MUNICÍPIO/FIA obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA**

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FUNDO INFANCIA ADOLESCENCIA (FIA) os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FIA de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/CMDCA, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FIA, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebido destes;

VIII - Manter conta corrente específica, sob o título Entidade/Municipal/FIA;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo



constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO/FIA, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FIA, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO/FIA CMDCA, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

XVI - Deverá produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto.

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

#### CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/ou FUNDO/FIA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS

A Conveniada obriga-se a:

I - A conveniada ficará obrigada a apresentar as Prestações de Contas no PRAZO de 30 (trinta) dias, contados do recebimento dos recursos, bem como deverá a referida Cláusula determinar também a apresentação de cópias de contratos de Trabalho, quando se tratar de serviços executados por terceiros, como também deverá apresentar os documentos que seguem abaixo:

a) Processo de concessão de recursos;

b) Ofício do responsável pela Prestação de Contas;  
c) Cópia do Plano de Aplicação do Projeto;

d) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

e) Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

f) Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

g) Declaração do Responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

h) Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e Tesoureiro;

i) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicas, etc.) preenchidos com clareza e sem rasuras;

j) Documentos fotocopiados não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas às incidências de tributos federais, estaduais e municipais;

k) Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a compensação dos cheques);

l) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

m) Fotocópias dos cheques nominais aos credores;

n) Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;

o) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registro fotográficos, matérias jornalística e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução

p) Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou foi serviço prestado, conforme modelo abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e aceito.

Em dia/mês/ano, e assinatura.

Nome:

Cargo:

Matrícula

II - O pagamento ocorrerá conforme a cláusula terceira, devendo a prestação de contas seguir de acordo com o que segue:

III - Encaminhar a Prefeitura Municipal de Palhoça a prestação de contas da primeira parcela, no prazo de trinta dias (30) dias, após o recebimento da mesma, comprovando através de relatório o cumprimento da primeira fase.

IV - O pagamento da segunda parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da primeira parcela. Após o recebimento da segunda parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

V - O pagamento da terceira parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da segunda parcela. Após o recebimento da terceira parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

VI - A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

VII - A Entidade deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, o cadastro dos usuários do projeto, os prontuários, as guias de encaminhamentos, as fichas e relatórios individualizados dos usuários, bem como os registros contábeis relativos ao exercício de concessão, com a identificação do programa e deste convênio, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Resolução do CMDCA,

III - Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que seguem a abaixo:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,
- b) Estatuto Social da Entidade,
- c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMDCA,
- d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMP,
- e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade .

#### CLAÚSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FIA, independente de procedimentos judiciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos §§ 1º e 2º da Cláusula Terceira.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, em 05 de novembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeitura Municipal

ADRIANO DA SILVA MATOS - Secretário  
Secretaria de Assistência Social

SIRLENE DE FARIAS - Secretária Executiva  
CMDCA /FIA

LEONITA MARIA DE OLIVEIRA - Presidente  
APAE- Associação de Pais e Amigos Excepcionais.

#### TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

#### CONVÊNIO Nº 037, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

CONVÊNIO Nº 037, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social/CMDCA/FIA e CADI- Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CMDCA/FIA, neste ato representado por seu gestor, Adriano Silva Mattos e através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA /FIA inscrito no CNPJ - 18.246.064/0001-32, neste ato representado por seu Coordenador Geral, e de outro lado o CADI-Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 08.251.520/0001-89, com sede na Rua das Palmeiras, S/N, CEP 88130-350, bairro Frei Damião, Palhoça/SC, representado neste ato pelo seu Presidente Sra. MARIA JOSÉ OURIQUES DE S. CHENK, inscrito no CPF/MF sob o nº 564.912.399-34, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.129, de 04 de novembro de 2014 e Decreto Legislativo nº 343/2014, Lei nº 3.994, de 18 de março de 2014 - FIA. Dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,



mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do CMDCA/FIA na manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto JOGADA LIMPA, visando Promover a partir da prática do futebol, a proteção e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, a sua inserção na comunidade através da convivência e cooperação para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Este convênio trata-se do repasse de recurso do Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA, Art. 4º Constituirão patrimônio e receitas do Fundo: a) recursos financeiros específicos consignados na lei orçamentária anual do Município e os adicionais que a referida lei estabelecer no transcorrer de cada exercício (...), a ser utilizada para o financiamento ou co-financiamento de programas de defesa de direitos e de atendimento de crianças e adolescentes, executados por entidades sem fins lucrativos no Município de Palhoça, conforme o Plano de Ação e Aplicação CMDCA/ 2014 (Anexo I).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA, repassará a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), tendo como objetivo exclusivo a execução do objeto deste Convênio, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$15.000,00 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA  
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

II - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

III - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FIA à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou

Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FIA

O MUNICÍPIO/FIA obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FUNDO INFANCIA ADOLESCENCIA (FIA) os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FIA de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/CMDCA, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FIA, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebido destes;

VIII - Manter conta corrente específica, sob o título Entidade/Municipal/FIA;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas

financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO/FIA, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FIA, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO/FIA CMDCA, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

XVI - Deverá produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto.

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

#### CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/ou FUNDO/FIA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS

A Conveniada obriga-se a:

I - A conveniada ficará obrigada a apresentar as Prestações de Contas no PRAZO de 30 (trinta) dias, contados do recebimento dos recursos, bem como deverá a referida Cláusula determinar também a apresentação de cópias de contratos de Trabalho, quando se tratar de serviços executados por terceiros, como também deverá apresentar os documentos que seguem abaixo:

- a) Processo de concessão de recursos;
- b) Ofício do responsável pela Prestação de Contas;
- c) Cópia do Plano de Aplicação do Projeto;

d) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

e) Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

f) Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

g) Declaração do Responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

h) Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e Tesoureiro;

i) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicas, etc.) preenchidos com clareza e sem rasuras;

j) Documentos fotocopiados não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas às incidências de tributos federais, estaduais e municipais;

k) Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a compensação dos cheques);

l) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

m) Fotocópias dos cheques nominais aos credores;

n) Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;

o) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registro fotográficos, matérias jornalística e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução

p) Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou foi serviço prestado, conforme modelo abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e aceito.

Em dia/mês/ano, e assinatura.

Nome:

Cargo:

Matrícula

II - O pagamento ocorrerá conforme a cláusula terceira, devendo a prestação de contas seguir de acordo com o que segue:

III - Encaminhar a Prefeitura Municipal de Palhoça a prestação de contas da primeira parcela, no prazo de trinta dias (30) dias, após o recebimento da mesma, comprovando através de relatório

o cumprimento da primeira fase.

IV - O pagamento da segunda parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da primeira parcela. Após o recebimento da segunda parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

V - O pagamento da terceira parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da segunda parcela. Após o recebimento da terceira parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

VI - A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

VII - A Entidade deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, o cadastro dos usuários do projeto, os prontuários, as guias de encaminhamentos, as fichas e relatórios individualizados dos usuários, bem como os registros contábeis relativos ao exercício de concessão, com a identificação do programa e deste convênio, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Resolução do CMDCA,

III - Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que seguem a abaixo:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,
- b) Estatuto Social da Entidade,
- c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMDCA,
- d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMP,
- e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade.

#### CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FIA, independente de procedimentos judiciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos §§ 1º e 2º da Cláusula Terceira.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, em 05 de novembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeitura Municipal

ADRIANO DA SILVA MATOS - Secretário  
Secretaria de Assistência Social

SIRLENE DE FARIAS - Secretária Executiva  
CMDCA /FIA

MARIA JOSÉ OURIQUES DE S. CHENK - Presidente  
CADI- Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral

#### TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

#### CONVÊNIO Nº 038, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

CONVÊNIO Nº 038, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social/CMDCA/FIA e o Conselho Comunitário Alto Aririú.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CMDCA/FIA, neste ato representado por seu gestor, Adriano Silva Mattos e através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA /FIA inscrito no CNPJ - 18.246.064/0001-32, neste ato representado por seu Coordenador Geral, e de outro lado o Conselho Comunitário Alto Aririú, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 76.276.591/0001-96, com sede na Rua Cesar René Wagner, S/N, CEP 88135-720, bairro Alto Aririú, Palhoça/SC, representado neste ato pelo seu Presidente Sr. Nivaldo Martinho, inscrito no CPF/MF sob o nº 485.614.369-72, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 4.128, de 04 de novembro de 2014 e Decreto Legislativo nº 342/2014, Lei nº 3.994, de 18 de março de 2014 - FIA. Dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do CMDCA/FIA na manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto Criar e Recriar, visando Desenvolver ações conscientes que possibilitam a participação e a manifestação cultural, política, recreativa e educativa do ser humano, efetivando o exercício da cidadania que, por sua vez, constituirá no desenvolvimento da autonomia do cidadão. Este convênio trata-se do repasse de recurso do Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA, Art. 4º Constituirão patrimônio e receitas do Fundo: a) recursos financeiros específicos consignados na lei orçamentária anual do Município e os adicionais que a referida lei estabelecer no transcorrer de cada exercício (...), a ser utilizada para o financiamento ou co-financiamento de programas de defesa de direitos e de atendimento de crianças e adolescentes, executados por entidades sem fins lucrativos no Município de Palhoça, conforme o Plano de Ação e Aplicação CMDCA/ 2014 (Anexo I).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO**

Para execução do presente Convênio o FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA, repassará a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), tendo como objetivo exclusivo a execução do objeto deste Convênio, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRO-NOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, no valor de total de R\$ 15.000,00 conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE  
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA  
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

II - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

III - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FIA à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se

verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FIA**

O MUNICÍPIO/FIA obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA**

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FUNDO INFANCIA ADOLESCENCIA (FIA) os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FIA de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/CMDCA, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FIA, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebido destes;

VIII - Manter conta corrente específica, sob o título Entidade/Municipal/FIA;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de



contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO/FIA, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FIA, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO/FIA CMDCA, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

XVI - Deverá produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto.

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

#### CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/ou FUNDO/FIA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS

A Conveniada obriga-se a:

I - A conveniada ficará obrigada a apresentar as Prestações de Contas no PRAZO de 30 (trinta) dias, contados do recebimento dos recursos, bem como deverá a referida Cláusula determinar também a apresentação de cópias de contratos de Trabalho, quando se tratar de serviços executados por terceiros, como também deverá apresentar os documentos que seguem abaixo:

- a) Processo de concessão de recursos;
- b) Ofício do responsável pela Prestação de Contas;

c) Cópia do Plano de Aplicação do Projeto;

d) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

e) Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

f) Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

g) Declaração do Responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

h) Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e Tesoureiro;

i) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicas, etc.) preenchidos com clareza e sem rasuras;

j) Documentos fotocopiados não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas às incidências de tributos federais, estaduais e municipais;

k) Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a compensação dos cheques);

l) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

m) Fotocópias dos cheques nominais aos credores;

n) Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;

o) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registro fotográficos, matérias jornalística e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução

p) Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou foi serviço prestado, conforme modelo abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e aceito.

Em dia/mês/ano, e assinatura.

Nome:

Cargo:

Matrícula

II - O pagamento ocorrerá conforme a cláusula terceira, devendo a prestação de contas seguir de acordo com o que segue:

III - Encaminhar a Prefeitura Municipal de Palhoça a prestação de contas da primeira parcela, no prazo de trinta dias (30) dias, após o recebimento da mesma, comprovando através de relatório o cumprimento da primeira fase.

IV - O pagamento da segunda parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da primeira parcela. Após o recebimento da segunda parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

V - O pagamento da terceira parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da segunda parcela. Após o recebimento da terceira parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

VI - A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

VII - A Entidade deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, o cadastro dos usuários do projeto, os prontuários, as guias de encaminhamentos, as fichas e relatórios individualizados dos usuários, bem como os registros contábeis relativos ao exercício de concessão, com a identificação do programa e deste convênio, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Resolução do CMDCA,

III - Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que seguem a abaixo:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,
- b) Estatuto Social da Entidade,
- c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMDCA,
- d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMP,
- e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade .

#### CLAÚSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FIA, independente de procedimentos judiciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos §§ 1º e 2º da Cláusula Terceira.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, em 05 de novembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeitura Municipal

ADRIANO DA SILVA MATOS  
Secretaria de Assistência Social

SIRLENE DE FARIAS - Secretária Executiva  
CMDCA /FIA

NIVALDO MARTINHO - Presidente  
Conselho Comunitário Alto Aririú

#### TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

#### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº213/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº213/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.213/2014, no dia 20 de Novembro de 2014, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº213/2014 tem como objeto a contratação de empresa para locação de estruturas, equipamentos e serviços relacionados ao evento e Ações do Natal de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 06 de Novembro de 2014.  
Pregoeiro.



## Palmitos

### PREFEITURA

#### PROCESSO 128/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 128/2014. Modalidade: Dispensa de Licitação 29/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA-MAQUINA. Data da entrega dos envelopes: 13/11/2014 até as 14:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 06 de Novembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

#### PROCESSO 129/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 129/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 61/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPERSA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE ASSISTENCIA MÉDICA-AMBULATORIAL, MÉDICO-HOSPITALAR, LABORATORIAL E CONSULTAS MÉDICAS AOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PALMITOS E SEUS DEPENDENTES, EMPREGADOS PUBLICOS MUNICIPAIS E AGENTES POLITICOS DO MUNICIPIO, CONFORME DISCIPLINA A LEI MUNICIPAL Nº 3.520/2011 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011. Data da entrega dos envelopes: 20/11/2014 até as 09:00 horas. Data da abertura: 20/11/2014 até às 09:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 06 de Novembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

## Paulo Lopes

### PREFEITURA

#### PORTARIA Nº 383/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 383/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Maria Cristina Matoso, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 812.160.689-68, matrícula nº 645, ocupante do Cargo de Técnica de Enfermeira, a disposição na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 29/10/2014 à 28/11/2014, referente ao quinquênio de 02/02/2002 à 01/02/2007, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC,  
em 29 de Novembro de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger  
Secretária Municipal de Administração

#### PORTARIA Nº 384/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 384/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONDEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Ariana Marilene Fortunato Alexandre, brasileira, portadora do CPF nº 055.872.229-69, matrícula nº 10982, ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 30/10/2014 à 13/11/2014, conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC,  
em 30 de Outubro de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 385/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 385/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Adriani Luzia Costa, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 789.919.279-04, matrícula nº 658, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, até 19/12/2014, conforme benefício nº 6080192407 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC,  
em 31 de Outubro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 386/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 386/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a partir de 31/10/2014 a portaria de nº 373/2014 que concedeu Licença para Tratamento de Pessoa em Família, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Elize Terezinha Jorge, brasileira, portadora do CPF nº 767.889.629-87, matrícula nº 315, ocupante do Cargo de Enfermeira, no período de 17/10/2014 á 15/11/2014, sendo que a mesma retorna as suas atividades laborais em 03/11/2014 conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes-SC,  
em 31 de Outubro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 387/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 387/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a portaria de nº 437/2013 que colocou a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, a Servidora Pública Municipal, brasileira, Elize Terezinha Jorge efetiva e estável, para exercer suas funções no E.S.F. (Estratégia Saúde da Família), na área 02, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.

Município de Paulo Lopes - SC,  
em 31 de Outubro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 388/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 388/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR A PEDIDO, o Servidor Público Municipal, efetivo e não estável Hamilton da Conceição, brasileiro, portador do CPF nº 056.172.939-58, matrícula nº 10936, ocupante do Cargo de Motorista, nomeado pela portaria nº 329/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, por motivos pessoais, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes-SC, e  
m 03 de Novembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 389/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 389/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e conforme a justificativa nº 78/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORÁRIO, o Servidor Público Municipal Marcelo Santana, brasileiro, portador do CPF nº 015.003.239-00 matrícula nº 11053, classificado no Processo Seletivo nº 008/2013, em 7º lugar, para atuar no Cargo de Motorista, com carga horária de 220 horas mensais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 19/12/2014, em substituição ao efetivo Hamilton da Conceição que pediu exoneração, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC,  
em 03 de Novembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 390/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 390/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Servidor Público Municipal, brasileiro, Marcelino de Sousa Pacheco, portador do CPF nº 030.574.779-76, matrícula 10890, ocupante do Cargo de Professor - ACT, contratado pela portaria nº 119/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC,  
em 03 de Novembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 391/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 391/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DESIGNAR, a Servidora Pública Municipal, Elize Terezinha Jorge, brasileira, efetiva e estável, residente e domiciliada em Paulo Lopes/SC, ensino Superior Completo, portadora do CPF nº 767.889.629-87, matrícula nº 315, ocupante do Cargo de Enfermeira, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Saúde, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.

Município de Paulo Lopes-SC,  
em 03 de novembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 392/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 392/2014

Constitui Comissão de Avaliação de Bens Móveis.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições que lhe confere a Legislação Municipal Vigente, resolve:

DESIGNAR, Carlos Alberto Rodrigues, Sidinei Meneghel, Marcos Antônio Fragoso, Carlos Correia, e Carlos Roberto Bernardo, para constituírem a Comissão de Avaliação dos Bens Móveis relacionados abaixo:

I - ONIBUS usado marca/modelo VW/MASCARELO GRAVIA - Chassi 9BWR 682W55R516384 - cor branca, ano/modelo 2005 - Placa MCR 2743, código Renavan 854229981, Placa Patrimonial nº. 2791.

II - RETROESCAVADEIRA usada marca/modelo CASE/CUMNINS 580L, ano/ 2002, Placa Patrimonial nº. 4814

Devendo a referida Comissão emitir os competentes pareceres para todos os fins.

Município de Paulo Lopes-SC,  
03 de Novembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 393/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 393/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Cleusa Antonio Vieira, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 566.731.409-68, matrícula nº 729, ocupante do Cargo de Enfermeira, a disposição na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 03/11/2014 à 02/12/2014, referente ao quinquênio de 02/04/2002 á 01/04/2007, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC,  
em 03 de Novembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Sabrina Rodrigues de Souza Eger  
Secretária Municipal de Administração

**Penha****PREFEITURA****PP47/2014 - DESERTA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº83/2014 - PMP  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014 - PMP

Objeto:AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA DE CASTRAÇÃO DE ANIMAIS DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.  
A LICITAÇÃO RESTOU DESERTA JÁ QUE NÃO HOUVERAM PARTICIPANTES PARA ESTE CERTAME.

Penha/SC, 29 de Setembro de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA TP 96/2014 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2014 - PMP  
TOMADA DE PREÇO Nº 14/2014 - PMP

Objeto: - A presente Licitação tem por objeto Prestação de Serviço para execução de obras de engenharia para construção de travessia elevada em concreto asfáltico 11 metros, em estrita observância aos memoriais e projetos em anexo.

Motivo: A EMPRESA T.E.S TECNOLOGIA COMPARECEU PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO. OCORRE QUE APÓS A ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO FOI CONSTATADO QUE A EMPRESA PARTICIPANTE CITADA NÃO SATISFEZ AS CONDIÇÕES DO EDITAL ESPECIFICAMENTE NO ITEM 7.1.4 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA SUBITEM F APRESENTAÇÃO DO GRAU DE ENDIVIDAMENTO(GE) IGUAL OU INFERIOR A 0,40, SENDO QUE A LICITANTE APRESENTOU SEU GE EM 0,78, ACIMA DO ESTABELECIDO EM EDITAL, PORTANTO A LICITAÇÃO SE TORNOU FRACASSADA.

DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 06 de novembro de 2014.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

## Petrolândia

### PREFEITURA

#### CARTA CONVITE Nº 07/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
CARTA CONVITE Nº 07/2014

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 48/2014 na modalidade CARTA CONVITE Nº 07/2014, tendo por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 11:00h no dia 14/11/2014, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone (47) 3536-1151.

Petrolândia, 07 de novembro de 2014.  
JOEL LONGEN  
Prefeito Municipal

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

#### PORTARIA Nº 349, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 349, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 04/2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1.º Homologa as inscrições do PROCESSO SELETIVO 04/2014 para admissão de professores em caráter temporário - ACT, do Município de Pinheiro Preto:

Candidato	Área
TATIANA APARECIDA SLONGO BRAND GUINDANI	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
GEANINI MARTINELI PINHEIRO	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) VI - Atendente de creche
ADRIANA APARECIDA VARGAS BOGO CERONI	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
ADRIANA RITA ALBERTI	VI - Atendente de creche
ANA CLAUDIA MENEGÃO	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
ANA LUCIA ANDRES CAZARIN	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
ANGELA MARIA MAZURECK RABUSKE	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
CARMEN REGINA DE OLIVEIRA DALMOLIN	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
CLEBER FONTANA GONÇALVES	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)



DAIANE CRISTINA RIBEIRO COELHO DA SILVA BOGO	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) V - Professor para sala AEE - Atendimento Educacional Especializado
DANIELA FORMAIO DE OLIVEIRA	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
DANIELLI POSSERA	VI - Atendente de creche II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
ELISÂNGELA APARECIDA FRESKI DOS CAMPOS DOS ANJOS	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
FABIANA KOPP BENQUE	III - Professor Disciplina de Artes I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
FLÁVIA ZARDO	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
HELLEN CRISTINA MANICA	VI - Atendente de creche
HELOISE SABRINA ANDRES CAZARIN	II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
IDIMARA SAMISTRARO	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
IVANIA BEAL BRESSAN	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
IVONETE CERON PICCOLI	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
JOCEANE FURCKEL	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
JOSANA MIOTELLI FRIZZO	VI - Atendente de creche
JOSIANNE DALLABRIDA GASPAR	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) VI - Atendente de creche
JUCIMARA ZITTERELL SIMIONATO	VI - Atendente de creche II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
JULIANA CRISTINA RAIZEL DEL PIZZOL VIEIRA	VI - Atendente de creche
JULIANA PASOLD GUZZI	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) IV - Professor Disciplina de Língua Estrangeira – Inglês
JULIANA ROSSATTO DE OLIVEIRA	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)

JUSSARA BOESING	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
KARINA CHIARANI FACCIN	III - Professor Disciplina de Artes II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
KELI GRANEMANN DE OLIVEIRA	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) VI - Atendente de creche
LARISSA O DENARDI	III - Professor Disciplina de Artes.
LUCIANA APARECIDA ALVES	VI - Atendente de creche
LUCIANA FATIMA DOS SANTOS	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
MARCIA APARECIDA GERHARDT	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
MÁRCIA REGINE SUMMY ZORTÉA	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
MARINÊZ BEAL PARTYKA	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
MARIZETE MARIA CERON PIANA	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
MARLEI MARIA PANCERI	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
MARLI FÁTIMA MICHELUZZI DA SILVA MATOS	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
NATANIELA PANQ RODRIGUES	VI - Atendente de creche
NELCI SALETE SEVERO DALMOLIN	III - Professor Disciplina de Artes
OLIVETE VESCOVI DALL BOSCO	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)



PAULA FRITZEN DA SILVA	VI - Atendente de creche II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
ROSANA DOS SANTOS	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
ROSANA MISTURINI BOGONI	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
SALETE LURDES GRIS BENDER	VI - Atendente de creche II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
SIMONE MORAIS CORDEIRO	VI - Atendente de creche II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
SIMONE ZUCCO DAVILA SLONGO	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
SIRLEI APARECIDA DENARDI	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
SOLANGE APARECIDA BATISTA MANICA	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
SOLANGE DALABRIDA SOTEL	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
SOLOY APARECIDA KLEINIBING MANICA	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) II - Profissional de apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
SUELEN GARAY FIGUEIREDO JORDÃO	V - Professor para sala AEE - Atendimento Educacional Especializado I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
TALITA PELLICIOLI	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) V - Professor para sala AEE - Atendimento Educacional Especializado
VANDERLÉA ANA CARLETO DE SIQUEIRA	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) V - Professor para sala AEE - Atendimento Educacional Especializado

VANUSA APARECIDA MELO DE GODOICLOSE	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) V - Professor para sala AEE - Atendimento Educacional Especializado
VERONI DE FÁTIMA BORSOI MARTELLI	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)
VERONICE FRITZEN	I - Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,  
06 DE NOVEMBRO DE 2014  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 348, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 348, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA SONIA MARIA HENTZ, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE INFORMÁTICA E TRANSPARÊNCIA.

EUZEBIO CALITO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que dispõe o Artigo nº164, lei Complementar nº 016/92 e,

CONSIDERANDO o atestado médico emitido em 22 de Outubro de 2014, pelo prazo de 90(noventa)dias, compreendido entre os dias 22 de Outubro de 2014 á 19 de Janeiro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora SONIA MARIA HENTZ, ocupante do cargo de provimento em comissão de diretor de informática e transparência, licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de Outubro de 2014.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,  
05 de Novembro de 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 345, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 345, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA KATIANA FIORELI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

O pedido de exoneração formulado pela servidora KATIANA FIORELLI;

O Processo Disciplinar nº 001/2014 que tramita em face da servidora;

Que a Lei Complementar nº 016/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) não veda o deferimento de exoneração para

servidor que está sendo processado administrativamente, posto que mesmo exonerado o Processo Disciplinar deverá continuar hígido, ou seja, deverá prosseguir até decisão final;

Que em caso de condenação à pena de demissão, dever-se-á alterar o fundamento da desinvestidura;

Que a servidora está afastada cautelarmente de suas funções;

Que a servidora foi aprovada em teste seletivo no Município de Videira, pelo que não se mostra razoável impedir que a mesma siga seu caminho profissional, mormente em razão do princípio da inocência até decisão transitada em julgado,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, KATIANA FIORELI do cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, lotada no Órgão da Secretaria da Saúde, sem prejuízo da continuidade do Processo Disciplinar nº 001/2014.

Parágrafo único. O Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2014 instaurado em face da servidora deverá prosseguir até ulteriores termos, tendo em vista que a exoneração e ou mesmo a concessão de aposentadoria não impede a instauração e o prosseguimento de processo desta natureza, salvo prescrita a pretensão.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,  
03 de novembro de 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 346, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 346, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

REVOGA LICITAÇÃO Nº 023/2012 - MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que os recursos do convênio não foram repassados, RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a licitação nº 023/2012, modalidade Tomada de Preços, em razão dos recursos do convênio não terem sido repassados.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,  
05 DE NOVEMBRO DE 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**AVISO DE ALTERAÇÃO -LICITAÇÃO Nº 041/2014**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA ABERTURA DE

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 041/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O prefeito de Pinheiro Preto faz saber a todos os interessados, que o edital de licitação nº 041/2014, modalidade pregão presencial passou a vigorar com as seguintes alterações:

**1- DO OBJETO:**

A presente licitação tem como objeto O FORNECIMENTO DOS SEGUINTE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL:

ITEM I- Desfibrilador externo automático - DEA portátil, leve e de fácil transporte. Com comando de voz em português, com todos os passos da cadeia de sobrevivência, desfibrilação e RCP, com tela para apresentação do traçado de ECG e modo manual para escolha da carga desejada. O equipamento deverá conter bateria interna recarregável com capacidade mínima de 150 choques a 200J. Deverá acompanhar o equipamento 01 Jogo de eletrodos adultos, 01 Jogo de eletrodo pediátrico, Bolsa para Transporte e Manual do usuário em português. Deverá Atender a todas as normas NBR e IEC vigentes.

Desta forma, em razão da alteração supra, fica redesignada a data de 20/11/2014 para recebimento dos documentos até às 14:00 hs e abertura das propostas às 14:15hs. Os demais termos e cláusulas do edital nº 41/2014, modalidade Pregão Presencial permanecem inalteradas.

Pinheiro Preto, 06 de novembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito

## Pomerode

### PREFEITURA

#### **EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 008/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### **EDITAL DE LICITAÇÃO**

**TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 008/2014**

Processo Administrativo n.º 104/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS EM SAIBREIRAS PARA GERAÇÃO DE MACADAME, ABERTURA DE VALAS E PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 25/11/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 25/11/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 06 de Novembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

## Ponte Serrada

### PREFEITURA

#### **RETIFICA PROCESSO 102**

Retifica ao Processo licitatório nº 00102/2014 Dispensa de Licitação nº 0011/2014.

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA- SC

Onde se Lê: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA AMBIENTAL E TÉCNICA, QUE ENGLOBAM O PROJETO AMBIENTAL E DE ENGENHARIA DO PLANO DE CONTENÇÃO DE CHEIAS DO RIO PONTE SERRADA E PASSO DO MAIA, LOCALIZADOS NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA- SC

Leia-se : OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA AMBIENTAL E TÉCNICA, QUE ENGLOBAM O PROJETO AMBIENTAL EMERGENCIAL ( PAE) PARA LICENCIAMENTO DO PLANO DE AÇÕES CONTRA ENCHENTES.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Ponte Serrada, 06 de Novembro de 2014

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

# Porto Belo

## PREFEITURA

### **EDITAL Nº 009/2014 PROGRAMA CRECHE DE VERÃO- 1º RETIFICAÇÃO**

EDITAL Nº 009/2014 Programa Creche de verão- 1º RETIFICAÇÃO

O MUNICIPIO DE PORTO BELO, através da Secretaria Municipal de Educação, vem RETIFICAR os seguintes itens do Edital nº 009/2014, referente ao Processo Seletivo Simplificado e em caráter temporário de Profissionais da Educação para atender o Programa Creche de Verão.

#### 3 - DA INSCRIÇÃO

3.2.1 Para ser homologada a inscrição, o candidato deverá entregar a documentação exigida (em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada dos originais para conferência) para comprovação da habilitação mínima exigida em edital, na Secretaria Municipal de Educação, por intermédio responsável pela empresa contratada, sito a Rua Leopoldo José Guerreiro nº 183, Centro, Município de Porto Belo/SC, juntamente com os títulos, entre os dias 20 e 26 de novembro de 2014.

3.4.4 - O candidato que não tiver acesso à internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá a seu dispor terminal com internet, no período acima compreendido, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 16h30min, junto a Secretaria Municipal de Educação de Porto Belo, sito a Rua Leopoldo José Guerreiro nº 183, Centro, Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina.

#### 5- DAS PROVAS

5.12 - Os candidatos deverão entregar pessoalmente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Leopoldo José Guerreiro nº 183, Centro, Município de Porto Belo/SC - CEP: 88210-000, entre os dias 01 a 04 de dezembro de 2014, fotocópias de eventuais títulos que possuam. Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, fora do prazo determinado e estes deverão ser enviados ou entregues em envelope identificado com nome, cargo e número da inscrição.

#### 11- DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

11.1 - O processo terá validade até 28 de fevereiro de 2015, contados da homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período.

Os demais itens do Edital 009/2014 permanecem inalterados.

Porto Belo (SC), 06 de novembro de 2014.

Dóris Helena Serpa Ferreira

Secretária Municipal de Educação

### **1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 049/2014 PMPB - 036/2014 FMS - 022/2014 FMAS - 026/2014 FMEDUCA - 016/2014 FME -014/2014 FMC - 018/2014 FUMTUR**

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO - Registro de Preço - 049/2014 PMPB - 036/2014 FMS - 022/2014 FMAS - 026/2014 FMEDUCA - 016/2014 FME -014/2014 FMC - 018/2014 FUMTUR

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Contratação de solução de conectividade sem fio, área de registro na cidade de Porto Belo - SC, para acesso à Internet, correio eletrônico, mensagens de texto, por meio de aparelhos móveis e serviços de telefonia, nas modalidades de Serviço Móvel Pessoal, para comunicação de voz e dados, com características de serviço pós-pagos, via rede móvel, com tecnologia digital. Devendo os serviços oferecer as facilidades de roaming nacional e internacional automático e dispositivos móveis de acessibilidade à internet, fornecidos em regime de comodato para atender a Prefeitura Municipal de Porto Belo/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Tipo: Menor preço global;

Exclui-se: 036/2014 FMS - 022/2014 FMAS - 026/2014 FMEDUCA - 016/2014 FME -014/2014 FMC - 018/2014 FUMTUR

Leia-se: 049/2014 PMPB

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação PREGÃO - Registro de Preço - 049/2014 PMPB

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br) das 13:30 às 17:30 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 06 de novembro de 2014.

Chirley Laurencio

Secretaria de Administração

# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 046/2014 - FAS

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 046/2014 - FAS  
Partes: Município de Porto União e empresa  
JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - EPP.  
Objeto: Fornecimento de Cestas Básicas.  
Valor total R\$ 47.100,00 (quarenta e sete mil reais).  
Vigência: será até 27 de fevereiro de 2015.  
Base legal: Pregão Presencial 021/2014-FAS, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 30 de outubro de 2014.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - EPP.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 047/2014 - FAS

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 047/2014 - FAS  
Partes: Município de Porto União e empresa  
MERCADO KOSERA LTDA - ME.  
Objeto: Fornecimento de Leite em Pó.  
Valor total R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais).  
Vigência: será até 27 de fevereiro de 2015.  
Base legal: Pregão Presencial 021/2014-FAS, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 30 de outubro de 2014.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA - ME.  
Contratada

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 021/2014 - FAS

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 025/2014 - FAS  
Pregão Presencial 021/2014  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa  
MERCADO KOSERÁ LTDA.  
JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - EPP

Porto União SC, 30 de outubro de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2014 - EDUCAÇÃO

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório nº 048/2014 - EDUCAÇÃO  
Dispensa de Licitação n.º 004/2014

Caracterização da Situação: O município necessita contratar serviços de acesso à internet, para o Núcleo de Educação Infantil Lina Sander, uma vez que em 17/03/2014 foi lançado o processo licitatório 024/2014 para contratação de empresas para instalação de internet no referido Núcleo, porém não houve interessados em cotar este ponto.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é a contratação de empresa para fornecer o serviço de acesso à internet no Núcleo de Educação Infantil Lina Sander, localizado em Santa Cruz do Timbó, com velocidade de 1,5 MB.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Perfect Provedor de Internet Ltda - ME, inscrita no CNPJ 09.493.010/0001-80, visto que foi a que manifestou interesse em atendimento ao ponto.

Do Preço: O valor mensal a ser pago será de R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Do Período de Contratação: Será contratado pelo período de 12 (doze) meses.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Unidade 1701 - Fundo Municipal de Educação  
Atividade 2009 - Manutenção Educação Infantil  
Modalidade 3390-104 - Aplicações diretas  
Cód. 39  
Complemento 33903999 - Outros Servs. de terceiros pessoa jurídica

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, incisos II e V da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 22 de outubro de 2014.  
PAULO RUBENS BUCH  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 376/2014

### EXTRATO DE CONTRATO 106/2014 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 106/2014 - Educação  
Partes: Município de Porto União e a empresa PERFECT PROVIDOR DE INTERNET LTDA - ME.  
Objeto: Contratação de Serviços de Internet para o Núcleo de Educação Infantil Lina Sander.  
Valor total R\$ 1.440,00 (hum mil quatrocentos e quarenta reais).  
Vigência: Será de 12 (doze) meses.  
Base legal: Dispensa de Licitação 004/2014 - Educação, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 29 de Outubro de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal



PERFECT PROVEDOR DE INTERNET LTDA - ME.  
Contratada

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 006/2014 - FUNREROM**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 009/2014 - FUNREBOM  
Pregão Presencial 006/2014 - FUNREBOM  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa  
ICAVEL VEICULOS LTDA.

Porto União SC, 23 de outubro de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO 030/2014 - FUNREBOM**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 030/2014 - FUNREBOM  
Partes: Município de Porto União e  
ICAVEL VEICULOS LTDA.  
Objeto: Aquisição de Peças e Contratação de Mão de Obra para  
Manutenção da Viatura de Combate à Incêndio ABRT-23.  
Valor total R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).  
Vigência: será de 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 0006/2014 - FUNREBOM, Lei  
8.666/93 Lei 10.520/02.

Porto União SC, 23 de outubro de 2014.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

ICAVEL VEICULOS LTDA.  
Contratada

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 010/2014**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 085/2014  
Tomada de Preços 010/2014  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa  
LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME.

Porto União SC, 28 de outubro de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO 172/2014**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 172/2014 - PREFEITURA  
Partes: Município de Porto União e  
LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME.  
Objeto: Contratação de Empresa para Execução da Obra Denomi-  
nada "Parque Turístico Morro da Cruz", Composto por Estaciona-  
mento para Veículos, Mirante, Passeios e iluminação Paisagística,

incluindo material e mão de obra.  
Valor total R\$ 227.703,22 (duzentos e vinte e sete setecentos e  
três reais e vinte e dois centavos).  
Vigência: será de 12 (doze) meses.  
Base legal: Tomada de Preços 010/2014, Lei 8.666/93

Porto União SC, 28 de outubro de 2014.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME..  
Contratada

### **EXTRATO DE CONTRATO 043/2014 - FAS**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 043/2014 - FAS  
Partes: Município de Porto União e empresa  
MERCADO KOSERA LTDA - ME.  
Objeto: Aquisição de Toalhas de Banho e Rosto e Álbuns de foto-  
grafias para as Famílias Atendidas pelo CRAS.  
Valor total R\$ 6.866,00 (seis mil oitocentos e sessenta e seis re-  
ais).  
Vigência: será até 30 de dezembro de 2014.  
Base legal: Pregão Presencial 018/2014-FAS, Lei 8.666/93 e Lei  
10.520/02.

Porto União SC, 21 de outubro de 2014.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA - ME.  
Contratada

### **EXTRATO DE CONTRATO 044/2014 - FAS**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 044/2014 - FAS  
Partes: Município de Porto União e empresa  
ELOIZE CRISTINA ANDRES - ME.  
Objeto: Aquisição de Jogos de Cama para as Famílias Atendidas  
pelo CRAS.  
Valor total R\$ 3.870,00 (três mil e oitocentos reais).  
Vigência: será até 30 de dezembro de 2014.  
Base legal: Pregão Presencial 018/2014-FAS, Lei 8.666/93 e Lei  
10.520/02.

Porto União SC, 21 de outubro de 2014.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

ELOIZE CRISTINA ANDRES - ME.  
Contratada



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 018/2014 - FAS**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 023/2014 - FAS  
Pregão Presencial 018/2014 - FAS  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas  
MERCADO KOSERA LTDA - ME  
ELOIZE CRISTINA ANDRES - ME

Porto União SC, 22 de Outubro de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 010/2014 - CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 010, de 05 de novembro de 2014.  
Dispõe sobre o Demonstrativo Físico Financeiro dos recursos de cofinanciamento dos 03 (três) entes administrativos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social de Porto União (FMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reunião ordinária realizada em 10 de outubro de 2014, Ata nº 152,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Demonstrativo Físico Financeiro dos recursos dos 03 (três) entes administrativos, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, referente ao exercício de 2013.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Porto União (SC), 05 de novembro de 2014.  
MARCIA MARIA BAGGIO CAUS  
Presidente do CMAS

**RESOLUÇÃO Nº 004/2014 - CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 004/2014, de 03 de novembro de 2014.  
Dispõe Deliberação de Recursos para Capacitação de Conselheira de Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Porto União, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.816, de 1º de junho de 1992, consolidada pela Lei Municipal nº 3.113, de 24 de outubro de 2005, e alterada pela Lei Municipal nº 3.228, de 13 de outubro de 2006, em Reunião Ordinária, ocorrida no dia 03 de novembro de 2014, Ata nº 151,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o repasse de 02 (duas) diárias no valor total de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais), para a conselheira Heloise Katia Kalichak Ruaro participar de capacitação nos dias 06 e 07 de novembro de 2014, em Blumenau/SC, referente ao 11º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção de Santa Catarina.

Porto União (SC), 03 de novembro de 2014.  
CLAUDINEI JOSÉ KZIOZEK  
Presidente do CMDCA

**EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 012/2014 - EDUCAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 054/2014 - EDUCAÇÃO  
Extrato de Edital de Tomada de Preços 012/2014 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, do tipo Menor Preço por Empreitada Global, para Execução da Obra de Reforma dos Sanitários no Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, incluindo Material e Mão de Obra. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 26 de Novembro de 2014, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 06 de novembro de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**TERMO DE REVOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 007/2014 - EDUCAÇÃO**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 045/2014 - EDUCAÇÃO  
Tomada de Preços 007/2014  
Termo de Revogação  
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 05 de novembro de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 007/2014 - FENREBOM**

ALTERAÇÃO DE EDITAL  
REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 010/2014 - FUNREBOM  
PREGAO PRESENCIAL 007/2014 - FUNREBOM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública a alteração da redação do Objeto do Edital de Processo Licitatório nº 010/2014 - FUNREBOM, as demais informações permanecem inalteradas. Devido às alterações ocorridas fica marcada para o dia 19/11/2014 a abertura dos envelopes, no mesmo horário e local. As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 05 de novembro de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### LEI 2578

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina.

LEI Nº 2.578/2014 DE 05/11/2014

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA  
LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Pouso Redondo, para o exercício de 2015, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as metas fiscais

II - as prioridades e metas da Administração Municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária e,

VIII - as disposições gerais.

### I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - As Metas Fiscais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e o Montante da Dívida Pública para os exercícios de 2014 a 2017, de que trata o Art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, serão identificadas nos seguintes anexos:

1) Demonstrativo I - Anexos de Metas Fiscais - Metas Anuais .

I.a - Anexo de Metas Fiscais - Montante da Dívida.

I.b - Anexo de Metas Fiscais - Resultado Nominal.

I.c - Anexo de Metas Fiscais - Resultado Primário.

2) Demonstrativo II - Anexo de Metas Fiscais - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

3) Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

4) Demonstrativo IV - Anexo de Metas Fiscais - Evolução do Patrimônio Líquido (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III);

5) Demonstrativo V - Anexo de Metas Fiscais - Origem e aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (LRF, art 4, § 2º, inciso III);

6) Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de receita;

7) Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

8) Demonstrativo IX - Anexo de Metas Fiscais - Riscos Fiscais e Providências;

9) Demonstrativo X - Receita Corrente Líquida (art. 12, §3º da LRF);

10) Demonstrativo XI - Anexo de Metas Fiscais - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita;

11) Demonstrativo XII - Anexo de Metas Fiscais - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

12) Demonstrativo XIII - Anexo de Metas Fiscais - Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

13) Demonstrativo XIV - Anexo de Metas Fiscais - Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

14) Demonstrativo da Evolução da Receita (art. 22, III da Lei 4.320/64 e art. 12 da LRF);

15) Demonstrativo da Evolução da Despesa (art. 22, III da Lei 4.320/64);

16) Relação de Despesas - Priorizadas;

17) Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

### II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são aquelas definidas no Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programa, anexo desta Lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2015, serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programa desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas e valores estabelecidos nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

### III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - O Orçamento para o Exercício Financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, incorporados no orçamento geral do Município, será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 5º - A lei Orçamentária para 2015 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importantes, especificando no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central aquelas vinculadas a fundos e a Despesa de cada Unidade Gestora por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação, conforme Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei 4.320/64 );

II - Receita por Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 );

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo II da Lei nº 4.320/64);

IV - Funções e Subfunções de Governo.(Anexo V da Lei nº 4.320/94);

V - Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64);

VI - Programa de trabalho de governo - Demonstrativo da despesa por funções, subfunções, programas, por projetos, atividades e operações especiais (Anexo VII da Lei 4.320/64);

VII - Demonstrativo da despesa por funções, subfunções, programas conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII da Lei 4.320/64);

VIII - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo IX da Lei 4.320/64);

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64);

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64);

XI - Relação da Proposta da Receita;

XII - Relação da Proposta da Despesa;

XIII - Planilha de identificação dos Projetos, Atividades e Operações

Especiais.

§ 1º - O Orçamento dos Fundos que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas despesas conforme disposto no caput deste artigo.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 6º - O Orçamento para o exercício de 2015 obedecerá, entre outros, aos princípios da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativos, Executivos e Fundos. (ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, "a" da LRF).

Art. 7º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito, podendo por ato formal ser delegado à Agente Público.

Art. 8º - As previsões de receita para o exercício de 2015, observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º - Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a conseqüente adequação do orçamento da despesa (Artigo 11º Parágrafo 1º, da LRF).

§ 2º - A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no artigo 2º, IV da Lei Complementar 101/00.

Art. 9º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal e para recondução do montante da dívida consolidada, aos limites estabelecidos, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotará o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado ainda a fonte de recursos para as seguintes despesas abaixo: (ART. 9º da LRF).

- I - eliminação ou redução de despesas com horas extras;
- II - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- III - eliminação ou redução de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- IV - redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;
- V - zeramento de serviços realizados a terceiros;
- VI - exoneração de ocupantes de cargos comissionados; e,
- VII - outras até o restabelecimento da situação planejada.

Art. 10 - A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado não excederá, no exercício de 2014, a dez por cento da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2013.

Parágrafo Único - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. (Artigo 17º da LRF).

Art. 11 - O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2015 contemplará recursos na Reserva de Contingência em até um por cento da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais

imprevistos do orçamento municipal e seus Fundos (ART. 5º, III "d" da LRF), na seguinte proporção:

1º - Para efeito desta Lei, entende-se como Passivos Contingentes e Outros Riscos e Eventos Fiscais imprevistos:

a) Passivos Contingentes - ações judiciais em que o município possa vir a ser condenado e ou intempéries climáticas: vinte por cento da Reserva de Contingência;

b) Riscos e Eventos Fiscais - situações de emergência, despesas não orçadas ou orçadas a menor, fatos imprevistos no planejar: oitenta por cento da Reserva de Contingência.

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a passivos contingentes, caso não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2015, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para atender riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12 - Os investimentos com duração superior a doze meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 13 - O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira, cronograma anual de desembolso mensal para suas Unidades Gestoras, se for o caso e o Desdobramento das Metas Bimestrais de Arrecadação. (Art. 8º e 14 da LRF)

Art. 14 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer, ou estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa (Art. 8º, § único da LRF).

§ 1º - Os recursos vinculados oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15 - A renúncia de receita deverá ser objeto de estimativa, quando da elaboração da Lei Orçamentária de 2015, devendo ser deduzida dos valores constantes do orçamento da receita.

Art. 16 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e as voltadas para o fortalecimento do associativismo e desenvolvimento econômico municipal. (ART. 4º, I, "f" da LRF).

Art. 17 - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixada no item I do artigo 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 18 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (Art. 45 da LRF) e os de caráter imprevisíveis.

Art. 19 - Despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei

orçamentária (Art. 62 da LRF).

Art. 20 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 21 - A lei orçamentária para 2015 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada órgão, saldo das dotações de um elemento para outro.

Art. 22 - Durante a execução orçamentária o Poder Executivo poderá utilizar ainda os recursos do Superávit Financeiro, do Excesso de Arrecadação e de Recursos de Convênios ou de Operações de Crédito não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, para a abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento da Prefeitura e dos Fundos.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015.

Art. 24 - As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica.

Art. 25 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e de conformidade com a Resolução do Senado Federal.

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 26 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras e dos cargos, corrigir, aumentar a remuneração, conceder reposição salarial das perdas salariais dos servidores, conforme disposto no Art. 37, X, da CF88, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária.

Art. 27 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a noventa e cinco por cento do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 22, Parágrafo Único, V da LRF).

Art. 28 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal: (Art. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação ou redução das despesas com horas extras.

II - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

III - eliminação ou redução de vantagens concedidas a servidores;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 29 - Para efeito desta Lei e dos registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Pouso Redondo, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de

materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 30 - A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada semestre (Art. 63 da LRF).

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 31 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto para atender ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 14 da LRF).

Art. 32 - Toda dívida ativa será remetida à cobrança judicial, exceto:

I - a decorrente de tributo vencido no exercício, cuja remessa é facultada no curso do exercício financeiro seguinte; e,

II - a de valor reduzido, entendendo-se aquela de valor inferior a 0,10 UFM's por contribuinte, que poderão ser cancelados, mediante autorização legislativa, não se constituindo "Renúncia de Receita", para efeito do disposto no Artigo 14 da LRF.

Art. 33 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 - O Executivo Municipal enviará até o dia 10 de dezembro de 2014, a proposta orçamentária anual à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 20 de dezembro de 2014.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 35 - A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas e exercer o seu controle, de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 36 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 37 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para aquisição de equipamentos, despesas de custeio e realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.



Art. 38 - O Município utilizará a faculdade contida no artigo 63 da Lei Complementar 101/00.

Parágrafo Único - O atendimento e avaliação dos dispositivos citados no artigo 63 serão realizados no âmbito interno.

Art. 39 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 40 - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo SC, 05 de novembro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

## LEI 2579

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.579/2014 de 05/11/2014

Autoriza o Poder Executivo a custear despesas com internamento de menores dependentes químicos a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE REINTEGRANDO VIDAS "CERRVI" e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica o Executivo autorizado a custear despesas com o internamento de menores dependentes químicos a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE REINTEGRANDO VIDAS "CERRVI", inscrita no CNPJ sob o nº 17.894.294/0001-45, o qual consistirá em cooperação financeira na execução de projetos de atendimento a dependentes químicos, encaminhados através de encaminhamento judicial.

Art. 2º - O valor repassado a CERRVI, no valor de 50% (cinquenta por cento) do valor de um salário mínimo federal, para cada menor efetivamente internado, deverão ser pagos até o dia 10 (dez) do mês seguinte.

§ 1º - O pagamento será efetuado mediante emissão de RECIBO (obrigatoriamente com CNJP) ou Nota Fiscal de prestação de serviços, que deverá ser emitida sempre até o quinto dia útil de cada mês, informando no campo da descrição o número de menores atendidos.

§ 2º - O valor de pagamento poder ser fracionado, caso o menor encaminhado ao CERRVI, não fique internado durante os 30 (trinta) dias.

§ 3º - Para efeito de cobrança dos valores aqui estipulados, considerar-se-á o mês de competência aquele no qual se iniciou o tratamento do usuário.

§ 4º - Não havendo efetiva ocupação o convênio permanece vigente, cessando o repasse financeiro por parte do Município a Entidade.

Art. 3º - Cabe a CERRVI oferecer ao dependente de Substâncias Psicoativas uma estrutura de apoio em termos físicos e de acompanhamento integral/terapêutico, visando transmitir-lhe a possibilidade de uma vida sem o uso de substâncias psicoativas, bem como envolvê-lo na elaboração de recursos que o façam sentir-se novamente como um ser social e autônomo.

Art. 4º - A utilização do pessoal necessário à execução do objeto desta Lei não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária para a PREFEITURA.

§ Único - Os menores atendidos pelo CERRVI estarão sujeitos ao Regulamento e Normas de Atendimento da Associação.

Art. 5º - A despesa decorrente da aplicação da presente Lei correrá a conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município, sendo utilizados recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 15 de setembro de 2014.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de novembro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

## LEI 2580

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.580/2014 de 05/11/2014.

"Reconhece Despesa de exercício anterior e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida despesa de exercício anterior abaixo especificada em favor de DROGARIA FARMA POUSO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.873.877/0001-48, Rua 23 de Julho, 176 Centro, Pouso Redondo/SC, concernente a despesas de medicamentos utilizados por essa Municipalidade no ano de 2014.

Art. 2º - Em conformidade com o artigo anterior, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao empenhamento, liquidação e pagamento das respectivas despesas do exercício anterior, no valor de R\$ 528,70 (Quinhentos e vinte e oito reais e setenta centavos) conforme cupons fiscais anexos a presente lei.

Art. 2º — A despesa decorrente da execução da presente Lei correrá à conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de novembro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

**DECISÃO RECURSO PROCESSO 068 2014**

EXTRATO DE DECISÃO DE RECURSO PROCESSO 68/2014  
PREGÃO PRESENCIAL (REGISTRO DE PREÇOS) Nº036/2014  
EMPRESAS PARTICIPANTES: I. SILVEIRA E CIA LTDA; CELSO MOACIR GOMES EPP E VINICIUS BRACHT MALAGUTTI EPP.

DECISÃO: É inviável a manutenção da licitante no certame cuja proposta é desclassificada. Intimem-se os interessados e proceda-se a devolução dos envelopes à empresa VINICIUS BRACHT MALAGUTTI ME.

Com base na decisão acima intima-se as empresas CLASSIFICADAS sendo: : I. SILVEIRA E CIA LTDA e CELSO MOACIR GOMES EPP , para dar sequência ao processo licitatório no dia 10/11/2014 às 11:00 horas.

Data 06 de Novembro de 2014.

**Rio do Sul****PREFEITURA****DECRETO Nº 4396, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4396, de 04 de novembro de 2014.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- CAE."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos no art. 26 da Resolução nº 038/2009,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar -CAE, para o quadriênio do exercício 2014 - 2018, dos seguintes membros devidamente indicados por suas entidades:

**I - Como representantes do Poder Executivo:**

Titular: Luciana Barbosa

Suplente: Silmara Sarai da Silva

**II - Como representantes dos Professores:**

Titular: Vlademir Luiz Brasil Junior

Suplente: Adelina de Fátima Ferreira Tenfen

Titular: Zenaide Kuster Pereira

Suplente: Vera Luci Roveda

**III - Como representantes dos Pais e Alunos:**

Titular: Sílvio Marinho de Souza

Suplente: Alécio Montibeller

Titular: Degorá Claude Dolzan

Suplente: Elias Marcos Kunz

**IV - Como representantes da Sociedade Civil do Município:**

Titular: Zenir Gelslechter

Suplente: Sandra Maria Grah Xavier

Titular: Jaciara Regina Setti

Suplente: Samanta Arianne Gramkow

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

04 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul



**DECRETO Nº 4384, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4384, de 29 outubro de 2014.

"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO À EMPRESA PRE-FABRICAR CONCRETOS LTDA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o estabelecido no artigo 19 da Lei Municipal n.º 4.201/05,

**DECRETA:**

Art.1º- Fica concedido à empresa, PRÉ-FABRICAR CONCRETOS LTDA, CNPJ 05.042.342/0001-98, sito a rua dos Vereadores, bairro Valada Itoupava, no município de Rio do Sul, com cadastro imobiliário nº 15601, cadastro econômico nº49098, matrícula no Registro de Imóveis sob nº 40120, inserido nos autos do protocolo nº 150236/2014, incentivo a empresa com base no art. 5º, da Lei nº 4201, de 11 de julho de 2005, na forma que segue:

- isenção em até 50% (cinquenta por cento) da Taxa de Licença para Localização e Permanência no Local, bem como sua renovação anual de até 05 (cinco) anos;

- isenção em até 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

- isenção de emolumentos relativos a análise e aprovação de projetos, conforme interesse público;

- isenção em até 50% (cinquenta por cento) de ISS para as obras e serviços executados para a implantação e/ou ampliação de projetos das entidades beneficiadas por esta Lei de Incentivos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

29 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

REGINA BONITO PETRY

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

**PORTARIA N. 1110/RH**

PORTARIA N. 1110/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 70 a 83, dos autos da Sindicância Administrativa n. 031/2013, instaurada pela Portaria n. 1398/RH de 22 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 29 de novembro de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 84 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 031/2013, instaurada para apuração dos fatos ocorridos na Escola Modelo Ella Kurth, envolvendo as contratadas

temporariamente Inês Fornara Dall Oglio e Patrícia Nahring Werne, as quais desempenhavam a função de Pedagogo, tendo em vista a não comprovação dos fatos relatados no Memorando SME/GAB n. 560/2013, emitido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Determinar que seja notificada a Secretaria Municipal de Educação, para que elabore imediatamente o regulamento autorizando a criação do Núcleo de Atendimento Multidisciplinar (NAM), considerando o relevante papel prestado no âmbito do Ensino Público Municipal.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

**PORTARIA N. 1111/RH**

PORTARIA N. 1111/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 124 a 146, dos autos da Sindicância Administrativa n. 007/2014, instaurada pela Portaria n. 0337/RH de 24 de março de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 31 de março de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 147 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 007/2014, instaurada para apuração dos fatos ocorridos no Centro de Educação Infantil Adelaide Ledra, envolvendo a servidora Maria Lurdes das Almas Oliveira, que desempenhava a função de Professora, tendo em vista a não comprovação dos fatos relatados no Memorando SME/GAB n. 120/2014, emitido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

**PORTARIA N. 1112/RH**

PORTARIA N. 1112/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 30 a 35, dos autos da Sindicância Administrativa n. 032/2013, instaurada pela Portaria n. 1468/RH de 11 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 19 de dezembro de 2013 e, de acordo

com a decisão proferida às fls. 36 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 032/2013, tendo em vista a inexistência de provas suficientes para a conclusão do fato relatado no Memorando do Departamento de Patrimônio n. 179/2013.

Art. 2º. Determinar que seja notificada a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos para que providencie a instalação de câmeras com o objetivo de mitigar as ocorrências de furto nas suas dependências e, para que efetive a construção de cercado nos fundos do estabelecimento, impedindo, desta forma, o acesso de pessoas estranhas ao Órgão Municipal.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

**PORTARIA N. 1113/RH**

PORTARIA N. 1113/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologa a concessão da prorrogação pelo prazo de 30(trinta) dias, contados a partir de 18/09/2014 à Comissão do Processo Administrativo Disciplinar n. 012/2014 designada pela Portaria N. 0862/RH, de 08/08/2014 (publicada em 18/08/2014), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 012/2014.

Art. 2º A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 009/P.A./012/2014, de 26/09/2014, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos e em função do aguardo de documentação solicitada.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

**PORTARIA N. 1114/RH**

PORTARIA N. 1114/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologa a concessão da prorrogação pelo prazo de 30(trinta) dias, contados a partir de 16/08/2014 à Comissão do Processo Administrativo Disciplinar n. 011/2014 designada pela Portaria N. 0807/RH, de 11/07/2014 (publicada em 16/07/2014), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 011/2014.

Art. 2º A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 004/P.A.D. 011/2014, de 01/10/2014, em face da complexidade da localização da servidora.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

**DECRETO Nº 4399, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4399 de 05 de novembro de 2014.

"REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/14."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica revogado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 0148/14 09.10.2014.

Parágrafo único - A anulação decidida no "caput", se dá por não haver interessado em participar do presente certame licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

05 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1145/RH**

PORTARIA Nº. 1145/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Colocar a disposição, sem quaisquer prejuízo do cargo ou função que ocupa e da remuneração e dos direitos respectivos, o servidor ALEXIS RAIZER GUANABENS, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, nível "E", para exercer,

de 03 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, suas atividades junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, em atenção a solicitação desta Secretaria por meio do Memorando nº 202/2014 de 31/10/2014, e deferimento do Secretário Municipal de Administração.

Art. 2º Durante o período que o servidor em questão estiver desempenhando suas atividades laborais no setor para o qual foi designando temporariamente, o mesmo será avaliado por Comissão de Estágio Probatório do respectivo local.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

## PORTARIA Nº 1.155/2014

PORTARIA Nº. 1.155/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito do Município de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera, o servidor RUBENS AUGUSTO SCHWARZ MENS-LIN, ocupante do cargo de provimento efetivo - Fiscal de Tributos (40h), sendo dia 03/11/2014 o último dia na função de Agente Político de Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

## EDITAL INTERNO DE REMOÇÃO POR CONCURSO E POR PERMUTA - MAGISTÉRIO

EDITAL INTERNO DE REMOÇÃO POR CONCURSO E POR PERMUTA ANO LETIVO DE 2015- MAGISTÉRIO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, neste ato representado pelo Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, Prefeito Municipal, Sr. Givanildo Silva, Secretário Municipal de Administração e Regina Garcia Ferreira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Art. 41 da Lei Complementar 207/2010 e alterações posteriores, Art. 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores e, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, torna público a realização do CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO (POR CONCURSO E POR PERMUTA) do Magistério Público Municipal.

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A remoção pressupõe o deslocamento dos profissionais da educação, de sua lotação para outra Unidade Educacional, conforme preceitua o Art. 20-A da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

1.2 O presente Concurso Interno será realizado pela Comissão Especial instituída por meio do Decreto n. 4381, de 24 de outubro de 2014.

1.3 O Edital e todos os demais atos relativos ao presente Concurso Interno serão publicados nos seguintes endereços eletrônicos: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh) (no Menu: Formas de Contratação na Opção: Concursos Públicos) e/ou [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

1.3.1 É responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento dos atos e decisões publicados via on-line, nos sites supra citados.

1.4 A classificação do candidato neste Concurso Interno de Remoção gera ao servidor apenas mera expectativa, não implicando na obrigatoriedade de concessão. O preenchimento de vaga é efetivado de acordo com a necessidade do Município e a disponibilidade orçamentária.

1.5 As remoções decorrentes deste Concurso Interno serão efetivadas por meio da publicação dos respectivos atos, prevalecendo os seus efeitos funcionais a partir do início do ano letivo de 2015.

1.6 Este edital é válido para o ano letivo de 2015, com vigência até a publicação de novo edital.

### 2. DO OBJETO

2.1 O Concurso Interno de Remoção regido por este Edital, tem por objeto o recrutamento e a seleção de professores e pedagogos, interessados em remoção, para preenchimento de vagas disponíveis e formação de cadastro reserva, nas Unidades Educacionais da Secretaria Municipal de Educação.

### 3. DO PÚBLICO ALVO

3.1 Poderão participar do Concurso Interno de Remoção, Professores e Pedagogos efetivos do Magistério Público Municipal, lotados nas Unidades Educacionais da Secretaria Municipal de Educação.

### 4. DA REMOÇÃO POR PERMUTA

4.1 A Remoção por Permuta se processa a pedido dos interessados, desde que haja coincidência de interesse e aprovação da Secretaria de Educação.

4.2 Para participar do Concurso Interno de Remoção por Permuta, ambos os candidatos deverão:

- Ser efetivos no Magistério Público Municipal;
- Não ter sofrido penalidade disciplinar nos últimos dois anos, contados da data de publicação deste edital;
- Ter a mesma categoria funcional;
- Ter o mesmo regime de trabalho;
- Ter a mesma habilitação profissional;
- Ter a mesma jornada de trabalho.

### 5. DA REMOÇÃO POR CONCURSO

5.1 Para participar do Concurso Interno de Remoção por Concurso, o candidato deverá:

- Ser efetivo no Magistério Público Municipal;
- Não ter sofrido penalidade disciplinar nos últimos dois anos, contados da data de publicação deste edital;

### 6. DAS VAGAS

#### 6.1 DO QUADRO DE VAGAS EDUCAÇÃO INFANTIL

Unidade	Área / Disciplina	Carga Horária	Vagas
CE Guilherme Butzke	Educação Infantil	40h	09
CE Ricardo Marchi	Educação Infantil	40h	12
CEI Adelaide Ledra	Educação Infantil	40h	02

CEI Augusto Bosco	Educação Infantil	40h	07
CEI Canta Galo	Educação Infantil	40h	05
CEI Cantinho do Amor	Educação Infantil	40h	02
CEI Cinderela	Educação Infantil	40h	04
CEI Cobras	Educação Infantil	40h	04
CEI Déa Bornhausen	Educação Infantil	40h	04
CEI Egidio Dalmarco	Educação Infantil	40h	03
CEI Favo de Mel I	Educação Infantil	40h	01
CEI Francisco Fleisner	Educação Infantil	40h	01
CEI Ilse Soldatelli	Educação Infantil	40h	08
CEI Navegantes	Educação Infantil	40h	04
CEI Padre Angelo Moser	Educação Infantil	40h	04
CEI Pinguinho de Gente	Educação Infantil	40h	07
CEI Pref. Danilo Lourival Schmidt	Educação Infantil	40h	08
CEI Pref. Matheus Alves Conceição	Educação Infantil	40h	06
CEI Prof. <sup>a</sup> Belmarli da Silva	Educação Infantil	40h	04
CEI Raio de Luz	Educação Infantil	40h	04
CEI Romão Trauczinsky	Educação Infantil	40h	04
CEI Ruth Schroeder Ohf	Educação Infantil	40h	14
CEI Schirley Dolores Sedrez	Educação Infantil	40h	09
CEI Tia Bea	Educação Infantil	40h	06
CEI Titio Karan	Educação Infantil	40h	04
CEPLAS	Educação Infantil	40h	04

#### EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Unidade	Área / Disciplina	Carga Horária	Vaga
CE Guilherme Butzke	Geografia	20h	01
CE Daniel Maschio	Geografia	10h	01
-	Matemática	-	Cadastro Reserva
-	Português	-	Cadastro Reserva
-	História	-	Cadastro Reserva
-	Ciências	-	Cadastro Reserva
-	Inglês	-	Cadastro Reserva
-	Educação Física	-	Cadastro Reserva
-	Artes	-	Cadastro reserva
-	Ensino Religioso	-	Cadastro Reserva
-	Filosofia	-	Cadastro Reserva
-	Italiano	-	Cadastro Reserva
-	Anos Iniciais	-	Cadastro Reserva

#### PEDAGOGO

Unidade	Área	Carga Horária	Vaga
-	Pedagogo	-	Cadastro Reserva

6.1.1 A carga horária das vagas do ensino fundamental dispostas no item 6.1 podem ser fracionadas, se for o caso. Conforme disposto no Art. 17 da Lei Complementar nº 75, de 20 de novembro de 2001.

6.2 As vagas que surgirem durante o período de validade deste edital, deverão primeiramente ser oferecidas para os servidores classificados no respectivo processo, caso, concomitantemente, exista candidato classificado em Concurso Público vigente.

#### 7. DAS INSCRIÇÕES

##### 7.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1.1 O candidato Professor poderá se inscrever para concorrer a remoção nas áreas de Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental, em conformidade com a sua habilitação e considerando a sua área de atuação.

7.1.2 A Remoção não poderá acarretar em mudança de cargo e nem mudança de área.

7.1.3 As inscrições serão efetuadas exclusivamente na forma descrita neste edital, da qual o candidato deverá tomar conhecimento e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

7.1.4 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e as decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Concurso Interno.

7.1.5 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional, extemporânea ou fora dos procedimentos dispostos neste edital.

7.1.6 As informações constantes do formulário eletrônico de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se o Município de Rio do Sul de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informação incorreta, endereço inexato ou incompleto.

7.1.7 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

7.1.8 Não se exigirá do candidato cópia de documento que comprove as informações prestadas no formulário de inscrição, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados. O município de Rio do Sul dispõe do direito de excluir do concurso interno aquele que não preencher a solicitação de forma completa e/ou correta, bem como, fornecer dados inverídicos.

7.1.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição e o envio da documentação exigida.

7.1.10 O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não efetivação.

##### 7.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO:

7.2.1 As inscrições estarão abertas no período de 10/11/2014 até 28/11/2014.

7.2.2 Será admitida a inscrição somente via Internet, no endereço eletrônico [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh), solicitada no período entre 8 horas do dia 10/11/2014 e 13h do dia 28/11/2014, observado o horário oficial de Brasília/DF.

7.2.2.1 Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição efetuadas após a data e horário estabelecidos neste Edital.

7.2.3 Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

b) Clicar em "Formas de Contratação / Concurso Público / Concurso Interno de Remoção Magistério - Ano Letivo 2015";

c) Ler o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos e exigências nele contidos; d) Clicar em "Clique aqui para



inscrever-se " (optando pela modalidade desejada).

7.2.4 Havendo mais de um número de inscrição para o mesmo candidato, será considerada válida apenas a inscrição de número maior.

### 7.3 DA ASSINATURA NO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

7.3.1 O candidato, ao clicar em "Enviar" após o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição, está confirmando que leu, ACEITA e CONCORDA com as normas do Edital e com as decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Concurso Interno, nos casos omissos e não previstos. Declara, ainda, preencher todos os requisitos dispostos neste Edital.

### 7.4 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.4.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh), a partir do dia 01/12/2014, as inscrições deferidas e indeferidas.

7.4.2 O candidato que tiver qualquer discordância referente a inscrição indeferida poderá interpor recurso até as 13h do dia 03/12/2014, nos termos do item 12 deste edital.

7.4.3 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh), a partir do dia 05/12/2014, as inscrições homologadas.

### 8. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DA REMOÇÃO POR CONCURSO

8.1 A classificação se dará em conformidade com os seguintes critérios:

- 1º) Maior habilitação;
- 2º) Curso de Especialização na área de atuação;
- 3º) Maior tempo de exercício em cargo efetivo do Magistério Público Municipal de Rio do Sul (considerando para contagem a data limite de 31/10/2014);
- 4º) Maior número de horas de aperfeiçoamento, considerando os últimos três anos (outubro de 2011 até outubro de 2014);
- 5º) Maior idade.

### 9. DA COMPROVAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

9.1 O candidato ou seu representante legal (mediante procuração assinada em cartório) deverá entregar, nos dias úteis do período previsto para inscrição (10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27 e 28/11), no horário das 07h30min às 11h30min, na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco n. 220, Centro, Rio do Sul - SC, os seguintes documentos:

- 9.1.2 Fotocópia e original do Comprovante de Habilitação;
- 9.1.3 Fotocópia e original do Certificado de Curso de Especialização;
- 9.1.3 Fotocópia e original da Declaração de Tempo de Serviço em cargo efetivo do Magistério Público Municipal de Rio do Sul;
- 9.1.4 Fotocópia e original dos Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento dos três últimos anos (outubro de 2011 até outubro de 2014);
- 9.1.5 Tabela de Títulos (Anexo III deste edital), devidamente preenchida e assinada pelo candidato, não sendo permitido o preenchimento no ato da entrega de documentos.

9.1.5.1 Somente serão considerados para análise, os documentos entregues no período de inscrição e devidamente relacionados na Tabela de Títulos constante do Anexo III deste Edital.

9.1.5.2 Os documentos devidamente relacionados na tabela de títulos deste edital não geram direito garantido a pontuação. Os mesmos serão objetos de análise pela Comissão Especial de Concurso Interno de Remoção, seguindo-se os critérios dispostos neste edital, para posterior validação ou não.

9.2 Não serão aceitos documentos entregues em outra data que não a do ato de inscrição.

### 10. DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO INTERNO

10.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh), no dia 10 de dezembro de 2014, o

Resultado Final Provisório do Concurso Interno.

10.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao Resultado Final Provisório, poderá interpor recurso até às 13 horas do dia 12 de dezembro de 2014, nos termos do item 12 deste edital.

### 11. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

11.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh), no dia 17 de dezembro de 2014, o Decreto que homologa o Resultado Final deste Concurso Interno.

### 12. DOS RECURSOS

12.1 Será admitido recurso do Indeferimento de Inscrição e do Resultado Final Provisório, que deverão ser interpostos, exclusivamente, pelo candidato ou seu representante legal (mediante procuração assinada em cartório), desde que devidamente fundamentados, de acordo com o cronograma do quadro abaixo:

ATO/EVENTO	PRAZO RECURSAL
Inscrições Indeferidas	Até às 13 horas do segundo dia subsequente à publicação das Inscrições Indeferidas.
Resultado Final Provisório	Até às 13 horas do segundo dia subsequente à publicação do Resultado Final Provisório.

12.2 Para interposição do recurso o candidato deverá encaminhar via e-mail, o requerimento disposto no Anexo II deste edital, para o seguinte endereço: [adm.rh02@riodosul.sc.gov.br](mailto:adm.rh02@riodosul.sc.gov.br)

12.3 Somente será aceito recurso efetuado via e-mail, até a data e horário dispostos neste edital.

12.4 Não será aceito recurso encaminhado pessoalmente, via postal, via fax, ou ainda, fora do prazo.

12.5 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

12.6 Todos os recursos regulares serão analisados e, caso provido, serão efetuadas as alterações, podendo neste caso, haver alteração da pontuação e/ou classificação do candidato.

12.7 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

12.8 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente no endereço: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh). Somente será encaminhada resposta individual referente recurso indeferido.

12.9 A decisão exarada nos recursos é irrecorrível na esfera administrativa.

12.10 A Comissão Especial do Concurso Interno de Remoção constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

### 13. DA ESCOLHA DE VAGAS

13.1. A escolha de vagas para o ano letivo de 2015 será realizada no dia 18/12/2014, na Secretaria Municipal de Educação, com início às 8h.

13.1.1 Após concluído o processo de escolha, por área e em ordem de classificação, será aberta nova escolha (repescagem) para as vagas não preenchidas e para as vagas remanescentes.

13.1.3.1 Todos os candidatos devidamente inscritos e classificados poderão participar da "repescagem", independente da escolha anterior ou do não comparecimento no momento em que foi convocado.

13.2. O candidato ou seu procurador deverá comparecer no local, dia e horário determinados, munido de documento de identidade e comprovante de inscrição.

13.3. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará concorrendo, entretanto, passará para o final da lista de classificação e poderá ser convocado por mais UMA VEZ (em caso de surgimento de novas vagas durante o ano letivo de 2015).

#### 14. DAS NOVAS VAGAS

14.1 Cessado o processo de escolha de vagas no dia 18/12/2014 e havendo ainda vaga disponível, as mesmas serão preenchidas em conformidade com a Lei Complementar n. 207/2010 e alterações posteriores e Lei n. 3.796/2002 e alterações posteriores.

14.2 As vagas que surgirem durante o período de validade deste edital, serão primeiramente oferecidas para os servidores classificados no respectivo concurso interno, caso, concomitantemente, exista candidato classificado em Concurso Público vigente.

#### 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A remoção não poderá acarretar na alteração da carga horária total do servidor.

15.2 Após editados os atos administrativos pertinentes à remoção, havendo arrependimento do servidor, não será aceito pedido de revisão do processo com vistas a revogação do ato.

15.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, através da Comissão Especial deste Concurso Interno de Remoção.

15.4 Os anexos I, II e III são partes integrantes deste edital.

15.5 Este edital entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul (SC), 06 de novembro de 2014.

GIVANILDO SILVA	REGINA GARCIA FERREIRA
Secretário Municipal de Administração	Secretária Municipal de Educação
GARIBALDI ANTONIO AYROSO	
Prefeito Municipal	

#### ANEXO I

##### DO CRONOGRAMA DO CONCURSO INTERNO

PERÍODO DE INSCRIÇÃO	10/11/2014 até 28/11/2014
PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS	A partir de 01/12/2014
RECURSO INSCRIÇÕES INDEFERIDAS	Até 13h do dia 03/12/2014
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS	A partir de 05/12/2014
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	A partir de 10/12/2014
RECURSO RESULTADO FINAL PROVISÓRIO	Até 13h do dia 12/12/2014
PUBLICAÇÃO DECRETO HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL	17/12/2014
ESCOLHA DE VAGAS	18/12/2014

#### ANEXO II

##### MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

AO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (COMISSÃO DO CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO):

Edital de Concurso Interno de Remoção Ano 2015- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Motivo do recurso:

( ) Inscrição Indeferida

( ) Resultado Final

Fundamentação e argumentação lógica:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

Assinatura: \_\_\_\_\_

ANEXO III (imprimir frente e verso)

TABELA DOCUMENTOS CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL - ANO LETIVO 2015

Nome:		Área / Disciplina:				
QUANTO A FORMAÇÃO: (Relacionar Comprovante de Graduação, Pós-Graduação, Mestrado)						
N. Documento*	Tipo Documento e Nível (Ex.: Diploma de Graduação, Certificado de Pós-Graduação, Diploma de Magistério...)	Curso (Ex.: Pedagogia, Matemática, Psicopedagogia...)	Carga Horária	Instituição	Confirmação Recebimento	

QUANTO AO APERFEIÇOAMENTO: (Relacionar os cursos realizados de outubro de 2011 até outubro de 2014)						
N. Documento*	Tipo Documento (Certificado, Declaração...)	Período do Curso	Carga Horária	Instituição	Confirmação Recebimento	

QUANTO AO TEMPO DE SERVIÇO: (Relacionar o tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Rio do Sul)						
N. Documento*	Tipo Documento (Ex.: Declaração, Atestado, Certidão...)	Data Título	Total em Anos, Meses e Dias de trabalho	Confirmação Recebimento		



\*No documento comprobatório deverá constar o número do documento, no canto superior do lado direito da página. Na tabela a numeração segue sequencia contínua nas três modalidades (formação, aperfeiçoamento e tempo de serviço)

Declaro que efetuei minha inscrição para o CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, estando ciente e DE ACORDO com as normas estabelecidas pelo respectivo edital, ciente de que os documentos acima relacionados deverão ser devidamente comprovados através da entrega da documentação, de acordo com os termos previstos pelo edital.

Declaro ainda estar ciente de que os mesmos não geram direito garantido a classificação, pois serão objetos de análise da Comissão Especial do Concurso Interno de Remoção.

Data: \_\_\_\_\_ Assinatura Candidato: \_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo do Recebedor: \_\_\_\_\_

## CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO - EDITAL 002/2014

CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO  
EDITAL 002/2014

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, neste ato representado pelo Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, Prefeito Municipal e Sr. Givanildo Silva, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Art. 41 da Lei Complementar 207/2010 e alterações posteriores, Decreto n. 2.667/2012 e, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO a realização do CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO, objetivando o CADASTRO DE RESERVA para provimento de vagas do Quadro de Pessoal Efetivo do Poder Executivo Municipal, em conformidade com o disposto a seguir:

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 O presente Concurso Interno será realizado pela Comissão Especial instituída por meio do Decreto n. 4.382, de 24 de outubro de 2014.

1.2 O Edital e todos os demais atos relativos ao presente Concurso Interno serão publicados nos seguintes endereços eletrônicos: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh) e/ou [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

1.2.1 É responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento dos atos e decisões publicados via on-line, nos sites supra citados.

1.3 A classificação do candidato a remoção apenas gera a expectativa, não implicando na obrigatoriedade de concessão. O preenchimento de vaga é efetivado de acordo com a necessidade do município e disponibilidade orçamentária.

1.4 Havendo a necessidade de preenchimento de vaga por servidor concursado, o candidato classificado para aquela unidade será comunicado pelo Departamento de Recursos Humanos, devendo no entanto, aguardar a remoção no seu local de trabalho original até a sua substituição por novo servidor designado.

1.5 O servidor depois de removido, por concurso ou permuta, não poderá remover-se novamente, pelo período de 02 anos.

1.5.1 A contagem de tempo a que se refere o item anterior deste edital será considerada por processo de remoção e o prazo inicia-se a partir da publicação do ato referente a nova lotação.

1.6 A partir da data de publicação do ato de remoção, o servidor terá o prazo de dez dias úteis para entrar em efetivo exercício do cargo na nova unidade de lotação, importando este prazo, no repasse ao novo servidor, das informações inerentes ao cargo.

1.7 Este edital é válido até a data de publicação de novo edital, que deverá ser lançado anualmente, no mês de novembro ou preceder a concurso público, quando houver.

### 2. DO OBJETO

2.1 O Concurso Interno de Remoção regido por este Edital, tem por objeto o recrutamento e a seleção de servidores de todas as Unidades Administrativas ou Educacionais, interessados em remoção, para a formação de cadastro reserva de vagas no âmbito do Poder Executivo Municipal.

### 3. DO PÚBLICO ALVO

3.1 Poderão candidatar-se ao Concurso Interno de Remoção todos os servidores efetivos do Poder Executivo Municipal, desde que:

- a) Esteja em efetivo exercício no mesmo cargo para qual pleiteia a remoção;
- b) Não esteja respondendo a processo disciplinar ou sindicância;
- c) Não tenha sofrido penalidade disciplinar nos últimos 02 anos, contados da data de publicação deste edital;
- d) Não tenha sido removido por concurso ou permuta, nos últimos dois anos, contados a partir da publicação do ato da nova lotação.

### 4. DAS VAGAS PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

CARGO	UNIDADE/SECRETARIA
ADVOGADO	Procuradoria Jurídica
	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
AGENTE ADMINISTRATIVO	Gabinete Prefeito
	Procuradoria Jurídica
	Secretaria Municipal de Administração
	Secretaria Municipal da Fazenda
	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Educação
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo
	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
	Secretaria Municipal da Agricultura
	Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
	CE Anibal de Barba
	CE Daniel Maschio
	CE Guilherme Butzke
	CE Pedro dos Santos
	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli
	CE Ricardo Marchi
ASSISTENTE SOCIAL	CE Roberto Machado
	CE Ulrich Hübsch
	CE Willy Schleumer
	Escola Modelo Arvino Walter Gaertner
	Escola Modelo Ella Kurth
	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
	Secretaria Municipal de Administração
	Secretaria Municipal de Educação
	Secretaria Municipal de Saúde

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO	Gabinete Prefeito
	Secretaria Municipal de Administração
	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Educação
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo
	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
	Secretaria Municipal da Agricultura
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
	CE Anibal de Barba
	CE Daniel Maschio
	CE Guilherme Butzke
	CE Pedro dos Santos
	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli
	CE Ricardo Marchi
	CE Roberto Machado
	CE Ulrich Hübsch
	CE Willy Schleumer
	CEI Adelaide Ledra
	CEI Aquarela
	CEI Canta Galo
	CEI Cantinho do Amor
	CEI Cinderela
	CEI Cobras
	CEI Déa Bornhausen
	CEI Dr. Romão Trauczynski
	CEI Egídio Dalmarco
	CEI Ex. Augusto Bosco
	CEI Favinho de Mel I
	CEI Favinho de Mel II
	CEI Francisco Fleisner
	CEI Ilse Soldatelli
	CEI Navegantes
	CEI Pe. Ângelo Moser
	CEI Pinguinho de Gente
	CEI Pref. Danilo Lourival Schmidt
	CEI Pref. Matheus Alves Conceição
	CEI Prof. Belmarli da Silva
	CEI Raio de Luz
	CEI Ruth Schroeder Ohf
	CEI Sebastião Back
	CEI Shirley Dolores Sedrez
	CEI Tia Bea
	CEI Titio Karan
	Escola Modelo Arvino Walter Gaertner
	Escola Modelo Ella Kurth

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO	Gabinete do Prefeito
	Secretaria Municipal de Administração
	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
	Secretaria Municipal de Educação
	Escola Modelo Ella Kurth
	Escola Modelo Arvino Walter Gaertner
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo
	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
	Secretaria Municipal de Agricultura
CARPINTEIRO	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
COZINHEIRO	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
	CE Anibal de Barba
	CE Daniel Maschio
	CE Guilherme Butzke
	CE Pedro dos Santos
	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli
	CE Ricardo Marchi
	CE Roberto Machado
	CE Ulrich Hübsch
	CE Willy Schleumer
	CEI Adelaide Ledra
	CEI Aquarela
	CEI Canta Galo
	CEI Cantinho do Amor
	CEI Cinderela
	CEI Cobras
	CEI Déa Bornhausen
	CEI Dr. Romão Trauczynski
	CEI Egídio Dalmarco
	CEI Ex. Augusto Bosco
	CEI Favinho de Mel I
	CEI Favinho de Mel II
	CEI Francisco Fleisner
	CEI Ilse Soldatelli
	CEI Navegantes
	CEI Pe. Ângelo Moser
	CEI Pinguinho de Gente
	CEI Pref. Danilo Lourival Schmidt
	CEI Pref. Matheus Alves Conceição
	CEI Prof. Belmarli da Silva
	CEI Raio de Luz
	CEI Ruth Schroeder Ohf
	CEI Sebastião Back
	CEI Shirley Dolores Sedrez
	CEI Tia Bea
	CEI Titio Karan
	Escola Modelo Arvino Walter Gaertner
	Escola Modelo Ella Kurth

ENGENHEIRO CIVIL	Gabinete do Prefeito
	Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
FONOAUDIÓLOGO	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Educação
MOTORISTA DE CAMINHÃO	Gabinete do Prefeito
	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Educação
	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
	Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Agricultura
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE	Gabinete do Prefeito
	Secretaria Municipal de Administração
	Secretaria Municipal de Educação
	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
NUTRICIONISTA	Secretaria Municipal de Educação
	Secretaria Municipal de Saúde
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS - RETRO-ESCAVADEIRA	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
	Secretaria Municipal da Agricultura
PEDREIRO	Gabinete do Prefeito
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
PSICÓLOGO	Secretaria Municipal de Administração
	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Educação
PSICOPEDAGOGO	Secretaria Municipal de Educação
	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
PINTOR	Gabinete do Prefeito
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Administração
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	Secretaria Municipal de Saúde
	Secretaria Municipal de Administração
TELEFONISTA	Gabinete do Prefeito
	Secretaria Municipal de Administração

4.1 As vagas oriundas deste Concurso Interno serão providas somente se houver a necessidade, não gerando direito garantido a remoção, por parte do candidato classificado.

4.2 As vagas que surgirem durante o período de validade deste Edital, deverão primeiramente ser oferecidas para os servidores classificados no respectivo processo, caso, exista candidato classificado em Concurso Público vigente.

## 5. DAS INSCRIÇÕES

### 5.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1.1 O servidor deverá se inscrever para a Secretaria ou Unidade

Educacional a qual tem interesse, conforme quadro de vagas disposto no item 4 deste edital, desde que a vaga corresponda ao mesmo cargo, mesma categoria funcional e mesma jornada de trabalho.

5.1.2 As inscrições serão efetuadas exclusivamente na forma descrita neste edital, da qual o candidato deverá tomar conhecimento e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

5.1.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e as decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Concurso Interno.

5.1.4 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional, extemporânea ou fora dos procedimentos dispostos neste edital.

5.1.5 As informações constantes do formulário eletrônico de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se o Município de Rio do Sul de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informação incorreta, endereço inexato ou incompleto.

5.1.6 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.1.7 Não se exigirá do candidato cópia de documento que comprove as informações prestadas no formulário de inscrição, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados. O município de Rio do Sul dispõe do direito de excluir do concurso interno aquele que não preencher a solicitação de forma completa e/ou correta, bem como, fornecer dados inverídicos.

5.1.8 É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição e o envio da documentação exigida.

5.1.9 O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não efetivação.

### 5.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO:

5.2.1 As inscrições estarão abertas no período de 10 de novembro de 2014 até 28 de novembro de 2014.

5.2.2 Será admitida a inscrição somente via Internet, no endereço eletrônico <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>, solicitada no período entre 8 horas do dia 10 de novembro de 2014 e 13h do dia 28 de novembro de 2014, observado o horário oficial de Brasília/DF.

5.2.2.1 Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição efetuadas após a data e horário estabelecidos neste Edital.

5.2.3 Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

a) Acessar via Internet o endereço eletrônico: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh)

b) Clicar em "Formas de Contratação / Concurso Público / Concurso Interno de Remoção 002/2014 - GERAL";

c) Ler o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos e exigências nele contidos;

d) Clicar em "Clique aqui para inscrever-se".

5.2.4 Havendo mais de um número de inscrição para o mesmo candidato, será considerada válida apenas a inscrição de número maior.

### 5.3 DA ASSINATURA NO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

5.3.1 O candidato, ao clicar em "Enviar" após o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição, está confirmando que leu, ACEITA e CONCORDA com as normas do Edital e com as decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Concurso Interno, nos casos omissos e não previstos. Declara, ainda, preencher todos os requisitos dispostos neste Edital.

### 5.4 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.4.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh), a partir do dia 01 de dezembro de 2014, as inscrições deferidas e indeferidas.

5.4.2 O candidato que tiver qualquer discordância referente a

inscrição indeferida poderá interpor recurso até as 13h do dia 03 de dezembro de 2014, nos termos do item 10 deste edital.

5.4.3 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>, a partir do dia 05 de dezembro de 2014, as inscrições homologadas.

## 6. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

6.1 A classificação dos candidatos à remoção será realizada mediante somatório total da pontuação obtida nos seguintes critérios de avaliação:

- a) Aperfeiçoamento profissional na área pretendida;
- b) Pontuação na última avaliação de desempenho;
- c) Maior tempo de exercício no cargo;
- d) Não ter sofrido penalidade disciplinar;
- e) Pontualidade e assiduidade dos últimos 02 anos.

### 6.1.1 DA AVALIAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL:

6.1.1.1 O aperfeiçoamento profissional a que se refere este Concurso Interno de Remoção compreende-se de formação e capacitação na área para qual o candidato pretende se inscrever.

6.1.1.1.1 Será considerado como da área, o aperfeiçoamento profissional inerente às competências da Secretaria e não de Departamentos específicos.

6.1.1.2 Para fins de avaliação do aperfeiçoamento profissional serão considerados os seguintes documentos:

- a) Original e Fotocópia do comprovante de conclusão de Curso de Pós-Graduação, Graduação ou Ensino Médio emitido por Instituição de Ensino devidamente credenciada;
- b) Original do atestado de frequência em curso de Pós-Graduação, Graduação ou Ensino Médio, emitido por Instituição de Ensino devidamente credenciada;
- c) Original e fotocópia da certidão ou declaração de conclusão de cursos (palestras, seminários, workshop, etc.) de aperfeiçoamento/capacitação, realizados nos últimos cinco anos e emitidos por Instituição de Ensino credenciada (Os casos em que não for possível a apresentação do certificado, serão aceitas declarações fornecidas pela Instituição promotora do curso, desde que contenha o período de realização e a carga horária do evento);
- 6.1.1.3 A avaliação dos referidos documentos obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Pós Graduação: 20,0 pontos;
- b) Graduação: 15,0 pontos;
- c) Ensino Médio: 5,0 pontos;
- d) Cursando Pós Graduação: 15,0 pontos;
- e) Cursando Graduação: 10,0 pontos;
- f) Cursando Ensino Médio: 2,0 pontos;
- g) Participação em cursos de aperfeiçoamento com carga horária de até 40 horas: 0,5 ponto;
- h) Participação em cursos de aperfeiçoamento com carga horária superior a 40 horas: 1,0 ponto para cada 40 horas de curso.

6.1.1.3.1 Não será considerada para fins de pontuação a habilitação exigida como requisito do cargo.

6.1.1.3.2 O candidato deverá comprovar que possui até a data de publicação deste edital, no mínimo um semestre de frequência nos cursos dispostos no item 6.1.2.5, letras "d", "e", "f".

6.1.1.3.3 A pontuação aferida aos cursos de aperfeiçoamento refere-se ao somatório total da carga horária dos cursos apresentados pelo candidato.

### 6.1.2 DA AVALIAÇÃO REFERENTE AO DESEMPENHO:

6.1.2.1 O candidato receberá 10 pontos, caso o resultado de sua última avaliação de desempenho tenha alcançado a pontuação de 70 a 100.

### 6.1.3 DA AVALIAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO:

6.1.3.1 Para a avaliação do tempo de serviço, será considerado o tempo que o servidor possui no cargo, devidamente comprovado através de Certidão emitida pelo Departamento de Recursos Humanos.

6.1.3.2 Para fins de pontuação será considerado 1,0 (um) ponto para cada ano de exercício no cargo, limitando ao total de 10,0 pontos.

### 6.1.4 DA AVALIAÇÃO REFERENTE A PENALIDADE DISCIPLINAR:

6.1.4.1 O candidato receberá 10 pontos, caso não tenha sofrido aplicação de penalidade disciplinar, nos termos do Art. 171, parágrafo 1º e Art. 172, parágrafo 3º, da Lei Complementar n. 207/2010 e alterações posteriores.

### 6.1.5 DA AVALIAÇÃO REFERENTE A PONTUALIDADE E ASSIDUIDADE:

6.1.5.1 O candidato receberá 10 pontos, caso não conste em seu assentamento funcional, nos últimos dois anos, desconto efetuado em folha de pagamento, por motivo de falta injustificada.

## 6.2 DA COMPROVAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

6.2.1 Para a comprovação do Aperfeiçoamento Profissional, disposto no item 6.1.1 deste edital, o candidato ou seu representante legal (mediante procuração assinada em cartório) deverá entregar nos dias úteis do período previsto para inscrição (05, 06, 07, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27 e 28/11), no horário das 7h30min às 11h30min, no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho n. 01, Centro, Rio do Sul - SC, original e fotocópia do documento que pretende seja avaliado, em conformidade com o item 6.1.1.2 deste edital.

6.2.1.1 Somente serão considerados para análise, os documentos entregues no período de inscrição e devidamente relacionados na tabela constante do Anexo III deste Edital.

6.2.1.2 Os documentos devidamente relacionados na tabela constante do Anexo III não geram direito garantido a pontuação. Os mesmos serão objetos de análise pela Comissão Especial do Concurso Interno de Remoção, seguindo-se os critérios dispostos neste edital, para posterior validação ou não.

6.2.2 O levantamento das informações relativas aos itens 6.1.2, 6.1.3, 6.1.4 e 6.1.5, será efetuado pelo Departamento de Recursos Humanos, não havendo necessidade por parte do candidato, da entrega de documentos relacionados aos itens acima mencionados.

## 7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- a) Aperfeiçoamento profissional na área pretendida;
  - b) Pontuação na última avaliação de desempenho;
  - c) Maior tempo de exercício no cargo;
  - d) Não ter sofrido penalidade disciplinar;
  - e) Pontualidade e assiduidade dos últimos 02 anos.
- 7.1 Permanecendo o empate, serão considerados:
- a) Maior número de dependentes;
  - b) Maior idade.

## 8. DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO INTERNO

8.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh), a partir do dia 10 de dezembro de 2014, o Resultado Final Provisório do Concurso Interno.

8.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao Resultado Final Provisório, poderá interpor recurso até às 13 horas do dia 12 de dezembro de 2014, nos termos do item 10 deste edital.

## 9. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

9.1 O município de Rio do Sul publicará no endereço eletrônico: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh), a partir do dia 17 de dezembro de 2014, o Decreto que homologa o Resultado Final deste Concurso Interno.

## 10. DOS RECURSOS

10.1 Será admitido recurso do Indeferimento de Inscrição e do Resultado Final Provisório, que deverão ser interpostos, exclusivamente, pelo candidato ou seu representante legal (mediante



procuração assinada em cartório), desde que devidamente fundamentados, de acordo com o cronograma do quadro abaixo:

ATO/EVENTO	PRAZO RECURSAL
Inscrições Indeferidas	Até às 13 horas do segundo dia subsequente à publicação das Inscrições Indeferidas.
Resultado Final Provisório	Até às 13 horas do segundo dia subsequente à publicação do Resultado Final.

10.2 Para interposição do recurso o candidato deverá encaminhar via e-mail, o requerimento disposto no Anexo II deste edital, para o seguinte endereço: adm.rh02@riodosul.sc.gov.br

10.3 Somente será aceito recurso efetuado via e-mail, até a data e horário dispostos neste edital.

10.4 Não será aceito recurso encaminhado pessoalmente, via postal, via fax, ou ainda, fora do prazo.

10.5 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

10.6 Todos os recursos regulares serão analisados e, caso provido, serão efetuadas as alterações, podendo neste caso, haver alteração da pontuação e/ou classificação do candidato.

10.7 O município de Rio do Sul não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

10.8 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente no endereço: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh). Somente será encaminhada resposta individual referente recurso indeferido.

10.9 A decisão exarada nos recursos é irrecorrível na esfera administrativa.

10.10 A Comissão Especial do Concursos Interno de Remoção constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1 Em nenhuma hipótese haverá justificativa para o não cumprimento dos prazos determinados por este edital, ficando vedado pedidos de reconsideração e/ou recurso após as datas estabelecidas.

11.2 Após editados os atos administrativos pertinentes à remoção, havendo arrependimento do servidor, não será aceito pedido de revisão do processo com vistas a revogação do ato.

11.3 O anexo I, II e III são partes integrante deste edital.

11.4 Os casos omissos ou situações não previstas neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Recursos Humanos e da Comissão Especial do Concurso Interno de Remoção.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

## ANEXO I

## ANEXO I

### DO CRONOGRAMA DO CONCURSO INTERNO

PERÍODO INSCRIÇÃO	10/11/2014 até 28/11/2014
PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS	A partir de 01/12/2014
RECURSO INSCRIÇÃO	Até 13h do dia 03/12/2014

PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS	A partir de 05/12/2014
PUBLICAÇÃO RESULTADO PROVISÓRIO	A partir de 10/12/2014
RECURSO RESULTADO PROVISÓRIO	Até 13h do dia 12/12/2014
PUBLICAÇÃO DECRETO HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL	A partir de 17/12/2014

## ANEXO II

## MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

AO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (COMISSÃO DO CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO):

Edital de Concurso Interno de Remoção - Ano 2015 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Motivo do recurso:

( ) Inscrição Indeferida

( ) Resultado Final

Fundamentação e argumentação lógica:

Data:\_\_\_/\_\_\_/2014.

Assinatura: \_\_\_\_\_

## ANEXO III

TABELA DOCUMENTOS CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO ANO 2015

[illegible]

\*No documento comprobatório deverá constar o número do documento, no canto superior do lado direito da página.

Declaro que efetuei minha inscrição para o CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO, estando ciente e DE ACORDO com as normas estabelecidas pelo respectivo edital, ciente de que os documentos acima relacionados deverão ser devidamente comprovados através

da entrega da documentação, de acordo com os termos previstos pelo edital. Declaro ainda estar ciente de que os mesmos não geram direito garantido a classificação, pois serão objetos de análise da Comissão Especial do Concurso Interno de Remoção.

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura Candidato: \_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo do Recebedor: \_\_\_\_\_

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

### TERMO ADITIVO 68/2014 FMS

TERMO ADITIVO 68/2014 FMS

Por este instrumento particular, que entre si fazem, de um lado o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.469.199/0001-55, doravante denominada simplesmente, de CONTRATANTE, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde em exercício, Sra. Adalgisa V. S. Feijó, e de outro a empresa Inovadora Sistemas de Gestão Ltda, sediada a rua Fernando Ferrari, nº 35, bairro Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de Joaçaba - SC, inscrita no CNPJ sob número 00.867.301/0002-06, daqui por diante denominada CONTRATADA, resolvem entre si, firmar o presente instrumento particular, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para locação de software para gerenciamento de saúde para atender necessidade desta secretaria, conforme edital de licitação, tipo carta convite nº 09/2011 - FMS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante no contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 24 de outubro de 2015. Com o valor total do contrato com reajuste no INPC 6,5881 % vigorando com o valor de 37.092,66.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, modalidade Carta Convite nº 09/2011 FMS e do contrato administrativo, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2014.

ADALGISA V. S.

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul - SC em exercício

FEIJÓ INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA

### CONTRATO Nº 66/2014

CONTRATO Nº 66/2014

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS - SETOR DE COMPRAS

Termo Aditivo ao Processo Licitatório representado pelo edital de licitação, tipo Pregão Presencial nº 32/2012 - FMS, para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de monitoramento eletrônico das unidades de saúde desta secretaria.

Ao primeiro dia do mês de outubro de 2014, por este Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços com origem no Edital de Pregão Presencial nº 32/2012 - FMS, com data de homologação 04/09/2012, e na melhor forma de direito, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, neste ato representado pelo seu gestor, Sr. Luiz Carlos Zanis, doravante denominado de CONTRATANTE, e Casvig Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.719.963/0001-77, representada neste ato por sua Gerente Comercial, Srª Cristiane Longhi Tortelli, portadora do RG nº 6.564.264, CPF nº 924.808.370-68, doravante designada Contratada, aditam ao referido processo licitatório, as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Ao Pregão Presencial 32/2012 FMS, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na execução de serviços de monitoramento e vigilância eletrônica para atender necessidades desta Secretaria, acrescenta-se 04 (quatro) sensores na unidade de Referência de Saúde de Rio do Sul - Policlínica - Centro. Pelo serviço objeto deste aditivo será pago mensalmente o valor de R\$ 30,80 (trinta reais e oitenta centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, tipo Pregão Presencial e contrato, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 1 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS ZANIS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

CRISTIANE LONGHI TORTELLI

Casvig Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda

### CONTRATO Nº63/2014

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO 63/2014 FMS

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS - SETOR DE COMPRAS

Termo Aditivo ao Processo Licitatório representado pelo edital de licitação, tipo Pregão Presencial nº 32/2012 - FMS, para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de monitoramento eletrônico das unidades de saúde desta secretaria.

Aos cinco dias do mês de setembro de 2014, por este Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços com origem no Edital de Pregão Presencial nº 32/2012 - FMS, com data de homologação 04/09/2012, e na melhor forma de direito, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, neste ato representado pela sua gestora, Sra. Adalgisa V. S. Feijo, doravante denominada de CONTRATANTE, e Casvig Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda, inscrita no



CNPJ/MF sob nº 83.719.963/0001-77, representada neste ato por sua Gerente Comercial, Srª Cristiane Longhi Tortelli, portadora do RG nº 6.564.264, CPF nº 924.808.370-68, doravante designada Contratada, aditam ao referido processo licitatório, as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante no contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 04 de setembro de 2015.

Aplica-se o reajuste com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, na ordem de 6,3335% passando o contrato a vigorar com o valor de R\$ 2.200,35 (dois mil e duzentos reais trinta e cinco centavos) por mês de serviço prestado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, tipo Pregão Presencial e contrato, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 05 de setembro de 2014.

ADALGISA V. S. FEIJÓ

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul em exercício

CRISTIANE LONGHI TORTELLI

Casvig Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda

### CÂMARA MUNICIPAL

#### RESOLUÇÃO Nº 766, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 766, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza pagamento de duas e meia diárias, inscrição e indenização de transporte a Vereador.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de duas e meia diárias ao vereador Jeferson Vieira, valor de R\$ 727,88 (setecentos e vinte e sete reais e oitenta e oito centavos), para participar do 1º Seminário Catarinense de Comunicação Municipal, a ser realizado nos dias 12 e 13 de novembro do corrente ano, tendo como local o Auditório do Ministério Público de Santa Catarina, sito a Rua Bocaiúva, 1750 - Centro, na cidade de Florianópolis - SC

Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) ao participante.

Art. 3º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis - SC, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 6 de novembro de 2014.

JAIME SBORZ Presidente da Mesa	CARISO SÁVIO GIACOMINI Vice Presidente da Mesa
JANARA MAFRA 1ª Secretária	ZELI DA SILVA 2ª Secretária

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### **ERRATA DE ÓRDEM DE SERVIÇO CT. Nº 128/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

#### ERRATA

ÓRDEM DE SERVIÇO CONTRATO Nº 128/2014

PUBLICADO NO DOM EM 05/11/2014 - Edição nº1608 PG 519

Onde lê-se:

"COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede Rod. Luiz Rosso, nº 1050 - Bairro São Luiz, cidade de Criciúma/SC, CEP: 88803-470"

Leia-se:

"COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede Rod. Daniel Brunning, S/N - KM 10 - Pouso Alto, Gravatal-SC, CEP: 88.735-000"

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### **CONTRATO Nº. 82/2014**

CONTRATO Nº. 82/2014

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA ME estabelecida na cidade de CUNHA PORA - SC, CNPJ n.13.772.057/0001-50, neste ato representado pelo Sr. JACKSON NEIMAR PEDRASANI, residente e domiciliado em CUNHA PORA, CPF/RG n. 041.562.419-39 0 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de AQUISICAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCACAO, em decorrência do Processo Licitatório n. 712/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA GARANTIA

Este contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA, de AQUISICAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCACAO, conforme especificações e quantidades a seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada no Pregão nº 24/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de garantia será de cento e oitenta (180) dias, contados a partir da data do aceite do objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O prazo para entrega dos bens, objeto do presente Contrato será de dez (10) dias, contados a partir da data da emissão da autorização de compras.

Os bens deverão ser entregues na Avenida Tancredo Neves, 337, centro, Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega dos produtos no local indicado, mediante assinatura do responsável pelo órgão.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O acondicionamento e transporte do(s) produto(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) e identificado(s);

PARÁGRAFO TERCEIRO - O texto e demais exigências legais previstas devem estar em conformidade com a legislação do Código de Defesa do Consumidor e Legislação específica no que couber.

PARÁGRAFO QUARTO - O recebimento definitivo dos bens contratados se dará após: a) a verificação física do objeto para a constatação da integridade física do mesmo; b) a verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do Edital e da proposta da Contratada/Fornecedora;

PARÁGRAFO QUINTO - Sendo satisfatórias as verificações será declarado aceite, bem como se resultarem insatisfatórias as verificações será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências.

PARÁGRAFO SEXTO - O(s) item(ns) que for(em) recusado(s) deverá(o) ser substituído(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados da data da notificação da Fornecedora, sem qualquer ônus para a Contratante, repetindo-se no recebimento dos produtos em substituição o procedimento descrito no PARÁGRAFO QUARTO.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a substituição dos bens cotados não for realizada no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

PARÁGRAFO OITAVO - O recebimento dos bens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da fornecedora pela

qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos, durante o prazo de garantia do bem entregue.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 727,50 (setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos) correspondente às quantidades fornecidas e de acordo com os preços devidamente registrados, sendo:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNITARIO	VLR TOTAL DO ITEM
14	25,00	UND	ROLO DE FITA CREPE GRANDE	8,40	210,00
16	250,00	CX	MASSA DE MODE-LAR C 12 CORES SORTIDAS	2,07	517,50

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do objeto, mediante crédito direto na conta bancária da CONTRATADA, cujo Banco, número da Agência e da Conta Corrente, será fornecido na data da assinatura do presente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A nota fiscal deverá ser emitida em nome da MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, localizada Avenida Tancredo Neves, n. 337, município de Santa Terezinha do Progresso - SC - CNPJ Nº 01.612.847/0001-90, e informar o Banco, a Agência e a Cota Corrente para depósito.

#### CLÁUSULA QUARTA - DIREITOS DA PARTE

Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na lei nº 8.666/93, Lei nº 8.078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

#### CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Termo de Contrato, de acordo com o estabelecimento na Cláusula Terceira.

A CONTRATADA obriga-se fornecer os bens objeto do presente contrato de acordo com a proposta apresentada no processo do Pregão nº 24/2014

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA dará ao CONTRATANTE total garantia de qualidade dos materiais, e ficará obrigada a arcar com o ônus, quando for constatado irregularidades, de acordo com os termos da lei Federal nº 8.666/93 e com a Legislação de defesa do Consumidor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do objeto do presente Termo de Contrato, será efetuado através do item orçamentário:

0401	12	361	18	2	8	Manutenção das atividades da Secretaria	339030160000	Mate- rial De Expe- diente	358
------	----	-----	----	---	---	-----------------------------------------	--------------	-------------------------------------	-----

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A recusa na assinatura do contrato ou a inexecução parcial ou total do mesmo, acarretará nas seguintes penalidades:

a) No caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou no caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do saldo a executar, conforme o caso.

b) No caso de não cumprimento do prazo de entrega proposto, ficará a CONTRATADA, sujeita à multa de 0,33 (trinta e três décimos por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento).

c) No caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas nas alíneas "a" e "b", multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderá ser aplicada penalidade de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade, de acordo com a gravidade da infração.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) o atraso injustificado na entrega dos materiais;

e) a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

i) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

l) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

m) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

n) a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta lei;

o) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

p) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço executado, ou parcelas

destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

r) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência à Administração;

s) judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica reconhecido, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO

O contrato terá vigência da data da assinatura até o adimplemento das obrigações, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário, ou seja, 31/12/14.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação apresentadas na licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se aos costumes e aos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se ao Pregão nº 24/2014 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Campo Ere - SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 03/11/14.

JACOB GILMAR JUNGES      JACKSON NEIMAR PEDRASSANI

Prefeito Municipal      Contratada

Testemunhas:

#### VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA:

O presente Contrato do Processo Licitatório nº 712/ 2014, cumpre com os requisitos exigidos pelo que, de acordo com o disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, o dou como aprovado.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 03/11/14.

IVO HANKE JUNIOR

Assessor Jurídico

OAB/SC 14.778

#### CONTRATO Nº. 83/2014

CONTRATO Nº. 83/2014

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SCEL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA estabelecida na cidade de TIGRINHOS - SC, CNPJ n.10.501.610/0002-03, neste ato representado pelo Sr. MARCIO LUIZ ELEODORO, residente e domiciliado em TIGRINHOS, CPF/RG n. 016.976.359-54 0 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de AQUISICAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCACAO, em decorrência do Processo Licitatório n. 712/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA GARANTIA

Este contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA, de AQUISICAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCACAO, conforme especificações e quantidades a seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada no Pregão nº 24/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de garantia será de cento e oitenta (180) dias, contados a partir da data do aceite do objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O prazo para entrega dos bens, objeto do presente Contrato será de dez (10) dias, contados a partir da data da emissão da autorização de compras.

Os bens deverão ser entregues na Avenida Tancredo Neves, 337, centro, Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega dos produtos no local indicado, mediante assinatura do responsável pelo órgão.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O acondicionamento e transporte do(s) produto(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) e identificado(s);

PARÁGRAFO TERCEIRO - O texto e demais exigências legais previstas devem estar em conformidade com a legislação do Código de Defesa do Consumidor e Legislação específica no que couber.

PARÁGRAFO QUARTO - O recebimento definitivo dos bens contratados se dará após: a) a verificação física do objeto para a constatação da integridade física do mesmo; b) a verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do Edital e da proposta da Contratada/Fornecedora;

PARÁGRAFO QUINTO - Sendo satisfatórias as verificações será declarado aceite, bem como se resultarem insatisfatórias as verificações será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências.

PARÁGRAFO SEXTO - O(s) item(ns) que for(em) recusado(s) deverá(o) ser substituído(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados da data da notificação da Fornecedora, sem qualquer ônus para a Contratante, repetindo-se no recebimento dos produtos em substituição o procedimento descrito no PARÁGRAFO QUARTO.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a substituição dos bens cotados não for realizada no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

PARÁGRAFO OITAVO - O recebimento dos bens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da fornecedora pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos, durante o prazo de garantia do bem entregue.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE pagará à



CONTRATADA o valor de R\$ 3.349,60(três mil trezentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos) correspondente às quantidades fornecidas e de acordo com os preços devidamente registrados, sendo:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNITARIO	VLR TOTAL DO ITEM
3	10,00	UND	ROLO DE FITA ADESIVA TRANSPARENTE TAM. GRANDE	1,82	18,20
6	200,00	UND	ENVELOPE GRANDE CORES SORTIDAS COM 100 UNIDADES	0,14	28,00
13	5,00	UND	PISTOLA DE COLA QUENTE OTIMA QUALIDADE TAMANHO PEQUENO	7,00	35,00
15	3,00	CX	GRAMPO TRILHO DE PLASTICO	6,42	19,26
18	5,00	RL	BARBANTE NA COR BRANCA	11,70	58,50
20	6,00	UND	GRAMPEADOR GRANDE OTIMA QUALIDADE N 26	8,39	50,34
21	10,00	UND	COLA ALTO RELEVO CORES SORTIDAS	2,03	20,30
22	30,00	CX	PAPEL A4 75GR COM 5000 FL.	104,00	3.120,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do objeto, mediante crédito direto na conta bancária da CONTRATADA, cujo Banco, número da Agência e da Conta Corrente, será fornecido na data da assinatura do presente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A nota fiscal deverá ser emitida em nome da MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, localizada Avenida Tancredo Neves, n. 337, município de Santa Terezinha do Progresso - SC - CNPJ Nº 01.612.847/0001-90, e informar o Banco, a Agência e a Cota Corrente para depósito.

#### CLÁUSULA QUARTA - DIREITOS DA PARTE

Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na lei nº 8.666/93, Lei nº. 8.078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

#### CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Termo de Contrato, de acordo com o estabelecimento na Cláusula Terceira.

A CONTRATADA obriga-se fornecer os bens objeto do presente contrato de acordo com a proposta apresentada no processo do Pregão nº 24/2014

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA dará ao CONTRATANTE total garantia de qualidade dos materiais, e ficará obrigada a arcar com o ônus, quando for constatado irregularidades, de acordo com os termos da lei Federal nº 8.666/93 e com a Legislação de defesa do Consumidor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do objeto do presente Termo de Contrato, será efetuado através do item orçamentário:

0401	12	361	18	2	8	Manutenção das atividades da Secretaria	339030160000	Materiais De Expediente	358
------	----	-----	----	---	---	-----------------------------------------	--------------	-------------------------	-----

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A recusa na assinatura do contrato ou a inexecução parcial ou total do mesmo, acarretará nas seguintes penalidades:

a) No caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou no caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do saldo a executar, conforme o caso.

b) No caso de não cumprimento do prazo de entrega proposto, ficará a CONTRATADA, sujeita à multa de 0,33 (trinta e três décimos por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento).

c) No caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas nas alíneas "a" e "b", multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderá ser aplicada penalidade de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade, de acordo com a gravidade da infração.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) o atraso injustificado na entrega dos materiais;

e) a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

i) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;  
l) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;  
m) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;  
n) a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta lei;  
o) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;  
p) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço executado, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;  
q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.  
r) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência à Administração;  
s) judicialmente, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Fica reconhecido, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO

O contrato terá vigência da data da assinatura até o adimplemento das obrigações, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário, ou seja, 31/01/00.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação apresentadas na licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se aos costumes e aos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se ao Pregão nº 24/2014 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Campo Ere - SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 03/11/14.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

MARCIO LUIZ ELEODORO

Contratada

Testemunhas:

#### VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA:

O presente Contrato do Processo Licitatório nº 712/ 2014, cumpre com os requisitos exigidos pelo que, de acordo com o disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, o dou como aprovado.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 03/11/14.

IVO HANKE JUNIOR

Assessor Jurídico

OAB/SC 14.778

### CONTRATO Nº. 84/2014

CONTRATO Nº. 84/2014

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA estabelecida na cidade de MARAVILHA - SC, CNPJ n.04.303.600/0001-80, neste ato representado pelo Sr. LUIZ FLACH, residente e domiciliado em MARAVILHA, CPF/RG n. 883.832.700-97 0 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de AQUISICAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCACAO, em decorrência do Processo Licitatório n. 712/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA GARANTIA

Este contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA, de AQUISICAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCACAO, conforme especificações e quantidades a seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada no Pregão nº 24/2014.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O prazo de garantia será de cento e oitenta (180) dias, contados a partir da data do aceite do objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O prazo para entrega dos bens, objeto do presente Contrato será de dez (10) dias, contados a partir da data da emissão da autorização de compras.

Os bens deverão ser entregues na Avenida Tancredo Neves, 337, centro, Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega dos produtos no local indicado, mediante assinatura do responsável pelo órgão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O acondicionamento e transporte do(s) produto(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) e identificado(s);

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O texto e demais exigências legais previstas devem estar em conformidade com a legislação do Código de Defesa do Consumidor e Legislação específica no que couber.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O recebimento definitivo dos bens contratados se dará após: a) a verificação física do objeto para a constatação da integridade física do mesmo; b) a verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do Edital e da proposta da Contratada/Fornecedora;

**PARÁGRAFO QUINTO** - Sendo satisfatórias as verificações será



declarado aceite, bem como se resultarem insatisfatórias as verificações será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O(s) item(ns) que for(em) recusado(s) deverá(ao) ser substituído(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados da data da notificação da Fornecedora, sem qualquer ônus para a Contratante, repetindo-se no recebimento dos produtos em substituição o procedimento descrito no **PARÁGRAFO QUARTO**.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Se a substituição dos bens cotados não for realizada no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O recebimento dos bens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da fornecedora pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos, durante o prazo de garantia do bem entregue.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 2.615,15 (dois mil seiscentos e quinze reais e quinze centavos) correspondente às quantidades fornecidas e de acordo com os preços devidamente registrados, sendo:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNITARIO	VLR TOTAL DO ITEM
1	300,00	UND	LÁPIS DE ESCRIVER PRETO COM ÓTIMA QUALIDADE N. 02	0,12	36,00
2	7,00	CX	Borracha de apagar de boa qualidade, caixa com 40und.	8,50	59,50
4	10,00	UND	COLA GLITER CORES SORTIDAS	2,00	20,00
5	6,00	CX	PAPEL VERGÊ PCT C/ 50 FOLHAS CORES SORTIDAS	8,20	49,20
7	50,00	UND	PAPEL DOBRADURA CORES SORTIDAS COM 100 UND.	16,00	800,00
8	5,00	UND	PAPEL CONTÁTIL TRANSPARENTE COM 25M.	32,00	160,00
9	250,00	UND	PAPEL CARTÃO CORES SORTIDAS	0,50	125,00

10	15,00	PC	CARTOLINA PACT. COM 100 UND CORES SORTIDAS	26,50	397,50
11	2.100,00	UND	PAPEL DUPLA FACE CORES SORTIDAS	0,44	924,00
12	50,00	UND	REGUA ESCOLAR 30CM.	0,33	16,50
17	3,00	CX	PERCEVEJO COM 100 UN.	1,15	3,45
19	12,00	UND	CANETA PARA RETROPROJETOR COR PRETA	2,00	24,00

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do objeto, mediante crédito direto na conta bancária da CONTRATADA, cujo Banco, número da Agência e da Conta Corrente, será fornecido na data da assinatura do presente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A nota fiscal deverá ser emitida em nome da MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, localizada Avenida Tancredo Neves, n. 337, município de Santa Terezinha do Progresso - SC - CNPJ Nº 01.612.847/0001-90, e informar o Banco, a Agência e a Conta Corrente para depósito.

#### CLÁUSULA QUARTA - DIREITOS DA PARTE

Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na lei nº 8.666/93, Lei nº. 8.078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

#### CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Termo de Contrato, de acordo com o estabelecimento na Cláusula Terceira.

A CONTRATADA obriga-se fornecer os bens objeto do presente contrato de acordo com a proposta apresentada no processo do Pregão nº 24/2014

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA dará ao CONTRATANTE total garantia de qualidade dos materiais, e ficará obrigada a arcar com o ônus, quando for constatado irregularidades, de acordo com os termos da lei Federal nº 8.666/93 e com a Legislação de defesa do Consumidor.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do objeto do presente Termo de Contrato, será efetuado através do item orçamentário:

0401	12	361	18	2	8	Manuten- ção das atividades da Secretaria	339030160000	Mate- rial De Expe- diente	358
------	----	-----	----	---	---	----------------------------------------------------	--------------	-------------------------------------	-----

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

A recusa na assinatura do contrato ou a inexecução parcial ou total do mesmo, acarretará nas seguintes penalidades:

a) No caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou no caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do saldo a executar, conforme o caso.

b) No caso de não cumprimento do prazo de entrega proposto, ficará a CONTRATADA, sujeita à multa de 0,33 (trinta e três décimos por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento).

c) No caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas nas alíneas "a" e "b", multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderá ser aplicada penalidade de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade, de acordo com a gravidade da infração.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) o atraso injustificado na entrega dos materiais;

e) a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

i) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

l) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

m) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

n) a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta lei;

o) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

p) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço executado, ou parcelas

destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

r) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência à Administração;

s) judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica reconhecido, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

**CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO**

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO**

O contrato terá vigência da data da assinatura até o adimplemento das obrigações, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário, ou seja, 31/12/14.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação apresentadas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se aos costumes e aos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO**

O presente contrato vincula-se ao Pregão nº 24/2014 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Campo Ere - SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 03/11/14.

JACOB GILMAR JUNGES

LUIZ FLACH

Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

**VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA:**

O presente Contrato do Processo Licitatório nº 712/ 2014, cumpre com os requisitos exigidos pelo que, de acordo com o disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, o dou como aprovado.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 03/11/14.

IVO HANKE JUNIOR

Assessor Jurídico

OAB/SC 14.778

**CONTRATO Nº. 85/2014**

CONTRATO Nº. 85/2014

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA estabelecida na cidade de MARAVILHA - SC, CNPJ n.83.230.888/0001-86, neste ato representado pelo Sr. RENATO SADI BAUERMANN, residente e domiciliado em MARAVILHA, CPF/ RG n. 249.543.819-91 0 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de AQUISICAO DE PNEUS PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, em decorrência do Processo Licitatório n. 713/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA GARANTIA**

Este contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA, de AQUISICAO DE PNEUS PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, conforme especificações e quantidades a seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada no Pregão nº 25/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de garantia será de cento e oitenta (180) dias, contados a partir da data do aceite do objeto.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

O prazo para entrega dos bens, objeto do presente Contrato será de dez (10) dias, contados a partir da data da emissão da autorização de compras.

Os bens deverão ser entregues na Avenida Tancredo Neves, 337, centro, Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega dos produtos no local indicado, mediante assinatura do responsável pelo órgão.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O acondicionamento e transporte do(s) produto(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) e identificado(s);

PARÁGRAFO TERCEIRO - O texto e demais exigências legais previstas devem estar em conformidade com a legislação do Código de Defesa do Consumidor e Legislação específica no que couber.

PARÁGRAFO QUARTO - O recebimento definitivo dos bens contratados se dará após: a) a verificação física do objeto para a constatação da integridade física do mesmo; b) a verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do Edital e da proposta da Contratada/Fornecedora;

PARÁGRAFO QUINTO - Sendo satisfatórias as verificações será declarado aceite, bem como se resultarem insatisfatórias as verificações será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências.

PARÁGRAFO SEXTO - O(s) item(ns) que for(em) recusado(s) deverá(ao) ser substituído(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados da data da notificação da Fornecedora, sem qualquer ônus para a Contratante, repetindo-se no recebimento dos produtos em substituição o procedimento descrito no PARÁGRAFO QUARTO.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a substituição dos bens cotados não for realizada no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

PARÁGRAFO OITAVO - O recebimento dos bens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da fornecedora pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos, durante o prazo de garantia do bem entregue.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE pagará à

CONTRATADA o valor de R\$ 13.648,00 (treze mil seiscentos e quarenta e oito reais) correspondente às quantidades fornecidas e de acordo com os preços devidamente registrados, sendo:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNITARIO	VLR TOTAL DO ITEM
1	4,00	UND	PNEUS NOVOS 175/70 R14 NAO REMANUFATURADO 1ª LINHA	225,00	900,00
3	4,00	UND	PNEUS NOVOS 1000X20 LISO 16L	874,00	3.496,00
4	4,00	UND	PNEUS NOVOS 215 - 75 RD 17,5	668,00	2.672,00
5	12,00	UND	RECAPAGEM DE PNEUS 215 X 75 R .17,5	285,00	3.420,00
6	8,00	UND	RECAPAGEM PNEUS 1000/20 BORRACHUDO 16 LONAS	395,00	3.160,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do objeto, mediante crédito direto na conta bancária da CONTRATADA, cujo Banco, número da Agência e da Conta Corrente, será fornecido na data da assinatura do presente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A nota fiscal deverá ser emitida em nome da MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, localizada Avenida Tancredo Neves, n. 337, município de Santa Terezinha do Progresso - SC - CNPJ Nº 01.612.847/0001-90, e informar o Banco, a Agência e a Cota Corrente para depósito.

**CLÁUSULA QUARTA - DIREITOS DA PARTE**

Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na lei nº 8.666/93, Lei nº. 8.078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

**CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Termo de Contrato, de acordo com o estabelecimento na Cláusula Terceira.

A CONTRATADA obriga-se fornecer os bens objeto do presente contrato de acordo com a proposta apresentada no processo do Pregão nº 25/2014

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA dará ao CONTRATANTE total garantia de qualidade dos materiais, e ficará obrigada a arcar com o ônus, quando for constatado irregularidades, de acordo com os termos da lei Federal nº 8.666/93 e com a Legislação de defesa do Consumidor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.



**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do objeto do presente Termo de Contrato, será efetuado através do item orçamentário:

0402	12	361	18	2	11	Manutenção do Transporte Escolar - FUNDE	339030390000	Material P/ Manutencao De Veiculos	119
0402	12	361	18	2	11	Manutenção do Transporte Escolar - FUNDE	339039190000	Manutencao E Conserv. De Veiculos	119

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A recusa na assinatura do contrato ou a inexecução parcial ou total do mesmo, acarretará nas seguintes penalidades:

- No caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou no caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do saldo a executar, conforme o caso.
  - No caso de não cumprimento do prazo de entrega proposto, ficará a CONTRATADA, sujeita à multa de 0,33 (trinta e três décimos por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento).
  - No caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas nas alíneas "a" e "b", multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.
- PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderá ser aplicada penalidade de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade, de acordo com a gravidade da infração.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;
- o atraso injustificado na entrega dos materiais;
- a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;
- a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
- a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- a supressão, por parte da Administração, de serviços,

acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta lei;

o) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

p) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço executado, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

r) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência à Administração;

s) judicialmente, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Fica reconhecido, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO

O contrato terá vigência da data da assinatura até o adimplemento das obrigações, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário, ou seja, 31/12/14.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação apresentadas na licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se aos costumes e aos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se ao Pregão nº 25/2014 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Campo Ere - SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 03/11/14.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

RENATO SADI BAUERMANN  
Contratada

Testemunhas:

**VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA:**

O presente Contrato do Processo Licitatório nº 713/ 2014, cumpre com os requisitos exigidos pelo que, de acordo com o disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, o dou como aprovado.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 03/11/14.

IVO HANKE JUNIOR

Assessor Jurídico

OAB/SC 14.778

**CONTRATO Nº. 86/2014**

CONTRATO Nº. 86/2014

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MODELO PNEUS LTDA estabelecida na cidade de BENTO GONCALVES - RS, CNPJ n.94.510.682/0001-26, neste ato representado pelo Sr. IGELSO LUDOVICO CECON, residente e domiciliado em BENTO GONCALVES, CPF/RG n. 102.757.970-15 0 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de AQUISICAO DE PNEUS PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, em decorrência do Processo Licitatório n. 713/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA GARANTIA**

Este contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA, de AQUISICAO DE PNEUS PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, conforme especificações e quantidades a seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada no Pregão nº 25/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de garantia será de cento e oitenta (180) dias, contados a partir da data do aceite do objeto.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

O prazo para entrega dos bens, objeto do presente Contrato será de dez (10) dias, contados a partir da data da emissão da autorização de compras.

Os bens deverão ser entregues na Avenida Tancredo Neves, 337, centro, Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega dos produtos no local indicado, mediante assinatura do responsável pelo órgão.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O acondicionamento e transporte do(s) produto(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) e identificado(s);

PARÁGRAFO TERCEIRO - O texto e demais exigências legais previstas devem estar em conformidade com a legislação do Código de Defesa do Consumidor e Legislação específica no que couber.

PARÁGRAFO QUARTO - O recebimento definitivo dos bens contratados se dará após: a) a verificação física do objeto para a constatação da integridade física do mesmo; b) a verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do Edital e da proposta da Contratada/Fornecedora;

PARÁGRAFO QUINTO - Sendo satisfatórias as verificações será declarado aceite, bem como se resultarem insatisfatórias as verificações será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências.

PARÁGRAFO SEXTO - O(s) item(ns) que for(em) recusado(s) deverá(ao) ser substituído(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados da data da notificação da Fornecedora, sem qualquer ônus para a Contratante, repetindo-se no

recebimento dos produtos em substituição o procedimento descrito no PARÁGRAFO QUARTO.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a substituição dos bens cotados não for realizada no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

PARÁGRAFO OITAVO - O recebimento dos bens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da fornecedora pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos, durante o prazo de garantia do bem entregue.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 1.460,00(mil quatrocentos e sessenta reais) correspondente às quantidades fornecidas e de acordo com os preços devidamente registrados, sendo:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNITARIO	VLR TOTAL DO ITEM
2	4,00	UND	PNEUS NOVOS 750X16 LISO	365,00	1.460,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do objeto, mediante crédito direto na conta bancária da CONTRATADA, cujo Banco, número da Agência e da Conta Corrente, será fornecido na data da assinatura do presente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A nota fiscal deverá ser emitida em nome da MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, localizada Avenida Tancredo Neves, n. 337, município de Santa Terezinha do Progresso - SC - CNPJ Nº 01.612.847/0001-90, e informar o Banco, a Agência e a Cota Corrente para depósito.

**CLÁUSULA QUARTA - DIREITOS DA PARTE**

Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na lei nº 8.666/93, Lei nº. 8.078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

**CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Termo de Contrato, de acordo com o estabelecimento na Cláusula Terceira.

A CONTRATADA obriga-se fornecer os bens objeto do presente contrato de acordo com a proposta apresentada no processo do Pregão nº 25/2014

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA dará ao CONTRATANTE total garantia de qualidade dos materiais, e ficará obrigada a arcar com o ônus, quando for constatado irregularidades, de acordo com os termos da lei Federal nº 8.666/93 e com a Legislação de defesa do Consumidor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O pagamento do objeto do presente Termo de Contrato, será efetuado através do item orçamentário:

0402	12	361	18	2	11	Manutenção do Transporte Escolar - FUNDE	339030390000	Materia P/ Manutencao De Veiculos	119
0402	12	361	18	2	11	Manutenção do Transporte Escolar - FUNDE	339039190000	Manutencao E Con-serv. De Veiculos	119

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A recusa na assinatura do contrato ou a inexecução parcial ou total do mesmo, acarretará nas seguintes penalidades:

- No caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou no caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do saldo a executar, conforme o caso.
  - No caso de não cumprimento do prazo de entrega proposto, ficará a CONTRATADA, sujeita à multa de 0,33 (trinta e três décimos por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento).
  - No caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas nas alíneas "a" e "b", multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.
- PARÁGRAFO PRIMEIRO - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderá ser aplicada penalidade de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade, de acordo com a gravidade da infração.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;
- o atraso injustificado na entrega dos materiais;
- a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;
- a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
- a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta lei;
- a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em

caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

p) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço executado, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

r) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência à Administração;

s) judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica reconhecido, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO

O contrato terá vigência da data da assinatura até o adimplemento das obrigações, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário, ou seja, 31/12/14.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação apresentadas na licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se aos costumes e aos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se ao Pregão nº 25/2014 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Campo Ere - SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 03/11/14.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

IGELSO LUDOVICO CECON

Contratada



Testemunhas:

#### VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA:

O presente Contrato do Processo Licitatório nº 713/ 2014, cumpre com os requisitos exigidos pelo que, de acordo com o disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, o dou como aprovado.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 03/11/14.

IVO HANKE JUNIOR

Assessor Jurídico

OAB/SC 14.778

#### CONTRATO Nº. 87/2014

CONTRATO Nº. 87/2014

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA estabelecida na cidade de MARAVILHA - SC, CNPJ n.83.230.888/0001-86, neste ato representado pelo Sr. RENATO SADI BAUERMANN, residente e domiciliado em MARAVILHA, CPF/ RG n. 249.543.819-91 O doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA O DEPARTAMENTO DE OBRAS E PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA, em decorrência do Processo Licitatório n. 725/2014, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA O DEPARTAMENTO DE OBRAS E PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA, sendo:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNITARIO	VLR TOTAL DO ITEM
1	4,00	UND	RECAPAGEM PNEUS 1400 X 24	975,00	3.900,00
2	4,00	UND	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400 X 24	310,00	1.240,00
3	2,00	UND	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12.5/80 - 18	105,00	210,00
4	4,00	UND	VULCANIZAÇÃO 19.5 X 24	310,00	1.240,00

5	2,00	UND	RECAPAGEM DE PNEUS 12 x 16 , 5	478,00	956,00
6	1,00	UND	VULCANIZAÇÃO 18,4 X 30	310,00	310,00
7	1,00	UND	RECAPAGEM DE PNEUS 12.5/80 X 18	475,00	475,00
8	1,00	UND	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12 x 16,5	305,00	305,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O Serviço deverá ser prestado conforme a Ordem de Serviço expedido pelo Setor de Compras ou responsável pela Secretaria. Os proponentes vencedores deverão prestar o serviço conforme especificação no edital do presente processo licitatório, por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de motivo justo para a rescisão contratual e aplicação das penalidades constantes na cláusula nona deste Contrato

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela prestação do serviço objeto deste Contrato, o preço proposto que é R\$ 8.636,00 (oito mil seiscentos e trinta e seis reais) correspondente às quantidades fornecidas e de acordo com os preços devidamente registrados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do objeto, mediante crédito direto na conta bancária da CONTRATADA, cujo Banco, número da Agência e da Conta Corrente, será fornecido na data da assinatura do presente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se a Contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto na presente Cláusula e tendo a Contratada, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A nota fiscal deverá ser emitida em nome da MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - CNPJ Nº 01.612.847/0001-90, e informar o Banco, a Agência e a Cota Corrente para depósito.

#### CLÁUSULA QUINTA - DIREITOS DA PARTE

Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na lei nº 8.666/93, Lei nº. 8.078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

#### CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Termo de Contrato, de acordo com o estabelecimento na Cláusula Terceira.

A CONTRATADA obriga-se fornecer os bens objeto do presente contrato de acordo com a proposta apresentada no processo do Pregão nº 26/2014

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA dará ao CONTRATANTE total garantia de qualidade dos materiais, e ficará obrigada a arcar com o ônus, quando for constatado irregularidades, de acordo com os termos da lei Federal nº 8.666/93 e com a Legislação de defesa do Consumidor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução

do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SETIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do objeto do presente Termo de Contrato, será efetuado através do item orçamentário.

26	782	40	2	32	Manutenção das atividades de estradas de	339039190000	Manutenção E Conserv. De Veículos	100
20	606	48	2	38	Manutenção das atividades do Fundo de De	339039190000	Manutenção E Conserv. De Veículos	100

\*Órgão Unidade / Função / Sub Função / Programa / Destino / Projeto Atividade / Nome Proj.Atividade / Categoria Econômica / Nome Cat. Econômica / Fonte de Recursos

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

A recusa na assinatura do contrato ou a inexecução parcial ou total do mesmo, acarretará nas seguintes penalidades:

a) No caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou no caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do saldo a executar, conforme o caso.

b) No caso de não cumprimento do prazo de entrega proposto, ficará a CONTRATADA, sujeita à multa de 0,33 (trinta e três décimos por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento).

c) No caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas nas alíneas "a" e "b", multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderá ser aplicada penalidade de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade, de acordo com a gravidade da infração.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) o atraso injustificado na entrega dos materiais;

e) a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

i) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

l) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

m) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

n) a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta lei;

o) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

p) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço executado, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

r) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência à Administração;

s) judicialmente, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Fica reconhecido, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

#### CLÁUSULA DECIMA - DA ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO

O contrato terá vigência da data da assinatura até o adimplemento das obrigações, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário, ou seja, 31/12/14.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação apresentadas na licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se aos costumes e aos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se à(o) Pregão nº 26/2014 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Florianópolis como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e

seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 03/11/14.  
JACOB GILMAR JUNGES                      RENATO SADI BAUERMANN  
Prefeito Municipal                              Contratada

Testemunhas:

#### VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA:

O presente Contrato do Processo Licitatório nº 725/2014, cumpre com os requisitos exigidos pelo que, de acordo com o disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, o dou como aprovado.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 03/11/14.  
IVO HANKE JUNIOR  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 14.778

#### DECRETO N. 294, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO N. 294, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.  
HOMOLOGA JULGAMENTO PROFERIDO PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 712 /2014  
MODALIDADE: Pregão N. 24/2014.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

#### HOMOLOGA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria n. 1592014, de 20/05/14, sobre o Processo de Licitação n. 712/2014, Pregão N.24/2014, que tem por objeto a AQUISICAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCACAO.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada (s):

Empresa	Itens	Descrição do Item	Qtde	Valor homologado
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	1	LÁPIS DE ESCRIVER PRETO COM ÓTIMA QUALIDADE N. 02	300,00	36,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	2	Borracha de apagar de boa qualidade, caixa com 40und.	7,00	59,50
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	4	COLA GLITER CORES SORTIDAS	10,00	20,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	5	PAPEL VERGÊ PCT C/ 50 FOLHAS CORES SORTIDAS	6,00	49,20

TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	7	PAPEL DOBRADURA CORES SORTIDAS COM 100 UND.	50,00	800,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	8	PAPEL CONTÁTIL TRANSPARENTE COM 25M.	5,00	160,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	9	PAPEL CARTÃO CORES SORTIDAS	250,00	125,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	10	CARTOLINA PACT. COM 100 UND CORES SORTIDAS	15,00	397,50
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	11	PAPEL DUPLA FACE CORES SORTIDAS	2.100,00	924,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	12	REGUA ESCOLAR 30CM.	50,00	16,50
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	17	PERCEVEJO COM 100 UN.	3,00	3,45
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	19	CANETA PARA RETRO-PROJETOR COR PRETA	12,00	24,00
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	14	ROLO DE FITA CREPE GRANDE	25,00	210,00
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	16	MASSA DE MODELAR C 12 CORES SORTIDAS	250,00	517,50
SCEL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA	3	ROLO DE FITA ADESIVA TRANSPARENTE TAM. GRANDE	10,00	18,20
SCEL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA	6	ENVELOPE GRANDE CORES SORTIDAS COM 100 UNIDADES	200,00	28,00
SCEL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA	13	PISTOLA DE COLA QUENTE OTIMA QUALIDADE TAMANHO PEQUENO	5,00	35,00
SCEL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA	15	GRAMPO TRILHO DE PLASTICO	3,00	19,26
SCEL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA	18	BARBANTE NA COR BRANCA	5,00	58,50

SCEL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA	20	GRAMPEADOR GRANDE OTIMA QUALIDADE N 26	6,00	50,34
SCEL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA	21	COLA ALTO RELEVO CORES SORTIDAS	10,00	20,30
SCEL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA	22	PAPEL A4 75GR COM 5000 FL.	30,00	3.120,00

°Valores expressos em reais

Nome do Fornecedor	Valor Total	
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	2.615,15	dois mil seiscentos e quinze reais e quinze centavos
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	727,50	setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos
SCEL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA	3.349,60	três mil trezentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos

°Valores expressos em reais

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso em, 03 de novembro de 2014.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA  
Diretora de Recursos Humanos.  
Matricula nº 1268/8

## Santiago do Sul

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº253/2014 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº746/2014, de 13 de outubro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$25.765,00 (Vinte e cinco mil e setecentos e sessenta e cinco reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 365 - Educação Infantil

Programa: 0007 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 1.006 - Reforma e Ampliação da Creche

Projeto: 1.006 - Reforma e Ampliação da Creche

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.01 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 18.765,00

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.3.01 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 7.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0007 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 1.008 - Obras, Construção, Ampliação e Reformas Prédios Escolares

Projeto: 1.008 - Obras, Construção, Ampliação e Reformas Prédios Escolares

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.01 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 10.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0007 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 1.009 - Aquisição de Veículos para Transporte Escolar

Projeto: 1.009 - Aquisição de Veículos para Transporte Escolar

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.3.01 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 7.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes



Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 12 - Educação  
Sub-Função: 365 - Educação Infantil  
Programa: 0007 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA  
Ação: 2.063 - Manutenção das Atividades da Creche  
Atividade: 2.063 - Manutenção das Atividades da Creche  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.01 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 8.765,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 14 de outubro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 254/2014 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL  
DECRETO Nº 254/2014 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.  
Dispõe sobre os Membros da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 8º e seguintes da Lei Municipal nº 055/97, de 14 de agosto de 1997 e art. 14 do Regimento Interno da COMDEC,

DECRETA:

Art. 1º Ficam compostos os membros da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, conforme segue:

a) CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

- Catiane Piva Vanzin; e
- Pedro Pacazza.

b) SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

- Claudécir Trevisol.

c) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- Tadeu Paulo Toazza; e
- Sílvia Maria Nievinski Tibola.

d) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

- Carine Piva.

e) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES:

- Rudinei Toazza.

f) GRUPO DE IDOSOS MADRE PAULINA:

- José Pacazza.

g) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA BÁSICA SÃO TIAGO - APP:

- Jaime Campanholo.

h) CLUBE DE MÃES "CLUBE DA ALEGRIA":

- Renoir Chiodelli Toazza; e
- Elza Maria Piva Toazza.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 254/2014 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

i) REPRESENTANTE DA IGREJA CATÓLICA:

- Valdecir Antonio Saretto.

j) REPRESENTANTE DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS:

- Volmir Pacazza.

k) REPRESENTANTE DA COOPERATIVA REGIONAL ALFA:

- Alair Dagustini.

l) REPRESENTANTE DO COMÉRCIO:

- Neocir Vanzella.

m) REPRESENTANTE DA POLÍCIA MILITAR-GRUPAMENTO DE SANTIAGO DO SUL:

- José Carlos de Lima.

Art. 2º A Presidência, o Conselho Técnico e o Conselho Comunitário da Comissão Municipal de Defesa Civil ficam assim definidos:

I - PRESIDENTE: Tiago de Paris.

II - CONSELHO TÉCNICO: Gustavo José Preuss e Rudinei Toazza.

III - CONSELHO COMUNITÁRIO: Tadeu Paulo Toazza e Paula dos Santos.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 21 de outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

**DECRETO Nº 255/2014 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 255/2014 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre a substituição dos Membros do Comitê Local do Compromisso "Todos pela Educação" do Município de Santiago do Sul e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os Membros do Comitê Local do Compromisso "Todos pela Educação" do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, cuja composição será a seguinte:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

- Camila Pereira dos Santos

II - Representante dos Diretores das Escolas Públicas:

- Jandir Fransozi

III - Representantes dos Professores das Escolas Públicas:

- Clesiane Ferrari Comachio

- Kerli Trentin

IV - Representante dos Conselhos Escolares:

- Angela Cristiane Toazza

V - Representante da Sociedade Civil "Clube de Mães":

- Elza Toazza

VI - Representante do Conselho Tutelar:

- Elenice Comin

VII - Representante do Conselho do FUNDEB:

- Rudinei Toazza

VIII - Representante do Conselho Municipal de Educação:

- Carmem M. R. Ghidolin

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº255/2014 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Art. 2º O serviço do Comitê será considerado de caráter relevante, não se lhe atribuindo qualquer remuneração e nem se caracterizando qualquer vínculo de emprego para fins deste objeto, entre a Prefeitura e os seus componentes, incluindo a não geração de direito ou obrigação social ou trabalhista.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as constantes no Decreto nº215/2011, de 10 de junho de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 21 de outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº256/2014 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº256/2014 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre a substituição dos Membros do Conselho Escolar do Município de Santiago do Sul e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, Lei Municipal n. 442/2009, de 4 de abril de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os Membros do Conselho Escolar do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, cuja composição será a seguinte:

I - Representante dos Docentes das Escolas Públicas:

Titular - Celita Meneguzzi De Cesaro  
Suplente - Angela Cristiane Toazza

II - Representantes Técnicos Administrativos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular- Rudinei Toazza

Suplente - Camila Pereira dos Santos

III - Representantes dos Pais dos Alunos de Escolas Públicas:

Titular - Catiane Piva Vanzin

Suplente -Jozi Magda Grolli

Titular - Leimar Gentilini

Suplente -Valdecir Antonio Saretto

IV - Representante dos Alunos de Escolas Públicas:

Titular - Adriana Restelatto

Suplente - Fabiana De Paris

Art. 2º O serviço do Conselho será considerado de caráter relevante, não se lhe atribuindo qualquer remuneração e nem se caracterizando qualquer vínculo de emprego para fins deste objeto, entre a Prefeitura e os seus componentes, incluindo a não geração de direito ou obrigação social ou trabalhista.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº256/2014 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 21 de outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva  
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº257/2014 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº257/2014 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera a pedido Servidor Público Municipal CLAUDECIR TREVISO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e o Art. 32, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido a partir de 31 de outubro de 2014 o Servidor Público Municipal CLAUDECIR TREVISO, nomeado pelo Decreto Municipal nº222/2014 de 01 de setembro de 2014, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais-ACT, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária 40 horas semanais, percebendo o vencimento constante



no Anexo I, Grupo 02, Código 01.01 Nível 16, da Lei Municipal nº490 de 2010, de 09 de março de 2010 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 21 de outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº258/2014 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº258/2014 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera a pedido Servidor Público Municipal VALMOR VANZIN e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e o Art. 32, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1ºFica exonerado a pedido a partir do dia 31 de outubro o Servidor VALMOR VANZIN, ocupante do Cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Grupo 6, Código 06.02, da Lei Municipal nº490/2010, de 09 de março de 2010 e alterações posteriores, nomeado através do Decreto nº173/2013 de 03 de junho de 2013.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 21 de outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº259/2014 DE 22 DE OUTUBRO DE 2014**

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal N.748/2014 de 21 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$22.000,00 (Vinte e dois mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 - Saúde  
Sub-Função: 301 - Atenção Básica  
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE  
Ação: 2.033 - Medicamentos a População  
Atividade: 2.033 - Medicamentos a População  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 22.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 - Saúde  
Sub-Função: 301 - Atenção Básica  
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE  
Ação: 2.032 - Manutenção Atividades de Saúde Bucal  
Atividade: 2.032 - Manutenção Atividades de Saúde Bucal  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 15.000,00  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 2.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 - Saúde  
Sub-Função: 304 - Vigilância Sanitária  
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE  
Ação: 2.035 - Manutenção Atividades de Vigilância Sanitária  
Atividade: 2.035 - Manutenção Atividades de Vigilância Sanitária  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 22 de outubro de 2014.

Tadeu Paulo Toazza  
Gestor do FMS

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº260/2014 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº260/2014 - DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$1.994,00 (Hum mil e novecentos e noventa e quatro reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0007 - TODA A CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.010 - Manut.Atividades Ensino Infantil

Atividade: 2.010 - Manut.Atividades Ensino Infantil

Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.18-Aplicações Diretas ..  
..... R\$ 1.994,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, são provenientes do provável excesso de arrecadação, no corrente exercício, na fonte de recursos 0.1.18 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 23 de outubro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº261/2014 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº261/2014 - DE 28 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre a Substituição do Secretário da Comissão de Levantamento e Reavaliação do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário do Município de Santiago do Sul - SC e da outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica substituído o Secretário da Comissão de Levantamento e Reavaliação do patrimônio mobiliário e imobiliário do Município de Santiago do Sul - SC, composta pelos seguintes servidores:

I - Presidente - Danimar Guedes

II - Secretário - Vanderlei Paulo Backes

III - Membro - Carine Piva

Art. 2º Compete a esta Comissão proceder ao levantamento físico dos bens do Município de Santiago do Sul, para efeito de ajustes contábeis e patrimoniais, bem como, proceder as devidas depreciações e avaliação a valor justo dos bens móveis e, reavaliação dos bens imóveis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Art. 3º O relatório conclusivo será entregue ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Os membros integrantes da Comissão de que trata este Decreto não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº262/2014 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014**

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal N.750/2014 de 28 de outubro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$8.600,00 (Oito mil e seiscentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.029 - Manut. Atividades Transporte de Pacientes

Atividade: 2.029 - Manut. Atividades Transporte de Pacientes

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas ..  
..... R\$ 8.600,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.030 - Coleta e Tratamento do Lixo Hospitalar

Atividade: 2.030 - Coleta e Tratamento do Lixo Hospitalar

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 8.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de outubro de 2014.

Tadeu Paulo Toazza

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Gestor do FMS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº263/2014 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 263/2014 - DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

"Proíbe o acesso a redes sociais e utilização de programas estranhos ao serviço público no âmbito da Administração Municipal e dá outras providências."

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de se evitar a utilização e sobrecarga da banda de internet para fins que não estejam relacionados às atribuições de cada servidor público; e

CONSIDERANDO a necessidade de se prevenir e diminuir os riscos a segurança da informação e evitar o comprometimento da disponibilidade, integridade, confiabilidade e autenticidade dos dados dos diversos sistemas de gestão e documentos oficiais do Executivo Municipal de Santiago do Sul;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica proibido, no âmbito da Administração Municipal, o acesso, pelos servidores, a redes sociais e utilização de programas estranhos ao serviço público em computadores da Prefeitura e demais Secretarias Municipais.

Parágrafo único. O monitoramento dos acessos será realizado por servidor nomeado pelo chefe do executivo, que informará a chefia imediata do servidor que descumprir a norma.

Art. 2º O desrespeito a proibição será considerado como infração e enquadrado no artigo 91, incisos XIV e XVI, da Lei Complementar Municipal nº 009/2001 (Estatuto dos Servidores), sujeitando o infrator as penalidades cabíveis.

Art. 3º Se for constatada a ocorrência de acessos proibidos, caberá ao Secretário do Setor e/ou superior imediato, tomar as devidas medidas legais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 29 de outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº264/2014 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº264/2014 - DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$1.946,00 (Hum mil e novecentos e quarenta e seis reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 367 - Educação Especial

Programa: 0010 - Apoio à Educação Especial

Ação: 2.021 - Apoio à Educação Especial

Atividade: 2.021 - Apoio à Educação Especial

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.3.00-Aplicações Diretas ..  
..... R\$1.946,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 30 de outubro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº265/2014 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº265/2014 - DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art. 5º e Inciso II do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº703/2013 de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Munic.de Educação,

**Cultura e Esportes**

Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-Função: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 0011 - Esporte é Saúde

Ação: 2.025 - Promoção e Incentivo ao Esporte Amador

Atividade: 2.025 - Promoção e Incentivo ao Esporte Amador

Da Natureza da Despesa: 3.1.90.00 D.R.0.1.00 - Aplicações Diretas ..... R\$9.000,00

Para a Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.1.00 - Aplicações Diretas ..... R\$9.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 30 de outubro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**EDITAL DE CHAMAMENTO Nº010/2014 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº010/2014

EDITAL DE CHAMAMENTO REFERENTE ÀS MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS DOS ALUNOS QUE DESEJAM ESTUDAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2015.

Rudinei Toazza, Assessor de Educação, responsável pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Santiago do Sul - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Nº196-A/2014 faz saber a todos os interessados que se encontram abertas as matrículas e rematrículas referente ao ano letivo de 2015, para todos os alunos que desejam estudar na Rede Municipal de Ensino.

**I - DA REALIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS**

As matrículas serão realizadas no período de 30 de outubro de 2014 a 29 de novembro de 2014, no horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Educação (de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min), no seguinte endereço:

Escola Municipal Pequeno Cidadão, situada na Rua Honório Coma-chio, Nº210, Centro, no Município de Santiago do Sul, SC.

**II - DA DOCUMENTAÇÃO**

Para a realização da matrícula dos alunos novos e rematrículas, os pais ou responsáveis deverão comparecer na Secretaria munidos dos seguintes documentos;

- Cópia da Certidão de Nascimento da criança;
- Carteira de Vacinação;
- Comprovante de residência dos pais ou responsáveis;
- Histórico Escolar, para alunos oriundos de outro estabelecimento de Ensino.

Obs: A efetivação da matrícula somente ocorrerá após a

apresentação de todos os documentos acima exigidos.

**III - DO INGRESSO**

Poderão ingressar na Rede Municipal de Ensino crianças cuja idade de ingresso seja assim compreendida:

Maternal I: Crianças que completarem 02 (dois) anos até 31 de março do ano de 2015;

Maternal II: Crianças que completarem 03 (três) anos até 31 de março do ano de 2015;

Pré I: Criança que completarem 04 (quatro) anos até 31 de março do ano de 2015;

Pré II: Crianças que completarem 05 (cinco) anos até 31 de março do ano de 2015;

1º ano: Crianças que completarem 06 (seis) anos até 31 de março do ano de 2015.

Santiago do Sul-SC, 30 de outubro de 2014.

Volmir Antonio Sotille

Prefeito Municipal

Rudinei Toazza

Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte

**DECRETO Nº266/2014 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº266/2014 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a Nomeação do Servidor Municipal CLAUDECIR TREVISOL para o Cargo em Comissão.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado, CLAUDECIR TREVISOL, para o Cargo em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Grupo 6, Código 06.02, da Lei Municipal Nº490/2010, de 09 de Março de 2010, e alterações posteriores, com Lotação na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, carga horária com dedicação integral, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº628/2012, de 11 de junho de 2012 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 04 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.



Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº267/2014 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 267/2014 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a Nomeação do Servidor Municipal EDUARDO CANDIDO MACCARI PEREIRA, aprovado em Processo Seletivo Simplificado.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013, de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº001/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado a partir desta data o Servidor EDUARDO CANDIDO MACCARI PEREIRA, para desempenhar as atribuições do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária de 40 Horas Semanais, no período compreendido entre 04 de novembro de 2014 a 03 de novembro de 2015 percebendo o vencimento constante no Anexo I, Grupo 02, Código 01.01 Nível 16, da Lei Municipal nº490 de 2010, de 09 de março de 2010 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2.028 Fonte 102

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 04 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº268/2014 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 268/2014 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal JUCELIA APARECIDA DE LIMA PACAZZA, aprovado em Processo Seletivo Simplificado.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal

Nº260/2004, de 09 de Dezembro de 2004 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº002/2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data a Servidora JUCÉLIA APARECIDA DE LIMA PACAZZA, para desempenhar as atribuições do Cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária de 40 Horas Semanais, no período compreendido entre 04 de novembro de 2014 a 03 de novembro de 2015 percebendo o vencimento constante no Anexo I, Grupo 02, Código 02.03 Nível 23, da Lei Municipal nº490 de 2010, de 09 de março de 2010 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Projeto Atividade 2.028 Fonte 102

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 04 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº269/2014 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº269/2014 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo ao Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização do veículo pelo Fundo Municipal de Saúde para realizar o transporte de pacientes.

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização pelo Fundo Municipal de Saúde, o veículo Renault Master Tur Placas MMJ 0646, de propriedade do Município, a partir do dia 04 de novembro de 2014 até o dia 14 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 04 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº270/2014 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº270/2014 - DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal DELCI CARLOS SEGATTE e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e o Art. 32, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado a partir desta data o Servidor DELCI CARLOS SEGATTE, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINA II, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, carga horária de 40 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 02, código 02.08, Nível 27 da lei Municipal Nº490/2010, nomeado através do Decreto nº055/2003 de 20 de março de 2003.

Art. 2º Fica declarada a Vacância do Cargo Público de Motorista, em decorrência da exoneração de cargo efetivo a pedido do servidor, conforme prevê o Inciso I, do Art. 32 e Art. 33 da Lei Complementar nº 009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 05 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº271/2014 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº271/2014 - DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal JOSEDI TADEU TOAZZA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e o Art. 32, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado a partir desta data o Servidor Público Municipal JOSEDI TADEU TOAZZA, nomeado pelo Decreto Municipal nº421/2012 de 05 de novembro de 2012, ocupante do Cargo de Médico Veterinário, com lotação na Secretaria Municipal de

Agricultura e Meio Ambiente, carga horária 40 horas semanais, percebendo o vencimento constante no Anexo I, Grupo 05, Código 05.01 Nível 59, da Lei Municipal nº490/2010, de 09 de março de 2010 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 05 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº076/2014 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 076/2014 - DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Municipal JULIANO JOÃO SOMAVILLA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor JULIANO JOÃO SOMAVILLA, ocupante do Cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social - CRAS, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, no período de 23 de outubro de 2014 a 24 de outubro de 2014, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 23 de outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº077/2014 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº077/2014 - DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Férias à Servidor Municipal VALDECIR JOSÉ LORENZETTI

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com os Artigos 60 e 65 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal VALDECIR JOSÉ LORENZETTI, ocupante do Cargo de Operador de Máquina I, nomeado através do Decreto nº 243/2008, de 20 de Outubro de 2008 e Decreto de Estável nº 039/2012, de 26 de Janeiro de 2012, Lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, 30 (Trinta) dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 20 de Outubro de 2013 à 19 de Outubro de 2014, a serem gozadas no período de 01 de Novembro de 2014 à 30 de Novembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de Outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº078/2014 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº078/2014 - DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Férias a Servidora Pública Municipal JOZIANE CATIA GROLLO PALUDO.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com os Artigos 60 e 65 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal JOZIANE CATIA GROLLO PALUDO, ocupante do Cargo de TESOUREIRA, nomeada através do Decreto nº 069/2008, de 03 de Março de 2008 e Decreto de Estável nº 070/2011, de 03 de Março de 2011, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 20 (vinte) dias de férias, relativas ao Período Aquisitivo de 03 de Março de 2013 a 02 de Março de 2014, a serem gozadas no período de 11 de Novembro de 2014 a 30 de Novembro de 2014.

Art. 2º CONVERTER 1/3 (um terço) das Férias em Abono Pecuniário, conforme requerimento em anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 28 de Outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº079/2014 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº079/2014 - DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a designação do Servidor Municipal MAIKON TIAGO LUNEDO nos termos do Decreto Municipal Nº 263/2014, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica designado o servidor público municipal MAIKON TIAGO LUNEDO, ocupante do cargo de Assessor de Imprensa, junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para, concomitantemente com suas atribuições, ficar responsável pelo monitoramento dos acessos pelos servidores, a redes sociais e utilização de programas estranhos ao serviço público em computadores da Prefeitura e demais Secretarias Municipais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 30 de novembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº080/2014 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº080/2014 - DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora MARILENE PETRIKOSKI MENEGAT e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora MARILENE PETRIKOSKI MENEGAT, ocupando o Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nomeada através do Decreto nº161/2006, de 11 de Agosto de 2006, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pelo período de 3,5 (Três dias e meio) dias, ou seja, no dia 30 a partir das 13:00hs até dia 02 de novembro de 2014, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 30 de outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 295/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 295/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de nº 187/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa HR SUPERMERCADO LTDA, em 02 de JUNHO de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 146/2014.

Considerando o objeto de Contrato nº 187/2014, que consiste na aquisição de gêneros alimentícios para reuniões e encontros com famílias acolhedoras, gêneros alimentícios para abrigadas na Casa Abrigo, lanches para oferecer nas Oficinas Socioeducativas dos CRAS, lanches para oferecer nas Oficinas Socioeducativas do CRE-AS e gêneros alimentícios para uso na SEMAS;

Considerando que no decorrer da execução do Contrato ocorreu demanda maior de produtos que a prevista inicialmente pela SEMAS, em decorrência do aumento de oficinas nos CRAS e abrigo de uma família na Casa Abrigo por tempo maior que o habitual, qual faz-se necessário aditivar o referido Contrato conforme planilha anexa a este Termo Aditivo, com base na Cláusula Nona - das alterações, nos seguintes termos:

Fica incluso o valor total de R\$ 2.388,00 (dois mil trezentos e oitenta e oito reais) para pagamentos conforme Contrato Original. Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 24 de setembro de 2014.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

HR SUPERMERCADO LTDA, como Contratada.

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 306/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 306/2014

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Confecção de Uniformes Escolares de nº 142/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa GIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, em 07 de MAIO de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 117/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 142/2014, que consiste na confecção de uniformes escolares (japonas de inverno em microfibra 100% poliéster) para os alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, constante dos lotes de nºs 3 e 4;

Considerando que o material para reposição das peças com defeito ainda não foi entregue pela Contratada, constante de 740 japonas de tamanho nº 14 e 359 japonas de tamanhos diversos, pois o mesmo está em fase de costura, devido à demora da produção da matéria-prima e que conforme documento enviado pela Contratada as mesmas serão doadas ao Município visando amenizar o desconforto causado pelo equívoco, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, conforme Cláusula Quinta - Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 04 de outubro de 2014 e com término em 17 de novembro de 2014.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 01 de setembro de 2014.  
Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.  
GIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, como Contratada.

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 311/2014** EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 311/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço de nº 335/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INTELLI PROJETOS E CONSULTORIA LTDA, em 16 de OUTUBRO de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 266/2013.

Considerando objeto do Contrato nº 335/2013, que consiste na contratação de empresa especializada de engenharia para execução de estudos de tráfego, hidrológicos e geotécnicos: execução de levantamentos topográficos; e a elaboração de projetos geométricos de terraplanagem, drenagem e obras de artes correntes, pavimentação, obras complementares, sinalização e calçadas para diversas ruas do Município de São Bento do Sul, totalizando 9,0 Km (nove quilômetros) de ruas;

Considerando o término da vigência do Contrato nº 335/2013 no dia 15 de outubro de 2014 e que os projetos desenvolvidos pela Contratada ainda estão em análise nos órgãos mandatários e de financiamento, os quais somente serão recebidos e pagos a última parcela correspondente após aprovação por esses órgãos;

Considerando também que o Contrato prevê a contratação de projetos para 9 km de vias e até o momento foram emitidas ordens de serviços para aproximadamente 5 km de vias e que é de interesse do Município contratar o saldo correspondente do Contrato;

Considerando os motivos descritos acima, faz-se necessário prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos: Fica prorrogada a vigência do Contrato por 01 (um) ano, a contar de 16 de outubro de 2014 até 15 de outubro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 10 de outubro de 2014.  
Ass: CASSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.  
INTELLI PROJETOS E CONSULTORIA LTDA, como Contratada.

#### **EXTRATO RESCISÃO DO CONTRATO Nº 244/2014** EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 244/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Rescisão ao Contrato de Fornecimento de Materiais e Serviços de Mão de Obra para Manutenção do Sistema de Iluminação Pública no Município de São Bento do Sul - SC, incluindo o Fornecimento de Materiais, Equipamentos e Serviços de Mão de Obra nº 244/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA, de 25 de JULHO de 2014, conforme Dispensa de Licitação nº 224/2014.

Cláusula Primeira - Fica rescindido a partir desta data o Contrato nº 244/2014 e Termos Aditivos que possam vir existir, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais e serviços de mão de obra para manutenção do sistema de iluminação pública no município de São Bento do Sul, conforme Dispensa de Licitação 224/2014 de 25 de julho de 2014.

Considerando que o referido contrato era em caráter emergencial e não podendo ultrapassar 180 dias, e ainda, tendo em vista que esta Prefeitura abriu nova licitação para a contratação de empresa

prestadora deste serviço, conseqüentemente gerando assim um novo contrato a partir da data de 14 de outubro de 2014, faz-se necessário a rescisão do Contrato nº 244/2014.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma amigável, na forma do art. 79, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos a partir de 13 de outubro de 2014.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2014.  
Ass: NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.  
ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA, como Contratada.

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 278/2014** EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 278/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 317/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA, em 30 de SETEMBRO de 2013, conforme Pregão Presencial nº 203/2013.

Considerando o Contrato nº 317/2013 que consiste na contratação de licença de uso de solução para gestão pública informatizada de acordo com o detalhamento técnico, quantitativos e serviços correlatos descritos no pré-orçamento em anexo para prefeitura, fundações, autarquias e câmara municipal de São Bento do Sul pelo período de 12 meses, e demais especificações conforme Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 203/2013; Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do Contrato nº 317/2013 no dia 29 de setembro de 2014, faz-se necessário prorrogar a vigência do Contrato com base no Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e na Cláusula Quinta - Da Vigência do referido Contrato, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 30 de setembro de 2014 e com término em 29 de setembro de 2015.

Permanece o valor mensal de R\$ 28.349,02 (vinte e oito mil trezentos e quarenta e nove reais e dois centavos), totalizando em R\$ 85.047,06 (oitenta e cinco mil quarenta e sete reais e seis centavos) referente aos meses de outubro a dezembro de 2014 a serem utilizadas as dotações mencionadas neste Termo Aditivo, para pagamentos de acordo com o Contrato original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 08 de setembro de 2014.  
Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.  
BETHA SISTEMAS LTDA, como Contratada.

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 300/2014** EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 300/2014

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 317/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA, em 30 de SETEMBRO de 2013, conforme Pregão Presencial nº 203/2013.

Considerando o Contrato nº 317/2013 que consiste na contratação de licença de uso de solução para gestão pública informatizada de acordo com o detalhamento técnico, quantitativos e serviços correlatos descritos no pré-orçamento em anexo para prefeitura, fundações, autarquias e câmara municipal de São Bento do Sul pelo período de 12 meses, e demais especificações conforme

Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 203/2013;  
Considerando o Termo Aditivo de Prorrogação Contratual nº 278/2014, no qual foi renovado o Contrato 317/2013 para mais 12 meses sem alteração de valores;

Considerando nova proposta de preços enviada pela Contratada para continuidade dos serviços e conforme Cláusula Sexta - do reajustamento do referido Contrato, a empresa solicita reajuste com base no índice IGP-M (FGV) acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 4,8448%;

Diante do exposto, faz-se necessário aditivar o referido contrato, nos seguintes termos:

Fica incluso o valor mensal de R\$ 1.384,79 (um mil trezentos e oitenta e quatro reais e setenta e nove centavos), totalizando em R\$ 16.617,48 (dezesesseis mil seiscentos e dezessete reais e quarenta e oito centavos).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2014.

Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

BETHA SISTEMAS LTDA, como Contratada.

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2014 FC**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01/2014 AO CONTRATO Nº 18/2013

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 18/2013 FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA, EM 01 DE NOVEMBRO DE 2013, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 203/2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

Considerando o Contrato nº 18/2013 que consiste na contratação de licença de uso de solução para gestão pública informatizada de acordo com o detalhamento técnico, quantitativos e serviços correlatos descritos no pré-orçamento em anexo para prefeitura, fundações, autarquias e Câmara Municipal de São Bento do Sul pelo período de 12 meses, e demais especificações conforme Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 203/2013; Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do Contrato nº 18/2013 no dia 31 de outubro de 2014, e considerando que o IGP-M acumulado nos últimos 12 (doze) meses representa 4,8848%, faz-se necessário prorrogar a vigência do Contrato com base no Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e na Cláusula Quinta - Da Vigência do referido Contrato, e reajustar o valor contratado com base na Cláusula Sexta - Do Reajustamento, nos seguintes termos: 1º - Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de novembro de 2014 e com término em 31 de outubro de 2015.

2º - Pela prestação dos serviços se pagará a partir de 01 de novembro de 2014 o valor mensal de R\$ 556,93 (quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa e três centavos), totalizando em R\$ 6.683,16 (seis mil, seiscentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos) referente pagamentos para 12 (doze) meses. 3º - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: (25) 18.01.2.060.3.3.90.39.08 .00.00.00 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades - Outros serviços de pessoa jurídica

4º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 01 de novembro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2014.

BRAULIO HANTSCHER, PELA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, PELA CONTRATADA

#### **DECRETO Nº 0732/2014**

DECRETO Nº 0732, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA para avaliar denúncias de irregularidades praticadas no serviço público do Município de São Bento do Sul, na forma prevista na Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001 - Estatuto dos Servidores e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.

Art. 2º A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA será composta pelos seguintes servidores estáveis:

ALICE DROSCZAKA - Presidente

SILVIA CRISTIANE HOMECHEN DA SILVA - Membro

SOLANGE TERESINHA STREIT- Membro

Art. 3º A Comissão nomeada pelo presente terá poderes para continuar acompanhando os processos em tramitação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

#### **DECRETO Nº 0733/2014**

DECRETO Nº 0733, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

CRIA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Federal nº 8069/90, RESOLVE:

Art. 1º. Fica criada a Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Acolhimento, que será formada pelos seguintes membros:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social: Andriago Carvalho;

II - Centro de Referência em Assistência Social - CRAS: Viviane Aparecida Hinke;

III - Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS: Karen Lili Fechner;

IV - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos - PAEFI: Carla Thais Kruger;

V - Serviço de Proteção Social ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto de LA e PSC: Lucinda Izabel Zoellner Kroll;

VI - Serviço de Acolhimento Familiar - Equipe de Referência: Silvia Santiago Martins, Maiara Dufloth Pelissa e Crichima Paes de Lima;

VII - Representantes das Famílias Acolhedoras: Maria de Lourdes Amâncio e José Luiz Amâncio;

VIII - Serviço de Acolhimento Institucional Modalidade Abrigo - Equipe de Referência: Pâmella Morgana Beckert, Valdivia da Silva, Natali Cristine Simonetti e Silvana Ramos;

IX - Secretaria Municipal de Administração: Ederval José Neidert;

X - Secretaria Municipal de Saúde: Etiane Plozai Linzmeyer;

XI - Secretaria Municipal de Educação: Cintia Becker Cordeiro;



XII - Empresa Municipal de Habitação - EMHAB: Evelise Grobe;  
 XIII - Fundação Municipal de Desportos: Giseli Augustin Correa;  
 XIV - Fundação Cultural de São Bento do Sul: Kátia Regina Wolff;  
 XV - Grupo de Estudos e Apoio à Adoção Gerando Amor: Priscila da Costa Câmara Traple;  
 XVI - Poder Judiciário: Tiago Iraton da Silva;  
 XVII - Polícia Civil: Simone Souza Nunes;  
 XVIII - 25ª Gerência de Educação - São Bento do Sul: Miguel Brás Fernandes;  
 XIX - Instituto de Desenvolvimento Integral: Daguiomar Nogueira;  
 XX - Conselho Tutelar de São Bento do Sul: Célia Terezinha Gomes;  
 XXI - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA: Josleine Travinski;  
 XXII - Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS: Eunice Cristina Borba Hänsch;  
 XXIII - Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMAD: Cássia de Moraes Neves;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK  
 Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 0734/2014

DECRETO Nº 0734, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
 Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.013 - Manutenção e Melhoria na Frota da SEMOB  
 (201) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R \$ 30.000,00

Atividade: 2.029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB  
 (210) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R \$ 2.000,00

Atividade: 2.030 - Manutenção e Melhoria em vias urbanas e rurais  
 (194) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R \$ 20.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.072 - FNAS - Gestão - ACESSUAS  
 (606) 3.3.90.30.00.00.00 352 - Material de Consumo R \$ 7.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

### URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.013 - Manutenção e Melhoria na Frota da SEMOB  
 (202) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. - PJ R \$ 30.000,00

Atividade: 2.029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

(212) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R \$ 2.000,00

Atividade: 2.030 - Manutenção e Melhoria em vias urbanas e rurais  
 (197) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serviços de Terceiros PJ R\$ 20.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.072 - FNAS - Gestão - ACESSUAS  
 (609) 3.3.90.39.00.00.00 352 - Outros Serv. Terc. PJ R \$ 7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK  
 Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 0735/2014

DECRETO Nº 0735, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA O DECRETO Nº 644 DE 18 DE AGOSTO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE DESPESA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 644 de 18 de agosto de 2014 na forma que segue:

"Para fins de limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o Artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000, e obedecidos os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, ficam reduzidas no montante de R\$ 15.784.149,22 (quinze milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, cento e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos), alterando o valor da seguinte Dotação do Orçamento vigente, a seguir identificada por Fonte de Recurso:

Fonte de Recurso: 0162 – Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE		
Órgão: 07	Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 01	Secretaria de Educação	
Proj./Ativ.: 4.027	Recursos do FNDE	
(499) 44.90.51	Obras e Instalações	329.830,97

Art. 2º O desbloqueio da limitação de empenho da dotação orçamentária relacionada no artigo 1º, deu-se em virtude do restabelecimento da receita na fonte de recurso: código 0162 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul 04 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 3441/2014**

LEI Nº 3441, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE CICLOMONTANHISMO

#### **O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE CICLOMONTANHISMO - ASBCICLO, CNPJ/MF 02.979.633/0001-19 no valor total de até R\$ 13.000,00 (treze mil reais), objetivando custear despesas referentes a competições esportivas tais como: taxas de filiação e inscrição, alimentação, hospedagem, transporte e uniformes, da modalidade de ciclismo, no período de outubro a dezembro de 2014, conforme Plano de Trabalho - Processo nº 6252/2014.

Parágrafo único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelecem os Decretos Municipais nº 0034/2013 e nº 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação São Bentense de Ciclomontanhismo.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação São Bentense de Ciclomontanhismo.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

#### **TERMO DE CONVÊNIO Nº**

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE CICLOMONTANHISMO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE CICLOMONTANHISMO, associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.979.633/0001-19, estabelecida à Rua Augusto Wunderwald, nº 1016, Bairro Centenário, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente Cleiton Marçal Dias, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº 361.044-2, CPF/MF nº 003.894.229-16, residente e domiciliado à Rua Alfredo Jorge Rueckl, nº 601, Bairro Serra Alta, em São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação São Bentense de Ciclomontanhismo com custeio das despesas referentes à taxa de filiação e inscrição, alimentação, hospedagem, transporte e uniformes, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 6252/2014.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS**

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 13.000,00 (treze mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 2 parcelas, conforme Plano de Trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do termo de convênio autorizado pela respectiva lei.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 3.212-2 a favor da Associação São Bentense de Ciclomontanhismo.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão



à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos  
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos  
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento  
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições  
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
- VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;
- VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;
- IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;
- X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;
- XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;
- XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;
- XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;
- XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor),

preenchidos com clareza e sem rasuras;

- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
- g) Conciliação bancária, quando for o caso;
- h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
- j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

CLEITON MARÇAL DIAS

Presidente da Associação São Bentense de Ciclomontanismo

TESTEMUNHAS

Nome: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

#### PORTARIA Nº 6733/2014

PORTARIA Nº 6733, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores JOÃO PATERNO, ROSANGELA MACHADO FRAGOSO VIEIRA, SOLANGE TERESINHA STREIT, MARISA DO AMARAL E ANDRIGO CARVALHO, da Secretaria Municipal de Assistência Social, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial VW/Saveiro, placas MNL 0487.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 6735/2014**

PORTARIA Nº 6735, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a servidora ELIANE COPPETI, ocupante do cargo de Coordenador de Serviços de Cadastro Imobiliário, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial GM/Celta, placas MCS 6957.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de outubro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 6770/2014**

PORTARIA Nº 6770, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de novembro de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada ANGELINA COSTA RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, Grupo Ocupacional 03, Nível II, Classe G, matrícula nº 19040, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6460/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 6771/2014**

PORTARIA Nº 6771, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de novembro de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada COLUTILDE ROHRBACHER GROSSEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe F, matrícula nº 3730, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6631/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 6772/2014**

PORTARIA Nº 6772, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de novembro de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição ao segurado FULVIO JOEL BAPTISTA FRAGOZO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Desenhista, Grupo Ocupacional 04, Nível I, Classe G, matrícula nº 13960, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5809/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 6773/2014**

PORTARIA Nº 6773, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de novembro de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada ZELIA DO CARMO DE PAULA DRECHSLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional Operacional 01, Nível I, Classe F, matrícula nº 10390, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6455/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 6774/2014**

PORTARIA Nº 6774, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de novembro de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada TELMA DE CARVALHO, ocupante do cargo de provimento efetivo Especialista em Assuntos Educacionais, Grupo Ocupacional Gestão Educacional, Nível II, Classe F, matrícula nº 2670, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5678/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 6775/2014**

PORTARIA Nº 6775, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de novembro de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada ANEMARI VIDAL TEIXEIRA TISSI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 04, Nível I, Classe H, matrícula nº 690, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6212/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 6808/2014**

PORTARIA Nº 6808, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede Reclassificação

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do item 9.7 do Edital de Concurso Público nº 001/2012,

RESOLVE:

Conceder reclassificação para ANA CLAUDIA ZANELATTO, aprovada em 4º lugar no Concurso Público nº 001/2012 para o cargo 3206 - Professor de Teclado/Teoria, passando para 8º lugar, conforme Processo nº 7117 de 04 de novembro de 2014.

São Bento do Sul, 04 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 6809/2014**

PORTARIA Nº 6809, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - RITO SUMÁRIO E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 149, 159 e

160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que conta no Processo Administrativo nº 4989/2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar - Rito Sumário, a fim de apurar suposta infração disciplinar atribuída a empregada pública GISLAINE VIANA PADILHA, matrícula funcional nº 39630, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 4989/2014, não comparece ao trabalho e não apresenta auxílio-doença concedido pelo INSS que comprove sua incapacidade laborativa, desde o dia 18 de junho de 2014 até a presente data, ato que se enquadra na conduta descrita no artigo 482, alínea "i", da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, caracterizando ABANDONO DE EMPREGO, e artigo 143, incisos II - ABANDONO DE CARGO e III - INASSIBUIDADE HABITUAL, da Lei Municipal nº 228/2001, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I - Lucyana Medeiros Simões de Almeida, administradora, matrícula nº 36631

II - Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III - Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a servidora acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 144 da Lei 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 30 (trinta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 15 (quinze) dias, nos termos legais.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 6810/2014**

PORTARIA Nº 6810, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

Exonera Assessor Jurídico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

EXONERAR, a partir de 01 de novembro de 2014, PIERRE ANDRADE DOS SANTOS, do cargo de Assessor Jurídico, na Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 6811/2014**

PORTARIA Nº 6811, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

Exonera Assessor de Gabinete

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

EXONERAR, a partir de 01 de novembro de 2014, THIAGO HILGENSTIELER, do cargo de Assessor de Gabinete, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 6812/2014**

PORTARIA Nº 6812, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

Nomeia Assessor Jurídico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

**RESOLVE:**

NOMEAR, a partir de 01 de novembro de 2014, THIAGO HILGENSTIELER, n

o cargo de Assessor Jurídico, na Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**LISTAGEM PORTARIAS Nº 11/2014**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6749, de 30 de outubro de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 30 de outubro de 2014. Juliana Pires. Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 04, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 6750, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 03/10/2011 a 02/10/2014. Adriana Pinheiro Lisboa. Médico Radiologista. SEMUS.

Portaria nº 6751, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 04/10/2011 a 03/10/2014. Simone Grein. Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 6752, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 05/10/2011 a 04/10/2014. Ricardo Callado.



Arquiteto e Urbanista. SEPLU.

Portaria nº 6753, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 04/10/2011 a 06/10/2014. Denis Bini. Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 6754, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 05/10/2011 a 08/10/2014. Susamar Ferreira da Silva. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 6755, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 07/10/2011 a 09/10/2014. Cristiane Kavalieris Galvão Ternes. Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 6756, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 10/10/2011 a 11/10/2014. Heloisa Karina Sestren. Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 6757, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 11/10/2011 a 11/10/2014. Marcio Eduardo Bileski. Vigia - em extinção. SEMED.

Portaria nº 6758, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 07/10/2011 a 13/10/2014. Raquel Weber Ies. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 6759, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 13/10/2011 a 13/10/2014. Shane Adrasteia Saggaz. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 6760, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 07/10/2011 a 16/10/2014. Andreia Fuckner. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 6761, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 11/10/2011 a 16/10/2014. Manuel Rodriguez Del Olmo. Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 6762, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 14/10/2011 a 17/10/2014. Rosemari Alves Vieira Vitaczik. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 6763, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 18/10/2011 a 17/10/2014. Ailton dos Santos. Auxiliar de Operações. EMHAB.

Portaria nº 6764, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 18/10/2011 a 17/10/2014. Jessica Vanessa Bruesky. Recepcionista. SEMOB.

Portaria nº 6765, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 17/10/2011 a 18/10/2014. Karine Gomes. Recepcionista. SEMUS.

Portaria nº 6766, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 13/10/2011 a 23/10/2014. Deborah Daphene Ilg. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 6767, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 24/10/2011 a 23/10/2014. Regina Batista Miguel Benittez. Odontólogo -ESF. SEMUS.

Portaria nº 6768, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 20/10/2011 a 28/10/2014. Daiane Ferreira Gomes. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 6769, de 30 de outubro de 2014. Conclui Estágio Probatório, período 17/10/2011 a 30/10/2014. Tatyana Sarah Batista Susin. Odontólogo Endodontista. SEMUS.

Portaria nº 6777, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 02 de março de 2014, da Classe C para Classe D. Silvane Martins Siqueira Szezemeta. Auxiliar de Consultório Dentário. Grupo Ocupacional 03. Nível III. SEMUS.

Portaria nº 6779, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 03 de outubro de 2014, da Classe F para Classe G. Marcelo Leandro Neneve. Odontólogo. Grupo Ocupacional 07. Nível IV. SEMUS.

Portaria nº 6780, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 06 de outubro de 2014, da Classe F para Classe G. Veronica Andraski Pinheiro. Auxiliar de Serviços. Grupo Ocupacional 01. Nível III. SEMUS.

Portaria nº 6781, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 11 de outubro de 2014, da Classe B para Classe C. Amarildo Cabral da Silva. Motorista II - em extinção. Grupo Ocupacional 04. Nível II. SEMOB.

Portaria nº 6782, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 11 de outubro de 2014, da Classe E para Classe F. Augusto Lourenço. Auxiliar de Operações. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 6783, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 16 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Luciane Mary Koch Scatolon. Terapeuta Ocupacional. Grupo Ocupacional 05. Nível II. SEMUS.

Portaria nº 6784, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Adriana Bombassaro Zanella. Nutricionista. Grupo Ocupacional 05. Nível I. SECAD.

Portaria nº 6785, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Arnaldo Schoeffel. Motorista II- em extinção. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 6786, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Denise Reusing. Odontólogo. Grupo Ocupacional 07. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 6787, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Everaldo Zoellner. Operador de Máquina I - em extinção. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 6788, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Ilario Luis Schroder. Operador de Máquina I - em extinção. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 6789, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Jackson Goto. Médico Clínico Geral. Grupo Ocupacional 08. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 6790, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. José Renato Nianas. Motorista II - em extinção. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 6791, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor

Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Juliane Maria Schmidt. Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível I. GAPRE.

Portaria nº 6792, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Karin Marly Zschoerper. Farmacêutico. Grupo Ocupacional 05. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 6793, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Lino Tascheck. Auxiliar de Operações. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 6794, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Marco Antonio Bork Roesler. Odontólogo. Grupo Ocupacional 07. Nível II. SEMUS.

Portaria nº 6795, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Mariane Schneider. Auxiliar de Consultório Dentário. Grupo Ocupacional 03. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 6796, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Mario do Monte. Pedreiro. Grupo Ocupacional 02. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 6797, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe B para Classe C. Odair de Paula Mainaroski. Motorista II - em extinção. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 6798, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Osvaldo Flabio da Silva. Pedreiro. Grupo Ocupacional 02. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 6799, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Paulo Rosa. Operador de Máquina I - em extinção. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 6800, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Sebastião Pykosz. Motorista II - em extinção. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SEMOB.

Portaria nº 6801, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 18 de outubro de 2014, da Classe G para Classe H. Sidnei Carlos Silverio. Motorista. Grupo Ocupacional 03. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 6802, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 21 de outubro de 2014, da Classe A para Classe B. Claudia Beleski Carneiro. Odontólogo - ESF. Grupo Ocupacional 07. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 6803, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 25 de outubro de 2014, da Classe E para Classe F. Harold Raetsch. Médico Clínico Geral. Grupo Ocupacional 08. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 6804, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 25 de outubro de 2014, da Classe B para Classe C. Luiz Lindomar Ferreira. Técnico em Enfermagem. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 6805, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público por avaliação de Desempenho, a partir de 31 de outubro de 2014, da Classe F para Classe G. Andrea Soares Bueno de Freitas. Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SEMUS.

Portaria nº 6806, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 06 de agosto de 2014, da Classe E para Classe F. Mariano Tschoeke. Assistente Administrativo. Grupo Ocupacional 04. Nível I. SECAD.

Portaria nº 6807, de 03 de novembro de 2014. Promove Servidor Público, a partir de 16 de outubro de 2014, da Classe F para Classe G. Alexandre Cielusinski. Auxiliar de Operações. Grupo Ocupacional 01. Nível I. SEMOB.

São Bento do Sul, 07 de novembro de 2014.  
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIAS/SEMED Nº 1146 A 1200/2014**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1146, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Liliane Aparecida Lopes Lourenço. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1147, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Claudineia Pscheidt Muhlbauer. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1148, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Michele Maros. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1149, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Sandra Regina Majewski Jantsch. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1150, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Sonia Girardi. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1151, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Joseli Schvarz. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1152, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Carolina dos Santos. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1153, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Joanita Maguerovski Ferreira. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1154, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Clarice Stiegler. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1155, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Solange Juver Kaisekamp. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1156, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Elisete Aparecida Vaz. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1157, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Geisi Kirschbauer. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1158, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Sheila dos Santos Pereira. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1159, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Luana Augustin. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1160, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Angela Maria Cutas. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1161, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Andreia Bruske. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1162, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Alessandra Aparecida Luiz. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1163, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Regina Alves. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1164, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Simone Schöffel. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1165, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Ana Paula Petreça. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1166, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Naiara Bonett de Andrade. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1167, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Neusa Rodrigues dos Santos. Atendente Educativo.



Portaria/SEMED nº 1168, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Elidiane Alves de Lima. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1169, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Virginia Yumi Okuhara Ortega. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1170, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Elenita Xavier Paes Salvatti. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1171, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Viviane de Campos Schreiner. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1172, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Cintia Karine Zomer. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1173, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Shirlei Fagundes. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1174, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Ivone Labas Malinoski. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1175, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Diana Aparecida de Anhaia. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1176, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Isabel Cristina de Souza Salzbron. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1177, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Andreia Clea Martins Correa Conceição. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1178, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Ana Maria Eiselt Weiss. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1179, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Josiane Fleischmann Nojekovski. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1180, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Aniele Diener da Costa. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1181, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Francisca Juliana Sales Rodrigues. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1182, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Irene da Silva Martins. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1183, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Simone da Silva Rego Margoti. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1184, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Rose Aparecida Gutier Correa. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1185, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Josiane Regina Iankoski Ferreira Zambello. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1186, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Simone Graciela Knop Buchinger. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1187, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Sandra Volinger dos Santos Woiciechoski. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1188, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Adriana de Mira Caldas. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1189, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Jaqueline Soraia Amorim Tabert. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1190, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Jean Paulo Gomes da Conceição. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1191, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Thiago Rodrigues. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1192, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Rafael Korber. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1193, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Kelly Myucha Moes Messias. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1194, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Jucélia Maria Ferreira de Lima Rosá. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1195, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Regiane Malinowski Hartz. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1196, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Jeane Marli Pinheiro Liebl. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1197, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Mauricir Lourenço da Silva. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1198, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Marielle Pruess. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1199, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Tatiane Olenik Peschiski. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1200, de 28 de outubro de 2014. Concede Lotação. Caroline Angelica Pasini Roesler. Professor Anos Finais.

ALCIONE TERESINHA HINKE  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## **EDITAL Nº 002/2014 - DE ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO TEMPORÁRIO**

EDITAL Nº 002/2014 - DE ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO TEMPORÁRIO

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS DE PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO TEMPORÁRIO DO QUADRO DE SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL

A Secretaria Municipal de Educação torna público que realizar-se-á neste Município de São Bento do Sul - SC, Processo de Atribuição de Exercício Temporário, do quadro de servidores efetivos desta Secretaria para uma e/ou mais Unidades Escolares, respeitado o porte de cada Unidade Escolar, de acordo com a Lei nº 1452 de 29 de novembro de 2005 e pelas normas estabelecidas neste Edital.

### **1 - DO OBJETO**

O objeto do presente Edital consiste no Processo de Atribuição de Exercício Temporário, do quadro de servidores efetivos da Secretaria Municipal de Educação para uma ou mais Unidades Escolares, respeitada a carga horária do funcionário e o porte de cada Unidade Escolar, para ajustamento do quadro de pessoal, à vista da reorganização do quadro de vagas, para execução dos serviços de cada Unidade Escolar, a seguir mencionados:

- I - Cargo de Professor Ensino Fundamental - Anos Iniciais;
- II - Cargo de Professor Ensino Fundamental - Anos Finais;
- III - Cargo de Professor Educação Infantil.

### **2 - DAS INSCRIÇÕES**

2.1 - As inscrições estarão abertas no período de 10 a 18 de novembro de 2014, das 8 horas às 12 horas e das 13h30min às 17 horas, na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Benjamin Constant, 120 - Centro, São Bento do Sul/SC.

2.2 - O servidor deverá preencher a ficha de inscrição (modelo próprio), fornecida no ato da inscrição, anexando cópia dos seguintes documentos:

- a) Atestado de Tempo de Serviço efetivo expedido pelo Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Administração da Prefeitura de São Bento do Sul;
- b) Cursos de Capacitação, Aperfeiçoamento e/ou atualização na disciplina e/ou área que atua referentes aos anos de 2012, 2013 e 2014 (cópia autenticada ou cópia com o Original).

2.3 - A adulteração ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado pelo candidato, verificado a qualquer tempo, o eliminará do Processo.

2.4 - Cada servidor terá direito a apenas uma inscrição, por cargo ocupado.

2.5 - A classificação será publicada na Secretaria de Educação, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, no dia 25 de novembro de 2014.

2.6 - O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da

data de divulgação do resultado final, para entrar com pedido de reconsideração da classificação, em recurso dirigido a Comissão Organizadora, que o julgará em igual período.

2.7 - São requisitos para inscrição neste Processo ser servidor efetivo do quadro de pessoal desta Prefeitura e lotado na Secretaria Municipal de Educação.

### 3 - DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E/OU ATUALIZAÇÃO

3.1 Serão considerados para efeitos deste edital os certificados que constam:

- 3.1.1 Registro da Unidade Executora;
- 3.1.2 Carga horária igual ou superior a 8 horas;
- 3.1.3 Conteúdo Programático.

### 4 - DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 - O cargo de professor será agrupado por área de atuação e nível de acordo com sua formação a seguir mencionados:

- a) Grupo 1 - Doutorado;
- b) Grupo 2 - Mestrado;
- c) Grupo 3 - Especialização;
- d) Grupo 5 - Licenciatura Plena;
- e) Grupo 6 - Magistério mais Adicional;
- f) Grupo 7 - Magistério;
- g) Grupo 8 - Professores não titulados.

4.2 - A classificação final será em ordem do maior para o menor de acordo com a somatória total dos pontos considerando:

- 4.2.1 Tempo de Serviço: 01 (um) ponto por mês trabalhado, considerando a fração de 16 (dezesesseis) dias ou mais como um mês;
- 4.2.2 Cursos de Capacitação, Aperfeiçoamento e/ou atualização: 01 (um) ponto para cada 40 horas de curso, considerando a somatória de todos os cursos apresentados, referente aos anos 2012, 2013 e 2014.

4.3 - Ocorrendo empate na classificação, terá preferência o candidato que for mais idoso.

### 5 - DAS VAGAS

5.1 - O número de vagas de cada cargo e área e ou disciplina será de acordo com o porte de cada Unidade Escolar.

5.2 - O quadro de vagas (vagas vinculadas) será fixado na Secretaria Municipal de Educação no dia 28 de novembro de 2014.

### 6 - DA ESCOLHA DE VAGA

6.1 - A escolha de vagas se dará no Auditório da Secretaria Municipal de Educação, no dia 05 de dezembro de 2014 a partir das 8h30min.

6.2 - Os servidores que não comparecerem no dia e horário estabelecidos, perderão o direito de escolha previsto neste Edital, ficando sujeitos a indicação da Comissão Organizadora, ao final de todo o processo.

6.3 - Escolhida a vaga, o servidor terá Atribuição de Exercício Temporário para o ano letivo de 2015, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2015, na Unidade Escolar escolhida.

6.4 - Os atos do resultado final serão publicados na imprensa oficial.

### 7 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

7.1 - Caberá previamente ao Setor de Recursos Humanos realizar o levantamento do tempo de serviço dos servidores inscritos para a Atribuição de Exercício Temporário.

7.2 - O candidato, ao preencher e assinar a sua ficha de inscrição declara-se ciente e de acordo com todas as normas do presente Edital.

7.3 - Os professores lotados na Secretaria de Educação que não efetuarem a inscrição estarão automaticamente inscritos, considerando apenas o tempo de serviço como critério de classificação.

7.4 - O presente Processo será realizado e coordenado sob a responsabilidade de Comissão Organizadora, designada pela Secretaria de Educação.

7.5 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

São Bento do Sul, 04 de novembro de 2014.

ALCIONE TERESINHA HINKE

Secretária Municipal de Educação

## **EDITAL Nº 003/2014 - DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, REMOÇÃO E OU LOTAÇÃO POR CONCURSO E REMOÇÃO POR PERMUTA**

EDITAL Nº 003/2014 - DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, REMOÇÃO E/OU LOTAÇÃO POR CONCURSO E REMOÇÃO POR PERMUTA

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS DE PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, REMOÇÃO E OU LOTAÇÃO POR CONCURSO E REMOÇÃO POR PERMUTA DO QUADRO DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL

A Secretaria Municipal de Educação torna público que realizar-se-á neste Município de São Bento do Sul - SC, Processo de Alteração de Carga Horária, Remoção e/ou Lotação por Concurso e Remoção por Permuta, do quadro de servidores efetivos desta Secretaria, respeitando o porte de cada Unidade Escolar, de acordo com a Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001, Lei nº 945, de 28 de maio de 2004 e suas alterações, Lei nº 1452, de 29 de novembro de 2005 e Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011 e pelas normas estabelecidas neste edital.

### 1. DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Edital consiste no Processo de Alteração de Carga Horária (aumento ou redução), Remoção e/ou Lotação por concurso e Remoção por permuta, do quadro dos servidores efetivos da Secretaria Municipal de Educação respeitada a carga horária do funcionário e o porte de cada Unidade, para ajustamento do quadro de pessoal, à vista da reorganização do quadro de vagas, para execução dos serviços de cada Unidade Escolar.

1.1.1 Por alteração de carga horária entende-se a ampliação ou redução da jornada de trabalho, e somente se dará mediante a existência de vagas e após parecer da Secretaria Municipal de Educação.

1.1.2 A remoção e ou lotação por concurso se dará mediante inscrição e classificação dos inscritos, respeitando a existência de vagas.

1.1.3 A remoção por permuta se processará por consenso de ambos os interessados, desde que ocupantes do mesmo cargo, com mesma carga horária.

1.2 Poderão se inscrever para o processo de alteração de carga horária os cargos de professor de educação infantil e ensino

fundamental Anos Iniciais e Anos Finais.

1.2.1 O requisito para a ampliação de carga horária é a existência de vagas e interesse da Secretaria Municipal de Educação, através de parecer, conforme art. 43 da Lei nº 945/2004.

1.2.2 O requisito para redução de carga horária é a aprovação em estágio probatório e interesse da Secretaria Municipal de Educação, através de parecer, conforme art. 44 da Lei nº 945/2004.

1.3 Poderão se inscrever para os processos de remoção e ou lotação por concurso e remoção por permuta, os seguintes cargos:

- I - Professor
- II - Especialista em Assuntos Educacionais
- III - Secretária de Escola
- IV - Auxiliar de Biblioteca
- V - Atendente Educativo

1.3.1 São requisitos para inscrição nos processos de remoção e ou lotação por concurso e remoção por permuta, ser servidor efetivo do quadro de pessoal desta Prefeitura, lotado na Secretaria Municipal de Educação em Unidade Escolar.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições estarão abertas no período de 10 a 18 de novembro de 2014.

2.1.1 Para os processos de alteração de carga horária (redução ou ampliação) e remoção por permuta, as inscrições se darão por meio de requerimento, protocolado pelo servidor no setor de Protocolo da Prefeitura, durante o horário de expediente (8h00min - 17h00min).

2.1.2 Para o processo de remoção e ou lotação por concurso, o servidor deverá preencher a ficha de inscrição (modelo próprio), fornecida no ato da inscrição, na Secretaria Municipal de Educação - das 8h às 12h e das 13h30min às 17h - anexando cópia dos seguintes documentos:

- a) Atestado de Tempo de Serviço efetivo expedido pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração da Prefeitura de São Bento do Sul;
- b) Cursos de Capacitação, Aperfeiçoamento e/ou atualização na disciplina e/ou área que atua, realizados nos anos de 2012, 2013 e 2014 (cópia autenticada ou cópia com o original).

2.2 A adulteração ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado pelo candidato, verificado a qualquer tempo, o eliminará do Processo.

## 3. DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E/OU ATUALIZAÇÃO

3.1 Serão considerados para efeitos do processo de remoção e ou lotação por concurso, os certificados que constam:

- 3.1.1 Registro da Unidade Executora;
- 3.1.2 Carga horária igual ou superior a 8 horas;
- 3.1.3 Conteúdo Programático.

## 4. DA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE REMOÇÃO E OU LOTAÇÃO POR CONCURSO

4.1 Para classificação do processo de remoção e ou lotação por concurso, os cargos de Professor e Especialista em Assuntos Educacionais serão agrupados por área de atuação e nível de acordo com sua formação a seguir mencionados:

- a) Grupo 1 - Doutorado;
- b) Grupo 2 - Mestrado;
- c) Grupo 3 - Especialização;
- d) Grupo 4 - Licenciatura Plena;
- e) Grupo 5 - Magistério mais Adicional;
- f) Grupo 6 - Magistério;
- g) Grupo 7 - Professores não titulados.

4.2 Os cargos de Atendente Educativo serão agrupados por classes:

- a) Grupo 1 - Especialização;
- b) Grupo 2 - Magistério ou Licenciatura em Pedagogia;
- c) Grupo 3 - Ensino Médio.

4.3 A classificação final será em ordem do maior para o menor de acordo com a somatória total dos pontos considerando:

- 4.3.1 Tempo de Serviço: 01 (um) ponto por mês trabalhado, considerando a fração de 16 (dezesseis) dias ou mais como um mês;
- 4.3.2 Cursos de Capacitação, Aperfeiçoamento e/ou atualização: 01 (um) ponto para cada 40 horas de curso, considerando a somatória de todos os cursos apresentados.

4.4 Ocorrendo empate na classificação, terá preferência o candidato que for mais idoso.

4.5 Os professores de Anos Iniciais e de Educação Infantil serão classificados em uma lista única, considerando que ambos os cargos possuem habilitação para Educação Infantil.

4.6 A classificação do processo de remoção e ou lotação por concurso, será afixada no mural na Secretaria de Educação, no dia 25 de novembro de 2014, bem como publicada no Diário Oficial.

4.6.1 O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data de divulgação do resultado, para entrar com pedido de reconsideração da classificação, em recurso dirigido a Comissão organizadora, que o julgará em igual período.

4.6.2 A classificação final será afixada no mural da Secretaria de Educação, no dia 28 de novembro de 2014.

## 5. DAS VAGAS

5.1 O número de vagas de cada cargo, área e/ou disciplina será de acordo com o porte de cada Unidade Escolar.

5.2 O quadro de vagas do processo de remoção e ou lotação por concurso será fixado no mural da Secretaria Municipal de Educação no dia 28 de novembro de 2014.

## 6. DA ESCOLHA DE VAGA DO PROCESSO DE REMOÇÃO E OU LOTAÇÃO POR CONCURSO E DOS RESULTADOS

6.1 A escolha de vagas para os inscritos no processo de remoção e ou lotação por concurso se dará no Auditório da Secretaria Municipal de Educação, nos dias 03 e 04 de dezembro de 2014, nos seguintes horários:

- I - em primeira chamada, às 8h30min do dia 03 de dezembro de 2014, para os Auxiliares de Biblioteca;
- II - em primeira chamada, às 8h45min do dia 03 de dezembro de 2014, para as Secretárias de Escola;
- III - em primeira chamada, às 9h do dia 03 de dezembro de 2014, para os Especialistas em Assuntos Educacionais;
- IV - em primeira chamada, às 9h15min do dia 03 de dezembro de 2014, para os Atendentes Educativos;
- V - em segunda chamada, no dia 03 de dezembro de 2014, às 10h, para os cargos de Auxiliar de Biblioteca, Secretária de Escola, Especialista em Assuntos Educacionais e Atendente Educativo;
- VI - em primeira chamada, às 13h30min do dia 03 de dezembro de 2014, para os professores Anos Iniciais e Educação Infantil;
- VII - em segunda chamada, às 15h30min do dia 03 de dezembro de 2014, para os professores Anos Iniciais e Educação Infantil;
- VIII - em primeira chamada, às 8h do dia 04 de dezembro de 2014, para os professores Anos Finais;
- IX - em segunda chamada, às 10h do dia 04 de dezembro de 2014, para os professores de Anos Finais.

6.2 O resultado dos pedidos de redução de carga horária será

divulgado no dia 28 de novembro de 2014 na Secretaria de Educação.

6.3 O resultado dos pedidos de ampliação de carga horária, bem como a escolha de vagas, se dará no dia 04 de dezembro de 2014, às 14h, no Auditório da Secretaria de Educação, na presença dos inscritos.

6.3.1 Havendo a necessidade, serão considerados habilitação e tempo de serviço para fins de desempate.

6.4 O resultado dos pedidos de remoção por permuta será afixado no mural da Secretaria de Educação no dia 28 de novembro de 2014.

6.5 O quadro de vagas para a primeira chamada será única e exclusivamente o publicado na Secretaria Municipal de Educação.

6.6 O quadro de vagas para a segunda chamada será o saldo não escolhido na primeira chamada, acrescido das vagas abertas em Unidades Escolares pela escolha de nova lotação dos servidores em primeira chamada.

6.7 Só poderá participar da segunda chamada o servidor que não escolher vaga na primeira chamada.

6.8 Os servidores que não comparecerem no dia e horário, perderão o direito de remoção e/ou Lotação previsto neste Edital.

6.9 Os professores de Anos Iniciais e Educação Infantil terão direito a escolha de vaga conforme habilitação do cargo.

## 7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

7.1 Caberá ao Setor de Recursos Humanos realizar o levantamento do tempo de serviço dos servidores.

7.2 O candidato, ao preencher e assinar a sua ficha de inscrição declara-se ciente e de acordo com todas as normas do presente Edital.

7.3 Os presentes processos serão realizados e coordenados sob a responsabilidade de Comissão Organizadora, designada pela Secretária de Educação.

7.4 A relação do resultado final dos processos será homologada pela Secretária de Educação e afixado no mural da Secretaria de Educação, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2015.

7.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

São Bento do Sul, 04 de novembro de 2014.

ALCIONE TERESINHA HINKE  
Secretária Municipal de Educação

## SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 80/2014

Pregão Presencial nº 80/2014

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 80/2014

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 18 de novembro de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de tubos, conexões e válvulas para EAT-Elevatória de Água Tratada.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

(44) 4.4.90.30 - Setor de Abastecimento de Água - Exercício Vigente.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 06 de novembro de 2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 79/2014

Carta Convite nº 79/2014

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 79/2014

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993, que receberá até as 09:30 horas do dia 17 de novembro de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO:

Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para execução de diversos projetos executivos em vários setores operacionais do SAMAE de São Bento do Sul.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

(71) 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações - Setor de Saneamento Geral - Exercício Vigente.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o



Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2014.  
OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

### CÂMARA MUNICIPAL

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 018/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 018/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 019/2013 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Betha Sistemas Ltda.

Considerando o término da vigência do contrato em 31 de outubro de 2014, que tem por objeto a contratação de empresa em relação aos serviços de licença de uso de solução para gestão pública informatizada pelo período de 12 meses para os softwares de contabilidade pública, compras e licitações, patrimônio, folha de pagamento e portal da transparência, se faz necessária a prorrogação do contrato por mais doze meses a contar de 03 de novembro de 2014 a 02 de novembro de 2015, totalizando o valor corrigido de R\$ R\$ 18.061,56 (Dezoito mil, sessenta e um reais e cinquenta e seis centavos). As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo, firmado em 01 de novembro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2014.  
César Augusto Accorsi de Godoy  
Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

Ilse Cristina de Souza  
pela Empresa Contratada

## São Joaquim

### PREFEITURA

#### PREGÃO 56/2014 COMBUSTÍVEL E ANTIPOLUENTE PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº95/2014

Pregão Presencial 56/2014 (Registro de preço)

Objeto: Aquisição de Combustível e Antipoluento para Frotas das Secretarias Municipais

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 18/11/2014 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 1.539.400,90

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail [pmsj\\_licitacao@hotmail.com](mailto:pmsj_licitacao@hotmail.com) ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 06 de novembro de 2014  
Humberto Luiz Brighenti  
Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 26/2014 - SSDST

PORTARIA Nº. 26/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Trânsito, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 28 de agosto de 2014,

#### RESOLVE:

- Art. 1º Ficam designados os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Trânsito, conforme previsto no § 3º, do Art. 5º, do Decreto nº 3125, de 28 de agosto de 2014, em substituição a servidora Eloisa Vieira - matrícula 15759, por questões de foro íntimo:

- Wagner Niehus - matrícula 15715
- Deiko Lima e Silva - matrícula 13697
- Cláudia Gomes - matrícula 19019

Art. 2º Os membros Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 28 de agosto de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues  
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

### LEI N.º 5.445 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir o Crédito Adicional Especial, até a importância de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), criando junto ao Orçamento do Município de São José para o exercício de 2014, nova Ação (Projeto) e terá a seguinte classificação.

No órgão e Na Unidade Orçamentária:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA  
02.02 - SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

O Projeto:

02.02.15.451.0106.1.554 - Implantação e Revitalização, incluindo a Drenagem e Saneamento de Áreas Públicas de Lazer, Esportiva e de Convivência no Município de São José.

Os Elementos de Despesas, as Fontes de Recursos e seus respectivos valores:

3.3.90.30.00.00.0059 - Material de Consumo, Recursos do Contrato/PMSJ-CEF/192/2014 .....	R\$ 200.000,00
3.3.90.39.00.00.0059 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos do Contrato/PMSJ-CEF/192/2014 .....	R\$ 200.000,00
4.4.90.35.00.00.0059 - Serviços de Consultoria, Recursos do Contrato/PMSJ-CEF/192/2014 .....	R\$ 200.000,00
4.4.90.39.00.00.0059 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos do Contrato/PMSJ-CEF/192/2014 .....	R\$ 200.000,00
4.4.90.51.00.00.0059 - Obras e Instalações. Recursos do Contrato/PMSJ-CEF/192/2014 .....	R\$ 5.200.000,00
Total do Órgão .....	R\$ 6.000.000,00
Total do Crédito .....	R\$ 6.000.000,00

Art. 2º - Os recursos na ordem de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, autorizado na forma disposta no artigo 1º desta Lei, correrão à conta do Provável Excesso de Arrecadação os quais serão consignados no Orçamento do Município de São José na Fonte de Recursos 59 - Recursos do Contrato/PMSJ-CEF/192/2014, instrumento celebrado entre o Município de São José e a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de centralização e processamento dos valores da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, da Prefeitura, dos fundos, das fundações e da autarquia São José Previdência.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de outubro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 025/2014 - HABILITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 025/2014 - HABILITAÇÃO - Processo nº 279/2014 Objeto: Contratação de empresa para execução da ampliação de 03 salas de aula, sanitário infantil, despesa, pátio coberto e refeitório, do CEI Antônio de Quadros, Serraria, Município de São José/SC. EMPRESAS HABILITADAS: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA; MUNDIAL SERVIÇOS LTDA - EPP; e CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI - EPP. EMPRESAS INABILITADAS: TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2014 - PE 047/2014

- Processo 122/2014 - Fornecedor: TRACTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de camisetas para serem utilizadas nas unidades escolares, Secretaria Municipal de Educação e Projeto Bandas e Fanfarras do Município de São José/SC. Valor Total: R\$51.300,00 - cinquenta e um mil e trezentos reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 01 de setembro de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2014 - PR 036/2014 - Processo 137/2014 - Fornecedor: Gizele Regina da Silva ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de café, leite, açúcar e bolachas, para atender as Secretarias, Fundos e Fundações da Prefeitura Municipal de São José/SC. Valor Total: R\$31.696,05 - trinta e um mil, seiscentos e noventa e seis reais e cinco centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 01 de outubro de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

**DECRETO Nº 3385/2014**

DECRETO Nº 3385/2014  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. SUZANA SENNA BOUSFIELD para exercer o cargo de Secretário de Saúde - SM, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto N.º 2986 de 07 de agosto de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de novembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**REABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2014 - Processo nº 265/2014 Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da cobertura de quadras existentes dos CEM's Santa Anna (12,00 x 15,00 mts), Jardim Solemar (10,00 x 15,00 mts) Renascer5 (15,00 x 25,00 mts) e Morar Bem (20,00 x 30,00 mts) pertencentes à Secretaria de Educação do Município de São José/

SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 25 de novembro de 2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 25 de novembro de 2014, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

**DECRETO Nº 3375/2014**

DECRETO Nº 3375/2014  
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder à servidora ROSANA MACHADO, matrícula nº 1.762, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de novembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2014 - Processo nº 242/2014. Fornecedor: MEGA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peça, para os veículos tipo micro-ônibus que compõem a frota da Secretaria Municipal de Educação de São José/SC. Percentual de Desconto: 35,00% (trinta e cinco por cento). Valor Máximo (mão de obra / peças): R\$15.330,00 (quinze mil, trezentos e trinta reais) / R\$19.150,00 (dezenove mil, cento e cinquenta reais). Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2014 - Processo nº 168/2014. Fornecedores: W & Z COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA - EPP; e DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar, com fornecimento de peças, para atender a Secretaria de Saúde de São José/SC. Valor Total: 280.299,80 - duzentos e oitenta mil, duzentos e noventa e nove reais e oitenta centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2014 - Processo nº 171/2014. Fornecedores: RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA AG. VIAGENS E TURISMO LTDA; e LAZERTUR TURISMO E LOCAÇÕES LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para eventual prestação de serviços de locação de ônibus, micro-ônibus e van para transporte de atletas da Fundação Municipal de Esporte e Lazer nas competições esportivas. Valor Total: 742.652,80 - setecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2014 - PR 057/2014 - Processo 184/2014 - Fornecedores: I - BRUTHAN COMERCIAL LTDA; II - LAS COMÉRCIO LTDA ME; e III - GIZELE REGINA DA SILVA ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de gêneros alimentícios destinados ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes da Secretaria de Assistência Social do Município de São José/SC. Valor por Fornecedor: I - R\$67.290,00 (sessenta e sete mil, duzentos e noventa reais); II - R\$223.999,04 (duzentos e vinte e três mil, novecentos e noventa e nove reais e quatro centavos); e III - R\$177.200,00 (cento e setenta e sete mil e duzentos reais). Valor Total: R\$468.489,04 - quatrocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e quatro centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 17 de setembro de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

**CONTRATO/CT: Nº 216/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 216/2014 - PR 023/2014 - Processo 105/2014 - Contratado: GUARDA FILA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME. Objeto: Contratação de empresa especializada na locação e prestação de serviço de gerenciamento de filas, para atender ao Setor de Análises Técnicas - SAT, destinado a 1ª Companhia de Bombeiros Militares do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$7.536,00 - sete mil, quinhentos e trinta e seis reais. Data da Assinatura do Contrato: 18 de setembro de 2014.

**PORTARIA NO 005, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014**

portaria no 005, de 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Designa os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 28 de agosto de 2014.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das

atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 28 de agosto de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam designadas as servidoras a seguir relacionadas para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme previsto no §3º do Art. 5º, do Decreto nº 3125, de 28 de agosto de 2014:

- a) Flávia Martins Barreto, matrícula nº 22.712-9;
- b) Cleidimar Aparecida Furlanetto, matrícula nº 22.693; e
- c) Rosiani Caetano Gonçalves, matrícula nº 23.056.

Art. 2º Os membros da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 28 de agosto de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições e observados os prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 24 de outubro de 2014.

NORMA WARMLING

Secretária de Municipal de Assistência Social

**CONTRATO/CT: Nº 224/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 224/2014 - PE 065/2014 - Processo 197/2014 - Contratado: HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - ME. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção para manutenção do sistema viário e diversos serviços da Secretaria de Infraestrutura do Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir deste termo. Valor: R\$116.394,10 - cento e dezesseis mil, trezentos e noventa e quatro reais e dez centavos. Data da Assinatura do Contrato: 07 de outubro de 2014.

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.485, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 5.485, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014  
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pelo Art. 69, Inciso X, da Lei orgânica Municipal, especialmente aquelas contidas no Edital de Concurso Público nº. 001/2014:

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições relativas ao Edital de Concurso Público Edital nº 001/2014 do Município de São José do Cedro - SC, conforme segue:

ADMINISTRADOR DE CEMITÉRIO - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16837	AGENOR ANTÔNIO CARDOSO DA SILVEIRA	HOMOLOGADA
18317	ANA PAULA GALLINA	HOMOLOGADA
16160	BERNADETE TERESINHA ZATTI BIAZUS	HOMOLOGADA
18539	CÉSAR ROGÉRIO EBERT	HOMOLOGADA
10047	CLAUDIOMIR JOEL KLEINIBING	HOMOLOGADA
10772	DAIANE CARLA AMES	HOMOLOGADA
17219	GEOVANI RODRIGUES DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
13699	JAQUELINE VON BORSTEL MALLMANN	HOMOLOGADA
8566	JOSÉ ANTÔNIO BERWIAN	HOMOLOGADA
12124	MAICON JOEL CONTE	HOMOLOGADA
12716	MARCIA MARISA DELAZARI POSTAY	HOMOLOGADA
12151	MARIA EDUARDA DA SILVA RIBEIRO	HOMOLOGADA
16425	VILMAR JOSÉ REIMANN	HOMOLOGADA
AGENTE ADMINISTRATIVO - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
8572	ADRIANA PEREIRA DA SILVA WEBLER	HOMOLOGADA
17656	ANA PAULA BOGORN	HOMOLOGADA
17034	ANA PAULA PESENTE	HOMOLOGADA
16979	ANDRENIZE BECKER	HOMOLOGADA
18608	BRUNA ANZOLIN	HOMOLOGADA
18153	CLECIR BRUN	HOMOLOGADA
12726	DAIANY FERNANDA TREVISOL	HOMOLOGADA
11280	DANIELA ALVES RIGHI	HOMOLOGADA

15749	DEBORA CEROLI	HOMOLOGADA
16655	DEISE DANIELA DAS-SOLER	HOMOLOGADA
13725	DIEGO MEOTTI	HOMOLOGADA
17331	ELCIO LUIZ BISUTTI	HOMOLOGADA
14959	FABIANE SCHWAB	HOMOLOGADA
10853	FRANCEILLE BAÚ	HOMOLOGADA
16090	GABRIEL CARLET ZANARDI	HOMOLOGADA
17000	GRASIELI DI DOMENICO	HOMOLOGADA
13290	JULIANA SALETE COLLE	HOMOLOGADA
18176	KATIA REGINA JUNGES	HOMOLOGADA
14235	KELI CRISTINA MALDANER	HOMOLOGADA
18253	LETICIA CAROSI	HOMOLOGADA
18023	MAIKEL MARCIEL GIEHL	HOMOLOGADA
14112	MAURO STEFFENS	HOMOLOGADA
18367	MICHELI AGNES	HOMOLOGADA
15002	NATALIA PASQUALON	HOMOLOGADA
12576	NEUSA DUCATTI KUHN	HOMOLOGADA
8773	RAFAEL SANTIN	HOMOLOGADA
17556	RAFAELA PERONDI	HOMOLOGADA
10154	RENAN CHRISTANI	HOMOLOGADA
8656	ROBERTO EURICO FERRAZ	HOMOLOGADA
10352	ROSINHA SCHEIN	HOMOLOGADA
14576	SIMONE BIANCHIN	HOMOLOGADA
12906	SIMONE MARLI NIELSON	HOMOLOGADA
8736	SIMONE TRICHES	HOMOLOGADA
18624	VANESSA INES DE BORTOLI	HOMOLOGADA
18492	VINÍCIUS ROMAN	HOMOLOGADA
ASSISTENTE FINANCEIRO - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
11064	AÉRICA PEREIRA DA SILVA	HOMOLOGADA
9700	AIRTO DE BONA	HOMOLOGADA
9956	ALEXANDRE LUIS GRAF	HOMOLOGADA
18822	ANA CRISTINA PESENTE	HOMOLOGADA
11852	ANDERSON GOTTARDI	HOMOLOGADA
16753	ANDRÉA BULEGON	HOMOLOGADA
13687	ANGELA DA ROSA	HOMOLOGADA
13905	CAIO JÚNIOR RIGOTTI	HOMOLOGADA
16839	CARINA APARECIDA LEMES DE SOUZA	HOMOLOGADA
12999	CARINE INÊS PELISSER	HOMOLOGADA
13533	CAROLINE INES COLLE	HOMOLOGADA
16266	CASSIANO SCHNEIDER	HOMOLOGADA

17302	CATIANE DAL ORSO-LETTA	HOMOLOGADA
17053	CHEILA DAL MAGRO	HOMOLOGADA
16918	CHEILA MARIA MULLER	HOMOLOGADA
15561	CLEBER JUNIOR DE BONA	HOMOLOGADA
18242	CLEOMAR ANTONIO CADO	HOMOLOGADA
17605	DANIEL FERNANDO PETRY	HOMOLOGADA
11484	DANIELA HELENINHA AMMON	HOMOLOGADA
18464	DARLAN ASSIS MORTARI	HOMOLOGADA
8567	DEISI TELOEKEN	HOMOLOGADA
18651	DENIS TELES RODRIGUES	HOMOLOGADA
8646	DEROCIO FELIPE PERONDI MEOTTI	HOMOLOGADA
12573	DJONATAN PAGNO	HOMOLOGADA
17303	EDERSON WEISS	HOMOLOGADA
18828	EDINEIA INES WILLE	HOMOLOGADA
17310	EDINILSON MOACIR KREFTA ARRIAL	HOMOLOGADA
15958	EDIVALDO SIMCH DE VARGAS	HOMOLOGADA
13536	ELIANE MARIA SARTORI	HOMOLOGADA
18794	ELSON BOHNENBERGER	HOMOLOGADA
8615	EUCILCIA POTRICK	HOMOLOGADA
14205	EVALDO JOSÉ GRIEBLER	HOMOLOGADA
15353	FABÍOLA RAQUEL HENN	HOMOLOGADA
8587	FELIPE GRASEL	HOMOLOGADA
10331	FELIPE REINISCH	HOMOLOGADA
16609	FRANCIELE LAZZAROTO	HOMOLOGADA
18173	FRANCIELI BEDIN	HOMOLOGADA
14900	GABRIELA INES KLAUS DA SILVA	HOMOLOGADA
12527	GRACIELA NEUMANN	HOMOLOGADA
16585	JACKELINE CEMBRANI	HOMOLOGADA
10733	JANDIR JOSÉ HARTMANN	HOMOLOGADA
18568	JANETE TEREZINHA RUEDELL	HOMOLOGADA
12619	JAQUELINE ÂNDREA WERLANG	HOMOLOGADA
10039	JEAN CARLO BERWIAN	HOMOLOGADA
14864	JESSICA SCHOMMER	HOMOLOGADA
15824	JHONIMAR CHANADU DA COSTA	HOMOLOGADA
12192	JULIANA INES KERN	HOMOLOGADA
9701	JULIANA PAULA DE-MARCO	HOMOLOGADA
12744	JULIANA WALBER	HOMOLOGADA
17278	JULIANO ANDRÉ HARTMANN	HOMOLOGADA

10253	JULIANO CESAR REOLON	HOMOLOGADA
14669	JULIEL GUERREIRO DO AMARAL DUTRA	HOMOLOGADA
14391	KELLY CRISTINA FAVRETTO ACORSI	HOMOLOGADA
15725	KYNDIA PASQUALON	HOMOLOGADA
8563	LAURA COSTA CURTA	HOMOLOGADA
16386	LEANDRO CAROSI	HOMOLOGADA
18383	LEONARDO JOSÉ PICCOLI PARPINELLI	HOMOLOGADA
11293	LETICIA SANTIN DA SILVA	HOMOLOGADA
18547	LUAN ROSSETTI	HOMOLOGADA
11457	LUANA PAULA LUFT	HOMOLOGADA
14617	LUZENIR MARIA BIZOTTO	HOMOLOGADA
18423	MAIARA ONGARATTO	HOMOLOGADA
11606	MARCELE CRISTINA BRUDER	HOMOLOGADA
10195	MARINA KLAUS	HOMOLOGADA
10963	MARINA SCHONS BRUSAMARELLO	HOMOLOGADA
9908	MARINA ZANETTI DEL SANT	HOMOLOGADA
17146	MARISA DE FATIMA BELLE	HOMOLOGADA
11265	NATASHA GIORGIA ALBERTI	HOMOLOGADA
10146	PATRICIA MALDANER	HOMOLOGADA
18390	RENAN RODOLFO PINHEIRO	HOMOLOGADA
18788	RONALDO SILVA	HOMOLOGADA
18512	ROSANA GONÇALVES	HOMOLOGADA
18330	RUBIA DAIANE GALLIANA	HOMOLOGADA
15219	SUSANA BALBINOT	HOMOLOGADA
14931	SUSANA DE MOURA	HOMOLOGADA
16871	SUZAMAR RAQUEL SCAPIN	HOMOLOGADA
18089	TAILA AVILA BALADORE	HOMOLOGADA
11945	UELITON SALVI	HOMOLOGADA
9086	VANDERLISSE RIBEIRO ALVES	HOMOLOGADA
16858	VANEIDE DOS SANTOS	HOMOLOGADA
18250	VANESSA DE PELLEGRIN	HOMOLOGADA
15837	VANESSA RANCATTI	HOMOLOGADA
16063	VANESSA TREVISAN	HOMOLOGADA
15943	VERONICA JUSSARA ROMIO	HOMOLOGADA
17455	WILDERSON RESENDE DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
ASSISTENTE SOCIAL - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
12273	ALINE ELOISA SCHEU-ERMANN	HOMOLOGADA



14916	ALINE WARTHA	HOMOLOGADA
18370	ANGELITA POLETTO	HOMOLOGADA
13653	ARLEI MARIA NAVA	HOMOLOGADA
14371	ÂNGELA DALTOÉ TREGNAGO	HOMOLOGADA
10210	BRUNA ANTONIETA CAVALHEIRO VARGAS	HOMOLOGADA
8614	CATIANA VEDANA CASALI	HOMOLOGADA
10327	DANIELA TREVISOL BOLDRIN	HOMOLOGADA
8499	DEISE GRALOW	HOMOLOGADA
18457	DIANDRA ANTUNES GOTTARDI	HOMOLOGADA
15478	EDSON FINGER	HOMOLOGADA
10300	ELIANE BAU	HOMOLOGADA
18098	FRANCIELI CONSOLI	HOMOLOGADA
15932	HELENA BEATRIZ AREND FRANCISCO	HOMOLOGADA
12325	INDIANE INÊS SCOPEL	HOMOLOGADA
8544	JAQUELINA FATIMA LOLATO	HOMOLOGADA
8588	JOZANE ANTUNES DE PAULA BARD	HOMOLOGADA
15527	KÁTIA REGINA SOARES	HOMOLOGADA
8624	KELI FERNANDA DE SOUZA OLIVEIRA	HOMOLOGADA
16446	LEILA DE RAMOS PIVETTA	HOMOLOGADA
11034	LISIANE SCHU	HOMOLOGADA
12604	LUANA LEOCADIA DOS SANTOS	HOMOLOGADA
10610	LUCELIA COSTACURTA	HOMOLOGADA
17988	MAELI CRISTINA DOS SANTOS	HOMOLOGADA
15955	MANOELA COZER	HOMOLOGADA
11167	MARCIANE ALTHAUS	HOMOLOGADA
12277	MARTA VON DENTZ	HOMOLOGADA
17277	NADIA COSTACURTA	HOMOLOGADA
8536	NALÚ MARTINI PICOLI	HOMOLOGADA
17029	PRISCILA FUSIEGER	HOMOLOGADA
13302	RAQUEL DAL' ALBA	HOMOLOGADA
16383	SCHEILA CRISTINA KUHN	HOMOLOGADA
17789	SIMONE CARLA BOITO	HOMOLOGADA
17451	SIMONE PATRICIA CORTI	HOMOLOGADA
8573	SUAMI WILHELMS	HOMOLOGADA
18400	TALITA DIVANIR DA ROSA AMES	HOMOLOGADA
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
15729	ALDINHA BASEGGIO	HOMOLOGADA
16378	ALINE CRISTINA DITTRICH	HOMOLOGADA

12568	ANDRESSA SARTORI	HOMOLOGADA
13426	AURIANE DOS SANTOS RUBIN	HOMOLOGADA
17568	ÉDINA GUSTA ZAMBONI	HOMOLOGADA
16876	BRIGIDA ROSA POLI	HOMOLOGADA
9753	CAROLINE KUHN	HOMOLOGADA
12003	CATIANE REGINA LAVALL	HOMOLOGADA
17003	CLEUSA DE FÁTIMA TELLES FANTINELLI	HOMOLOGADA
16044	CRISTIANE GRAFF	HOMOLOGADA
9305	CRISTINA INES GRIEBLER DOTTI	HOMOLOGADA
12392	DAIANE PAVIN	HOMOLOGADA
8664	DANIELA BRUZZO	HOMOLOGADA
12138	DEBORA TREVISOL	HOMOLOGADA
15157	ELAINE TEREZINHA SIMCH	HOMOLOGADA
18389	ELIANE ANA SPIRONELLO FOPPA	HOMOLOGADA
13554	ELISIANE ALVES	HOMOLOGADA
13295	GEOVANE CARINE LIBERALESSO	HOMOLOGADA
16231	GESSI BOLLER	HOMOLOGADA
12458	GISELE HENICKA MIOLA	HOMOLOGADA
18798	ISETE MARIA ULIANA SCHANNE	HOMOLOGADA
8625	JANES PAULA DOS SANTOS	HOMOLOGADA
18807	JANETE MARIA BACKES MÜLLER	HOMOLOGADA
14473	JOCELI ZANETI	HOMOLOGADA
14259	JOVANA NEINAS	HOMOLOGADA
10054	KEILA CIEPLAK	HOMOLOGADA
8501	LAÍS KASPER	HOMOLOGADA
14208	LEDA MARIA BRITZ LUNKES	HOMOLOGADA
18186	LIANE MARIA LUNKES SIMIONI	HOMOLOGADA
16792	MAIDE LUIZA KLEIN ANZOLIN	HOMOLOGADA
10330	MARCIA MARIA FERRONATTO	HOMOLOGADA
18052	MARGARETE LISAKI	HOMOLOGADA
17247	MARINICE MACHADO DA SILVA	HOMOLOGADA
12085	REGÍ DAL'ALBA	HOMOLOGADA
12091	ROSMERI INÊS MATTJE DALLA VECCHIA	HOMOLOGADA
10856	SUELI ZAMBONI	HOMOLOGADA
9693	VIVIANE SMANIOTTO	HOMOLOGADA
AUXILIAR ADMINISTRATIVO - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
12815	AIMONY CAMILLA TECHIO ZANIN	HOMOLOGADA

17777	ALEXANDRE ALVES DE ANHAIA	HOMOLOGADA
10984	ANDRÉ IGOR LAZAROTTO	HOMOLOGADA
11202	ANDREA GRAZIELA DALLA COSTA	HOMOLOGADA
12804	BRUNA CAROLINA REICHERT	HOMOLOGADA
13473	BRUNA SCHAEFER SOVRANI	HOMOLOGADA
9250	BRUNA THALIA DOS SANTOS ROHSSLER	HOMOLOGADA
12486	CARINA CRISTIANE CERIOLI THALHEIMER	HOMOLOGADA
12937	CLAUDIOMAR JOSE MOSCON	HOMOLOGADA
15049	CRISTIANE BARBOSA	HOMOLOGADA
9216	DAIANA PAULA WISNIEWSKI	HOMOLOGADA
14593	DARLAN LUIZ DAS-SOLER	HOMOLOGADA
13073	DÉBORA CRISTINA SANTIN	HOMOLOGADA
18484	DINAY MARTINI PICOLI EBERT	HOMOLOGADA
12978	DIOGO WILIAN LEMES DE SOUZA	HOMOLOGADA
16211	ELIAS DE OLIVEIRA COUTO NETO	HOMOLOGADA
12043	ELOISA FERREIRA WEIAND SPIRONELO	HOMOLOGADA
10990	EVERTON LUIS SIMON ENGEL	HOMOLOGADA
13887	FABIANA DRESCH	HOMOLOGADA
15834	FABIANE MANTELLI	HOMOLOGADA
16249	FAGNER VINICIUS SALVI	HOMOLOGADA
13773	FERNANDA BOSA HART	HOMOLOGADA
12208	FRANCIELI NUNEMACHER	HOMOLOGADA
17900	GRAZIELA TREMARIN	HOMOLOGADA
14332	GUILHERME STEFANELLO	HOMOLOGADA
12958	HELENA FAGUNDES	HOMOLOGADA
9731	HENRIQUE ANTONIO GASPERIN	HOMOLOGADA
15835	JANICE INÊS RIFFEL	HOMOLOGADA
11830	JAQUELINE WAGNER	HOMOLOGADA
18152	JÉSSICA LAZZARI	HOMOLOGADA
18834	JOCIEL ANDRE WENDLING	HOMOLOGADA
18031	JULIANA TEREZINHA BERGMANN	HOMOLOGADA
18075	JULIANE HENDGES	HOMOLOGADA
12488	JULIANE KAUFER	HOMOLOGADA
17269	KARINE MANTOVANI-GREGIANIN	HOMOLOGADA
18002	LEONARDO PICON	HOMOLOGADA
8885	LUAN AURI DOS SANTOS	HOMOLOGADA

16872	LUAN CARLOS PESENTE	HOMOLOGADA
17160	LUCAS DJONI SOARES	HOMOLOGADA
12158	LUCIVANE DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
8638	LUIZ CARLOS MENEZASSI	HOMOLOGADA
13907	MAIARA REGINA BRANCHER	HOMOLOGADA
12936	MAIKELI MAXIMI MUHL	HOMOLOGADA
17458	MARCELA PERONDI	HOMOLOGADA
13631	MARLEI MARIA HOFFMANN	HOMOLOGADA
18870	MARLENE ALVES GARCIA GOMERCINDO	HOMOLOGADA
11232	MARLISE TEREZINHA LIMBERGER PAGNO	HOMOLOGADA
13770	MARLIZETE APARECIDA RAUBER	HOMOLOGADA
12429	MINÉIA STAATS	HOMOLOGADA
18510	NATHAN KERKHOVEN	HOMOLOGADA
14063	ODIRLEI SOLDÁ	HOMOLOGADA
8559	PATRICIA FINCH	HOMOLOGADA
17485	RICARDO TREVISOL	HOMOLOGADA
8836	RUBIA LEBENS	HOMOLOGADA
16096	SANCLÉR EDUARDO ZANOTELLI	HOMOLOGADA
9659	SILIANE SINHORI SCHMITZ	HOMOLOGADA
16888	SIMONE DOS SANTOS	HOMOLOGADA
18733	SIMONE GUZZO	HOMOLOGADA
16306	SINTIA ALBONICO	HOMOLOGADA
16148	SUELY DECARLI	HOMOLOGADA
17871	TAIS KELI BECKENKAMP	HOMOLOGADA
17775	VANDERLEI ROSSA	HOMOLOGADA
14942	WAGNER JESSE WEIAND	HOMOLOGADA
AUXILIAR DE DENTISTA - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16722	ANA CAROLINA ALBERTI	HOMOLOGADA
16017	ANDERSON LUÍS MÜLLER	HOMOLOGADA
16005	CASSIANE DE RITA ANZOLIN WINTER	HOMOLOGADA
11000	EDUARDA BANHARA BORTOLOTTTO	HOMOLOGADA
16455	ELIANE COLLETT SASSO	HOMOLOGADA
10678	GISLAINE BONNA DA SILVEIRA SCHNORR	HOMOLOGADA
18293	JÚLIA FÁVERO SCHMIDT	HOMOLOGADA
15885	JESSICA GUIMARÃES ROSA	HOMOLOGADA
15793	MAIRA MARIA FLACH SPIELMANN	HOMOLOGADA



12246	MARCELI MAYER	HOMOLOGADA
15672	MARLETE LASSEN	HOMOLOGADA
16281	MÁRCIA SIMIONI GOTTARDI	HOMOLOGADA
14878	ROSELI SCHWAB BER- TOLLO	HOMOLOGADA
16776	ROSMARÍ DEMSKI	HOMOLOGADA
17351	SIMONE BOFF	HOMOLOGADA
MÉDICO - ESF - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
8687	ANA PAULA CORRÊIA FERNANDES	HOMOLOGADA
18655	ANDREA BARROS BRI- TO SILVA	HOMOLOGADA
11739	BRUNO CÉSAR DA MATA TORREÃO	HOMOLOGADA
15039	CLAUDIO MULLER PIRES	HOMOLOGADA
14511	DOMINGOS THYAGO RODRIGUES DE OLI- VEIRA	HOMOLOGADA
8629	GUSTAVO BUTZGE RUBENICH	HOMOLOGADA
16326	GUSTAVO FERNANDES VIEIRA GOMES	HOMOLOGADA
16345	HERMES JANESCH	HOMOLOGADA
14815	JÂNIO FERREIRA MU- NIZ DE ALMEIDA	HOMOLOGADA
18680	JOSE CRISTIANO DA SILVA	HOMOLOGADA
11365	JOSE VICENTE PICO- LOTTO MEISTER PINTO	HOMOLOGADA
13097	JOSIANA BRAZ PE- REIRA	HOMOLOGADA
17582	JUCELIA CANDIDO	HOMOLOGADA
12520	LEANDRO AFONSO BORDIN	HOMOLOGADA
14808	MARCELE TEIXEIRA DE ARAÚJO	HOMOLOGADA
17750	MARCELO DOS SAN- TOS GOMES	HOMOLOGADA
10936	MARIA CRISTINA MA- CHADO MADRUGA	HOMOLOGADA
14529	MARIANA TURRA DAMO	HOMOLOGADA
16846	MAURICIO PIACENTINI	HOMOLOGADA
12707	MILENA VIEIRA DE CARVALHO SILVA BORDIN	HOMOLOGADA
11846	ODIRLEI JOANIR BRANDT	HOMOLOGADA
12290	RENAN PRIGOL	HOMOLOGADA
10800	RENATO MOCELINI	HOMOLOGADA
17794	RONDINELLI SCHIAVI PESCONI	HOMOLOGADA
12491	VALERIA FAGOTTI E SILVA	HOMOLOGADA

MECÂNICO - MODALIDADE B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
18303	CARLOS ALBERTO SCHMIDT	HOMOLOGADA
13549	DENACIR EPPING	HOMOLOGADA
15970	JOEL CABRAL DOS SANTOS	HOMOLOGADA
11415	JUCIMAR SCHUTZ	HOMOLOGADA
15984	MARCIANO BASEGGIO	HOMOLOGADA
17542	MARCIO SCHUTZ	HOMOLOGADA
18203	PAULO HENRIQUE MACHADO	HOMOLOGADA
16617	RAFAEL MARTINELLI	HOMOLOGADA
18407	RODRIGO VICHETTI	HOMOLOGADA
MONITOR DE CRECHE - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
14801	ADREANA WEBER SALVATI	HOMOLOGADA
13383	ANA PAULA SCHRODER	HOMOLOGADA
17530	ANA PAULA TURANI RUBIN	HOMOLOGADA
11387	ANDRÉIA DA SILVA	HOMOLOGADA
15093	ANDREIA PATRICIA BELLE	HOMOLOGADA
18040	ANGELA CRISTINA BOTH	HOMOLOGADA
16704	ANGELA LAUERMANN FEDERHEM	HOMOLOGADA
15573	BEATRIZ DE MELLO MARTINI	HOMOLOGADA
15564	BERENICE GRUBLER	HOMOLOGADA
11981	CACIANE MARCELA MADALAZZO AREND	HOMOLOGADA
15789	CARINE HELENA MAYER	HOMOLOGADA
17773	CARLA MARIA MAYER	HOMOLOGADA
10189	CAROLINA JOANINHA TREVISAN	HOMOLOGADA
13191	CASSIANE ZANETTI RUCKHABER	HOMOLOGADA
18393	CLAUDIA REGINA LONDERO	HOMOLOGADA
13379	CRISTIANE ANDRÉ DA SILVA ALMEIDA	HOMOLOGADA
11023	CRISTIANE GARBIN	HOMOLOGADA
15917	CRISTIANE RAQUEL SCHEUERMANN GOMES	HOMOLOGADA
12484	CRISTINA COVOLO KASPER VIDAL	HOMOLOGADA
10843	DAIANE DOS SANTOS	HOMOLOGADA
13166	DAIANI FORETTI	HOMOLOGADA
14338	DANIELA LÚCIA SPIRO- NELLO	HOMOLOGADA

10015	EDIANE DANIELA DAHMER	HOMOLOGADA
9475	EDINA CRISTINA FAVERO	HOMOLOGADA
11792	ELIANE MARCIA PINTO JOHNER	HOMOLOGADA
17471	ELIDIANE MARIA GASS ARRIAL	HOMOLOGADA
16495	ELISANE MARIA GRAFF JUSTEN	HOMOLOGADA
8616	ELISÂNGELA CRISTINA DA SILVA	HOMOLOGADA
13305	EMANUELE HOESEL	HOMOLOGADA
16861	FABIANE CRISTINA WEPPO	HOMOLOGADA
12887	FRANCIELE CRISTINA MAYER KAER KLAUCH	HOMOLOGADA
9884	FRANCIELE HERBERT MANTOVANI	HOMOLOGADA
18155	FRANCINI ANDREOLLA	HOMOLOGADA
14839	GENECI OCHÔA BRI-XNER	HOMOLOGADA
17256	GESSICA FERNANDES	HOMOLOGADA
12533	GISELE REGINA ORZ-CHOSKI	HOMOLOGADA
15015	GRACIEL SOLDÁ	HOMOLOGADA
18010	GRACIELI BRAGAG-NOLO	HOMOLOGADA
12786	ISAURA REICHERT	HOMOLOGADA
18016	ISTÉFANI CRISTINA BARRO	HOMOLOGADA
11032	JANA MARA FRANZOSI	HOMOLOGADA
18734	JANEFFER SCHOLL	HOMOLOGADA
18770	JANETE BERNARDY	HOMOLOGADA
10776	JÉSSICA MACHADO NEUMANN	HOMOLOGADA
16233	JULIANA DA SILVA	HOMOLOGADA
18452	JULIANA DILL	HOMOLOGADA
18161	KAREN ZANETTI BIZOTTO	HOMOLOGADA
18460	KARINE MARIA KUHN	HOMOLOGADA
8620	LEILANE PAVAN	HOMOLOGADA
17009	LEONICE MARIA BIANCHI	HOMOLOGADA
18437	LUCILEI ROSA VENDRUSCOLO DA SILVEIRA	HOMOLOGADA
18816	MAGDA FERNANDA BUDTINGER	HOMOLOGADA
18196	MAIRA REGINA TOIGO	HOMOLOGADA
18108	MARA REGINA DEVES BUDTINGER	HOMOLOGADA
16967	MARGARETE INES PELLEZ	HOMOLOGADA
17089	MARINES FATIMA MORAES KLEIN	HOMOLOGADA
12578	MARINEZ SALETE JUSTEN	HOMOLOGADA
16613	MARISA DANIELI LOLATO	HOMOLOGADA

17372	MARISA TERESINHA ZIMMER PECIN	HOMOLOGADA
18704	MARISETE ZACHI	HOMOLOGADA
18415	MARLEY TRESINHA KLEIN ANZOLIN	HOMOLOGADA
18255	MARLI MAYER	HOMOLOGADA
18797	MARTA ELENA BERNARDY APIO	HOMOLOGADA
18429	MICHELI RUBIN	HOMOLOGADA
12448	NADIR SALETE SCHULTZ	HOMOLOGADA
18151	NEIVA MARIA BECKER BOSSA	HOMOLOGADA
10163	PALOMA SCHUERZ	HOMOLOGADA
17716	SAMARA MARCIANA DALMORO	HOMOLOGADA
16445	SANDRA ZANOTELLI MARTINELLI	HOMOLOGADA
13580	SILVANA PELLEGRINI	HOMOLOGADA
16875	SIMONE ANDREOLI	HOMOLOGADA
16650	SIMONE LAUERMANN	HOMOLOGADA
18157	SOLANGE SANDRI	HOMOLOGADA
18773	STEFANY EDUARDA FRANCESCHINI CRISTOFOLI	HOMOLOGADA
13153	TAÍS ANDRIELI GRATZLER	HOMOLOGADA
16087	VERA LÚCIA SCHMITZ	HOMOLOGADA
MONITOR SOCIAL - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
11514	ANA PAULA PECIN	HOMOLOGADA
18300	ANDREIA FERREIRA GOMES LERMEIN	HOMOLOGADA
17903	ANDRESSA BENINCA	HOMOLOGADA
18246	CLAUDINÉIA DE FÁTIMA DAPONTE	HOMOLOGADA
12897	CLEIDE DE FÁTIMA NETTO ISOTON	HOMOLOGADA
13108	EDELI DITTRICH BOLGENHAGEN	HOMOLOGADA
17342	ELISETTE FERRAZ	HOMOLOGADA
16954	FRANCIELI BATISTA	HOMOLOGADA
18721	GIOVANE CARLOS JUSTEN	HOMOLOGADA
18355	INES MONICA GRETZLER	HOMOLOGADA
15211	IOHANA ELOISE WEISS	HOMOLOGADA
18192	MARIA GORETE DE ABREU KERKHOVEN	HOMOLOGADA
16607	MICHELE BECKENKAMP CHRISTANI	HOMOLOGADA
17678	ROSALENE MARIA SASSO	HOMOLOGADA
12695	SIBELI VETTORAZZI	HOMOLOGADA
12229	SUELI CONCEIÇÃO DA SILVA	HOMOLOGADA
16146	TAIS REGINA LUFT	HOMOLOGADA

11924	TIAGO SANTIN	HOMOLOGADA
MOTORISTA - MODALIDADE B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
8657	ADAVILSON DA ROSA	HOMOLOGADA
10550	ADEMIR LUIZ KLEIN	HOMOLOGADA
18199	ADILSO LUIS ZATTI	HOMOLOGADA
18189	ADILSON JOSÉ KERKHOVEN	HOMOLOGADA
15679	AIRTON ANDERSON MASSMANN	HOMOLOGADA
16804	AIRTON LUIZ MALL-MANN	HOMOLOGADA
16789	AIRTON MACIEL	HOMOLOGADA
11364	ALEXANDRE CAPELIN	HOMOLOGADA
17466	ANDRÉ FERREIRA GOMES	HOMOLOGADA
17820	ANDRE LUIS THALHEIMER	HOMOLOGADA
16031	ANTONIO DE ASSIS DO AMARAL	HOMOLOGADA
14408	ANTONIO VALMOR SOARES	HOMOLOGADA
13474	CATARINA DE LIMA ZANETTI	HOMOLOGADA
18469	CEDEMIR CARLOS LENHARDT	HOMOLOGADA
16867	CLAIR LUIZ BERNARDI	HOMOLOGADA
16380	CLAIRTON IDACIR SCHNEIDER	HOMOLOGADA
8667	CLEBERSON KOVALSKI	HOMOLOGADA
12433	CLEITON GOTTSSELIG	HOMOLOGADA
15693	DANIEL AUGUSTO DILLI	HOMOLOGADA
10145	DANIEL DE PELLEGRIN	HOMOLOGADA
10857	EDENIR LUIZ BERTOLLO	HOMOLOGADA
12529	EDGAR ANTONIO PIETCHAK	HOMOLOGADA
11668	EDIMAR FABIO CADORWE	HOMOLOGADA
18459	EVANDRO DOS REIS	HOMOLOGADA
18627	EVANDRO MARCIO CRISTOFOLI	HOMOLOGADA
8660	FELIPE BALDISSARELLI	HOMOLOGADA
16679	GILNEI VILLE	HOMOLOGADA
10645	GUSTAVO JOEL RAUBER	HOMOLOGADA
9489	HILARIO DAVID KUNKEL	HOMOLOGADA
17265	IDALINO DE MELLO	HOMOLOGADA
8921	IVANOR FERNANDO DA LUZ	HOMOLOGADA
18775	JEAN MARCIEL SCHLINDWEIN	HOMOLOGADA
9442	JEFERSON LUIZ WELTER	HOMOLOGADA
9666	JOACIR SCHMITZ	HOMOLOGADA
13778	JOEL NODARI	HOMOLOGADA

9380	JUAREZ CARLOS SCHREINER	HOMOLOGADA
14933	JUNIOR KUNZ	HOMOLOGADA
10525	LAURINDO JOHANN	HOMOLOGADA
15896	LEANDRO ZONTA	HOMOLOGADA
15916	LUCENIR CEZAR	HOMOLOGADA
17950	MARCIO GLUCK	HOMOLOGADA
8673	MARCIO RAFAEL MAYER	HOMOLOGADA
17182	MARCO ANDRIGO PRIMMAZ	HOMOLOGADA
15115	MARCOS AURÉLIO BORTOLOTTTO	HOMOLOGADA
16794	NAUREDİR A. DA LUZ	HOMOLOGADA
10162	NORMÉLIO LUÍS LEBENS	HOMOLOGADA
10151	ORIVAN PROVENSI	HOMOLOGADA
17873	PEDRO JOSE DE MAIA	HOMOLOGADA
11752	ROBERTO FABIANO AREND	HOMOLOGADA
12227	ROBERTO NUNES	HOMOLOGADA
10949	SILVIO BRUSAMARELLO	HOMOLOGADA
16921	SILVIO CESAR BLOSS	HOMOLOGADA
11590	TALISON GREGORI ZINI	HOMOLOGADA
8520	TIAGO CARLOS PIRAN	HOMOLOGADA
18478	VALDECIR BOURS-CHEIT	HOMOLOGADA
16652	VINÍCIUS ESTREICH	HOMOLOGADA
15654	VITOR MATHEUS ROHDE	HOMOLOGADA
NUTRICIONISTA - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16531	ALANA ROBERTA DE MOURA	HOMOLOGADA
16691	ALENICE APARECIDA LOPES GASPAR JANSEN	HOMOLOGADA
16167	AMANDA CADONÁ	HOMOLOGADA
12080	ANA LUISA CERVO	HOMOLOGADA
18408	ANNA CRYSTINA RODRIGUES	HOMOLOGADA
12696	BÁRBARA SCHERNER	HOMOLOGADA
16416	CARINE APARECIDA FACHIN	HOMOLOGADA
8671	CARLA DALIANA DAMASCENO	HOMOLOGADA
8558	CÍNTIA MARA ANSOLINI	HOMOLOGADA
8811	CIRLENE MATHIELLO	HOMOLOGADA
12365	CRISTIANE PERONDI	HOMOLOGADA
11424	CRISTINA GIONGO	HOMOLOGADA
18013	CRISTINA INÊS SCHMITZ	HOMOLOGADA
16721	DALINE MARIA BERLATTO	HOMOLOGADA
12374	EVILIN DIULIANA GANZER	HOMOLOGADA

8547	GABRIELA REGINA PINTO	HOMOLOGADA
8632	GISELE R. DE TOLEDO	HOMOLOGADA
11366	INDIARA ALNOCH	HOMOLOGADA
17117	JANAINA TEREZINHA HENDGES	HOMOLOGADA
10904	JOANA DA ROCHA SCHREINER	HOMOLOGADA
13816	JOSEANE CARLA SCHABARUM	HOMOLOGADA
14468	JOSEANE INÊS KNOB	HOMOLOGADA
11336	JOSI RAQUEL HEINEN	HOMOLOGADA
11103	JOSIANE SINHORI	HOMOLOGADA
11290	JOSIANI KATIA CENATTI	HOMOLOGADA
8514	KARINE LAZAROTTO	HOMOLOGADA
15767	LIZIANE CARLESSO	HOMOLOGADA
11769	LIZIANE MARIA PAETZOLD	HOMOLOGADA
17057	LUCIANA TEREZINHA RECH	HOMOLOGADA
15489	MAITÉ DACROCE	HOMOLOGADA
17024	MANUELA MAYER	HOMOLOGADA
10962	MARCIANE RAFAELA PICON	HOMOLOGADA
17072	MARIA CRISTINA ALMEIDA	HOMOLOGADA
8552	MARILIS DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
16250	MAYARA FAIM DOS SANTOS	HOMOLOGADA
18403	MORGANA DALLA LÍBERA	HOMOLOGADA
16431	PATRICIA THOMAZI	HOMOLOGADA
12474	RAFAELA DA SILVA DORNELES	HOMOLOGADA
18035	SABRINNE LUANA COLLING	HOMOLOGADA
11992	SIMONE CARLA JACOBS	HOMOLOGADA
8690	SOFIE BOHRZ	HOMOLOGADA
11194	TALITA FACHINELLO	HOMOLOGADA
16485	TANICLER NUNES	HOMOLOGADA
18076	TAREN BEATRIZ FERREIRA LEITE DE OLIVEIRA	HOMOLOGADA
18154	THAIS BIASUZ	HOMOLOGADA
8864	THIELE PIRES VALENTE	HOMOLOGADA
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS - MODALIDADE B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
12128	ADEMAR JOSÉ CONTE	HOMOLOGADA
16766	AIRTON ANDERSON MASSMANN	HOMOLOGADA
18256	ALEXANDRE TREMEA	HOMOLOGADA
16048	ÉLITON MATTOS DE FREITAS	HOMOLOGADA

18167	DIEFERSON CRISTIANO GOMERCINDO	HOMOLOGADA
9327	DJONATHAN CRIS ANDRIGHI	HOMOLOGADA
15109	EDEMAR CHERUBINI	HOMOLOGADA
17906	FÁBIO JUNIOR SASSO	HOMOLOGADA
11394	FELIPE ALÉCIO WEBLER	HOMOLOGADA
18481	FLAVIO PAULO DOS SANTOS	HOMOLOGADA
17754	INOSIEL DIOGO MUHL	HOMOLOGADA
16273	JOCIMAR GOTTARDI	HOMOLOGADA
12094	JUCIMAR BERTE	HOMOLOGADA
17329	JUNIOR CRISTIANO FURTIM	HOMOLOGADA
14415	LEANDRO INÁCIO SPECHT	HOMOLOGADA
16351	LUIZ FERNANDO KRUMMENAUER	HOMOLOGADA
11863	VALMIR SCHOLL	HOMOLOGADA
8561	VALTER TROIAN	HOMOLOGADA
11986	VANDER SPIRONELO	HOMOLOGADA
ORIENTADOR SOCIAL - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
17042	DANIELA MARTINELLI DE LIMA	HOMOLOGADA
14883	GABRIELA POSTAI	HOMOLOGADA
16385	RAQUEL GONZATTO	HOMOLOGADA
18444	ROSANE PRESTES	HOMOLOGADA
17616	SUSANA CAMICIA	HOMOLOGADA
PSICÓLOGO - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16519	ADÍLMIA MALACARNE	HOMOLOGADA
10809	ALANA ANGELICA PERUFFO	HOMOLOGADA
11005	ALINE CRISTIANE ANDREOLA MATTOS	HOMOLOGADA
11251	ALISSON MAURICIO MONTEIRO	HOMOLOGADA
18295	ANA SILVIA SCANDOLARA	HOMOLOGADA
11589	ANDRÉA MARIA CAMPOS	HOMOLOGADA
10297	ANDRÉIA CRISTIANE DOBNER	HOMOLOGADA
8635	BARBARA CAMILA DA SILVA	HOMOLOGADA
16853	CAMILLE KUHN	HOMOLOGADA
9973	CRISIANNE BALDIN GARCIA	HOMOLOGADA
15046	CRISTIANE LUVIZON HENDGES	HOMOLOGADA
18787	DAIANE HAAS	HOMOLOGADA
8586	DAYANE BOUFLEUR	HOMOLOGADA

8598	DAYANNA BASSO PEROZZO	HOMOLOGADA
12497	DEBORA MEZZOMO RIOS	HOMOLOGADA
17349	DELCIANA BIANCHI	HOMOLOGADA
17729	DIANE MARIA ZANETTI ANVERÇA	HOMOLOGADA
12165	DOUGLAS HENRIQUE CASTANHA	HOMOLOGADA
13904	EROMILDES DE GRANDIS BEATO	HOMOLOGADA
8510	FABIANA GUSEN	HOMOLOGADA
16969	FERNANDA PERONDI	HOMOLOGADA
15728	FERNANDA SEGAT	HOMOLOGADA
17246	FRANCIELE LAZAROTTO	HOMOLOGADA
10838	GABRIELA MARIN	HOMOLOGADA
8699	GIOVANA BEDIN PEREIRA	HOMOLOGADA
9534	GREYCE CAMILA DOS SANTOS	HOMOLOGADA
16313	IDENE PAULI	HOMOLOGADA
8565	ISADORA REGINA SCHWAB	HOMOLOGADA
10574	JAQUELINE ELISA MALDANER	HOMOLOGADA
14847	JULIANA CAMINI OLIVEIRA	HOMOLOGADA
15638	JULIANA DE QUADROS	HOMOLOGADA
8498	KAMILA RIBEIRO	HOMOLOGADA
18498	KARINE LUNKES	HOMOLOGADA
12031	KARINE ZAMBIAZI	HOMOLOGADA
18785	LAURA HEINEN	HOMOLOGADA
17768	LEILA VAZ PINHEIRO	HOMOLOGADA
10318	MAIARA BRUNA MACHADO	HOMOLOGADA
12919	MARCELO BONADEU	HOMOLOGADA
10942	MARCIONIZE FILIPINI	HOMOLOGADA
11773	MAURIANE FRANÇOZI	HOMOLOGADA
17612	MAYARA BERTAMONI	HOMOLOGADA
15663	MAYELLIN LAVALL	HOMOLOGADA
11206	MICHELE SEFFRIN	HOMOLOGADA
16086	MICHELE ZANIN	HOMOLOGADA
12399	MICHELI PERGHER	HOMOLOGADA
13622	NEMORA PAULA SPILLMANN	HOMOLOGADA
8600	PRISCILA JAROSKI GIRON	HOMOLOGADA
18613	RAQUEL CRISTINE BELING	HOMOLOGADA
8611	SHIRLEY PALOSCHI	HOMOLOGADA
9782	SIMONE CRISTINA BACK	HOMOLOGADA
17449	TATIANE CUNHA	HOMOLOGADA
8597	TELMA ALINE CORTI	HOMOLOGADA
14239	VIVIANE ROST	HOMOLOGADA

TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
18341	ANA CARLA CARVALHO DOS SANTOS	HOMOLOGADA
8652	DELCI LÚCIA BRUDER DOS SANTOS	HOMOLOGADA
9207	FABIANE SCHNEIDER	HOMOLOGADA
13106	JANICE SALETE HARTMANN	HOMOLOGADA
17764	JULIANA IMMIG	HOMOLOGADA
TELEFONISTA - MODALIDADE A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
13961	BEATRIS CHRISTOFOLI ROSSINI	HOMOLOGADA
18366	CLARICE CASARIN POSSATTO	HOMOLOGADA
18755	GLAUSTIMAR GUAREZ	HOMOLOGADA
18375	IRENE COSTA CURTA	HOMOLOGADA
17707	JOICE MUHL	HOMOLOGADA
17714	LEILA CRISTINA SILVA	HOMOLOGADA
13336	LUIZ CUNES DA SILVA	HOMOLOGADA
11789	MACLI CONSALTER FAVERO	HOMOLOGADA
13138	MARIA BALDISSARELLI PETRY	HOMOLOGADA
17512	MARIVANI DE FATIMA PERREIRA DOS SANTOS	HOMOLOGADA
16778	MARLEI DE MELLO	HOMOLOGADA
16245	PIERINA LIBERA SALVI	HOMOLOGADA
13417	VANESSA NICOLA	HOMOLOGADA

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA

Prefeito Municipal

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.26/2014

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº26/2014

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 26/2014, Edital de Pregão Nº 26/2014, Objeto: Aquisição de mobiliários em geral e equipamentos diversos, que serão adquiridos pelo município e repassados para a Associação Beneficente Hospitalar de Cedro. Recursos Oriundos do Convênio N.2014TR002729/2014, celebrado com o Governo Estadual de Santa Catarina. Recebimento das propostas até às 12:00 horas do dia 19/11/2014. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do dia 20/11/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge



Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will - Responsável pelo FMS.

### EXTRATO HOMOLOGADOS FMS MÊS 06-11

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014

PROCESSO Nº 25/2014 HOMOLOGAÇÃO: 23/10/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA, PSICOTRÓPICOS, HIPERTENSOS E DIABÉTICOS PARA DISTRIBUIÇÃO DE LIVRE DEMANDA NA FARMÁCIA BÁSICA.

CONTRATADO: PROSAUDE-DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.875,00 (um mil oitocentos e setenta e cinco reais)

CONTRATADO: ANGEOMED-COM.DE PRODUTOS MED.HOSP.LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.098,50 (dois mil e noventa e oito reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 21.528,00 (vinte e um mil quinhentos e vinte e oito reais)

CONTRATADO: S&R DISTRIBUIDORA LTDA ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.856,23 (dois mil oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte e três centavos)

CONTRATADO: DAMEDI DAMBROS COM.DE MEDICAMENTOS LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 13.174,00 (treze mil cento e setenta e quatro reais)

CONTRATADO: DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

### EXTRATO HOMOLOGADOS PREF. MÊS 06-11

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2014

PROCESSO Nº 105/2014 HOMOLOGAÇÃO: 09/10/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO NOS VEÍCULOS E CAMINHÕES DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS (FUNREBOM) DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

CONTRATADO: POSTO CEDRO LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.052,00 (cinco mil e cinquenta e dois reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2014

PROCESSO Nº 108/2014 HOMOLOGAÇÃO: 10/10/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE CALÇAMENTO, MEIO FIO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO

VIÁRIA NO LOTEAMENTO HABITACIONAL SANTA RITA.

CONTRATADO: METALURGICA BELVEDERE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.854,00 (vinte e um mil oitocentos e cinquenta e quatro reais)

CONTRATADO: PAVILAJE ESTRUTURAS DE CONCRETO LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 51.720,00 (cinquenta e um mil setecentos e vinte reais)

CONTRATADO: ROCHA BRITAGEM LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 38.802,00 (trinta e oito mil oitocentos e dois reais)

CONTRATADO: PRESUL PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 43.520,00 (quarenta e três mil quinhentos e vinte reais)

CONTRATADO: MÔNICA BRITZ ARCONTI ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 53.359,75 (cinquenta e três mil trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e cinco centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2014

PROCESSO Nº 103/2014 HOMOLOGAÇÃO: 13/10/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRONICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO NOS SETORES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AQUISIÇÃO DE UM DESFIBRILADOR PARA USO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DE BOMBEIROS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

CONTRATADO: JOSEMAR ANTONIO KINZEL ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.185,00 (cinco mil cento e oitenta e cinco reais)

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.753,00 (quatorze mil setecentos e cinquenta e três reais)

CONTRATADO: DMAV SUPORTE MEDICO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.995,00 (treze mil novecentos e noventa e cinco reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2014

PROCESSO Nº 97/2014 HOMOLOGAÇÃO: 17/10/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO E MANUTENÇÃO DA REDE ADUTORA DE ÁGUA E PARA MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO "SEMAE", BEM COMO, AQUISIÇÃO DE PEDRA RACHÃO E PEDRA 30X30 PARA USO NOS CONCERTOS DIVERSOS DE PONTES, MURROS E OUTROS, NO PERIMETRO URBANO E INTERIOR DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS MARAVILHA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 220.200,08 (duzentos e vinte mil duzentos reais e oito centavos)



PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2014  
PROCESSO Nº 104/2014 HOMOLOGAÇÃO: 20/10/2014  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO que tem como objeto:  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA e HABILITADA  
PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NO  
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DAS RUAS, AVENIDAS E  
LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE  
MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO  
OBJETO.

-----  
CONTRATADO: A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 71.100,00 (setenta e um mil e cem reais)  
=====

#### EXTRATO CONTRATOS PREF. MÊS 06-11

Aditivo Nº ..... : 99.2014 - Contrato Nº: 77.2010  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
Contratada...: INÊS MARIA TRIACA CANTON  
Valor ..... : 8.430,96 (oito mil quatrocentos e trinta reais e  
noventa e  
seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 14/10/2014 Término: 14/10/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:  
111/2010  
Objeto ..... : O prazo de vigência do contrato n. 77/2010, des-  
crito na  
cláusula primeira daquele instrumento, fica prorrogado por mais  
12 meses,  
vigendo a partir do dia 15/10/2014 a 14/10/2015, conforme dis-  
põe o Artigo 57, Inc. IV da Lei 8.666/93 consolidada.

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2014, TP Nº 009/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 24/11/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2014, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 009/2014, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PERFURAÇÃO EM ROCHAS BASALTICAS, DE UM POÇO TUBULAR PROFUNDO, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM NO PROJETO E SEGUNDO NORMAS DA ABNT NBR - 11244, VISANDO O ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NA LINHA TRÊS VOLTAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### LEI Nº 2.186, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.186, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2015, de acordo com os princípios estabelecidos no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as metas fiscais;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária, e das disposições gerais.

#### CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º São anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- I - Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais;
- II - Anexo de Metas Fiscais - Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;
- III - Metas Fiscais para os Exercícios de 2015, 2016 e 2017;
- IV - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- V - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VI - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- VII - Montante da Dívida;
- VIII - Meta Fiscal de Resultado Nominal;
- IX - Meta Fiscal de Resultado Primário;
- X - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;
- XI - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;
- XII - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;
- XIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2015;
- XIV - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

### CAPÍTULO III

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos de que trata o art. 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

### CAPÍTULO IV

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para os efeitos desta lei, considerar-se-á:

- I - Programa: o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - Ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - Receita Ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, sejam pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na partilha dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - Execução Física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - Execução Orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X - Execução Financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos

restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias STN e MOG.

§ 2º A categoria de programação de que trata o art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O Orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e suas Autarquias, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão - MOG e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 08/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo VIII, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº 08/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Anexo IX, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Indicação das Fontes de Financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no art. 12 da Lei Complementar 101/2000;

XII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no art. 22 da Lei 4.320/64;

XIV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (art. 165, § 5º da CF);

XV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 5º, I da LRF);

XVI - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados (art. 5º, III);

XVII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e

Nominal (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos (art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio e demais legislações que versem sobre a receita e despesa pública.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN.

Art. 8º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Fundos e das Autarquias Municipais.

Art. 9º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2012, 2013 e fixada para 2014 e 2015;

III - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

IV - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida, Despesa com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2013 a 2015.

Art. 10. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

## CAPÍTULO V

### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11. O Orçamento Fiscal do Município e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo, Fundos e Autarquias Municipais.

Art. 12. Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central ou na Entidade específica, dependendo de sua origem, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 6º, inciso X, desta Lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal ou secretário;

§ 2º As Autarquias Municipais - Comitê Desportivo Municipal e Instituto Cultural de São Lourenço serão gerenciadas pelos respectivos Gerentes Executivos.

Art. 13. Os estudos para a definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2015, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior.

Art. 14. Se a receita estimada para o exercício de 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a

sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, bem como as Autarquias, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

V - Eliminação das despesas com serviços extraordinários;

VI - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista observada o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nesta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18. O Orçamento de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2015, poderão, excepcionalmente, ser utilizados mediante autorização legislativa para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20. O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21. Os projetos e atividades prioritizados na Lei Orçamentária com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único e art. 50, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22. Os descontos previstos em lei, para pagamento de tributos municipais, bem como a isenção da Taxa de Licença e Localização, não serão consideradas como renúncia de receita por já haverem sido impactadas na estimativa a menor da receita e consequentemente já impactada na despesa também.

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e volta para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24. As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 25. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixada no inciso II, combinado com o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 29. O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

- I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
- II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- III - a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% da receita estimada para o exercício de 2015 do orçamento de cada Unidade Gestora, utilizando como fontes de recursos:

- a) o excesso de arrecadação verificado na forma do § 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, apurado em cada fonte de recurso;
- b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos;
- c) o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único. A transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 30. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31. A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento nos termos da legislação aplicável.

Art. 32. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33. Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 10 desta Lei.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 34. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 35. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 37. O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de



servidores de que trata o art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades, ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de São Lourenço do Oeste, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que não constitua atividade meio, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### CAPÍTULO VIII

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40. O ato que conceder, ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### CAPÍTULO IX

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 30/12/2014.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de lei específica, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 42. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos

da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 216/2014, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 216/2014, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

2º (Segundo) Termo Aditivo ao Contrato nº 160/2014, de 11/07/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 094/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 006/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Pandini Construções e Incorporações Ltda., CNPJ nº 03.210.836/0001-0.

Objeto: Dilação do prazo de execução do Contrato nº 160/2014, de 11/07/2014, por 45 (quarenta e cinco) dias, a fim de possibilitar à Contratada lapso suficiente para concluir a execução dos trabalhos de pintura para demarcação dos diferentes esportes realizados na quadra poliesportiva em reforma e aditamento do valor do mesmo contrato, no montante de R\$ 2.683,04 (dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e quatro centavos), o que corresponde a 5,67% do valor inicialmente contratado, alterando, consequentemente o valor global de R\$ 47.331,92 (quarenta e sete mil, trezentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos) para R\$ 50.014,96 (cinquenta mil, quatorze reais e noventa e seis centavos), tendo em vista que, conforme acima exposto, pela necessidade de efetuar a execução dos trabalhos de pintura para demarcação das modalidades esportivas, serão pintadas as quadras para voleibol e futsal, equivalente a uma quantidade de 264,6 mts de pintura.

Valor: Pelo aditivo, o valor global de R\$ 47.331,92 (quarenta e sete mil, trezentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos) passa a ser de R\$ 50.014,96 (cinquenta mil, quatorze reais e noventa e seis centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de Assinatura: 29/10/2014.

Vigência: De 29/10/2014 a 13/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 154/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 154/2014

INEXIGIBILIDADE N. 08/2014

OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento de 1.418 ingressos para o

Cinema destinados para os estudantes das Escolas do Ensino Fundamental EMEIEF Amália Daltoé Agostini, Juscelino K. Oliveira, Tranqüilo Rigoni, Padre José de Anchieta, Marechal Arthur da Costa e Silva, Teonísio Wagner, Emma Balke, Waldemar V. Dentz, São João Batista de La Salle, Aurélio Pedro Vicari, Atílio Calza da Rede Municipal de Ensino do Município de São Miguel do Oeste - SC.

VALOR R\$ 8.508,00

CONTRATADO: CINE TEATRO PEPERI LTDA

Assina pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR - PREFEITO MUNICIPAL

São Miguel do Oeste - SC, 06 de novembro de 2014.

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 28/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de serviços de transporte coletivo para atender os programas de assistência ao idoso e fortalecimento de vínculos nas atividades desenvolvidas pela Secretaria, para o período de 2014, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 20 de novembro de 2014.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 06 de novembro de 2014.

CLAUDETE MARIS DE OLIVEIRA FABIANI

Secretaria Municipal de Assistência Social



# Schroeder

## PREFEITURA

**TERMO ADITIVO Nº. A54/2014 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A54/2014 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 233/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 90.180.605/0001-02, estabelecida na Av. Carlos Gomes nº 350, Boa Vista, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 90.000-00, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Marcelo Wais inscrito no CPF sob o nº. 632.005.380-15.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 233/2014-PMS, celebrado em 20 de outubro de 2014 proveniente do Processo de licitação nº. 182/2014 - PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 84/2014-PMS, para a contratação de prestadora de seguros para veículos zero quilômetros para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental para prorrogação de prazo para o período 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, no valor total R\$ 1.410,00 (Um mil e quatrocentos e dez reais).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Décima Quarta "da vigência" no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015 a vigência do contrato.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	SEGURO TOTAL PARA VEICULO RENAULT – KANGOO EXPRESS 1.6 16V ANO/ MODELO 2014/2015- COR BRANCA - chassi- 8A1FC1415FL488327	01	Unidade	705,00	705,00
02	SEGURO TOTAL PARA VEICULO RENAULT – KANGOO EXPRESS 1.6 16V ANO/ MODELO 2014/2015- COR BRANCA - chassi- 8A1FC1415FL488343	01	Unidade	705,00	705,00
TOTAL R\$					1.410,00

**Coberturas:**

Danos Materiais	R\$ 100.000,00
Danos Corporais	R\$ 200.000,00
Danos Morais	R\$ 30.000,00
APP Morte	R\$ 5.000,00
APP Invalidez	R\$ 5.000,00

Vidros
Franquia Normal

100% da Tabela FIPE

Assistência 24 horas: Guincho, chaveiro, pane elétrica e mecânica, troca de pneu.  
400 km de Guincho.

Cláusula 2ª- Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 233/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 06 de novembro de 2014.  
CONTRATADA:

GENTE SEGURADORA S.A.  
Marcelo Wais  
CPF nº. 632.005.380-15  
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal  
T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_  
Nome: Ivandra de Souza  
CPF nº. 047.563.299-00

2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Daniela Samulescki  
CPF nº. 053.350.739-18

### **CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2014**

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. TAYRINE RODRIGUES TEIXEIRA, inscrita no CPF sob nº. 007.330.289-93, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014, para o cargo de PSICÓLOGA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 14 de novembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 06 de novembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla  
Secretário de Saúde e Assistência Social

### **PORTARIA Nº 5.782/2014, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 5.782/2014, de 06 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Otoniel da Silva, para exercer o cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano, percebendo o nível salarial nº 002 Comissionados (Nível 179), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 06 de novembro de 2014.  
OSVALDO JURCK Prefeito Municipal  
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA O FÓRUM ELETIVO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE SCHROEDER - COMDIS.**

Edital de Convocação das Entidades Não Governamentais para o Fórum Eletivo de Escolha de Conselheiros Municipais para o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Schroeder - COMDIS.

A Secretaria de Saúde e Assistência Social do município de Schroeder, no uso de suas atribuições, conforme art. 2º da Lei Municipal nº 1.808/2010, de 20 de agosto de 2010, convoca todas as entidades não governamentais sem fins lucrativos legalmente constituídas com atuação no município de Schroeder para a Assembléia de escolha de seus representantes no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Schroeder - COMDIS, para mandato de dois anos, nos seguintes termos:

1. O Fórum de escolha será realizada no dia 26 de novembro do corrente ano, às 18:30h, sob coordenação da Secretaria de Saúde e Assistência Social, no auditório do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, localizado a Rua Paulo Jahn nº. 245, Centro, Schroeder/SC. (antigo Centro de Múltiplo Uso).
2. Poderão participar com direito a votar e serem votadas as entidades que se credenciarem até as 16h do dia 24 de novembro de 2014, no mesmo local da assembléia, apresentando os seguintes documentos:
  - a. Cópia do Estatuto da entidade;
  - b. Cópia da Ata da eleição da diretoria atual;
  - c. Ofício indicando seu representante para a assembléia de escolha de conselheiros;
  - d. Declaração formal de funcionamento da Entidade, assinada por um membro de sua diretoria.
3. A escolha das entidades se dará segundo os segmentos a que cada uma faz parte (um representante de entidades religiosas, um representante de associações de moradores e dois representantes de entidades sociais e/ou clubes de serviços), cabendo uma vaga de titular e uma suplência em cada representação. Na ausência de qualquer um dos segmentos referidos a assembléia poderá substituir a representação a seu critério.
4. O processo de escolha se dará de acordo com regimento interno a ser aprovado na própria assembléia pelas entidades credenciadas.

Schroeder(SC), 6 de novembro de 2014.

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde e Assistência Social

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº. 127/2014 - FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 127/2014 - FMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 20/2014 - FMS

Processo nº. 70/2014 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.568.558/0001-10, estabelecida na Av. Nereu Ramos nº. 1675D, salas 01 e 02, Bloco A, Bairro Universitário, no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.812-111.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
17	CEFTRIAXONA DISSODICA 1G IM/EV FRASCO/AMPOLA 10ML	250	AMPOLA	4,25	1.062,50
20	ERITROMICINA 500MG COMPRIMIDOS	500	COMP	0,422	211,00
26	RANITIDINA 25MG/ML AMPOLA	200	AMPOLA	0,69	138,00

28	CARBOCISTEINA 20ML SUSPENSÃO ORAL	200	FRASCO	1,914	382,80
35	DOXAZOSINA, MESILATO 4MG COMPRIMIDO	12000	COMP	0,29	3.480,00
37	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 20MG/ML - BUSCOPAN SIMPLES IM/EV/SC	500	AMPOLA	1,40	700,00
48	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	5000	COMP	0,21	1.050,00
TOTAL R\$					7.024,30

Valor do Contrato: R\$ 7.024,30 (sete mil vinte e quatro reais e trinta centavos)

Data da Assinatura: 06/11/2014 - Vigência: 06/11/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº. 128/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 128/2014 - FMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 20/2014 - FMS

Processo nº. 70/2014 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.652.030/0001-70, estabelecida na BR 480, nº. 795, Centro, na cidade de Barão de Cotegipe, Estado de Rio Grande do Sul, CEP: 99740-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
04	NITROFURANTOINA 100MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	5000	COMP	0,128	640,00
34	CETOCONAZOL 20MG/G CREME	200	BISNAGA	1,31	262,00
45	PERMETRINA 1% LOÇÃO	1000	FRASCO	1,20	1.200,00
46	BIPERIDENO 2MG COMPRIMIDO	5000	COMP	0,229	1.145,00
TOTAL R\$					3.247,00

Valor do Contrato: R\$ 3.247,00 (três mil duzentos e quarenta e sete reais)

Data da Assinatura: 06/11/2014 - Vigência: 06/11/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 129/2014 - FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 129/2014 - FMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 20/2014 - FMS

Processo nº. 70/2014 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40, estabelecida na Rodovia BR 480, nº 180, Centro, na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 99.740-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
08	METILDOPA 250MG COMPRIMIDO EMBALA- GEM HOSPITALAR	30000	COMP	0,188	5.640,00
09	METILDOPA 500MG COMPRIMIDO EMBALA- GEM HOSPITALAR	30000	COMP	0,28	8.400,00
10	COLAGENASE 0,6+CLO- RANFENICOL 0,01G/30G POMADA	1000	BISNAGA	13,19	13.190,00
23	ISOSSORBIDA 5MG COMPRIMIDO	2000	COMP	0,24	480,00
24	METFORMINA 850MG EMBALAGEM HOSPITA- LAR	60000	COMP	0,079	4.740,00
31	ESCOPOLAMINA 4MG/ ML+DIPIRONA 500MG IM/EV INJETAVEL	500	AMPOLA	1,56	780,00
40	HIDROCORTISONA 100MG IM/EV	1000	AMPOLA	3,40	3.400,00
TOTAL R\$					36.630,00

Valor do Contrato: R\$ 36.630,00 (trinta e seis mil seiscientos e trinta reais)

Data da Assinatura: 06/11/2014 - Vigência: 06/11/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 130/2014 - FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 130/2014 - FMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 20/2014 - FMS

Processo nº. 70/2014 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LICIMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., inscrita no

CNPJ sob o nº 04.071.245/0001-60, estabelecida na Avenida São Paulo, nº 881, São Geraldo, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 90.230-161

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	PREGABALINA 75MG COMPRIMIDOS (ORDEM JUDICIAL)	1000	COMP	1,17	1.170,00
02	SULFATO DE GLICOSAMINA 500MG+CONDROITINA 400MG COMPRIMIDO (ORDEM JUDICIAL)	2000	COMP	1,11	2.220,00
13	BUDESONIDA 32MCG SPRAY AEROSOL NASAL	50	FRASCO	10,56	533,00
14	DIPROPIONATO DE BE- CLOMETASONA 50MCG SPRAY ORAL	100	FRASCO	29,23	2.923,00
TOTAL R\$					6.846,00

Valor do Contrato: R\$ 6.846,00 (seis mil oitocentos e quarenta e seis reais)

Data da Assinatura: 06/11/2014 - Vigência: 06/11/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº. 131/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 131/2014 - FMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 20/2014 - FMS

Processo nº. 70/2014 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 94.894.169/0001-86, estabelecida Rua Samuel Kruchim, nº. 200, Bairro Patronato, na cidade de Santa Maria, Estado de Rio Grande do Sul, CEP: 97.020-670, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Daniel Desiderio, inscrito no CPF sob o nº 046.812.778-00

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
05	ACETILCISTEINA 20MG/ ML SUSPENSÃO 100ML	500	FRASCO	3,24	1.620,00
07	AMINOFILINA 24MG/10ML IM/EV AMPOLA	100	AMPOLA	0,78	78,00
15	COMPLEXO B VITAMINICO 2ML INJETAVEL	100	AMPOLA	0,88	88,00
18	DEXAMETASONA 1MG/ ML COLIRIO	150	FRASCO	5,80	870,00



33	PROPATILNITRATO 10MG COMPRIMIDO	20000	COMP	0,36	7.200,00
42	METOCLOPRAMIDA 5MG/ML IM/EV INJE- TAVEL	200	AMPOLA	0,27	54,00
43	METRONIDAZOL 100MG/G CREME	500	BISNAGA	3,00	1.500,00
50	DIAZEPAM 10MG/ML IM/ EV INJETAVEL	100	AMPOLA	0,62	62,00
52	TRAMADOL 50MG/ML IM/EV INJETAVEL	500	AMPOLA	0,95	475,00
TOTAL R\$					11.947,00

Valor do Contrato: R\$ 11.947,00 (onze mil novecentos e quarenta e sete reais)

Data da Assinatura: 06/11/2014 - Vigência: 06/11/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº. 132/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 132/2014 - FMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 20/2014 - FMS

Processo nº. 70/2014 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 85.247.385/0001-49, estabelecida na Rua Uruguai, nº 1538-E, Bairro Maria Goretti, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89801-447

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
06	AGUA DESTILADA 10ML	5000	AMPOLA	0,159	795,00
25	PARACETAMOL 200MG/ ML SOLUÇÃO ORAL 20ML	2000	FRASCO	0,512	1.024,00
39	GLICOSE HIPERTONICA 50%	500	AMPOLA	0,218	109,00
TOTAL R\$					1.928,00

Valor do Contrato: R\$ 1.928,00 (um mil novecentos e vinte e oito reais)

Data da Assinatura: 06/11/2014 - Vigência: 06/11/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 3.140/2014, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 3.140/2014, de 06 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Divie Roberta Welter Carvalho	C-4-I	C-5-I
Margid Stein	C-3-I	C-4-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 06 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA REGISTRO DE PREÇOS PRESENCIAL 20/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 1/8

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroe							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PREGABALINA 75MG COMPRIMIDOS (ORDEM JUDICIAL)	COMP (11973)	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP (11973)	PREBICTAL / ;	0	1,1700	1
2	SULFATO DE GLICOSAMINA 500MG+CONDROITINA 400MG COMPRIMIDO (ORDEM JUDICIAL)	COMP (11973)	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP (11973)	CONDROFLE;	0	1,1100	1
			CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	ACHE	0	2,0000	2
4	NITROFURANTOINA 100MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP (6989)	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	TEUTO	0	0,1280	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	TEUTO	0	0,1290	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	TEUTO	0	0,1740	3
5	ACETILCISTEINA 20MG/ML SUSPENSÃO 100ML	FR (7244)	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	HYPERMARC;	0	3,2400	1
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	PRATI	0	4,2000	2
6	AGUA DESTILADA 10ML	APM (11421)	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (11421)	ISO FARMA	0	0,1590	1
			CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	ISO FARMA	0	0,1700	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	ISO FARMA	0	0,1900	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014**

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroe							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	AMINOFILINA 24MG/10ML IM/IV AMPOL <sup>a</sup>	APM	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	HYPERMARC,	0	0,7800	1
8	METILDOPA 250MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	TKS	0	0,1880	1
9	METILDOPA 500MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	TKS	0	0,2800	1
10	COLAGENASE 0,6+CLORANFENICOL 0,01G/30G POMADA	BISN	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	CRISTALIA	0	13,1900	1
13	BUDESONIDA 32MCG SPRAY AEROSSOL NASAL	FR	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP (11973)	NOEX 32MCG	0	10,6600	1
14	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 50MCG SPRAY ORAL	FR	LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP (11973)	CLENIL 50MCG	0	29,2300	1
15	COMPLEXO B VITAMINICO 2ML INJETAVEL	APM	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	HYPOFARMA	0	0,8800	1
17	CEFTRIAXONA DISSODICA 1G IM/IV FRASCO/AMPOLA 10ML	APM	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	TEUTO	0	4,2500	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	NOVAFARMA	0	7,8500	2
			CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	EUROFARMA	0	8,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroe							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	DEXAMETASONA 1MG/ML COLIRIO	FR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	ALCON	0	5,8000	1
20	ERITROMICINA 500MG COMPRIMIDOS	COMP	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	PRATI	0	0,4220	1
23	ISOSSORBIDA 5MG COMPRIMIDO	COMP	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	E M S	0	0,2400	1
24	METFORMINA 850MG EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	PRATI	0	0,0790	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	PRATI	0	0,0880	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (11421)	TEUTO	0	0,1030	3
25	PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL 20ML	FR	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (11421)	FARMACE	0	0,5120	1
26	RANITIDINA 25MG/ML AMPOLA	APM	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	TEUTO	0	0,6900	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	TEUTO'	0	0,7000	2
28	CARBOCISTEINA 20ML SUSPENSÃO ORAL	FR	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	PRATI	0	1,9140	1
31	ESCOLPOLAMINA 4MG/ML+DIPIRONA 500MG IM/EV INJETAVEL	APM	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	FARMACE	0	1,5600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 4/8

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroe							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	Propatinitrato 10mg comprimido		MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	HYPOFARMA	0	1,6200	2
		COMP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	FMQ	0	0,3600	1
34	CETOCONAZOL 20MG/G CREME		CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	FARMO QUIMI	0	0,3800	2
		BISN	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	SOBRAL	0	1,3100	1
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	SOBRAL	0	1,3200	2
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	SOBRAL	0	1,3500	3
35	DOXAZOSINA, MESILATO 4MG COMPRIMIDO		DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	HIPOLABOR	0	1,3900	4
		COMP	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	SANDOZ	0	0,2900	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	SANDOZ	0	0,4400	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	U.QUIMICA	0	0,6900	3
37	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 20MG/ML - BUSCOPAN SIMPLES IM/VE/SC	APM	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	UNIAO QUIMI	0	1,4000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroe							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	HIPOLABOR	0	1,9800	2
39	GLICOSE HIPERTONICA 50%	APM	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (11421)	ISO FARMA	0	0,2180	1
40	HIDROCORTISONA 100MG IM/IV	APM	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	BLAU	0	3,4000	1
			CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	UNIAO QUIMICA	0	3,8900	2
42	METOCLOPRAMIDA 5MG/ML IM/IV INJETAVEL	APM	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	ISO FARMA	0	0,2700	1
			CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	ISO FARMA	0	0,3000	2
43	METRONIDAZOL 100MG/G CREME	BISN	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	PRATI	0	3,0000	1
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	TEUTO	0	3,0500	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	PRATI	0	3,6900	3
45	Permetrina 1% loção	FR	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	IFAL	0	1,2000	1
46	Biperideno 2mg comprimido	COMP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	CRISTALIA	0	0,2290	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 6/8

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroe							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 100MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	UNIAO QUIMI	0	0,2100	1
50	DIAZEPAM 10MG/ML IM/IV INJETAVEL	APM	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	SANTISA	0	0,6200	1
52	TRAMADOL 50MG/ML IM/IV INJETAVEL	APM	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	SANTISA	0	0,6290	2
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	TEUTO	0	0,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 7/8

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroe							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	HIPOLABOR	0	1,1900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2014

Página: 8/8

Número do Registro de Preços: 19/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroe							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2014  
PROCESSO Nº 70/2014

- (6989) - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (7014) - DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
- (7244) - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
- (11421) - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
- (11973) - LICIMED-DIST. DE MED. CORRELATOS E PROD. MED. HOSP
- (12467) - ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

Schroeder, 6 de Novembro de 2014.

# Serra Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2014 - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2014

PREGÃO PRESENCIAL- SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2014

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Contratação de Serviços de Arbitragem com profissionais habilitados na área esportiva, para atender as necessidades dos campeonatos municipais em diversas modalidades promovidos pelo Departamento de Esportes do Município de Serra Alta/SC.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 20 de Novembro de 2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 20 de Novembro de 2014.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 07 de novembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 70/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 070/2014

Tipo: Maior Oferta.

OBJETO: Concessão de uso remunerado de espaço público denominado QUIOSQUE/BAR situado no Parque Municipal da Feagrissa, centro do Município de Serra Alta/SC, com uma área total do imóvel construído de 96m<sup>2</sup>.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 09 de dezembro de 2014.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 09 de dezembro de 2014.

O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site do Município [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br) e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 07 de novembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

**Timbó****PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 155/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 155/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC3094	55557601	24/11/2000	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 142/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 142/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.



Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWS2999	55557395	15/05/2000	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 174/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 174/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BER0420	55557680	03/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
BJF5320	55557693	03/07/2001	62380	218 * II * a	127.69
IDX3459	55556292	02/07/2001	51690	165	957.69
LYX6754	55558336	29/06/2001	69200	233	127.69
LZF4230	55556532	04/07/2001	69200	233	127.69
LZS7467	55557682	03/07/2001	65990	230 * V	191.53
MAS0615	55558349	09/07/2001	73400	252 * IV	85.12
MBN9011	55556535	04/07/2001	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 171/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 171/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWU5499	55558313	06/06/2001	69200	233	127.69
LWY9240	55558307	05/06/2001	54520	181 * VIII	127.69
LWZ5410	55556290	04/06/2001	69200	233	127.69
LXG9415	55556419	06/06/2001	50450	162 * V	191.53
LYI4903	55556349	31/05/2001	65560	230 * I	191.53
LZE0979	55555178	07/06/2001	50100	162 * I	574.61
MAY9139	55555179	08/06/2001	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 93/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 93/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWU6760	55553028	18/09/1998	69630	237	127.69
LWY0967	55558751	23/10/1998	65990	230 * V	191.53
LWY1686	55558567	27/09/1998	58350	195	127.69
LWY1686	55558571	27/09/1998	52070	169	53.20
LWY1686	55558568	27/09/1998	50100	162 * I	574.61
LWY1686	55558569	27/09/1998	70300	244 * I	191.53
LWY1686	55558570	27/09/1998	65990	230 * V	191.53
LYB0838	55558515	15/10/1998	55250	181 * XV	85.12
LYC8200	55558407	20/08/1998	50100	162 * I	574.61
LYF0330	55558199	16/09/1998	54520	181 * VIII	127.69
LYF5081	55558486	19/10/1998	65990	230 * V	191.53
LYL1584	55558423	16/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
MAF3874	55555150	23/10/1998	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 275/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 275/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AVV1515	54578246A	09/07/2003	69200	233	127.69
BIG1955	54578244A	09/07/2003	69200	233	127.69
LWR6697	54581214A	10/07/2003	65990	230 * V	191.53
LXK7904	54578249A	09/07/2003	69200	233	127.69
LXL7247	54581085A	15/07/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 125/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 125/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CBF7104	55555574	24/01/2000	73580	252 * V	85.12
LXY7095	55555545	26/11/1999	61220	214 * I	191.53
LYY3970	55558788	14/01/2000	65990	230 * V	191.53
MDT0280	55555827	26/01/2000	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 138/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 138/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZA4014	55558627	16/04/2000	65990	230 * V	191.53
LZA4014	55558627	16/04/2000	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 114/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 114/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYK2772	55556875	17/09/1999	62200	218 * I * b	574.61
LYK2772	55556876	17/09/1999	65990	230 * V	191.53
LYW4753	55556951	17/09/1999	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 181/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 181/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACB9326	55553928	04/09/2001	65990	230 * V	191.53
LXX2257	55555181	31/08/2001	69200	233	127.69
LXY2103	55557643	07/09/2001	65990	230 * V	191.53
LYR1542	54577513A	01/09/2001	51690	165	957.69
LYR2048	55556431	05/09/2001	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 91/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 91/1998**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWW2338	55558508	19/08/1998	62380	218 * II * a	127.69
MAD1238	55558150	13/08/1998	65990	230 * V	191.53
MAG8127	55558705	27/09/1998	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 150/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 150/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYO8281	55555930	09/10/2000	65990	230 * V	191.53
LZL3557	55556070	18/09/2000	55680	181 * XIX	127.69
MBI6090	55555923	18/08/2000	62110	218 * I * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 84/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 84/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABZ6377	55558054	07/06/1998	50100	162 * I	574.61
ABZ6377	55558053	07/06/1998	50610	163 c/c 162 * I	574.61
AEZ6031	55555093	03/06/1998	65990	230 * V	191.53
BZ4648	55558102	09/06/1998	69120	232	53.20
KQA7367	55558116	24/06/1998	62200	218 * I * b	574.61
LWT4300	55557848	15/05/1998	61220	214 * I	191.53
LWV8410	55554844	28/06/1998	55090	181 * XIII	85.12
LXU7585	55557958	27/05/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYJ2888	55555137	05/06/1998	59910	206 * I	191.53
LYM8070	55557921	26/06/1998	72340	250 * I * a	85.12
LYQ2439	55554307	18/05/1998	73400	252 * IV	85.12
LZB3992	55557781	09/06/1998	65990	230 * V	191.53
LZK9150	55555040	15/05/1998	69120	232	53.20
LZK9150	55555040	15/05/1998	65990	230 * V	191.53
LZM4305	55557855	24/05/1998	65990	230 * V	191.53
LZM4305	55557855	24/05/1998	50100	162 * I	574.61
LZV5810	55555097	12/06/1998	65560	230 * I	191.53
LZV5810	55555097	12/06/1998	66370	230 * IX	127.69
LZV5810	55555098	12/06/1998	69120	232	53.20
MBV1490	55558067	28/06/1998	55090	181 * XIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 129/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 129/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWW5420	55555617	25/02/2000	51690	165	957.69
LXE8902	55558387	14/02/2000	65990	230 * v	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 103/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 103/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABS6241	55553234	26/03/1999	62380	218 * II * a	127.69
BXM6573	55558937	11/04/1999	55250	181 * XV	85.12

CAI8595	55558939	11/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20
LWS1233	55558611	26/03/1999	62380	218	*	II * a	127.69
LWX4821	55556556	17/04/1999	53470	178			85.12
LWY4330	55554331	09/04/1999	67690	230	*	XXII	85.12
LXI8210	55558614	26/03/1999	65990	230	*	V	191.53
LXP7836	55556661	10/04/1999	67260	230	*	XVIII	127.69
LYB2090	55555224	31/03/1999	73400	252	*	IV	85.12
LYB2090	55555224	31/03/1999	59400	203	*	III	191.53
LYB2090	55555414	19/03/1999	73400	252	*	IV	85.12
LYB2090	55555414	19/03/1999	59400	203	*	III	191.53
LYB4927	55555269	29/01/1999	62380	218	*	II * a	127.69
LYF2658	55555239	22/04/1999	54520	181	*	VIII	127.69
LYG4330	55555218	31/03/1999	70480	244	*	II	191.53
LYJ2368	55556651	09/04/1999	65990	230	*	V	191.53
LYJ2368	55556651	09/04/1999	67690	230	*	XXII	85.12
LYJ2368	55556652	09/04/1999	65800	230	*	IV	191.53
LYJ6971	55555233	09/04/1999	57380	186	*	II	191.53
LYJ7844	55555234	09/04/1999	63940	220	*	XIV	191.53
LYT0621	55558372	12/04/1999	65990	230	*	V	191.53
LYY5082	55556653	09/04/1999	67690	230	*	XXII	85.12
LZE6232	55556659	09/04/1999	67690	230	*	XXII	85.12
LZI9043	55556451	29/03/1999	70300	244	*	I	191.53
LZN2310	55558608	26/03/1999	62200	218	*	I * b	574.61
LZX4572	55555230	08/04/1999	61220	214	*	I	191.53
MAD6909	55558936	10/04/1999	55760	182	*	I	85.12
MAL3941	55553240	26/03/1999	62380	218	*	II * a	127.69
MAT5987	55558944	11/04/1999	55410	181	*	XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 160/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 160/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXJ9935	55557655	26/01/2001	65990	230 * V	191.53
LXR8863	55557657	26/01/2001	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 133/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 133/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AWR7070	55556680	30/03/2000	61220	214 * I	191.53
GQS6942	55557255	29/03/2000	62110	218 * I * a	127.69
LWU7083	55557129	25/03/2000	62110	218 * I * a	127.69
LWY5352	55557120	23/03/2000	51850	167	127.69
LXI1605	55555657	13/03/2000	62380	218 * II * a	127.69
LXJ3142	55555836	26/02/2000	50100	162 * I	574.61
LXJ8139	55556963	21/03/2000	50100	162 * I	574.61
LXM8435	55557139	25/03/2000	67690	230 * XXII	85.12
LXO6726	55557204	26/03/2000	72340	250 * I * a	85.12
LXP4281	55557177	31/03/2000	62110	218 * I * a	127.69
LXW8844	55555659	17/03/2000	67690	230 * XXII	85.12
LYB5766	55557102	22/03/2000	51850	167	127.69
LYE4313	55555851	31/03/2000	60500	208	191.53
LYF6325	55556955	13/03/2000	54870	181 * XI	127.69
LYO6285	55557222	27/03/2000	62110	218 * I * a	127.69
LYY2273	55557140	25/03/2000	72340	250 * I * a	85.12
LZA6471	55556946	26/03/2000	62110	218 * I * a	127.69



LZD0500	55557201	26/03/2000	72340	250	*	I	*	a	85.12
LZP7894	55557146	25/03/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZS3890	55557229	27/03/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
LZS3974	55555706	12/02/2000	70300	244	*	I			191.53
LZT1696	55557258	30/03/2000	51850	167					127.69
MAL5933	55557206	26/03/2000	62200	218	*	I	*	b	574.61
MBH9698	55557332	01/04/2000	62110	218	*	I	*	a	127.69
MBP0119	55557244	29/03/2000	51850	167					127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 195/2002**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 195/2002**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACB3609	55555785	08/12/2001	65990	230 * V	191.53
LWX0153	55556447	11/12/2001	53800	181 * I	85.12
LXB5722	54577781A	12/12/2001	50100	162 * I	574.61
LXE8551	54577887A	09/12/2001	72340	250 * I * a	85.12
LYP4917	55555774	07/12/2001	51850	167	127.69
MAG3093	54578184A	08/12/2001	67260	230 * XVIII	127.69
MAG3093	54578184A	08/12/2001	69120	232	53.20
MAG3093	54578184A	08/12/2001	50100	162 * I	574.61
MBH4103	54577780A	07/12/2001	52070	169	53.20

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.098 178/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 178/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO  
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.  
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABQ2041	55556029	08/08/2001	55500	181 * XVIII	85.12
IBH4855	54577612A	15/08/2001	55680	181 * XIX	127.69
LXO7296	55556380	13/07/2001	69200	233	127.69
LXQ2895	55552847	15/08/2001	65990	230 * V	191.53
LXS2671	55556021	12/06/2001	69200	233	127.69
LYC9977	55557631	09/08/2001	58350	195	127.69
LYW4813	55558323	22/06/2001	69200	233	127.69
MCO4910	54577603A	03/08/2001	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU  
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-  
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-  
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-  
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 85/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 85/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXD6508	55558068	28/06/1998	55090	181 * XIII	85.12
LXE5609	55558018	25/06/1998	65990	230 * V	191.53
LXE5609	55558019	25/06/1998	50450	162 * V	191.53
LXG4271	55558154	28/06/1998	50100	162 * I	574.61
LXI4816	55558105	10/06/1998	70300	244 * I	191.53
LZA0483	55558021	25/06/1998	65560	230 * I	191.53
LZA0483	55558020	25/06/1998	65990	230 * V	191.53
LZF1289	55558064	28/06/1998	65990	230 * V	191.53
LZU4512	55558201	30/06/1998	66020	230 * VI	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 102/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 102/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

## INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BHI2870	55558697	14/03/1999	59320	203 * II	191.53
LWU6760	55558694	09/03/1999	60410	207	127.69
LWY9699	55554328	17/02/1999	70300	244 * I	191.53
LXM2412	55555206	27/02/1999	70480	244 * II	191.53
LXM2412	55555206	27/02/1999	50100	162 * I	574.61
LXW8944	55558700	21/03/1999	65990	230 * V	191.53
LXX6063	55555217	19/03/1999	70480	244 * II	191.53
LYB5766	55555210	11/03/1999	65800	230 * IV	191.53
LYB9370	55555309	11/03/1999	69120	232	53.20
LYX1715	55555406	10/03/1999	70300	244 * I	191.53
LZA2589	55558895	25/02/1999	51850	167	127.69
LZJ2324	55555423	20/03/1999	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LZJ2324	55555424	20/03/1999	50100	162 * I	574.61
LZJ2978	55558606	11/03/1999	51690	165	957.69
LZJ2978	55558606	11/03/1999	65990	230 * V	191.53
LZW6820	55558698	18/03/1999	69120	232	53.20
MAB9734	55555324	20/03/1999	62380	218 * II * a	127.69
MAT4666	55555370	13/03/1999	51850	167	127.69
MAT4666	55555370	13/03/1999	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 31 DE OUTUBRO DE 2014.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL Nº 04/2014 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - MUTIRÃO**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

PUBLICAÇÃO OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO

Edital nº 04/2014

Edital de Contribuição de Melhoria aos não aderentes à execução pelo regime de mutirão de que trata a Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, da Pavimentação Asfáltica, da Rua Minas Gerais.

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua Minas Gerais, abaixo relacionados, que não aderiram à execução da pavimentação poliédrica da via pelo regime de mutirão, que o Município de Timbó, com base no artigo art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto-lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427 todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação Asfáltica, tendo como custo apurado o valor total de R\$ 52.163,67 (Cinquenta e dois mil cento e sessenta e três reais sessenta e sete centavos), incluindo a infra-estrutura implantada, e está lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação Asfáltica da Rua Minas Gerais - Timbó-SC

1 - Memorial Descritivo da Obra:

1.1 - Identificação:

Projeto para pavimentação asfáltica, da Rua Minas Geral - (com área de 2.715,34m<sup>2</sup>), sendo que 2.124,03 m<sup>2</sup> foram realizados pelo sistema de mutirão (aderentes) e 591,11m<sup>2</sup> por Contribuição de Melhoria (não aderentes), sendo no Bairro Estados, em Timbó - SC.

### 1.2 - Justificativa:

Considerando que a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido à grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries.

Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres.

Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua Minas Gerais foi pavimentada, e em face a indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

### 1.3 - Especificações: 1.3 - Especificações:

Para a pavimentação asfáltica da Rua Minas Gerais, será utilizado asfalto betuminoso usinado a quente, na espessura de 5,00 cm, conforme especificações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA - Departamento Estadual de Infra-estrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes.

## 2 - Orçamento para implantação (referente a parte da rua a ser lançada como Contribuição de Melhoria)

2.1 - Pavimentação asfáltica da Rua Minas Gerais - (com área de 591,11 m<sup>2</sup>): (quinhentos e noventa e um metro onze decímetros quadrados).

### 2.1.1 - Drenagem Pluvial:

- Custo Unitário por tubo de Ø 0,40 m .....	R\$ 31,85
- Custo Unitário por tubo de Ø 0,60 m .....	R\$ 82,20
- Custo Unitário por tubo de Ø 0,80 m .....	R\$ 180,00

\* Nos custos estão inclusos fornecimento, implantação de tubulação sobre pranchas de madeira.

### Quantidade Total utilizada:

- Tubos de Ø 0,40 m .....	14 unidades
- Tubos de Ø 0,60 m .....	32 unidades
- Tubos de Ø 0,80 m .....	28 unidades
- Custo Tubos de Ø 0,40 m .....	14 x 31,85 = R\$ 445,90
- Custo Tubos de Ø 0,60 m .....	32 x 82,20 = R\$ 2.630,40
- Custo Tubos de Ø 0,80 m .....	28 x 180,00 = R\$ 5.040,00
- Custo Total da Drenagem .....	R\$ 8.116,30

### 2.1.2 - Execução das Caixas de Captação :

- Custo Unitário por Boca de Lobo com grelha de ferro .....	R\$ 385,00
- Quantidade Total .....	13 unidades
- Custo .....	385,00 x 3 = R\$ 1.155,00
- Custo Total execução das Caixas de Captação .....	R\$ 1.155,00

### 2.1.3 - Pavimentação asfáltica da Rua Minas Gerais (com área de 445,20 m<sup>2</sup>).

- Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora .....	325,11m <sup>3</sup>
- Custo Unitário .....	R\$ 5,45
- Custo .....	325,11x5,45= R\$ 1.771,85
- Aterro compactado .....	177,33m <sup>3</sup>
- Custo Unitário .....	R\$ 1,14
- Custo .....	177,33x1,14= R\$ 3.023,48
- Serviços de preparo da cancha .....	591,11 m <sup>2</sup>
- Custo Unitário .....	R\$ 1,14
- Custo .....	591,11x1,14= R\$ 673,87
- Regularização, base estabilizada, imprimação, pintura de ligação, e capa asfáltica incluindo a mão-de-obra e meio fio de concreto 10/12x25x100cm valor unitário do m <sup>2</sup> .....	R\$ 63,31
- Quantidade Total .....	591,11m <sup>2</sup>
- Custo .....	63,31x 591,11= R\$ 37.423,17
- Custo Total da pavimentação .....	R\$ 37.423,11
Global da Obra .....	R\$ 52.163,67

## 3 - Cronograma:

A obra teve início em 17/09/2012 e término em 13/03/2013.

**4 - Projetos:**

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

**5 - Conclusão:**

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 06 (seis) propriedades não aderentes, através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

**6 - Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:**

6.1 A área beneficiada por esta obra abrange trecho da Rua Minas Gerais correspondente aos imóveis pertencentes aos proprietários/posseuidores não aderentes à execução pelo regime de mutirão - (com área 591,11m²).

6.2 Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes que não aderiram à execução da obra de melhoria pelo regime de mutirão, nos termos do art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra pública em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietários		Inscrição Imobiliária	Valor do Imóvel antes da pavimentação	Valor do Imóvel depois da pavimentação	Valorização	
1	Carla Cristina Schweder	01.09.001.1657	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 25.000,00	
2	Gerson Schweder	01.09.001.1663	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 25.000,00	
3	Cristiano Dallabona	01.09.001.1670	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 25.000,00	
4	Eckerhard Gellert e outros	01.09.003.0794	R\$ 60.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 30.000,00	
5	Sociedade Estudante da Bíblia	01.09.003.0830	R\$ 60.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 30.000,00	
6	Deolindo Patrício	01.9.004.0406	R\$ 60.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 30.000,00	

**7- Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:**

7.1 - Participação do Município de Timbó = R\$ 7.824,55, o que corresponde a 15,00% da obra.

7.2 - Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$ 44.339,12, o que corresponde a 85,00% da obra.

7.3 - O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula:  $CM = A \times Vi / Vtr$ , onde:

a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 52.163,67

c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 165.000,00

7.4 - Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeados pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário		Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)	CM (em R\$)*
1	Carla Cristina Schweder	01.09.001.1657	R\$ 25.000,00	R\$ 6.718,05	R\$ 7.725,76
2	Gerson Schweder	01.09.001.1663	R\$ 25.000,00	R\$ 6.718,05	R\$ 7.725,76
3	Cristiano Dallabona	01.09.001.1670	R\$ 25.000,00	R\$ 6.718,05	R\$ 7.725,76
4	Eckerhard Gellert e outros	01.09.003.0794	R\$ 30.000,00	R\$ 8.061,66	R\$ 9.270,91
5	Sociedade Estudantil da Bíblia	01.09.003.0830	R\$ 30.000,00	R\$ 8.061,66	R\$ 9.270,91
6	Deolindo Patrício	01.9.004.0406	R\$ 30.000,00	R\$ 8.061,66	R\$ 9.270,91
TOTAL				R\$ 44.339,13	R\$ 50.990,01

\* De acordo com o §3º do Art. 427, da Lei Complementar Municipal nº 142/98 com redação dada pela LC nº 311, de 09/06/06: "O disposto no "caput" e § 1º deste artigo não se aplica ao lançamento da contribuição de melhoria decorrente da aplicação da lei que regulamenta a pavimentação pelo sistema de mutirão, contribuição esta que será lançada com acréscimo de 15% (quinze por cento), e poderá, o contribuinte, recolhê-la, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, pelo seu valor lançado, ou então, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, pleitear o parcelamento do seu débito em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, seguindo-se a tabela prevista no § 1º deste artigo, utilizando-se a UFM como fator de correção, sem incidência de juros sobre o pagamento parcelado."



**8 - Disposições Finais:****8.1 - Condições de Pagamento:**

8.1.1 - O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 - A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

**8.2 - Da Impugnação do Edital:**

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

a) Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;

b) Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação referir-se à parte técnica da obra;

c) Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação referir-se à parte jurídica do Edital/Obra;

d) Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas."

Município de Timbó, 15 de outubro de 2014.

Darcízio Bona

Maria Angélica Faggiani

Roseli L. da Rocha

Prefeito em exercício

Secretária da Fazenda e Administração

Engenheira Civil

**EDITAL Nº 10/2014 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA-MUTIRÃO**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

PUBLICAÇÃO OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO

Edital nº 10/2014

Edital de Contribuição de Melhoria aos não aderentes à execução pelo regime de mutirão de que trata a Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, da Pavimentação Poliédrica, da Rua Curitiba.

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua Curitiba, abaixo relacionados, que não aderiram à execução da pavimentação poliédrica da via pelo regime de mutirão, que o Município de Timbó, com base no artigo art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto- lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427 todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação Poliédrica, tendo como custo apurado o valor total de R\$ 18.188,71 (Dezoito mil e cento e oitenta e oito reais sessenta um centavos), incluindo a infra-estrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação poliédrica da Rua Curitiba - Timbó-SC

1 - Memorial Descritivo da Obra:

**1.1 - Identificação:**

Projeto para pavimentação poliédrica, da Rua Curitiba - (com área de 1.133,50m<sup>2</sup>), sendo que 854,50 m<sup>2</sup> foram realizados pelo sistema de mutirão (aderentes) e 279,00m<sup>2</sup> por Contribuição de Melhoria (não aderentes), sendo no Bairro Capitais, em Timbó - SC.

**1.2 - Justificativa:**

Considerando que a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido à grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries.

Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres.

Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua Curitiba foi pavimentada, e em face a indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

**1.3 - Especificações:**

Para a pavimentação com lajotas em concreto pré-moldado, do tipo "tijolão", da Rua Curitiba, nas dimensões de (25x12x8)cm, com resistência mínima de 35 Mpa. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA - Departamento Estadual de Infra-estrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes. A base de assentamento será colchão de areia média e terá uma espessura mínima compactada de 15 cm.

2 - Orçamento para implantação (referente à parte da rua a ser lançada como Contribuição de Melhoria:

2.1 - Pavimentação poliédrica da Rua Curitiba - (com área de 279,00 m<sup>2</sup>): (duzentos e setenta e nove metros quadrados).

2.1.1 - Pavimentação poliédrica da Rua Curitiba - (com área de 279,00m<sup>2</sup>)

- Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora .....	153,45m <sup>3</sup>
- Custo Unitário .....	R\$ 5,45
- Custo .....	5,45 x 153,45 = R\$ 836,30
- Serviços de preparo da cancha .....	279,00m <sup>2</sup>
- Custo Unitário .....	R\$ 1,14
- Custo .....	1,14 x 279,00 = R\$ 318,06
- Aterro compactado .....	83,70m <sup>3</sup>
- Custo Unitário .....	R\$ 17,05
- Custo .....	17,05 x 83,70 = R\$ 1.427,09
- Custo da pavimentação (base de areia ou pó de brita e tijolão) referente aos não-aderentes .....	R\$ 15.607,026
- Custo Total da pavimentação .....	R\$ 18.188,71
Global da Obra .....	R\$ 18.188,71

3 - Cronograma:

A obra teve início em 05/10/2012 e término em 19/12/2012.

4 - Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

5 - Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 04 (quatro) propriedades não aderentes, através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

6 - Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área beneficiada por esta obra abrange trecho da Rua Curitiba correspondente aos imóveis pertencentes aos proprietários/possuidores não aderentes à execução pelo regime de mutirão - (com área 279,00m<sup>2</sup>).

6.2 Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes que não aderiram à execução da obra de melhoria pelo regime de mutirão, nos termos do art. 2D inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra pública em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietário		Inscrição Imobiliária	Valor do imóvel antes pavimentação	Valor do imóvel após pavimentação	Valorização
1	LUCIANO DA SILVA	01.02.024.0166	55.000,00	75.000,00	R\$ 20.000,00
2	VITÓRIA DA SILVA	01.02.024.0164	110.000,00	150.000,00	R\$ 40.000,00
3	VALDEMAR VIERA	01.02.024.0281	55.000,00	75.000,00	R\$ 20.000,00
4	OSNI MANUEL DIAS	01.02.024.0230	55.000,00	75.000,00	R\$ 20.000,00
	TOTAL				R\$ 100.000,00

7- Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:

7.1 - Participação do Município de Timbó = R\$ 2.728,31, o que corresponde a 15,00% da obra.

7.2 - Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$ 15.460,40, o que corresponde a 85,00% da obra.

7.3 - O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula:  $CM = A \times Vi / Vtr$ , onde:

a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 18.188,71

c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 100.000,00

7.4 - Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário		Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)	CM (em R\$)*
1	LUCIANO DA SILVA	01.02.024.0166	R\$ 20.000,00	R\$ 3.092,08	R\$ 3.555,89
2	VITORIA DA SILVA	01.02.024.0164	R\$ 40.000,00	R\$ 6.184,16	R\$ 7.111,78
3	VALDEMAR VIEIRA	01.02.024.0281	R\$ 20.000,00	R\$ 3.092,08	R\$ 3.555,89
4	OSNI MANUEL DIAS	01.02.024.0230	R\$ 20.000,00	R\$ 3.092,08	R\$ 3.555,89
TOTAL				R\$15.460,40	R\$ 17.779,45

\* De acordo com o §3º do Art. 427, da Lei Complementar Municipal nº 142/98 com redação dada pela LC nº 311, de 09/06/06: "O disposto no "caput" e § 1º deste artigo não se aplica ao lançamento da contribuição de melhoria decorrente da aplicação da lei que regulamenta a pavimentação pelo sistema de mutirão, contribuição esta que será lançada com acréscimo de 15% (quinze por cento), e poderá, o contribuinte, recolhê-la, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, pelo seu valor lançado, ou então, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, pleitear o parcelamento do seu débito em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, seguindo-se a tabela prevista no § 1º deste artigo, utilizando-se a UFM como fator de correção, sem incidência de juros sobre o pagamento parcelado."

#### 8 - Disposições Finais:

##### 8.1 - Condições de Pagamento:

8.1.1 - O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 - A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

##### 8.2 - Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

- Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;
- Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação referir-se à parte técnica da obra;
- Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação referir-se à parte jurídica do Edital/Obra;
- Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas."

Município de Timbó, 22 de agosto de 2014.

Darcízio Bona

Maria Angélica Faggiani

Roseli L. da Rocha

Prefeito em exercício

Secretária da Fazenda e Administração

Engenheira Civil

## EDITAL Nº 12/2014 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - MUTIRÃO

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

PUBLICAÇÃO OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO

Edital nº 12/2014

Edital de Contribuição de Melhoria aos não aderentes à execução pelo regime de mutirão de que trata a Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, da Pavimentação Asfáltica, da Rua Itapoá.

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua Itapoá abaixo relacionados, que não aderiram à execução da pavimentação poliédrica da via pelo regime de mutirão, que o Município de Timbó, com base no artigo art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto-lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427 todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação Asfáltica, tendo como custo apurado o valor total de R\$ 41.887,11 (Quarenta e um mil oitocentos e oitenta e oito reais e onze centavos), incluindo a infra-estrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação Asfáltica da Rua Itapoá - Timbó-SC

#### 1 - Memorial Descritivo da Obra:

##### 1.1 - Identificação:

##### 1.1 - Identificação:

Projetos para pavimentação asfáltica, da Rua Itapoá- (com área de 1.659,59m²), sendo que 1.102,97m² foram realizados pelo sistema de mutirão (aderentes) e 556,62m² por Contribuição de Melhoria (não aderentes), sendo no Bairro Quintino, em Timbó - SC.

##### 1.2 - Justificativa:

Considerando que a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para

desenvolver esta atividade devido à grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries.

Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres.

Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua Itapoá foi pavimentada, e em face a indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

### 1.3 - Especificações:

Para a pavimentação asfáltica da Rua Itapoá, será utilizado asfalto betuminoso usinado a quente, na espessura de 5,00 cm, conforme especificações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA - Departamento Estadual de Infra-estrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes

2 - Orçamento para implantação (referente à parte da rua a ser lançada como Contribuição de Melhoria:

2.1 - Pavimentação asfáltica da Rua Itapoá - (com área de 556,62m<sup>2</sup>): (quinhentos e cinquenta e seis metros e sessenta e dois decímetros quadrados).

- Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora .....	306,14m <sup>3</sup>	
- Custo Unitário .....		R\$ 5,45
- Custo .....	306,14x5,45=	R\$ 1.668,46
- Aterro compactado .....	166,99m <sup>3</sup>	
- Custo Unitário .....		R\$ 17,05
- Custo .....	166,99x17,05=	R\$ 2.847,18
- Serviços de preparo da cancha .....	556,62 m <sup>2</sup>	
- Custo Unitário .....		R\$ 1,14
- Custo .....	556,62x1,14=	R\$ 634,55
- Regularização, base estabilizada, imprimação, pintura de ligação, e capa asfáltica incluindo a mão-de-obra.e meio fio de concreto 10/12x25x100cm valor unitário do m <sup>2</sup> .....		R\$ 66,00
- Quantidade Total .....	556,62m <sup>2</sup>	
- Custo .....	66,00x 556,62=	R\$ 36.736,92
- Custo Total da pavimentação .....		R\$ 36.736,92
Global da Obra .....		R\$ 41.887,11

### 3 - Cronograma:

A obra teve início em 01/09/2011 e término em 19/12/2011.

### 4 - Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

### 5 - Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 04 (quatro) propriedades não aderentes, através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

### 6 - Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área beneficiada por esta obra abrange trecho da Rua Itapoá correspondente aos imóveis pertencentes aos proprietários/possuidores não aderentes à execução pelo regime de mutirão - (com área 556,62m<sup>2</sup>).

6.2 Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes que não aderiram à execução da obra de melhoria pelo regime de mutirão, nos termos do art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra pública em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Valor do imóvel antes pavimentação	Valor do imóvel após pavimentação	Valorização
1 Anita Tania dos Passos Campestrini	01.07.022.0515.001	60.000,00	85.000,00	R\$ 25.000,00
2 Angela Fortunata Garcia	01.07.022.0522.001	60.000,00	85.000,00	R\$ 25.000,00

3	Mara Emilia Rocha Denari	01.07.022.0575.001	65.000,00	90.000,00	R\$ 25.000,00
4	Erico zermiani	01.07.022.0417.001	60.000,00	85.000,00	R\$ 25.000,00
	TOTAL				R\$ 100.000,00

7- Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:

7.1 - Participação do Município de Timbó = R\$ 6.283,07, o que corresponde a 15,00% da obra.

7.2 - Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$ 35.604,04, o que corresponde a 85,00% da obra.

7.3 - O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula:  $CM = AxVi/Vtr$ , onde:

a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 41.887,11

c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 100.000,00

7.4 - Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)	CM (em R\$)*
1	Anita Tania dos Passos Campestrini	01.07.022.0515.001	R\$ 25.000,00	R\$ 8.901,01
2	Angela Fortunata Garcia	01.07.022.0522.001	R\$ 25.000,00	R\$ 8.901,01
3	Mara Emilia Rocha Denari	01.07.022.0575.001	R\$ 25.000,00	R\$ 8.901,01
4	Erico zermiani	01.07.022.0417.001	R\$ 25.000,00	R\$ 8.901,01
	TOTAL		R\$ 35.604,04	R\$ 40.944,40

\* De acordo com o §3º do Art. 427, da Lei Complementar Municipal nº 142/98 com redação dada pela LC nº 311, de 09/06/06: "O disposto no "caput" e § 1º deste artigo não se aplica ao lançamento da contribuição de melhoria decorrente da aplicação da lei que regulamenta a pavimentação pelo sistema de mutirão, contribuição esta que será lançada com acréscimo de 15% (quinze por cento), e poderá, o contribuinte, recolhê-la, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, pelo seu valor lançado, ou então, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, pleitear o parcelamento do seu débito em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, seguindo-se a tabela prevista no § 1º deste artigo, utilizando-se a UFM como fator de correção, sem incidência de juros sobre o pagamento parcelado."

#### 8 - Disposições Finais:

##### 8.1 - Condições de Pagamento:

8.1.1 - O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 - A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

##### 8.2 - Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

a) Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;

b) Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação referir-se à parte técnica da obra;

c) Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação referir-se à parte jurídica do Edital/Obra;

d) Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas."

Município de Timbó, 15 de outubro de 2014.

Darcízio Bona

Prefeito em exercício

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração

Roseli L. da Rocha

Engenheira Civil



**ATA CREDENCIAMENTO N.º 40 2012 FMS - FISIOTERAPIA**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 40/2012 - FMS

Às doze horas, do quinto dia, do mês de novembro de dois mil e catorze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger para abertura dos envelopes de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 40/2012 - FMS. Protocolou tempestivamente (31/10/2014) o envelope a seguinte clínica: CLINICA DE FISIOTERAPIA TIMBO LTDA. A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que conferissem sua inviolabilidade. Na sequência, a senhora presidente iniciou a abertura do envelope, colocando à disposição dos presentes os documentos nele contidos para análise e rubrica. Da análise dos documentos constatou-se que a licitante não atendeu aos seguintes requisitos:

a) alínea "b" do subitem 3.3.1 (Regularidade Fiscal), sendo que apresentou a Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) vencida na data de 28/10/14;

b) alínea "g" do subitem 3.3.1 (Regularidade Fiscal), sendo que apresentou as cópias dos documentos (Certificado de conclusão do curso do Profissional em fisioterapia e demonstração de Registro na entidade competente) sem autenticação, nos termos do item 3.2 do Edital.

Diante do exposto, restou INABILITADA no certame a licitante CLINICA DE FISIOTERAPIA TIMBO LTDA, tendo em vista que apresentou a Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) vencida e cópias sem autenticação do Certificado de conclusão do curso do Profissional em fisioterapia e dos Registros na entidade competente. No entanto, poderá a clínica, durante todo o período de vigência do certame (Credenciamento nº 40/2012- FMS), apresentar nova documentação para credenciamento escoimada dos vícios que culminaram na inabilitação. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intinem-se.

CARMELINDE BRANDT

Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO

Secretária

ALINE BURGER

Membro

**ATA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 134 2014 PMT**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 134/2014 - PMT

Às nove horas e dez minutos, do quinto dia, do mês de outubro de dois mil e catorze, no auditório da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger e, representando a empresa SINALBLU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., o Sr. Plinio Dorly Westphal. Entregaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta, a seguinte empresa SINALBLU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura do envelope Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos. O representante presente solicitou permissão para se retirar da reunião, antes da finalização da ata, a qual foi autorizada pela Sra. Presidente. Em função da ausência deste a ata segue assinada apenas pelos membros da Comissão de Licitação. Na sequência a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Contabilidade, tendo em vista a necessidade de análise e parecer contábil destes documentos, em especial do item 7.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira. O envelope de PROPOSTA deverá permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrado, até a data designada para sua abertura. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intinem-se.

CARMELINDE BRANDT

Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO

Secretária

ALINE BURGER

Membro



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.090 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/090

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Empreiteira de Mão de Obra VB LTDA EPP.

OBJETO: Supressão de R\$ 68.882,59 (sessenta e oito mil oitocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) e acrescido de R\$ 177.904,37 (cento e setenta e sete mil novecentos e quatro reais e trinta e sete centavos). Ao valor da Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº. 2014/090.

DATA DA ASSINATURA: 24/10/2014

SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

**EXTRATO CONTRATO 2014\_161 FUNDEC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/161.

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil de Timbó. CONTRATADA: Terrabase Terraplanagem e Transportes Ltda. OBJETO: Execução de serviços de horas máquina (escavadeira hidráulica) destinadas à limpeza e remoção de escombros e entulhos para restabelecimento e recuperação das áreas urbanas e rurais danificadas pelas chuvas do mês de setembro/2013, relacionado ao Convênio n.º 074/SCD/2013, Processo n.º 4210/SDC/2013 firmado entre o Estado de Santa Catarina (através do Fundo Estadual da Defesa Civil) e o Município de Timbó (repetição parcial pregão presencial n.º 01/2014), bem como a execução de toda a prestação de serviços, fornecimentos e demais atividades a elas relacionada. VALOR: R\$ 9.212,00 (nove mil duzentos e doze reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: 27/10/2014 até 31/12/2014. Data da assinatura: 27/10/14.

**EXTRATO CONTRATO 2014\_157 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/157

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: JM Terraplanagem - Jean Menin - ME

OBJETO: Execução de serviços de horas máquina - escavadeira hidráulica, com operador, destinados à limpeza e remoção de escombros e entulhos em valas e ruas do município de Timbó/SC, conforme convênio SIAFI N.º 680143, termo de compromisso 0152/2014, realizado entre o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC e Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil, bem como a execução de toda a prestação de serviços, fornecimentos e demais atividades a elas relacionadas, conforme o item 01, a serem cumpridos integralmente pela contratada, tudo de conformidade com o Edital de Pregão nº. 07/2014.

VALOR: R\$ 26.581,00 (vinte e seis mil quinhentos e oitenta e um reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: de 27/10/2014 à 31/12/2014.

Data da assinatura: 27/10/14.

WIEGOLD STARKE  
Coordenador da Defesa Civil

**EXTRATO CONTRATO 2014\_158 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/158

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Terrabase Terraplanagem e Transportes Ltda

OBJETO: Execução de serviços de horas máquina (retroescavadeira) com operador, destinadas à limpeza e remoção de escombros e entulhos em valas e ruas do município de Timbó/SC, conforme convênio SIAFI N.º 680143, termo de compromisso 0152/2014, realizado entre o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC e Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil, bem como a execução de toda a prestação de serviços, fornecimentos e demais atividades a elas relacionadas, conforme o item 02, a serem cumpridos integralmente pela contratada, tudo de conformidade com o Edital de Pregão nº. 07/2014.

VALOR: R\$ 13.583,00 (treze mil quinhentos e oitenta e três reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: de 27/10/2014 à 31/12/2014.

DATA DA ASSINATURA: 27/10/14.

WIEGOLD STARKE  
Coordenador da Defesa Civil

### **EXTRATO CONTRATO 2014\_159 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/159

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: MSN Terraplanagem Ltda.

OBJETO: Execução de serviços de horas caminhão (caminhão basculante) com operador, destinadas à limpeza e remoção de escombros e entulhos em valas e ruas do município de Timbó/SC, conforme convênio SIAFI N.º 680143, termo de compromisso 0152/2014, realizado entre o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC e Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil, bem como a execução de toda a prestação de serviços, fornecimentos e demais atividades a elas relacionadas, conforme o item 03, a serem cumpridos integralmente pela contratada, tudo de conformidade com o Edital de Pregão nº. 07/2014.

VALOR: R\$ 9.750,00 (nove mil setecentos e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: de 27/10/2014 à 31/12/2014.

DATA DA ASSINATURA: 27/10/14.

WIEGOLD STARKE  
Coordenador da Defesa Civil

---

## **SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ**

---

### **PORTARIA N. SAMAE- 129, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA N. SAMAE- 129, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Gema Vicente

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora GEMA VICENTE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, por trinta e quatro (34) dias, a contar de 24 de outubro de 2014 (período de 24/10/2014 a 26/11/2014), com remuneração equivalente a de contribuição, a título de auxílio-doença conforme Processo RH 73/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

### **PORTARIA N. SAMAE- 130, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA N. SAMAE- 130, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3506, de 13/06/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

## SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
THIAGO LUIZ SCHWEDER (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	15/04/1995	093.936.729-70	44 horas	05/11/2014 a 31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

## Três Barras

### PREFEITURA

#### PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 98/2014

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 98/2014 - Edital Pregão nº. 68/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 19 de novembro de 2014, Propostas para "Contratação de Espetáculos Pirotécnicos" destinados as comemorações natalinas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 19 de novembro de 2014.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 30 de outubro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS

PREGOEIRO

#### PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 99/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 99/2014 - Edital nº. 69/2014.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 10 h e 00 min. do dia 19 de novembro de 2014, Propostas para "Registro de Preço de Moveis e Equipamentos Hospitalar" destinados a Unidade de Saúde da Família 006.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 10 h e 00 min. do dia 19 de novembro de 2014.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 31 de outubro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS

PREGOEIRO

## Treze Tílias

### PREFEITURA

#### PORTARIA N 119/2014

PORTARIA Nº 119/14 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, o Sr. ALCIDES RIBEIRO DA SILVA, CPF nº 490.471.169-68, residente e domiciliado neste município, do cargo efetivo de Auxiliar de Pedreiro (atual Aux. De obras e serviços públicos).

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

#### LEI ORDINARIA N 1831

LEI ORDINÁRIA Nº 1.831/2014

EMENTA: Estabelecem as Diretrizes Orçamentárias do Município, as metas e objetivos da Administração, seus recursos financeiros e as bases para preparação do Orçamento para o exercício de 2015.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de TREZE TÍLIAS, Estado de Santa Catarina, em atendimento ao § 2º do artigo 165 da Constituição Federal, submete a apreciação da Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município de TREZE TÍLIAS, para o exercício de 2015, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - diretrizes gerais;
- II - disposições sobre a receita;
- III - disposições sobre a despesa;
- IV - dos créditos adicionais;
- V - das despesas com educação e saúde;
- VI - das disposições gerais.

Art. 2º O Poder Executivo deve adaptar à programação estabelecida, no que se refere a circunstâncias emergenciais a atualizar elementos quantitativos no plano de governo e definidos no orçamento programa.

#### CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 3º A presente Lei, que estabelece diretrizes gerais, será elaborada de acordo com as ações extraídas do Plano Plurianual.

Art. 4º Após o encaminhamento do Projeto de lei do orçamento

ao legislativo, os valores da Receita estimada e da Despesa fixada poderão ser reajustados pelo Poder Executivo, mediante justificativas e antes da sua aprovação.

Art. 5º A lei orçamentária destinará recursos vinculados para execução de projetos e atividades típicas com recursos de Transferências por parte da União ou Estado, sendo para isso necessário firmar convênio de intenções.

Art. 6º A lei orçamentária geral, englobará os recursos correspondentes às receitas e despesas de todos os órgãos, autarquias, fundações, empresas e fundos mantidos pelo município.

Art. 7º As despesas de pessoal e encargos sociais não poderão aumentar além de índices de incrementos, obedecendo ao que estabelece o Artigo 169 da Constituição Federal.

Art. 8º As despesas com custeio, em cada órgão ou unidade orçamentária não poderá ter aumento que superem os índices de crescimento dos valores globais de Orçamento, ressalvando com justificativa própria, novas despesas na área da Educação e Saúde.

Art. 9º. A prestação de contas anual deverá demonstrar os efeitos decorrentes de isenções, anistias, subsídios e benefícios tributários e creditícios, identificando as vantagens concedidas.

Art. 10º. O Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública, com a participação do Poder Executivo junto a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.11º Os Fundos municipais terão orçamento próprio e a lei será a do orçamento geral.

## CAPÍTULO II DA RECEITA

Art. 12º. A natureza da receita orçamentária a ser estimada na lei do orçamento para o exercício de 2015 será de acordo com Portaria Interministerial vigente e terá seus cálculos com base nos três últimos exercícios financeiros, havendo incrementos de receita deverá ser apresentadas justificativas na mensagem que encaminhar a lei orçamentária ao legislativo.

Art. 13º. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao legislativo, até três meses antes do encerramento do atual exercício, o projeto de lei dispondo sobre mudanças no Código Tributário.

Parágrafo único - Não se inclui neste caso, alterações sobre a Planta de Valores Imobiliários, base do IPTU e ITBI.

Art. 14º. O Município poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar eminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

§ 1º As Operações de Crédito a serem realizadas pelo município, no exercício de 2015, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual correspondente, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pelo Poder Legislativo.

§ 2º De acordo com o que determina o art. 35 da LRF, fica expressamente proibido a realização de operações de crédito entre um ente da Federação.

§ 3º Até que nova resolução ou norma for aprovada, o Município continuará a obedecer às condições, limites e procedimentos estabelecidos pela resolução nº 78/98 do Senado Federal, norma

em vigor.

Art. 15º. A Operação de Crédito por Antecipação de Receita destinar-se-á para atendimento de insuficiência de caixa durante o exercício de 2015 e constará na lei orçamentária e não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) da receita estimada no orçamento.

§ 1º A Operação de Crédito por Antecipação de Receita será efetuada mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central.

Art. 16º. A modernização da administração tributária e fiscal será desenvolvida para ajustes do código tributário e da lei orgânica do Município.

Parágrafo único - Deverão ser tomadas as seguintes medidas:

I - Cobrança de taxas com base nos custos das operações a atuações do Município;

II - Aplicação da correção monetária de acordo com os índices oficiais;

III - Ampliação permanente do cadastro técnico fiscal e dado demográficos atualizado.

Art. 17º. A concessão, incentivos e benefícios de natureza tributária, através de renúncia de receita, serão concedidos de conformidade com o art. 14 da Lei de responsabilidade fiscal.

Art. 18º. O Poder Legislativo poderá proceder a reestimativa de receita da proposta orçamentária a ser apresentada, desde que comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

Art. 21. As Receitas de Alienação de Bens e Direitos, não poderão ser aplicadas em Despesas Correntes, salvo se a lei destiná-las ao regime de previdência social, geral e próprio dos servidores público, legalmente constituído.

## CAPÍTULO III DAS DESPESAS

Art. 19º As despesas serão fixadas pela lei orçamentária de conformidade com a receita estimada e a sua discriminação quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, conforme art. 6º da Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001.

Parágrafo único - As despesas com recursos de Convênios serão orçadas no valor da contrapartida e quando do ingresso dos recursos, as dotações serão suplementadas de acordo com o inciso V do artigo 28 da presente lei.

Art. 20º. Na execução orçamentária do exercício de 2015, deverá ser adotado sistema de limitação de empenho, sempre que a gestão fiscal se evidenciar deficitária.

Art. 21º. As despesas obrigatórias de caráter continuado deverão ter dotações orçamentárias suficientes, e sua expansão será de acordo com os respectivos contratos.

Art. 22º. Considera-se despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas



extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º As despesas de Pessoal e encargos dos Agentes Políticos, do quadro efetivo e dos contratados em caráter temporário, obedecerão rigorosamente o que estabelece a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal e outras regulamentações vigentes e que entrarem em vigor.

§ 2º Para os fins do disposto no artigo 20 da lei de responsabilidade fiscal, sobre a repartição dos limites de gastos com pessoal, fica fixado sobre a receita corrente líquida o percentual de 6% para o Poder Legislativo e 54% para o Poder Executivo.

§ 3º As despesas referentes a contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizadas em Outras Despesas de Pessoal e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

Art. 23º Para o cumprimento do que determina o Art. 169 da Constituição Federal, no decorrer do ano 2015, o poder Executivo Municipal poderá proceder a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estruturas de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título pelos órgãos da administração municipal, através de lei específica.

Art. 24º A Secretaria de Finanças através da contabilidade, fica obrigada a evidenciar os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, com a observação da ordem cronológica.

#### CAPÍTULO IV DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 25º A Abertura de créditos suplementares ao orçamento dependerá da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

I - Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2015, como reserva de contingência o percentual de até 10% (dez por cento), do valor total da Receita Orçamentária estimada, tanto para a Prefeitura, quanto para os Fundos e Fundações, de conformidade com o art. 7º da Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001.

II - Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2015, autorização para movimentação do excesso de arrecadação por decreto, desde que comprovada a existência do excesso no período da abertura do crédito ou sua provável entrada.

III - Poderá o Executivo incluir na Proposta Orçamentária para o exercício de 2015, autorização para movimentação de recursos de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação para outro, dentro de uma mesma Secretaria e/ou Fundo Especial ou Operações especiais.

IV - Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2015, autorização por decreto para utilização do Superávit Financeiro para suplementação de dotações orçamentárias.

V - Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária, autorização para movimentar através de Decreto a suplementação de dotações orçamentárias no elemento do objeto de convênios, utilizando para isto o valor do respectivo convênio, cujo valor não fará parte do demonstrativo do quadro de excesso de arrecadação.

#### CAPÍTULO V DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Art. 26º O Poder Executivo Municipal através da Secretaria da Educação, tomará as medidas necessárias para atendimento da lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da lei 9.424/96, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art. 27º O Poder Executivo Municipal através da Secretaria da Saúde, tomará as medidas necessárias para atendimento da Emenda Constitucional nº 29/2000.

Art. 28º. Fica autorizado a manutenção do Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB.

Art. 29º. O Poder Executivo consignará na proposta orçamentária para o exercício de 2015, dotações orçamentárias próprias para contabilização das despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico - FUNDEB e do Salário Educação.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30º O Orçamento Programa terá sua execução centrada nos Órgãos e Unidades Orçamentárias, de acordo com a estrutura orçamentária da prefeitura municipal.

Parágrafo único - Estrutura Orçamentária da Prefeitura Municipal:

##### I - ÓRGÃOS DA ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA

- Poder Legislativo
- Chefia do Executivo

##### II - UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

- Câmara Municipal de Vereadores
- Gabinete do Prefeito
- Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
- Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente e Gestão de Trânsito
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal da Cultura e Esportes
- Secretaria Municipal do Turismo, Indústria e Comércio
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Planejamento e Obras

##### III - FUNDOS

- Fundo Municipal de Saúde
- Fundo Municipal de Assistência Social
- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Fundo Municipal do Sistema de Assistência Social - SIMA
- Fundo Municipal de Cultura
- Fundação Cultural

##### IV - FUNÇÕES

Para que se caracterize da melhor forma possível as ações de governo na proposta orçamentária, serão utilizadas as funções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

##### V - SUBFUNÇÃO

Para que se caracterize da melhor forma possível a identificação dos objetivos e uma precisa e perfeita aplicação dos recursos municipais no processo orçamentário, serão utilizadas as sub-funções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.



**VI - PROGRAMAS**

Para que se caracterize da melhor forma possível a classificação da despesa dentro de cada unidade orçamentária, serão utilizados programas constantes do Plano Plurianual, com o objetivo de uma classificação mais precisa possível da despesa orçamentária.

**VII - PROJETOS**

Os Projetos que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2015 serão os que foram previamente aprovados no plano plurianual de investimentos em vigor e será um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo municipal.

**VIII - ATIVIDADES**

As atividades que farão parte da proposta orçamentária para o exercício 2015 serão para manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura da Prefeitura Municipal e as mesmas deverão ser realizadas de forma contínua e permanente cujo produto final será a manutenção das ações governamental as quais foram extraídas do Plano Plurianual.

Art. 31º As dotações orçamentárias de subvenções e contribuições somente poderão ser concedidas a entidades sem fins lucrativos, devidamente nominados na proposta orçamentária, ou a posterior com lei específica e de conformidade com o art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 32º. A compra e contratação de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório e termo de contrato, nos termos das Leis 8.666/93 e 8.883/94 e legislação posterior.

Art. 33º. As despesas com a desapropriação de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 34º Para atendimento do § 3º do art. 165 da Constituição Federal deverá o Chefe do Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 35º Para atendimento do Art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal deverá ao final de cada quadrimestre, ser emitido relatório de gestão fiscal assinado pelo Prefeito Municipal e pelo Presidente da Câmara de Vereadores em relação ao Poder Legislativo.

Art. 36º Fica O Poder Executivo autorizado a realizar despesas com a realização anual da Feira de Exposições, Agropecuária e do Gado Leiteiro e a Expotílias.

Art. 37º Se o orçamento não for sancionado até o final do exercício de seu encaminhamento ao Poder Legislativo, sua programação poderá ser executada, até o limite de dois doze avos do total de cada dotação.

Art. 28º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Treze Tílias 04 de novembro de 2014

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO 1939**

DECRETO Nº 1.939/2014 de 16/10/2014

DISPONIBILIZA O VEICULO FIAT DOBLO JAEDI AMB PLACA MGB 0692, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica à disposição do departamento de Trânsito do Município, o veículo FIAT DOBLO JAEDI AMB PLACA MGB 0692.

Artigo 2º - As despesas com a manutenção e combustíveis do veículo citado no artigo anterior serão empenhadas na dotação orçamentária da Secretaria de transportes e Obras.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 16 de outubro de 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO 1940**

DECRETO Nº 1.940/2014 de 16/10/2014

DISPONIBILIZA O VEICULO FIAT UNO PLACA MEY 8843 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA A SECRETARIA DE TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica à disposição da Secretaria de Turismo do Município de Treze Tílias, o veículo FIAT UNO PLACA MEY 8843.

Artigo 2º - As despesas com a manutenção e combustíveis do veículo citado no artigo anterior serão empenhadas na dotação orçamentária da Secretaria de Administração e Fazenda.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 16 de outubro de 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO 1941**

DECRETO Nº 1.941/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 15.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

SUPLEMENTA

08 . Secretaria de Turismo ,Indústria e Comércio

01 - Serviços do Turismo

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00 .....  
..... R\$ 15.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao artigo anterior fica utilizado o recurso do excesso de arrecadação verificado no período e ou sua tendência.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 23/10/2014

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda**DECRETO 1942**

DECRETO Nº 1.942/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 154.493,17 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 154.493,17 (cento e cinquenta e quatro mil quatrocentos e noventa e três reais e dezessete centavos) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

SUPLEMENTA

06 . Secretaria de Educação

01 - Ensino Infantil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00 .....  
..... R\$ 154.493,17

Artigo 2º - Para fazer frente ao artigo anterior fica utilizado o recurso do convênio com o FNDE - Construção Pré-Escolar.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 23/10/2014

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO 1943**

DECRETO Nº 1.943/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 8.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

SUPLEMENTA

09 . Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

01 - Manutenção da Secretaria

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00 .....  
..... R\$ 8.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao artigo anterior fica utilizado o recurso do excesso de arrecadação verificado no período e sua tendência

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 28/10/2014

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO 1944**

DECRETO Nº 1.944/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 132.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

06 . Secretaria da Educação

01 - Ensino Infantil

Atividade: 2200

(27) Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.19 .....  
..... R\$ 33.000,00(28) Modalidade de aplicação: 3.1.90.00.00.18 .....  
..... R\$ 42.000,00

Atividade: 2201

(30) Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.01 .....  
..... R\$ 5.000,00

02 - Ensino Fundamental

Atividade: 2202

(38) Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.18 .....

..... R\$ 7.000,00  
 Atividade: 2011  
 (35) Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.58 .....  
 ..... R\$ 20.000,00  
 04 - Ensino Jovens e Adultos  
 Atividade: 2012  
 (51) Modalidade de aplicação: 3.1.90.00.00.00 .....  
 ..... R\$ 10.000,00

07 - Secretaria de Cultura e Esportes  
 01 - Serviços de Cultura  
 Atividade: 2015  
 (57) Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00 .....  
 ..... R\$ 7.000,00

08 - Secretaria de Turismo Industria e Comércio  
 01 - Serviços do Turismo  
 Atividade: 2016  
 (63) Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00 .....  
 ..... R\$ 5.000,00

09 - Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente  
 01 - Manutenção da Secretaria  
 Atividade: 2017  
 (77) Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00 .....  
 ..... R\$ 3.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao artigo anterior fica utilizado o recurso do excesso de arrecadação verificado no período e sua tendência

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 28/10/2014  
 MAURO DRESCH  
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI  
 Secretária de Administração e Fazenda

## DECRETO 1945

DECRETO Nº 1.945/2014  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 20.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

06 - Secretaria da Educação  
 01 - Ensino Infantil  
 Atividade: 2201  
 (30) Modalidade de aplicação: 3.3.90.00.00.01 .....  
 ..... R\$ 10.000,00  
 07 - Secretaria de Cultura e Esportes  
 01 - Serviços de Esportes  
 Atividade: 2018  
 (62) Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00 .....  
 ..... R\$ 10.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao artigo anterior fica utilizado o recurso do excesso de arrecadação verificado no período e sua tendência

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 28/10/2014  
 MAURO DRESCH  
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI  
 Secretária de Administração e Fazenda

## DECRETO 1946

DECRETO N.º 1.946/2014  
 "NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei Estadual nº 4.841/73 combinado com o Decreto 103/75 de 25/10/75 e demais normas aplicáveis a matéria

DECRETA:

Art. 1º - A Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de Treze Tílias, fica constituído da seguinte forma:

Presidente: Marcelo Mantovani  
 Secretário Executivo: Sérgio Luiz Guesser

### GRUPO PERMANENTE:

José Carlos Toporoski :Representante da Saúde  
 Edson Martins: Representante da Polícia Militar  
 Walter Graff Zang: Representante da Agricultura  
 Sandro Eduardo Hartmann: Representando Setor Financeiro  
 Rafael Chediak Trost: Representante da Assistência Social  
 Kelly Cristina Hartmann: Representante da Educação  
 Rafael Hensel: Representante da Secretaria da Administração.

### GRUPO EMERGENCIAL:

Armando Ansiliero Junior: Representante do Comércio  
 Tarso Dresch: Representante da Indústria  
 Sigmundo Perlochner: Representante da Agricultura  
 Dr. José Léo Gonçalves: Representante dos Profissionais liberais

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal consignadas em cada exercício financeiro.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias, 03 de novembro de 2014.  
 MAURO DRESCH  
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI  
 Secretária de Administração e Fazenda

**AVISO DE LICITAÇÃO PP 14/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE  
TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 14/2014 FMS - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de empresa para fornecer licença de uso do Sistema Informatizado de Gestão da Saúde, incluindo os serviços de treinamento, implantação, conversão dos dados existentes, manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do Município de TREZE TÍLIAS/SC, com capacitação das diretorias e Unidades assistenciais de saúde, bem como o Hospital Municipal, conforme especificações contidas nos anexos, que são partes integrantes deste processo licitatório.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 19/11/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. O edital pode ser obtido no site [www.trezetilias.sc.gov.br](http://www.trezetilias.sc.gov.br). Maiores informações no telefone (49) 35370166.

JOSE CARLOS TOPOROSKI

Gestor do Fundo

**RREO 5 BIMESTRE 2014**

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/MÊS OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	10.000,00	92.752,00	-82.752,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	92.752,00	-82.752,00
<b>TOTAL</b>	10.000,00	92.752,00	-82.752,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	92.752,00	92.752,00

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>20.640.533,59</b>	<b>20.640.533,59</b>	<b>4.403.831,34</b>	<b>21,34</b>	<b>21.274.114,67</b>	<b>103,07</b>
RECEITAS CORRENTES	18.960.533,59	18.960.533,59	3.875.797,52	20,44	19.171.834,71	101,11
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.217.100,00	1.217.100,00	439.520,37	36,11	1.990.933,04	163,58
IMPOSTOS	982.000,00	982.000,00	400.626,64	40,80	1.724.025,45	175,56
TAXAS	165.100,00	165.100,00	38.437,19	23,28	262.149,54	158,78
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	70.000,00	70.000,00	456,54	0,65	4.758,05	6,80
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	268.000,00	268.000,00	91.767,98	34,24	421.298,75	157,20
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	41.153,46	0,00	193.222,31	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	268.000,00	268.000,00	50.614,52	18,89	228.076,44	85,10
RECEITA PATRIMONIAL	128.000,00	128.000,00	46.464,05	36,30	242.500,42	189,45
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	128.000,00	128.000,00	46.464,05	36,30	242.500,42	189,45
RECEITA DE SERVIÇOS	40.000,00	40.000,00	17.735,09	44,34	89.460,63	223,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.943.433,59	16.943.433,59	3.117.512,58	18,40	15.831.549,26	93,44
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.883.433,59	16.883.433,59	3.048.344,50	18,06	15.580.694,27	92,28
Transf. de Conv.	60.000,00	60.000,00	69.168,08	115,28	250.854,99	418,09
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	364.000,00	364.000,00	162.797,45	44,72	596.092,61	163,76
Multas e Juros de Mora	350.000,00	350.000,00	63.987,53	18,28	336.541,97	96,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	731,00	0,00	23.620,02	0,00
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	10.000,00	10.000,00	19.704,96	197,05	116.837,10	168,37
RECEITAS DIVERSAS	4.000,00	4.000,00	78.373,96	959,35	119.093,52	977,34
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.680.000,00</b>	<b>1.680.000,00</b>	<b>528.033,82</b>	<b>31,43</b>	<b>2.102.279,96</b>	<b>125,14</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	92.752,00	927,52
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	92.752,00	927,52
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	370.000,00	370.000,00	528.033,82	142,71	2.009.527,96	543,12
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	370.000,00	370.000,00	528.033,82	142,71	2.009.527,96	543,12
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>20.640.533,59</b>	<b>20.640.533,59</b>	<b>4.403.831,34</b>	<b>21,34</b>	<b>21.274.114,67</b>	<b>103,07</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de TREZE ILHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>20.640.533,59</b>	<b>20.640.533,59</b>	<b>4.403.831,34</b>	<b>21,34</b>	<b>21.274.114,67</b>	<b>103,07</b>	<b>-633.581,08</b>
DÉFICIT (VI)	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>20.640.533,59</b>	<b>20.640.533,59</b>	<b>4.403.831,34</b>	<b>21,34</b>	<b>21.274.114,67</b>	<b>103,07</b>	<b>-633.581,08</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>313.444,27</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>313.444,27</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	<b>—</b>	<b>313.444,27</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>313.444,27</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Reabertura de Créditos Adicionais	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	20.640.533,59	5.719.601,05	26.360.134,64	3.624.893,30	23.026.956,11	4.161.586,12	19.441.049,33	73,75	6.919.085,31
DESPESAS CORRENTES	17.157.033,59	2.738.117,88	19.895.151,47	3.467.996,07	17.655.826,81	3.668.558,79	16.625.611,52	83,57	3.269.539,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.229.900,00	444.954,27	9.674.854,27	1.832.759,90	8.618.755,89	1.833.975,42	8.618.755,89	89,08	1.056.098,38
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	30.000,00	0,00	30.000,00	110,98	775,26	110,98	775,26	2,58	29.224,74
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.897.133,59	2.293.163,61	10.190.297,20	1.635.125,19	9.036.295,66	1.834.472,39	8.006.080,37	76,57	2.184.216,83
DESPESAS DE CAPITAL	3.473.500,00	2.981.483,17	6.454.983,17	156.897,23	5.371.129,30	493.027,33	2.815.437,81	43,62	3.639.545,36
INVESTIMENTOS	3.438.500,00	3.007.483,17	6.445.983,17	156.385,81	5.363.541,97	492.515,91	2.807.850,48	43,56	3.638.132,69
INVERSOES FINANCEIRAS	15.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	20.000,00	-11.000,00	9.000,00	511,42	7.587,33	511,42	7.587,33	84,30	1.412,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	20.640.533,59	5.719.601,05	26.360.134,64	3.624.893,30	23.026.956,11	4.161.586,12	19.441.049,33	73,75	6.919.085,31

Continua 2/3

Município de TREZE TIΛIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	20.640.533,59	5.719.601,05	26.360.134,64	3.624.893,30	23.026.956,11	4.161.586,12	19.441.049,33	6.919.085,31
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.833.065,34	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	20.640.533,59	5.719.601,05	26.360.134,64	3.624.893,30	23.026.956,11	4.161.586,12	21.274.114,67	6.919.085,31

FONTE:

Município de TREZE TIJAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	982.000,00	982.000,00	1.760.521,51	179,28
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	430.000,00	430.000,00	651.686,37	151,55
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	143.000,00	143.000,00	236.768,01	165,57
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	284.000,00	284.000,00	501.122,40	176,45
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	125.000,00	125.000,00	288.647,06	230,92
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	0,00	0,00	1.323,81	
Divida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	57.192,96	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	23.780,90	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.136.733,59	16.136.733,59	13.656.138,18	84,63
Cota-Parte FPM	6.396.703,12	6.396.703,12	4.621.872,40	72,25
Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	4.808,75	320,58
Cota-Parte IPVA	820.000,00	820.000,00	989.642,78	120,69
Cota-Parte ICMS	8.630.530,47	8.630.530,47	7.910.653,34	91,66
Cota-Parte IPExportação	243.000,00	243.000,00	98.120,99	40,38
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	45.000,00	45.000,00	31.039,92	68,98
Desoneração ICMS (LC 87/96)	45.000,00	45.000,00	31.039,92	68,98
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>17.118.733,59</b>	<b>17.118.733,59</b>	<b>15.416.659,69</b>	<b>90,06</b>
<b>RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS Provenientes da União	730.000,00	730.000,00	1.259.290,79	172,51
	730.000,00	730.000,00	1.259.290,79	172,51
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	70.000,00	70.000,00	204.801,55	292,57
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>800.000,00</b>	<b>800.000,00</b>	<b>1.464.092,34</b>	<b>183,01</b>
<b>DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)</b>				
DESPESAS CORRENTES	3.490.000,00	4.030.000,00	3.479.113,77	86,33
	2.122.000,00	2.204.000,00	1.942.699,05	88,14
Pessoal e Encargos Sociais	1.368.000,00	1.826.000,00	1.536.414,72	84,14
Outras Despesas Correntes	80.000,00	341.000,00	251.779,10	73,84
DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00	341.000,00	251.779,10	73,84
Investimentos	80.000,00	341.000,00	251.779,10	73,84

Continua 1/4

Município de TREZE TIULAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	80.000,00	341.000,00	339.783,03	99,64	251.779,10	73,84
	80.000,00	341.000,00	339.783,03	99,64	251.779,10	73,84
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.570.000,00	4.371.000,00	4.070.336,93	93,12	3.730.892,87	85,36
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	740.000,00	952.000,00	897.675,79	22,05	845.113,88	22,65
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	740.000,00	952.000,00	897.675,79	22,05	845.113,88	22,65
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	740.000,00	952.000,00	897.675,79	22,05	845.113,88	22,65
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.830.000,00	3.419.000,00	3.172.661,14	71,07	2.885.778,99	62,71
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						18,72
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						573.280,04

Continua 2/4

Município de TREZE TIJILAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS			
Inscritos em 2013	133.600,00	133.600,00	0,00	133.600,00	0,00	0,00
TOTAL	133.600,00	133.600,00	0,00	133.600,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00		0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)					
-	-		-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até Bimestre (l)	% (l/Total f)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica	3.552.000,00	4.353.000,00	99,75	3.721.099,22	99,74	
Vigilância Sanitária	18.000,00	10.131,65	0,25	9.793,65	0,26	
TOTAL	3.570.000,00	4.371.000,00	100,00	3.730.892,87	100,00	

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.  
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4



MUNICÍPIO DE TREZE TIULAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	982.000,00	982.000,00	399.062,15	1.760.521,51	179,28
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	430.000,00	430.000,00	178.243,63	699.401,87	162,65
1.1.1- IPTU	430.000,00	430.000,00	170.380,26	651.686,37	151,55
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	468,14	731,81	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	5.366,25	36.269,56	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	2.028,98	10.714,13	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	143.000,00	143.000,00	43.718,46	236.768,01	165,57
1.2.1- ITBI	143.000,00	143.000,00	43.718,46	236.768,01	165,57
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	284.000,00	284.000,00	116.273,43	535.704,57	188,63
1.3.1- ISS	284.000,00	284.000,00	109.322,25	501.122,40	176,45
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	467,22	592,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	3.665,93	20.923,40	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	2.818,03	13.066,77	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	125.000,00	125.000,00	60.826,63	288.647,06	230,92
1.4.1- IRRF	125.000,00	125.000,00	60.826,63	288.647,06	230,92
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	16.115.283,59	16.115.283,59	2.678.736,17	13.641.484,68	84,65
2.1- Cota-Parte FPM	6.396.703,12	6.396.703,12	764.586,78	4.621.872,40	72,25
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.396.703,12	6.396.703,12	764.586,78	4.621.872,40	72,25
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.630.530,47	8.630.530,47	1.681.495,00	7.910.653,34	91,66
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	45.000,00	45.000,00	6.697,76	31.039,92	68,98
2.4- Cota-Parte IP-Estado	221.550,00	221.550,00	17.081,16	83.467,49	37,67
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	4.776,11	4.808,75	320,58
2.6- Cota-Parte IPVA	820.000,00	820.000,00	203.899,36	989.642,78	120,69
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>17.097.283,59</b>	<b>17.097.283,59</b>	<b>3.077.796,32</b>	<b>15.402.006,19</b>	<b>90,08</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	385.000,00	385.000,00	94.212,87	446.850,55	116,01
5.1- Transferências do Salário-Educação	250.000,00	250.000,00	63.871,97	321.122,20	128,45
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	70.000,00	70.000,00	20.759,20	91.992,40	131,42
5.4- Transferências Diretas - PNATE	65.000,00	65.000,00	9.581,70	33.535,95	51,59
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	80.000,00	80.000,00	74.125,32	284.164,41	355,21
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>465.000,00</b>	<b>465.000,00</b>	<b>168.338,19</b>	<b>730.814,96</b>	<b>157,16</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.196.300,00	3.196.300,00	532.330,52	2.711.687,49	84,84
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.360.000,00	1.360.000,00	152.917,32	924.374,24	67,97
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.640.000,00	1.640.000,00	336.298,81	1.582.129,77	96,47
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	12.000,00	12.000,00	1.379,54	6.207,93	51,73
10.4- Cota-Parte IP-Estado Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	955,19	961,70	320,57
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	164.000,00	164.000,00	40.779,66	198.013,85	120,74
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	2.602.000,00	2.602.000,00	625.498,80	3.050.451,49	117,23
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.600.000,00	2.600.000,00	624.440,27	3.041.072,12	116,96
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.000,00	2.000,00	1.058,53	9.379,37	468,97
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>-596.300,00</b>	<b>-596.300,00</b>	<b>92.109,75</b>	<b>329.384,63</b>	<b>-55,24</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE TREZE TIJAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.842.100,00	1.988.544,27	407.536,81	1.986.845,07	99,91
13.1- Com Educação Infantil	802.100,00	844.100,00	177.917,17	843.021,13	99,87
13.2- Com Ensino Fundamental	1.040.000,00	1.144.444,27	229.619,64	1.143.823,94	99,95
14- OUTRAS DESPESAS	813.800,00	1.045.800,00	214.600,43	1.023.120,76	97,83
14.1- Com Educação Infantil	325.800,00	442.800,00	94.799,61	442.595,87	99,95
14.2- Com Ensino Fundamental	488.000,00	603.000,00	119.800,82	580.524,89	96,27
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.655.900,00	3.034.344,27	622.137,24	3.009.965,83	99,20
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.009.965,83
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					65,13
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					33,54
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					1,33
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	4.274.320,90	4.274.320,90	769.449,58	3.850.501,55	90,08
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.263.900,00	1.842.393,17	432.393,29	1.666.677,57	90,46
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.255.000,00	3.576.444,27	564.307,34	2.830.748,17	79,15
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.528.000,00	1.747.444,27	349.420,46	1.724.348,83	98,88
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.727.000,00	1.829.000,00	214.886,88	1.106.399,34	60,49
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.518.900,00	5.418.837,44	996.700,63	4.497.425,74	83,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					329.384,63
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					9.379,37
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					97.444,27
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					436.208,27
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					4.061.217,47
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					26,37
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	315.000,00	409.000,00	93.443,02	331.038,68	80,94
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	315.000,00	409.000,00	93.443,02	331.038,68	80,94
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.833.900,00	5.827.837,44	1.090.143,65	4.828.464,42	82,85

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		97.444,27	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.041.072,12	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.975.505,75	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		2.975.505,75	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		9.379,37	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		172.390,01	0,00

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 97.444,27, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	20.640.533,59	26.360.134,64	3.624.893,30	23.026.956,11	4.161.586,12	19.441.049,33	100,00	73,75
Legislativa	753.820,00	753.820,00	71.420,06	366.024,13	79.231,89	360.109,96	1,85	47,77
Ação Legislativa	753.820,00	753.820,00	71.420,06	366.024,13	79.231,89	360.109,96	1,85	47,77
Administração	3.620.000,00	3.640.510,00	475.425,07	2.917.883,07	512.415,52	2.646.727,84	13,61	72,70
Administração Geral	3.620.000,00	3.640.510,00	475.425,07	2.917.883,07	512.415,52	2.646.727,84	13,61	72,70
Segurança Pública	350.000,00	350.000,00	10.237,40	68.037,99	9.632,40	65.913,31	0,34	18,83
Defesa da Ordem Jurídica	350.000,00	350.000,00	10.237,40	68.037,99	9.632,40	65.913,31	0,34	18,83
Assistência Social	1.053.200,00	1.173.200,00	184.986,81	915.139,00	161.467,63	856.082,62	4,40	72,97
Assistência ao Idoso	30.000,00	40.000,00	10.407,26	30.886,05	10.099,16	26.728,09	0,14	66,82
Assistência à Criança e ao Adolescente	99.600,00	114.600,00	4.283,34	73.785,26	3.591,28	72.105,86	0,37	62,92
Assistência Comunitária	623.600,00	718.600,00	110.467,01	551.756,62	110.951,33	521.540,94	2,68	72,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	300.000,00	300.000,00	59.829,20	258.711,07	36.825,86	235.707,73	1,21	78,57
Saúde	3.570.000,00	4.371.000,00	730.528,15	4.070.336,93	801.435,05	3.730.892,87	19,19	85,36
Atenção Básica	3.552.000,00	4.353.000,00	729.682,19	4.060.205,28	799.999,79	3.721.099,22	19,14	85,48
Vigilância Sanitária	18.000,00	18.000,00	845,96	10.131,65	1.435,26	9.793,65	0,05	54,41
Educação	5.575.400,00	6.640.337,44	1.134.372,88	6.173.666,58	1.274.170,09	5.489.137,42	28,23	82,66
Ensino Fundamental	3.593.000,00	4.083.444,27	559.318,80	3.824.606,10	694.906,68	3.256.821,30	16,75	79,76
Ensino Superior	520.000,00	512.000,00	112.330,99	454.327,10	107.874,77	406.327,10	2,09	79,36
Educação Infantil	1.263.900,00	1.842.393,17	433.664,74	1.705.524,93	432.393,29	1.666.677,57	8,57	90,46
Educação de Jovens e Adultos	141.500,00	155.500,00	24.975,07	149.681,37	30.989,07	126.961,37	0,65	81,65
Educação Especial	57.000,00	47.000,00	4.083,28	39.527,08	8.006,28	32.350,08	0,17	68,83
Cultura	392.100,00	340.100,00	34.988,08	291.202,84	54.077,31	260.758,75	1,34	76,67
Difusão Cultural	392.100,00	340.100,00	34.988,08	291.202,84	54.077,31	260.758,75	1,34	76,67
Urbanismo	523.000,00	3.450.000,00	125.414,54	3.172.450,01	183.615,25	1.469.849,38	7,56	42,60
Serviços Urbanos	523.000,00	3.450.000,00	125.414,54	3.172.450,01	183.615,25	1.469.849,38	7,56	42,60
Habituação	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	545.000,00	873.490,00	86.454,71	867.052,38	186.850,37	632.184,93	3,25	72,37
Extensão Rural	545.000,00	873.490,00	86.454,71	867.052,38	186.850,37	632.184,93	3,25	72,37
Indústria	335.000,00	320.000,00	0,00	320.000,00	0,00	320.000,00	1,65	100,00
Promoção Industrial	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.640.533,59	26.360.134,64	3.624.893,30	23.026.956,11	4.161.586,12	19.441.049,33	100,00	73,75
Indústria	335.000,00	320.000,00	0,00	320.000,00	0,00	320.000,00	1,65	100,00
Turismo	320.000,00	320.000,00	0,00	320.000,00	0,00	320.000,00	1,65	100,00
Comércio e Serviços	687.500,00	817.163,61	234.984,03	800.484,21	368.367,57	697.729,60	3,59	85,38
Turismo	687.500,00	817.163,61	234.984,03	800.484,21	368.367,57	697.729,60	3,59	85,38
Transporte	2.920.513,59	3.270.513,59	457.849,51	2.754.564,48	466.762,68	2.619.800,76	13,48	80,10
Transporte Rodoviário	2.920.513,59	3.270.513,59	457.849,51	2.754.564,48	466.762,68	2.619.800,76	13,48	80,10
Desporto e Lazer	305.000,00	360.000,00	78.232,06	311.114,49	63.560,36	291.861,89	1,50	81,07
Desporto Comunitário	305.000,00	360.000,00	78.232,06	311.114,49	63.560,36	291.861,89	1,50	81,07
TOTAL (III) = (I + II)	20.640.533,59	26.360.134,64	3.624.893,30	23.026.956,11	4.161.586,12	19.441.049,33	100,00	73,75

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.300.000,00	0,00		1.300.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	6.454.983,17	2.815.437,81	0,00	3.639.545,36
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	6.454.983,17	2.815.437,81	0,00	3.639.545,36
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.154.983,17	-2.815.437,81		-2.339.545,36

FONTE:



Município de TREZE TIULAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 33, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.038.256,89	2.252.905,73	2.232.435,57	2.074.620,33	1.979.074,63	2.125.200,48	2.293.398,60	2.066.822,05	2.062.109,75	2.561.278,19	2.105.922,23	2.291.626,53	26.113.650,78	22.156.833,59
RECEITA TRIBUTÁRIA	130.796,42	187.255,04	102.791,69	88.718,90	113.346,53	98.844,57	204.383,78	147.911,42	206.964,45	598.571,63	199.331,21	240.188,16	2.308.974,50	1.217.100,00
IPTU	3.974,34	5.825,79	752,44	62,20	474,07	0,00	0,00	0,00	59.882,68	420.124,72	72.945,05	97.435,21	661.486,50	430.000,00
IRR/F	42.931,69	27.692,61	22.671,38	17.656,60	22.376,75	25.432,53	43.463,39	34.998,44	55.707,35	33.791,70	29.860,14	30.336,09	396.618,67	18.750,00
I.S.S.	52.946,27	51.283,48	44.831,63	45.425,53	41.406,74	40.322,48	46.100,09	46.048,59	74.964,08	52.596,81	53.519,46	66.802,79	606.382,15	284.000,00
LTBL	26.022,13	38.794,39	30.297,85	19.361,79	39.276,65	11.570,84	25.429,92	34.628,02	10.750,26	21.734,22	9.237,66	34.480,80	301.584,53	145.000,00
Outras Receitas Tributárias	4.911,99	63.668,77	4.138,19	6.212,48	8.810,32	21.517,72	89.370,38	32.555,37	35.650,08	60.324,18	33.666,90	22.134,27	383.932,65	341.350,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	381.737,64	363.349,81	40.462,07	37.313,96	38.177,97	41.082,68	40.885,12	42.841,00	45.015,96	42.972,02	43.776,02	47.991,96	498.396,20	268.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	7.905,77	27.000,12	10.094,74	11.690,05	4.990,45	27.492,92	16.192,76	27.261,88	7.194,36	40.694,65	20.259,94	15.624,93	216.372,47	128.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.961,22	10.299,42	12.482,41	7.025,92	9.854,34	13.311,31	11.239,76	7.674,94	4.943,30	5.123,66	9.409,92	8.325,17	103.721,27	40.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.788.724,25	1.990.690,03	2.000.766,91	1.904.934,90	1.753.427,39	1.884.973,85	1.996.295,37	1.812.961,07	1.719.634,28	1.830.429,88	1.791.518,21	1.858.324,89	22.236.651,03	20.138.733,59
Cota-Parte do FPM	480.576,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	575.089,30	429.793,98	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	5.862.539,68	6.396.703,12
Cota-Parte do ICMS	806.733,04	795.169,03	815.762,14	776.688,65	787.923,98	767.599,11	780.655,10	791.393,65	735.987,71	772.132,00	827.914,27	863.590,73	9.512.549,41	8.600.530,47
Cota-Parte do IPVA	46.846,16	28.992,45	51.374,46	88.990,08	88.562,22	101.573,89	125.505,03	103.864,53	120.749,31	104.343,90	104.132,80	99.769,56	1.065.481,39	820.000,00
Cota-Parte do ITR	22,29	27,88	0,00	0,00	0,00	6,05	6,03	6,03	0,00	14,53	1.659,92	3.116,19	4.858,92	1.500,00
Outras Transferências Correntes	152.419,80	104.050,12	223.826,43	77.861,72	200.727,02	280.541,87	154.086,23	172.232,09	200.575,34	192.513,40	146.195,61	197.455,74	2.102.486,37	1.503.000,00
Transferências da LC 87/1989	10.054,64	10.746,23	10.871,81	8.839,72	8.637,55	9.399,81	10.223,84	9.737,67	10.003,61	10.371,51	9.703,66	10.391,81	118.921,86	145.000,00
Transferências da LC 87/1996	3.339,18	3.339,18	3.448,88	3.448,88	0,00	3.448,88	3.448,88	3.448,88	3.448,88	3.448,88	3.448,88	3.448,88	37.718,28	45.000,00
Transferências do FUNDEB	279.728,26	278.294,74	320.031,83	313.922,95	289.777,33	291.993,14	319.240,96	302.108,23	279.742,80	299.229,61	305.378,13	319.061,14	3.599.095,12	2.600.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	67.141,39	31.311,31	45.827,75	24.965,90	58.277,95	59.495,15	54.411,81	58.471,74	78.357,51	53.466,35	41.827,03	121.170,42	694.545,31	364.000,00
DEDUÇÕES (II)	269.321,83	268.333,87	283.173,30	300.891,89	250.856,92	260.612,62	296.540,67	265.776,41	245.862,30	265.672,86	265.047,52	266.283,00	3.246.343,19	3.196.300,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	269.321,83	268.333,87	283.173,30	300.891,89	250.856,92	260.612,62	296.540,67	265.776,41	245.862,30	265.672,86	265.047,52	266.283,00	3.246.343,19	3.196.300,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.768.934,86	1.984.571,86	1.939.262,27	1.773.728,44	1.728.217,71	1.864.587,86	1.996.857,93	1.831.045,64	1.816.247,45	2.295.605,33	1.839.874,71	2.025.343,53	22.864.307,59	18.960.533,59
FONTE														

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.663.150,34	5.066.310,17	5.235.875,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.671.560,34	5.243.874,03	5.484.028,40
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	8.410,00	177.563,86	248.153,02
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.663.150,34	-5.066.310,17	-5.235.875,38
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-3.663.150,34</b>	<b>-5.066.310,17</b>	<b>-5.235.875,38</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-169.565,21</b>	<b>-1.572.725,04</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>63.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RR00 - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	8.410,00	-	-	-	8.410,00	0,10	208.877,39	208.785,68	208.785,68	-	91,81
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	8.410,00	0,00	0,00	0,00	8.410,00	0,00	208.207,39	208.207,39	208.207,39	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	3.750,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	0,00	600,00	600,00	600,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.900,00	5.900,00	5.900,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	4.660,00	0,00	0,00	0,00	4.660,00	0,00	14.644,87	14.644,87	14.644,87	0,00	0,00
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.220,00	2.220,00	2.220,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.600,00	133.600,00	133.600,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.982,22	50.982,22	50.982,22	0,00	0,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,30	280,30	280,30	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	670,00	578,29	578,29	0,00	91,81
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	670,00	578,29	578,29	0,00	91,81
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	8.410,00	0,00	0,00	0,00	8.410,00	0,10	208.877,39	208.785,68	208.785,68	0,00	91,81

FONTE:

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>18.832.533,59</b>	<b>3.829.333,47</b>	<b>18.929.334,29</b>	<b>16.595.823,88</b>
Receita Tributária	1.217.100,00	439.520,37	1.990.933,04	1.462.239,94
I.P.T.U.	430.000,00	170.380,26	651.686,37	420.568,75
I.S.S.	284.000,00	109.322,25	501.122,40	371.933,80
I.T.B.I.	143.000,00	43.718,46	236.768,01	222.065,37
I.R.R.F.	125.000,00	60.826,63	288.647,06	256.084,85
Outras Receitas Tributárias	235.100,00	55.272,77	312.709,20	191.587,17
Receita de Contribuição	268.000,00	91.767,98	421.298,75	352.738,13
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	268.000,00	91.767,98	421.298,75	352.738,13
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	128.000,00	46.464,05	242.500,42	139.944,88
(-) Aplicações Financeiras	128.000,00	46.464,05	242.500,42	139.944,88
Transferências Correntes	16.943.433,59	3.117.512,58	15.831.549,26	14.119.310,95
F.P.M.	5.036.703,12	611.669,46	3.697.498,16	3.422.601,31
I.C.M.S.	6.990.530,47	1.345.196,19	6.328.523,57	5.633.106,09
Convênios	60.000,00	69.168,08	250.854,99	321.620,55
Outras Transferências Correntes	4.856.200,00	1.091.478,85	5.554.672,54	4.741.983,00
Demais Receitas Correntes	404.000,00	180.532,54	685.553,24	661.534,86
Dívida Ativa	10.000,00	19.704,96	116.837,10	45.298,26
Diversas Receitas Correntes	394.000,00	160.827,58	568.716,14	616.236,60
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>1.680.000,00</b>	<b>528.033,82</b>	<b>2.102.279,96</b>	<b>704.426,87</b>
Operações de Crédito (III)	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	10.000,00	0,00	92.752,00	23.100,00
Transferências de Capital	370.000,00	528.033,82	2.009.527,96	681.326,87
Convênios	370.000,00	528.033,82	2.009.527,96	681.326,87
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>370.000,00</b>	<b>528.033,82</b>	<b>2.009.527,96</b>	<b>681.326,87</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>19.202.533,59</b>	<b>4.357.367,29</b>	<b>20.938.862,25</b>	<b>17.277.150,75</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>19.895.151,47</b>	<b>3.668.558,79</b>	<b>16.625.611,52</b>	<b>14.676.847,90</b>
Pessoal e Encargos Sociais	9.674.854,27	1.833.975,42	8.618.755,89	7.773.017,19
Juros e Encargos da Dívida (IX)	30.000,00	110,98	775,26	1.363,69
Outras Despesas Correntes	10.190.297,20	1.834.472,39	8.006.080,37	6.902.467,02
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>19.865.151,47</b>	<b>3.668.447,81</b>	<b>16.624.836,26</b>	<b>14.675.484,21</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>6.454.983,17</b>	<b>493.027,33</b>	<b>2.815.437,81</b>	<b>2.323.050,12</b>
Investimentos	6.445.983,17	492.515,91	2.807.850,48	2.315.549,39
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	9.000,00	511,42	7.587,33	7.500,73
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>6.445.983,17</b>	<b>492.515,91</b>	<b>2.807.850,48</b>	<b>2.315.549,39</b>

Município de TREZE TILIAS - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>26.321.134,64</b>	<b>4.160.963,72</b>	<b>19.432.686,74</b>	<b>16.991.033,60</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-7.118.601,05</b>	<b>196.403,57</b>	<b>1.506.175,51</b>	<b>286.117,15</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	313.444,27	0,00
Superávit Financeiro	-	-	313.444,27	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>173.373,13</b>

FONTE:

TREZE TILIAS, 05/11/2014

Município de TREZE TILIAS - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	20.640.533,59	
Previsão Atualizada		—	20.640.533,59	
Receitas Realizadas		4.404.151,34	21.274.434,67	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	313.444,27	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	20.640.533,59	
Créditos Adicionais		—	5.719.601,05	
Dotação Atualizada		—	26.360.134,64	
Despesas Empenhadas		3.624.893,30	23.026.956,11	
Despesas Liquidadas		4.161.586,12	19.441.049,33	
Superavit Orçamentário		—	1.833.385,34	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		3.624.893,30	23.026.956,11	
Despesas Liquidadas		4.161.586,12	19.441.049,33	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			22.864.627,59	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		63.000,00	-1.573.045,04	-2.496,90
Resultado Primário		173.373,13	1.506.495,51	868,93
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	208.877,49	0,00	208.785,68	91,81
EXECUTIVO	208.207,39	0,00	208.207,39	0,00
LEGISLATIVO	670,10	0,00	578,29	91,81
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	8.410,00	0,00	0,00	8.410,00
EXECUTIVO	8.410,00	0,00	0,00	8.410,00
TOTAL:	217.287,49	0,00	208.785,68	8.501,81
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.061.217,47	25%	26,37
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.986.845,07	60%	65,13
Liquidadas		1.986.845,07		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.300.000,00	
Despesa de Capital Líquida		2.815.437,81	3.639.545,36	

Continua 1/2



Município de TREZE TILIAS - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			92.752,00	-82.752,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.885.778,99	15,00	18,72
Liquidadas		2.885.778,99		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### PORTARIA N. 299/2014

PORTARIA N 299/2014

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Outubro de 2014, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1410	Andressa Soares da Silva de Oliveira Artifon	01/06/12 a 31/05/13	01/10/14 a 30/10/14
1485	Ederson Paulo Correa	01/07/13 a 30/06/14	01/10/14 a 30/10/14
1183	Lorena de Fátima Alves Colaço	15/02/13 a 14/02/14	01/10/14 a 30/10/14
1487	Luiz Fernando Barbosa de Oliveira	07/08/13 a 06/08/14	01/10/14 a 30/10/14

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Outubro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA N. 300/2014

PORTARIA N. 300/2014

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "ELISANDRA CARVALHO DA SILVA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 20/06/1976, portadora do CPF n. 019.467.469-08, carteira de identidade n. 3.347.148, título eleitoral n. 031252460906, ocupante do cargo efetivo de "PROFESSOR" - 20 horas, nível IV, classe/referência "I", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 81 (oitenta e um) dias consecutivos, a contar de 01 de Outubro de 2014 a 20 de Dezembro de 2014 conforme facultam os artigos 137 e 139

do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita. Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 12 de Março de 2006 à 11 de Março de 2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Outubro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA N. 301/2014

PORTARIA N. 301/2014

"TRANSFERE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade do serviço público e a concordância manifestada pelo servidor;

Considerando também que o servidor apontado no artigo 1º já prestou concurso público tendo sido efetivado em cargo e atribuições similares, compatíveis e de idêntico vencimento do cargo ao qual será designado;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Servidor "ANTÔNIO CARLOS ROSSETTI", brasileiro, casado, servidor público municipal com matrícula n. 410, inscrito no CPF n. 249.889.289-34, carteira de identidade n. 936.580, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro, Centro, Vargem Bonita - Santa Catarina, TRANSFERIDO do cargo de Operador de Rolo Compactador nível 13, classe/referência "A" para o cargo de Motorista nível 13, classe/referência "A".

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Outubro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA N. 302/2014

PORTARIA N. 302/2014

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei

Orgânica do Município,

Considerando o afastamento da servidora efetiva "GIOVANA APARECIDA ALVES DA SILVA FERRONATO";

Considerando o Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 002/2014 de 16 de setembro de 2014, e

Considerando a ordem de chamada

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar "IVETE ANTUNES DE OLIVEIRA SANTOS", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 22/07/1970, inscrita no CPF n. 702.648.809/00, carteira de identidade n. 2.419.854, título eleitoral n. 024988630949, para exercer o cargo de "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE-ESF", nível 85, classe/referência "A", em caráter temporário de forma excepcional de acordo com o art. 2º, inciso VI da Lei Complementar n. 025/99 de 17/12/1999, combinado com o artigo 7º da Lei Complementar n. 086/2011 de 18/10/2011 tendo em vista ter sido aprovada no Processo Seletivo Simplificado n. 002/2014 de 16 de setembro de 2014, homologado pelo Decreto n. 077/2014 de 09 de outubro de 2014 com vencimentos de lei a partir desta data até 21 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 22 de Outubro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI  
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **PROCESSO 065/2014 PR 037/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº065/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº037/2014

OBJETO: Aquisição UM (01) VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICKUP, CABINE DUPLA, COM 2 (DUAS) OU 3 (TRÊS) PORTAS, ZERO KM, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO/MODELO 2014/2015 OU SUPERIOR, com as características constantes no ANEXO I, do Edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

DATA E HORA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO: Dia 21 de Novembro de 2014, ÀS 10:00 (DEZ) HORAS.

RECURSOS: Convênio nº 2014TR002578 - Processo nº SDR07 2100/2014 e Recursos do Ativo do Município.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitorio, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 06 de Novembro de 2014.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI  
PREFEITA MUNICIPAL

# Videira

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 153/14

LEI COMPLEMENTAR Nº 153/14, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

Altera disposições contidas na Lei Complementar nº 129/12, de 14 de dezembro de 2012, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira, excluídos os servidores do Magistério Municipal e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o caput do art. 110, da Lei Complementar nº 129/12, de 14 de dezembro de 2012, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 110 A jornada de trabalho dos servidores é fixada em razão das atribuições, pertinentes aos respectivos cargos, conforme definido no Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais e poderá ser de 04 (quatro) ou 08 (oito) horas diárias, e de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, ressalvadas as eventuais hipóteses de compensação e hora-extra." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**LEI COMPLEMENTAR Nº 154/14****LEI COMPLEMENTAR Nº 154/14, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014.**

Altera disposições da Lei Complementar nº 118/11, que “Dispõe sobre o novo Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, Dispõe sobre a Concessão de Promoções e do Adicional de Pós-Graduação, Cria Novos Cargos e dá outras providências”.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,**

Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Inclui a alínea “h” e “i”, no inciso I, do art. 6º, da Lei Complementar nº 118/11, de 21 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

(...)

*I – Grupo Ocupacional Especialistas - ANS – Atividades de Nível Superior, que é subdividida nas seguintes modalidades:*

- a) Modalidade Administrativa;*
- b) Modalidade Auditoria e Procuradoria;*
- c) Modalidade Contábil;*
- d) Modalidade Cultura;*
- e) Modalidade Fiscalização;*
- f) Modalidade Operacional;*
- g) Modalidade Serviços e Turismo;*
- h) Modalidade Saúde Básica;*
- i) Modalidade Saúde Especializada”.(NR)*

Art. 2º Altera o art. 7º, da Lei Complementar nº 118/11, de 21 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º O Grupo Ocupacional Especialista - ANS – Atividades de Nível Superior congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo cujas atribuições sejam inerentes às atividades compreendidas nas áreas de administração, controle, tecnologia e ciências exatas, jurídicas, humanas e sociais, para cujo desempenho profissional é exigido diploma ou certificado de conclusão de curso de graduação (nível superior) e respectiva inscrição no órgão de fiscalização do exercício profissional, quando houver, observadas as submodalidades contidas no art. 6º, inciso I, alíneas “a” a “i”. (NR)

Art. 3º Altera o art. 31, da Lei Complementar nº 118/11, de 21 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 31 O Plano de Cargos e Vencimentos do Município de Videira é constituído de 14 Padrões Iniciais de Vencimento, cujo valor pecuniário é fixado na forma do Anexo VII, desta Lei.” (NR)*

Art. 4º Fica criado o cargo de Médico, com 10 (dez) vagas, no Grupo Ocupacional Especialistas, Modalidade Saúde Básica, do Anexo IV – Tabela de Cargos Novos e Suas Vagas.

Art. 5º Fica criado o cargo de Médico Ginecologista Obstetra, com 04 (quatro) vagas, no Grupo Ocupacional Especialistas, Modalidade Saúde Especializada, do Anexo IV – Tabela de Cargos Novos e Suas Vagas.

Art. 6º Fica criado o cargo de Médico Pediatra, com 04 (quatro) vagas, no Grupo Ocupacional Especialistas, Modalidade Saúde Especializada, do Anexo IV – Tabela de Cargos Novos e Suas Vagas.

Art. 7º Fica criado o cargo de Médico Psiquiatra, com 01 (uma) vaga, no Grupo Ocupacional Especialistas, Modalidade Saúde Especializada, do Anexo IV – Tabela de Cargos Novos e Suas Vagas.

Art. 8º Ficam incluídas, no Anexo X, da Lei Complementar nº 118/11, de 21 de dezembro de 2011, as seguintes atribuições, referentes aos cargos criados nos artigos 4º, 5º e 6º, desta Lei:

**“ANEXO X - MANUAL DAS ATRIBUIÇÕES**

(...)

<b>GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS – MODALIDADE SAÚDE BÁSICA</b>
----------------------------------------------------------------------

<b>MÉDICO</b>
---------------

<i>Carga Horária: 40 horas</i>
--------------------------------

<i>Escolaridade: Nível Superior em Medicina com registro no respectivo órgão de classe</i>
--------------------------------------------------------------------------------------------

<i>Padrão Inicial: R\$ 14.000,00</i>
--------------------------------------

<b>Atribuições:</b>
---------------------

- |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"><li>1. Prestar atendimento clínico a níveis de unidades básicas de saúde a pacientes em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos;</li><li>2. Atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados pelo enfermeiro classificador de risco;</li><li>3. Realizar consultas e procedimentos nas unidades de saúde, quando necessário, no domicílio do paciente;</li></ol> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|



4. *Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico;*
5. *Prestar assistência aos casos básicos de manifestação de doenças e perturbações mentais, solicitando apoio da equipe de saúde mental, quando necessário;*
6. *Prescrever medicamentos observando a padronização de condutas médicas e de uso de medicamentos da Prefeitura Municipal;*
7. *Registrar corretamente os dados referentes ao atendimento médico, utilizando o Boletim de Atendimento Médico Diário, o Boletim de Atendimento Médico Mensal e demais formulários;*
8. *Incentivar e participar ativamente na formação e acompanhamento dos grupos na comunidade (gestantes, nutrízes, CLIS e outros);*
9. *Participar e contribuir com as ações de saúde destinadas aos escolares da rede municipal de ensino;*
10. *Realizar atendimento individual, coletivo e matricial para pacientes em todas as faixas etárias e para todos os tipos de problemas dentro da complexidade do nível de atenção da sua atuação, inclusive de situações emergenciais e inesperadas;*
11. *Realizar consultas e procedimentos nas unidades de saúde, quando necessário, no domicílio do paciente;*
12. *Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;*
13. *Encaminhar o paciente aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;*
14. *Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;*
15. *Verificar e atestar óbito;*
16. *Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários, analisar e interpretar seus resultados; emitir diagnósticos; prescrever tratamentos; orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão;*
17. *Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar, caso indicado;*
18. *Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social;*
19. *Dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da Prefeitura Municipal;*
20. *Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;*
21. *Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade;*
22. *Obedecer ao Código de Ética Médica;*
23. *Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.*

**GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS –  
MODALIDADE SAÚDE ESPECIALIZADA**

**MÉDICO GINECOLOGISTA OBSTETRA**

<i>Carga Horária: 20 horas</i>
<i>Escolaridade: Nível Superior em Medicina com especialização em ginecologia e obstetrícia e registro no respectivo órgão de classe</i>
<i>Padrão Inicial: R\$ 8.000,00</i>
<b>Atribuições:</b> <i>1. Realizar consultas clínicas e examinar os pacientes fazendo inspeção, palpação e toque, para avaliar as condições gerais dos órgãos;</i> <i>2. Realizar consultas e procedimentos nas unidades de saúde, quando necessário, no domicílio do paciente;</i> <i>3. Encaminhar os pacientes aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;</i> <i>4. Realizar exames específicos de colposcopia, colpocitologia utilizando colposcópio e lâminas, para fazer diagnóstico preventivo de afecções genitais e orientação terapêutica;</i> <i>5. Fazer cauterização do colo uterino, empregando termacautério ou outro processo, para tratar as lesões existentes;</i> <i>6. Realizar assistência integral à saúde da mulher, inclusive com avaliação ginecológica, exame preventivo do câncer ginecológico e mamas e coleta de material para colcocitopatologia oncótica, quando indicado;</i> <i>7. Participar da equipe de Saúde Pública, propondo ou orientando condutas, para promover programas de prevenção do câncer ginecológico e das mamas ou de outras doenças que afetam a área genital;</i> <i>8. Colher secreções vaginais ou mamárias, para encaminhá-las a exame laboratorial, para auxiliar no diagnóstico;</i> <i>9. Fazer a anamnese, exame clínico e obstétrico e requisitar ou realizar testes de laboratório, valendo-se de técnicas usuais, para compor o quadro clínico da paciente e diagnosticar a gravidez;</i> <i>10. Requirir exames de sangue, fezes e urina e interpretar os resultados dos mesmos, comparando-os com os padrões normais, para prevenir e/ou tratar anemias, sífilis, parasitoses;</i> <i>11. Controlar a evolução da gravidez, realizando exames periódicos, verificando a mensuração uterina, o foco fetal, a pressão arterial e o peso para prevenir ou tratar as intercorrências clínicas ou obstétricas;</i> <i>12. Prescrever medicamentos observando a padronização de condutas médicas e de uso de medicamentos da Prefeitura Municipal;</i> <i>13. Indicar o tipo de parto atentando para as condições de pré-natal ou do período de parto, para assegurar resultados satisfatórios;</i> <i>14. Realizar o exame pós-natal, fazendo a avaliação clínica e ginecológica, para verificar a recuperação do organismo materno;</i> <i>15. Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;</i> <i>16. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;</i> <i>17. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade;</i> <i>18. Obedecer ao Código de Ética Médica;</i> <i>19. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.</i>
<b>GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS – MODALIDADE SAÚDE ESPECIALIZADA</b>

**MÉDICO PEDIATRA****Carga Horária:** 20 horas**Escolaridade:** Nível Superior em Medicina com especialização em pediatria e registro no respectivo órgão de classe**Padrão Inicial:** R\$ 8.000,00**Atribuições:**

1. Prestar atendimento de passíveis de tratamento a níveis de pronto atendimento e unidades básicas de saúde pediátrico, em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos;
2. Realizar consultas e procedimentos nas unidades de saúde e, quando necessário, no domicílio do paciente;
3. Encaminhar o paciente aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;
4. Em caso de urgência e emergência, na falta de um médico clínico no local, ou em caso de real necessidade de atendimento rápido a pacientes com risco de vida, deve o médico pediatra atender o paciente sem distinção de idade, até que outro profissional assuma o caso;
5. Atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados pelo enfermeiro;
6. Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários, analisar e interpretar seus resultados, emitir diagnósticos, prescrever tratamentos, orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão;
7. Prescrever medicamentos observando a padronização de condutas médicas e de uso de medicamentos da Prefeitura Municipal;
8. Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar, caso indicado;
9. Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico;
10. Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico;
11. Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
12. Dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da administração;
13. Realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela Secretaria Municipal de Saúde;
14. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;
15. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade;
16. Obedecer ao Código de Ética Médica;
17. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

**GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS –  
MODALIDADE SAÚDE ESPECIALIZADA****MÉDICO PSIQUIATRA***Carga Horária: 20 horas**Escolaridade: Nível Superior em Medicina com especialização em psiquiatria e registro no respectivo órgão de classe**Padrão Inicial: R\$ 8.000,00***Atribuições:**

1. Promover ações em saúde que propicie o bem estar dos usuários, efetuando atendimentos médicos, nos diferentes níveis de atenção;
2. Emitir pareceres. Prescrever medicamentos e outros, utilizando-se da medicina preventiva e/ou terapêutica;
3. Prestar a plena atenção aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, encaminhando pacientes para atendimento especializado, requerendo pareceres técnicos (contra-referência) e ou exames complementares, analisando e interpretando exames diversos, para estabelecer o diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento, em conformidade com os ditames do código de ética médica do Conselho Federal de Medicina;
4. Manter o registro dos usuários atendidos (prontuário), incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução, procedimentos tomados, a fim de efetuar a orientação terapêutica adequada;
5. Emitir atestados de saúde, aptidão física e mental, óbito e outros em acordo com sua atribuição técnica com a finalidade de atender determinações legais. Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias;
6. Realizar exames de sanidade mental quando for solicitado;
7. Participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas, discussão de casos, reuniões administrativas, visitas domiciliares etc.
8. Difundir os conhecimentos médicos preparando material didático, promovendo aulas, palestras, desenvolvendo pesquisas, participando de encontros, congressos e demais eventos na área;
9. Solicitar, quando necessário, exames complementares e pareceres de especialistas para melhor elucidação dos casos;
10. Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental.
11. Dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da Instituição.
12. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência
13. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade
14. Obedecer ao Código de Ética Médica.
15. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;
16. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade;
17. Obedecer ao Código de Ética Médica;
18. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Art. 9º            Em decorrência do disposto nesta Lei Complementar ficam alterados os Anexos I, IV, VII, VIII e IX, da Lei Complementar nº 118/11, de 21 de dezembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO 1 - DO QUADRO GERAL DE CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS ANS - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR					
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE ADMINISTRATIVA					
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL	
1	Analista de Sistemas	40	10	R\$ 3.165,38	
2	Analista de Nível Superior	40	10	R\$ 3.165,38	
3	Analista de Recursos Humanos	40	10	R\$ 3.165,38	
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE AUDITORIA E PROCURADORIA					
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL	
1	Auditor Interno	40	12	R\$ 4.869,81	
2	Procurador Municipal	40	12	R\$ 4.869,81	
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE CONTÁBIL					
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL	
1	Contador	40	11	R\$ 3.790,61	
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE CULTURA					
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL	
1	Instrutor de Capoeira	40	9	R\$ 1.917,40	
2	Instrutor de Dança	40	9	R\$ 1.917,40	
3	Instrutor de Teatro	40	9	R\$ 1.917,40	
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE FISCALIZAÇÃO					



ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Agente de Fiscalização de Nível Superior	40	11	R\$ 3.790,61
2	Fiscal de Obras	40	11	R\$ 3.790,61
3	Fiscal de Tributos Municipais	40	11	R\$ 3.790,61
4	Fiscal de Vigilância Sanitária	40	11	R\$ 3.790,61

**GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE OPERACIONAL**

ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Arquiteto e Urbanista	40	11	R\$ 3.790,61
2	Engenheiro Agrônomo	40	11	R\$ 3.790,61
3	Engenheiro Agrônomo	40	11	R\$ 3.790,61
4	Engenheiro Sanitarista e Ambiental	40	11	R\$ 3.790,61
5	Engenheiro Civil	40	11	R\$ 3.790,61
6	Médico Veterinário	40	11	R\$ 3.790,61
7	Advogado CREAS	40	11	R\$ 3.790,61
8	Engenheiro Eletricista	40	11	R\$ 3.790,61

**GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE SERVIÇOS E TURISMO**

ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Analista de Atividades Turísticas e Culturais	40	10	R\$ 3.165,38
2	Assistente Social	40	10	R\$ 3.165,38
3	Bibliotecário	40	10	R\$ 3.165,38
4	Bioquímico Farmacêutico	40	10	R\$ 3.165,38
5	Enfermeiro	40	10	R\$ 3.165,38
6	Especialista em Museologia	40	10	R\$ 3.165,38
7	Fisioterapeuta	40	10	R\$ 3.165,38
8	Fonoaudiólogo	40	10	R\$ 3.165,38
9	Nutricionista	40	10	R\$ 3.165,38
10	Psicólogo	40	10	R\$ 3.165,38

11	Terapeuta Ocupacional		40	10	R\$ 3.165,38
12	Astrônomo		40	10	R\$ 3.165,38
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE SAÚDE BÁSICA					
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL	
1	Médico	40	14	R\$ 14.000,00	
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE SAÚDE ESPECIALIZADA					
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL	
1	Médico Ginecologista Obstetra	20	13	R\$ 8.000,00	
2	Médico Pediatra	20	13	R\$ 8.000,00	
3	Médico Psiquiatra	20	13	R\$ 8.000,00	
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICOS ANT - CARGOS DE NÍVEL TÉCNICO					
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE OPERACIONAL					
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL	
1	Técnico Agrícola	40	9	R\$ 1.917,40	
2	Técnico de Cadastro	40	9	R\$ 1.917,40	
3	Técnico de Edificações	40	9	R\$ 1.917,40	
4	Técnico de Agrimensura	40	9	R\$ 1.917,40	
5	Técnico Eletricista	40	9	R\$ 1.917,40	
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE SAÚDE, SEGURANÇA E INFORMÁTICA					
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL	
1	Técnico de Higiene Dental	40	7	R\$ 1.469,85	
2	Técnico em Informática	40	7	R\$ 1.469,85	
3	Técnico em Radiologia	40	7	R\$ 1.469,85	
4	Técnico em Segurança do Trabalho	40	7	R\$ 1.469,85	

5	Técnico em Vigilância Sanitária	40	7	R\$ 1.469,85
<b>GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE SERVIÇOS</b>				
<b>ORDEM</b>	<b>CARGO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PADRÃO</b>	<b>VENCIMENTO INICIAL</b>
1	Técnico de Enfermagem	40	4	R\$ 1.196,87
2	Auxiliar de Enfermagem	40	4	R\$ 1.196,87
<b>GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO</b>				
<b>GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE ADMINISTRATIVA</b>				
<b>ORDEM</b>	<b>CARGO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PADRÃO</b>	<b>VENCIMENTO INICIAL</b>
1	Agente Administrativo II	40	5	R\$ 1.205,26
2	Agente de Desenhos e Projetos	40	5	R\$ 1.205,26
3	Agente Social	40	5	R\$ 1.205,26
<b>GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE CULTURA</b>				
<b>ORDEM</b>	<b>CARGO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PADRÃO</b>	<b>VENCIMENTO INICIAL</b>
1	Monitor de Oficina de Violino	40	3	R\$ 1.037,21
2	Monitor de Oficina de Violoncelo	40	3	R\$ 1.037,21
<b>GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE OPERACIONAL</b>				
<b>ORDEM</b>	<b>CARGO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PADRÃO</b>	<b>VENCIMENTO INICIAL</b>
1	Mecânico Supervisor Geral	40	9	R\$ 1.917,40
<b>GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE TRANSPORTES</b>				
<b>ORDEM</b>	<b>CARGO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PADRÃO</b>	<b>VENCIMENTO INICIAL</b>
1	Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Peq.	40	6	R\$ 1.440,93
2	Motorista II - Ambulância	40	6	R\$ 1.440,93

3	Motorista III - Ônibus	40	6	R\$ 1.440,93
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE FISCALIZAÇÃO				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Fiscal de Posturas	40	7	R\$ 1.469,85
2	Fiscal do PROCON	40	7	R\$ 1.469,85
3	Agente da Defesa Civil	40	7	R\$ 1.469,85
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - ANFC ATIVIDADE DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO				
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE ADMINISTRATIVA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Agente Administrativo I	40	2	R\$ 886,52
2	Auxiliar Administrativo	40	2	R\$ 886,52
3	Auxiliar de Desenhista	40	2	R\$ 886,52
4	Fotógrafo	40	2	R\$ 886,52
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE SERVIÇOS				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Chefe de Escritório	40	4	R\$ 1.196,87
2	Datilógrafo	40	4	R\$ 1.196,87
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE CONTÁBIL				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Auxiliar de Contabilidade	40	9	R\$ 1.917,40
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE CULTURA				

ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Regente de Banda	40	4	R\$ 1.196,87
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Marroeiro	40	2	R\$ 886,52
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO I				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Carpinteiro	40	8	R\$ 1.574,54
2	Marceneiro	40	8	R\$ 1.574,54
3	Mecânico de Manutenção de Trator	40	8	R\$ 1.574,54
4	Mecânico de Máquinas em Geral	40	8	R\$ 1.574,54
5	Soldador (Mecânico)	40	8	R\$ 1.574,54
6	Torneiro Mecânico	40	8	R\$ 1.574,54
7	Pintor Letrista	40	8	R\$ 1.574,54
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO II				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Supervisor de Serviços de Campo	40	10	R\$ 3.165,38
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE SERVIÇOS DE SAÚDE				
1	Agente Operacional de Saúde Pública	40	2	R\$ 886,52
2	Auxiliar de Saúde Pública	40	2	R\$ 886,52
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - ANFI CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO				

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Agente de Serviços Gerais	40	1	R\$ 738,48
2	Agente Operacional de Vigilância	40	1	R\$ 738,48
3	Auxiliar de Serviços Gerais	40	1	R\$ 738,48
4	Auxiliar Operacional	40	1	R\$ 738,48
5	Calceteiro	40	1	R\$ 738,48
6	Coveiro	40	1	R\$ 738,48
7	Frentista	40	1	R\$ 738,48
8	Jardineiro	40	1	R\$ 738,48
9	Trabalhador Braçal	40	1	R\$ 738,48
10	Vigia	40	1	R\$ 738,48
11	Viveirista Florestal	40	1	R\$ 738,48
12	Zelador	40	1	R\$ 738,48
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Agente de Pavimentação Pública	40	8	R\$ 1.574,54
2	Borracheiro	40	8	R\$ 1.574,54
3	Pedreiro	40	8	R\$ 1.574,54
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE SERVIÇOS				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Atendente de Creche	40	1	R\$ 738,48
2	Merendeira	40	1	R\$ 738,48
3	Monitor	40	1	R\$ 738,48
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE TRASPORTES E MÁQUINAS PESADAS				



ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes	40	6	R\$ 1.440,93
2	Operador de Trator de Esteira	40	6	R\$ 1.440,93
3	Operador de Motoniveladora	40	6	R\$ 1.440,93
4	Oper. de Retroescavadeira, Esc. Hidr. e Pá-Carregadeira	40	6	R\$ 1.440,93
5	Oper. Trator de Pneus, Máqu. de Varrição e Capina Mec.	40	6	R\$ 1.440,93
6	Operador de Máquinas e Equipamentos p/Obras de Pavimentação	40	6	R\$ 1.440,93
7	Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados	40	6	R\$ 1.440,93

ANEXO IV - TABELA DE CARGOS NOVOS E SUAS VAGAS					
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - ANS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR					
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE ADMINISTRATIVA					
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS	
1	Analista de Recursos Humanos	40	10	03	
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE SERVIÇOS E TURISMO					
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS	
1	Bioquímico Farmacêutico	40	10	02	
2	Fisioterapeuta	40	10	02	
3	Analista de Atividades Turísticas e Culturais	40	10	04	
4	Terapeuta Ocupacional	40	10	02	
5	Astrônomo	40	10	01	
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE OPERACIONAL					
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS	
1	Arquiteto e Urbanista	40	11	02	
2	Engenheiro Agrimensor	40	11	02	
3	Advogado do CREAS	40	11	02	
4	Engenheiro Eletricista	40	11	01	
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE CULTURA					
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS	
1	Instrutor de Capoeira	40	9	01	
2	Instrutor de Dança	40	9	01	

3	Instrutor de Teatro	40	9	01
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE SAÚDE BÁSICA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Médico	40	14	10
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE SAÚDE ESPECIALIZADA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Médico Ginecologista Obstetra	20	13	04
2	Médico Pediatra	20	13	04
3	Médico Psiquiatra	20	13	01

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - ANT CARGOS DE NÍVEL TÉCNICO				
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE OPERACIONAL				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Técnico em Eletricista	40	9	02
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE SAÚDE, SEGURANÇA E INFORMÁTICA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Técnico em Informática	40	7	10
2	Técnico de Vigilância Sanitária	40	7	07

GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO				
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE ADMINISTRATIVA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Agente Social	40	5	7

GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE SERVIÇOS				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Auxiliar de Saúde Pública	40	3	06
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE CULTURA				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Monitor de Oficina de Violino	40	3	01
2	Monitor de Oficina de Violoncelo	40	3	01
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE FISCALIZAÇÃO				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Fiscal de Posturas	40	7	04
2	Fiscal do PROCON	40	7	02
3	Agente da Defesa Civil	40	7	06
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - ANFI CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO				
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO VENC INICIAL	NUMERO DE VAGAS CRIADAS
1	Agente de Pavimentação Pública	40	8	03

ANEXO VII - TABELA DE PADRÕES DE VENCIMENTO INICIAL	
PADRÃO	VALOR INICIAL DO VENCIMENTO
1	R\$ 738,48
2	R\$ 886,52
3	R\$ 1.037,21
4	R\$ 1.196,87
5	R\$ 1.205,26
6	R\$ 1.440,93
7	R\$ 1.469,85
8	R\$ 1.574,54
9	R\$ 1.917,40
10	R\$ 3.165,38
11	R\$ 3.790,61
12	R\$ 4.869,81
13	R\$ 8.000,00
14	R\$ 14.000,00

ANEXO VIII – TABELA DE REFERÊNCIAS																
PADRÃO	REFERÊNCIAS															
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	
1	R\$ 738,48	R\$ 760,63	R\$ 783,45	R\$ 806,96	R\$ 831,17	R\$ 856,10	R\$ 881,78	R\$ 908,24	R\$ 935,48	R\$ 963,55	R\$ 992,46	R\$ 1.022,23	R\$ 1.052,90	R\$ 1.084,48	R\$ 1.117,02	
2	R\$ 886,52	R\$ 913,12	R\$ 940,51	R\$ 968,72	R\$ 997,79	R\$ 1.027,72	R\$ 1.058,55	R\$ 1.090,31	R\$ 1.123,02	R\$ 1.156,71	R\$ 1.191,41	R\$ 1.227,15	R\$ 1.263,97	R\$ 1.301,88	R\$ 1.340,94	
3	R\$ 1.037,21	R\$ 1.068,33	R\$ 1.100,38	R\$ 1.133,39	R\$ 1.167,39	R\$ 1.202,41	R\$ 1.238,48	R\$ 1.275,64	R\$ 1.313,91	R\$ 1.353,32	R\$ 1.393,92	R\$ 1.435,74	R\$ 1.478,81	R\$ 1.523,18	R\$ 1.568,87	
4	R\$ 1.196,87	R\$ 1.232,78	R\$ 1.269,76	R\$ 1.307,85	R\$ 1.347,09	R\$ 1.387,50	R\$ 1.429,13	R\$ 1.472,00	R\$ 1.516,16	R\$ 1.561,64	R\$ 1.608,49	R\$ 1.656,75	R\$ 1.706,45	R\$ 1.757,64	R\$ 1.810,37	
5	R\$ 1.205,26	R\$ 1.241,42	R\$ 1.278,66	R\$ 1.317,02	R\$ 1.356,53	R\$ 1.397,23	R\$ 1.439,14	R\$ 1.482,32	R\$ 1.526,79	R\$ 1.572,59	R\$ 1.619,77	R\$ 1.668,36	R\$ 1.718,41	R\$ 1.769,96	R\$ 1.823,06	
6	R\$ 1.440,93	R\$ 1.484,16	R\$ 1.528,68	R\$ 1.574,54	R\$ 1.621,78	R\$ 1.670,43	R\$ 1.720,55	R\$ 1.772,16	R\$ 1.825,33	R\$ 1.880,09	R\$ 1.936,49	R\$ 1.994,58	R\$ 2.054,42	R\$ 2.116,05	R\$ 2.179,54	
7	R\$ 1.469,85	R\$ 1.513,95	R\$ 1.559,36	R\$ 1.606,14	R\$ 1.654,33	R\$ 1.703,96	R\$ 1.755,08	R\$ 1.807,73	R\$ 1.861,96	R\$ 1.917,82	R\$ 1.975,36	R\$ 2.034,62	R\$ 2.095,65	R\$ 2.158,52	R\$ 2.223,28	
8	R\$ 1.574,54	R\$ 1.621,78	R\$ 1.670,43	R\$ 1.720,54	R\$ 1.772,16	R\$ 1.825,32	R\$ 1.880,08	R\$ 1.936,49	R\$ 1.994,58	R\$ 2.054,42	R\$ 2.116,05	R\$ 2.179,53	R\$ 2.244,92	R\$ 2.312,27	R\$ 2.381,63	
9	R\$ 1.917,40	R\$ 1.974,92	R\$ 2.034,17	R\$ 2.095,19	R\$ 2.158,05	R\$ 2.222,79	R\$ 2.289,48	R\$ 2.358,16	R\$ 2.428,90	R\$ 2.501,77	R\$ 2.576,83	R\$ 2.654,13	R\$ 2.733,75	R\$ 2.815,77	R\$ 2.900,24	
10	R\$ 3.165,38	R\$ 3.260,34	R\$ 3.358,15	R\$ 3.458,90	R\$ 3.562,66	R\$ 3.669,54	R\$ 3.779,63	R\$ 3.893,02	R\$ 4.009,81	R\$ 4.130,10	R\$ 4.254,01	R\$ 4.381,63	R\$ 4.513,07	R\$ 4.648,47	R\$ 4.787,92	
11	R\$ 3.790,61	R\$ 3.904,33	R\$ 4.021,46	R\$ 4.142,10	R\$ 4.266,36	R\$ 4.394,36	R\$ 4.526,19	R\$ 4.661,97	R\$ 4.801,83	R\$ 4.945,89	R\$ 5.094,26	R\$ 5.247,09	R\$ 5.404,50	R\$ 5.566,64	R\$ 5.733,64	
12	R\$ 4.869,81	R\$ 5.015,90	R\$ 5.166,38	R\$ 5.321,37	R\$ 5.481,01	R\$ 5.645,44	R\$ 5.814,81	R\$ 5.989,25	R\$ 6.168,93	R\$ 6.354,00	R\$ 6.544,62	R\$ 6.740,96	R\$ 6.943,18	R\$ 7.151,48	R\$ 7.366,02	
13	R\$ 8.000,00	R\$ 8.240,00	R\$ 8.487,20	R\$ 8.741,82	R\$ 9.004,07	R\$ 9.274,19	R\$ 9.552,42	R\$ 9.838,99	R\$ 10.134,16	R\$ 10.438,19	R\$ 10.751,33	R\$ 11.073,87	R\$ 11.406,09	R\$ 11.748,27	R\$ 12.100,72	
14	R\$ 14.000,00	R\$ 14.420,00	R\$ 14.852,60	R\$ 15.298,18	R\$ 15.757,12	R\$ 16.229,84	R\$ 16.716,73	R\$ 17.218,23	R\$ 17.734,78	R\$ 18.266,82	R\$ 18.814,83	R\$ 19.379,27	R\$ 19.960,65	R\$ 20.559,47	R\$ 21.176,26	



ANEXO IX - DO QUADRO GERAL DE VAGAS

GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS ANS - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR						
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE ADMINISTRATIVA						
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS	
1	Analista de Sistemas	2	1	2	3	
2	Analista de Nível Superior	3	14	4	18	
3	Analista de Recursos Humanos	3	0	3	3	
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE AUDITORIA E PROCURADORIA						
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS	
1	Auditor Interno	0	0	1	1	
2	Procurador Municipal	2	3	2	5	
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE CONTÁBIL						
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS	
1	Contador	0	4	0	4	
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE CULTURA						
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS	
1	Instrutor de Capoeira	1	0	1	1	
2	Instrutor de Dança	1	0	1	1	
3	Instrutor de Teatro	1	0	1	1	
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE FISCALIZAÇÃO						
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS	
1	Agente de Fiscalização de Nível Superior	0	1	0	1	
2	Fiscal de Obras	2	1	3	4	
3	Fiscal de Tributos Municipais	1	1	3	4	
4	Fiscal de Vigilância Sanitária	1	0	2	2	

## GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE OPERACIONAL

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Arquiteto e Urbanista	2	0	2	2
2	Engenheiro Agrônomo	2	0	2	2
3	Engenheiro Agrônomo	0	1	0	1
4	Engenheiro Sanitarista e Ambiental	1	1	1	2
5	Engenheiro Civil	1	0	1	2
6	Médico Veterinário	1	1	1	2
7	Advogado CREAS	2	0	2	2
8	Engenheiro Eletricista	1	0	1	1

## GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE SERVIÇOS E TURISMO

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Analista de Atividades Turísticas e Culturais	4	0	4	4
2	Assistente Social	2	9	2	11
3	Bibliotecário	0	0	2	2
4	Bioquímico Farmacêutico	2	0	2	2
5	Enfermeiro	0	5	1	6
6	Especialista em Museologia	0	0	1	1
7	Fisioterapeuta	2	0	2	2
8	Fonoaudiólogo	1	1	1	2
9	Nutricionista	1	2	1	3
10	Psicólogo	3	4	4	8
11	Terapeuta Ocupacional	2	0	2	2
12	Astrônomo	1	0	1	1

## GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE SAÚDE BÁSICA

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Médico	10	0	10	10

## GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTAS - MODALIDADE SAÚDE ESPECIALIZADA

ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Médico Pediatra	4	0	4	4
2	Médico Ginecologista Obstetra	4	0	4	4

3	Médico Psiquiatra	1	0	1	1
---	-------------------	---	---	---	---

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICOS ANT - CARGOS DE NÍVEL TÉCNICO					
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE OPERACIONAL					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Técnico Agrícola	0	3	0	3
2	Técnico de Cadastro	0	1	0	1
3	Técnico de Edificações	0	1	0	1
4	Técnico de Agrimensura	0	0	1	1
5	Técnico Eletricista	2	0	2	2

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE SAÚDE, SEGURANÇA E INFORMÁTICA					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Técnico de Higiene Dental	2	1	3	4
2	Técnico em Informática	10	0	10	10
3	Técnico em Radiologia	0	0	2	2
4	Técnico em Segurança do Trabalho	1	1	1	2
5	Técnico em Vigilância Sanitária	7	0	7	7

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - MODALIDADE SERVIÇOS					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Técnico de Enfermagem	15	15	31	46
2	Auxiliar de Enfermagem	0	27	3	30

GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO					
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE ADMINISTRATIVA					
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS
1	Agente Administrativo II	8	27	36	63
2	Agente de Desenhos e Projetos	0	1	0	1
3	Agente Social	7	0	7	7

GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE CULTURA						
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS	
1	Monitor de Oficina de Violino	1	0	1	1	
2	Monitor de Oficina de Violoncelo	1	0	1	1	
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE OPERACIONAL						
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS	
1	Mecânico Supervisor Geral	0	1	0	1	
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE TRANSPORTES						
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS	
1	Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Peq.	0	6	10	16	
2	Motorista II - Ambulância	3	2	5	7	
3	Motorista III - Ônibus	0	8	1	9	
GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - MODALIDADE FISCALIZAÇÃO						
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS	
1	Fiscal de Posturas	4	0	4	4	
2	Fiscal do Procon	2	0	2	2	
3	Agente da Defesa Civil	6	0	6	6	

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - ANFC ATIVIDADE DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO						
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE ADMINISTRATIVA						
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS	
1	Agente Administrativo I	0	1	5	6	
2	Auxiliar Administrativo	0	4	9	13	
3	Auxiliar de Desenhista	0	0	2	2	
4	Fotógrafo	0	3	0	3	
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE SERVIÇOS						
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS	

1	Chefe de Escritório		0		1		7		8
2	Datilógrafo		0		3		2		5
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE CONTÁBIL									
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS				
1	Auxiliar de Contabilidade	0	1	1	2				
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE CULTURA									
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS				
1	Regente de Banda	0	1	0	1				
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO									
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS				
1	Marroeiro	0	2	5	7				
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO									
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS				
1	Carpinteiro	0	2	3	5				
2	Marceneiro	0	0	3	3				
3	Mecânico de Manutenção de Trator	0	2	3	5				
4	Mecânico de Máquinas em Geral	0	1	2	3				
5	Soldador (Mecânico)	2	0	4	4				
6	Torneiro Mecânico	0	1	0	1				
8	Pintor Letrista	0	0	2	2				
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO II									
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS				
1	Supervisor de Serviços de Campo	0	1	2	3				
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL I - MODALIDADE SERVIÇOS DE SAÚDE									
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS				
1	Agente Operacional de Saúde Pública	0	3	1	4				
2	Auxiliar de Saúde Pública	0	6	0	6				

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - ANFI CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO						
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO						
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS	
1	Agente de Serviços Gerais	0	1	2	2	
2	Agente Operacional de Vigilância	0	19	36	55	
3	Auxiliar de Serviços Gerais	58	155	104	259	
4	Auxiliar Operacional	38	28	50	78	
5	Calceteiro	0	1	4	5	
6	Coveiro	0	1	1	2	
7	Frentista	0	1	1	2	
8	Jardineiro	0	1	3	4	
9	Trabalhador Braçal	0	78	25	103	
10	Vigia	0	7	23	30	
11	Viveirista Florestal	0	1	4	5	
12	Zelador	0	46	10	56	
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESPECIALIZADO						
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS	
1	Agente de Pavimentação Pública	3	0	3	3	
2	Borracheiro	0	0	2	2	
3	Pedreiro	0	0	4	4	
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE SERVIÇOS						
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS	
1	Atendente de Creche	0	48	19	67	
2	Merendeira	0	11	13	24	
3	Monitor	0	2	6	8	
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - MODALIDADE TRASPORTES E MÁQUINAS PESADAS						
ORDEM	CARGO	VGS CRIADAS	VGS OCUPADAS	VGS DISPONÍVEIS	VGS TOTAIS	
1	Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes	0	13	27	40	



2	Operador de Trator de Esteira	1	2	4	6
3	Operador de Motoniveladora	5	7	6	13
4	Oper. de Retroescavadeira, Esc. Hidr. e Pá-Carregadeira	3	6	8	14
5	Oper. Trator de Pneu, Máq. de Varrição e Capina Mec.	5	2	6	8
6	Operador de Máquinas e Equipamentos p/Obras de Pavimentação	0	7	11	18
7	Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados	0	10	3	13

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de novembro de 2014.

**WILMAR CARELLI**  
**Prefeito Municipal**

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de novembro de 2014.

**VALMOR LUIZ DALL'AGNOL**  
**Secretário de Administração**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2014 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2014 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA RECUPERAÇÃO E ALARGAMENTO DAS PONTES DA LINHA PAULINA, LINHA GEMELLI E ANTA GORDA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA. As propostas de preço e documentos serão recebidos até às 16:00h do dia 24 de novembro de 2014. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Licitações". Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 12:30 às 18:30 h ou pelos telefones (49) 3566-9026.

Videira SC, 05 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 184/2014**

PORTARIANº 184/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: LEONIRCE RINALDI FAUSTO

Cargo: PROFESSOR NIVEL III ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 101/2014, de 27 de maio de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 03 de novembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de novembro de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 185/2014**

PORTARIANº 185/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
REDUZIR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: ALINI NEILI MASOTE

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 019/2014, de 11 de fevereiro de 2014, passando para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 03 de novembro de 2014. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de novembro de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 186/2014**

PORTARIANº 186/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
REDUZIR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: ELAINE CRISTINA BENINCA

Cargo: PROFESSOR NÍVEL II

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 158/2014, de 04 de agosto de 2014, passando para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 03 de novembro de 2014. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de novembro de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xavantina

## PREFEITURA

### **CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2014 PMXV, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014 PMXV**

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2014 PMXV, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro deste Município, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2014 PMXV, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014 PMXV, devido o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ter solicitado a sustação do mesmo.

Xavantina/SC, em 06 de novembro de 2014.  
MAURO JUNES POLETTTO,  
Prefeito Municipal.

### **LL 02/2014 PMXV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LEILÃO Nº 02/2014 PMXV

Objeto: Obtenção de propostas para a venda de bens móveis de propriedade do Município e considerados inservíveis e antieconômicos. Tipo: Maior lance por Lote. Recebimento das propostas: até às 09:30 horas do dia 28/10/2014. Abertura: dia 28/10/2014, às 10:00 horas. O Edital e Informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa do Município de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 07 de novembro de 2014.  
MAURO JUNES POLETTTO,  
Prefeito Municipal.



# Xaxim

## PREFEITURA

### DECRETO 446,447

DECRETO Nº. 446/2014.

Contrata Monitora do Abrigo Municipal em caráter emergencial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e considerando:

CONSIDERANDO que, duas monitoras efetivas do abrigo municipal estão em licença maternidade;

CONSIDERANDO que, não se pode deixar que o trabalho até então realizado com primor, no cuidado com os infantes, seja de um momento para outro, cessado em virtude da falta de profissionais;

CONSIDERANDO que, o inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal, prevê a possibilidade de contratação em caráter excepcional;

CONSIDERANDO, que por analogia a Lei Complementar nº. 96/2012, prevê a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

CONSIDERANDO o contido no art. 203, I e II e art. 227, §, da Constituição Federal, onde o zelo com os jovens e Adolescentes é dever do Estado ;

CONSIDERANDO a amplitude do Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que, não pode deixar com que crianças e jovens adentrem em estado de descuido e abandono;

CONSIDERANDO que, se faz necessário equipe de apoio para que as crianças permaneçam em ambientes dignos, em condições salubres e higienizados, condizentes com a dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que, é dever do Estado, bem atender a crianças e jovens carentes para que não fiquem vagando sem rumo pelas ruas, acabando por desenvolver outros problemas social, como pequenos furtos, uso de drogas e exploração sexual;

CONSIDERANDO que, há vigilância direta do Ministério Público no que se refere ao abrigo municipal, haja vista TAC firmado com aquele órgão no que toca adequações ao referido local.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, a SRA. AMANDA MARINHO PINHEIRO, CPF: 025.417.882-07, na função de Monitora do Abrigo Municipal, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Abrigo Municipal, pertencente a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 10 de novembro de 2014 até 27 de abril de 2015, quando encerra este contrato e retorna a titular da vaga.

Art. 2º O horário de trabalho da referida servidora será em escala 12/36, das 12:00hs às 24:00hs, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados.

Art. 3º Os vencimentos do referido servidor são aqueles constantes em lei vigente.

Art. 4º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de novembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

De acordo e ciente,

Amanda Marinho Pinheiro

Servidora Contratada

DECRETO Nº. 447/2014.

Exonera servidor municipal comissionado a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 06 de novembro de 2014, o servidor municipal MOACIR DAL SANTO, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR GERAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, portador da matrícula 6768, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de novembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

## Consórcios

### CIGA

**EXTRATO CONTRATO 396 - PGC - SÃO JOÃO DO OESTE**

Extrato de Contrato nº 396/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - São João do Oeste

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de São João do Oeste

CNPJ: 80.911.936/0001-03

CONTRATO Nº: 89/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 27 de outubro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

### CIMCATARINA

**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2014 - TELEFONIA MÓVEL**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2014, PAL Nº0033/2014.

REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, com execução mediante o regime de empreitada por preço global do lote, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços: Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:00 do dia 19/11/2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: MENOR PREÇO com execução mediante o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 06 de novembro de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

### CIMVI

**RESOLUÇÃO Nº 109, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014**

RESOLUÇÃO Nº 109, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$50.000,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.003.0004.0695.0006.2003 - Gestão de Turismo	
3390000000000000 - Aplicações Diretas	R\$50.000,00
Total.....	R\$50.000,00

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 28 de outubro de 2014.

Hartwig Persuhn  
Presidente

## RESOLUÇÃO Nº 110, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 110, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$180.000,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.002.0017.0511.0002.2002 - Gestão de Saneamento	
4490000000000000 - Aplicações Diretas	R\$150.000,00
Total.....	R\$150.000,00
03.001.0004.0122.0001.2001 - Manutenção das Atividades	
3390000000000000 - Aplicações Diretas	R\$30.000,00
Total.....	R\$30.000,00
Total.....	R\$180.000,00

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 28 de outubro de 2014.

Hartwig Persuhn  
Presidente

## CIS/AMFRI

### EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 01/2014

Extrato de Contrato

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 01/2014

Município: Balneário Piçarras/SC

Cláusula Primeira - Dos Valores e Forma de Repasse: Considerando os investimentos em ações à saúde, realizados até o presente momento, o montante apurado no Contrato Principal não foi suficiente para a cobertura de gastos em respectivos, havendo desta forma, a necessidade da ampliação dos valores na importância de mais R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a serem pagos pelo CONTRATANTE, de acordo com a utilização dos serviços. Cláusula Segunda - Da Dotação Orçamentária: O presente contrato correrá pela dotação orçamentária vigente no exercício de 2014.

Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05 c/c Decreto nº. 6.017/07

Data da Assinatura: 03/11/2014.

Assinantes: Leonel José Martins pelo Município e Célio José Bernardino pelo Consórcio.

**RESOLUÇÃO N.º 008/2014**

RESOLUÇÃO N.º 008/2014

PROMOVE AJUSTES NO ORÇAMENTO VIGENTE

O Diretor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, pelo Regimento Interno e de conformidade com o disposto no artigo 2.º da resolução 006/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam suplementados o seguinte item orçamentário:

ORGÃO: 01 CIS-AMFRI

UNIDADE: 02 FMS de Baln. Piçarras

Projeto/Atividade: 2.001 - Manutenção e Funcionamento do CIS-AMFRI

Despesa: 01 3.3.90.00 Aplicações Diretas. . . . .R\$ 3.474,00

TOTAL ..... R\$ 3.474,00

ORGÃO: 01 CIS-AMFRI

UNIDADE: 02 FMS de Baln. Piçarras

Projeto/Atividade: 2.002 - Prestação de Serviços de Saúde

Despesa: 04 3.3.90.00 Aplicações Diretas. . . . .R\$ 16.526,00

TOTAL ..... R\$ 16.526,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$20.000,00

Artigo 2.º - Para a suplementação prevista no artigo 1.º desta Resolução utilizar-se-á o resultado do excesso de arrecadação, conforme 1º termo aditivo ao contrato nº01/2014.

Artigo 3.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.  
de Porto Belo

Itajaí (SC), 03 de Novembro de 2014.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO  
Diretor Administrativo do CIS-AMFRI

JEAN CARLOS COELHO  
CONTADOR CRC/SC N.º 28.914-O/6